

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

ALINE DO AMARAL GARCIA STRELOW

**ANÁLISE GLOBAL DE PERIÓDICOS JORNALÍSTICOS (AGPJ)
*UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O ESTUDO DO
JORNALISMO IMPRESSO***

Porto Alegre

2007

ALINE DO AMARAL GARCIA STRELOW

**ANÁLISE GLOBAL DE PERIÓDICOS JORNALÍSTICOS (AGPJ)
*UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O ESTUDO DO
JORNALISMO IMPRESSO***

**Tese de Doutorado em Comunicação Social
para a obtenção do título de Doutor em Comunicação
Social
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social
Faculdade de Comunicação Social**

Orientador: Prof. Dr. Antonio Hohlfeldt

Porto Alegre

2007

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S915a Strelow, Aline do Amaral Garcia
Análise Global de Periódicos Jornalísticos
(AGPJ): uma proposta metodológica para o estudo
do jornalismo impresso / Aline do Amaral Garcia
Strelow. Porto Alegre, 2007.
369 f.

Tese (Doutorado em Comunicação Social) –
Faculdade de Comunicação Social, Programa de Pós-
Graduação em Comunicação Social, PUCRS, 2007.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Hohlfeldt.

1. Jornalismo. 2. Análise Global de
Periódicos Jornalísticos. 3. Jornalismo Impresso –
Aplauso. I. Hohlfeldt, Antonio. II. Título.

CDD 070

Bibliotecária Responsável

Isabel Merlo Crespo
CRB 10/1201

ALINE DO AMARAL GARCIA STRELOW

**ANÁLISE GLOBAL DE PERIÓDICOS JORNALÍSTICOS (AGPJ)
UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O ESTUDO DO
JORNALISMO IMPRESSO**

**Tese de Doutorado em Comunicação Social
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul**

Data da aprovação: ____/____/2007

Banca Examinadora

**Prof. Dr. Antonio Hohlfeldt
Orientador**

Prof. Dr.

Prof. Dr.

Prof. Dr.

Prof. Dr.

Porto Alegre

2007

Aos meus pais, Carlos e Ildair;
Ao meu amor, Flávio.

AGRADECIMENTOS

Na trajetória que levou à conclusão desta pesquisa, tive ao meu lado pessoas que foram fundamentais, as quais agradeço:

Meus pais, Carlos e Ildair, pelo estímulo constante e pelo amor sem fim;

Meu amor, Flávio, por fazer da minha vida o que ela é;

Meus irmãos André e Alexandre, melhores amigos que eu poderia escolher;

Minha cunhada Cristiane e à querida Carol, pelo incentivo;

Meus afilhados Luana e Henrique, que contribuem com sua doçura para alegrar nossas vidas;

Tia Paulina, Cássio, Ivana e Paulo, minha segunda família;

Adriana e Cristiane, companheiras no mais literal sentido da palavra, pelo apoio indispensável e pela compreensão em todos os momentos;

Taís, Leticia e Bia, pelo convívio amigo e pelas trocas de idéias;

Aletéia e Cátia, amigas do mestrado, do doutorado e da vida;

Professor Antonio Hohlfeldt, principal estimulador de minha paixão pelo mundo acadêmico, por ter despertado em mim o gosto pela pesquisa, por ter incentivado minha trajetória científica e orientado com grande dedicação este trabalho, esclarecendo dúvidas incansavelmente;

Professor Jorge Pedro Sousa, que me acolheu como sua co-orientanda na Universidade Fernando Pessoa, no Porto (Portugal), e colaborou imensamente para a pesquisa aqui apresentada;

Professora Márcia Benetti, pelas importantes contribuições na banca de qualificação, nos eventos da área, em sua sala no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da UFRGS e em todo lugar em que pode contribuir, com sua generosidade e conhecimento, para esta tese;

Professor Roberto Ramos, pelas sugestões pertinentes na banca de qualificação, que deram um novo desenho a este trabalho;

Professores e alunos da UFRGS, universidade na qual lecionei durante os dois primeiros anos do doutorado, pela maravilhosa experiência profissional e de vida que me proporcionaram;

À equipe da revista Aplauso e seus leitores, pela confiança, disponibilidade e interesse que tornaram possível a realização desta pesquisa;

Ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUCRS, através de sua coordenação e secretaria, pelo comprometimento e seriedade com que se responsabiliza pela formação de seus alunos.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo propor uma estratégia metodológica para o estudo do jornalismo impresso. Com base no circuito proposto por Richard Johnson, a Análise Global de Periódicos Jornalísticos (AGPJ) combina diferentes técnicas de pesquisa social, em estudo que contempla os principais momentos do processo jornalístico: produção, textos, leituras e culturas vividas / relações sociais. Através de sua aplicação a um objeto de pesquisa específico, a revista cultural Aplauso, foi possível constatar suas vantagens e fragilidades. Verifica-se, ao final da investigação, a eficácia da estratégia, que deve ser aprimorada por meio de seu uso frente a outros objetos e por diferentes pesquisadores. Acreditamos que a proposta contribui para a consolidação do campo de pesquisa em jornalismo, carente de metodologias próprias ou adaptadas a sua realidade.

Palavras-chave:

Análise Global de Periódicos Jornalistas – jornalismo impresso – Aplauso

ABSTRACT

This work aims to propose a methodological strategy to the study of press journalism. Based on the circuit proposed by Richard Johnson, the Global Analysis of Journalistic Periodicals (GAJP) combines different techniques of social research in a study that contemplates the most relevant moments of the journalistic process: production, texts, readings and experienced cultures/social relations. Through its application to a specific research object, the cultural magazine Aplauso, it was possible to verify its advantages and frailties. At the end of the investigation the strategy's efficiency is verified, which must be perfected through its use on other objects and by different researchers. We believe the proposition contributes to the consolidation of the journalism research field, which lacks methodologies of its own or adapted to its reality.

Key-words:

Global Analysis of Journalistic Periodicals – press journalism – Aplauso

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Diagrama sobre o processo comunicacional	63
Figura 2: Idéia da capa da edição 77 da revista <u>Aplauso</u>	231
Figura 3: Versão final da capa da edição 77 da revista <u>Aplauso</u>	235
Figura 4: Quadro demonstrativo dos números de praticantes de umbanda e candomblé no Rio Grande do Sul	279

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 PESQUISA EM JORNALISMO	24
1.1 TEORIAS	24
1.1.1 Teoria do espelho e conceito de objetividade	25
1.1.2 <i>Gatekeeper</i>	26
1.1.3 Sociologia interpretativa	27
1.1.4 Ação política	28
1.1.5 Construtivismo	28
1.1.6 Cultura jornalística	30
1.1.7 Unionismo	31
1.2 MÉTODOS	32
1.2.1 Método comparativo	33
1.2.2 Análise de conteúdo	33
1.2.3 Análise do discurso	34
1.2.4 Hermenêutica	35
1.2.5 Entrevista em profundidade	36
1.2.6 Etnografia	37
1.2.7 <i>Newsmaking</i>	38
1.2.8 Pesquisa-ação	39
1.2.9 Grupos focais	40
1.2.10 História oral	40
1.3 CONTRIBUIÇÃO BRASILEIRA	42
1.3.1 Precusores	42
1.3.2 Corrente ético-social	43
1.3.3 Corrente técnico-editorial	44
1.3.4 Corrente político-ideológica	47
1.3.5 Corrente crítico-profissional	48
1.3.6 Corrente crítico-histórico-tecnológica	53
1.4 NOVAS PERSPECTIVAS	55

2 PROPOSTA PARA UMA ANÁLISE GLOBAL DE PERIÓDICOS JORNALÍSTICOS	60
2.1 ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICO-CULTURAL	64
2.2 PRODUÇÃO	64
2.3 TEXTOS	67
2.3.1 Análise do discurso	67
2.3.1.1 Produção discursiva	68
2.3.1.2 Análise do discurso jornalístico	69
2.3.1.2.1 Vozes	72
2.4 LEITURAS	73
2.5 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA AGPJ	77
3 APLICAÇÃO DO MÉTODO	78
3.1 ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICO-CULTURAL	78
3.1.1 História cultural – Uma teia de intersecções	79
3.1.2 Cultura: A hibridização de um conceito e de sua prática	80
3.1.3 A cultura no jornalismo	84
3.1.4 História e definição do jornalismo cultural	87
3.1.4.1 Jornalismo literário: O início de tudo	88
3.1.4.2 O romance-folhetim e a popularização da literatura	94
3.1.4.3 O fenômeno chega ao Brasil	96
3.1.4.4 O encontro entre jornalismo e literatura nos pampas	99
3.1.4.5 Jornalismo cultural no século XX	102
3.1.4.5.1 Jornalismo cultural no século XX – Brasil	107
3.1.4.5.2 Jornalismo cultural no século XX – Rio Grande do Sul	112
3.1.5 Revista <u>Aplauso</u>	115
3.1.5.1 Primeira fase – Reconhecimento	116
3.1.5.2 Segunda fase – Afirmação	121
3.1.5.3 Terceira fase – Institucionalização	127
3.1.5.4 Público	131
3.1.5.5 Fontes	134
3.1.5.6 O foco no Rio Grande do Sul	136
3.1.5.7 Jornalismo cultural em <u>Aplauso</u>	138
3.1.5.8 Mercado	141
3.2 CICLOS	143
3.2.1 Edição 76	145
3.2.1.1 Produção	145
3.2.1.2 Texto	158
3.2.1.2.1 O paradoxo entre ciência e religião	160
3.2.1.2.2 O inventor	165
3.2.1.2.3 Herói sem glória	168
3.2.1.2.4 Perseguido	171
3.2.1.2.5 Louco	172
3.2.1.2.6 Espiritismo	174
3.2.1.2.7 Participação política	176
3.2.1.3 Leituras	180
3.2.1.3.1 J.T.F.C.	181
3.2.1.3.2 F.C.F.M.	184
3.2.1.3.3 Z.R.G.	187

3.2.1.3.4	F.F.S.	190
3.2.1.3.5	V.S.	193
3.2.1.3.6	A.A. e S.G.J.	195
3.2.1.3.7	I.D.R.	195
3.2.1.4	Análise do ciclo – Edição 76	196
3.2.2	Edição 77	203
3.2.2.1	Produção	203
3.2.2.2	Texto	235
3.2.2.2.1	Favoráveis ao curso	237
3.2.2.2.2	Questionadores	243
3.2.2.2.3	Contrários ao curso	247
3.2.2.3	Leituras	248
3.2.2.3.1	J.C.T.G.	248
3.2.2.3.2	D.S.R.	251
3.2.2.3.3	A.A.	252
3.2.2.3.4	S.G.J.	254
3.2.2.3.5	E.L.P.	256
3.2.2.3.6	Repercussão na web	260
3.2.2.4	Análise do ciclo	267
3.2.3	Edição 78	273
3.2.3.1	Produção	274
3.2.3.2	Texto	310
3.2.3.2.1	Invisibilidade	312
3.2.3.2.2	Religião afro-rio-grandense	314
3.2.3.2.3	Perseguições	316
3.2.3.2.4	Proteção	317
3.2.3.2.5	Abertura	319
3.2.3.2.6	Sacrifício	320
3.2.3.2.7	Economia	322
3.2.3.2.8	Cultos	325
3.2.3.3	Leituras	326
3.2.3.3.1	G.M.R.A.	326
3.2.3.3.2	A.M.S.	329
3.2.3.3.3	G.A.H.	330
3.2.3.3.4	E.L.K.	333
3.2.3.3.5	C.Z.A.	334
3.2.3.3.6	I.P.A.	336
3.2.3.3.7	Repercussão na web	338
3.2.3.4	Análise do ciclo	339
CONSIDERAÇÕES FINAIS	345
REFERÊNCIAS	354
ANEXOS	366
ANEXO A	Questionário – Leituras	367
ANEXO B	Reportagens	369

INTRODUÇÃO

Ainda que não possa acessar a realidade propriamente dita, ou ontológica, o homem esforça-se em buscar um desenho o mais próximo possível dessa realidade. Kant ressalta que, quando os sujeitos do conhecimento transformam a realidade ontológica em objeto passível de conhecimento, inevitavelmente reconstruem essa realidade, independente da área na qual empreendem suas pesquisas. Diante da inacessibilidade da verdade ontológica, o ser humano tem de se contentar com a verdade fenomenológica, como pontua Rodrigues dos Santos (2001, p. 32).

A verdade ontológica torna-se compreensível em sua versão fenomenológica através dos discursos, partilháveis em patamares de intersubjetividade sempre que o objeto, de alguma maneira, sobrepõe-se aos diferentes sujeitos que o conhecem, ou seja, quando há objetividade, como explica Sousa (2006, p. 319). Para ele, o discurso científico tem sempre uma intenção de verdade, uma intenção de compreensão e de conhecimento do objeto, um compromisso com a realidade, ainda que fique no nível dos fenômenos e não dos nômenos¹. Assim, os métodos mais precisos e fiáveis de aproximação do sujeito à realidade são os métodos científicos e o conhecimento mais fiel à realidade fenomenológica perceptível é o conhecimento científico.

Comprovável e verificável, o conhecimento científico pode ser refutado quando não passar nos exames aos quais deve ser submetido. “Portanto, na

¹ O nômeno é a essência da realidade. Algo que está além do território perceptivo e cognoscitivo dos seres humanos (SOUSA, 2006, p. 318).

ciência, não se deve abandonar a intenção de objetividade, a intenção de sobreposição do objeto de conhecimento aos sujeitos de conhecimento, materializada na idéia de que sempre que existe evidência suficiente pode-se afirmar com certeza uma verdade científica”, afirma Sousa (2006, p. 319).

Para descortinar essa verdade, a ciência vale-se de métodos, eles mesmos postos à prova cada vez em que são aplicados. São as técnicas e procedimentos científicos que permitem ao pesquisador enxergar o objeto com olhos de analista. Seu objetivo não é fornecer amarras ao conhecimento, ou enquadrá-lo em uma fórmula estanque, comprovável apenas na repetição. É, sim, possibilitar, de certa forma, a construção do curso real dos acontecimentos através de palavras, a fim de torná-lo inteligível e comunicável, como disse Park (1970, p. 171-172). Em seu estudo sobre a notícia como *forma de conhecimento*, o autor define o conhecimento científico como o resultado da observação sistemática do mundo, buscado com todo o aparelhamento formal criado pela pesquisa científica. Não há, para ele, no entanto, nenhum método científico totalmente independente da intuição ou da percepção. O que os procedimentos científicos fazem, além de garantir a supremacia do objeto perante o sujeito, é proteger o investigador dos perigos de uma interpretação baseada na corrida apaixonada pelo conhecimento.

Obedecer a um método não significa ser seu escravo, negar o que mostra a sensibilidade e as fatalidades do percurso científico. O método é, antes, o guia deste saber, indispensável para a construção da ciência e para a máxima aproximação da verdade.

Em uma crítica ao que considera a aplicação do positivismo na academia, Machado da Silva defende que a poesia no método é também a aceitação de que não há metodologia definitiva, não há método pronto, não há pureza metodológica. “Durante muito tempo, no âmbito acadêmico, se condenou a mestiçagem cultural, a mescla de referências, a conciliação dos inconciliáveis. Hoje, apesar do espectro sempre robusto do positivismo rondando o campo científico, a antropofagia já pode figurar na ceia da pesquisa universitária” (2003, p. 264). O autor não crê, no entanto, na possibilidade de um método *a priori*.

Embora ressalte que a impossibilidade do método não representa recusa do rigor ou abandono da orientação, afirma que, se método significa conhecer o caminho de antemão, então só há método *a posteriori*, só há relato metodológico depois da caminhada concluída.

Compartilhamos de sua visão a respeito da mestiçagem cultural, do cruzamento de diferentes referências, da interdisciplinaridade. Discordamos quando nega a possibilidade de uma reflexão metodológica anterior ao desenvolvimento da pesquisa. Acreditamos que o conhecimento científico se constrói e reconstrói através de seus métodos, que não servem para amordaçar a intuição ou excluir a imaginação, mas, antes, para libertar o pensamento.

Como bem sublinha Machado da Silva (2003, p. 265), a tarefa do investigador não é confirmar um método, mas fazer emergir o conhecimento. Para isso, é necessário recorrer a meios, a instrumentos, que não são neutros e, portanto, incidem sobre a descoberta. O meio, para ele, não pode ser transformado em fim, o conhecimento não pode se deixar dominar pela metodologia de construção do saber. Compartilhamos, em parte, de seu ponto de vista. O método não é o fim, é o meio para se chegar ao conhecimento. A simples confirmação de um método não garante cientificidade à pesquisa. Porém, pensar metodologicamente os objetos de determinado campo do saber, propor olhares, guias, as já referidas lentes de um microscópio mental, é relevante para a consolidação deste campo, para a construção do discurso científico e para a constante problematização de suas questões. A grandeza do método, como refere o autor, não deve ser reduzida à pequenez das formas de catalogação e registro. Ele significa um modo de enxergar a pesquisa e o mundo. Está impregnado pelas experiências do pesquisador, e é importante que seja assim.

Neste trabalho, propomos uma estratégia metodológica para o estudo do jornalismo impresso, pelo qual temos verdadeira paixão. Buscar enxergá-lo através de uma lente metodológica é considerá-lo enquanto objeto de pesquisa, embora ele esteja presente em nossa vida com outras diferentes roupagens. A *lente*, apresentada aqui, tem muito a ver com nossa própria trajetória na investigação científica, com nossas vivências e leituras na área da comunicação.

A Análise Global de Periódicos Jornalísticos (AGPJ) é resultado de um diálogo entre pesquisadores e seu objeto de estudo. Da curiosidade e do respeito por ele, foram traçadas as linhas mestras desta proposta, cuja pretendida inovação reside na combinação organizada entre teorias e técnicas de pesquisa em jornalismo com o circuito comunicativo idealizado por Richard Johnson. Por isso, aplicá-la satisfatoriamente não significa simplesmente replicar as ferramentas e conceitos trabalhados aqui. É necessário problematizá-los frente ao objeto. A AGPJ é uma tentativa de enxergar o jornalismo cientificamente. Mas cabe ao investigador ajustá-la ao seu microscópio e, mais ainda, ao seu objeto de pesquisa.

A visão do jornalismo, proposta nesta investigação, está comprometida com a compreensão do processo comunicativo, mesmo que ele não seja analisado em sua completude nos trabalhos de pesquisa que venham a empregá-la. A AGPJ visa compreender o circuito do jornalismo, em seus principais momentos. Trata-se de uma proposta metodológica, sim, mas, mais do que isso, de um entendimento sobre o jornalismo como objeto de pesquisa científica.

Sua investigação exige a aplicação de procedimentos metodológicos adequados, que permitam a apreensão e compreensão do objeto de estudo em sua complexidade. Por registrar os acontecimentos do presente, o periódico jornalístico – seja ele um jornal ou uma revista, configura-se como um precioso documento de pesquisa. Através dele, é possível compreender o cotidiano de uma época, resgatar o contexto e a repercussão de determinado momento da realidade. Isso tudo, é claro, sob o ponto de vista do veículo pesquisado. A própria ótica do periódico representa um reflexo do período em que foi publicado, levando-se em consideração seu posicionamento e sua localização.

Quando transformado em objeto de pesquisa científica, o periódico, tão definitivo e estanque, ao primeiro olhar, revela-se vivo e repleto de histórias a serem descobertas por detrás da palavra impressa. O jornalista, enquanto historiador do instante, interpreta os acontecimentos e não apenas os recita. As narrativas jornalísticas, mesmo tendo como norte a objetividade e a imparcialidade, são espaços de subjetividade. Mediador, o jornalista imprime seu

ponto de vista à notícia, mesmo quando não opina. Os estudos acerca da *filtragem* e das rotinas da profissão demonstram a característica hermenêutica do jornalismo. Considerando estes aspectos, a AGPJ vincula-se ao paradigma construcionista dos estudos de jornalismo, que o define como um dos processos construtores da realidade – ao mesmo tempo em que é construído por ela.

Ter como objeto de pesquisa o periódico jornalístico é um desafio. É uma opção temática e metodológica que suscita diferentes questionamentos, os quais, na maioria das vezes, não podem ser respondidos apenas com a existência física do objeto. Na década de 1970, Melo (1970, p. 46) criticava a utilização de técnicas das Ciências Sociais pelas Ciências da Comunicação e da Informação, algo bastante recorrente na época e, ainda hoje, tendo em vista que a segunda surge como um ramo da primeira. De acordo com o autor, no entanto, este fato não prejudicava o delineamento de uma metodologia peculiar, em fase de concepção e de experimentação naquele momento.

Desde lá, diversos pesquisadores, iniciantes ou experimentados, debruçaram-se sobre o tema, seja estudando a aplicação metodológica nos programas de pós-graduação em comunicação social, como fez Lopes (1990), elaborando manuais para projetos de mestrado e doutorado, a exemplo de Santaella (2001), abordando criticamente os trabalhos empreendidos na área, como o texto de Rüdiger (2002), ou alertando para a urgência da compreensão da *esfinge midiática* pelas comunidades acadêmicas, a fim de retornar à sociedade o conhecimento necessário para desvendar os processos comunicativos, como escreveu Melo (2004), para citar apenas alguns. Recentemente, Jorge e Barros publicaram **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação** (2006), onde reúnem o pensamento de diversos investigadores de ponta da área a respeito dos procedimentos e técnicas mais comumente empregados nas pesquisas sobre a comunicação e, inclusive, o jornalismo.

A construção de metodologias peculiares às Ciências da Comunicação, iniciada ainda na década de 60, com a criação do Instituto de Ciências da Informação (ICINFORM) por Luiz Beltrão, é uma tarefa ainda em execução pelos pesquisadores da área. Sua evolução obedece à transformação constante dos

objetos, sujeitos, contextos e processos comunicativos. Os métodos científicos, embora propostos com a intenção de certa longevidade, têm sua permanência definida por fatores externos a eles e à própria ciência. Logo, pensar metodologicamente os estudos em comunicação não é privilégio das primeiras e nem da atual geração de pesquisadores, considerando a juventude do campo em relação aos demais. Antes disso, é necessidade de todos que investem sua vida na investigação científica. Para alcançar a ciência, é preciso problematizar o modo como se chega até ela, e isso vale para todas as áreas.

Colocamo-nos, então, como jornalistas-pesquisadores que têm, como objetivo, estudar o jornalismo enquanto objeto de investigação científica, e buscam, para isso, sistematizar esse conhecimento. Embora seja claramente uma proposta metodológica, essa pesquisa não pretende, de modo algum, apresentar uma fórmula definitiva, a ser aplicada com sucesso a qualquer periódico jornalístico. Objeto multifacetado que é, o jornalismo exige um arsenal qualificado de ferramentas para sua análise. A metodologia mais adequada para o trabalho diz respeito não somente ao periódico em si, mas ao perfil do próprio pesquisador. Entendemos essa proposta como uma diretriz a ser problematizada a cada nova pesquisa que vier a utilizá-la. Trata-se de um ponto de vista metodológico que permite enxergar cientificamente esse objeto que, a cada piscar de olhos, apresenta sempre mais uma característica singular.

Como não poderia deixar de ser, a proposta metodológica aqui apresentada também será colocada em prática ao longo do trabalho. Só assim será possível perceber suas peculiaridades, contribuições e deficiências. A aplicação do método ao estudo de um objeto empírico é um trabalho dentro do trabalho. Assim, embora nosso objeto central seja a própria estratégia metodológica, temos um segundo objeto, o qual analisaremos à luz da AGPJ.

Optamos por estudar o jornalismo cultural, área pouco explorada na academia e pela qual temos amplo interesse. Como objeto, será analisada a revista Aplauso, periódico jornalístico mensal, publicado no Rio Grande do Sul desde 1998, com o objetivo de divulgar e debater as iniciativas artísticas e culturais criadas ou produzidas no Rio Grande do Sul. O leitor desinformado pode

pensar tratar-se de uma publicação que, devidamente trajada de botas e esporas, encilha o cavalo em defesa das mais antigas tradições dos pampas. Engana-se. A leitura atenta da revista demonstra, sim, sua preocupação com as questões culturais do estado. No entanto, sua concepção de cultura vai muito além do horizonte gaudério. Nas páginas da revista, alternam-se debates sobre arquitetura, fotografia, teatro, dança, artes plásticas, cinema, ideologias e políticas culturais.

A pesquisa é oportuna na medida em que, além de grande interesse pelo tema, temos, também, fácil acesso à redação da revista, assim como à sua coleção completa. Por cerca de um ano, atuamos como colaboradores da publicação. Durante aquele período, participamos de reuniões de pauta e colaboramos com matérias, reportagens e artigos. Aquela experiência, aquele conhecimento da *cozinha* da revista, para usar o jargão jornalístico, revelou-nos a relevância do trabalho ali realizado, assim como suas eventuais fraquezas e dificuldades. Conhecer o *fazer jornalístico* de Aplauso torna-nos aptos a analisá-la com a maior fidelidade possível. Por outro lado, não atuarmos mais como colaboradores garante-nos a independência indispensável para a objetividade do trabalho científico.

No Rio Grande do Sul, as principais obras que abordam o jornalismo cultural têm o foco na produção do século XIX, época de ouro do jornalismo literário no estado, ou nas décadas de 1930 e 1950, período de publicações importantes, como Revista do Globo e Província de São Pedro. Nesse sentido, assumimos a dificuldade de uma demarcação contemporânea, porque compreendemos que o estudo da história do presente é viável e importante, como já pontuou Travancas (2001).

Sobre Aplauso, especificamente, foram publicados dois trabalhos de conclusão de graduação. **Aplauso à cultura no jornalismo gaúcho – A produção simbólica humana em revista de abrangência regional**, monografia de Everton Terres Cardoso, defendida junto ao Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Universidade de Caxias do Sul (UCS), analisa a adequação dos temas abordados pela revista e os gêneros jornalísticos empregados. Em **A**

cultura gaúcha pela ótica da revista Aplauso, Marta Helena Heming Forgiarini, aluna do Curso de Comunicação Social – Jornalismo da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) utiliza a semiótica para analisar treze capas da publicação, de maio de 2002 a maio de 2003, incluindo a edição de lançamento, de maio de 1998.

O interesse pelo jornalismo cultural surgiu durante a graduação em jornalismo, especialmente durante o período em que atuamos como bolsista de iniciação científica no projeto *Romances-folhetim na imprensa sul-rio-grandense no século XIX*, sob orientação do Professor Doutor Antonio Hohlfeldt. A linha tênue que separa literatura e jornalismo passou, então, a ser um de nossos objetos de estudo e preocupação acadêmica. No final do curso, em nosso trabalho de conclusão, optamos pela investigação do personagem do jornalista na literatura da década de 1970, sempre com o olhar focado neste campo de intersecção entre as áreas. Durante aquela pesquisa, entramos em contato com informações sobre o Pato Macho², jornal alternativo publicado em Porto Alegre na década de 1970, que tinha, como principal característica, a crítica ao marasmo cultural da capital gaúcha à época de sua circulação. Com apenas 15 edições e, menos ainda, referências ao mesmo no meio acadêmico, o periódico foi objeto de pesquisa em nossa dissertação de mestrado sobre o humor no jornalismo alternativo no Rio Grande do Sul, na qual iniciamos, sob a orientação da Professora Doutora Beatriz Dornelles, o contato com novas metodologias para o estudo do jornalismo impresso.

Pesquisar o jornalismo, suas imbricações e seu lugar na sociedade, tem sido nossa preocupação desde que iniciamos na área acadêmica. Como docente, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, lecionamos as disciplinas “Redação Jornalística”, “Jornalismo Especializado” e “Comunicação Comparada”. O *fazer jornalístico* e a análise da produção na área, especialmente no Brasil, eram assuntos recorrentes em sala de aula. A reflexão em torno da própria pesquisa em jornalismo é um desenrolar desta trajetória.

² O periódico passou por digitalização junto ao Núcleo de Pesquisa em Ciências da Comunicação da PUCRS e foi lançado em CD organizado pela Professora Doutora Maria Helena Steffens de Castro.

Durante o período de coleta de dados e de organização do material a respeito do tema, foram surgindo muitas indagações, as quais deram origem às questões de pesquisa. A partir delas, traçamos os objetivos gerais e específicos que nortearão este trabalho.

QUESTÕES DA PESQUISA

- É possível a execução de uma estratégia metodológica para o estudo de periódicos jornalísticos impressos que contemple os principais momentos do processo comunicativo? Como ela se dá?
- Qual a contribuição de uma proposta como essa para o campo da comunicação?
- Quais suas principais características (pontos positivos e deficiências)?

OBJETIVOS

Geral

- Propor uma estratégia metodológica para o estudo de periódicos jornalísticos impressos, que contemple os principais momentos do circuito comunicativo.

Específicos

- Aplicar a proposta apresentada a um periódico jornalístico;
- Verificar sua eficácia na compreensão da relação entre produção, textos e leitores do periódico selecionado;

- Analisar sua contribuição para os estudos em comunicação, em especial em jornalismo;
- Detectar suas insuficiências e refletir sobre possíveis aprimoramentos.

Este trabalho está estruturado em três capítulos, além de Introdução e Considerações Finais: o primeiro, *Pesquisa em jornalismo*, revisa a literatura em torno do tema e procura delimitar o estado da arte dos estudos nesse campo; o segundo, *Proposta para uma Análise Global de Periódicos Jornalísticos*, apresenta a estratégia metodológica e problematiza seus procedimentos; e o terceiro, *Aplicação do Método*, contempla o uso da AGPJ em três edições da revista Aplauso. A última parte é composta pelas *Referências Bibliográficas* e pela seção *Anexos*.

A perspectiva metodológica aqui apresentada foi levada para discussão na Universidade Fernando Pessoa, do Porto (Portugal), sob orientação do professor doutor Jorge Pedro Sousa, reconhecido como referência na área, especialmente por seus estudos acerca das teorias do jornalismo.

1 PESQUISA EM JORNALISMO

Embora o objetivo deste trabalho não seja a definição de uma *teoria* do jornalismo e, sim, a proposição de uma *metodologia* para a área, é válida a revisão dos principais conceitos que nortearam o pensamento científico nesse campo. São muitas as teorias e os olhares científicos sobre o jornalismo. Para selecioná-las, seguimos a divisão proposta por Sousa (2006), em **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media**. Em cada teoria, no entanto, contrapomos a visão de outros autores e pesquisadores que sobre ela refletiram.

1.1 TEORIAS

Como aponta Sousa (2006, p. 117), o estudo acadêmico das notícias iniciou em 1629, com a abordagem jurídica das notícias apresentada por Christophorus Besoldus, na Alemanha. Um ano depois, outro jurista alemão, Ahasver Fritsch, analisou, em livro, a problemática do uso e do abuso nas notícias. Na Inglaterra, John Milton, em **Aeropagítica**, de 1644, defendeu a liberdade de imprensa, reivindicando o acesso aos jornais a todos os cidadãos, idéia contrariada em **Leviatã**, de Thomas Hobbes, em 1651, mas defendida no **Ensaio sobre o governo civil**, de John Locke (1690):

Voltando à Alemanha, em 1685, Christian Weise publica, em Leipzig, a primeira análise de conteúdo da história, sobre os periódicos surgidos na Alemanha entre 1660 e 1676. A análise intitulava-se **Nucleus novellarum ab anno 1660 usque 1676** e surge como apêndice do livro **Schediasma Curiosum de Lectione Novellarum** (parece ter

sido publicada autonomamente em 1676). O autor, ao contrário de Fritsch, assume uma visão mais integrada do que apocalíptica sobre as notícias e os jornais, acreditando no valor formativo e pedagógico destes (SOUSA, 2006, p. 117).

Com sua tese de doutorado, Tobias Peucer, em 1690, apresentou, na Universidade de Leipzig, o primeiro trabalho acadêmico sobre as notícias, sujeito à avaliação científica. Conforme Tambosi, Peucer teve o mérito de sistematizar os principais conceitos da recém-nascida imprensa periódica, porém, não deveria ser visto como fundador de uma teoria do jornalismo. “Na verdade, os pressupostos teóricos e regras técnicas que ele enuncia correspondem à *cultura da notícia* que começava a se consolidar nos principais centros da Europa (principalmente na Holanda), em função da expansão do comércio e da proliferação de periódicos”, afirma (2004, p. 50). Sousa, no entanto, em trabalho específico sobre o autor (2004), credita-o como precursor da teoria do jornalismo contemporânea, pois, em vários excertos de sua tese, aparecem preocupações com questões centrais, em torno das quais se tenta construir atualmente uma teoria da notícia e do jornalismo, como o conceito de notícia ou de jornal, a relação entre o jornalismo e a história, os critérios de noticiabilidade ou os constrangimentos à produção da informação.

1.1.1 Teoria do espelho e conceito de objetividade

A primeira teoria oferecida para explicar porque as notícias são como são, conforme Traquina (2004, p. 146), é aquela desenvolvida pela própria ideologia profissional dos jornalistas (pelo menos nos países ocidentais). Ou seja, as notícias são como são porque a realidade assim as determina; elas são o espelho desta realidade. A noção-chave desta teoria, de acordo com o autor, é a do jornalista como um comunicador desinteressado, um agente empenhado em sua missão de informar, procurar a verdade, contar o que aconteceu, doa a quem doer. Esta concepção, desenvolvida no início da segunda metade do século XIX, embora seja também a mais antiga, é a que perdura como dominante no campo jornalístico ocidental.

Em um período marcado pelo positivismo, a busca da objetividade não era privilégio do jornalismo, mas uma meta de praticamente todos os campos do conhecimento. “Embora o conceito de objetividade seja hoje visto erradamente como a negação da subjetividade e um reforço da fé nos fatos, Michael Schudson explica que o ideal da objetividade não foi a expressão final de uma convicção nos fatos, mas a afirmação de um método concebido em função de um mundo no qual os fatos não eram merecedores da confiança”, diz Traquina (2004, p. 148). É neste contexto que Walter Lippman lança **Opinião Pública**, obra na qual sugere aos jornalistas o emprego de métodos científicos e procedimentos profissionais como antídoto para a subjetividade.

O *ethos* dominante, os valores e as normas identificados com o profissionalismo, faz com que dificilmente os membros da comunidade jornalística aceitem qualquer ataque à teoria do espelho porque a legitimidade e a credibilidade dos jornalistas estão assentes na crença social de que as notícias refletem a realidade, que os jornalistas são imparciais devido ao respeito às normas profissionais e asseguram o trabalho de recolher a informação e de relatar os fatos, sendo simples mediadores que “reproduzem” o acontecimento na notícia.

[...]

Mas a teoria do espelho, intimamente ligada à própria legitimidade do campo jornalístico, é uma explicação pobre e insuficiente, que tem sido posta em causa repetidamente em inúmeros estudos sobre o jornalismo e, na maioria dos casos, sem qualquer intuito de por em causa a integridade dos seus profissionais (TRAQUINA, 2004, p. 149).

1.1.2 *Gatekeeper*

Em 1950, David Manning White lançou seus estudos sobre *gatekeeping*, processo de seleção da informação jornalística, semelhante a um filtro, ou, para seguir a metáfora, a um portão. Ele reflete sobre a influência do jornalista, enquanto sujeito do processo comunicativo, na seleção do que será publicado nos veículos de comunicação de massa. Analisa o processo de recebimento, análise e seleção do que irá transformar-se em notícia e do que não ganhará o espaço dos periódicos jornalísticos, procurando compreender o motivo dessas escolhas. Observa que muitos dos critérios utilizados nesta seleção caem na categoria de

juízos de valor muito subjetivos. Sua conclusão, como sublinha Sousa (2000, p. 42), deu um forte impulso à superação científica da teoria do espelho.

Sousa (2006) explica que os estudos sobre *gatekeeping* continuaram, tendo-se complexificado a metáfora. Em estudo de 1956, Gieber concluiu que a subjetividade do jornalista é relegada para segundo plano pelos constrangimentos organizacionais.

1.1.3 Sociologia interpretativa

O olhar sociológico sobre a imprensa é proposto por autores como Max Weber, Ferdinand Tönnies e Otto Groth, em textos elaborados no final do século XIX e meados do século XX (BERGER; MAROCCO, 2006). É grande a influência destes pesquisadores sobre as demais teorias que se inscrevem nesta perspectiva, embora muitas vezes não seja reconhecida.

Em 1955, Warren Breed publicou *Controle social na redação: Uma análise funcional* (1993). O estudo, ligado à sociologia do jornalismo, tem enfoque nas relações que se estabelecem em uma redação jornalística e seus efeitos no comportamento dos jornalistas. Breed elenca algumas razões sobre o conformismo para com a orientação política dos veículos de comunicação: autoridade institucional e suas sanções; sentimentos de obrigação e estima para com os superiores; aspirações de mobilidade; ausência de grupos de lealdade em conflito; prazer da atividade; a notícia transformada em valor.

“O processo de aprendizagem da orientação política cristaliza-se num processo de controle social, no qual se castigam os desvios (geralmente de um modo suave) com reprimendas, cortando o artigo, recusando um comentário de modo amigável por parte de um executivo, etc”, diz (1993, p. 161). De acordo com esta teoria, os jornalistas acabam, de certa forma, adaptando-se ao ambiente no qual trabalham. Alguns, por desconsiderarem a relevância da atividade; outros, por acreditarem subverter o máximo possível à realidade. Os anticonformistas convictos, esses sim, podem deixar o jornalismo.

Os estudos de *newsmaking* também se inscrevem na sociologia do jornalismo. As rotinas jornalísticas foram identificadas por autores como Gaye Tuchman (1978) como grandes influenciadoras na produção das notícias. As organizações noticiosas se esforçam por rotinizar o seu trabalho, de forma a assegurar que a produção de informação se faça sem grandes sobressaltos ou complicações. Porém, as rotinas acarretam uma maior burocratização do processo jornalístico, diminuem a profundidade do discurso e restringem a contrastação de fontes (SOUSA, 2006).

1.1.4 Ação política

Embalada pela onda de protesto que invadiu as universidades na década de 1960, a pesquisa científica em jornalismo inclina-se para os estudos que envolvem a ideologia, sob forte influência de autores marxistas como Antônio Gramsci, assim como pela redescoberta da natureza problemática da linguagem, em Roland Barthes, ou pela escola culturalista britânica.

Essa nova fase de investigação debruça-se sobre as relações entre jornalismo e sociedade, as implicações políticas e sociais da atividade jornalística e o papel social das notícias. Nas teorias de ação política, com destaque para os trabalhos de Edward Herman e Noam Chomsky, à esquerda, e de Irving Kristol e Edith Efron, à direita, os *media* noticiosos são vistos de uma forma instrumentalista. Servem objetivamente a certos interesses políticos. Essas teorias, independente da posição política que adotem, defendem a idéia de que as notícias são distorções sistemáticas que servem aos interesses políticos de certos agentes sociais específicos (TRAQUINA, 2004).

1.1.5 Construtivismo

A teoria construtivista emerge na década de 1970, em estudos como o de Tuchman (1978), representando uma virada, em paradigma oposto à perspectiva

das notícias como distorção, e pondo em cheque a própria ideologia jornalística e sua perspectiva de espelho da realidade. Nesta visão, o jornalismo aparece como um dos processos construtores da realidade, que são, ao mesmo tempo, construídos por ela.

De uma maneira análoga à criação de um mundo espacial com sentido, os acontecimentos são usados como pontos de referência temporais para o ordenamento do passado e do futuro. Os passados e os futuros são construídos e reconstruídos, como um processo contínuo das rotinas diárias. Em tais construções, um infinito número de atividades não são presenciadas, e algumas passam a ser observáveis. Estas últimas transformam-se em recursos – disponíveis e realmente necessários – para dividir, demarcar e moldar a vida, a história e o futuro (MOLOTCH; LESTER, 1993).

Molotch e Lester (1993) abordam as diferentes instâncias de produção das notícias: as fontes, organizadas ou não, os jornalistas e os receptores. Desde o seu ponto de vista, o estudo dos meios de comunicação procura não a realidade, mas os propósitos subjacentes às estratégias de criação de uma realidade, ao invés de outra. “Para o cidadão ler o jornal como um catálogo dos acontecimentos importantes do dia, ou para o sociólogo utilizar o jornal para a seleção de tópicos de estudo, é preciso aceitar como realidade o trabalho político através do qual os acontecimentos são considerados por aqueles que geralmente detêm o poder”, explicam, ressaltando que somente os acidentes e escândalos conseguem suplantar essa rotina de maneira significativa.

O cuidado que os autores sugerem ao sociólogo é o mesmo que deve ter qualquer pesquisador que tenha como objeto de estudo um produto jornalístico ou o utilize como referência em seu trabalho de investigação. Independente do método que empregue, é importante levar em conta os processos de produção da notícia, a notícia em si e o consumo que se faz dela. Esse percurso circular, no qual os diferentes momentos estão inter-relacionados, é agente construtor da realidade e tem sua dinâmica influenciada por ela.

Na perspectiva do paradigma construtivista, embora sendo índice do “real”, as notícias registram as formas literárias e as narrativas utilizadas para enquadrar o acontecimento. A pirâmide invertida, a ênfase dada à resposta às perguntas aparentemente simples: quem? o que? onde? quando?, a necessidade de selecionar, excluir, acentuar diferentes aspectos do acontecimento – processo orientado pelo enquadramento escolhido – são alguns exemplos de como a notícia,

dando vida ao acontecimento, constrói o acontecimento e reconstrói a realidade (Carey, 1986).

Como escreve Robert Karl Manoff (1986), a escolha da narrativa feita pelo jornalista não é inteiramente livre. Essa escolha é orientada pela aparência que a “realidade” assume para o jornalista, pelas convenções que moldam a sua percepção e fornecem o repertório formal para a apresentação dos acontecimentos. Segundo Wolfsfeld (1991:18), os acontecimentos propriamente ditos oferecem freqüentemente um ponto de partida para a construção de enquadramentos mediáticos, apesar das discordâncias acerca do que “realmente” aconteceu (TRAQUINA, 2004, p. 174).

Conforme Sousa (2006), a abordagem construtivista integra as conclusões de diferentes estudos sobre os jornalistas, o *gatekeeping*, os valores-notícia, os constrangimentos organizacionais, as relações entre fontes e jornalistas, a influência das ideologias e da cultura no processo de produção da informação, etc.

1.1.6 Cultura jornalística

Os jornalistas partilham valores e formas de ver e operar que estruturam uma cultura profissional. A capacidade de verificar fatos, apurar, fazer perguntas, contatar fontes, o domínio das técnicas de redação jornalística, assim como a capacidade para reconhecer o que é notícia, estão entre os fatores estruturantes da cultura profissional. O caráter partilhado dos valores noticiosos e as políticas editoriais específicas de cada empresa também entram nesse rol. A cultura jornalística é, então, em grande medida, transorganizacional e transnacional, mas também é local, pois cada organização noticiosa tem a sua própria cultura (SOUSA, 2006, p. 126).

O estudo pioneiro sobre os jornalistas foi o trabalho de Rosten, em 1937, sobre os correspondentes norte-americanos em Washington. Ao longo do século XX, esse tipo de investigação apareceu de forma esporádica. A esmagadora maioria trata de jornalistas em espaços ou países específicos, sem uma abordagem comparativa, ou sobre um grupo de elite da categoria, como fez Rosten com os correspondentes. Os primeiros estudos sociológicos sobre

comunidades jornalísticas nacionais, a partir de uma amostra representativa, surgem nos anos 1970, com o trabalho de Johnstone et al., de 1976, tendo por base 1.313 jornalistas entrevistados em 1971 (TRAQUINA, 2005).

Traquina (2005) analisa os jornalistas como integrantes de uma comunidade interpretativa transnacional, em que indivíduos de diversos países partilham valores-notícia semelhantes e toda uma cultura profissional. Baseado em dados empíricos, afirma que os jornalistas comungam, também, com variações de intensidade, de um sistema de valores que fornece uma identidade clara do profissional.

1.1.7 Unionismo

Alguns pesquisadores defendem o agrupamento das diferentes contribuições científicas que procuram explicar o jornalismo numa teoria do jornalismo ou da notícia.

Há autores, como Traquina (2001, 2002), que vêm as teorias da notícia como diferentes, embora não exclusivas e não necessariamente independentes uma das outras. Outros autores, como Sousa (1997, 2000) e Shoemaker e Reese (1996), consideram que a interligação das diferentes dádivas teóricas é possível, útil e desejável, havendo já matéria suficiente para a edificação de uma Teoria do Jornalismo (ou da Notícia) que permita explicar “por que é que as notícias são como são?” (SOUSA, 2006, p. 128).

Na perspectiva unionista, Sousa (2000, 2006) propõe a Teoria Multifatorial da Notícia. Fazendo uso de teorias diversas, estuda as notícias como resultado de um processo de construção em que várias forças atuam entre si: força pessoal, força das rotinas, fator tempo, força social, força ideológica, força cultural, força do meio físico, força dos dispositivos tecnológicos e força histórica. Esta visão, de acordo com seu autor, tem a vantagem de ultrapassar eventuais contradições e oposições apontadas por Traquina nas diferentes teorias, como, por exemplo, a oposição entre os conceitos de construção e de distorção. Para ele, as notícias são uma construção e, portanto, não são, nem poderiam ser,

espelhos da realidade. Logo, há sempre um grau de distorção entre a realidade e as notícias.

Sousa centra sua teoria no produto jornalístico, a notícia, explicando como surge, como se difunde e quais os efeitos que gera. A Teoria Multifatorial da Notícia é traduzida matematicamente em três funções (2006, p. 131). A primeira delas, supracitada, trata da notícia e de seu processo de produção. A segunda evidencia os efeitos pessoais de uma notícia, que podem ser fisiológicos, afetivos, cognitivos e comportamentais. A terceira equação refere-se aos efeitos sociais, ideológicos, culturais e históricos das notícias.

Em artigo científico (2004), Sousa testa sua teoria, analisando duas notícias publicadas na imprensa portuguesa. Embora leve em consideração a diversidade de forças que incidem sobre a notícia, a aplicação centra-se no texto e no que se pode inferir a partir dele.

1.2 MÉTODOS

Embora muitas vezes relegado a segundo plano na pesquisa em jornalismo, o que representa um verdadeiro paradoxo, se levarmos em consideração que o mesmo ainda luta para consolidar-se como um campo específico da ciência, o método é definidor dos rumos e dos resultados da investigação científica. Os procedimentos para analisar o jornalismo, sobretudo o jornalismo impresso, são bastante variados. Sua escolha depende dos objetivos do trabalho e do modo como o pesquisador compreende o jornalismo e a sociedade.

Nas próximas páginas, arrolaremos algumas das principais metodologias, técnicas e procedimentos utilizados no estudo do jornalismo impresso, referências fundamentais para o desenho da Análise Global de Periódicos Jornalísticos.

1.2.1 Método comparativo

Os primeiros estudos de jornalismo comparado foram realizados por Jacques Kayser, no Instituto Francês de Imprensa. Suas pesquisas tinham como foco a morfologia e o conteúdo dos jornais. O objetivo de Kayser era propor uma metodologia de pesquisa de jornais que pudesse identificar características estruturais de diários nacionais e internacionais, de grande relevância para o reconhecimento dos problemas da imprensa em relação ao homem (MELO, 1972).

Conforme Melo (1971), este método envolve a comparação de determinados aspectos, em diversos jornais e revistas, através da quantificação dos elementos que se pretende comparar. Para isso, usam-se escalas de referência, que permitem enquadrar homogeneamente os aspectos estudados.

Nos estudos de jornalismo efetua-se geralmente a mensuração de toda a superfície impressa, utilizando as unidades de medida centímetro-coluna ou centímetro quadrado, e dimensionando categorias de mensagens, tratamento técnico, uso de códigos, etc. (1971, p. 98).

1.2.2 Análise de conteúdo

A análise de conteúdo (AC) é, conforme Bardin (1977), um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis, que se aplicam a discursos diversificados. São extremamente úteis no estudo dos meios de comunicação social. É uma hermenêutica controlada, baseada na dedução e na inferência.

Absolve e cauciona o investigador por esta atração pelo escondido, o latente, o não-aparente, o potencial de inédito (do não-dito), retido por qualquer mensagem. Tarefa paciente de “desocultação”, responde a esta atitude de voyeur que o analista não ousa confessar-se e justifica a sua preocupação, honesta, de rigor científico. Analisar mensagens por esta dupla leitura onde uma segunda leitura se substitui à leitura “normal” do leigo, é ser agente duplo, detetive, espião... (BARDIN, 1977, p. 9).

Prevê três pólos cronológicos de trabalho: a pré-análise, quando se organiza o material a ser analisado; a exploração deste material, momento em que se administram as decisões tomadas – consiste, essencialmente, de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas; e o tratamento dos resultados obtidos e interpretação, quando os resultados brutos começam a *falar*, tornando-se significativos e válidos. Através destes resultados, o analista pode propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos, ou que se relacionem com outras descobertas inesperadas.

Normalmente vinculada à pesquisa quantitativa, a análise de conteúdo configura-se, antes disso, como um ponto de partida quantitativo para uma análise qualitativa. No entanto, sua principal deficiência, em nosso ponto de vista, é não instrumentalizar o pesquisador para esta análise qualitativa. Trata-se de uma técnica excelente para se chegar, cientificamente, ao *corpus* de pesquisa. Mas, lá estando, não há diretrizes ou procedimentos específicos a serem realizados para um estudo que vá além das evidências numéricas.

1.2.3 Análise do discurso

A análise do discurso de tradição francesa tem sua origem nos anos 1960, em um contexto intelectual marcado por duas rupturas. De um lado, o progresso da lingüística tornava insuficiente considerar apenas o conteúdo de um texto, o que permitia à análise do discurso não visar o *quê* o texto quer dizer, mas *como* o texto funciona. Por outro lado, na época, há um deslocamento no modo como os intelectuais encaram a *leitura*, que passa a aparecer não mais como simples decodificação, mas como construção de um dispositivo teórico (ORLANDI, 2001).

Sousa (2006) refere-se à técnica como análise qualitativa do discurso, que visa apreciar as qualidades não-quantificáveis do mesmo. Segundo ele, a análise do tema, dos enquadramentos e das estruturas, dos objetivos do

enunciador e dos objetivos e ações dos protagonistas, entre outros, podem configurar uma análise qualitativa do discurso jornalístico.

A noção de discurso, para Manhães (2006, p. 305), é uma consequência da premissa hermenêutica de que a interpretação do sentido deve levar em conta que a significação é construída no interior da fala de um determinado sujeito, quando um emissor tenta mostrar o mundo para um interlocutor, numa determinada situação, a partir de seu ponto de vista, movido por uma interação.

Benetti (2006), vinculada à escola francesa, reflete sobre as contribuições da análise do discurso aos estudos de jornalismo:

Consideramos que a AD é especialmente produtiva para dois tipos de estudo no jornalismo: mapeamento das vozes e identificação dos sentidos. Esses dois tipos de pesquisa estão em íntima relação, mas podem ser desenvolvidos em momentos distintos e exigem procedimentos específicos.

[...]

O fato de o discurso ser construído de forma intersubjetiva exige compreendê-lo como histórico e subordinado aos enquadramentos sociais e culturais. Se o vemos deste modo, necessariamente somos obrigados a abandonar uma outra visão ingênua, a de que o discurso poderia ser analisado sem considerar o contexto de produção de sentidos. Sabemos que a relação entre linguagem e exterioridade é constitutiva do discurso. O dizer do homem é afetado pelo sistema de significação em que o indivíduo se inscreve. Esse sistema é formado pela língua, pela cultura, pela ideologia e pelo imaginário (BENETTI, 2006).

De acordo com a autora, dizer e interpretar são movimentos de construção de sentidos, e, assim como o dizer, também o interpretar está afetado por sistemas de significação. A análise do discurso transita, então, neste movimento de instauração de sentidos, em busca da compreensão dos modos de funcionamento de um discurso.

1.2.4 Hermenêutica

Visando à dimensão comunicacional, a hermenêutica procura mostrar o papel da interpretação como um processo, uma metodologia que busca descobrir

o originalmente escondido por uma tradição que nos foi legada por uma exegese distorcida, usando, para tal, de uma destruição, ou seja, de uma desconstrução hermenêutica. Tal procedimento não se refere a uma desconstrução radical da destituição dos sentidos e dos significados, mas a uma desconstrução que, ao interrogar ou reinterpretar, reelabora historicamente os sentidos e os significados da compreensão humana (BASTOS; PORTO, 2006).

Um dos principais autores tidos como referência, quando se aplica a hermenêutica ao jornalismo, é Thompson (1995), com sua hermenêutica de profundidade. Essa metodologia prevê a realização de três análises: sócio-histórica, formal ou discursiva, e interpretação/reinterpretação. Essa tríade interpretativa demonstra a preocupação do autor com o contexto histórico e social no qual se inserem as formas simbólicas analisadas, com a reconstrução dos padrões de inferência que caracterizam o discurso, e a interpretação cruzada com os conhecimentos científicos já explícitos em torno do objeto, em uma reinterpretação.

1.2.5 Entrevista em profundidade

A entrevista em profundidade é um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte. Não permite testar hipóteses, tratar estatisticamente as informações, definir a amplitude ou a quantidade de um fenômeno. Seu objetivo está relacionado ao fornecimento de elementos para a compreensão de uma situação ou estrutura de um problema (DUARTE, 2006, p. 62).

O uso de entrevista permite identificar as diferentes maneiras de perceber e descrever os fenômenos. A entrevista está presente em pesquisas de comunicação (CURVELLO, 2000), comportamento organizacional (SCHIRATO, 2000), levantamentos históricos e biográficos (MARQUES DE MELO e DUARTE, 2001), processos jornalísticos (PEREIRA JR. 2000) e em vários outros tipos de estudo, usada como base ou conjugada com diferentes técnicas, como observação, discussão em grupo e análise documental (DUARTE, 2006, p. 63).

Sua principal vantagem é a possibilidade de se obterem informações detalhadas sobre valores, experiências, sentimentos, motivações, idéias, posições e comportamentos, entre outras características, dos entrevistados (SOUSA, 2006, p. 378). Nos estudos de jornalismo, normalmente é aliada a outros procedimentos de pesquisa, como análise de conteúdo ou discurso, observação participante, etc.

A entrevista em profundidade pode ser aberta – com caráter exploratório e flexível, partindo de uma questão central, ou semi-aberta – com origem em um roteiro de questões-guia. Há, ainda, as entrevistas lineares, de caráter quantitativo, com estrutura fechada, em modelo de questionário. Estas entrevistas não são caracterizadas como de profundidade e são amplamente utilizadas em pesquisas de opinião.

É interessante observar que a técnica da entrevista é mais comumente dirigida ao estudo dos emissores da informação, no caso, dos jornalistas. No entanto, trata-se de ferramenta bastante eficaz também nos estudos de recepção, nos quais é possível aferir as leituras dos veículos de comunicação de massa, o modo como ela se dá e as diferentes utilizações e construções feitas a partir dela.

1.2.6 Etnografia

A etnografia, vinculada à antropologia, corresponde à análise *in loco* de um povo ou grupo social. É um método de pesquisa qualitativa e empírica, com características específicas.

Ela exige um “mergulho” do pesquisador, ou seja, não é um tipo de pesquisa que pode ser realizada em um período muito curto e sem preparo. É fundamental, como etapa anterior à etnografia propriamente dita, um levantamento bibliográfico sobre o tema, a partir da leitura de clássicos e de outros estudos contemporâneos sobre o assunto e afins. Isso porque o pesquisador precisa estar minimamente “iniciado” no seu tema. Precisa saber o que já se disse e escreveu sobre o grupo escolhido antes de “entrar” nele. Saber quais as dificuldades e os riscos que vai encontrar (TRAVANCAS, 2006, p. 101).

Compreende três etapas: o levantamento bibliográfico e a leitura do material coletado; a elaboração de um diário ou caderno de campo; e a *entrada*

no campo. Já dentro do *campo*, há dois instrumentos importantes de coleta de dados: as entrevistas abertas e em profundidade e a observação participante. “Ousaria afirmar que a antropologia é uma ciência da escuta. O antropólogo não determina verdades, não aponta equívocos, não pergunta porque as coisas não são diferentes. Ele ouve e procura entender quais são as verdades para aqueles nativos”, explica Travancas (2006, p. 102). A autora ressalta que, ao falar em observação participante, precisa ficar claro que o cientista social não se coloca ingenuamente, ou pelo menos não deve se colocar, em relação a sua presença no grupo. “Ele deve estar atento ao seu papel no grupo. Deve observar e saber que também está sendo observado e que o simples fato de estar presente pode alterar a rotina do grupo ou o desenrolar de um ritual”, sublinha (2006, p. 103).

Uma das vantagens do estudo etnográfico é a possibilidade de estudar os fenômenos em seu ambiente. Há processos e problemas comunicacionais, como salienta Sousa (2006, p. 376), que dificilmente podem ser estudados sem a observação direta. No entanto, entre os principais inconvenientes da técnica, para o autor, está o fato de depender, em grande medida, da capacidade do pesquisador, tornando-se dependente das suas percepções e juízos. Outra dificuldade evidente é a possibilidade de, sabendo-se observados, os membros do grupo estudado alterarem substancialmente seu comportamento.

1.2.7 Newsmaking

Trata-se de uma hipótese contemporânea de pesquisa em comunicação que se debruça sobre as rotinas de produção no jornalismo. É um estudo ligado à sociologia do jornalismo e tem ênfase na produção de informações, ou melhor, na potencial transformação dos acontecimentos cotidianos em notícia (HOHLFELDT; MARTINO e FRANÇA, 2001). O olhar dessa hipótese é centrado no emissor, visto enquanto intermediário entre o acontecimento e a notícia, e dá atenção ao relacionamento entre jornalistas e fontes, assim como às diferentes etapas de produção: captação, tratamento, edição e distribuição da informação. Envolve a

observação da relação entre a cultura organizacional do veículo de comunicação e a cultura profissional dos jornalistas envolvidos.

Tuchman (1978) registra o esforço dos periódicos jornalísticos em *rotinizar* seu trabalho. Em seu estudo sobre as teorias do jornalismo, Traquina (2004) afirma que o conhecimento de formas rotineiras de processar diferentes tipos de *estórias* noticiosas permite aos repórteres trabalhar com maior eficácia. Os estudos de *newsmaking* têm origem em pesquisas sobre a filtragem da informação e sobre a seleção dos acontecimentos que se transformarão em notícia. A pesquisa em *newsmaking* é baseada na observação participante. O investigador junta-se à equipe pesquisada o tempo necessário para desenvolver seus estudos, sem fazer parte dela propriamente. Ou seja, os dados são colhidos pelo investigador presente no ambiente objeto de estudo, quer pela observação sistemática de tudo o que aí acontece, quer através de conversas, mais ou menos informais e ocasionais, ou verdadeiras entrevistas com as pessoas que põem em prática os conceitos produtivos (WOLF, 2001, p.186). Após a coleta, o pesquisador afasta-se para manter o espírito crítico e melhor poder descrever, analisar e, eventualmente, criticar as práticas observadas (HOHLFELDT; MARTINO e FRANÇA, 2001).

1.2.8 Pesquisa-ação

A pesquisa-ação aproxima-se muito da observação participante, da qual valem-se, também, a etnografia e os estudos de *newsmaking*. Nesta técnica, no entanto, o grupo investigado não apenas sabe de sua condição de objeto de pesquisa, mas também conhece os objetivos do estudo e participa do processo de sua realização.

“Ela implica o engajamento do pesquisador no ambiente investigado e também no envolvimento das pessoas do grupo no processo da pesquisa. Estas participam da formulação do problema e dos objetivos, ajudam no levantamento dos dados e se envolvem na discussão dos resultados”, afirma Peruzzo (2006, p.

138). Para ela, a pesquisa-ação tem como propósito contribuir para solucionar alguma dificuldade ou um problema real do grupo pesquisado. Os resultados, assim como o processo de pesquisa, revertem em benefício do grupo, servindo de subsídios para o encaminhamento de soluções demandadas no próprio ambiente pesquisado. No campo do jornalismo, a pesquisa-ação é utilizada preponderantemente nos estudos de jornalismo comunitário.

1.2.9 Grupos focais

Grupos focais são um tipo de pesquisa qualitativa que visa a perceber os aspectos valorativos e normativos que são referência de um grupo em particular. São, na verdade, uma entrevista coletiva que busca identificar tendências. Seu objetivo é compreender, e não inferir ou generalizar (COSTA, 2006, p. 18).

O grupo focal apresenta vantagens relacionadas à sinergia gerada pela participação conjunta do grupo de entrevistados; a interação entre os participantes, que enriquece as respostas; a flexibilidade para o moderador na condução do roteiro; a profundidade e a qualidade das verbalizações e expressões.

Por outro lado, o que é considerado vantagem, pode ser percebido como desvantagem em algumas situações, como o controle reduzido que o moderador tem sobre os dados gerados; o fato de que não é um ambiente natural e pode refletir ou não o comportamento individual, a possibilidade de circunstancialmente as opiniões serem influenciadas pelo comportamento de um integrante mais exuberante do grupo, por exemplo (COSTA, 2006, p. 18).

Nas pesquisas em jornalismo, podem ser adotados tanto na investigação dos emissores quanto no estudo dos receptores.

1.2.10 História oral

Inscrita entre as metodologias do campo historiográfico, a história oral permite emergirem dados sem registro em documentos escritos. "Como técnica, a história oral é um processo subjacente a outras metodologias que a admitem

como um recurso a mais", explica Meihy (1996, p.20). Baseada na técnica da entrevista, ela oferece espaço para as palavras caladas pela censura, por exemplo, dando sentido social às experiências vividas sob essa circunstância. Em nossa dissertação de mestrado sobre o jornalismo alternativo no Rio Grande do Sul, durante a ditadura militar, combinamos história oral à análise de conteúdo, com resultados satisfatórios.

A história oral tem três etapas: gravação da entrevista, confecção do documento escrito e eventual análise. Alguns autores, como Meihy (1996), não vão muito além, quando se trata de analisar as entrevistas. Para ele, este procedimento é opcional e a pesquisa pode dar-se por encerrada com a transcrição das histórias de vida. Para uma visão mais abrangente, é relevante a proposta de Thompson (1992, p.304), que sugere a união entre a coletânea de narrativas e a análise cruzada. As diversas vozes, quando existirem, permitem uma interpretação mais ampla em torno de um tema comum aos entrevistados. Nas pesquisas em jornalismo, quando combinada à análise de textos, por exemplo, a história oral permite um entendimento mais efetivo da realidade do veículo pesquisado.

A história oral pode ser feita com uma pessoa, algumas ou um grande número de narradores. A questão da verdade nessa técnica depende, conforme Meihy (1996), exclusivamente de quem dá o depoimento. Uma de suas características é dar dimensão a aspectos pouco relevados pela percepção de outros registros: sonhos, expectativas, frustrações e fantasias. Thompson (1995) enfatiza que, ao recordar fatos do passado, o depoente procura um relato coerente com seu bem-estar, deixando de lado, muitas vezes, passagens mais traumáticas. Ou seja, o depoimento está sempre suscetível a mudanças, dependendo da ótica de quem o recorda. É tarefa do entrevistador tentar descobrir e elaborar estas questões, para melhor compreender a trajetória de vida investigada.

1.3 CONTRIBUIÇÃO BRASILEIRA

A pesquisa em jornalismo, no Brasil, intensifica-se a partir da década de 1950, com a criação dos primeiros cursos de jornalismo no país. Passando por diferentes fases e pela influência de autores de matizes igualmente diversos, estes estudos são marcados pela interdisciplinaridade. Sua evolução obedece às próprias mudanças ocorridas na história política, social e cultural brasileira, com conseqüências diretas para a realidade dos veículos de comunicação de massa e influências, nem sempre sutis, no modo de fazer jornalismo.

1.3.1 Precusores

Os primeiros estudos brasileiros em jornalismo no país aparecem no final do século XIX. São trabalhos que registram a trajetória dos jornais e das revistas de sua época. Esse caráter historiográfico predominou durante as primeiras décadas do século XX, quando emerge a pesquisa jurídica – produzida, em especial, pelos estudiosos de Direito, atentos aos conflitos que se multiplicam entre a ação jornalística e o funcionamento do Estado. As duas vertentes caminham paralelamente, encontrando-se com frequência (MELO, 2006).

Neste sentido, não há muita diferença do que acontece em âmbito internacional, onde a pesquisa em jornalismo também se corporificou baseada nestes pilares. De acordo com Melo (2006, p. 16), esses textos são publicados nos periódicos editados pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e seus congêneres estaduais. Os autores que se destacaram neste período foram: Moreira de Azevedo, Max Fleiuss, Vale Cabral, Alfredo de Carvalho, Barão de Studart, Craveiro Costa e Affonso de Freitas.

Os estudos históricos, como não poderia deixar de ser, são uma constante na pesquisa em jornalismo no país, estando presentes desde as primeiras publicações e despertando o interesse de experientes e jovens pesquisadores da contemporaneidade. Goldstein (1983), em seu estudo acerca

da pesquisa em jornalismo impresso nas décadas de 1960 e 1970, define três linhas básicas de investigação na área: didática, histórica ou historiográfica e acadêmica ou monográfica. Na vertente histórica do período analisado pela autora, destaca-se o clássico de Sodré, **História da Imprensa no Brasil** (1999).

Melo (2006) divide a presença do jornalismo, como campo de conhecimento, na universidade brasileira, em quatro momentos distintos, que correspondem, também, às etapas vividas pelos cursos de comunicação no país. São eles: ético-social, técnico-editorial, político-ideológico e crítico-profissional. Seguiremos a organização de Melo, contemplando, também, o diálogo com outros autores ao longo deste percurso.

1.3.2 Corrente ético-social

Tanto a estrutura curricular dos cursos de jornalismo quanto os trabalhos desenvolvidos durante toda a década de 1950 e meados de 1960 têm forte influência da corrente deontológica e jurídico-social. As implicações legais da atividade profissional, os fundamentos morais da prática noticiosa e o desenho de parâmetros filosóficos peculiares aos processos jornalísticos vigentes eram temáticas recorrentes. A inclinação para essa linha de discussão decorre do fato de os primeiros professores dos cursos de jornalismo brasileiros serem, quase que exclusivamente, bacharéis oriundos das Faculdades de Direito (MELO, 2006, p. 20):

No Rio de Janeiro, Saint-Clair Lopes pensa sobre a “missão para o rádio”, que, na sua maneira de raciocinar, não é outra senão “transmitir a palavra destinada a retirar o medo que impera na alma do homem”, conduzindo à “consolidação do sonho milenar”. Para tanto, propõe alguns “fundamentos jurídico-sociais da radiodifusão”. Em Curitiba, João Feder enfrenta a questão: “vale a pena prender um jornalista?”. Suas pesquisas sobre a “extinção da pena de prisão nos crimes de imprensa” permitem concluir que “é possível, perfeitamente, punir-se o jornalista, com melhores resultados para o interesse da coletividade sem se capitular para ele a pena de prisão”. Por sua vez, em Belo Horizonte, Anis José Leão discute os “limites da liberdade de imprensa”, apontando a contradição entre a “garantia constitucional” de que goza o jornalista perante o Estado e a “debilidade da relação empregatícia” que o sujeita aos “interesses comerciais” das empresas jornalísticas (MELO, 2006, p. 23).

O autor ressalta, ainda, os estudos de Luiz Beltrão, sobre filosofia do jornalismo; de Danton Jobim, sobre *o espírito do jornalismo*; e de Celso Kelly, sobre *as novas dimensões do jornalismo*. Estas pesquisas, segundo ele, ampliam a análise da função social do jornalismo, ultrapassando a reflexão moralista ou legalista para redimensionar a atividade noticiosa como serviço público indispensável à promoção do desenvolvimento social e econômico e à consolidação das instituições democráticas.

1.3.3 Corrente técnico-editorial

O golpe militar de 1964 instalou a ditadura no Brasil e suprimiu a autonomia dos aparelhos ideológicos, que acabavam se transformando em ramificações de um mesmo sistema, cuja finalidade era o doutrinação através da informação. Na tentativa de criar um mundo totalmente fictício para concorrer com uma realidade um tanto desagradável, os militares estabeleceram uma violenta censura política às informações. Aliadas a ela, a cassação de personalidades políticas, a militarização da administração pública e o controle das atividades intelectuais desestimularam os estudos das dimensões éticas e jurídicas do jornalismo.

Certamente em decorrência das dificuldades que se antepõem ao exercício da liberdade de imprensa, mas seguramente também em função do processo modernizador que se instaura nas empresas de comunicação, como decorrência da importação de novas tecnologias para a imprensa, observa-se nas redações das empresas jornalísticas um surto de preocupações com a própria prática jornalística. Para dizer com mais precisão: emerge uma corrente voltada para a técnica jornalística, com a melhoria dos padrões editoriais, enfim, com a modernização dos processos de captação, codificação e difusão da mensagem noticiosa.

[...]

Fechadas as comportas da movimentação político-cultural que animou as universidades no início da década de 1960 (reforma universitária, cultura popular, alfabetização), é plausível que as atenções se concentrassem nos aspectos técnico-editoriais do jornalismo, correspondendo à tendência existente nos meios profissionais, cuja ponte se fazia por intermédio dos docentes que trabalhavam nas redações e dos discentes que realizavam estágios (MELO, 2006, p. 23-24).

A implantação de um currículo mínimo³, que privilegiava a formação técnica dos estudantes, e a regulamentação da profissão de jornalista, assegurando aos formandos a reserva do mercado de trabalho, delineiam a conjuntura que favorece a proliferação de estudos técnicos e editoriais acerca da prática jornalística, com o objetivo de oferecer suporte à profissionalização que se aproxima.

O pioneiro nesta linha é Luiz Beltrão, com a obra **A imprensa informativa**, seguida pelos volumes **Jornalismo interpretativo** e **Jornalismo opinativo**. Contribuições importantes também são oferecidas por Juarez Bahia, com **Três fases da imprensa brasileira** e **Jornal, história e técnica**, e Paulo Gomes de Oliveira, com **Formação jornalística**.

A ditadura não poupava nem mesmo os trabalhos essencialmente técnicos, elaborados como simples subsídios para a atividade pedagógica, fazendo com que a publicação dessas obras cessasse por um tempo. O texto **Técnica do lead**, de José Marques de Melo, de 1972, foi considerado subversivo por autoridades educacionais do Estado de São Paulo que, dois anos mais tarde, afastaram-no de suas funções na Universidade de São Paulo (USP), para as quais só retornou com a anistia, em 1979 (MELO, 2006, p. 26).

A linha de estudos didáticos, referida por Goldstein (1983) relaciona-se com a corrente técnico-editorial, visto que tenta explicar como é um jornal por dentro, como se deve fazer um jornal ou como se pode fazê-lo. Segundo ela, alguns dão maior ênfase à redação; outros, à oficina; outros, ainda, à tradução dos termos técnicos em linguagem corrente.

Como exemplos desta vertente poderíamos citar, sem qualquer pretensão de esgotar a lista, trabalhos como os de Luiz Amaral (**Jornalismo, matéria de primeira página**. Rio, Tempo Brasileiro, 1967; **Técnica de Jornal e Periódico**. Rio, TB, 1969), de Luiz Beltrão (**Técnica de Jornal**. Recife, ICI, 1964), de Francisco Cantero (**Arte e técnica da imprensa moderna**. S. Paulo, Ed. Jornal dos Livros, 1971), Juarez Bahia (**Jornal, história e técnica**. S. Paulo, Ibrasa, 1972; OBS:

³ O currículo Celso Kelly foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação (CFE) mediante da Resolução 11/69. A proposta respondia, à época, às reivindicações dos estudantes universitários, expressas em documentos publicados pela UNE e em resoluções aprovadas por encontros nacionais dos estudantes de Jornalismo, como o que ocorreu em Salvador, em 1962 (MELO, 2006, p. 24).

1ª ed. em 1964), José Nabantino Ramos (**Jornalismo – dicionário enciclopédico**. S. Paulo, Ibrasa, 1970) e, em certa medida, o de Alberto Dines (**O papel do jornal**. Rio, Artenova, 1974) (GOLDSTEIN, 1983, p.15).

Entre os *manuals de jornalismo* publicados neste período, destaca-se a obra **Técnicas de codificação em jornalismo**, de Erbolato, cuja primeira edição saiu em 1978. A última impressão, de 2003, contribui para que o livro continue sendo largamente utilizado nas faculdades de jornalismo. Em seu texto de introdução, Erbolato explicita o caráter da obra:

O jornal, que todos conhecem e lêem diariamente, ainda pode ter certos segredos, que muitos gostariam de desvendar. É a tarefa a que nos propusemos neste livro – o primeiro de uma série que iremos publicar -, pois pretendemos dar uma visão sobre as temáticas do jornalismo impresso, a partir da captação, redação e publicação das matérias.

[...]

Queremos, em resumo, mostrar como se faz um jornal.
(ERBOLATO, 2003, p.11)

As eleições de 1974, que consagram os candidatos oposicionistas nos grandes centros metropolitanos, abrem as perspectivas para o retorno do país à vida democrática. Os abalos sofridos pela ditadura levaram o governo a optar por um processo de abertura política controlada, para o qual a liberalização da imprensa foi concebida por Geisel como uma operação estratégica (KUCINSKI, 1992). A sociedade civil passa a ocupar os espaços disponíveis, reivindicando, protestando, criticando. Depois do assassinato de Vladimir Herzog⁴, quando o governo federal começou a conter os bolsões resistentes ao processo de descompressão política, os segmentos mais atuantes da intelectualidade

⁴ O diretor de jornalismo da TV Cultura, Vladimir Herzog, foi levado de sua sala por alguns soldados do Exército para o DOI-CODI em São Paulo, as câmaras de tortura da instituição. Herzog morreu asfixiado em uma cela. A versão de suicídio nunca foi aceita. Sua morte provocou indignação e revolta, resultando em um amplo movimento de protesto. Mais de 8 mil pessoas reuniram-se na Catedral da Sé, em São Paulo, para um culto ecumênico em sua homenagem. Desde 1968, essa era a manifestação pública de maior envergadura, o que impulsionou os movimentos de resistência à ditadura. Mesmo tendo alcançado grande repercussão social, o fato foi tratado laconicamente pela grande imprensa, na forma de um simples comunicado. A única publicação que concedeu capa e artigos ao assunto foi o Boletim da ABI, órgão profissional não censurado. TV e rádio foram proibidos de divulgar o ocorrido. Conforme Kucinski (1992), o protesto dos jornalistas explodiu num movimento que envolveu personalidades do centro e até do campo conservador. Isto tudo, somado a outras indignações com o sistema vigente que emergiam na época, provocou a crise generalizada de relações no interior da grande imprensa.

concentraram suas baterias discursivas na denúncia dos próprios controles institucionais que geraram e nutriram o autoritarismo ainda vigente e na análise dos mecanismos utilizados pelas forças hegemônicas para manter o modelo de dominação (MELO, 2006, p. 28).

1.3.4 Corrente político-ideológica

A estrutura da indústria cultural que cresceu e se fortaleceu nos anos de repressão foi tema dos círculos profissionais e universitários vinculados à comunicação, que se articulavam contraditoriamente ao Estado autoritário. “As reflexões sobre a indústria cultural, quase sempre se pautando pelos equívocos frankfurtianos, geraram uma verdadeira obsessão nos ambientes intelectuais e, por certo, contaminaram ou encontraram clima favorável nos cursos de jornalismo”, afirma Melo (2006, p. 28), ressaltando que as primeiras dissertações de mestrado que surgiam no país seguiam essa ótica interpretativa e procuravam desvendar as teias da engrenagem implantada nas indústrias da comunicação. Muitos destes trabalhos, vinculados aos recém-criados programas de pós-graduação, situam-se na terceira tendência delineada por Goldstein (1983), de pesquisas acadêmicas ou teóricas com o objetivo de analisar conceitos e apresentar modelos explicativos, cuja abrangência não se limita aos estudos da corrente político-ideológica traçada por Melo (2006), mas na qual inserem-se, também, muitas das investigações científicas contemporâneas.

Essa produção, quantitativamente superior nos outros segmentos da comunicação, também se manifesta no âmbito do jornalismo, com o objetivo de resgatar e denunciar a trama político-ideológica que orienta e determina o processo de captação, codificação e difusão da notícia. Os trabalhos de Medina, **Notícia: Um produto à venda** (1978), e de Lage – **Ideologia e técnica da notícia** (2001), situam-se nesta corrente. Diversos outros pesquisadores empenharam-se nessa direção, buscando explorar os mecanismos peculiares ao processo de industrialização da notícia e suas nuances manipulatórias.

Paralelamente a essa reflexão, acontece a discussão sobre a validade dos cursos de jornalismo brasileiros no âmbito empresarial. Em 1981, os principais jornais do país lançam uma campanha contra estes cursos e, por tabela, contra a regulamentação da profissão. Argumentam que a formação oferecida aos estudantes é deficiente e não os prepara adequadamente para o mercado de trabalho. Sindicatos, associações de pesquisadores da comunicação e entidades estudantis vinculadas às escolas lançam um forte movimento de resistência, eficiente a ponto de alterar a postura do Conselho Federal de Educação, que ensaiava medidas para desativar os cursos de jornalismo. O objetivo, agora comum a todos, era a melhoria dos cursos de comunicação. Observa-se, neste período, uma grande movimentação acadêmica para a recuperação de seu espaço de atuação pedagógica e científica. É nesse contexto que emerge uma busca rigorosa da identidade do jornalismo enquanto campo de estudos universitários (MELO, 2006).

1.3.5 Corrente crítico-profissional

É com este objetivo que surge, na década de 1980, uma nova linha nas reflexões sobre o jornalismo, desta vez com caráter crítico-profissional. O jornalismo passa a ser identificado, de acordo com Melo (2006, p. 32), por sua real natureza – uma profissão dotada de grande significado social e de profunda influência política.

Estudar essa profissão, entendê-la, sistematizá-la, contribuir para que assuma um ritmo dinâmico, atualizando-se continuamente, é a meta que colocam de modo prioritário inúmeros integrantes da comunidade acadêmica. Com isso, abandonam conscientemente aquela postura subalterna de tentar focar o jornalismo sempre a partir dos parâmetros construídos por outras ciências e disciplinas que nem sempre lhe dizem respeito (MELO, 2006, p. 32).

Buscar a identidade do jornalismo, para o autor, significa, antes de mais nada, construir essa identidade, utilizando, para isso, arsenal metodológico alicerçado pelas ciências humanas – e não apenas por uma ciência em particular,

para traçar os contornos da profissão e resgatar suas dimensões sociais e políticas.

José Marques de Melo, com seus textos sobre jornalismo comparado, sociologia da imprensa, pedagogia do jornalismo e gêneros jornalísticos, é um dos expoentes desta corrente. Rossi, com **O que é jornalismo?** (2002), e Medina, com **Profissão: Jornalista** (1982), também integram a trilha crítico-profissional.

A década de 1980 significa, para os estudos em comunicação no Brasil, o período de sua legitimação acadêmica. É nesta época que as agências governamentais de fomento à pesquisa reconhecem-no como campo do conhecimento, possuidor de características próprias, voltado para a produção, difusão e consumo de bens simbólicos. Embora a conspiração contra os cursos superiores de jornalismo continue viva⁵, a comunidade científica da área passou à ofensiva, dedicando-se ferrenhamente à melhoria da qualidade do ensino e da pesquisa (MELO, 1983).

Melo (2006) encerra sua definição das correntes teóricas que guiaram a pesquisa em jornalismo no Brasil com a linha crítico-profissional, visto que o referido texto, embora publicado em edição recente, é datado de 1983. Em 2006, o autor revisa e completa esse estudo para apresentação oral durante a I Journalism Brazil Conference. Seguimos, então, essa reflexão acerca do pensamento jornalístico brasileiro na companhia deste texto atual e da investigação de Wainberg e Pereira (1999)⁶, que delimitam o estado da arte da pesquisa em jornalismo no país no final do século XX, com o levantamento dos trabalhos publicados entre os anos de 1983 e 1997.

A literatura revisada revela no período analisado um olhar muito mais complexo do fenômeno jornalístico do que era usual no Brasil em outras eras. O tema deixa de ser exclusivamente um objeto

⁵ A perseguição aos cursos de jornalismo continua. Atualmente, está em discussão no Superior Tribunal de Justiça (STJ) a obrigatoriedade do diploma universitário para o exercício da profissão de jornalista. Muitos profissionais no país atuam baseados em registros precários.

⁶ Para o levantamento, os autores rastreamos os acervos bibliográficos de seis universidades cuja catalogação responde à palavra-chave jornalismo. São elas: PUCRS, UFRGS, Unisinos, UFRJ, Unicamp e USP, sendo que as três primeiras foram visitadas pelos pesquisadores e as três últimas examinadas via Internet.

profissionalizante e/ou histórico e passa a ser também um fenômeno social. A investigação jornalística desempenha papel relevante na sociedade contemporânea e seus efeitos, possibilidades e limites provocaram nestes anos inquirições de natureza mais ampla e mais complexa (WAINBERG; PEREIRA, 1999, p. 36).

Os autores ressaltam, da mesma forma, a predominância dos estudos tecnológicos e lingüísticos do jornalismo, uma lacuna observada por Goldstein (1983) nos anos 1960 e 1970, e agora contemplada. Há, também, uma crescente diversidade temática, com ênfase às experiências jornalísticas realizadas no âmbito organizacional – empresas e entidades sociais, de classe e ONGs.

Percebe-se na distribuição temática anual de publicações de livros e artigos a consistência e permanência ao longo do tempo dos estudos sobre ensino, história e teoria seguidos por um segundo bloco de interesse que inclui, nesta década, linguagem e tecnologia, jornalismo alternativo e jornalismo e empresas de comunicação. Ética no jornalismo torna-se tópico mais presente a partir dos anos 1990. Jornalismo organizacional tem crescido em volume, mas sua distribuição temporal ainda é irregular. No que se refere a jornalismo e ciência percebe-se que apresenta boa distribuição e que a produção em torno do tópico tem aumentado nos últimos anos. Histórias de vida tem sido uma constante no período. Os estudos sobre jornalismo econômico são periféricos. Os temas política e internacional são mais visados e presentes do que as demais editorias que se revelam praticamente ausentes (WAINBERG; PEREIRA, 1999, p. 29-30).

Surpreende, conforme Wainberg e Pereira (1999), o interesse dos pesquisadores pelo jornal, a mídia com maior prestígio e a mais estudada também neste período recente da história do país, a qual, para muitos estudiosos, estaria sufocada pelas novas tecnologias eletrônicas. Por decorrência, os autores surpreendem-se, também, com a posição secundária ocupada pelo jornalismo televisivo, radiofônico e *online* – este ainda muito incipiente à época. Outra constatação relevante é que “os estudos sobre revistas são raros e constituem grave lacuna a ser considerada num novo plano estratégico de pesquisa do jornalismo brasileiro para os próximos anos”.

São muitos os trabalhos científicos acerca do jornalismo publicados neste período. Wainberg e Pereira (1999) levantaram 436, entre livros, artigos, teses e dissertações. Em seu texto, os autores não mencionam os títulos ou autores das referidas pesquisas, até porque esse não era o objetivo do trabalho e extrapolaria

seus limites de extensão. No entanto, acreditamos ser importante destacar algumas obras de referência datadas desta época.

Em **O capital da notícia: Jornalismo como produção social de segunda natureza**, cuja primeira edição saiu em 1983, Marcondes Filho (1989) aborda a transformação do jornalismo em atividade capitalista, a mercantilização da notícia e sua tendência a cultivar a passividade e a acomodação dos receptores. “Notícia é a informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais; para isso a informação sobre um tratamento que a adapta às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo”, define (1989, p. 13). Trata-se de contribuição importante para o campo, pelo seu viés crítico e pela abordagem do jornalismo através da economia política, na qual foi um dos pioneiros.

Publicado originalmente como tese de livre-docência de Melo, **A opinião no jornalismo brasileiro**, veio a público pela primeira vez em 1985. Sua originalidade reside na definição do conceito dos gêneros e categorias jornalísticas de acordo com a realidade midiática brasileira. Reeditado com o título **Jornalismo opinativo** (2003), é referência ainda bastante atual. Embora diversos outros autores tenham se dedicado à discussão dos gêneros, a obra de Melo continua sendo das mais completas.

Em 1987, Genro Filho publicou **O segredo da pirâmide**, resultado de sua dissertação de mestrado. O autor lançava a concepção do jornalismo como forma de conhecimento, tese que seria aprofundada alguns anos depois por Eduardo Meditsch (1991) – devido a sua morte prematura, Genro não pode ir adiante na construção deste conceito. Na obra supracitada, o autor revisa as visões de jornalismo apresentadas por diferentes correntes científicas e procura estabelecer um diálogo entre a narrativa teórica e a prática profissional. Rediscute os conceitos de *lead*, notícia e reportagem, e revisa o significado da *pirâmide invertida*.

A idéia da "pirâmide invertida" pretende encarnar uma teoria da notícia mas, de fato, não consegue. Ela é apenas uma hipótese racional

de operação, uma descrição empírica da média dos casos, conduzindo, por esse motivo, a uma redação padronizada e não à lógica da exposição jornalística e à compreensão da epistemologia do processo. Somente uma visão realmente teórica do jornalismo pode, ao mesmo tempo que oferecer critérios para a operação redacional, não constranger as possibilidades criativas mas, ao contrário, potencializá-las e orientá-las no sentido da eficácia jornalística da comunicação (GENRO FILHO, 1987).

A dissertação de mestrado de Eduardo Meditsch sobre o conhecimento do jornalismo é publicada em 1991. Partindo do questionamento de Genro Filho e cruzando com outros pensadores que se debruçaram sobre questões relacionadas, como Robert Park (1940), Meditsch caracteriza o jornalismo como uma forma de conhecimento de direito próprio, ao invés de um simples instrumento para transmitir conhecimentos produzidos por outrem e eventualmente, com isso, degradar esses saberes (2004, p. 376). “O jornalismo não apenas reproduz o conhecimento que ele próprio produz, reproduz também o conhecimento produzido por outras instituições sociais. A hipótese de uma reprodução do conhecimento, mais complexa do que a simples transmissão, ajuda a entender melhor o papel do jornalismo no processo de cognição social”, afirma (2004, p. 365).

No mesmo ano, Carlos Eduardo Lins da Silva lança **O adiantado da hora: A influência americana sobre o jornalismo brasileiro** (1991), resultado de trabalho desenvolvido na Woodrow Wilson International Center for Scholars, em Washington, no qual sistematiza as informações sobre como o jornalismo brasileiro adaptou conceitos e valores do jornalismo americano, sua maior fonte de influências, segundo o autor. No ano seguinte, 1992, Travancas lança **O mundo dos jornalistas**, um mergulho na identidade do jornalista brasileiro, através do uso da etnografia como metodologia de pesquisa. As rotinas jornalísticas e a realidade das redações são analisadas pela autora em um trabalho pioneiro.

1.3.6 Corrente crítico-histórico-tecnológica

A perspectiva crítica em relação ao jornalismo permanece nos textos publicados na virada do século. A teoria construcionista aparece, na produção científica brasileira, como a mais aceita pelos pesquisadores. Somados a esta visão da prática jornalística como construtora da realidade, com funções bastante claras no tecido social e parte de um processo dinâmico e multilateral, estão os estudos sobre os impactos das novas tecnologias no cotidiano profissional. A presença de computadores nas redações, a emergência do jornalismo *online* e as novas vivências proporcionadas pelo ciberespaço são algumas das temáticas abordadas na contemporaneidade.

Em 2000, Marcondes Filho lança **A saga dos cães perdidos**, obra que trata da fragmentação do jornalismo e das mutações que a atividade sofreu ao longo do tempo. Marcondes Filho reflete sobre o papel do jornalista diante da evolução tecnológica:

Os sistemas informatizados de transmissão e consulta de informações estão ocupando o espaço que no passado era reservado aos jornais, sobretudo os impressos. Estes tendem a perder progressivamente sua principal fonte de receita, o anunciante, mas também seu público leitor, que é em realidade sua “primeira mercadoria”. O jornalismo impresso, agora reduzido e debilitado, tende a se concentrar nos dossiês, análises e comentários e na imprensa especializada. Ele deixa de existir como grande sistema de divulgação em massa, como ocorreu especialmente na primeira metade do século XX, transferindo essa função de ampla difusão ao rádio e à TV e a função de atualização econômica, anúncios, consultas à Internet.

[...]

Sob as novas condições, a prática de produzir e divulgar notícias (o nome “jornalismo” vai se tornando cada vez mais incerto), operando sob o princípio da rapidez, da redução e da racionalização lingüística, da volaticidade, não deixa de recolocar velhos problemas: até que ponto notícias produzidas em ritmo de alta velocidade ainda são confiáveis? Até que ponto pode-se depositar a mesma credibilidade que se tinha em relação aos antigos jornais, historicamente constituídos, socialmente muito mais enraizados, no noticiário da Net? (MARCONDES FILHO, 2000, p. 145 a 147).

Os estudos de caráter histórico, que são uma constante no campo de pesquisa em jornalismo, institucionalizam-se. Nos Congressos da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM), o Núcleo

de Pesquisa de Jornalismo tem dedicado parte de seus encontros para a apresentação de estudos históricos. Em 2001, foi lançada a Rede Alfredo de Carvalho (ALCAR), com o objetivo de contar a história dos 200 anos da imprensa no Brasil, que serão comemorados em 2008. Alguns pesquisadores destacam-se nesta área, como Hohlfeldt, com sua tese de doutorado **Deus escreve direito por linhas tortas**, sobre os romances-folhetim que circularam na imprensa do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX, publicada em livro, em 2003. Periódicos representativos na história deste estado, como Última Hora (2002) e Jornal do Dia (2003), e a trajetória de escritores gaúchos no jornalismo, como Erico Verissimo e Mario Quintana, também já foram objetos de estudo de Hohlfeldt, que é um dos coordenadores do Grupo de Estudos de História e Imprensa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

A emergência do jornalismo *online* foi discutida por Adghirni, no XV Congresso de Ciências da Comunicação, em 2002. O artigo “Jornalismo Online: Em busca do tempo real” trata da produção e da difusão da notícia no novo suporte. Para a pesquisadora, as notícias veiculadas na instantaneidade da *web*, atualizadas minuto a minuto, em forma de *flashes*, fragmentadas e descontextualizadas, ofuscam seu sentido social e histórico. O jornalista, do francês *journaliste*, analista de um dia, estaria se transformando em um instanteísta, analista do instante? – questiona-se.

Com o intuito de compreender as alterações nas rotinas jornalísticas diante do novo contexto, Baldessar publica, em 2003, **A mudança anunciada: O cotidiano dos jornalistas com o computador na redação**. No mesmo ano, saem as obras **O ciberespaço como fonte para os jornalistas**, de Machado, e **Jornalismo na Internet: Planejamento e produção da informação**, de Pinho.

A novidade do jornalismo digital reside no fato de que, quando fixa um entorno de arquitetura descentralizada, altera a relação de forças entre os diversos tipos de fontes porque concede a todos os usuários o *status* de fontes potenciais para os jornalistas. Se cada indivíduo ou instituição, desde que munido das condições técnicas adequadas, pode inserir conteúdos no ciberespaço devido à facilidade de domínio de áreas cada vez mais vastas, fica evidenciada tanto uma certa diluição do papel do jornalista como único intermediário para filtrar as mensagens autorizadas a entrar na esfera pública, quanto das fontes profissionais como detentoras do quase monopólio do acesso aos jornalistas. A possibilidade de dispensa de intermediários entre as fontes e usuários

implode com a lógica do predomínio das fontes profissionais porque transforma os próprios usuários em fontes não menos importantes (MACHADO, 2003, p. 28).

A discussão do jornalismo como um *lugar* que participa diariamente da construção social da realidade é empreendida por Alfredo Vizeu (2004), no artigo “A construção social da realidade e os operadores jornalísticos”. O autor aborda o processo de elaboração e enunciação da notícia. “A enunciação é uma espécie de tomada de posição, a instância que estrutura o valor do dito – as mensagens que ganham forma de matérias, segundo economias específicas a cada sistema e/ou suporte (veículo) de comunicação e que reproduzem dimensões classificatórias da realidade”, afirma.

Essa visão do jornalismo como um processo, produto e produtor da realidade, propiciou a multiplicação de pesquisas com foco nas fontes jornalísticas e nos receptores da notícia. Guerra (2004) e Amaral (2003), entre diversos outros, foram a campo estudar a influência/participação destes sujeitos no universo jornalístico. Guerra analisou seis jornais do Sergipe para identificar as fontes de informação na cobertura dos temas ligados à infância e à adolescência. Amaral dedicou-se ao estudo do jornalismo popular, tendo como objeto de pesquisa o Diário Gaúcho, de Porto Alegre, no qual identificou a visibilidade, embora insuficiente, da fala do leitor.

1.4 NOVAS PERSPECTIVAS

A necessidade de metodologias específicas para o estudo do campo jornalístico é evidenciada por muitos pesquisadores contemporâneos. Essa demanda tem objetivos não apenas científicos, de demarcação e consolidação de uma área do saber, mas, especialmente, sociais, com o intuito de propiciar o diálogo entre o pensamento acadêmico e a prática profissional. Um método criado a partir das inquietações e da realidade própria do jornalismo oferece alternativas mais consistentes para a ultrapassagem dessa barreira, um dos principais desafios dos pesquisadores contemporâneos em comunicação.

A pesquisa na área amadureceu muito desde sua institucionalização. Os trabalhos publicados no Brasil são referência em diversos países, como pudemos constatar recentemente, quando estivemos em Portugal, para fazer pesquisas para esta tese. No entanto, ainda não conseguimos estabelecer um diálogo entre nossas pesquisas e o mercado jornalístico profissional. Não há dúvida de que estamos tratando de dois espaços distintos de construção do conhecimento – o campo da pesquisa em jornalismo e o campo do jornalismo em si. O desenvolvimento de ambos, porém, exige interação contínua, troca, contato. O pesquisador que *pensa* o jornalismo sem *olhar* o jornalista e o jornalista que *executa* sua função sem *refletir* sobre ela, estão contribuindo, igualmente, para o perigoso alargamento da distância entre a teoria e a prática.

Para Sodré (2003), o desafio epistemológico do campo da comunicação é construir um paradigma de conhecimento em que o discurso reflexivo não seja totalmente estranho ao senso comum dos agentes sociais da comunicação, expresso tanto na mídia quanto na diversidade das práticas culturais. O objetivo é produzir um saber ético ou prático no sentido da atribuição de um sentido humano ao bios-midiático, um saber capaz de reorientar as elites logotécnicas (jornalistas, diretores de mídia e produtores culturais, entre outros) e as comunidades tornadas audiências.

Evidentemente, a Comunicação não pode subtrair-se ao território do pensamento social, alinhando-se, portanto, com o que se vem chamando de ciências do homem. Mas é também evidente que não se trata de mais um mero objeto das velhas disciplinas sociais. Reconduzir o campo comunicacional ao paradigma já gasto das demais disciplinas sociais parece-me um retrocesso epistemológico (SODRÉ, 2003, p. 311).

O objetivo desta tese é, dentro de suas possibilidades, contribuir para a construção do pensamento jornalístico brasileiro e sua prática, através de uma proposta metodológica elaborada a partir da problemática específica do campo. Abordar o jornalismo como um processo dinâmico, movido pela inter-relação dos sujeitos que o constituem, é uma opção que, da mesma forma, responde a alguns anseios já manifestados na área, como o demonstra Cunha (2004):

Dado o paradigma adotado pela maioria das escolas de comunicação e jornalismo – um paradigma advindo basicamente do campo das Ciências Humanas, nomeadamente da Filosofia, Lingüística/Semiologia e Literatura, a maioria dos estudos empíricos tem vindo a situar-se no plano da produção, independentemente de já estar em curso a alteração do paradigma que contempla o processo circular da produção/*encoding* e da recepção/*decoding*. Assumindo à partida que esse processo complexo constitui a especificidade do campo da comunicação, media e jornalismo, é crucial desenvolver capacidades que permitam o cruzamento de dados advindos da produção/*encoding* e da recepção/*decoding*. Esta especificidade tenderá a consolidar-se na medida em que surjam investigações que inter-relacionem à atividade das empresas, dos diferentes media, seus produtos e características, bem como aos seus profissionais, aos públicos e audiências, efeitos, formas de recepção e consumo dos media.

[...]

Ao mesmo tempo, a consolidação desta perspectiva de investigação implicará a aquisição de múltiplas competências, na medida em que confronta conhecimentos de análise de texto, imagem e som com procedimentos de análise do discurso e observação etnográfica centrada em formas de recepção e negociação das mensagens noticiosas. Estas competências resultarão, certamente, em achegas importantes para a aferição não só da qualidade dos processos de comunicação, como dos media e do jornalismo, ao mesmo tempo em que promoverão a compreensão dos públicos e a fundamentação de políticas de programação (CUNHA, 2004).

Gadini (2005) salientou que as referências bibliográficas na área da comunicação abordam, genericamente, as “metodologias” de pesquisa em comunicação e, muito raramente, buscam discutir ou mesmo propor as bases metodológicas aos estudos em jornalismo. Para ele, é necessário pensar em estratégias metodológicas capazes de nortear e, acima de tudo, desafiar outros estudos em torno da produção e do campo jornalístico. “Daí porque buscar formas de melhor compreender o que temos e o que podemos, e talvez precisamos, consolidar em termos de orientações conceituais e metodológicas constitui um desafio atual e, ao que tudo indica, fundamental para garantir o necessário fortalecimento e autonomização do campo de produção jornalística”, diz (2005, p. 187).

Na I Journalism Brazil Conference, evento realizado em Porto Alegre (RS – Brasil), em novembro de 2006, pela Sociedade Brasileira de Pesquisadores em

Jornalismo (SBPJor)⁷, uma das temáticas recorrentes entre os participantes de diferentes países⁸ foi a urgência de pesquisas comparativas internacionais, que cruzem dados a respeito do jornalismo em escala mundial. Algumas modalidades de trabalho foram propostas, como a criação de uma rede de estudo comparado, onde a pesquisa seja completamente colaborativa. A cooperação internacional poderia acontecer, por exemplo, com a junção de um número representativo de pesquisadores, cada um ou cada grupo analisando a realidade de seu país. Os dados levantados seriam cruzados, sendo que cada trabalho passaria pela avaliação e análise de todos os participantes. São muitas as dificuldades para se colocar em prática um modelo como esse, passando pela necessidade de todos os pesquisadores conhecerem as realidades do jornalismo nos países estudados e esbarrando em problemas de financiamento e idioma, além da falta de interesse dos investigadores por estudos como esse, que exigem tempo e disponibilidade. Uma das questões comuns aos estudiosos que abordaram esse tipo de pesquisa é a necessidade de se trabalhar com metodologias comuns, voltadas aos estudos do jornalismo.

Machado, em sua conferência (2006), sublinhou a falta de problematização dos objetos do jornalismo frente a técnicas e metodologias de outras áreas, predominantes em nossas investigações. Para isso, segundo Machado, é necessário o emprego de métodos híbridos. “A importação de métodos dificilmente vai colaborar para a constituição do jornalismo como disciplina autônoma. É preciso desenvolver ou adaptar metodologias para os diversos sub-campos do conhecimento”, explicou, salientando que muitas das metodologias aplicadas na atualidade não são satisfatórias, pois são externas ao campo. O pesquisador alertou para o fato de que a metodologia, no entanto, não garante a qualidade dos resultados, e que, obviamente, uma metodologia não exclui as outras. Em artigo publicado na revista Brazilian Journalism Research

⁷ A investigação em jornalismo conta, desde 2003, com a Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), que tem realizado congressos nacionais anuais, a fim de incentivar a troca de experiências entre estudiosos da área, consolidar o campo e fazê-lo avançar em suas reflexões.

⁸ Em especial, pelos pesquisadores Frank Esser, Thomas Hanitzch e Elias Machado, na mesa *Networking Journalism Research*, e Barbie Zelizer, na apresentação *Journalism and The International Academy*.

(2005), Machado define o jornalismo como um campo de conhecimento, e reivindica a reflexão metodológica para a consolidação deste campo.

Outra questão colocada em evidência naquele encontro foi a importância de se analisar as condições de produção do jornalismo, através da comparação sistemática das práticas jornalísticas, internacionalmente, e das condições de recepção. “Poucos trabalhos se dedicam aos públicos do jornalismo e a sua contribuição ao universo midiático. Os destinatários são dificilmente objetiváveis. Os leitores de um jornal não constituem uma uniformidade, mas um agregado”, disse Ruellan (2006).

Inserida neste contexto, e procurando responder a algumas destas questões, a Análise Global de Periódicos Jornalísticos vincula-se ao paradigma construcionista dos estudos de jornalismo como também às pesquisas metodológicas sobre a área. Embora compartilhe de muitos dos pressupostos da teoria multifatorial da notícia, proposta por Sousa (2000, 2006), a AGPJ não centraliza sua análise na notícia, como defende o pesquisador português, e, sim, no processo jornalístico como um todo.

Elaborada em meio à discussão da obrigatoriedade do diploma universitário para o exercício do jornalismo, a AGPJ baseia-se em uma visão dialógica entre a academia e o mercado de trabalho, tendo em vista que o olhar a este é pressuposto para sua execução. Pretende, assim, colaborar para a construção de pontes entre esses campos irmãos, mas distintos, do jornalismo. É uma pesquisa oportuna, no sentido em que, mais uma vez, os estudiosos da área precisam provar a importância da formação em nível superior para a boa prática profissional.

2 PROPOSTA PARA UMA ANÁLISE GLOBAL DE PERIÓDICOS JORNALÍSTICOS

O olhar científico acerca do periódico escolhido tem muito a ver com a realidade do pesquisador, com sua relação com o jornalismo, em todas as esferas, e com o próprio objeto. No campo da comunicação, onde se insere este trabalho, alguns paradigmas são tradicionais e muitos outros surgem, respondendo a necessidades acadêmicas diante das mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais, ou embaladas por modismos que morrem com o fim da estação.

A escolha deste paradigma define os rumos do trabalho investigativo e, de certa forma, direciona seu foco de análise. Acarreta a contemplação de alguns conceitos e o descarte, sem negligência, de outros. Isso porque a filiação, cega ou não, a uma área específica de estudos, significa a aproximação e a influência de autores, questionamentos e tendências que, de uma maneira ou de outra, afetam o resultado do trabalho. Não se trata de uma opção negativa ou arbitrária, mas necessária.

A presente pesquisa localiza-se, academicamente, no campo da comunicação, e, mais especificamente, nos estudos de jornalismo. Tem como preocupação compreender a prática jornalística na contemporaneidade e o modo como ela se insere e se relaciona com as mudanças sociais e culturais em curso. Levando-se em consideração o circuito comunicacional, proposto por Richard Johnson, autor ligado aos estudos culturais, pretende-se contemplar as condições

relacionadas aos momentos deste processo – produção, textos, leituras e culturas vividas/relações sociais.

Acho que é mais fácil (na tradição dos Estudos Culturais do Centre for Contemporary Cultural Studies – CCCS) apresentar um modelo de forma diagramática. O diagrama tem o objetivo de representar o circuito da produção, circulação e consumo dos produtos culturais. Cada quadro representa um momento neste circuito. Cada momento depende dos outros e é indispensável para o todo. Cada um deles, entretanto, é distinto e envolve mudanças características de forma (JOHNSON, 1999, p. 33).

De acordo com ele, se o pesquisador se coloca em um ponto do circuito, não vê, necessariamente, o que está acontecendo em outros. As formas que têm importância para o cientista, situado em determinado ponto, podem parecer bastante diferentes para outro, localizado em outro ponto. “Além disso, os processos desaparecem nos produtos. Todos os produtos culturais, por exemplo, exigem ser produzidos, mas as condições de sua produção não podem ser inferidas simplesmente examinando-o como *textos*”, explica (1999, p.33). Da mesma maneira, os produtos culturais não são *lidos* apenas por analistas profissionais, mas pelo público em geral. Por isso, essas leituras também não podem ser analisadas apenas em suas condições de produção. “Como qualquer pessoa sabe, todas as nossas comunicações estão sujeitas a retornarem para nós em termos irreconhecíveis ou, ao menos, transformadas”, completa. Pode-se chamar isso de *má impressão* ou de uma *leitura equivocada*, mas elas são tão freqüentes que podem ser consideradas normais. O mesmo acontece com uma pesquisa que contemple apenas estudos de recepção, ou suas leituras. As culturas vividas e as relações sociais, que servem de material bruto para uma nova produção cultural, e estão entre as condições especificamente culturais de produção, acabam fora da análise.

Eco (1994), em seus estudos sobre a presença do leitor no texto literário, afirma que todo texto é uma máquina preguiçosa, pedindo ao leitor que faça uma parte de seu trabalho. Entre os conceitos básicos definidos pelo autor, para compreender a relação entre produção e leitura, está o *leitor-modelo*. O leitor-modelo de uma história não é o leitor empírico. Os leitores empíricos podem ler de várias formas, e não existe lei que determine como devem ler, porque, em

geral, utilizam o texto como receptáculo de suas próprias paixões, as quais podem ser exteriores ao texto ou provocadas por ele.

Quem já assistiu a uma comédia num momento de profunda tristeza sabe que em tal circunstância é muito difícil se divertir com um filme engraçado. E isso não é tudo: se assistir ao mesmo filme anos depois, mesmo assim talvez não consiga rir, porque cada cena irá lembrá-lo da tristeza que sentiu na primeira vez. Evidentemente, como espectadores empíricos, estaríamos “lendo” o filme de maneira errada. Mas “errada” em relação a quê? Em relação ao tipo de espectadores que o diretor tinha em mente – ou seja, espectadores dispostos a sorrir e a acompanhar uma história que não os envolve pessoalmente. Esse tipo de espectador (ou de leitor, no caso de um livro) é o que eu chamo de leitor-modelo – uma espécie de tipo ideal que o texto não só prevê como colaborador, mas ainda procura criar (ECO, 1994, p.15).

O texto é, então, um produto cujo destino interpretativo deve fazer parte do próprio mecanismo gerativo. Gerar um texto significa executar uma estratégia de que fazem parte as previsões dos movimentos dos outros, como em um jogo ou uma batalha. A analogia só perde força pelo fato de que, num texto, o autor costumeiramente quer levar o adversário a vencer, e não a perder. Nesse processo, o próprio leitor empírico de um texto elabora uma hipótese acerca do autor, o *autor-modelo*. Sua configuração depende de traços textuais, mas põe em jogo o universo do que está antes do texto, atrás do destinatário e, provavelmente, diante do texto e do processo de cooperação que se estabelece na leitura (ECO, 1986). A análise desses movimentos permite compreender, de forma mais efetiva, o processo comunicacional.

Observe-se, na página seguinte, o diagrama desenvolvido por Johnson (1999):

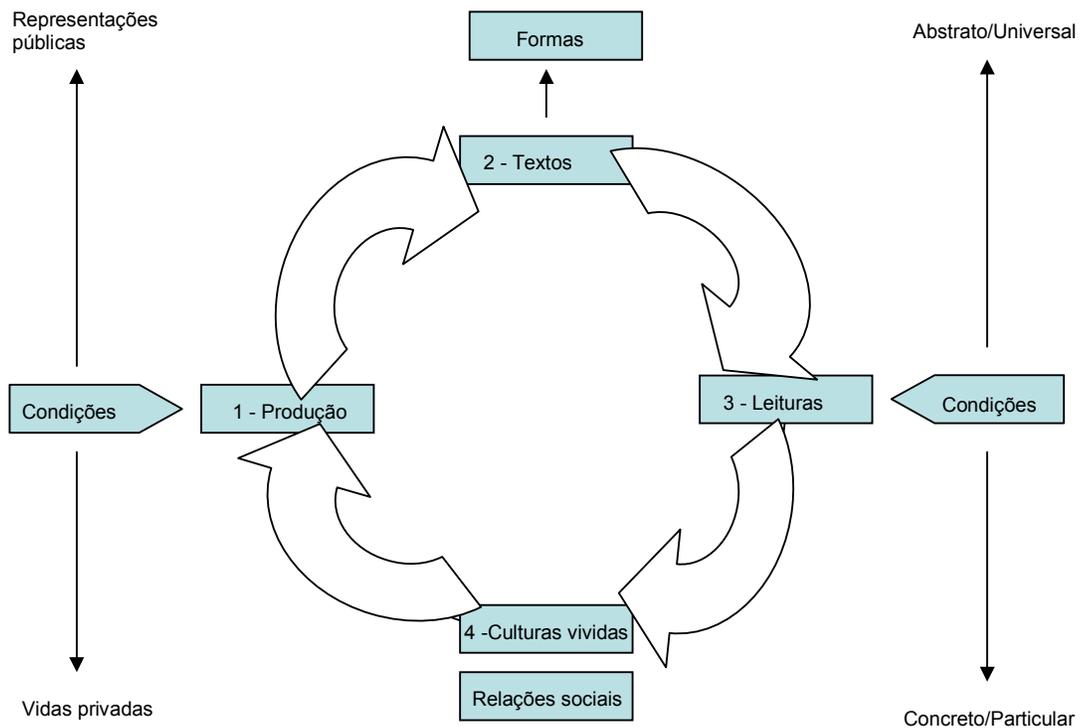


Figura 1: Diagrama sobre o processo comunicacional

A idéia desta pesquisa é propor uma estratégia de investigação que possibilite a análise de cada uma destas práticas, destacando o inter-relacionamento das mesmas, à luz dos estudos de jornalismo. Ou seja, estudar o jornalismo e, especialmente, os periódicos jornalísticos, tendo como diretriz o circuito comunicacional de Johnson (1999), analisando os momentos desse processo e seus pontos de intersecção com as teorias e conceitos da área. A este olhar global sobre os periódicos, que tem como premissa colocar em perspectiva conceitos e inferências que ficariam prejudicados se ancorados em um único ponto do circuito, chamaremos de Análise Global de Periódicos Jornalísticos (AGPJ). Trata-se de uma metodologia de pesquisa que permite o emprego de diferentes técnicas, desde que voltadas ao estudo da produção, do texto, da leitura e das relações sociais de um objeto específico. Compreende quatro momentos: análise sócio-histórico-cultural; análise de produção; análise de textos; análise de leituras e retornos. Embora esses momentos não sejam estanques, não obedeçam a uma seqüência rígida, analisá-los em separado possibilita um melhor entendimento de suas peculiaridades. No entanto, é necessário ter em

mente os entrecruzamentos que acompanham esse processo, contínuo e sem limites definidos.

2.1 ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICO-CULTURAL

Na AGPJ, somamos ao diagrama proposto por Johnson uma análise sócio-histórico-cultural do contexto no qual o periódico em estudo está inserido. Esse procedimento é fundamental para a compreensão dos processos comunicacionais que se estabelecem, das realidades de produção e de leitura do periódico.

Na presente pesquisa, por exemplo, como estudaremos, a fim de aplicar o método, a prática do jornalismo cultural, é necessário retomarmos a história dessa especialização do jornalismo, sua evolução em diferentes partes do mundo, até chegar ao Rio Grande do Sul, local onde a revista Aplauso, nosso objeto de investigação, é produzida, distribuída e consumida. Neste momento do trabalho, podem ser empregadas técnicas como pesquisa bibliográfica, consulta a documentos e diferentes tipos de entrevistas.

Estudos sobre jornalismo político, econômico, esportivo ou mesmo de referência, entre outros, podem seguir essa lógica, desde que se consiga delinear da maneira mais completa possível a realidade que circunda o objeto.

2.2 PRODUÇÃO

O primeiro momento do processo jornalístico no circuito comunicacional proposto por Johnson é a *produção*. Trata-se da construção da notícia, do periódico em si, e tudo o que está envolvido neste trabalho, ou seja, as condições de produção. O autor aponta como definidores dessas condições as representações públicas e a vida privada dos agentes, no caso, dos jornalistas.

Adotamos, para a análise deste ponto do processo, o emprego do *newsmaking*, hipótese contemporânea de pesquisa em comunicação que se debruça sobre as rotinas de produção no jornalismo. É um estudo ligado à sociologia do jornalismo e tem ênfase na produção de informações, ou melhor, na potencial transformação dos acontecimentos cotidianos em notícia (HOHLFELDT; MARTINO e FRANÇA, 2001). O olhar dessa hipótese é centrado no emissor, visto enquanto intermediário entre o acontecimento e a notícia, e dá atenção ao relacionamento entre jornalistas e fontes, assim como às diferentes etapas de produção: captação, tratamento, edição e distribuição da informação. Neste momento da pesquisa, é importante observar a relação entre a cultura organizacional do veículo de comunicação e a cultura profissional dos jornalistas envolvidos, conceitos que dialogam com as variáveis das condições de produção propostas por Johnson.

Para a presente pesquisa, acompanhamos, durante três meses, o processo de produção jornalística da revista Aplauso. Neste período, utilizamos as três modalidades de análise apresentadas por Wolf (2001). A visita, praticamente diária, à redação da revista, permitiu a análise dos modos de produção da mesma, assim como a descoberta de sua rotina e de como são encarados os problemas e os imprevistos. As informações coletadas durante estas visitas deram origem a um *caderno de campo*, no qual foram anotados dados, registrados acontecimentos e comportamentos. Participamos de diversas reuniões internas e conversamos com bastante frequência com os jornalistas, o que possibilitou avaliar questões no momento mesmo em que elas estavam acontecendo. Acompanhamos os jornalistas em entrevistas individuais e coletivas. Assistimos a reuniões de pauta da equipe, que permitiram, em primeiro lugar, a apreensão dos temas sugeridos e a posterior verificação de seus resultados, mas, sobretudo, a observação das preocupações editoriais. Para uma ampla compreensão da realidade de Aplauso, realizamos entrevistas individuais com os profissionais que nela atuam ou dela fizeram parte.

Na fase de observação, isto é, durante a presença do pesquisador no local, é de suma importância a existência de um plano de pesquisa, claro e orientado, segundo pressupostos teóricos precisos. Tanto a ausência de um

plano, quanto a imposição de uma seleção por demais rígida ao material selecionado, podem causar o insucesso do trabalho. Por este motivo, para esta pesquisa, traçamos, especificamente, quais os objetivos buscados e quais as questões-problema a serem respondidas. As diretrizes que orientaram a observação sistemática da *oficina* da revista foram:

- Objetivo:
 - Compreender de que forma a revista Aplauso pratica o jornalismo cultural, através da investigação do circuito comunicativo da publicação.

- Questões:
 - Qual o conceito de jornalismo cultural empregado ou internalizado pela equipe da publicação?
 - Quais os principais critérios de noticiabilidade utilizados na seleção do que será publicado?
 - Qual a origem das pautas aproveitadas pela revista: *press releases*, sugestões da redação, sugestões de anunciantes ou sugestões de leitores?
 - Que tipos de fontes são procuradas e como é a relação com estas fontes?
 - No processo de produção da notícia, como é feita a apuração?
 - Que tratamento é dado à informação?
 - Há uma reflexão, explícita ou implícita, acerca do *lugar* do jornalismo cultural? De que maneira ela se dá?

A abordagem do *newsmaking* articula-se, principalmente, dentro de dois limites: a cultura profissional dos jornalistas e a organização do trabalho e dos

seus processos produtivos. De acordo com Wolf, são as conexões e as relações existentes entre os dois aspectos que constituem o ponto central deste tipo de pesquisa (2001, p. 188). Através desta análise, é possível, também, compreender as culturas vividas e as relações sociais que se estabelecem, neste momento do circuito, e que o ligam aos demais.

2.3 TEXTOS

A análise dos *textos* no circuito comunicativo de Johnson corresponde, na AGPJ, ao estudo do conteúdo e/ou do discurso jornalístico. Descoladas de uma pesquisa mais ampla, estas técnicas costumam apontar para resultados parciais e, por vezes, incompletos, do objeto analisado. Por este motivo, são bastante criticadas no meio acadêmico. No entanto, quando cruzadas com outros olhares e combinadas com outras ferramentas, elas contribuem para a compreensão do jornalismo, especialmente porque permitem a observação do produto final que será consumido pelos leitores, o texto, seja ele verbal ou não.

2.3.1 Análise do discurso

Diferentes técnicas podem ser empregadas neste momento, dentre elas: análise de discurso, de conteúdo, estudos semiológicos, de lingüística, etc. Na pesquisa sobre a revista Aplauso, optamos por utilizar a análise do discurso. Como trata da prática da linguagem, da construção de sentidos através da língua (ORLANDI, 2001, p. 15), a análise do discurso permite um mergulho no funcionamento do texto jornalístico, do qual se depreendem características do autor do texto, do contexto no qual ele foi escrito e, mesmo, do leitor imaginado da referida mensagem.

A análise de discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em

que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana.

Assim, a primeira coisa a se observar é que a análise de discurso não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade (ORLANDI, 2001, p. 15-16).

A análise do discurso relaciona-se diretamente com a proposta da AGPJ, pois leva em conta o homem na sua história, considera os processos e as condições de produção da linguagem, a relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam e as situações em que se produz o dizer, como pontua Orlandi (2001, p. 16). Ou seja, é uma análise que considera, também, aquilo que é exterior ao texto e o atravessa.

A questão que se coloca, nesta técnica, é: como este texto significa? O processo de comunicação não é visto de forma linear, com uma clara separação entre emissor e receptor, atuando em seqüência – primeiro um fala e o outro decodifica, etc. Eles realizam ao mesmo tempo o processo de significação. Ao invés da mensagem, o que se propõe é pensar o discurso (ORLANDI, 2001, p. 21). “Não se trata de transmissão da informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação”, afirma Orlandi (2001, p. 21), sublinhando que o “discurso é o efeito de sentidos entre locutores” (2001, p.21).

2.3.1.1 Produção discursiva

As condições de produção que constituem os discursos funcionam de acordo com certos fatores, dentre eles: relações de sentido, antecipação e relações de força. Não há discurso que não se relacione com outros. Um discurso aponta para outros, que o sustentam, assim como para dizeres futuros. Trata-se

de um estado do processo discursivo mais amplo, contínuo, sem começo absoluto ou ponto final.

Neste processo, através do mecanismo de antecipação, o sujeito tem a capacidade de colocar-se no lugar no seu interlocutor, *ouvindo* suas próprias palavras, antecipando-se a ele quanto ao sentido que as palavras podem produzir. De acordo com o efeito que deseja obter, o sujeito escolhe o modo como conduzirá o texto.

Há, ainda, as relações de força, que se relacionam com o lugar a partir do qual o sujeito fala (ORLANDI, 2001, p. 39, 41). Em uma matéria sobre o avanço da ciência no combate ao câncer, por exemplo, o depoimento de um oncologista, reconhecido por seus pares e pela sociedade, tem maior *peso* do que a de um estudante de medicina. Esses mecanismos de funcionamento do discurso repousam no que chamamos de formações imaginárias – projeções que permitem passar das situações empíricas (os lugares dos sujeitos) para as posições dos sujeitos no discurso, como explica a autora (2001, p. 41).

2.3.1.2 Análise do discurso jornalístico

Na análise do discurso da revista Aplauso, seguindo os objetivos do trabalho, serão mapeadas as vozes presentes nas reportagens de capa, produzidas durante o período em que realizamos o estudo aplicado de *newsmaking* à publicação. Como a revista é mensal, serão analisadas as três reportagens publicadas neste espaço de tempo. Conforme Benetti (2006), a análise do discurso é especialmente produtiva para dois tipos de estudos no jornalismo – de vozes e de sentidos. Como selecionamos textos de temáticas diferentes, optamos por fazer um estudo que possibilite investigar os diálogos estabelecidos pelos jornalistas nas reportagens selecionadas. Por meio de uma pesquisa que contemple as vozes presentes nas matérias, cruzada aos demais momentos da AGPJ, é possível visualizarmos, além dos diálogos que acontecem

no texto, também, as trocas que se dão *através* dele, mas *fora* de suas linhas, como entre jornalistas e fontes; jornalistas e leitores; leitores e outros leitores.

Benetti (2006) define o jornalismo como um discurso dialógico, opaco, polifônico, ao mesmo tempo efeito e produtor de sentidos, elaborado segundo condições de produção e rotinas particulares. Para analisá-lo, é fundamental levar em conta – e conhecer a fundo – esses fatores. A reportagem, gênero jornalístico ao qual pertencem os textos que constituem o *corpus* desta parte do trabalho, é um gênero discursivo no interior do tipo de discurso impresso que, por sua vez, faz parte de um conjunto mais vasto, o tipo de discurso midiático, conforme definição de Mainguenau (2002, p. 61).

Nesta análise, serão entrecruzadas ao texto as informações e as inferências resultantes dos estudos de produção e de recepção. Embora sejam analisadas posteriormente ao discurso, as entrevistas com os leitores, parte fundamental do estudo de recepção, também foram realizadas antes da análise dos textos. Esse entendimento das condições de produção e leitura auxilia especialmente na investigação dos sentidos presentes nas reportagens. Produtores e receptores, que se alternam constantemente nestas posições, atuam em cooperação. “Para construir uma interpretação, o destinatário deve supor que o produtor do enunciado respeita certas *regras do jogo*: por exemplo, que o enunciado é sério, que foi produzido com a intenção de comunicar algo que diz respeito àqueles a quem é dirigido”, explica Mainguenau (2002, p. 31). Trata-se de um acordo tácito, que obviamente não está explícito, mas é inseparável da atividade verbal.

O discurso jornalístico obedece a algumas leis, entre elas, a pertinência, a sinceridade, a informatividade e a exaustividade. O texto jornalístico deve ser pertinente, ou seja, interessar ao leitor, fornecer-lhe informações que modifiquem a situação. Se um jornal publica determinada notícia na capa, implica que esta informação é pertinente onde se encontra, como se encontra e para o público ao qual se destina. A *lei da sinceridade* diz respeito ao engajamento do enunciador em seu ato de fala. Ou seja, para afirmar algo, deve-se poder garantir a verdade do que se diz. A *lei da informatividade* estipula que não se deve falar para não

dizer nada, que os enunciados devem fornecer informações novas aos destinatários. Além de informativa, a notícia deve ser também exaustiva – o enunciador deve dar a informação máxima, considerando-se a situação. Obviamente, estas leis muitas vezes não são obedecidas, até porque, como sabemos, não há narrativa desinteressada ou que não seja orientada pelas intenções do locutor. Mas, como são pressupostas ao discurso, estas leis emprestam caráter de pertinência, sinceridade, informatividade e exaustividade a textos que, não raro, carecem de alguma destas características (MAINGUENAU, 2002, p. 34-37).

A palavra, para Bakhtin (1995, p. 95), está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. Todos os enunciados são demarcados por uma mudança de falante (ou de quem escreve) e orientados retrospectivamente para enunciados de falantes anteriores e, prospectivamente, para enunciados antecipados de falantes seguintes. Cada enunciado é um elo na cadeia de comunicação, e os enunciados são inerentemente intertextuais, constituídos por elementos de outros textos (FAIRCLOGH, 2001, p. 134).

Essa relação com o que é exterior, com o contexto de enunciação, e com o contexto sócio-histórico, mostra o texto em sua incompletude (ORLANDI, 1996, p. 194). Quando, mais adiante, trabalharmos no estudo da leitura, levaremos em conta essa determinação.

Levar em conta a intertextualidade, na leitura, é refletir (e tornar operacional) sobre o fato de que o(s) sentido(s) de um texto passa(m) pela sua relação com outros textos. Vejamos o que se pode levar em conta, quando se pensa a incompletude.

Em relação à incompletude, não se trata de considerar o texto como matriz com pequenas lacunas que são preenchidas pelo leitor. O que expressaríamos dizendo que a natureza da incompletude não é lacunar, mas intervalar.

O texto, objeto acabado, constitui uma totalidade sem começo, meio e fim. A natureza de sua incompletude é outra. Ela deriva de sua relação com as condições de produção, ou seja, da relação com a situação e com os interlocutores.

O texto é incompleto porque o discurso instala o espaço da intersubjetividade, em que ele, texto, é tomado, não enquanto fechado em si mesmo (produto finito), mas enquanto constituído pela relação de interação que, por sua vez, ele mesmo instala (ORLANDI, 1996, p. 195).

O conceito de discurso com o qual trabalhamos é aquele defendido por Orlandi (1996): de linguagem em interação. Desse ponto de vista, a linguagem é observada em relação às suas condições de produção, ou, dito de outra forma, é aquele em que se considera que a relação estabelecida pelos interlocutores, assim como o contexto, são constitutivos da significação do que se diz. Segundo essa perspectiva, embora, de fato, o momento da escrita de um texto e o momento de sua leitura sejam distintos, na escrita já está inscrito o leitor e, na leitura, o leitor interage com o autor do texto. “O texto é o lugar, o centro comum que se faz no processo de interação entre falante e ouvinte, autor e leitor”, diz a pesquisadora (1996, p. 180). Na AGPJ, propomos estudar as condições em que se dá a produção do emissor e do receptor, em momentos separados, mas que se encontram em um ponto comum, o texto. Esse contato entre jornalistas e leitores, no entanto, se dá também através de outras instâncias. *E-mails*, conversas pessoais em eventos ou, até mesmo, visitas à redação, para tratar de determinada matéria. Quer dizer, embora o texto seja o *lugar* oficial para esse encontro, o contato se dá também fora dele, e essa interação deve ser observada.

2.3.1.2.1 Vozes

O discurso jornalístico é, idealmente, polifônico. Entre as vozes presentes no texto, podem estar: as fontes; o jornalista-indivíduo que assina o texto; o jornalista-instituição, quando o texto não é assinado; o leitor que assina a carta publicada. Trata-se de um campo de interação. Embora dialógico, ele não é necessariamente polifônico. Para identificar a presença ou não deste caráter, é preciso mapear as vozes que o conformam e refletir sobre as *posições de sujeito* ocupadas por indivíduos distintos (BENETTI, 2006).

Um texto jornalístico pode ter um bom número de locutores e, mesmo assim, não apresentar polifonia. A multiplicidade de vozes depende da *enunciação*, das posições dos locutores ou do locutor em relação ao tema em questão. Segundo Ducrot (1987, p. 192), o enunciador está para o locutor assim como a personagem está para o autor. O autor coloca em cena diferentes

personagens, cada uma enxergando o mundo através de seu ponto de vista. O movimento é realizado pelo próprio autor que, no entanto, alterna posições ao longo do texto. Do mesmo modo que neste exemplo literário, no qual um locutor pode representar diferentes enunciadores, um grande número de locutores, quando manifestam posições semelhantes, apenas complementando um ao outro, constituem um único enunciador (BENETTI, 2006).

O indivíduo, ao falar, ocupa uma posição determinada, *de onde* deve falar naquele contexto de produção. Isso quer dizer que o mesmo indivíduo, cindido em diversos sujeitos, move-se entre diversas posições de sujeito. A mesma regra vale para o indivíduo que lê.

Em segundo lugar, essas posições de sujeito são lugares que os indivíduos metaforicamente “vêm ocupar”. São lugares construídos fora do discurso em questão, segundo determinações culturais, sociais e históricas. As instâncias de enunciação – e, lembremos, também as de interpretação, onde o discurso também se constitui – são compreendidas como lugares (BENETTI, 2006).

Com o objetivo de avaliar o discurso editorial da publicação, a AD possibilita detectar o diálogo entre as práticas produtivas da equipe de redação e o resultado do trabalho, tanto na publicação em si, quanto junto aos leitores, quando se chegar ao final da análise do processo. Deste modo, será possível maior compreensão da realidade de Aplauso e, especialmente, de sua atuação, como veículo mediador da cultura, e produto dela.

2.4 LEITURAS

Como destaca Mouillaud, o periódico jornalístico só determina sua existência junto com o seu leitor:

Acreditar que o jornal existe por si só é confundi-lo com sua materialidade de tinta e de papel. Não são apenas os signos (o texto e a imagem) que acenam para o leitor, mas as propriedades que se pode chamar de pragmáticas. O códex, o formato, a área da página, o próprio papel clamam pela manipulação de um leitor (2002, p. 173-174).

Na Análise Global de Periódicos Jornalísticos, a leitura não é um momento isolado do processo comunicativo, mas integra a dinâmica da rede.

Todos os momentos do circuito comunicativo estão interligados. A leitura, como define Johnson, não é tratada como assimilação, mas como sendo, ela própria, um ato de produção. Aliada aos estudos de produção e texto, a investigação nessa linha permite o desenho do processo comunicacional no periódico jornalístico em questão.

A visão apresentada por Martín -Barbero é oportuna:

A recepção não é somente uma etapa no interior do processo de comunicação, um momento separável, em termos de disciplina, de metodologia, mas uma espécie de outro lugar, o de rever e repensar o processo inteiro da comunicação. Isto significa uma pesquisa de recepção que leve à explosão do modelo mecânico, que, apesar da era eletrônica, continua sendo o modelo hegemônico dos estudos de comunicação (1995, p. 40).

A proposta do autor é de um estudo, não dos efeitos dos meios de comunicação na vida das pessoas, mas do que as pessoas fazem com os meios, a sua leitura de todo este processo, desde o ponto onde ela se coloca no circuito. Inserido no campo da cultura, o estudo da comunicação, de acordo com Martín-Barbero, implica uma primeira desterritorialização conceitual que abre esse estudo à pluralidade dos atores e à complexidade de suas dinâmicas. A comunicação é, neste sentido, um movimento que atravessa e desloca a cultura. “Pois o lugar da cultura na sociedade muda quando a mediação tecnológica da comunicação deixa de ser meramente instrumental para se converter em estrutural” (2002, p. 35), explica, lembrando que o lugar da cultura na sociedade muda também quando os processos de globalização econômica e informacional reavivam a questão das identidades culturais – étnicas, raciais, locais, regionais – até convertê-las em dimensão protagonista de muitos dos mais ferozes e complexos conflitos bélicos dos últimos anos. Ao mesmo tempo, essas identidades, mais as de gênero e as de idade, estão reconfigurando a fundo a força e o sentido dos laços sociais e das possibilidades de convivência no nacional.

Para Thompson (2005), a recepção é uma atividade, um tipo de prática pela qual o indivíduo percebe e trabalha o material simbólico que recebe. No processo de recepção, os indivíduos usam as formas simbólicas para suas

próprias finalidades, de maneiras extremamente variadas e relativamente ocultadas, uma vez que essas práticas não estão circunscritas a lugares particulares. Enquanto a produção *fixa* o conteúdo simbólico em substratos materiais, a recepção o *desprende* e o liberta para a interferência do tempo. Além disso, os usos que os receptores fazem das matérias simbólicas podem divergir consideravelmente daqueles (se é que houve) objetivos pensados ou desejados pelos produtores. Mesmo que os indivíduos tenham pequeno ou quase nenhum controle sobre os conteúdos das matérias simbólicas que lhes são oferecidas, eles os podem usar, trabalhar e reelaborar de maneiras totalmente alheias às intenções ou aos objetivos dos produtores. Conforme o autor, a recepção é um processo *situado*, porque acontece com indivíduos em determinado contexto sócio-histórico; *rotineiro*, porque é parte integrante das atividades da vida diária; *especializado*, porque exige conhecimentos específicos (referentes à técnica, ao conteúdo, etc.); e *hermenêutico*, pois envolve interpretação, através da qual os produtos adquirem sentido.

Diferentes ferramentas podem ser empregadas para o estudo da leitura: grupos focais, pesquisa participante, pesquisa-ação, entrevista, história oral, etc. Neste trabalho, a investigação acerca das leituras se deu através de entrevistas com os leitores, assinantes de Aplauso⁹. Como não tivemos acesso à listagem total de assinantes da revista, por uma questão de sigilo, o departamento de circulação forneceu-nos uma listagem, obtida, a nosso pedido, de forma aleatória. Nela, constavam 36 assinantes, 21 de Porto Alegre e 15 do interior do Rio Grande do Sul. Ao final de cada uma das edições que acompanhamos, através da observação do *newsmaking*, selecionávamos, também aleatoriamente, os leitores, alguns da capital, outros do interior, e passávamos os nomes para o departamento de circulação, que fazia um contato prévio com os assinantes. Esse contato consistia na explicação do trabalho que seria realizado, no convite à participação e na solicitação de autorização para que os contatos (telefone, endereço ou *e-mail*) fossem disponibilizados a nós, para que pudéssemos, então, realizar a entrevista. Em nenhuma edição, partimos de um número específico de

⁹ Nosso objetivo inicial era trabalhar, também, com as cartas enviadas pelos leitores à redação. Como, em sua grande maioria, estes textos não tratavam das reportagens de capa, mas de matérias secundárias e artigos opinativos, a seção Correio não entrou no *corpus* da pesquisa.

leitores. Quando as respostas começavam a se repetir, cessávamos os contatos. O critério, neste caso, foi puramente qualitativo. A grande maioria das entrevistas com os leitores de Porto Alegre foi realizada pessoalmente, muitas vezes em suas casas. Os assinantes do interior foram contatados por telefone.

A este estudo junto aos receptores acrescentamos o cruzamento da observação do tratamento dado ao retorno dos leitores, na redação da revista, quando possível, assim como nas entrevistas realizadas com integrantes da equipe – nas quais procuramos sempre contemplar este aspecto. Também integram o *corpus*, deste momento da análise, as manifestações publicadas na internet a respeito das reportagens de capa em questão¹⁰.

Na observação do *newsmaking*, uma de nossas preocupações era analisar o tratamento dado aos leitores, ao retorno destes leitores, como ele se dava, etc. Essa temática foi questionada, também, nas entrevistas realizadas com a equipe de Aplauso. A observação, na redação da revista, do tratamento dado ao retorno dos receptores, permitiu compreender a negociação que se estabelece entre produtores e leitores, que têm papéis trocados, neste momento do circuito, e foi fundamental para a análise do processo. Ouvir os leitores em uma entrevista focalizada, temática, permitiu a inserção, nos limites do possível, nas culturas vividas e nas relações sociais, restritas, no caso de Aplauso, ao campo jornalístico e cultural, e centrada na visão e na negociação com o periódico jornalístico. O contato com os leitores apresentou-se, também, como uma forma de entender *suas* rotinas de leitura. Optamos por contemplar, ainda, em nossa investigação, textos de circulação *online*, em primeiro lugar, por se tratar de um importante instrumento de trocas simbólicas na contemporaneidade. Além disso, ao longo do trabalho, fomos surpreendidos, em uma das edições, por um verdadeiro debate em torno do tema de uma das reportagens – suscitado por ela, e ponderamos que o mesmo não poderia ser ignorado. Então, assim como estudamos as leituras através de entrevistas e observação participante, estendemos esta investigação para a *web*.

¹⁰ As manifestações foram levantadas através de pesquisas no *site* de buscas Google, utilizando diferentes termos e expressões que caracterizam os textos em questão.

O que os leitores fazem com as informações trazidas pelos textos? Como eles enxergam este processo? Como se posicionam diante dele? De que modo se dá a produção dos leitores? E os jornalistas, como negociam com ela? O que fazem com essas manifestações? De que modo trabalham com o retorno dos leitores em seu cotidiano profissional e pessoal? Estas foram algumas das questões norteadoras deste momento da pesquisa.

2.5 CONSIDERAÇÕES ACERCA DA AGPJ

Pensar academicamente um objeto das ciências humanas e sociais não é tarefa fácil. Isolar o objeto de seu contexto real, em um laboratório, ou apenas conservá-lo em ambiente artificial, com *temperatura* e *dimensões* adequadas, mesmo se possível, nem de longe garantiria a reprodução das múltiplas vivências e relações que se dão em seu cotidiano.

Pode-se enxergar o jornalismo através de um microscópio? Obviamente, não. Mas é possível fazer essa tentativa, quando se pensa no jornalismo como objeto de investigação científica. Não com o intuito de enquadrá-lo ou engessá-lo em uma metodologia específica. Pelo contrário, levando em consideração as particularidades de cada periódico jornalístico, a idéia é despertar no pesquisador a sensibilidade que guiará o olhar sistemático sobre este objeto singular. A metodologia de pesquisa em jornalismo é, em uma comparação fácil, semelhante à lente do microscópio. Dependendo da lente utilizada, enxergamos o objeto de uma forma diferente, sob determinado ponto de vista.

Olhar o jornalismo através da lente AGPJ é comprometer-se com uma visão que engloba o processo comunicativo. A Análise Global de Periódicos Jornalísticos visa a compreender o circuito do jornalismo, em seus principais momentos. Trata-se de uma proposta metodológica, sim, mas, mais do que isso, de uma visão sobre o jornalismo como objeto de pesquisa científica.

3 APLICAÇÃO DO MÉTODO

Ao longo do capítulo que segue, aplicaremos a Análise Global de Periódicos Jornalísticos a três edições da revista cultural Aplauso (76, 77 e 78). De acordo com os preceitos da estratégia metodológica, contemplaremos, no estudo, uma análise sócio-histórico-cultural, que aborda o conceito de cultura na contemporaneidade, a história do jornalismo cultural, o contexto em que surgiu a revista Aplauso e a realidade da publicação, em alguns de seus principais aspectos. Esta análise introduz a investigação das três edições referidas, organizadas em ciclos. Cada ciclo corresponde a um subcapítulo e compreende o escrutínio de três momentos do processo comunicacional – produção, textos e leitura – que, ao final, são abordados em conjunto. As culturas vividas e as relações sociais são apreendidas, em especial, do estudo dos agentes – jornalistas e leitores.

3.1 ANÁLISE SÓCIO-HISTÓRICO-CULTURAL

A análise sócio-histórico-cultural, na presente pesquisa, consiste na retomada da história do jornalismo cultural, sua evolução em diferentes partes do mundo, até chegar ao Rio Grande do Sul, local onde a revista Aplauso, nosso objeto de estudo, é produzida, distribuída e consumida. É necessário, também, estabelecermos uma discussão acerca do conceito de *cultura* e de sua aplicação contemporânea. Trabalharemos, aqui, com o conceito de *hibridização cultural*,

bastante discutido na atualidade e largamente utilizado para definir o modo de vida na América Latina. Embora façamos parte de uma rede que nos liga, de um ponto a outro, por interesses comuns, é difícil encontrar grupos ou tribos isolados por fronteiras rígidas. O que detectamos, conforme Burke, é a existência de um *continuum* cultural, de espaços de transição e contato, onde são *mixadas* diferentes realidades. “A preocupação com esse assunto é natural em um período como o nosso, marcado por encontros culturais cada vez mais frequentes e intensos. A globalização cultural envolve hibridização”, afirma (2003, p.14).

3.1.1 História cultural – Uma teia de interseções

A história cultural, de acordo com Warnier (2000), começa sob o signo da mais extrema fragmentação. A humanidade se construiu dispersando-se sobre quase toda a superfície de terras emersas. A diversidade lingüística, social e cultural é levada ao extremo, através das comunicações constantes, embora lentas, em escala planetária.

A revolução neolítica foi acompanhada de dois movimentos em sentidos contrários: a multiplicação de pequenas comunidades de agricultores cada vez mais fragmentados e, em certos locais, a constituição de grandes conjuntos sóciopolíticos. Ela colocou as bases sociais, políticas, religiosas de sistemas de *transportes* e de *comunicações* que reduziram lentamente o isolamento dos grupos locais e seu fechamento sobre si mesmos. O desenvolvimento das *trocas mercantis* e da moeda atingiu cada vez mais um número maior de setores da atividade humana, inclusive a cultura (WARNIER, 2000, p. 66-67).

As economias tradicionais foram transformadas, radicalmente, pela revolução industrial, dando origem às indústrias da cultura, a partir do século XVIII. O autor pontua a globalização dos fluxos midiáticos, financeiros, mercantis, migratórios e tecnológicos, intensificada na década de 1970. “Ela chega a seu mais completo acabamento, com o desmoronamento da economia dirigista de tipo soviético para dar à *globalização da cultura* sua configuração atual e certamente provisória”, afirma (2000, p. 67). Essa configuração caracteriza-se pelo encontro entre os homens inscritos em culturas fragmentadas, locais, enraizadas na longa

duração da história, por um lado, e pelos bens e serviços, colocados no mercado por indústrias recentes e globalizadas por sistemas de trocas e de comunicação de grande capacidade, por outro.

3.1.2 Cultura: A hibridização de um conceito e de sua prática

A cultura, conforme Canclini (2003, p. 35), abarca o conjunto de processos sociais de significação, ou melhor, o conjunto de processos sociais de produção, circulação e consumo da significação na vida social. Não constitui, deste modo, nenhum tipo de erudição, educação, informação vasta ou refinamento. Não se restringe a grupos de maior ou menor influência social. É característica plural, da comunidade humana, seja ela vista como um todo planetário, ou fragmentada em pequenos blocos.

A sociedade está estruturada com base em dois tipos de relações: a de *forças* correspondentes ao valor de uso e troca e, junto a elas, dentro delas, relações de *sentido* que organizam a vida social, as *relações de significação*. O mundo das significações, do sentido, é próprio da cultura. É dos significados atribuídos, arbitrariamente ou não, às coisas, aos valores e às idéias, que se constitui a cultura. São os signos e os símbolos que possibilitam a interação entre os homens e, em sua organização, ou não, residem a sociedade, a comunicação e a cultura.

O autor busca, no cruzamento da antropologia, da sociologia, da história da arte e dos estudos de comunicação, a evidência de que a cultura humana é híbrida. Ou seja, “assim como não funciona a oposição abrupta entre o tradicional e o moderno, o culto, o popular e o massivo não estão onde estamos habituados a encontrá-los” (CANCLINI, 2003, p. 19). Ao colocar os meios de comunicação social em pé de igualdade com as demais manifestações, Canclini legitima seu papel, como resultado, entre outros fatores, da internacionalização da economia, da transnacionalização dos próprios meios de comunicação, do aumento do fluxo turístico e das migrações internas e externas, como pontua Jacks, em seu estudo

sobre a mediação simbólica das culturas regionais (1999, p. 30). Conforme a autora, esta perspectiva de pesquisa desponta com propostas que avançam na compreensão dos processos comunicacionais nos países latino-americanos, nos quais tanto a modernidade como a modernização andam a passos desconexos (1999, p. 31).

É necessário demolir essa divisão em três pavimentos, essa concepção em camadas do mundo da cultura, e averiguar se sua *hibridação* pode ser lida com as ferramentas das disciplinas que os estudam separadamente: a história da arte e a literatura se ocupam do *culto*; o folclore e a antropologia, consagrados ao popular; os trabalhos sobre comunicação, especializados na cultura massiva. Precisamos de ciências sociais nômades, capazes de circular pelas escadas que ligam esses pavimentos. Ou melhor: que redesenhem esses planos e comuniquem os níveis horizontalmente (CANCLINI, 2003, p. 19).

Sobressaem-se, então, os cruzamentos socioculturais em que o tradicional e o moderno se misturam. Os movimentos sociais e as mudanças da vida em sociedade acarretam a adaptação de saberes. Isso fica claro quando se observa as modificações no artesanato dos migrantes do campo para atrair o interesse dos consumidores urbanos, por exemplo. Ou, ainda, quando os operários reformulam sua cultura de trabalho frente às novas tecnologias de produção, sem abandonar crenças antigas.

Exemplos de hibridização cultural, como lembra Burke (2003), podem ser encontrados em toda parte, na maioria dos domínios da cultura – religiões sincréticas, filosofias ecléticas, línguas e culinárias mistas e estilos híbridos na arquitetura, na literatura ou na música. O termo não tem exatamente o mesmo significado em todos esses momentos.

É necessário, para estudar a cultura latino-americana, ou as culturas nela inseridas, como é o nosso caso, lançar um olhar conjunto que se encarregue desta *heterogeneidade temporal*. Conforme Canclini (2003, p. 21), tanto os tradicionalistas quanto os modernizadores quiseram construir objetos puros. Os primeiros imaginaram culturas nacionais e populares *autênticas*; procuraram preservá-las da industrialização, da massificação urbana e das influências estrangeiras. Os segundos conceberam uma arte pela arte, um saber pelo saber, sem fronteiras territoriais. As próprias ideologias modernizadoras, do liberalismo

ao desenvolvimentismo, acentuaram essa compartimentação, caracterizando a modernização como uma etapa além, como uma evolução. As formas de produção, as crenças e os bens tradicionais seriam substituídos. O conhecimento científico tomaria o lugar dos mitos; a expansão da indústria acabaria com o artesanato; os livros cederiam seu espaço para os meios audiovisuais de comunicação.

Hoje, existe uma compreensão mais complexa sobre as relações entre tradição e modernidade. O culto tradicional não é apagado pela industrialização dos bens simbólicos. Ao invés de se extinguir, esta produção se transforma pelo contato. Diz o autor:

Nunca houve tantos artesãos, nem músicos populares, nem semelhante difusão do folclore, porque seus produtos mantêm funções tradicionais (dar trabalho aos indígenas e camponeses) e desenvolvem outras modernas: atraem turistas e consumidores urbanos que encontram nos bens folclóricos signos de distinção (CANCLINI, 2003, p. 22).

Ou seja, a modernização diminui o papel do culto e do popular tradicionais no conjunto do mercado simbólico, mas não os suprime. Redimensiona a arte e o folclore, o saber acadêmico e a cultura industrializada, sob condições relativamente semelhantes.

A definição de arte, por exemplo, não se circunscreve a uma questão estética. É preciso levar em conta como essa questão será respondida na intersecção que fazem os jornalistas e os críticos, os historiadores e os museógrafos, os *marchands*, os colecionadores e os especuladores. Da mesma forma, o popular não se define por uma essência *a priori*, como lembra Canclini (2003, p. 23), mas pelas estratégias instáveis, diversas, com que os próprios setores subalternos constroem suas posições, e também pelo modo como o folclorista e o antropólogo levam à cena a cultura popular para o museu ou para a academia; os sociólogos e os políticos para os partidos; os comunicólogos para a mídia.

Esta hibridização cultural é consequência, também, dos diferentes estágios em que se encontra a sociedade latino-americana. A todo o momento, há

peças entrando e saindo da modernidade, entrando e saindo da pós-modernidade. Ao mesmo tempo em que estão disponíveis as mais altas tecnologias a um número restrito de cidadãos, grande parte dos latino-americanos não tem acesso ou não está *alfabetizada* para o uso destas tecnologias. Mesmo os mais favorecidos economicamente continuam alternando conhecimentos ditos modernos com formas arcaicas de poder.

Os processos de hibridização apresentam variedade de objetos, terminologias, situações, reações e resultados, como fica claro no ensaio de Burke (2003) sobre o tema. Esses conceitos, amplamente discutidos na contemporaneidade, desenham o cenário da hibridização cultural e revelam suas peculiaridades. Cada um se desdobra em vários, e as áreas do conhecimento, chamadas para entendê-los, acabam fazendo de nossa ciência, também, uma ciência híbrida.

Em estudo recente, Canclini debruçou-se sobre as diferenças, desigualdades e desconexões na América Latina (2004). O conceito-chave, nessa obra, é *interculturalidade*. Diferente da multiculturalidade, que supõe a aceitação do heterogêneo, a interculturalidade implica que os diferentes são o que são em relações de negociação, empréstimos e conflitos recíprocos. Como já fez em **Culturas híbridas** (1997), o autor levanta a importância de se estudar o tema com a concorrência da antropologia, da sociologia e da comunicação.

Estudar as diferenças e preocupar-se pelo que nos homogeneiza tem sido uma tendência dos antropólogos. Os sociólogos se acostumaram a observar os movimentos que nos igualam e os que aumentam a disparidade. Os especialistas em comunicação só pensam as diferenças e desigualdades em termos de inclusão e exclusão. De acordo com a ênfase de cada disciplina, os processos culturais são lidos com chaves distintas.

Para as antropologias da diferença, cultura é pertencimento comunitário e contraste com os outros. Para algumas teorias sociológicas da desigualdade, a cultura é algo que se adquire formando parte das elites ou aderindo a seus pensamentos e seus gostos; as diferenças culturais procederiam da apropriação desigual dos recursos econômicos e educativos. Os estudos comunicacionais consideram, quase sempre, que ter cultura é estar conectado. Não há um processo evolucionista de substituição de umas teorias por outras: o problema é

averiguar como existem, chocam ou se ignoram a cultura comunitária, a cultura como distinção e a cultura.com (CANCLINI, 2004, p. 13-14)¹¹.

Outra questão abordada por Canclini (2004) é a necessidade de pesquisas empíricas no campo da cultura, como pretendemos empreender nesse trabalho. O caminho contrário, segundo ele, tem levado a distorções, como a construção de categorias ideais sem comprovação factual.

No campo político, o reconhecimento da diversidade cultural, como fundamental para a democracia, é um fenômeno novo, como afirma Mattelart (2005). Da cultura à comunicação, do povo ao público, do cidadão ao consumidor. Sob essas permutas, não deixaram de se jogar, durante os dois últimos séculos, as tensões entre o projeto da *república mercantil universal*, sob o signo do livre comércio, e o universalismo dos valores exaltados pelos *iluministas*; entre o etnocentrismo da colonização cultural e as lutas pela salvaguarda das identidades; entre o espaço fechado do nacional e os vetores transfronteiras; entre a filosofia do serviço público e o pragmatismo do livre jogo da concorrência; entre a cultura legitimada e as culturas populares; entre a alta cultura e a cultura do cotidiano.

3.1.3 A cultura no jornalismo

O estudo da cultura e o jornalismo que se ocupa desse campo devem estar atentos para os contatos interculturais que são, muitas vezes, zonas de conflito. O processo de *hibridização*, para usar o termo de Canclini, nem sempre é *tranquilo*. Os momentos deste processo, e o modo como ele se dá, são temáticas fundamentais para o jornalismo cultural contemporâneo, embora nem sempre estejam impressas nas páginas dos periódicos.

De acordo com Uribe, o jornalismo cultural é aquele que analisa, observa e recria os fenômenos e os fatos sociais do ponto de vista da cultura:

¹¹ Tradução livre da autora.

O jornalismo cultural a que nos propomos é aquele que investiga, busca causas, conseqüências, antecedentes históricos. É o jornalismo que deixa de lado o óbvio para aprofundar-se nos fatos e em seus protagonistas. O que procura o manejo criativo da linguagem. O que rompe. O que necessita tempo, especialização, consagração, conhecimento, sensibilidade e paixão. O que se compromete com o tema. Aquele que não se ajoelha diante do poder e que busca, antes de dar respostas, criar perguntas (1992, p. 19)¹².

Nos últimos anos, os meios de comunicação têm começado a assumir que o que está em jogo, no jornalismo cultural, não são apenas exposições, espetáculos e personagens geniais, mas a cultura, no seu sentido mais amplo, o convívio diário das pessoas. Essa mudança, essa nova concepção da cultura e da sua importância para a convivência e a transformação da sociedade, tem, como obstáculo, todavia, as ideologias do ofício, as rotinas e os hábitos de trabalho dos jornalistas, como lembra Martín-Barbero (1992). Para ele, a pressão da lógica informativa se traduz em compulsão na atualidade e alça ao *status* de notícia apenas os fatos do dia ou das últimas horas.

Frente a esse ritmo de temporalidade exasperada, os fatos da vida cultural desenham seus próprios ritmos, mas em vão. A temporalidade compulsiva da atualidade bate de frente com a da vida cultural e com a necessidade de dispor de discursos que tratem dos diferentes tempos da cultura. O autor ressalta, além disso, a aparente necessidade de fazer com que todas as notícias sejam *leves*, *digeríveis*, reduzidas de sua complexidade.

Entre as propostas de Martín-Barbero para a renovação da área, estão o estreitamento da ligação da informação cultural com o mundo da vida e a construção de um discurso que seja específico, sem ser narcisista nem singular. Isto é, um discurso que não se encerre na pseudo-autonomia que serve apenas para ocultar seus laços com os interesses do mercado. A crítica cultural, segundo ele, continua arrastando, em grande medida, uma concepção de cultura que escamoteia as interpelações que vêm do mundo da vida e é funcional às demandas do mercado, à instância mais interessada em separar e especializar o valor do cultural.

¹² Tradução livre da autora.

Pretendendo construir um discurso que não seja perturbado pelas ambigüidades e contradições da vida cotidiana, não só a crítica especializada, mas boa parte do jornalismo cultural, acaba tendo como referência não as pessoas do país¹³, mas os *entendidos* e os comerciantes de galerias de arte e de empresas de discos (1992, p. 31)¹⁴.

Em texto publicado na revista eletrônica *etcétera*, Canclini questiona o tratamento dado à informação cultural pelos jornais mexicanos. De acordo com ele, a imprensa é um dos lugares onde se torna mais eloqüente a disseminação dos assuntos culturais. É nela que se verifica, também, uma reformulação do conceito de cultura, associada a seu novo papel em processos socioeconômicos e políticos – local onde não estávamos habituados a encontrá-la. Neste trabalho, ele observa, contudo, que a expansão da cultura não ocorre do mesmo modo nas distintas seções dos periódicos.

Através da análise de conteúdo de três diários mexicanos, Canclini percebe a diferença no modo de organizar o local, o nacional e o global nos diferentes campos que tratam da cultura. A pesquisa teve o objetivo de averiguar em que medida, lendo os diários mexicanos, o mundo se tornava mais acessível ou, para expressar de outro modo, se o jornalismo cultural ajudava a valorizar a cultura local e a compreender sua diferença diante das outras. Ao final do trabalho, ele demonstra que há maior ênfase na informação local, nas seções propriamente *culturais*, mas o transnacional é privilegiado em informática e economia. Nas páginas de espetáculos, ambas as tendências estão equilibradas. Ou seja, a expansão informativa da cultura só se sucede, efetivamente, nas páginas de informática e de economia, um pouco em espetáculos. No entanto, nas seções de *cultura*, permanecem concentradas em notícias locais e nacionais.

Em relação aos espaços dedicados tradicionalmente à cultura, a pesquisa de Canclini (2000) aponta para uma frágil ou inexistente articulação entre o local, o nacional e o global, sendo que esses dois últimos praticamente não aparecem, exceto quando a cultura é tratada sob forma de *espetáculo*. A

¹³ O autor refere-se à Colômbia.

¹⁴ Tradução livre da autora.

mesma situação pode ser identificada nos veículos de comunicação sul-riograndenses.

Do mesmo modo que as articulações entre o local, o nacional e o global não são pautadas pelos *media*, também as intersecções entre o culto, o popular e o massivo, como propostas por Canclini (2003), não são suficientemente abordadas. De acordo com ele (2000), à lista de itens que configura uma cidade global, dever-se-ia somar a atividade dos meios de comunicação, sobretudo da imprensa, que falam da cultura e das relações sociais e econômicas como processos responsáveis por essas articulações.

A expansão da temática cultural para novas seções dos diários acompanha parcialmente os acontecimentos mundiais da cultura, conforme o autor (2000). À medida que compõem a agenda pública, os diários postulam pactos de leitura mais globalizados com seus públicos, nas páginas de espetáculos, economia e informática, mas, na seção intitulada *cultura*, que reúne o maior número de informações sobre esse tema, a proposta que fazem aos leitores é de ocuparem-se, sobretudo, da própria sociedade.

Se observarmos as temáticas abordadas pela revista Aplauso, perceberemos que essa mesma relação se dá, por vias diversas, no contexto brasileiro, inclusive no Rio Grande do Sul. O foco da publicação é a produção cultural local, as problemáticas e discussões empreendidas regionalmente. Em suas páginas, alternam-se atores que compõem o cenário cultural do estado. Fontes nacionais ou internacionais são ouvidas, na maioria das vezes, quando ligadas a algo que acontece no Rio Grande do Sul, onde a identidade regional é balizadora das decisões políticas e do comportamento social.

3.1.4 História e definição do jornalismo cultural

A cultura é objeto dos jornais desde seu surgimento. Como pontua Rivera (1995), todo o jornalismo é cultural. No entanto, dentre os assuntos

contemplados, pelo que se convencionou chamar de *jornalismo cultural*, a literatura foi o primeiro a ocupar lugar nas páginas dos periódicos.

3.1.4.1 Jornalismo literário: O início de tudo

A crítica literária emergiu na França, em 1665, na gazeta especializada Journal des Savants. Anunciar os livros novos, dar uma idéia de seu conteúdo, divulgar e documentar as novas descobertas científicas, eram alguns de seus objetivos. É dessa folha, também, o pioneirismo em usar o termo *jornal* para designar um periódico. Conforme consta no dicionário da Academia Francesa, de 1684, na origem, *jornal* quer dizer um periódico especializado em literatura (ARNT, 2001).

O Journal des Savants inaugurou um tipo de imprensa de oposição ao sistema, com a crítica aos filósofos das Luzes, que defendiam o absolutismo esclarecido. Acabou abandonando a crítica literária devido às perseguições e à censura. Outros jornais literários surgiram na França, mas utilizando uma fórmula subserviente, sem contrariar a ordem constituída. O de maior sucesso no final do século XVII foi o Nouvelles de la Republique des Lettres, dirigido por Bayle, que, de tão acomodado, recebeu cartas de felicitação da Academia Francesa e da Societé Royale, instituições fiscalizadoras dos padrões estéticos (ARNT, 2001, p. 27).

Conforme Arnt (2001, p. 27), o Journal des Savants passou a ter uma existência passiva, dando informes científicos objetivos por mais de cem anos, até 1792, quando deixou de circular. A publicação respondia, de acordo com Weil, a uma necessidade; por isso, seu êxito foi rápido, assim como sua circulação em outros países europeus.

O Journal des Savants pode publicar em seguida: “A tarefa de fazer um periódico para informar aos eruditos do que ocorre de novo na república das letras tem sido universalmente aprovado por todas as nações. Há poucas cidades, a exemplo de Paris, que não o façam. Nosso jornal tem sido traduzido na Itália. O mesmo tem acontecido na Alemanha”. Houve, também, uma tradução latina. Ao anunciar Gallois, em 1678, que adotaria, dali em diante, um formato menor, explicava assim: “A intensidade como se pede o Journal des Savants nos países

estrangeiros, assim como nas províncias mais longínquas do reino, têm obrigado o autor a enviá-lo como uma carta” (1962, p. 25)¹⁵.

Em 1666, foi lançado o periódico Philosophical Transactions, pela Sociedade Real de Londres. A folha, mencionada elogiosamente, pelo jornal francês, teve o mesmo valor científico e abrangência internacional. Em 1675, em Leipzig (Alemanha), surgiu a versão latina desta publicação.

Desfontaines editou, também, o jornal Observations sur les écrits modernes, fundado em 1735, onde atacava fortemente a Academia e, por isso, foi fechado em pouco tempo. Um de seus seguidores foi Fréron, que publicou o Année Littéraire, dedicado à crítica literária e, indiretamente, à política, uma vez que questionava as reformas propostas pelos filósofos. No entanto, Fréron não contemplava especificamente a crítica política. “Quem quisesse ler sobre a política francesa tinha de continuar comprando as gazetas holandesas. Além desses jornais literários, as únicas opções eram as gazetas oficiais, que continuavam sob forte censura”, explica Arnt (2001). Segundo ela, os jornais literários se propagaram por toda a Europa, evoluindo para um gênero que a autora define como *híbrido*: jornais literários que continham crítica política.

Um marco dos princípios do jornalismo cultural, para Piza (2003), é o ano de 1711. Foi nesta data que Richard Steele e Joseph Addison fundaram, na Inglaterra, a revista diária The Spectator. O objetivo da publicação era tirar a filosofia dos gabinetes e bibliotecas, escolas e faculdades, e levá-la para clubes e assembléias, casas de chá e cafés.

A revista falava de tudo – livros, óperas, costumes, festivais de música e teatro, política – num tom de conversação espirituosa, culta sem ser formal, reflexiva sem ser inacessível, apostando num fraseado charmoso e irônico que faria o futuro grão-mestre da crítica, Samuel Johnson, sentenciar: “Quem quiser atingir um estilo inglês deve dedicar seus dias e suas noites a ler esses volumes”. Podia tratar dos novos hábitos vistos numa casa de café, como temas em discussão e roupas na moda, ou então criticar o culto às óperas italianas e o casamento em idade precoce. Podia citar Xenofonte para satirizar a falta de modéstia dos ingleses e Dom Quixote para atacar a mania de ridicularizar o outro por meio de risadas (PIZA, 2003, p. 12).

¹⁵ Tradução livre da autora.

A temática da publicação relacionava-se, então, a todo o momento, com as questões da cidade, no caso, Londres. O jornalismo cultural inglês, dedicado à avaliação de idéias, valores e artes, é produto de uma era que se inicia depois do Renascimento, quando as máquinas começaram a transformar a economia, a primeira revolução industrial já ocorrera e o humanismo se propagara desde a Itália por toda a Europa. Sua prática ajudou a dar luz ao movimento iluminista que marcou o século XVIII (PIZA, 2003).

The Spectator começou a circular com três mil exemplares, uma grande tiragem para a época. Alguns números chegaram a sair com vinte e até trinta mil exemplares. Sua influência foi tão grande que se podem arrolar cerca de cem títulos de *periódicos de ensaios* surgidos na Inglaterra até 1750. “Mas nenhum estava à altura de Spectator, cujo grande êxito durou até 1712”, quando começa a ser cobrado imposto sobre o papel, uma decisão política para enfraquecer a imprensa, como explica Weill (1962, p. 46).

Conforme Montoro, é nas páginas deste periódico que surge o ensaio inglês. “Como o povo se alfabetiza, suas idéias alcançam a maioria”¹⁶, explica (1973, p. 179). Se, nos livros, ainda se mantinha o gosto clássico, na imprensa imperava o talento, a sutileza e a técnica. E isso influenciou poderosamente a literatura como um todo, tornando-a cada vez mais acessível. The Spectator foi um dos primeiros veículos a criar os pressupostos da literatura que estreita as distâncias entre o autor e o leitor mais ou menos culto, entre o aristocrata e o burguês. Esta literatura não é, no entanto, nem cartesiana nem propriamente popular. Com seu racionalismo, rigor moral e ideal de respeitabilidade, está no meio do caminho entre a mentalidade aristocrática e a burguesia puritana.

Através destes periódicos, cujas breves dissertações pseudocientíficas e explicações éticas constituem a melhor introdução à leitura de livros, começam a acostumar o público ao desfrute regular da literatura séria; através deles se converte a literatura, pela primeira vez, em costume e em uma necessidade para setores da sociedade relativamente amplos. Depois da Revolução, os escritores já não precisam encontrar seus protetores na corte. O papel dos círculos da corte como produtores de literatura é assumido pelos partidos políticos, que lutam às vezes encarniçadamente, e pelos governos, que sabem bem o quanto dependem da opinião pública. *Tories* e *whigs* têm que

¹⁶ Tradução livre da autora.

manter uma contínua luta pela influência política, na qual uma arma fundamental é a propaganda através da comunicação literária. Os escritores, queiram ou não, têm de encarregar-se desta tarefa, porque se não têm patrocinadores na corte e os livros não proporcionam ainda notáveis valores, hão de encontrar na propaganda política, nos periódicos que a realizam, uma fonte de renda que lhes ofereça garantias (MONTORO, 1973, p. 183)¹⁷.

Assim, Steele e Addison se converteram em representantes dos interesses dos *whigs*; Defoe e Jonathan Swift transformaram-se em jornalistas-panfletistas políticos, o primeiro como *whig* e o segundo como *tory*¹⁸. Para Montoro (1973), foram estes últimos os grandes jornalistas da época. Em uma das publicações de Defoe, The Mercator, foram divulgados vários capítulos de **Robinson Crusóé**, obra máxima da literatura criada pelo pensamento *whig*, embora o periódico fosse alinhado com os *tories*.

O jornalismo mudou drasticamente a situação econômica e social dos escritores ingleses. Primeiro, porque lhes proporcionou diversos benefícios, e, segundo, porque, através dos periódicos, fomentou a leitura e transformou o povo inglês em notável consumidor de livros. “O jornalismo permitiu que muitos escritores mantivessem certa independência econômica, o que redundava em sua independência ideológica” (MONTORO, 1973, p. 189).

A França foi bastante influenciada pela experiência britânica. Em 1775, Pierre Carlet de Chamblain, mais conhecido como Marivaux, lançou Le Spectateur Français. Nesse periódico, ele redigia seus artigos jornalísticos em forma de carta, onde refletia sobre os costumes, vícios e virtudes da corte, além de publicar críticas literárias e morais. Outro jornalista de destaque no período foi Antoine François Prévost, que participou da fundação de publicações como Journal Étranger, Variétés Littéraires e Gazette Littéraire de l'Europe, onde foram publicados textos de Voltaire. Embora a favor da socialização do conhecimento e da literatura, o autor acabou voltando-se contra os jornalistas, depois de ser atacado pela imprensa oficial.

¹⁷ Tradução livre da autora.

¹⁸ *Whigs* e *tories* formavam a base do sistema partidário na Inglaterra. O partido *tory* (conservador) apoiava os interesses da monarquia, da nobreza e da Igreja Anglicana, enquanto os *whigs* (liberais) representavam a crescente classe média de mercadores, industriais e proprietários sem título de nobreza.

Em **Ilusões perdidas** (1955), Balzac traça um panorama da burguesia francesa do século XIX, com destaque para o papel preponderante dos jornais e dos jornalistas. A corrupção do jornalismo, especialmente em sua relação comercial com a literatura, capaz de transformar em verdadeiro sucesso textos medíocres, e de deixar marginalizadas importantes criações literárias, mantém-se um assunto de assombrosa atualidade. Seu personagem, Lucien Chardon, poeta provinciano que se muda para a capital com o objetivo de viver da literatura, acaba, como muitos escritores da época e de agora, trabalhando na imprensa diária e constituindo-se neste híbrido de *jornalista-escritor*. A realidade do jornalismo, descrito por Balzac como um *câncer*, enche de entusiasmo o jovem Chardon, quando percebe a influência e o poder conferidos pela nova profissão.

E assim, por uma benção do acaso, nenhum aviso faltou a Luciano sobre o declive do precipício onde deveria tombar. De Arthez havia posto o poeta na nobre estrada do trabalho acordando nele o sentimento sob o qual os obstáculos desaparecem. O próprio Lousteau havia tentado afastá-lo, por um pensamento egoísta, pintando-lhe o jornalismo e a literatura em suas cores verdadeiras. Luciano não quisera acreditar em tanta corrupção escondida; mas ouvia, afinal, jornalistas gritando seu mal, via-os à obra, rasgando o ventre de sua nutriz para predizer o futuro. Havia visto as coisas como elas realmente são, durante aquela ceia. Mas, em vez de se sentir tomado de horror à vista do coração mesmo daquela corrupção parisiense tão bem qualificada por Blücher, gozava com embriaguez daquela sociedade inteligente. Achava superiores aqueles homens extraordinários, metidos na armadura damasquinada de seus vícios e sob o brilhante capacete da análise fria, aos homens graves e sérios do Cenáculo. Depois, saboreava as primeiras delícias da riqueza; estava sob o encantamento do luxo, sob o império da boa mesa, seus instintos caprichosos despertavam. Bebia pela primeira vez vinhos finos, travava conhecimento com as esquisitas iguarias da alta cozinha; via um ministro, um duque e sua bailarina, emparelhados aos jornalistas, admirando o seu poder atroz. Sentiu tremendo prurido de dominar esse mundo de reis; sentia-se com força para os vencer (BALZAC, 1955, p. 271).

Os *critérios de noticiabilidade*, no jornalismo cultural, embora não tratados nestes termos, foram evidenciados pelo autor, que relatou as seduções, as covardias e as intrigas provocadas pelo afã de um *réclame* elogioso em uma página de jornal. “Jantares, lisonjas, presentes, de tudo se lançava mão junto aos jornalistas”, escreve (1955, p. 309).

Através da França, chegou à Espanha o jornalismo moralista inglês. A vida literária do país, principalmente a partir de Felipe V, era *afrancesada*. A vida jornalística sentia esta influência com ainda maior intensidade.

Havia um jornalismo oficial, consentido, de *privilégios*, que bem pode representar a Gaceta de Madrid. Havia um jornalismo literário. E havia uma censura.

[...]

A imprensa oficial, perfeitamente controlada com notícias interessantes para a coroa, permitiu jornais como El Diario de Madrid e El Diario de Barcelona... Mas rechaçou pedidos para publicar diários informativos, como os dos literatos Juan Meléndez Valdés, Diego Clemencín, Nicásio Alvarez Cienfuegos e Juan López Peñalver, que pretendiam criar um semanário com o título El Académico. A justificativa vinha dada pelas idéias que depois se condensariam em um *Regramento Real de Imprensa*, em que pode ler-se: "O abuso que se tem feito e faz-se em vários países estrangeiros da liberdade de imprensa, com grave prejuízo à religião, aos bons costumes, à tranqüilidade pública e aos direitos legítimos dos príncipes, exige providências eficazes para impedir que se introduzam e estendam em meus domínios os impressos que tantos males ocasionam" (MONTORO, 1973, p. 201).

Mas este afrancesamento, de acordo com Montoro (1973), permitiu aos periódicos mostrar aos leitores as novidades da república das letras, ao estilo do que fazia o Journal des Savants. Era o *journalisme* aristocratizante, que na Espanha caminhava para um *diarismo* do mesmo tipo. Em 1736, Juan Martinez de Salafranca tentou a primeira réplica do jornal francês, um periódico literário e científico que chamou de Memórias Eruditas para la Crítica de Artes y Ciências, antecedente direto de El Diario de los Literatos de España, revista trimestral, na qual eram publicados longas resenhas, análises e juízos sobre todas as obras dignas de atenção que surgiam. A revista ganhou envergadura ao ser patrocinada pelo próprio Felipe V.

Nos Estados Unidos, o jornalismo literário foi introduzido por Benjamin Franklin, inspirado em suas leituras de Richard Steele e Joseph Addison, em The Tatler e The Spectator. Seus textos, com linguagem adequada ao público e ao periódico em que eram publicados, despertavam o reconhecimento dos leitores, que assistiam à vida cotidiana através dos olhos do autor.

Na América Latina, a imprensa nasce e se consolida, de acordo com Rivera (1995), entre os séculos XVII e XVIII, com periódicos como Gaceta e Mercúrio, do México; Gaceta, do Peru; Papel Periódico, de Cuba; e Primícias de la Cultura de Quito, do Equador, todos alinhados com o objetivo iluminista de evolução, através do cultivo das artes e das letras. Esta eclosão jornalística foi-se enriquecendo e diversificando em etapas posteriores, com revistas e diários como La Semana (Santiago do Chile), El Mosaico (Caracas), La Moda (Buenos Aires), La Habana (Havana), El Tiempo (Bogotá), Correio Braziliense ou Armazém Literário (Brasil).

3.1.4.2 O romance-folhetim e a popularização da literatura

A aproximação entre literatura e imprensa fortaleceu-se devido, principalmente, aos avanços tecnológicos ocorridos em meados do século XIX e dos episódios político-culturais deles decorrentes. A Segunda Revolução Industrial representou uma grande evolução, a qual propiciou o lançamento do jornal diário, da publicidade e, em seguida, da venda do periódico por assinaturas.

O desenvolvimento da prensa mecânica de Applegath, em 1828, ao que se seguiu a *máquina de Éclair* de Hoe, em 1855, permitiram a ampliação das tiragens, chegando, primeiramente, aos 4 mil exemplares e, depois, saltando para os 20 mil exemplares diários. Foi com o objetivo de multiplicar e baratear as folhas impressas que Émile Girardin, criador do jornal La Presse, idealizou a publicação seqüenciada de textos literários, os quais pudessem popularizar a literatura e ampliar a tiragem de sua folha. Junto ao sócio Armand Dutacq, que se separa e acaba se antecipando ao mesmo, ao fundar Le Siécle, concretiza-se a idéia: em 5 de agosto de 1836, começa, nesse último jornal, a publicação de **Lazarillo de Tormes**, narrativa anônima espanhola, a que costuma ser atribuída a primazia do romance picaresco. A escolha do texto não foi por acaso: além de não exigir pagamento de direitos autorais, a obra constituir-se-ia numa espécie de modelo primitivo da narrativa que faria enorme sucesso entre os parisienses, os franceses, a Europa e, logo, o mundo: o romance-folhetim.

Conforme Hohlfeldt, a literatura popularizou-se através do jornalismo, mudando constantemente suas características. “Escritores sobreviviam do jornalismo enquanto desenvolviam suas obras. Os livros, originalmente muito caros, tiveram seus preços barateados, à medida que a revolução industrial aperfeiçoava as máquinas e as tiragens aumentavam”, explica (2003, p. 30). O folhetim torna-se gênero referencial para as mais diferentes camadas da população, sobretudo devido ao desenvolvimento de novas técnicas narrativas e emprego de novos temas por parte dos autores.

Para atrair a curiosidade do potencial assinante do jornal, os romances-folhetim eram publicados em partes, suspendendo sua ação dramática de tal forma que a solução do problema ou do enigma exigisse vários capítulos nos quais novos personagens e acontecimentos fossem surgindo. Como hoje fazem as telenovelas, alguns personagens ganhavam maior importância por imposição do público; histórias de sucesso tinham de ser estendidas, sem esquecer, é claro, o sempre presente entrelaçamento entre ficção e realidade. Desta maneira, conquistava-se novos leitores e ampliava-se a abrangência do jornal.

O local designado para estes textos era o rodapé, espaço reservado ao entretenimento, onde também eram publicados contos, artigos, ensaios breves, crítica de arte, poemas e tudo, enfim, que pudesse amenizar, para os leitores, o conjunto de relatos dos acontecimentos daquele dia ou semana. Eles constituíam uma narrativa produzida a partir de certa demanda de mercado, para entreter literariamente os consumidores de jornal. As histórias, recheadas de traições, amores impossíveis e crimes hediondos, encantavam os leitores.

A popularização da literatura e do jornalismo, que tem início com esse fenômeno, alastra-se rapidamente pelo continente europeu. Na Rússia, destaca-se a publicação seriada dos textos de Fiódor Dostoievski. O jornalista-escritor fundou, em 1861, em Petersburgo, a revista Tempo, onde publicou **A casa dos mortos** e **Humilhados e ofendidos**. Embora fosse uma publicação aparentemente conformista com a política nacional, foi suspensa em 1863, em virtude de um artigo do autor sobre a insurreição polaca. Dostoievski retornou ao

jornalismo em A Época e, em 1866, publicou **Crime e castigo** no Noticiário Russo (RIVERA, 1995).

3.1.4.3 O fenômeno chega ao Brasil

A febre do jornalismo literário não tardou a chegar no Brasil. Depois da Gazeta do Rio de Janeiro e da Idade d'Ouro do Brasil, apareceu, na Bahia, em janeiro de 1812, com o título As Variedades ou Ensaio de Literatura, o primeiro jornal literário que foi, ao mesmo tempo, o terceiro publicado no país. Fundou-o, ao que tudo indica, Diogo Soares da Silva de Bivar, português culto, dado às letras, formado em Coimbra e de espírito liberal (ARNT, 2001). Segundo Candido (1981), o desenvolvimento da intelectualidade e das artes, em particular da literatura, foi estimulado pela vinda da Corte Real para o Brasil, quando se forma um público voltado a esses interesses.

Hipólito da Costa, Evaristo da Veiga, Frei Caneca, Araújo Guimarães (redator de O Patriota), entre outros da primeira geração da imprensa no Brasil, foram representantes dos momentos cruciais na formação de uma literatura brasileira, apesar de não serem integrados logicamente à história da literatura, por pertencerem a uma zona limítrofe, na qual a literatura tangencia a vida nas suas preocupações concretas. Esses homens faziam uma literatura de circunstância, que predominava também nas publicações avulsas, como os panfletos, que circularam no Brasil intensamente a partir de 1820. No Período Regencial, sobressaíram os chamados *jornais de opinião*, em que o redator principal era considerado *escritor público* e tinha como missão defender uma causa (MOREL; BARROS, 2003).

O primeiro romance-folhetim surge no país em 1838, quando **Capitão Paulo** foi divulgado pelo Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro. Os leitores multiplicaram-se num país ainda semi-analfabeto, e a influência sobre os que se tornariam os primeiros escritores brasileiros seria plenamente reconhecida, bastando citar José de Alencar. Por seu lado, os escritores surgidos na maré do Romantismo brasileiro utilizariam o mesmo princípio para a divulgação de suas obras, e a circulação dos romances, no Brasil, através dos jornais, permaneceria até meados do século XX, fazendo com que não apenas os textos românticos quanto os autores das tendências que se seguiriam, especialmente o Realismo e

o Naturalismo, adotassem o mesmo tipo de veiculação. Também os textos de peças teatrais consagradas chegaram a ser veiculados no espaço do folhetim.

O gênero representou, no Brasil, a exemplo do que aconteceu na França, uma abertura dos jornais para novas camadas de público, além de uma alternativa que proporcionava periódicos de baixo preço e grande tiragem. Suas características logo seriam reconhecidas pelo leitor: enredos complexos, grande número de personagens, ações eletrizantes, detalhes em torno do passado cuidadosamente omitidos pelo narrador, até determinado momento da ação. O sucesso dessas publicações era tão grande que, em seguida, as gráficas que imprimiam os jornais diários passaram a reproduzir, em volumes ilustrados, aqueles mesmos textos consagrados pelos leitores. Aumentava, assim, o público capaz de ler e consumir literatura, num momento em que não se distingue a produção que viria a ser consagrada pela história literária e aquele conjunto de obras que, na virada do século, ficaria relegado ao esquecimento, considerado produção esteticamente inferior.

Um marco nos romances brasileiros publicados em folhetim foi o sucesso de **O guarani**, no Diário do Rio de Janeiro, em 1857. José de Alencar escreveu o romance entre fevereiro e abril daquele ano, obedecendo ao ritmo folhetinesco. O texto provocou grande entusiasmo, e foi reproduzido em diversos jornais do país. A partir de 1865, o sucesso desse tipo de publicação é tão grande que o termo com que é reconhecido passa a ser *literatura popular*.

Era, realmente, a época dos homens de letras fazendo imprensa. Em 1859, Gentil Homem de Almeida Braga escreve o folhetim literário do Publicador Maranhense, de cuja redação faz parte também Joaquim Serra. Gentil permaneceria no Ordem e Progresso, em 1860 e 1861, passando a redator da Coalisão, de 1862 a 1867, ano em que seria ainda colaborador do Semanário Maranhense, fundado por Joaquim Serra nesse ano, após deixar a Coalisão, em que permanecera de 1862 a 1865. No Semanário Maranhense escreveram as maiores figuras daquela província: Gentil Braga, Sousa Andrade, Henrique Leal, César Marques, Sotero dos Reis, Sabas da Costa, Celso Magalhães. Em S. Paulo, Salvador de Mendonça escreve, em 1860, na revista acadêmica O Caleidoscópio e colabora na Revista Popular, editada pelo Garnier, um das publicações mais conceituadas do tempo, pela qual passaram, de 1860 a 1862, Gonçalves Dias, Joaquim Manuel de Macedo, Saldanha Marinho, Justiniano José da Rocha, Porto Alegre, Bernardo Guimarães, D. J. Gonçalves de Magalhães, Varnhagen, Lafaiete, Zacarias de Góis, além de Alexandre Herculano e os irmãos Feliciano de Castilho. Em 1861, Salvador de Mendonça iria para a Corte,

interrompendo o curso jurídico e entrando para o Diário do Rio de Janeiro, dirigido por Saldanha Marinho, auxiliado por Henrique César Muzzio, Quintino Bocaiúva e Pinheiro Guimarães. Nesse mesmo ano, Pedro Luís Pereira de Sousa entra para a redação do Correio Mercantil, de que passa, em 1862, à Atualidade, para trabalhar com Lafaiete Rodrigues Pereira e Flávio Farnese. Joaquim Serra, o grande jornalista maranhense, viera também para a Corte, onde viria a ser redator da Reforma, do Diário Oficial, da Folha Nova e de O País (SODRÉ, 1999, p. 192).

Os periódicos literários proliferavam, como pontua Sodré (1999), principalmente nas duas Academias de Direito e, com destaque, na de São Paulo. Em 1860, apareciam, ali, o Caleidoscópio, redigido por Tavares Bastos, Marques Rodrigues, Carlos Galvão Bueno e outros; O Timbira, de Paiva Tavares e Rodrigo Otávio; a Revista Dramática, de Peçanha Póvoa, com a colaboração de Fagundes Varela, Salvador de Mendonça e Joaquim Tito Nabuco de Araújo; Trabalhos Literários da Associação Amor   Ciência; dirigida por Pedro F. P. Correia e Jer nimo Máximo Nogueira Penido; O Livro, de Rangel Pestana, Francisco Quirino dos Santos e João Antônio de Barros Júnior; A Legenda, de Teófilo Otoni; A Lei, de Miguel Tavares e Monteiro Luz. Em 1861, surgiria a Revista da Associação Recreio Instrutivo, de Fagundes Varela; em 1862, O Futuro, de Teófilo Otoni, Rangel Pestana, Faria Alvim e outros, e A Razão, de Francisco Quirino dos Santos, Campos Sales, Jorge Miranda e Francisco de Paula Belfort Duarte.

Em 1905, Lima Barreto publica, em forma de folhetim, no Correio da Manhã (Rio de Janeiro), **Os subterrâneos do Morro do Castelo**, que seria editado em livro somente 92 anos depois.   de Barreto, ainda, a obra que equivale, no Brasil,   crítica ao jornalismo empreendida na França por Balzac, **Recordações do escrivão Isaías Caminha**, na qual é exposta a mediocridade das relações que se estabelecem, tanto no jornalismo, quanto na literatura.

Para Costa, o folhetim, híbrido por natureza, não seguia um modelo, mas vários: o romance-folhetim, capaz de manter sua integridade literária, quando reunido em livro; o mirabolante folhetim folhetinesco, uma obra aberta, cujas soluções oscilavam ao gosto do leitor; além do ensaio, da crítica e da cr nica. “O conceito de folhetim muda de sentido ao longo do tempo e até na obra de um

mesmo autor, tornando difícil sua definição em regras rígidas, como, por exemplo, ficção e não-ficção”, diz (2005, p.239).

3.1.4.4 O encontro entre literatura e jornalismo nos pampas

No Rio Grande do Sul, assistiu-se, no século XIX, ao nascimento e à morte de inúmeros jornais de cunho literário. Foram cerca de 70 publicações inspiradas e atuantes que, com sua presença, animaram a vida intelectual da província. O primeiro deles foi O Guayba, lançado em Porto Alegre, no dia 3 de agosto de 1856 (FERREIRA, 1975).

Em suas páginas, foram impressas as idéias dos principais representantes da primeira geração romântica local. César (1971) credita ao grupo de O Guayba o início da organização da literatura sul-rio-grandense. E não foram poucos os que fizeram escola na folha. Começando por seus redatores, João Vespúcio de Abreu e Silva e Carlos Jansen, os nomes mais promissores da época reuniam-se em sua redação. Félix da Cunha, João Capistrano Filho, Pedro Antônio de Miranda e Rita Barém de Melo eram alguns deles.

Depois da experiência de O Guayba, que terminou em 1858, os escritores locais começaram a aparecer em grupos. As novas vertentes literárias eram unidas, então, por projetos e ideais comuns, assemelhando-se em muito com o fenômeno que tinha espaço no centro e no norte do Brasil. Mas não era somente neste sentido que os sul-rio-grandenses se afinavam com o restante do país. A morte prematura ou a *escola de morrer jovem*, como define César (1971), era outra característica dos artistas da época.

As inquietações do grupo passavam longe das características genuinamente gaúchas. Não eram a lida campeira e o chimarrão que os inspiravam. Eram individualistas e sensíveis ao extremo, tendo na contemplação, na melancolia, na tristeza e no abandono, suas principais temáticas. Assuntos como filosofia, história, amor e belas artes eram debatidos com frequência pelos redatores do jornal. Apesar de introduzir questões bastante adiantadas para a

época, O Guayba seguia uma tendência conservadora. Mesmo quando colocava em pauta discussões como a instrução feminina, por exemplo, não deixava de fazer suas devidas ressalvas. Educação para a mulher, sim. Mas que ela servisse para melhorar seu desempenho como mãe, nunca para emancipá-la.

É provável que a publicação do primeiro folhetim no estado tenha se dado exatamente no jornal literário O Guayba. A popularização dos textos de rodapé ocorreu nos mais diversos periódicos da província, quer enquanto traduções de originais franceses, quer enquanto criações intelectuais locais. São abundantes, nos jornais sul-rio-grandenses da segunda metade do século XIX, que alcançaram ampla circulação, os textos em folhetim, apresentando tanto textos de prosa traduzidos, o mais comum, quanto produção intelectual de autores locais, distribuída entre narrativas de ficção, que seguem mais ou menos os modelos europeus, e registros de caráter mais jornalístico de acontecimentos culturais, e políticos, da província. Um detalhe que merece destaque é a periodicidade desses textos, geralmente semanal, editando-se exclusivamente aos domingos, já que era tradicional os periódicos não circularem na segunda-feira, fato que só seria mudado na década de 80 do século XX.

Foi através de O Guayba que os autores sul-rio-grandenses tiveram seu primeiro veículo de comunicação dedicado essencialmente às letras. Puderam, assim, organizar-se, reconhecer-se e chegar ao conhecimento do público. Seguem-se a ele inúmeros veículos com a mesma linha. Entre eles, destaca-se Arcádia, publicado de 1867 a 1870, e inspirador da primeira revista literária sul-rio-grandense, e a Revista do Partenon Literário (1869), órgão oficial da sociedade do mesmo nome, que alcançou extensa repercussão nos meios intelectuais da época.

Na segunda metade do século XIX, na década de 60, o Rio Grande do Sul, através da ampliação de suas indústrias, dos meios de transporte e comunicação, conheceu um período de desenvolvimento econômico intenso, especialmente nas cidades de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas. Paralelamente, a cultura rio-grandense também se desenvolvia através do trabalho de escritores oriundos das cidades mais desenvolvidas economicamente que, como se viu, utilizavam as páginas dos jornais para divulgação de sua obra.

Em relação ao resto do país, este florescimento literário se deu com um certo atraso, principalmente considerando-se a história literária a

que se filiaram os pioneiros das letras gaúchas, isto é, o Romantismo – já decadente ou em fase de transição em outros centros culturais do Brasil. Teve-se, no Rio Grande do Sul, pois, um Romantismo tardio, ainda com resquícios árcades. É nesse contexto sócio-econômico e cultural que surgiu a *Sociedade do Partenon Literário* (ZILBERMAN; SILVEIRA; BAUMGARTEN, 1980).

A Sociedade Partenon Literário começou a tomar forma na casa do escritor Apolinário Porto Alegre. Era lá que um grupo de jovens idealistas e intelectuais se reunia para discutir temas como a abolição da escravatura, os direitos da mulher e o movimento republicano. Suas obras serviram de veículo para a defesa dessas idéias, tendo sido a luta pela abolição claramente defendida no teatro. Além disso, foi realizada uma coleta de fundos para a alforria de escravos, prova da sintonia existente entre teoria e prática. A Revista do Partenon Literário, lançada quase um ano após o surgimento da Sociedade, registrou a libertação de 50 cativos, em 1876, doze anos antes da Lei Áurea. De finalidade estritamente cultural, não apresentava anúncios comerciais. Suas despesas eram financiadas pela tesouraria do grêmio, e sua distribuição era feita, consta, gratuitamente, não só entre os sócios do Partenon, como entre as pessoas que se interessassem pela publicação. Circulava mensalmente, em cadernos ou fascículos. Contava com inúmeros colaboradores, que se revezavam em cada edição. Foi uma das publicações de maior porte da província, no século passado, tendo circulado por cerca de 10 anos (CESAR, 1971).

Exatamente nos mesmos moldes da Revista do Partenon Literário, é lançada, apenas oito meses após o surgimento da primeira, a revista Murmúrios do Guaíba. De propriedade e direção de José Bernardino dos Santos, teve origem em desentendimentos internos da Sociedade e se propôs a ser oposição à primeira diretoria do Partenon. Entre seus colaboradores, estavam inúmeros partenoenses. A revista era dedicada às letras e à história da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. É tida como uma das melhores publicações do gênero que circularam entre nós, no século XIX. Com duração de seis meses, destacou-se, sobretudo, no terreno da história, através da divulgação de documentos históricos comentados, constituindo-se como fonte de informações acerca dos eventos mais relevantes da vida local, de grande utilidade. Foi uma

das primeiras publicações literárias da província a utilizar-se do anúncio comercial para sua manutenção.

Em 1875, é lançado o folheto Aurora Literária, significativo pelos nomes que conseguiu reunir em volta de si, como Assis Brasil, Júlio de Castilhos e Sívio Rangel, dentre outros. O periódico, que trazia boas páginas de prosa e verso, mantinha também uma seção permanente denominada “Crônica”, destinada não só à resenha dos fatos mais importantes do mês, como a comentários de caráter político, social e cultural. Júlio de Castilhos, com apenas 15 anos, foi autor de alguns textos dessa seção (FERREIRA, 1975).

Depois do surgimento de inúmeras publicações literárias de menor expressão, é editada, em Porto Alegre, em 1896, a Revista da Sociedade Silva Jardim, veículo de comunicação oficial da referida sociedade. Com grande número de colaboradores, nivela-se, conforme Ferreira (1975), com as melhores publicações da época, na área.

A verificação do fenômeno que representou o jornalismo literário no Rio Grande do Sul revela a vitalidade cultural da província, como pontua o autor, e demonstra a força das bases nas quais vão se estabelecer veículos na mesma linha, mas de maior porte, no século XX.

3.1.4.5 Jornalismo cultural no século XX

Entre as centenas de revistas editadas em todas as línguas européias neste período, Rivera (1995) destaca The Literary Supplement, La Nouvelle Revue Française, The Criterion e Revista de Occidente como as mais representativas, por sintetizarem as qualidades e os defeitos das demais e porque, de certo modo, foram modelos seguidos com devotada fidelidade na Europa e na América.

The Literary Supplement foi lançada em 1902, como uma prolongação independente das colunas de resenhas bibliográficas do tradicional diário inglês

The Times. Suas críticas contundentes e decisivas no mercado editorial foram publicadas, até 1974, sem assinatura, ainda que fosse notório o grande prestígio intelectual de seus colaboradores. Em diferentes épocas, participaram da revista T. S. Eliot, Virginia Woolf, Andrew Lang, Edith Warthon e John Sturrock, entre outros.

Durante noventa anos, The Literary Supplement conheceu momentos de esplendor e decadência, ainda que, em linhas gerais, seja considerada como um dos grandes expoentes do jornalismo cultural do mundo. No entanto, a apresentação acadêmica e elegante de seus textos não impediu que figuras singulares como Ezra Pound e o próprio T. S. Eliot vissem a revista como uma encarnação da insipidez e a falta de vitalidade da cultura inglesa.

La Nouvelle Revue Française, influente publicação francesa, lançada em 1908, tinha como objetivo disputar o poder literário com a Academia e os *salões*, que monopolizavam a circulação de prestígio cultural desde o início do século XVIII. Vinculada a reivindicações estéticas do simbolismo, serviu de plataforma para escritores como André Gide, Paul Claudel e Marcel Proust. Entre 1919 e 1925, a revista se converteu em ativa propulsora das experiências literárias do entre-guerras e, também, dos autores centrais da literatura russa (Dostoievski, Tchekov), inglesa (Fielding, Stevenson, Defoe, etc.) e alemã (Thomas Mann, Rilke), na tentativa de alcançar um *continentalismo cultural*.

The Criterion, publicação trimestral dirigida por T. S. Eliot, circulou pela primeira vez, em Londres, em 1922. Bastante receptiva a autores não especificamente britânicos, como Paul Valéry, Marcel Proust e Charles Maurras, a revista se transformou em uma tribuna da unidade cultural européia e de certa concepção elitista da literatura e dos próprios processos culturais, concebidos como circulações destinadas a minorias altamente selecionadas.

É de Madrid a Revista de Occidente, fundada por José Ortega y Gasset, em 1923. Trata-se, conforme Rivera, de um dos grandes modelos de jornalismo cultural em língua espanhola durante o pós-guerra. “Foi significativa pela personalidade intelectual e jornalística de seu criador, pelo que representou neste

momento de transição, e pela influência que exerceu sobre outros projetos contemporâneos de mesmo caráter, entre eles a revista argentina Sur”, afirma (1995, p. 45).

As três primeiras décadas do século XX são marcadas na sociedade norte-americana pelo consumo de uma imprensa sensacionalista e essencialmente distanciada do que, à época, era considerado um perfil cultural *alto*, conforme Rivera (1995). Para o autor, a partir deste momento, até o fim da Segunda Guerra Mundial, é que o panorama se desenha mais rico e permite ordenar algumas linhas em relação com o campo específico do jornalismo cultural.

Neste contexto, emergem três núcleos organizadores. O primeiro deles relaciona-se, precisamente, com as tensões estabelecidas, desde o início do século, entre os escritores que optam pela expatriação europeia, como Ernst Hemingway, Henry Miller e Scott Fitzgerald (com revistas como Exile, Transition e New Review, publicadas entre 1900 e 1930) e aqueles que assumem posição oposta. The American Mercury foi porta-voz dessa posição americanista reivindicatória e, segundo Rivera, um dos grandes modelos de jornalismo cultural norte-americano da época, especialmente pela massa de questões lingüísticas, sociológicas, históricas e literárias publicadas em suas páginas.

O segundo núcleo tem a ver com as profundas discussões culturais, políticas e econômicas provocadas pela *grande depressão* do anos 1930. Essas temáticas foram abordadas em publicações como The Freeman, The Nation e The New Republic. A preocupação social desse período acaba por dissolver a briga entre americanos e europeus expatriados. As publicações citadas preparam o lançamento, em 1934, de The Partisan Review, que desponta com a participação de colaboradores influentes e com preocupações teóricas, ideológicas e humanistas pela cultura, concebida em sua totalidade.

O terceiro núcleo está vinculado ao contexto dos anos 1940 e 1950, caracterizado pela sociedade consumista norte-americana do pós-guerra, que vê o fantasma da *depressão* sendo ultrapassado e os esforços do conflito mundial

canalizados para um resultado satisfatório para os Estados Unidos. As *grandes linhas* do jornalismo cultural norte-americano, como sublinha Rivera, datam deste período, seja com publicações de cunho político e ideológico, como New Left e Monthly Review, representantes do liberalismo de esquerda; ou com revistas de caráter acadêmico, como Chicago Review, editada pela universidade local.

A este contexto pertence um intransferível fenômeno jornalístico como a revista New Yorker, dirigida por Harold Hoss e nutrida por colaboradores de alto tom literário, como James Thurber, E. B. White, Leo Rosten e Lilian Ross. Grande parte do tom e do *bom estilo* da revista tem relação estreita com a grande colaboração de um humorista excepcional como Thurber, preocupado, sobretudo, pela transição entre a velha América do Norte, puritana e convencional, e a nova sociedade americana cooptada pela psicanálise, pela revolução sexual, pelo consumismo e pelos inéditos momentos críticos da vida urbana, aos quais examina a partir de um ponto de vista satírico, que não deixa de assinalar os absurdos e as imposturas do novo *status* cultural (RIVERA, 1995, p. 48-49).

Na década de 1950, surgem, nos Estados Unidos, diversas publicações significativas, que começam a socializar as experiências da nova atmosfera cultural do país. Evergreen Review, de 1957, reúne escritores da geração *beat*, como Jack Kerouac, William Burroughs e Gregory Corso. Nessa linha inovadora, estão também: New World Writing, Anchor Review, New American Review, Black Mountain Review e New York Review of Books. A essas, agregam-se experiências de jornalismo cultural multifacetadas como Rolling Stone, que se situa em zonas de cruzamento entre o literário tradicional e as mais recentes expressões do *rock 'n' roll* e da cultura urbana em suas diferentes dimensões.

Na América Latina, as publicações dos séculos XVII e XVIII influenciaram, sobremaneira, os projetos de jornalismo cultural que se afirmaram, até o final do século XIX e início do XX, com revistas como La Biblioteca (Buenos Aires), Revista Azul (México), Cosmópolis (Caracas), Amauta (Lima), Revista de América (Bogotá) e Nosotros (Buenos Aires).

Em 1939, Carlos Quijano fundou o semanário Marcha, com o propósito de empreender uma profunda, renovadora e necessária revisão do que acontecia, na época, nos campos político, econômico e social do Uruguai e da América Latina. A cultura, que inicialmente ocupava as últimas páginas desse combativo tablóide,

foi tomando cada vez maior extensão, sem acarretar na perda do caráter político, internacional e econômico do semanário. “É praticamente impossível dar conta, em um resumo, da imensa torrente de ensaios e genuínos modelos de jornalismo cultural de primeiro nível acumulados ao longo de três décadas nos fartos 1676 números do semanário”, explica Rivera (1995).

A publicação mexicana Cuadernos Americanos sintetiza, como poucas, o espírito continental e, por vezes, ecumênico, que caracterizava as grandes revistas latino-americanas. Fundada em 1942, a revista se transformou, rapidamente, em uma das mais notáveis empresas culturais da década. Sua envergadura, sua continuidade e a efetiva inserção nos campos das artes, das letras e do pensamento científico e humanístico, garantiram essa representatividade. Em suas edições, de cerca de 300 páginas cada, encontram-se textos sobre ciência, literatura, sociologia, filosofia e economia, assim como outras temáticas da agenda americana. Desde o começo, buscou um ponto de equilíbrio entre o universal e as questões específicas do mundo cultural e da problemática latino-americana.

Na Argentina, diversas publicações, como Nosotros, Sur e Crisis, ocuparam espaço relevante no campo cultural. Lançada em 1907, Nosotros circulou até 1943 e, durante sua existência, apresentou o essencial da produção de escritores e intelectuais argentinos nascidos desde 1880. Embora seu modelo cultural fosse baseado nas grandes referências européias, o periódico se apresentava como francamente americano, fundado sobre um amplo e bem entendido nacionalismo (RIVERA, 1995, p. 59-60).

Sur foi criada em 1931, com o objetivo de divulgar bons escritores, nacionais e estrangeiros; contribuir à difusão de aspectos relevantes da cultura européia contemporânea; transformar-se em um foro de discussão das problemáticas e valores culturais da América Latina; e privilegiar o valor literário dos textos, acima de alinhamentos ideológicos, confessionais ou estéticos. Contou com colaboradores como Pierre Drieu de la Rochelle (França), Ortega y Gasset (Espanha), Ernest Ansermet (Suíça), acompanhados de um conselho de redação formado por Jorge Luís Borges, Eduardo Bullrich, Oliverio Girondo,

Alfredo González Garaño, Eduardo Mallea, María Rosa Oliver e Guillermo de La Torre.

Entre 1973 e 1976, circulou a revista Crisis, que alcançou a dimensão de um genuíno fenômeno no jornalismo cultural, com tiragens de até 35 mil exemplares. Utilizou uma estratégia heterodoxa, na qual conviviam recursos do jornalismo generalista, das ciências sociais e dos clássicos *desenhos culturais*, amalgamados por um novo modo de entender as demandas da comunicação massiva. Em Crisis, convivem materiais próprios da considerada *alta cultura* com textos pertencentes ao universo catalogado como *baixa cultura* – literaturas marginais, radionovelas, letras de tango e novelas policiais, etc. Isso, em um momento em que essa divisão hierárquica ainda não havia sido ultrapassada, como aconteceria nos anos 1980. Assinaram textos da revista Eduardo Galeano e Aníbal Ford, entre outros (RIVERA, 1995, p. 87-88).

3.1.4.5.1 Jornalismo cultural no século XX – Brasil

A relação entre jornalismo e literatura, bem como a intensa participação de escritores nos veículos de imprensa motivaram, em 1904, a pesquisa que originou **O momento literário**, de Paulo Barreto, mais conhecido como João do Rio. A pergunta capital do questionário é: O jornalismo, especialmente no Brasil, é um fator bom ou mau para a arte literária? A indagação dividiu os escritores da época e a polêmica em torno do tema mantém-se viva no século XXI¹⁹.

Em 1904, conforme Sodré (1999), as artes gráficas no Brasil têm já condições para permitir uma revista como a Kosmos, de excelente apresentação, separando o desenho da fotografia. Para a crônica de abertura, o periódico contava com a assinatura de Olavo Bilac; de teatro, ocupava-se Artur Azevedo, depois substituído por João do Rio; a crítica literária era responsabilidade de José

¹⁹ Sobre o tema, ver **Pena de Aluguel – Escritores jornalistas no Brasil 1904 2004**, no qual Cristiane Costa repete a pergunta de João do Rio a escritores contemporâneos. Há, também, uma reedição da obra: GENS, Rosa (Org). **O momento literário** – João do Rio. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1994.

Veríssimo; e Gonzaga Duque escrevia sobre arte. A revista sobreviveu até 1906, quando apareceu sua concorrente Renascença, que contou com a participação de muitos de seus colaboradores. A Avenida, Os Anais, Revista Americana e A Rua do Ouvidor foram outros títulos desse período. Pequenas e efêmeras revistas literárias, atendendo aos anseios dos grupos de escritores que se formavam, surgiram nos mais diversos estados do país.

A revista mais característica daquela fase, entretanto, seria Careta, que começou a circular em 1908, fundada por Jorge Schmidt, que realizara, com a Kosmos, algo de inovador, e que, agora, iria realmente realizar o que deixou de mais expressivo. Contando, desde o início, com a colaboração inconfundível de J. Carlos, cujo longo e brilhantíssimo labor artístico praticamente se confunde com a vida dessa revista, tornou-se popular como nenhuma outra, encontrada nos engraxates, barbeiros, consultórios, etc. (SODRÉ, 1999, p. 302).

Depois da geração *fin-de-siècle*, de Machado de Assis e José Veríssimo, os jornais e revistas abrem maior espaço para o crítico profissional e informativo, que não só analisa as obras importantes, mas também reflete sobre a cena literária e cultural, como explica Piza (2003, p. 32). Com suas características próprias, a vanguarda dos anos 1920 e 1940 aflora no Brasil em publicações literárias e culturais, como Klaxxon, Revista de Antropofagia, Estética, Leitura, Dom Casmurro e Diretrizes (RIVERA, 1995, p. 54-55).

Em 1928, foi lançada a revista O Cruzeiro, uma das principais referências no jornalismo impresso brasileiro. Em suas páginas, foram publicados contos de José Lins do Rego e Marques Rebelo, artigos de Vinicius de Moraes e Manuel Bandeira, ilustrações de Anita Malfatti e Di Cavalcanti, colunas de José Cândido de Carvalho e Rachel de Queiroz, além do humor de Millôr Fernandes e Péricles. O periódico lançou a reportagem investigativa no Brasil e, por falar com todos os tipos de público, seria a revista mais importante do país nos anos 1930 e 1950. Já a reportagem literária ganharia espaço na revista Diretrizes, dirigida por Samuel Wainer, também nos anos 1940, onde Joel Silveira retratou a realidade dos grã-finos paulistanos (PIZA, 2003, p. 33).

Em 1948, foi lançada, em Florianópolis, a revista Sul, ligada ao Círculo de Arte Moderna e espaço privilegiado para a divulgação do movimento modernista

em Santa Catarina. Nos anos 1950, foi criado, no Correio da Manhã, no Rio de Janeiro, o “Quarto Caderno”, pelo qual passaram críticos de cinema como Moniz Viana e José Lino Grünewald, polemistas como Paulo Francis e Carlos Heitor Cony, além do dramaturgo Nelson Rodrigues. Em 1956, começa a modernização do Jornal do Brasil e, em seguida, é lançado o “Caderno B”, precursor do moderno jornalismo cultural brasileiro, com crônicas de Clarice Lispector e Carlinhos de Oliveira, e crítica de teatro de Bárbara Heliodora. Em seu “Suplemento Dominical”, o JB dedicava espaço à arte e à literatura, promovendo a expressão de diferentes vanguardas. No início dos anos 1960, é criado o “Suplemento Literário” de O Estado de S. Paulo, criando um modelo que seria mais tarde seguido por todos os cadernos de livros (PIZA, 2003).

A ebulição política e social, que antecede 1964, dá início a um processo de publicações alternativas que vai se intensificar após o golpe de estado. Duas publicações lançadas após o episódio golpista definem, de certa maneira, a tendência deste jornalismo de denúncia: a revista Civilização Brasileira²⁰, que denota tendência político-partidária; e a revista Pif-Paf, de Millôr Fernandes, de linha humorística. A primeira sobreviverá até o AI-5, diversificando sua atuação em edições especiais. Já a Pif-Paf durará exatamente oito números, e só mais tarde encontrará um substituto à altura, o Pasquim, cuja publicação se inicia a 26 de junho de 1969, pelo mesmo Millôr Fernandes, mais Jaguar e outros humoristas (HOHLFELDT, 1991, p.126). Na década de 1970, é criada a revista Argumento, dirigida por Barbosa Lima Sobrinho. Além de abordar a movimentação cultural da época, o periódico debatia temas como política, economia e esportes. Sua circulação foi suspensa no quarto número devido às pressões da censura.

Hohlfeldt (1991) menciona, ainda, o surgimento, na época, de revistas culturais de opiniões diversas, como Ensaio Opinião, Escrita e Ficção, esta última dedicada exclusivamente à divulgação do conto, sob a direção de jornalistas escritores. Publicações variadas chegavam às bancas, muitas delas com vida efêmera, mas com grande influência na geração a que se destinavam, como Inéditos; de Belo Horizonte, José; sobre poesia, no Rio de Janeiro, Anima,

²⁰ Houve uma segunda série, Encontros com a Civilização Brasileira, com 29 edições, de 1978 a 1982.

também dedicada à poesia; O Saco, na Paraíba, além dos suplementos literários que nacionalmente se tornaram baluarte de resistência dos intelectuais à censura e à ditadura, muitos deles sofrendo censura prévia. “Não se pode esquecer, ainda, a revista de cultura Vozes, que se ocupou da divulgação das teses e experiências vanguardistas, ligada à ala mais progressista da Igreja Católica”, salienta (1991, p. 127).

Na década de 1980, surge o tablóide “Folhetim”, suplemento da Folha de S. Paulo, que incluía resenhas de livros, publicação de contos e poesia, além de ensaios ligados, não apenas à literatura, mas à arte e às ciências sociais e humanas. Extinto o “Folhetim”, a Folha criou o caderno “Letras”, que saía aos sábados, com reportagens e resenhas, em um perfil mais restrito ao campo literário e não ao artístico e acadêmico. Em 1992, o jornal reuniu vários cadernos e editoriais em um – o “Mais!”, no qual foram agrupados o caderno cultural, intitulado “Ilustrada”, a editoria de ciência e a de livros, em formato *standard* (TRAVANCAS, 2001, p. 30-31). É dos anos 1980, também, o “Caderno 2”, de O Estado de S. Paulo, que chegou ao seu auge no final dessa década.

Os últimos anos da década de 1990 assistiram ao *boom* das revistas culturais de circulação nacional. Entre os títulos que se destacaram no período, estão Inimigo Rumor; Azougue, Palavra e Livro Aberto. Em julho de 1997, era publicada pela primeira vez a revista Cult. Com distribuição mensal, o periódico, que circula até hoje, parte do mundo da literatura para desenhar um retrato multifacetado do panorama cultural. Em outubro do mesmo ano, foi lançada, pela Editora D’Ávila, a revista Bravo!, uma das mais influentes publicações da área, também em circulação até hoje. No início de 2005, a revista passou a ser administrada pela Editora Abril. Nas bancas de revista do país, encontram-se, ainda, títulos reconhecidos, como Primeira Leitura, Revista de Cinema, Continente Multicultural, Caros Amigos, Teorema e recentemente, Piauí.

De acordo com Faro (2006), o jornalismo cultural ocupa um papel importante na imprensa brasileira. Ele salienta que, na atualidade, além das secções destinadas ao comentário e à crítica da produção intelectual e artística, que integram diversos veículos de grande circulação, bem como dos chamados

cadernos de cultura, também voltados para a cobertura noticiosa e para a análise dessas atividades, um número superior a 20 títulos de revistas especializadas em diversos setores da produção cultural está presente nas bancas.

Ao contrário do que se tem dito a respeito de uma *profunda* crise na imprensa, que se traduziria no desaparecimento ou no enxugamento de órgãos tradicionais, com a conseqüente perda da qualidade informativa de sua produção, as manifestações jornalísticas especializadas na cobertura de eventos culturais, na sua avaliação e na reflexão em torno de tendências da arte e do pensamento contemporâneo, mostram-se bastante intensas e numerosas e, em alguns casos, com sustentação material de razoável consistência (FARO, 2006).

Faro ressalta que, embora seja grande o número de publicações nesta área, ainda não se conseguiu produzir reflexões acadêmicas que dêem conta de sua complexidade. Mesmo que seja representativa a quantidade de livros, artigos, disciplinas em programas de pós-graduação e graduação, *sites* e comunidades virtuais que discutem o assunto, os estudos existentes sobre o gênero, na maior parte dos casos, enveredam por linhas de interpretação que diluem sua natureza em explicações formalistas. Esses estudos, “por sua simplicidade, acabam por turvar a riqueza de possibilidades de análise que o jornalismo cultural permite, com sérios prejuízos para a pesquisa e para o aprofundamento da discussão em torno desse fenômeno”, afirma (2006).

O autor (2006) trabalha com o conceito de *jornalismo cultural* como território de práticas jornalísticas que tanto reiteram os signos, valores e procedimentos da cultura de massa quanto discursos que revelam tensões contra-hegemônicas características de conjunturas históricas específicas:

É essa dupla dimensão, mas em especial do papel que a segunda desenvolve no âmbito da primeira, que explicaria o jornalismo cultural como um gênero marcado por uma forte presença autoral, opinativa e analítica que extrapola a mera cobertura noticiosa, identificando-se com movimentos estético-conceituais e ideológicos que se situam fora do campo das atividades da imprensa. Daí a idéia central desta contribuição: o jornalismo cultural visto (também) como um espaço público da produção intelectual.

[...]

Nessa medida, o jornalismo cultural, para além de sua dimensão informativa e mercadológica, é também uma instância de categorias valorativas e históricas, negociadas entre os vários sujeitos que a produzem. A resenha, a crítica teatral, a crítica literária, a

avaliação da filmografia, estão permanentemente formulando um olhar que extrapola o âmbito específico do fato motivador da pauta e do texto e se estende sobre a própria tensão decorrente da avaliação jornalística – ou da avaliação produzida para sua inserção no produto (o suplemento, a seção, a revista especializada) (FARO, 2006).

Neste trabalho, empregaremos o conceito proposto pelo autor para a análise da revista Aplauso. Sua definição leva em conta a realidade do mercado jornalístico, com suas preocupações empresariais, e enfatiza o jornalismo cultural como espaço para a crítica e para a problematização dos fatos e questões da área.

3.1.4.5.2 Jornalismo cultural no século XX – Rio Grande do Sul

No século XX, aparecem, no Rio Grande do Sul, suas revistas culturais de maior envergadura. Em 1914, é publicada a revista Kodak, editada por Lourival Cunha e Mansueto Bernardi; em 1924, a revista A Máscara; em 1926, Madrugada²¹, de Azevedo Cavalcanti, Teodemiro Tostes, Augusto Meyer, João Santana, Miranda Netto e Sotero Cosme. Essas publicações preparam o terreno para o lançamento da Revista do Globo, que surge em 1929, e na qual Erico Veríssimo passa a trabalhar em 1931, como secretário de redação.

Em 1945, é lançada, pela Livraria do Globo, a revista Província de São Pedro, dirigida por Moysés Vellinho. Mais uma vez, jornalismo e literatura estão intimamente ligados. A equipe de Província é formada, basicamente, por escritores, dentre eles, Erico Veríssimo, Mário Quintana, Reynaldo Moura, Manoelito de Ornellas, Dyonélio Machado e Augusto Meyer. Durante 12 anos, a revista foi espaço de intercomunicação cultural do Rio Grande do Sul com o Brasil, apoiando e divulgando uma literatura séria, na linha das melhores

²¹ Em dezembro de 2006, o Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter), de Porto Alegre, lançou, em edição fac-símile, a coleção completa da revista Madrugada.

publicações do país, como ressalta Moreira²². Em 1957, devido a problemas financeiros da Globo, viu-se obrigada a interromper sua publicação.

Em 1953, Henrique Bertaso, gerente do departamento editorial da Livraria do Globo, resolveu lançar uma revista-livro que publicasse, completas em cada número, obras de ficção, além de contos e anedotas ilustradas – tudo por um preço muito mais baixo que o de um livro comum. A publicação foi batizada como A Novela e começou a aparecer sob a direção de Erico Verissimo.

É interessante observar que, neste momento, o jornalismo cultural dedica-se, essencialmente à literatura. Essa relação tem muito a ver com sua origem, através dos jornais literários. Na imprensa regional contemporânea, também se observa a predominância das temáticas literárias e mesmo da crítica, na área. Profissionais de outros campos, como o teatro e a dança, por exemplo, ressentem-se da falta de espaço no noticiário.

Quando entramos na década de 1970, assistimos ao *boom* do jornalismo alternativo no Brasil. No Rio Grande do Sul, a realidade não é muito diferente, embora se diga que a experiência alternativa gaúcha seja pálida em relação à nacional.

Entre os jornais alternativos publicados no estado, três se destacam pelo viés cultural que imprimem a seus textos. Um deles, Pato Macho, publicado em 1971, e editado pelo escritor Luis Fernando Veríssimo, tem como seu principal alvo de críticas o provincianismo de Porto Alegre, à época. Protegida por uma espécie de campo de força e, ao mesmo tempo, sufocada por ele, a capital gaúcha permanecia em estado de estagnação cultural. A sociedade já havia estabelecido seus códigos de convivência e era dentro dos limites destes que os indivíduos deviam se mover. Quem desejasse algo novo deveria procurá-lo fora da cidade. Os próprios talentos locais só alcançavam o reconhecimento em solo estrangeiro. Por adotar esta posição crítica em relação à sociedade local da época, o Pato Macho foi o primeiro jornal gaúcho a sofrer censura prévia.

²² Disponível em: <<http://www.ipct.pucrs.br/letras/saopedro/INTRO/HISTORIA.HTM>>. Acesso em: 1º de março de 2006.

Em 1976, surge o jornal Paralelo e, em 1978, é lançado Tiçã, alternativo anual voltado ao movimento negro. Com apenas três edições publicadas, duas delas em forma de revista e um jornal, Tiçã destacou-se das demais publicações por olhar a cultura a partir da realidade dos negros no Rio Grande do Sul.

O jornalismo cultural aparece, também, durante essa trajetória, como editoria ou cadernos especiais. A grande época da crítica literária em jornal, no Brasil, inicia-se nos anos 1940 e se estende até o final dos anos 1960. No Rio Grande do Sul, em 1967, começa a circular, no jornal Zero Hora, o “Caderno de Cultura”, criado por Marcos Faerman e com projeto gráfico de Aníbal Bendatti. Também em 1967, foi lançado, pelo Correio do Povo, o “Caderno de Sábado”, suplemento cultural que fez história no jornalismo gaúcho e foi substituído, em 1981, por “Letras & Livros”.

No cenário atual, a cultura é tema discutido diariamente pelos jornais, embora muitas vezes travestida de variedades, privilegiando as notícias de celebridades e o agendismo. Praticamente todos os jornais diários de abrangência estadual têm cadernos culturais, que circulam aos finais de semana. Isso sem falar nos periódicos do interior e da Internet, universo fértil para esta temática.

Entre os diários de circulação estadual, destacam-se os seguintes espaços: “Segundo Caderno” (suplemento – diário) e “Cultura” (suplemento – semanal), do jornal Zero Hora; “Variedades” (editoria – diária), “Folha da Tarde” (suplemento – semanal), “Vitrine” (suplemento – semanal), do jornal Correio do Povo; “Panorama” (suplemento – diário) e “Viver” (suplemento – semanal), do Jornal do Comércio.

Das publicações especializadas, é referência a revista cultural Aplauso, objeto de estudo deste trabalho, e a revista Arquipélago, do Instituto Estadual do Livro, que sucede à Continente Sul-Sur, anteriormente editada por aquela instituição.

3.1.5 Revista Aplauso

Para levantar a história da revista Aplauso, foi realizada uma série de entrevistas com integrantes de sua equipe e pessoas que dela fizeram parte. A soma destes encontros possibilitou identificar momentos importantes de sua trajetória, assim como detectar suas principais características. São informações que não constam em documentos, afora as próprias edições da publicação, mas estão muito vivas na memória de seus jornalistas.

O periódico circulou pela primeira vez em 1998. Produto da Plural Comunicação, empresa que já contava com um título expressivo no mercado, a revista Amanhã, especializada em economia e negócios, Aplauso teve seu surgimento impulsionado pela Lei Estadual de Incentivo à Cultura (Lei nº 10.846, de 08/1996), criada durante o governo Antônio Britto (PMDB). Como o país já tinha uma lei federal nestes moldes, a Lei Rouanet (nº 8.313/91, de 12/1991), desenhava-se cenário propício a uma publicação cultural, do ponto de vista econômico. “Percebi que ali tinha uma oportunidade. Muitas empresas já estavam investindo em cultura e precisavam mostrar este investimento. Então, fizemos o projeto. Fomos aprovados primeiro na LIC, depois na Rouanet, e conseguimos atrair dois grandes investidores do Estado, a CEEE e a CRT”, conta o diretor-geral, Jorge Polydoro²³. Cada uma das estatais colocou uma parte do necessário e a revista foi lançada, em projeto de um ano. “Como a publicação começou a ser percebida, conseguimos aprovar o segundo ano e abrir para novos patrocinadores, como a Gerdau e a Copesul. Aos poucos, descobrimos a forma de fazer a Aplauso”, explica o diretor.

A trajetória da revista pode ser dividida em três fases – reconhecimento, afirmação e institucionalização – as quais veremos a seguir.

²³ Entrevistas realizadas nos meses de outubro e novembro de 2006.

3.1.5.1 Primeira fase – Reconhecimento

Os primeiros dois anos da revista foram marcados pela busca do reconhecimento da sociedade. Era necessário mostrar que a publicação almejava perenidade, em um mercado com pouca tradição editorial. “O Rio Grande do Sul, assim como a maioria dos estados brasileiros, com exceção de São Paulo, tem uma história de fracassos editoriais muito grandes. Quando se fala em revista, não há sequer o eixo Rio-São Paulo, é apenas São Paulo”, adverte Polydoro, lembrando que, embora existam experiências esparsas, os periódicos da Plural são considerados uma exceção por conseguirem se manter no mercado, mesmo estando na periferia.

O primeiro número deu capa para o espetáculo do tenor José Carreras, nas Missões, no noroeste do estado. Editada pela unidade de projetos especiais da empresa, responsável por produtos de comunicação empresarial, neste número zero, a revista ainda não contava com uma estrutura própria para seu funcionamento. Profissionais com alguma experiência na área foram chamados para auxiliar neste período inicial, como a jornalista Paula Ramos²⁴, que já havia passado pela assessoria de imprensa da Bienal do Mercosul:

Um dia me ligou o Eugênio [Esber], perguntando se eu podia auxiliar na edição de uma reportagem da Bienal do Mercosul. E eu achei engraçado... Não é possível, Bienal do Mercosul, para a revista Amanhã. Mas, topei. Ele me disse que, na verdade, se tratava de uma edição número 0 de uma revista de cultura que eles estavam querendo fazer, que era a Aplauso. E essa edição número 0 era uma edição bem governista, digamos assim, era uma edição louvando as coisas, os grandes eventos, e eu não posso deixar de fazer essa crítica, os grandes eventos do governo Britto. Então, inclusive, depois, logo que essa edição foi lançada, eu me lembro que teve uma repercussão, o Jorge Furtado, acho que escreveu num *site*, fazendo uma crítica à revista, dizendo que era uma revista que aplaudia o Britto. E, realmente, aquela edição número 0, que foi distribuída e não vendida, ela tinha esse caráter realmente de elogio a algumas iniciativas na área da cultura do governo Britto. E a capa, eu me lembro, era o *show* do Carreras nas Missões; uma puxadinha pra Montserrat Caballé, em Pelotas; aí a Bienal do Mercosul, ou seja, tudo sobre "como o Britto era maravilhoso", sabe... Aí eu fiz a edição dessa reportagem, que uma outra repórter, sem muita experiência na área de cultura, havia feito. Acabei dando alguns *pitaquinhos* nas outras reportagens, também. Mas, na verdade, eu não sabia muito bem o que era aquilo ali. Eu não tive essa percepção de que era uma coisa que iria realmente acontecer, e aí, foi isso... Quando a

²⁴ Entrevista realizada em setembro de 2006.

revista foi lançada, pouco tempo depois, duas ou três semanas depois, a revista foi mandada pra vários agentes culturais, pessoas da área. Na verdade, acredito que a Plural queria um retorno das pessoas, saber o que estavam achando, se teria lugar para uma revista como a Aplauso.

A crítica do cineasta Jorge Furtado, apontada por Paula, foi publicada no *site* Não-Til, em abril de 1998, logo que a revista foi lançada:

O troféu Alexandre Garcia do mês vai para a revista Aplauso, uma publicação que, segundo os editores, "reflete e promove o novo ambiente cultural do Rio Grande do Sul", um estado que "vive um extraordinário momento, sob vários aspectos". Com o patrocínio do governo do estado (dois anúncios, três páginas) a revista aborda várias atividades culturais, por coincidência todas elas promovidas pelo próprio governo do estado. O colaborador Moacyr Scliar informa que "o Rio Grande mudou e a cultura gaúcha mudou também". Boas fotos do governador Antonio Britto e esposa e do secretário Nelson Proença ilustram a edição. As reportagens são um primor de jornalismo investigativo. Logo em sua primeira matéria, que afirma que a realização do show Carreras nas Missões foi "um exemplo de organização e superação de dificuldades", ficamos sabendo que Aplauso não pretende "puxar a brasa para a sardinha do governador Antonio Britto". Que bom!

De acordo com o diretor de redação, Eugênio Esber²⁵, que, na época, era editor-chefe, a revista se tornou produto do departamento de redação da empresa e ganhou dois profissionais próprios, Paula Ramos, repórter especial, e Eduardo Nasi, editor-assistente, a partir do número 1. Esber já ocupava o mesmo cargo na revista Amanhã, que abrigou a redação de Aplauso. "Tínhamos uma mesa, com um computador, dentro da redação da revista Amanhã, mas em um espaço próprio. Eu e o Dudu [Eduardo Nasi] dividíamos a mesa e um armarinho, onde colocávamos tudo", conta Paula Ramos, salientando que a revista "estava na mão" dos dois.

A primeira capa produzida, já na redação, foi sobre o episódio de maio de 1968, que completava 30 anos. Com o título *Maio 68: Os gaúchos no rastro de Paris*, a matéria analisava as influências culturais da França e dos Estados Unidos na realidade do Rio Grande do Sul, à época. Entrevistando personagens proeminentes do período, a publicação tratou de festivais de música, jornais alternativos, protestos, livrarias e teorias que nortearam os jovens no final da década de 1960 no estado. Paula, que assinou o texto com Eduardo Nasi, tem

²⁵ Entrevistas realizadas nos meses de junho, julho, agosto e setembro de 2006.

uma visão bastante crítica desta primeira produção *oficial* para a revista: “Aquela matéria foi o ó. Nem eu nem o Dudu tínhamos vivido aquilo. Tu percebes que as pessoas que escreveram não tinham vivenciado aquilo, não tinham condições para fazer uma reflexão”, diz. Temas bons, mas pouca experiência para abordá-los, eram uma das principais dificuldades deste período, conforme a jornalista:

Mas tínhamos muita vontade e muita coragem. Esse era um fato importantíssimo. Desde o início, percebemos que não tínhamos condições de fazer sozinhos e precisávamos colocar para dentro da revista pessoas que pudessem dar contribuições, que pudessem apresentar visões críticas em áreas importantes da cultura. Começamos convidando o Juarez Fonseca, uma referência no jornalismo cultural no Rio Grande do Sul, para escrever um artigo. Logo, o chamamos para assumir uma coluna sobre música. Depois, convidamos o Luiz César Cozzatti para assinar uma coluna sobre cinema e o Tailor Diniz para falar sobre literatura. Com a viagem do Cozzatti para a França, chamamos a Fatimarlei Lunardelli para assumir a coluna de cinema. Criamos um espaço para a fotografia, sob responsabilidade do Luiz Carlos Felizardo. E, mais recentemente, na edição 41, convidamos o Luiz Paulo Vasconcellos para assinar uma coluna sobre teatro²⁶.

Os colunistas, além de se responsabilizarem por seus espaços fixos, atuam, até hoje, como consultores em suas áreas de atuação. Eles sugerem matérias, fontes a serem entrevistadas, participam de reuniões de pauta e são procurados freqüentemente para expressar suas opiniões sobre algum tema.

O processo de trabalho, neste período inicial, começava com uma reunião de pauta entre Eduardo Nasi e Paula Ramos, quando eram levantados os temas que, posteriormente, seriam discutidos com o editor-chefe, Eugênio Esber. “O Eugênio pedia para passarmos uma lista de matérias, a qual ele submeteria ao aval do Jorge Polydoro, para ver se ele aceitava ou não”, assinala Paula, salientando que isso ocorria em virtude da impossibilidade de tratar de alguns assuntos mais espinhosos.

Alguns temas eram francamente vetados. “Daqui a um tempo, agora não”, era o que ouvíamos. Coisas mais polêmicas, como políticas culturais. O que eu entendo, mas acho uma pena. Porque a revista ficou, durante muito tempo, falando só sobre as coisas boas, os problemas não apareciam. Era uma coisa que todos ali pensávamos, mas entendíamos o momento da publicação. Com o tempo, acabamos nos convencendo de que era necessário um certo jogo de cintura. A revista estava nascendo. Era muito frágil. Muito dependente destas instâncias de sustentação econômica (RAMOS, 2006).

²⁶ Atualmente, quem assina a coluna de cinema é o crítico Marcus Mello.

Embora houvesse essas restrições, existia, também, grande liberdade para sugestões de pautas e execução de matérias. “O Eugênio sempre foi uma pessoa super aberta. As matérias de capa e os textos mais polêmicos, o Polydoro lia, acho que até hoje é assim”, diz Paula. Já na segunda edição, por iniciativa da jornalista e de Nasi, foi criada a seção *Debate*, com o objetivo de estimular o confronto de idéias a respeito de temas relevantes da área cultural. “Alguns davam muito certo, ou seja, criavam polêmica, tanto durante, quanto depois. Isso era imprescindível para a seção. Outros, que eu acreditava que seriam os debates, acabavam sendo mornos, as pessoas ficavam com receio de dar opiniões, o que é normal”, conta. Na edição número 9, a seção é tema do editorial:

 Não raro, por exemplo, realizamos dois debates para publicar um. É que, mal termina o primeiro (aliás, o principal, com direito a gravação, salgadinho, água mineral e um certo método), tem início um outro, caótico, disperso em pequenos grupos que se formam, espontaneamente, nos corredores de Aplauso.

 É a hora do acerto de contas, a chance que os contendores têm de voltar àquela polêmica, de prorrogar um pouco mais o prazer de um bom duelo de idéias. Compreende-se tal frenesi. Não são muitas as oportunidades de expor e discutir idéias nos meios culturais do Rio Grande, o que cria uma considerável demanda reprimida (APLAUSO, nº 9, 1999, p. 4).

O primeiro debate discutiu a regionalização da produção cultural gaúcha, que ficava restrita, em sua maioria, às questões do Rio Grande do Sul. O historiador Décio Freitas, a artista plástica Maria Tomaselli, o produtor musical Paulo Fedrizzi e a coreógrafa Jussara Miranda foram os entrevistados. O título “Os gaúchos desafiam as fronteiras” demarca o próprio posicionamento da revista neste período, no qual se preocupou em delimitar seu lugar de fala, sempre a partir das inquietações do estado. A discussão a respeito da identidade cultural do gaúcho e de suas características segue até as edições atuais, no entanto, com outros vieses.

Embora já se lançasse à discussão de problemáticas culturais, especialmente através da nova seção, a revista ainda mantinha um certo caráter laudatório, visível através de matérias sobre instituições e empresas do estado, com perfil mais descritivo e de divulgação.

Nos dois primeiros anos, Aplauso foi uma revista tradicional, conservadora e acanhada. Nós não tínhamos segurança, não conhecíamos ainda as pessoas. É necessário se inserir no meio. O jornalista precisa ter suas fontes, entrar em um espaço de cultura e conhecer as pessoas. E isso, num primeiro momento, nós fomos aprendendo. Não sabíamos como as coisas funcionavam. E ela era acanhada muito por causa disso, por causa da nossa insegurança. Depois, ela foi conquistando credibilidade, um espaço entre os leitores, que a possibilitou crescer (RAMOS, 2006).

Nesta primeira fase, a revista enfrentou inúmeras dificuldades, como a escassez dos apoios culturais, que levaram a publicação a manter um número reduzido de páginas. “As pessoas reclamavam, queriam que aumentássemos o volume, mas eu sempre dizia o seguinte: – Temos que saber ser maratonistas, temos que saber guardar energia. Não seremos assunto no Bar do Beto por termos fechado a revista”, destaca Polydoro. Mas o reconhecimento não tardou. Em 1999, seu segundo ano de circulação, Aplauso foi contemplada, pela primeira vez, com o Prêmio Açorianos de Literatura, distinção da Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre para as obras publicadas por autores da cidade ou nela editadas, que tenham se destacado ao longo do ano. A revista foi premiada na categoria Mídia Impressa. O editorial do número seguinte à premiação demonstra como o Açorianos foi recebido pela equipe:

A conquista do Prêmio Açorianos de Mídia Impressa é um marco importantíssimo nesta curta, mas emocionante, trajetória de Aplauso. Antes de mais nada, é o primeiro grande reconhecimento à publicação que fundamos em fevereiro de 1998, com o apoio da Lei de Incentivo à Cultura do Rio Grande do Sul. Outorgado pela Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre, o Açorianos não é um prêmio comum. Trata-se, na realidade, de um dos troféus mais ambicionados pelo universo literário do Estado.

[...]

Vamos trabalhar para tornar Aplauso ainda melhor. É a melhor forma de agradecimento (APLAUSO, 2000, nº 16, p. 6).

3.1.5.2 Segunda fase – Afirmação

O Prêmio Açorianos funcionou como um impulso para a revista, conforme o diretor Jorge Polydoro. Passadas 16 edições, cerca de um ano e meio²⁷, ela se integra realmente ao ambiente cultural do Rio Grande do Sul. “É o momento de expansão. Ela passa a ser reconhecida pelas companhias que investem em cultura como uma vitrine, um espaço que qualifica o ambiente cultural, uma publicação de alta qualidade de conteúdo que mostra o que as empresas e grupos culturais estão fazendo”, explica.

O editor-assistente Eduardo Nasi deixou a revista na edição 16, na qual publicou, como matéria de capa, uma entrevista com o jornalista Eduardo Bueno. Dali, partiria para Zero Hora, envolver-se-ia em outros projetos de jornalismo cultural e fixaria residência em São Paulo. Seu lugar foi ocupado pelo jornalista catarinense Guilherme Diefenthaler, que já havia passado pela revista Amanhã e acabaria ficando por apenas duas edições. Com sua saída, a jornalista Paula Ramos assumiu a edição da revista, passando a dedicar-se somente a este projeto – durante o período em que atuou como repórter especial, ela conciliou a atividade com um emprego de editora na RBS TV.

Instituí as reuniões de pauta, com os colonistas, fotógrafos e repórteres, mesmo aqueles que estavam trabalhando em matérias futuras, porque costumávamos adiantar matérias. E, embora tivéssemos uma estrutura e um orçamento muito enxuto, nunca fechamos as portas para ninguém. As pessoas iam lá, sugeriam um pauta, nós discutíamos e possibilitávamos que ela fizesse, chamávamos para participar da reunião de pauta (RAMOS, 2006).

No conteúdo, a revista também fez inovações. Investiu em discussões importantes, conquistou segurança para adentrar em debates atuais. “Na reportagem de capa, sempre queríamos fazer algo sensacional. Houve uma matéria muito legal, que deu um trabalho do cão, porque o repórter era ótimo, mas tinha um texto labiríntico, sobre o jabá nas rádios”, conta Paula. Publicada na edição 22, a reportagem foi submetida a vários cuidados, de toda ordem, pois

²⁷ Embora mensal, Aplauso não costuma identificar na edição o mês a que se refere. Isso porque, até hoje, não tem um dia exato para estar nas bancas ou na casa dos assinantes. Problemas financeiros, no início, e industriais, atualmente, são alguns dos motivos para isso.

“mexia com gravadoras, mexia com tudo”, como diz a jornalista. A capa, que seria uma ilustração – a cabeça de um homem dos anos 50 estourando, em um fundo amarelo, foi vetada. “Acabou saindo uma capa bem cafona. Mas isso se deve a uma grande preocupação da direção com o visual, com o *design*, com o objetivo de não criar grandes choques, neste primeiro momento. Quando eu acho que os choques eram absolutamente necessários”, acrescenta.

Discussões tão distintas como cinema brasileiro, projetos que levam música erudita à periferia, reserva de mercado para livros gaúchos em escolas estaduais e o álcool como fonte de inspiração para os artistas tomaram as páginas da revista. Em uma matéria de capa (edição 23), a revista lançou a questão: O gaúcho lê ou *finje* que lê? – sobre o destino que o povo do Rio Grande do Sul dá a seus livros, já que é o maior consumidor deles no país. “Fomos criando uma ousadia que foi muito legal. Gostávamos, também, de discutir temas da área da comunicação. Fizemos uma matéria linda sobre os 70 anos da Revista do Globo e outra sobre os anos dourados do rádio no estado”, conta Paula, sublinhando que a revista foi ganhando cada vez mais confiança e perdendo o *ranço* de ser uma revista do governo. “Embora, algumas questões importantes ela nunca tenha abordado, como, por exemplo, arquitetura. Era uma briga minha lá dentro. Há poucas edições, vi que saiu um ótimo debate sobre isso. Ela está se libertando dessas amarras”, completa.

Com forte ligação às artes visuais – mais tarde, faria mestrado e doutorado na área – a jornalista Paula Ramos reservava um espaço privilegiado às manifestações deste campo na revista.

Como eu gostava muito, eu fazia todas as reportagens. Não havia carência de espaço para as artes plásticas. No entanto, não tínhamos colunista desta área, como não tem até hoje. E por que acontecia isso? Em parte, porque eu acabava tomando conta dessa área. Mas é óbvio que eu não podia fazer nada crítico, efetivamente. Eu fazia uma coisa muito mais de divulgação, um texto analítico, mas não um texto crítico (RAMOS, 2006).

Embora dedicasse muitas das páginas da revista às artes plásticas, Paula afirma ter conseguido emplacar poucas capas sobre o tema. “Era minha briga constante com o Eugênio. Ele até tinha uma certa razão. Dizia: ‘Isso não vai

vender nunca. Não chama a atenção, ninguém conhece'. Uma das poucas capas na área de artes plásticas foi sobre a Regina Silveira (edição nº 7)", conta. No período, em que fez parte da equipe de Aplauso, foram publicadas quatro capas sobre artes plásticas, em 42 edições.

Além da temática, outro conflito interno da redação, à época, girava em torno da linguagem que a revista deveria utilizar e o público que deveria atingir.

Uma coisa que eu tinha dificuldade na revista e toca na questão do conceito de jornalismo cultural é a profundidade das informações. Por exemplo, o Eugênio sempre me freava, porque achava que os meus textos ou os textos de pessoas que eu convidava para escrever eram muito eruditos, muito aprofundados, e o papel da revista não era esse. Era divulgar. Eu sempre fui contra isso. Eu acho que o papel era divulgar e problematizar, inserir, te dar informações qualificadas. É necessário propor algo mais rico para o leitor.

Então, texto era uma das questões que discutíamos. Mas, mais ainda, conceitos. Por exemplo, fiz uma matéria sobre um tema que eu adoro, arte e não-arte. E, lá pelas tantas, uso a expressão *ready-made*, que é corrente na área artística. E eu tive que explicar o que era na matéria. Eu entendo a preocupação do Eugênio. Ele dizia: "Ninguém vai entender, eu não entendo". Nós tínhamos essa discussão sempre. Para ele, e, em parte, ele está certo, a idéia era ampliar o número de leitores, colocar todo mundo lendo a revista. Eu acreditava que isso era possível, mas sem menosprezar o leitor qualificado, que quer profundidade. Nunca fui dessa idéia de nivelar por baixo. Não é uma visão elitista minha. Mas eu sempre quis fazer, tenho que admitir, uma revista para um leitor ideal de revista cultural, um público um pouco mais especializado. E aí justamente iniciou meu problema com a revista, que acabou culminando com a minha saída (RAMOS, 2006).

Para Esber, a jornalista se torturava, aturdiava-se com as idiossincrasias do jornalismo – prazo pequeno para fazer as coisas, aprofundamento insuficiente, necessidade de tornar certos assuntos populares ou palatáveis para pessoas distantes daquele tema.

Incomodava a Paula, por exemplo, o populismo editorial, a idéia de optar por temas mais abertos, mais palatáveis. Ela queria o aprofundamento, o rigor. A Paula sempre esteve muito próxima da academia, então não lidava bem com essas precariedades do jornalismo. Coisas que eu, por exemplo, aceito muito mais, porque eu não sou um mestre, eu não sou doutor em nada, não sou pesquisador, sou um cara que faz jornalismo, mas passa o tempo todo numa redação. Então, a minha visão, para o bem e para o mal, é a visão de um profissional de redação.

A jornalista diz que buscava um texto mais qualificado, com mais informações, que desse maior profundidade à revista: “Eu via a Aplauso como uma revista rizomática: um monte de coisas, mas superficial. E eu queria fazer uma coisa mais vertical. Não algo que fosse para o meio acadêmico, mas, mais profundo”. Sentia-se constrangida, por exemplo, quando convidava pessoas para escreverem para a revista, “pessoas super qualificadas, que mandavam textos excelentes, mas com profundidade maior”, e precisava editar, pois a revista não publicaria daquele jeito. Esber explica que, para ele, nada está mais distante de um bom texto do que o hermetismo: “Na Aplauso, tentamos valorizar os textos que têm maior capacidade de comunicação. Não queremos uma revista de cultura para meia-dúzia. Embora saibamos que é difícil fazer uma revista mais abrangente sem, por vezes, desgostar pessoas que têm um alto nível de informação e podem considerar a revista superficial”.

Os conflitos em torno do rumo da revista resultaram no afastamento de Paula. A última edição na qual atuou como editora foi um *caos*, em suas próprias palavras. “Eu tive que sustentar até o fim a matéria de capa – *A Rua da Praia submersa* (edição 41)²⁸. Fui questionada: “O quê? Uma pauta de história?”. As pautas de história não tinham muita entrada na revista. Porque não se acreditava que uma matéria como essa pudesse chamar público”, conta. Para a direção, a reportagem, que tratava das vivências ao longo do tempo em uma das principais vias da capital gaúcha, renderia uma matéria especial, mas não daria sustentação para uma capa.

Paula foi afastada da revista e, em seu lugar, assumiu o jornalista Daniel Feix, que atuava como editor-assistente desde a edição número 26. Como colaborávamos com a revista à época, estávamos presentes na reunião de pauta em que as mudanças foram anunciadas. Após o encontro, Feix encaminhou um *e-mail* à equipe, que dizia, entre outras coisas:

²⁸ Esta matéria, com o título *Rua da Praia – Ontem e hoje*, foi escrita por nós. Coincidentemente, ela foi a gota d’água para o afastamento de Paula da revista. Até o momento da entrevista com a jornalista, para esta tese, não sabíamos do impacto que a matéria havia causado. Na época, participamos da edição da matéria e da escolha da chamada para a capa. Embora estivéssemos presentes na redação em vários momentos, não percebemos o conflito que se desenrolava. Esta foi nossa segunda colaboração para a revista. Depois disso, continuamos colaborando com matérias por algum tempo.

A Paula saiu da Aplauso, mas a revista continua. E, como eu disse na reunião de pauta, a idéia é manter a revista com o mesmo perfil. É claro que mudanças surgirão, principalmente porque a Aplauso, até então, tinha muito a cara da Paula. Mas sobre isso falamos na próxima reunião de pauta.

A Fernanda Albuquerque, que já vinha colaborando com pautas principalmente sobre artes plásticas, está se juntando a mim e ao Fabio [Prikladnicki] na edição da revista. Ficaremos nós três na redação. As broncas que só a Paula podia resolver até então, entretanto, ficam comigo a partir de agora.

No primeiro número editado por Feix, a matéria de capa já mostrava inovações. A chamada era: *Teixerinha: O homem, a lenda, o mito*. “A idéia da revista era mudar algumas coisas e eu acabei implementando algumas destas pequenas mudanças. Temos buscado trabalhar com textos mais acessíveis, com pautas que não só aquele leitor que está acostumado a ler jornalismo cultural conhece”, explica ele.

Para Esber, quando Aplauso surgiu como um veículo de cultura, estava muito presa à pauta, a uma visão específica do que é cultura. “Com o tempo, a linha editorial foi ficando mais arejada. Fomos cometendo ousadias, como colocar o Teixerinha na capa. Fomos assumindo, cada vez mais, uma posição para a polêmica, para a controvérsia”, diz. A capa sobre Teixerinha foi motivo de debate na redação.

A questão era: “Isso é pauta para a Aplauso?”. Calma lá, estamos no Brasil e nosso enfoque é o Rio Grande do Sul. Nossa realidade é de semi-analfabetos em grande parte da população. Mesmo as pessoas que consomem jornalismo cultural, muitas vezes fazem isso em um padrão diferente do nosso. Vamos nos comunicar com as pessoas. Por que vamos criar um *apartheid* cultural? Só falar de música erudita, bossa nova, enfim... Vamos abrir, vamos oxigenar o alcance da revista. Então, o Teixerinha é pauta para a Aplauso (ESBER, 2006).

Conforme Feix, o objetivo da publicação é ampliar, abrir fronteira, tanto na pauta quanto nos próprios textos em si.

É difícil fazer um texto compreensível para todo mundo, para qualquer pessoa. A começar pela própria pauta. Estou vendo ali uma impressão com a capa sobre Sepé Tiaraju (edição 73). Grande parte do público nem sabe quem foi Sepé Tiaraju. Então, fazer um texto sobre isso, imaginando que alguém que não conhece o tema vai ler é super difícil. Mas tentamos mais ou menos isso. Acharmos que o fato de um texto ser mais denso ou direcionado a quem é iniciado não está relacionado ao fato de ele ter qualidade ou não. Um texto pode ser super

simples e ter muita qualidade. Outras revistas de cultura publicam, às vezes, textos super acadêmicos. A gente acaba publicando também. Os críticos, muitas vezes, produzem textos difíceis. É difícil fugir disso, mas nós tentamos. Procuramos fazer uma coisa ampla, a que todo mundo tenha acesso, todo mundo entenda (FEIX, 2006).

Quando assumiu a revista, uma das mudanças mais visíveis foi o encolhimento do espaço para as artes visuais, bastante exploradas até então. “Estou sempre participando de eventos na área cultural. Quando é algo relacionado a artes visuais, percebo o retorno das pessoas. Hoje, elas gostam menos de Aplauso do que gostavam antes. Mas, nas outras áreas, acho que as pessoas se envolvem mais com a revista do que faziam há um tempo”, afirma.

Em 2003, Aplauso recebeu o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, do Ministério da Cultura e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), pela série de reportagens *Uma história a proteger*, sobre o patrimônio histórico e cultural do Rio Grande do Sul, de autoria de Paula Ramos, com o apoio da Cimentos Votoran. As séries patrocinadas são, desde o início da revista, uma das principais formas de sustentação.

Outra matéria destacada por Esber, nesta fase, é a capa da edição 53, sobre os hábitos sexuais dos imigrantes italianos do Rio Grande do Sul, no início do século XIX.

A idéia era fazermos uma matéria de duas páginas. Mas eu me entusiasmei com a pauta. O pessoal ficou com os olhos arregalados. “Mais isso é pauta para o Aplauso?”. Foi lançado um livro, baseado em um estudo acadêmico, sobre o assunto. Portanto, é algo sério, não é irresponsável. Vamos ouvir todas as partes, como sempre, haveria um equilíbrio de reportagem. Não vamos publicar leviandades, vamos preservar as fontes para não gerar problemas a ninguém. Será uma pauta focada na produção acadêmica do interior do estado, nós, que só temos o nariz voltado para a capital. Maravilha, quanto mais eu penso, mais me dou conta que é pauta para o Aplauso.

A repórter encarregada de fazer a matéria, Fernanda Albuquerque, recebeu as seguintes recomendações do diretor de redação: fazer um texto picante, mas não demais; provocativo, mas não demais; culto, mas não demais; e popular, mas não demais. “E ela fez um trabalho primoroso. É bom ver a transformação do repórter. Ela começou pegando a pauta com a pontinha dos

dedos e, daqui a pouco, ela agarrou a pauta. A metamorfose pela qual passou a repórter é emblemática da metamorfose pela qual passou a Aplauso”, reflete, salientando que a revista tratava temas mais populares com muita cerimônia. “Hoje ela pega com mais sofreguidão, com mais paixão, do que antes”, complementa.

3.1.5.3 Terceira fase – Institucionalização

Na edição 57, Aplauso inaugurou um novo projeto gráfico, assinado por Carolina Fillmann. “Paralelo a isso, demos um salto no conteúdo, no formato, amadurecemos a revista enquanto produto”, diz Polydoro. “A mudança se deu, um pouco, porque o projeto anterior já estava desgastado, mas, também, porque queríamos renovar, chamar a atenção, demarcar que estávamos buscando abrir mais horizontes, ampliar o universo de leitores”, completa Feix. Em 2005, já de cara nova, a revista ganhou pela segunda vez o Prêmio Açorianos de Mídia Impressa. No mesmo ano, ganhou o primeiro Prêmio ARI de reportagem cultural, entregue pela Associação Rio-grandense de Imprensa. “Então, ela se institui como um produto relevante e necessário para a cultura do Rio Grande do Sul, admirado por outras regiões do país – todos gostariam de ter uma Aplauso em seus estados. Hoje, ela pertence à comunidade”, ressalta Polydoro.

Embora tenha conquistado maior envergadura nos últimos anos, algumas dificuldades, como a dependência de instâncias econômicas, mantém-se. Depois de ter saído da revista, Paula Ramos foi convidada a voltar para assinar uma coluna de artes visuais – a *Galeria*.

Desde o início, quis saber: E uma coluna crítica? Posso fazer crítica mesmo? Como o Juarez faz? Como o Luiz Paulo faz? A resposta foi sim. Lembro que a primeira foi sobre uma exposição do Fabio Del Re em Criciúma. Foi legal, saiu até no editorial sobre a coluna. A segunda foi sobre uma exposição horrorosa que estava acontecendo no Santander Cultural, chamada *Freud para todos*. Achei uma picaretagem sem tamanho. Fiz um texto crítico. O título que dei foi *Fraude para todos*. Não foi publicado. Eu já imaginava isso, mas tinha perguntado antes se poderia fazer crítica na coluna e a resposta foi positiva. A explicação que recebi é que o Santander era um provável patrocinador e que não era conveniente publicar. Não gostei, mas compreendi.

[...]

Agora, ela está um pouquinho mais solta em relação a isso. Mas é difícil ser de outra forma, quando uma publicação é bancada por leis de incentivo e por empresas. Acho que a Aplauso optou por fazer um pacto com seu anunciante, e não com seu leitor. Embora a gente tivesse liberdade de propor capas mais loucas, a gente sempre tinha esse freio do provável anunciante, a gente não podia tocar. O Eugênio também pensava como eu, mas achava que era uma questão de tempo para a revista se libertar, ficar menos presa. Porque a revista tinha muitas dificuldades para se manter. Se nós tivéssemos feito um pacto com o leitor, talvez tivéssemos feito uma revista com maior impacto social, mas talvez, também, ela não existisse mais. É complicado (RAMOS, 2006).

Conforme o editor atual, Daniel Feix, não há interferência dos anunciantes no conteúdo editorial da revista. “Quem investe em cultura no Rio Grande do Sul é maduro quanto a isso. Não são mesquinhos a ponto de exigir que se dê alguma coisa”, afirma, explicando que a revista mantém um bom relacionamento com os principais investidores em cultura do Rio Grande do Sul. “Podíamos nos sentir melhor dando matérias sobre os projetos culturais deles, mas, invariavelmente, são os projetos mais relevantes. A Copesul, por exemplo, todo ano realiza o Projeto Copesul Cultural, que faz várias coisas legais. A gente acaba dando, porque isso é notícia, mesmo se a empresa não fosse patrocinadora”, diz. O editor conta um episódio em que um dos patrocinadores da revista foi objeto de crítica em uma matéria:

Houve uma polêmica bem grande, há uns dois anos, envolvendo o Zaffari. Eles têm um prêmio de literatura nacional, que é entregue toda a edição da Jornada de Passo Fundo. Alguém da revista foi cobrir a Jornada e viu que todo mundo estava comentando que o livro vencedor do prêmio era muito ruim. Além disso, entre os jurados, estava o Ignácio de Loyla Brandão – o livro era dedicado a ele e tinha orelha escrita por ele. Foi uma coisa bem esquisita. Mas nenhum veículo de comunicação falou sobre isso. A Zero Hora não vai dar nunca, porque o Zaffari é um dos principais patrocinadores da RBS. Eu trabalhei lá, sei como é. Mesmo assim, entramos na polêmica do livro. Chamamos a Cris Gutkoski para fazer uma resenha – ela falou sobre o livro em si e entrou na questão do prêmio. Colhemos vários depoimentos de pessoas envolvidas sobre o assunto, de todos os lados. Mesmo o Zaffari sendo nosso patrocinador, não nos intimidamos. Entramos nessa e fomos os únicos a falar sobre isso. A Zero Hora não falou, nem falaria. Os outros não falaram, talvez não estivessem atentos. Então, acredito que os parceiros não tenham uma influência maior, não nos intimidam a não falar ou nos motivam a falar coisas sobre eles (FEIX, 2006).

Na fase atual de Aplauso, é marcante a abertura para temáticas mais populares. Esse processo, em curso, encorajou o repórter Fábio Prikladnicki, que

iniciou na redação da revista como estagiário e, hoje, compõe o quadro fixo de Aplauso, a sugerir como pauta o *funk* carioca.

Em seu ressurgimento, no ano passado, foi lançado o documentário da gaúcha Denise Garcia, *Sou feia mas tô na moda*. Eu estava achando muito interessante aquele fenômeno. Mas a Aplauso, uma revista de cultura, iria dar alguma coisa sobre *funk*? Eu vi o documentário, achei muito legal, sugeri a entrevista e me propus a fazer. Demos a entrevista da edição 68 com a Denise Garcia e foi muito interessante. Ela fala sobre o preconceito, de tu teres uma coisa que é cultura e uma coisa que está fora da cultura. O *funk* carioca está fora da cultura. Outra pessoa poderia pensar: “Não, isso não é para a Aplauso”. Eu achava essa visão elitista, resolvi trazer isto e foi bem aceito (PRIKLADNICKI, 2006).

Cursando, atualmente, o mestrado em Literatura Comparada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Prikladnicki afirma ter uma visão da área baseada nos estudos culturais. “Para mim, quase tudo é cultura. Na minha revista de cultura ideal, entraria uma matéria sobre o livro da Bruna Surfistinha, assim como entraria uma matéria sobre música erudita de vanguarda. Não existe uma divisão estanque entre alta e baixa cultura”, afirma.

A partir da edição 64, Aplauso passou a contar com o trabalho do subeditor Flávio Ilha, jornalista com passagem por veículos como Correio Braziliense, Época, Veja, O Estado de S. Paulo, Correio do Povo, Zero Hora e Revista Amanhã. A composição que se deu naquele momento mantém-se: Feix na edição, Ilha na subedição, Prikladnicki na reportagem. Em uma redação enxuta como essa, obviamente os jornalistas alternam posições e reportar é tarefa comum para os três que, quando necessário, chamam *free-lancers* e colaboradores.

Em seus primeiros seis meses na equipe, Ilha ocupou o cargo de editor, pois Daniel estava afastado para dedicar-se a um projeto paralelo, a biografia do músico Teixeira. Com sua experiência na redação de grandes veículos, Ilha classifica o jornalismo praticado em Aplauso como artesanal:

No que tem de bom e no que tem de ruim de ser artesanal. É bom, porque a gente pode se dedicar muito a uma matéria, a gente tem liberdade absoluta de trabalhar uma pauta, tem muito tempo para escrever, apurar, pesquisar para uma matéria, para debater sobre ela na redação. O negativo, é que não tem aquela disciplina de uma redação

convencional, e isso é um pouco ruim, às vezes. Senti essa dificuldade nos números que editei. A revista tem um cronograma, um fluxo de baixamento, e muitas vezes esse fluxo não é respeitado por desorganização de toda a redação, do comercial, de uma série de agentes que intervêm na produção da revista. Isso me deixava um pouco frustrado. Porque uma das coisas mais importantes do jornalismo é a disciplina e o respeito aos prazos, senão a matéria fica velha, tu perdes a motivação para escrever. Essas coisas prejudicam a consolidação da revista como um veículo sério e respeitado na área cultural no Rio Grande do Sul. Acho que ela é séria e respeitada, mas muito mais pelo conteúdo editorial do que pela presença física entre os produtores e pessoas que fazem cultura no estado. Tu nunca vais ver, na Aplauso, uma reportagem irresponsável, mal apurada, alguma coisa que seja frágil do ponto de vista jornalístico. Mas, por outro lado, sua estrutura é muito frágil. O industrial é frágil. Ela fica muito tempo na gráfica. Isso desestimula *pra caramba* (ILHA, 2006).

Na atual formação da equipe, as reuniões de pauta, antes abertas a todos os colaboradores, contratados ou não, mudaram de formato. Participam apenas os três integrantes da redação e o diretor Eugênio Esber. É desses encontros que saem a maioria das pautas trabalhadas pela revista. Nessas reuniões, realizadas formalmente uma vez ao mês, são amadurecidas discussões, lançados temas e trocadas idéias. Idéias que surgem ao longo de uma edição e vão sendo buriladas até tomarem forma – para a próxima edição, ou para daqui a meio ano. Sem uma periodicidade definida, acontecem reuniões com a equipe e os colunistas, nas quais são avaliadas as últimas edições e lançados assuntos atuais da área – muitos deles acabam se transformando em pauta da revista.

E foi a partir da constatação de um colunista que Aplauso colocou na capa uma dupla bastante inesperada para o espaço: os sertanejos Zezé di Camargo & Luciano (edição 70). Na coluna *Stereo*, Juarez Fonseca publicou o texto *A globalização do gosto chegou* (edição 69), no qual reflete o sucesso de artistas populares no Rio Grande do Sul, notadamente em Porto Alegre, fenômeno semelhante ao que ocorre no país, mas que, até então, não havia aparecido por aqui. “O Juarez constatou o fenômeno. Nós resolvemos ampliar e dar capa. Isso vai de quem está fazendo a revista. Nos demos conta de que era uma coisa importante e resolvemos dar destaque”, explica Feix. Prikladnicki, responsável pela matéria, diz ter colocado o máximo de si no trabalho:

A pauta era sobre a mudança de gosto do gaúcho. Acho que era até uma coisa meio elitista. “Ele está gostando de coisas bregas, que antes não gostava?”. Eu achava que tinha um pouco dessa idéia. Mas,

na hora de escrever a matéria, houve uma grande interferência minha. Outra pessoa, para escrever sobre o mesmo assunto, poderia ter uma visão mais elitista. Mas, ali, coloquei bastante de mim. Não escuto música sertaneja em casa, mas algumas coisas de axé acho interessantes. Não tenho nenhum problema com isso. Muitas coisas que eu considero, ou poderia considerar, brega, eu gosto. Não vejo sentido na idéia: “Acho divertido, mas não compraria o CD”. Se tu achas divertido, tu gostas daquilo, só não assumes. Nessa matéria, coloquei um pouco disso, com o objetivo de desmistificar a idéia de que existe uma música culta e uma música popular. Acho uma matéria bem representativa para a Aplauso. Acredito que algumas pessoas com visão mais elitista acabaram tendo uma visão diferente através daquela matéria. Eu concordo com muitas coisas que estão escritas ali, de não ser elitista, de dar voz também para aquela música que é menos letra, mais dança (PRIKLADNICKI, 2006).

Conforme o diretor de redação, a equipe ainda não está em condições de dizer que sabe fazer jornalismo cultural.

Sentimos são os músculos mais torneados, um pouco mais rijos para enfrentar os dilemas e, sobretudo, os enigmas presentes na questão do que é jornalismo cultural, a quem vamos nos dirigir, qual a medida entre não ofender a inteligência de leitores eruditos e ser acessível a leitores com menos milhagem, menos quilometragem de leitura, de exposições. Não acho que estejamos prontos, mas estamos mais bem preparados do que outrora estivemos (ESBER, 2006).

3.1.5.4 Público

A revista nunca investiu em pesquisa junto aos leitores, embora este seja um desejo de toda a equipe – ao que tudo indica, prestes a se concretizar. Nestes oito anos de trajetória, os jornalistas e executivos da publicação dirigiram-se a um público imaginado, cujas características baseiam-se nos leitores de outras publicações culturais ou neles próprios.

“Tentamos mirar no pessoal da classe média, numa idade entre 25 e 30 anos. Mas eu não tenho balizamento científico. É aquele que tem um dinheirinho, que tem algum acesso aos bens culturais, que talvez nunca tenha entrado em um museu, mas tem certa escolaridade, lê um pouco”, define Esber. Para ele, a revista não deve se dirigir somente a uma elite intelectual. Essa visão mais generalista do público é criticada pela ex-editora Paula Ramos: “A Aplauso

subestima demais seu leitor, ela nivela muito por baixo. Podia ser mais problematizadora. Mas, se está encontrando sucesso por este caminho... Tem isso, também: o público que se quer atingir”. A discrepância de opiniões a respeito do público da revista demarca, também, a mudança pela qual o periódico está passando. “A Aplauso não pode ser um veículo para quem produz cultura, tem que ser um veículo para quem consome. Fazíamos, antes, a revista que o produtor de cultura, o dramaturgo, o ator, o diretor, o cineasta e o músico achavam ótima, só que ficava uma matéria chata”, acredita Esber.

O hermetismo é uma coisa que vamos jogando fora, vamos ficando cada vez menos preconceituosos, menos fechados em nossas avaliações. Porque a tendência de quem tem mais informação é querer a publicação do seu nível, que acrescente coisas. Mas esse é um caminho complicado, senão tu vais fazer uma publicação que se reporta a meio por cento das pessoas. Não tem mercado. Não tem como sustentar uma publicação assim. E também não tem oxigenação, não tem criação de novas pontes de segmentos de público que possam ser leitores, porque a gente quer ser lido. Certa vez, fizemos um debate sobre teatro cabeça versus *teatrão*. No meio do caminho, tem muitas variações. No fundo, estávamos estimulando um debate que nós travamos na Aplauso: jornalismo cabeça ou jornalismo de corte mais popular? Entre uma coisa e outra, para onde vamos? Em que posição do *dial* vamos ficar? (ESBER, 2006).

Para o subeditor Flávio Ilha, o leitor de Aplauso é intelectualizado, elitizado: “Não somos lidos por pessoas que não têm interesse por cultura, até mesmo por alta cultura. São pessoas que freqüentam teatro, cinema. É uma elite que pode pensar nisso. Que compra livros, lê freqüentemente, participa de debates. Muitos também atuam nesta área”, acredita.

Feix diz que, em determinadas situações, leitor e fonte se confundem. “Muitas de nossas fontes, dos produtores culturais, são nossos leitores. Quando escrevo, penso muito neles. Mas queremos, também, que outras pessoas, que não sejam da área, se interessem por cultura. As chamadas de capa, por exemplo, têm bastante apelo, para trazer leitores de fora”, diz. Segundo ele, é um equívoco pensar que o leitor de Aplauso é somente de classe A ou B. “Muitos de nossos leitores estão na universidade e, definitivamente, não pertencem a esse universo”, afirma.

A relação com os leitores, no geral, é tranqüila e com um retorno positivo. “O principal problema da Aplauso é ter mais leitores, não agradar aos que já tem. Estes gostam da revista. O problema é que temos um universo muito pequeno de leitores. Normalmente, recebemos elogios. Críticas, também, mas são pontuais, que não demonstram que as pessoas não estejam gostando da revista”, afirma Feix.

O público, ou a fonte não especializada, é ouvido raramente em matérias da publicação. “A revista é feita para o público, não pelo público. O público não quer ler o que ele mesmo está pensando. O público quer o ponto de vista do especialista, para formar um juízo a respeito do produto cultural. Em função disso, não se justifica sua presença nas matérias, exceto em ocasiões como as Bienais”, posiciona-se Ilha. O subeditor explica que o jornalismo de Aplauso difere-se da cobertura de Zero Hora, por exemplo, que, na estréia de **O Código da Vinci** vai para a fila do cinema ver o quê as pessoas estão achando daquilo.

Nosso leitor quer que um especialista em cristianismo, um especialista em Idade Média ou um especialista em literatura analise **O Código da Vinci**, faça a transposição para o cinema, faça uma síntese crítica e diga: isso é ruim. Tu até podes achar bom, mas, do ponto de vista técnico, é ruim. Ou é bom, enfim, tanto faz. A opinião não é o mais importante, mas o contexto no qual ela está colocada (ILHA, 2006).

Para o repórter Prikladnicki, é muito difícil definir o que o leitor de Aplauso gostaria de ler. “Acredito que há um perfil de leitor, mas a gente não conhece. Não temos pesquisa sobre isso. Acredito que seja um perfil bem heterogêneo. Por isso, os critérios para a seleção de matérias são os nossos critérios, de quem faz”, diz. Ele concorda com Ilha, pensa que o público da revista busca a opinião da fonte especializada. “Eu, como leitor de Aplauso, não gostaria de ler uma matéria sobre música erudita contemporânea que tenha a opinião de um cara: ‘Ah, pra mim isso é tudo barulho, não é música’. Como leitor da revista, não vou ficar satisfeito com essa opinião. Gostaria de ler a opinião de dois ou três especialistas. Acredito nesse jornalismo”, salienta.

Entre os assinantes da revista, 27,47% residem em Porto Alegre; 2,13%, em Canoas; 1,85%, em São Paulo (SP); 1,41%, em Caxias do Sul; 1,31, em Novo Hamburgo; 1,28%, no Rio de Janeiro (RJ); e 1,03%, em Pelotas. O restante

divide-se entre demais cidades do interior do Rio Grande do Sul e estados como Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Pernambuco e Bahia. Do total de assinantes, apenas 4,51% não residem no Rio Grande do Sul²⁹.

3.1.5.5 Fontes

O relacionamento com as fontes, com os especialistas da área cultural, é definida por Ilha como tensa. Feix exemplifica: “Um diretor de teatro já colocou o dedo na minha cara e disse que eu deveria abrir meu olho, pois só estava dando espaço para um tipo de manifestação na revista”. Em outro momento, um escritor, que sempre elogiou a revista, foi entrevistado para uma matéria, na qual outra fonte criticava seu trabalho, dizendo que sua literatura era ruim. “Ele ficou furioso. Começou a mandar *e-mails* desaforados. Recebia a revista e mandava de volta, com bilhetezinho dizendo que, da próxima vez em que a recebesse, ia queimá-la”, relata Feix. Esse comportamento é, para ele, consequência, em parte, da vaidade das pessoas e do mercado cultural gaúcho:

O mercado é pequeno, as pessoas se conhecem e não têm muito espaço de divulgação. Então, quando sai alguma coisa negativa, as pessoas enlouquecem. Eu aprendi muito. Quando entrei na Aplauso, eu só gostava de textos críticos, de quem baixava o pau. Hoje, sou bem mais equilibrado. Também, porque tive experiências assim. Mas muito, porque me coloco no lugar das pessoas que produzem e penso diferente. Pô, tem filmes em que se gasta R\$ 4 milhões, R\$ 5 milhões para serem feitos, aí tu vais lá, e falas mal, de qualquer jeito. Acho que não pode fazer isso. Se é ruim, tem que falar mal, mas com base, justificando porque está falando mal.

[...]

Mas, em geral, as pessoas gostam, acham importante a revista dar alguma coisa. Enfim, conheço gente de todas as áreas. Relaciono-me bem com todo mundo. Às vezes, eu me relaciono muito bem e fico muito amigo das pessoas. E é até um pouco complicado isso, falar bem ou falar mal, fazer uma entrevista com um amigo, por exemplo, que é uma coisa que sempre acontece, e é difícil achar um ponto de equilíbrio. Mas não é impossível (FEIX, 2006).

A dificuldade para aceitar crítica é apontada por Ilha como um dos principais problemas no relacionamento entre a publicação e suas fontes. “Às

²⁹ Informações disponibilizadas pelo departamento de circulação da revista Aplauso.

vezes, o entrevistado não entende o trabalho jornalístico”, explica ele, que já passou por situações complicadas, como discutir com uma fonte, enfrentar mal-entendidos, depois, ou, até mesmo, antes de a matéria ser publicada. “Já ouvi coisas do tipo: ‘Pô, não sabia que tu irias ouvir tal pessoa; se eu soubesse, não teria dado entrevista’”. Essas ocorrências, conforme o jornalista, são reflexo das disputas internas dentro de cada campo da cultura. “As pessoas se conhecem, sabem o que se pensa umas das outras. Além disso, o mercado é restrito, é pequeno, não tem muita oferta. Nós mesmos, às vezes, temos dificuldade em encontrar um entrevistado interessante para algumas matérias”, diz.

Esber afirma que o patrulhamento das fontes no jornalismo cultural é maior do que no jornalismo econômico, baseado em sua experiência nas duas áreas. “O leitor não patrulha, quem patrulha é o produtor cultural. Ele fica mais voluntarioso, quer vender pautas, influenciar na produção de matérias. Não que a Aplauso seja muito patrulhada. É uma análise que faço em comparação com a Amanhã”, ressalta.

Prikladnicki destaca dois episódios em que houve algum estremecimento no contato com a fonte, mas foram situações contornadas de maneira eficaz. Em uma delas, o repórter fez uma matéria (edição 61) sobre o Teatro Escola de Porto Alegre (Tepa) e os entrevistados Zé Adão Barbosa e Daniela Carmona, sócios da instituição, não gostaram do modo como suas declarações foram utilizadas. Em carta publicada duas edições depois, escreveram: “[...] Devemos confessar que nos sentimos um tanto lesados com o direcionamento dado às nossas confissões, sinceras e expressas dentro de um contexto mais abrangente” (APLAUSO, nº 63, p. 5). Prikladnicki diz achar justa a manifestação da fonte: “Concordando ou não com seu posicionamento, a fonte tem o direito de não se sentir bem representada”. O outro caso refere-se a uma matéria de capa sobre os crimes da Rua do Arvoredo, que tem como gancho o lançamento do livro **A história devorada**, de Cláudio Pereira Elmir, no qual o historiador contesta a veracidade de alguns dos fatos na obra de Décio Freitas, **O maior crime da Terra**, sobre o episódio. Na reportagem, Prikladnicki afirma que, se tivesse tido acesso a alguns documentos, a tese de Elmir poderia ter ido ralo abaixo.

A palavra *tese* não se referia à tese de doutorado dele; usei o termo em um sentido mais abrangente, a tese que ele menciona anteriormente, de que o Décio Freitas teria escrito algumas coisas sem embasamento histórico. Essa hipótese iria por água abaixo. Mas como eu usei a palavra *tese*, deu essa confusão, ele achou que eu estava falando sobre a tese de doutorado dele como um todo. Não foi isso. Eu achei justo, foi publicada uma réplica e também uma nota da redação da Aplauso. Não foi nem tanto ao mar, nem tanto à terra, pois houve equívoco dos dois lados. Mas se resolveu. Tanto que, depois, fiz um perfil com a filósofa Márcia Tiburi, e o Cláudio Elmir mandou um *e-mail* dizendo: “Olha Fábio, só pra não dizer que eu só reclamo, achei muito legal a matéria com a Márcia Tiburi” (PRIKLADNICKI, 2006).

Um pouco pela restrição do mercado, um fato com que os jornalistas se deparam freqüentemente é a falta de especialistas para abordarem criticamente determinado produto. Primeiro, porque são raros os críticos, em todas as áreas da cultura no estado. Segundo, porque as pessoas querem preservar suas relações. “Em *off*, todo mundo fala tudo. Na hora de publicar, têm medo. Não querem falar mal do fulano, porque conhecem, encontram nos eventos literários, ‘é um escritor daqui, como eu, procurando seu espaço’”, relata Feix. Para ele, esse temor faz com que não se reflita sobre as coisas, não se avance: “Para que se cresça, tem que ter discussão, tem que ter crítica, tem que se falar mal. Mas bem falado. Se é mal escrito, tem que dizer porque é mal escrito, dizer, exatamente, porque é ruim. Falar só por falar não acrescenta nada”.

3.1.5.6 O foco no Rio Grande do Sul

O objetivo editorial da revista é, desde o início, dar visibilidade à produção cultural do Rio Grande do Sul. “Seja o que é produzido por gaúchos ou o que tem alguma interação com nosso ambiente. Focamos realmente na produção cultural do estado, em uma espécie de contrapartida por usarmos a Lei de Incentivo à Cultura e termos o apoio da Lei Rouanet e de empresas daqui”, sublinha Polydoro.

Conforme Esber, a revista, por ser amparada pela lei estadual, esposou seus objetivos institucionais, como difundir, promover a produção cultural do

estado, estimular o surgimento de talentos ou o aprimoramento desta produção cultural.

A Aplauso tenta, também, ser veículo gerador de debate ou fomentador de debate. Ela tenta cumprir esse papel. Não é uma coisa assim que a gente faça prioritariamente. Não somos uma revista que veio ao mundo para ser polemista, não é uma publicação que veio ao mundo para viver de manchetes sensacionais, não, ela tem uma linha sóbria e equilibrada, mas ela tenta ser um agente fomentador, gerador, antes gerador do que fomentador, de debate. Nós queremos funcionar dessa forma e também queremos aumentar o público consumidor de cultura, porque nós achamos, podemos afirmar isso, que o mercado cultural é muito pequeno, especialmente algumas manifestações artísticas e culturais que são pouco degustadas, pouco conhecidas. O problema é que uma revista é um veículo caro, ela não é um veículo barato, tu não compras uma revista por 75 centavos como tu compras um jornal, tu tens que investir e o poder aquisitivo das pessoas é pequeno. Então, quem sabe o desenvolvimento da Aplauso no meio *online*, que é o meio mais barato de disseminação de informações, possa nos dar melhores condições pra cumprir esse papel de aumentar o tamanho do mercado cultural, dos consumidores de cultura. Porque a publicação de cultura é o que a gente chama de publicação de *nicho*, pouca gente se dá conta que existe (ESBER, 2006).

Restringir-se ao universo cultural do Rio Grande do Sul permite à Aplauso manter-se em um espaço privilegiado no mercado – não há outro veículo fazendo trabalho semelhante. Mesmo assim, são grandes as dificuldades financeiras, como veremos adiante, assim como a restrição de conteúdo. A escassez de matéria-prima, de acontecimentos dignos de nota, no estado, é um dos obstáculos apontados por Ilha. “Não tem um livro extraordinário sendo lançado por mês pelas editoras do Rio Grande do Sul. Não tem uma super obra de arte, uma exposição todo mês, que nos alimente dessa forma. Então, a gente tem que fazer muita ginástica pra criar fatos e fazer com que esses fatos rendam matérias de fôlego”, lamenta. Este cenário limitador é o mesmo que impulsiona os jornalistas a aprofundarem temas específicos. “A Aplauso recorrentemente fala sobre questões da identidade gaúcha, investiga, vai a fundo nessas questões. Esse conflito do *ser gaúcho* é uma característica marcante da revista”, destaca Prikladnicki. Para Esber, a insistência na temática do gaúcho é uma tentativa de auto-conhecimento: “Comenta-se que quem faz Psicologia é aquele louco que quer se entender. Aplicando esse princípio à Aplauso, eu diria que ficamos revisitando o gauchismo porque queremos entender nossa cabeça. Fazendo uma matéria acerca do tema, temos um ótimo pretexto pra sair ouvindo meio mundo

sobre o assunto”. Desde seu ponto de vista, o Rio Grande do Sul é um dos estados brasileiros onde a tensão entre o novo e o velho, a tradição e a evolução, apresenta-se de maneira mais forte. “Trata-se de um estado que criou um movimento multinacional, chamado Movimento Tradicionalista Gaúcho, um verdadeiro fenômeno. Os gaúchos levam os CTGs para diferentes partes do mundo”, ressalta. Há, segundo ele, uma necessidade de o gaúcho olhar para trás, para entender sua história. E esse voltar-se para o passado acaba gerando alguns equívocos:

O Rio Grande do Sul tem uma necessidade de entender de onde veio, como se formou sua consciência social, histórica. Somos muito voltados a isso. Acho que a história do RS não está bem clara pra gente. Até que ponto a gente é mesmo brasileiro por opção? Então, há uma série de coisas que não estão bem postas.

[...]

É uma sociedade que, às vezes, tem torcicolo de olhar muito pra trás. Aí, quando olha para frente, briga com o novo, como essa coisa de não permitir que um rapazinho dance com uma menina no CTG. Essa não é uma questão bem resolvida pelo gaúcho. A Aplauso volta a esse tema porque ele reflete um certo estupor, um certo aturdimento que o gaúcho tem, de não entender bem quem ele é e que relação ele quer ter com o Brasil. É também um pouco de falta de imaginação nossa. Quando não há outra pauta mais arejada, vamos discutir o gaúcho (ESBER, 2006).

A reflexão em torno da identidade cultural do gaúcho já foi tema de debates, reportagens de capa, artigos, etc. Sempre, com diferentes enfoques. A macheza, os mitos e lendas, os conflitos do tradicionalismo e as diferentes faces do cidadão sul-rio-grandense são assunto de muitas páginas da revista.

3.1.5.7 Jornalismo cultural em Aplauso

A equipe de Aplauso acredita, de maneira geral, em um jornalismo cultural de temática abrangente, que não se restringe a uma visão hermética do que é cultura, focada apenas nos produtos da indústria cultural. Defende, também, uma abordagem palatável, que possibilite o acesso a diferentes públicos. Um dos principais valores apontados por Esber é a pluralidade: “Não podemos puxar a sardinha para a corrente de pensamento A ou B, nem para o

centro. O negócio é sempre ouvir todos os lados, para fazer a apuração mais sóbria possível”. Ele não compactua com a idéia de jornalismo militante e acredita que a democracia deve ser característica do ofício como um todo, independente de sua especialização.

Esses são meus postulados, meus princípios na área. Na cultura, eu acrescentaria a questão de gerar debate. Ele é o motor da vitalidade cultural, é a comunicação entre pessoas que pensam diferente, que expõe suas lições, é o entrelaçamento de visões, a interpenetração, o entrecchoque, a intersecção de pontos de vista e de cosmovisões (ESBER, 2006).

E a democratização, para o diretor, passa pela linguagem: “Isso, no sentido de escrevermos menos complicado”. Para ele, num país de semi-analfabetos, a tentação de quem leu mais do que a média é se isolar em uma torre de marfim. “Às vezes, leio textos em cadernos culturais e questiono: ‘Quantas pessoas leram esse texto até o fim? Dessas, quantas entenderam? Quantas gostaram?’. O jornalismo cultural não pode ser jornalismo para uma seita, o jornalismo cultural tem que ser para o grande público, ele tem um papel a cumprir”, acredita.

Pautas ancoradas em problemáticas, reflexões, são destacadas pelo editor Daniel Feix: “A matéria na qual estamos trabalhando atualmente (edição 76), por exemplo, sobre o Landell de Moura. Ele é um cientista. Se tu tiveres uma visão muito ortodoxa do que é cultura, de cultura como produção cultural, esta não é uma pauta para a revista”. A discussão em torno da identidade cultural do gaúcho está, também, segundo ele, dentro de uma visão mais ampla de cultura.

Aplauso é uma das poucas revistas de cultura do país – que já não são muitas – a apostar na reportagem, na matéria, na entrevista, deixando um espaço menor para a opinião. “Algumas coisas que tu vês na Bravo, por exemplo, tu não verias na Aplauso. Lá, especialistas, que não são jornalistas, escrevem matérias. E matérias excelentes. Não importa se têm citação ou não. Nós trabalhamos mais com a entrevista, é um de nossos diferenciais”, pontua Prikladnicki. Esber explica que a revista não tem vocação ensaística. “Ela é mais matéria. E eu gostaria que ela apostasse ainda mais na reportagem. Mas não podemos tirar os pés do chão. Ela prova que é viável fazer jornalismo cultural de alcance regional no Brasil”,

reflete. Para o diretor de redação, a opinião não deve ser preponderante no veículo. Ele afirma não ter a pretensão de que os leitores vão esperar a revista para saber o que pensar sobre as coisas.

Posição um pouco diferente é a de Feix, que acredita no jornalismo cultural com abundância de textos opinativos: “Eu noto que as pessoas querem mais opinião, debate, especialistas discutindo idéias, fazendo críticas sobre espetáculos, filmes. É a principal reivindicação que ouço: mais opinião”. Nos meses em que ficou afastado por conta do projeto de Teixeira, Feix percebeu que a revista publicou menos textos opinativos. “Estou procurando fazer isso voltar”, diz.

Ilha sublinha o viés crítico de Aplauso: “A revista tem como objetivo dar visibilidade à produção cultural, mas dar uma visibilidade crítica em relação ao que é produzido em Porto Alegre e alguma coisa de Rio Grande do Sul”. E questiona:

Se a gente realiza isso? Em parte. Muitas vezes, a gente não consegue. Porque temos limitações, de equipe, de colaboradores... O jornalismo cultural não gera muitos profissionais formados, bem formados. Não adianta gostar de ir ao cinema para fazer jornalismo cultural. Não é assim. Tem que ter uma visão crítica. Tem que conhecer um pouco da técnica da produção cultural. Não é só gostar de TV e de cinema, não é só isso. Acho que essa é uma limitação. A outra limitação é a de fontes. Muitas vezes, as fontes não estão a fim de fazer um jornalismo crítico. E se as fontes não estão a fim, tu não tens como fazer um jornalismo crítico. Se as fontes com as quais tu trabalhas não têm uma postura crítica, estão sempre se protegendo, tu também não consegues fazer um jornalismo crítico. Acho que a gente consegue cumprir, consegue atingir parcialmente esse objetivo, em função de algumas limitações (ILHA, 2006).

Para ele, o jornalismo cultural só tem sentido se houver uma abordagem crítica. “Não se pode resumir a um jornalismo de celebridades, pretensamente intelectualizado”, defende.

3.1.5.8 Mercado

Quando surgiu, Aplauso teve, como uma de suas referências, a revista Bravo, recém lançada. A publicação, editada em São Paulo, usou a Lei Municipal de Incentivo à Cultura local, e esse seria o modelo seguido pela gaúcha. “No Brasil, hoje, não há a mínima chance de uma revista de cultura, se não houver lei de incentivo. As empresas ainda não despertaram para a importância de investir em projetos culturais”, lamenta Polydoro. A saída foi bolar uma revista do tamanho do mercado: “As pessoas pedem para aumentar o número de páginas, colocar capa dura. Eu digo: ‘Ela chega na capa dura, mas agora nós estamos assim’”.

Os dois primeiros números, de acordo com o diretor, tiveram um componente político. “Aquele governo estava muito empenhado em fazer as coisas acontecerem aqui, estava querendo colocar o estado num eixo mais internacional, com atrações e tal. A Aplauso surge naquele momento e ela dá espaço pra isso, mostra isso acontecendo”, explica. Em seguida, a revista começa a se viabilizar, não só com cotas governamentais, mas, com a aposta na iniciativa privada. “Até porque, quando mudou o governo, passamos a ter mais dificuldades em obter apoio”, conta.

Parte da qualidade de Aplauso, de acordo com Esber, está amortizada pela revista Amanhã. “Se estou na Aplauso, não é porque ela paga para ter um diretor de redação. Mas a Amanhã paga. Então, o que custa para o Polydoro colocar a Aplauso no meu colo? Ele mesmo, um profissional que eu respeito muito, a Aplauso paga o Polydoro? Não. Mas a Amanhã, sim”, explica. Segundo o diretor de redação, a revista cultural é a *irmã mais nova* da especializada em economia:

A Aplauso tem uma mana que já se formou em Odontologia, já montou seu consultóriozinho e já tem alguns pacientes. A mana vai lá, pega a maninha e compra um sapatinho, um vestidinho. A Amanhã pode não ser muito bonita, mas ela tem um bom coração, ela está estabelecida. A Aplauso é a menininha bonitinha que todo mundo gosta e ninguém sustenta, mas ela tem uma mana que olha pra ela. Então, eu vejo assim, são duas manas, uma mana queridinha, que é o nosso xodó, que é a Aplauso, que eu não acredito que seja um grande negócio, e a Amanhã, que não é um grande negócio, e eu posso testemunhar isso,

mas tem um volume de leitores, de anunciantes, e ela vai girando o dinheiro, e com aquele dinheiro ela consegue ir levando a Aplauso junto.

[...]

Às vezes, as pessoas dizem assim: "Mas porque que a Aplauso é tão fininha? Mas por que a Aplauso não é quinzenal?" Porque não tem dinheiro. A gente oferece ao mercado a qualidade até o ponto que a gente consegue pelo retorno que a gente tem. Mais do que isso, já seria uma aventura, tirar os pés do chão, e talvez fazer o deleite de leitores mais exigentes. Mas, quem sabe, daqui a um ano, eu estaria escrevendo o último editorial dizendo: "Encerra-se aqui uma maravilhosa aventura chamada Aplauso". Eu não quero escrever esse editorial. Não quero e não vou escrever esse editorial. Não, enquanto eu estiver aqui; não, enquanto o Polydoro estiver aqui. Nós não somos grandes empresários da comunicação. Mas o que nós fizemos aqui tem perenidade. A Amanhã agora completou vinte anos. É uma revista de negócios que não é feita em São Paulo, é feita em Porto Alegre e é respeitada (ESBER, 2006).

Um dos formatos de sustentação mais importantes para a revista são os apoios culturais, que se dão, especialmente, através de séries patrocinadas. Especiais sobre patrimônio histórico, escritores gaúchos, gastronomia e personagens do Rio Grande do Sul são oferecidas como projetos para empresas e, se conseguirem os apoios necessários para sua operacionalização, são colocadas em prática. O patrocinador leva a sua logomarca em todas as matérias da série. A redação se dá, na maioria das vezes, através da própria equipe interna do periódico, que toca internamente as matérias ou contrata jornalistas *free-lancers* para fazê-lo³⁰.

Hoje, há um conjunto de empresas apoiando o projeto da revista. "Isso nos dá uma base muito boa. Nós temos alguma mídia, alguns anunciantes, não muitos, mas estamos crescendo. Acho que a consolidação do produto é assim", diz Polydoro.

Aplauso tem tiragem de 12 mil exemplares. Cerca de metade deste montante vai para um *mailing* de produtores culturais e de formadores de opinião,

³⁰ Em 2003, fizemos uma das matérias da série sobre a gastronomia das principais etnias que formaram o povo gaúcho. Vários jornalistas estavam envolvidos no projeto, tanto internos da redação, quanto *free-lancers*. Ficamos responsáveis pela gastronomia italiana. Em nenhum momento da apuração ou da redação fomos informados de que havia um patrocinador. Embora um deles fosse do segmento de vinícolas, que poderia entrar como fonte na matéria, não houve nenhum tipo de coação neste sentido. Só ficamos sabendo quem eram os patrocinadores depois de a matéria publicada.

gratuitamente – um comprometimento da revista com a LIC, para garantir sua circulação. O restante é vendido em banca e por assinatura.

A revista não tem concorrentes diretos, é a única em seu segmento – publicação voltada às questões culturais do Rio Grande do Sul. Transita, no entanto, no mesmo universo editorial de revistas nacionais como Bravo, Entrelivros, Cult e Continente Multicultural, de Pernambuco, entre outras. No Rio Grande Sul, atuam na área cultural veículos como Arquipélago, do Instituto Estadual do Livro; Usina do Porto e Fala Bom Fim, jornais de bairro, além dos cadernos e suplementos culturais dos jornais diários. Dentre eles, o que a equipe de Aplauso acompanha com mais frequência é Zero Hora, através do *Segundo Caderno* e do *Cultura*. “Como não temos concorrentes, não há preocupação de sermos *furados* por outra publicação. Mas gosto de dar antes da Zero Hora, dar algo que eles não dão. Não é vaidade. Ou melhor, é um pouco. Mas pelo veículo. Até pela questão de conquistar leitores, eles reconhecem quando mostramos estar mais atentos do que os demais”, diz Feix.

3.2 CICLOS

Assim que optamos pela revista Aplauso como objeto de investigação científica, entramos em contato com a redação da revista, através do editor Daniel Feix, para explicitar os objetivos do trabalho e o modo como ele seria realizado. Desde o início, não houve nenhum tipo de restrição. Pelo contrário, era nítida a valorização de nossa pesquisa entre a equipe e a expectativa que ela gerava, especialmente por contemplar, também, um contato com leitores – algo que nunca havia sido feito e certamente revelaria dados relevantes para o fazer jornalístico do grupo.

Dos integrantes da redação, já havíamos trabalhado com Feix e Prikladnicki. Nas edições em que colaboramos, Esber era o diretor de redação, mas nosso contato foi pequeno. Ilha, o subeditor, conhecemos durante a pesquisa. Nos três meses em que observamos o trabalho da equipe, tivemos livre

acesso a reuniões, acompanhamos entrevistas individuais e coletivas, e vivenciamos o dia-a-dia dos jornalistas.

Nosso lugar de observação do cotidiano da publicação era quase sempre o mesmo. Sentávamos ao lado de um gaveteiro, que servia, também, como mesa de apoio de Prikladnicki. Como a redação é pequena, dali podíamos acompanhar o trabalho dos três jornalistas. A sala do diretor de redação ficava logo atrás desta mesa, e era lá que acontecia a maior parte das reuniões – de pauta, de capa, entre outras pontuais para definir, por exemplo, o andamento de uma matéria.

Nestes encontros, procuramos abster-nos de comentários que pudessem influenciar, de alguma forma, o processo, embora, em diversos momentos, tenhamos desejado fazê-lo. É difícil para um jornalista, mesmo que transformado em pesquisador, participar de uma reunião de pauta, por exemplo, e manter-se neutro. Talvez essa seja uma das principais dificuldades do trabalho etnográfico: observar sem alterar. Ou melhor, alterar o mínimo possível, pois nossa simples presença na redação já representava uma mudança no cotidiano dos jornalistas, mesmo que, na maioria das vezes, eles se mostrassem bastante à vontade.

Além de analisar a construção da notícia, acompanhamos, em diversos momentos, a concepção gráfica das matérias e da capa da revista, onde é preponderante a interferência do autor do texto, do editor, da direção de redação e, em alguns casos, especialmente na capa, da direção geral da empresa.

Esta análise da produção resultou em um caderno de campo, no qual anotamos as principais observações – o desenrolar de reuniões, conversas, entrevistas, etc. Sempre que possível, acompanhamos os jornalistas em entrevistas externas, principalmente àquelas referentes às matérias de capa das três edições analisadas. Em uma prática habitual a este tipo de investigação, manteremos o anonimato dos profissionais que protagonizam as vivências analisadas, adiante.

Neste subcapítulo, dividido em outros vários, cada ciclo, indicado pelo número da edição de Aplauso investigada, representa a observação do

newsmaking, a análise do discurso da reportagem de capa e o estudo das leituras e retornos referentes a ela.

3.2.1 Edição 76

Trata-se da primeira edição submetida à Análise Global de Periódicos Jornalísticos. Com capa sobre o padre-cientista Landell de Moura, a publicação dedica-se a abordar as múltiplas facetas de sua personalidade, sua trajetória repleta de obstáculos e paradoxos, além de trazer uma informação considerada nova a respeito de sua biografia.

3.2.1.1 Produção

A primeira atividade que acompanhamos, na revista, é a reunião de pauta do número 76. No encontro, que reuniu o diretor de redação, o editor, o subeditor, o repórter e o secretário de redação, foi discutida a pré-pauta da edição, que já havia sido distribuída anteriormente entre os participantes – para evitar a necessidade da apresentação de cada assunto e possibilitar o imediato debate dos temas. O material foi elaborado pelo editor e é resultado de conversas informais entre os membros da equipe.

Para este número, foram sugeridas quatro opções de matérias de capa:

* *Landell de Moura*: Livro a ser lançado pela Record vai dizer que o padre-cientista Landell de Moura, gaúcho de Porto Alegre, foi o verdadeiro inventor do rádio. “Um dos feitos do padre Landell foi transmitir, pela primeira vez no mundo, a voz humana à distância, por meio de uma onda eletromagnética, em experiências realizadas em São Paulo, entre a avenida Paulista e o alto de Santana (Colégio Santana), no final do século XIX”, diz o jornalista Hamilton de Almeida, que pesquisa o tema há 30 anos.

* *A volta do chorinho*: Há algum tempo, o choro tem ganhado destaque na noite e tem inspirado o surgimento de alguns novos grupos musicais interessantes. Também o samba parece ter ganhado maior espaço dentro da produção musical do RS. Quem são os novos sambistas do RS? Quem são os responsáveis por fazer o choro ressurgir no estado?

* *Uma grande reportagem sobre Walmor Chagas, o grande ator brasileiro*: Há cerca de 3 anos, ele (que é gaúcho de Porto Alegre) voltou à capital gaúcha para se aposentar, mas não resistiu e recentemente entrou em cartaz com um monólogo.

* *Multipalco do Teatro São Pedro e Museu Iberê Camargo*: os dois maiores centros culturais que o RS já viu serão inaugurados no segundo semestre de 2006 e no primeiro semestre de 2007. É o caso de fazermos algo grande, juntando os dois?³¹

Optou-se, em um primeiro momento, por Landell de Moura e o chorinho, sem definição de qual será a matéria de capa. As duas serão executadas e depois se avaliará qual tem maior *potencial*. As demais não foram descartadas, apenas ficaram como sugestões para próximas edições. A justificativa para a escolha é que são temas em posições opostas no tempo: “Optando por Landell de Moura e chorinho, temos um tema *para trás* – história, e um *para frente* - o chorinho hoje, quem são os atuais sambistas do estado, etc”, disse o diretor de redação. O *gancho* para a matéria sobre o padre-cientista é o lançamento do livro de Hamilton Almeida. A redação ficou sabendo do fato através de *release* via assessoria de imprensa. O editor explica: “Recebi o *release* do livro que, por sinal, era bem vendedor. Como não sabia, me interessei”. A pauta sobre chorinho é uma sugestão do colunista de música.

As matérias secundárias não chegam a ser discutidas na reunião. São elas:

* Um perfil de Luís Sérgio Metz, o Sérgio Jacaré, escritor e músico, líder do revolucionário Tambo do Bando, no momento em que se completam 10 anos de sua morte (ele morreu com cerca de 40 anos e deixou saudosos alguns fãs ilustres, como Luís Augusto Fischer e toda a turma da música regionalista)

* A convite de Aplauso, historiadores fazem perguntas a Boris Fausto, o autor da biografia de Getúlio Vargas, que acabou de sair pela Companhia das Letras

* Uma entrevista/perfil com as inquietações de Gustavo da Liña, artista gaúcho radicado em Berlim que será destaque na mostra organizada pelo Ministério da Cultura brasileiro na Alemanha, durante a Copa do Mundo, e que também prepara uma exposição em Porto Alegre

* Galeria: um artigo sobre a exposição de desenhos do artista Carlos Pasquetti, na Bolsa de Arte

* Lançamentos de livros de ficção de gaúchos, que podem render resenhas: Paulo Scott (poesia), Carlos Gerbase (romance), Letícia Wierzchowski (romance) e Moacyr Scliar (romance)

³¹ Pauta edição 76. Mimeo.

* Airton Tomazzoni foi quem sugeriu: uma matéria sobre dança de rua. O movimento está crescendo no RS. Em maio, aconteceu o primeiro encontro nacional de dança de rua na Usina do Gasômetro

* Pequena reportagem sobre exposição de jovens artistas na Galeria Lunara, da Usina do Gasômetro. Todos trabalham com fotografia³².

Apenas uma delas, a sugestão de resenha do livro de poesias de Paulo Scott foi alçada à potencial entrevista do mês. As sugestões iniciais para esta seção eram as seguintes:

* Com *Paixão Côrtes*. Finalmente, o grande folclorista relançou em CD seus dois únicos discos cujos LPs estavam esgotados há anos. Além disso, Paixão pode levar adiante a discussão iniciada na entrevista da edição passada, com Ruben Oliven, sobre o quão forjada é a identidade do gaúcho.

* Com *Kathrin Rosenfeld*. A filósofa está lançando um dos títulos da coleção “Filosofia Passo-a-Passo” (Ed. Jorge Zahar), sobre “Estética”.

Também, neste caso, não ficou definido se esta seria a entrevista definitiva. Ela seria feita para *ver o que rende*, como ressalta Esber: “Se uma matéria, um perfil (aí teria que se entrevistar mais pessoas) ou uma *ping-pong*”. A entrevista com Kathrin Rosenfeld também será mantida, no mesmo espírito da de Scott. Paixão Côrtes ficará para uma próxima edição, tendo em vista que a entrevista do último número foi com o antropólogo Ruben Oliven, sobre a identidade do gaúcho, tema que se repetiria, e que essa seria mais uma matéria *para trás*, como disse o diretor de redação.

Durante a discussão de quem será o entrevistado do mês, alguns trazem mais informações sobre as possíveis fontes; de certa forma, defendem a relevância da entrevista. Um deles diz que Kathrin “saiu da academia para colocar a mão na massa”. Outro acrescenta que ela está por trás do *Studio Clio* – Instituto de Arte e Humanismo, que realiza diversos eventos na área cultural em Porto Alegre. Um terceiro resume: “Ela está na torre de marfim, mas quer sair”. O editor indaga o gênero em que se vai trabalhar este texto: entrevista, matéria ou resenha. O diretor de redação responde: “Não temos que ter esse ‘fez a entrevista, tem que publicar’. Podemos fazer e deixar de molho. Já fizemos isso

³² Pauta edição 76. Mimeo.

tantas vezes, com bons resultados. Entrevistamos, deixamos de molho, depois vamos lá e conversamos de novo com a pessoa”.

Retorna a discussão sobre a entrevista com Paixão Côrtes. O diretor ressalta que, embora não seja feita agora, a entrevista não pode esperar muito, devido à idade da fonte. Neste caso, também sugere que a entrevista seja feita por etapas. “Na primeira entrevista, ele deve ser mais seco, distante. Na segunda, está mais à vontade e na terceira já virou amigo do jornalista”, diz. A equipe fica imaginando como seriam as fotos da entrevista. Paixão está morando em Cidreira. Então, o editor sugere uma foto à beira da praia, em que o vento *apareça*. A discussão entre eles é muito informal, algumas idéias talvez não saiam da reunião.

É interessante observar que a equipe conhece bem a vida pessoal das fontes, se fumam, o que comem – uma característica comum aos jornalistas especializados em determinada área, especialmente em um universo restrito, como o qual Aplauso trabalha. Quando se discute a necessidade de entrevistar logo Paixão, eles lembram da morte de Barbosa Lessa e comentam o quanto ele fumava. Sobre Paixão, dizem que se alimenta mal, gosta de comidas pesadas.

O fechamento da edição está previsto para o dia 19 de junho, depois do feriado de *Corpus Christi*. A sugestão da data é do secretário de redação. O diretor de redação lembra, em tom de brincadeira, dos jogos da seleção brasileira na Copa do Mundo, que devem acontecer neste período. No mesmo tom, o editor promete adiantar as matérias, para que todos possam assistir aos jogos. Na metade desta edição, um dos jornalistas sairá em férias. Ele está deixando uma grande matéria pronta, sobre Ivo Bender. Não entrará outra pessoa em seu lugar, neste período.

O editor fala, também, sobre a coluna *Traço*, criada como um espaço para os cartunistas e chargistas gaúchos, mas extinta na última edição. Ele manifesta o desejo de trazer de volta a coluna, tendo em vista que recebeu três ou quatro manifestações sobre o assunto. O subeditor sugere que se crie um espaço fixo para a charge, junto ao editorial ou à seção *Correio*, para não deixar a revista sem

humor. O diretor de redação pede que pensem melhor, antes de optar por uma solução para isso. “Abrimos o espaço, as primeiras ficaram boas, mas foram caindo de qualidade. O que adianta mantermos a seção, mas irmos caindo em qualidade? Qual era a contribuição daquilo lá?”, diz. A discussão permaneceu em aberto.

O subeditor acrescenta que, embora eles não costumem fazer um balanço da edição anterior nas reuniões de pauta, gostaria de ressaltar que a última (75) ficou muito boa. O editor fala da diagramação, ressaltando o trabalho de um novo funcionário contratado para a área.

Terminada a reunião de pauta, conversamos com o editor para obter mais dados sobre o próximo número da revista. Ele nos informa da volta da seção *Galeria*, criada na edição 45, e que deixou de circular no número 51. A coluna foi motivo de conflitos internos (ver página 125) e, na nova roupagem, não terá um único responsável, mas alterará artigos de diferentes especialistas em artes plásticas.

Aproveitamos para interrogá-lo sobre aspectos do cotidiano de Aplauso. O expediente da revista inicia às 10h e termina entre 18h30 e 19h. “Mas é bastante variável”, diz. É raro trabalharem aos finais de semana. Além da revista, a equipe publica, semanalmente, uma *newsletter* eletrônica.

No dia seguinte à reunião de pauta, algumas coisas já haviam mudado. A entrevista do mês foi definida: seria mesmo com o escritor Paulo Scott e já estava agendada. O editor sabia de nosso interesse em acompanhar esta entrevista, mas indagou-nos da real necessidade de isso acontecer. Disse-nos que, na verdade, este seria apenas um primeiro encontro, que a entrevista propriamente dita provavelmente aconteceria em outro dia. Explicou a ressalva: “Paulo Scott é meu amigo, mas demora muito para se soltar, para deixar a entrevista render. Talvez, ele acabe ficando constrangido”. Entendemos o argumento – não queremos influenciar no comportamento da fonte e também no do jornalista que, neste primeiro momento, não nos pareceu muito à vontade com a idéia de

estarmos presentes na entrevista. Ficamos na expectativa de participar do segundo encontro, que acaba não acontecendo.

O editor também é o responsável por uma das prováveis reportagens de capa, sobre o padre-cientista Landell de Moura. A sugestão de pauta para esta matéria veio através de um *release* sobre o livro de Hamilton Almeida, **Padre Landell de Moura: Um herói sem glória**, lançado recentemente pela editora Record. O jornalista não entrevistou ninguém, mas já tem uma lista de prováveis fontes: o próprio Hamilton Almeida; Vânia Abatte; Luiz Netto; Francisco Riopardense de Macedo; César Augusto Azevedo dos Santos; Rodrigo Moura e familiares. Procurará, também, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRGS), o Museu de Comunicação Hipólito José da Costa e a Fundação Padre Landell de Moura. Já fez uma grande pesquisa na Internet, onde conseguiu diversos materiais, de origens distintas. Estas informações ainda não foram avaliadas, para saber o que será utilizado ou não, mas foi através delas que chegou a alguns nomes, como Rodrigo Moura, parente que pesquisa a vida do cientista, por exemplo. Entre os textos selecionados nesta pesquisa, estão: notícias publicadas em jornais (Zero Hora, O Estado de S. Paulo, Jornal do Comércio) e artigos diversos (entre eles, um de Luiz Netto e outro de Rodrigo Moura). O jornalista também procurará o livro **O incrível Padre Landell de Moura**, de Ernani Fornari.

Outra das possíveis matérias de capa, com menos chances, é a volta do chorinho, sob responsabilidade do subeditor da revista. Aos sábados, um grupo de novos músicos reúne-se no Santander Cultural, no centro da cidade, para uma oficina deste gênero musical. Embora não tenha se concretizado como reportagem principal, acompanhamos boa parte de sua execução, mas não nos deteremos em sua análise.

Para a matéria sobre Landell de Moura, o jornalista pretende fazer praticamente todas as entrevistas por telefone. Ele já entrevistou, por exemplo, o autor do livro **Padre Landell de Moura: Um herói sem glória**, Hamilton Almeida. As próximas fontes a buscar são: César Augusto dos Santos, pesquisador da Universidade de Passo Fundo; um familiar do padre; o pesquisador da área de comunicação José Marques de Melo e o astrônomo Ronaldo Mourão. Interessante em relação ao nome de César Augusto dos Santos é que o jornalista diz que ele foi sugerido na entrevista com Almeida, mas esquece que esse nome já estava na lista das possíveis fontes, desde o início da produção da matéria. A redação do texto ficará para o final, pois o repórter tem por hábito fazer primeiro todas as entrevistas, levantar todo o material, e depois redigir o texto.

A matéria sobre Landell de Moura já está definida como a principal. Dez dias depois da reunião de pauta, foi agendada a reunião de capa. Chegamos na redação no horário combinado, mas ficamos sabendo que a atividade foi adiada para a próxima semana, devido ao fechamento da revista Amanhã (que compartilha o mesmo diretor de redação e o mesmo secretário de redação de Aplauso). Aproveitamos para observar o que acontece na redação e para conversar com o editor sobre o andamento da matéria de capa. Ele agendou uma visita ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul para a próxima semana, a qual poderemos acompanhar. Ele também já achou a família de Landell de Moura e pretende fazer entrevistas por telefone. Dos quatro pesquisadores que pretende entrevistar, deixou recado na secretária eletrônica de três. Já leu o livro de Hamilton Almeida e diz que é bom.

Enquanto estamos na redação, toca o telefone e o editor atende. É Henrique Mann, coordenador de música da Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre. Ele liga para dizer que adorou o texto sobre música erudita que um dos jornalistas publicou recentemente, e quer convidá-lo para ser jurado do Prêmio Açorianos de Música. Situações semelhantes a esta, de os jornalistas de

Aplauso serem convidados para compor júris na área cultural, são bastante comuns e vão repetir-se outras vezes durante estes três meses.

Da reunião de capa desta edição, que definiu a arte e da qual já saíram algumas idéias para as chamadas, participaram o editor, o secretário de redação, a editora de arte e o diagramador. Como a matéria de capa trata de um cientista, um padre, bastante reprimido em sua época, o editor sugere a chamada: *Diabo na pele*. A imagem será um perfil do padre Landell, com suas invenções ao redor, como se fossem idéias girando em torno de si. O processo de execução da capa é: 1) produção no núcleo de arte; 2) aprovação do editor; 3) aprovação do diretor de redação; 4) aprovação do diretor geral da empresa.

Terminada a reunião, vamos para a redação da revista, que fica junto com a redação da revista Amanhã, neste momento em fechamento de edição. Para a matéria sobre Landell de Moura, o jornalista entrevistou, por telefone, José Marques de Melo, Ronaldo Mourão e César Augusto dos Santos. A Feplam tem uma réplica do primeiro transmissor e um fotógrafo *free-lancer* – a revista não conta com profissionais contratados para esta área – foi encaminhado para fazer esta imagem. O astrônomo Ronaldo Mourão falou sobre os inventos do padre Landell, de sua visão avançada de religião, inclusive com estudos sobre vida em outros planetas. O pesquisador Marques de Melo lamentou o esquecimento da história do cientista, que muitas vezes não é lembrado, nem mesmo em livros sobre a história do rádio. Ressaltou o caráter estereotipado da história brasileira, que vangloria apenas alguns escolhidos. “Quem não vira mito, acaba esquecido”, disse.

A mais recente edição do caderno “Cultura”, de Zero Hora, trouxe matéria de capa sobre o padre Landell de Moura. Perguntamos ao editor se isso não balançou a escolha da capa de Aplauso. Ele diz que sim, balançou, mas a capa continua a mesma. O secretário de redação questiona se o editor não achou o texto de Zero Hora superficial. Ele diz que não, que eles colocaram o principal, no espaço que tinham. Mas ressalta que Aplauso fará algo mais abrangente, uma

matéria maior, mais completa. Para fechar a apuração, falta entrevistar Luiz Netto, a família, e ir ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

No processo de edição das matérias, a última pessoa a lê-las é o diretor de redação, pelo qual passam todos os textos. Ele justifica:

Eu poderia, pela qualidade da equipe da Aplauso, olhar apenas depois da revista pronta. Mas, não, eu leio tudo, previamente, pra detectar problemas antes de a revista rodar. Eu gosto de ser o *ombudsman* da véspera, não o *ombudsman* do dia seguinte, que fica dizendo. "O teu texto desconsiderou o fato de que...", eu gosto de ver antes, o que eu tenho que dizer, digo antes. Se eu disser: 'A matéria está muito chata por causa disso, disso', eu vou dizer antes de publicar, para que o autor ou o editor tenha tempo de trabalhar, de reescrever, de tentar de novo, de complementar a apuração, fazendo uma entrevista, fazendo uma entrevista a mais com alguém que ele já ouviu ou entrevistando alguém que ele não ouviu.

Apenas matérias mais polêmicas, sobre políticas culturais, por exemplo, passam pelo crivo do diretor geral, para que ele saiba o que se está publicando. Depois de editada, a revista passa pelas seguintes etapas: 1) revisão de texto; 2) revisão de arte; 3) vai para o birô, que encaminha a revista em PDF, por *e-mail*, para a redação revisar novamente; 4) aprovado o PDF, o birô encaminha a prova impressa; 5) aprovada a prova impressa, a revista vai para a gráfica. Nesse processo, cada um lê as suas matérias. As colunas normalmente não são relidas. "Depois que instituímos essa forma de trabalho, saem muito poucos erros", diz o editor.

Para a capa, o editor entrevistou Luiz Netto, técnico em eletrônica e pesquisador de Landell. Falou, também, com uma sobrinha-neta do sacerdote. Falta, ainda, contatar com a Cúria Metropolitana. A informação que se tem é que a Igreja teria destruído seus documentos. O jornalista descobriu mais dois sobrinhos-netos, mas ainda não sabe se vai ouvi-los.

No dia e horário combinados, encontramos com o editor em frente ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Ele chega de táxi, principal modo de locomoção dos jornalistas para o trabalho. A empresa não tem carro próprio e apenas eventualmente os profissionais utilizam seus carros particulares em alguma matéria. Quando entramos, o entrevistado, presidente da entidade, Gervásio Rodrigues Neves, ainda não havia chegado. Perguntamos se é comum pesquisar em arquivos, como fará hoje no Instituto, e ele diz que não.

O presidente Neves chega. Antes de iniciar a entrevista, elogia a linguagem gráfica da revista. Apresenta o Instituto e explica que, no ano passado, foi feito um CD sobre o padre Landell de Moura. Vamos para a sala de reuniões da entidade, onde nos é servido café. Na sala onde estamos, há um quadro com uma caricatura de Landell, obra de Fraga. O jornalista pergunta como a documentação do padre Landell veio parar no Instituto. Neves explica que foram doações. Há muito material, aguardando por transcrição para ser consultado – ele é todo redigido à mão, com uma letra difícilíssima de ler e, em alguns casos, bastante apagada pelo tempo. O presidente da instituição alerta que há muita censura ao padre Landell: “Na Cúria, não se encontra nada sobre ele, nem no Vaticano”, diz. Ele conta uma história e salienta que faz questão de vê-la publicada:

No Instituto, há uma foto do padre Landell entre os rebeldes de 1924, em Foz do Iguaçu. É uma foto publicada em um livro, em 1931, em Pelotas. Ele tinha tudo para ser revolucionário. Foi muito censurado pelos paroquianos. Ele mandava as pessoas saírem da Igreja, irem fazer outras coisas. Tinha que estar em 24, não tinha porque não estar.

O editor solicita a foto do padre em Foz do Iguaçu e uma nota de pesquisa que Neves teria escrito sobre o assunto. Como a imagem está digitalizada, uma funcionária do Instituto encaminhará por *e-mail*.

Durante a entrevista, o jornalista não grava, apenas anota. Leva sua pesquisa de informações sobre Landell e o livro de Hamilton de Almeida. Em determinado momento, a conversa é interrompida, Neves recebe a notícia da morte de Fernando Assunção, autor de **Gaúcho**. O jornalista, que também fica sabendo do ocorrido nesta ocasião, informa o fato em nota na coluna *Bis*. Na

volta, o editor fala sobre o caráter de revolucionário do padre Landell. Neves diz que ele tinha uma crise de modernidade. Ele fazia parte do Instituto, junto com outro sacerdote. Mas os dois não se acertavam, brigavam, e, por isso, Landell quase não aparecia no local. “Ele tentava fazer transmissão de energia e a igreja pensava que era passe”, conta. No Instituto, há muitos manuscritos, alguns deles com transcrições. O editor tenta ler o original, mas não consegue. Trabalhará com os textos transcritos. Neves brinca, dizendo que Landell deve ter tido alguma paixão e ele ainda vai achar.

Interessada, a fonte aproveita o encontro para propor parcerias e cobrar apoio na divulgação de suas ações. O presidente da entidade sugere ao jornalista uma parceria com Aplauso para a transcrição dos documentos do cientista, tendo em vista que o Instituto não dispõe de recursos. O editor diz que seria interessante, mas teriam de ir atrás de um patrocinador. Ele solicita, também, que a matéria fale do CD: “Fizemos um belo trabalho de pesquisa e vendemos apenas três CDs”. E cobra a divulgação, pela revista, de outro evento do Instituto, sobre o qual Aplauso teria recebido o material, mas não teria *dado bola*. Trata-se da cartografia histórica de Porto Alegre. O editor pergunta se Zero Hora deu e Neves mostra uma capa do caderno Cultura sobre o assunto.

Além disso, Neves nos mostra a biblioteca do Instituto, alguns arquivos, e uma pesquisa de Carlos Reverbel sobre as 10 obras fundamentais do Rio Grande do Sul na primeira metade do século XX. Reverbel fez a pesquisa para o Correio do Povo e entrevistou alguns nomes de destaque da literatura da época, perguntando quais os 10 livros considerados fundamentais. Ele sugere uma reedição desta pesquisa, para ver qual seria o resultado hoje. O editor gosta muito da idéia e pretende colocá-la em prática.

O jornalista pesquisa na Internet outras notas para a seção *Bis*, que traz, de novo, informações que já foram trabalhadas na mídia, mas merecem destaque. O jornal O Globo deu uma matéria sobre o curso de formação de escritores da Unisinos, fez uma enquete sobre o tema. O assunto entrará na seção, mas será,

também, matéria para a próxima edição da revista, diz ele. Na verdade, o curso não é novidade para a equipe de Aplauso, pois um anúncio sobre o mesmo saiu na última edição (75). A notícia publicada em O Globo parece ter referendado o valor notícia da informação.

A matéria de capa ganhará um *box*, com a história da possível participação do padre Landell de Moura na Coluna Prestes. A notícia baseia-se nas informações obtidas junto ao presidente do IHGRGS. “O livro de Hamilton Almeida, embora bastante completo, não traz coisas novas, que não tenham sido ditas. Quem trará algo novo é a própria Aplauso, através deste *box*. Para o corpo da matéria, falta, ainda ouvir a Cúria Metropolitana”. Depois desta entrevista, o jornalista começa a escrever a reportagem.

Para a capa, especificamente, foram feitas duas versões. Uma delas traz o perfil do padre Landell, rodeado de suas invenções, mas sem uma ligação explícita entre eles. A segunda estabelece essa ligação, como se mostrasse um raio-X do cérebro do cientista, no qual aparecem alguns de seus inventos e estudos. A alteração foi sugerida pelo editor. Esta versão já foi aprovada por ele, pelo diretor de redação e pelo diretor geral.

A edição 76 já está em fechamento. Mesmo assim, a televisão está ligada em um jogo da Copa do Mundo. Volta e meia os jornalistas, tanto de Aplauso quanto de Amanhã, voltam-se para a TV, para acompanhar os lances. Amanhã será a estréia do Brasil na Copa do Mundo e, por isso, o expediente encerrará às 13h30.

O editor está trabalhando no espelho da revista. Uma solução possível seria aproximar a matéria sobre o escritor Luiz Sérgio Metz e a seção *Memória*,

sobre Daniel Herz. O subeditor pondera que ficariam *dois mortos juntos*. E ainda por cima *dois comunistas*, brinca o editor. Sua função é acomodar as matérias no espelho, de maneira coerente e trabalhar com os espaços possíveis. Alguns anúncios já estão previstos e é necessário considerar seu espaço. Ele reclama de um dos anúncios: “Além de ser feio, não fala nada. Está atrapalhando a paginação”.

O editor recebeu a informação da morte do artista plástico Henrique Léo Fuhro e pretendia dar uma nota sobre o assunto ainda nesta edição, além de uma matéria na próxima. Por questão de espaço, a nota acabou não entrando. A notícia chegou através do *e-mail* de um crítico de arte.

Perguntamos ao editor se conseguiu falar com a Cúria Metropolitana para a matéria de capa. Ele diz que sim, que eles liberaram para consulta de documentos e para falar pessoalmente com o Chanceler. Não disseram que documentos são, mas a afirmação, em princípio, contraria o depoimento do presidente do IHGRGS e do próprio Hamilton Almeida, que dizem que a Igreja teria queimado o que tinha a respeito de Landell de Moura, ficando apenas com materiais de pouco significado. Por acreditar tratarem-se destes materiais, ele não pesquisará esses dados e, provavelmente, não falará com o Chanceler.

A edição 76 é fechada no dia programado, 19 de junho. O editorial e a matéria de capa estão em revisão. Embora seja o dia do fechamento, a equipe não parece estressada ou sobrecarregada. As matérias foram sendo baixadas ao longo da última semana, e isso tornou o último dia menos pesado.

Enquanto aguarda as provas, que serão revisadas em conjunto – fora da rotina, pois normalmente a revisão das páginas é feita em separado – o editor lê

matéria sobre o Festival de Cinema de Gramado no Segundo Caderno de Zero Hora: “Rende uma pauta”, diz. Ele e o subeditor comentam sobre as mudanças da próxima edição do evento. “Todo ano, damos um *pauzinho* no Festival”, diz o editor. Eles criticam algumas dessas mudanças, como o fim da necessidade de o filme ser inédito para participar do Festival, e elogiam outras, como o agrupamento de ficção e documentário na mesma categoria.

O editor faz a *revisão de imposição*, como chamam quando o protótipo da revista já está montado. É a última revisão antes de ir para a gráfica. O que ele observa, aqui, é a montagem, não mais o texto. No entanto, ele encontra umas aspas fora do lugar e solicita à arte que as retire. Encontra, também, um informe publicitário de duas páginas, mas que traz a cartola *Informe Especial* só na segunda. Reclama do informe com a diretora de arte e diz que eles só estragam a revista.

A publicação está pronta para rodar.

Em reunião com os colunistas da revista, que aconteceu depois de alguns dias do fechamento do número 76, o editor comentou que esta foi a edição de que mais gostou desde que começou a trabalhar em Aplauso. “Todas as matérias estão bem legais, são pertinentes, com textos bons. Além disso, graficamente, a revista evoluiu”, explica.

3.2.1.2 Texto

A matéria sobre o padre-cientista Landell de Moura ficou pronta cinco dias antes do fechamento da revista, ou seja, o jornalista teve cerca de três semanas para executar seu trabalho – um tempo considerável, se comparado ao disponível

aos profissionais do jornalismo diário, ou mesmo de veículos de comunicação semanais. A primeira versão do texto passou por poucas alterações na edição final, na qual apenas alguns trechos foram cortados ou alterados.

A matéria partiu de um *release* encaminhado à redação de Aplauso a respeito do livro **Padre Landell de Moura: Um herói sem glória** (2006). Esta obra dá a tônica da reportagem como um todo. Ela é a diretriz utilizada pelo jornalista para destrinchar a reportagem, encontrar fontes, relatar fatos. Em certo momento da análise da produção, o autor do texto comentou: “O livro tem tudo”. No subtítulo da reportagem, intitulada *O padre que previu o futuro*, a referência a Almeida é explícita: “Lançamento de nova biografia sobre Landell de Moura busca esclarecer alguns dos muitos mistérios envolvendo o padre-inventor e, também, creditar os devidos louros ao visionário que foi incompreendido em seu tempo”. A obra é resultado do trabalho de pesquisa do jornalista Hamilton Almeida, iniciado em 1976. A investigação traz informações colhidas através de diferentes métodos: consulta a documentos, pesquisa bibliográfica, leitura de anotações pessoais do biografado – e ele deixou muitas!, entrevistas com parentes e pessoas que tiveram algum contato com ele. É o terceiro livro do autor sobre Landell de Moura. O primeiro, **O outro lado das telecomunicações: A saga do Padre Landell**, foi publicado pela primeira vez em 1983. O segundo, **Landell de Moura**, é de 1984 e faz parte da série *Esse gaúchos*, publicada pela editora Tchê!

Antes dele, o também jornalista Ernani Fornari dedicara 20 anos ao estudo da trajetória do cientista, esforço que resultou na obra **O incrível Padre Landell de Moura – O brasileiro precursor das telecomunicações**. Por estar esgotada, esta obra não pode ser pesquisada pelo autor da reportagem. No entanto, tivemos acesso a ela através da biblioteca da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Outros livros, como **O homem que apertou o botão da comunicação** (1975), publicado pela Fundação Educacional Padre Landell de Moura (Feplam), com dados reunidos por seu diretor de divulgação e relações públicas à época, Fernando Cauduro; **Padre Roberto Landell de Moura: Bom, justo e sábio** (1961); e **Brasileiro, gaúcho, um gênio diferente: Landell de Moura**, de Ivan

Dornelles, também estão disponíveis para a pesquisa, embora não apareçam na reportagem.

Os diálogos do jornalista, autor da matéria, dão-se, explicitamente, com Hamilton de Almeida, através do livro e de entrevista; com o astrônomo carioca Ronaldo Mourão; com os pesquisadores César Augusto dos Santos e José Marques de Melo; com o professor Luiz da Silva Netto; com o diretor do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Gervásio Neves; com o jornalista Ernani Fornari, através do livro de Almeida; com a sobrinha-neta do sacerdote Maria do Carmo Landell de Moura; e com um ex-coroísta do padre, também através do texto de Almeida. No entanto, como salienta Ducrot (1987), o número de fontes presentes em um texto não é diretamente proporcional à quantidade de vozes que ali se fazem ouvir. Passaremos à análise do texto, através de suas formações discursivas, para identificar seus enunciadores. As FDs serão ordenadas por tema e ilustradas com seqüências discursivas que demonstram seu sentido nuclear, possibilitando analisar os diferentes *lugares* nos quais o texto se coloca.

Ao longo da reportagem, aparecem alguns trechos destacados, com fonte maior e colorida, constituindo um novo texto, especialmente para o leitor apressado, e demonstrando diálogo explícito entre o autor da matéria e seu interlocutor. Nas seqüências em análise, estes trechos estão grifados em itálico. Do mesmo modo, em muitos momentos, o se jornalista refere a informações colhidas no livro de Hamilton Almeida, embora não apareça a referência. Nas seqüências, entre parênteses e em itálico, estão indicadas as páginas do livro consultadas sobre o assunto em questão.

3.2.1.2.1 O paradoxo entre ciência e religião

O trânsito entre áreas distintas, como ciência e religião, é colocado em evidência na matéria, em diversos momentos. Os conflitos decorrentes da

vivência híbrida de Landell de Moura aparecem como uma consequência natural desta opção incomum: ser, ao mesmo tempo, sacerdote e cientista:

A figura do inventor, por si só, já desperta curiosidade. **Imagine então um padre-inventor**, desenvolvendo suas experiências a partir do final do século 19, época de implantação da República no Brasil e, conseqüentemente, de mudanças drásticas na relação entre Igreja e Estado. **Época em que a ciência avançava, ocupando um espaço que até então era da religião, e por meio de um embate em que não parecia haver meio-termo: de um lado, o inimigo era o mal, o sacrilégio; de outro, o obscurantismo, o retrógrado. S1**

As idiossincrasias desta opção, a vontade de aprofundar seus conhecimentos, e a culpa pelos métodos utilizados, são abordados no texto. Nesta seqüência, embora não apareça referência, as informações foram colhidas no livro de Hamilton Almeida:

Porto-alegrense de 1861, filho de um capitão do exército e de uma dona de casa, quarto entre 14 irmãos, **Landell se interessou tanto por religião quanto por ciência desde cedo**. Pelas suas anotações, sabe-se que, aos 11 anos (p. 25 e 26), **intrigava-se profundamente – a ponto de realizar experimentos na tentativa de entender alguns fenômenos – como as manchas da lua e a força física dos insetos ao mesmo tempo em que buscava compreender o abatimento moral dos pobres. Queria dissecar as formigas para desvendar sua estrutura e sua capacidade de carregar objetos mais pesados que seu próprio corpo, mas sentia pena do animalzinho – e culpava-se por isso (p. 27). Aos 14 anos, lia Telêmaco, escrevia poesias e desenvolvia gosto pelo que chamou de “conceitos filosóficos, mecânica celeste, ciências físicas e químicas” – sem nunca deixar de acreditar em Deus. S3**

As atividades tidas como contraditórias pela sociedade em que ele viveu, pelo governo e pela Igreja, emergem no texto, através do cruzamento de informações do livro de Hamilton Almeida, mesmo que não explicitadas, e com a entrevista com o presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Gervásio Neves. Embora com origens diferentes, de um lado, o pesquisador que se dedica, há 30 anos, a estudar o padre-cientista; de outro, o presidente de uma instituição da qual Landell de Moura fez parte e a qual guarda riquíssimo material a seu respeito, as falas inscrevem-se no mesmo *lugar*: ressaltam o caráter multifacetado do personagem (*enquanto não estava rezando missas, desenvolvia pesquisas*), sua inteligência (*pesquisas que o levaram a formular teses revolucionárias – e surpreendentes; as contradições só evidenciam o quanto*

Landell foi brilhante e a única explicação possível para tudo isso é sua inteligência. Landell foi um homem muito à frente do seu tempo). É importante ressaltar que a primeira frase da seqüência abaixo está em destaque, com uma fonte pelo menos três pontos acima do restante da matéria. Observe as seqüências:

A contradição só existia mesmo era na cabeça dos outros.

Depois de estudar em Roma (p. 28), onde se formou sacerdote e, paralelamente, tomou contato com o fervilhante cenário científico europeu, Landell voltou ao Brasil e deu início a uma trajetória itinerante, com passagens por paróquias paulistas e gaúchas (p. 30). Em Campinas, já nos anos 1890, chamou a atenção de todos. E não só por substituir Maximiano Camargo, cônego muito querido naquele estado, mas que havia se aposentado. **É que, enquanto não estava rezando missas ou tomando conta da Igreja do Carmo, desenvolvia pesquisas que o levaram a formular teses revolucionárias – e surpreendentes, principalmente para aqueles que associavam a ciência a princípios malignos diabólicos. S3**

Porém, é a partir deste momento, em que Landell deixa de ser um jovem curioso e transforma suas experiências nos inventos mais importantes produzidos no Brasil até então, que **começam a aparecer mistérios e contradições em sua trajetória. S4**

“As contradições só evidenciam o quanto Landell foi brilhante. Foi perseguido, mas ao mesmo tempo chegou a ser nomeado monsenhor, o que deixa claro que, apesar de tudo, continuava sendo muito respeitado pela Igreja. Como ele conseguia, ao mesmo tempo, manter a fé e se dedicar à ciência, acreditar em Deus e ser um materialista, e isso naquela época? E por que a Igreja o respeitava e o nomeou monsenhor mesmo tendo consciência de suas pesquisas e inclusive do flerte que posteriormente ele teve com o espiritismo? A única explicação possível para tudo isso é a sua inteligência. Landell foi um homem muito à frente do seu tempo”, sentencia o pesquisador Gervásio Rodrigo Neves, presidente do Instituto Histórico e Geográfico do RS, onde está guardada a maior parte dos documentos pessoais do padre-cientista. **S20**

O ocultamento de muitos de seus documentos, uma reclamação de pesquisadores e familiares, é justificado como uma forma de proteção, por parte do próprio Landell, e como perseguição da Igreja, que não desejava tornar pública a vida e as descobertas científicas de seu religioso:

Diante da incompreensão, Landell decidiu tomar precauções. Landell e também a própria Igreja. O padre que antes tinha muito da sua rotina documentada em anotações pessoais e nos livros das paróquias nas quais atuou passou a ocultar – e ter ocultados por parte da Igreja – alguns de seus passos. Um exemplo foram suas visitas ao Instituto Histórico e Geográfico do RS, do qual foi fundador e membro efetivo. “Nos arquivos do IHGRS e nas

atas das reuniões da instituição não há registros de sua presença, mas é impossível que ele não tenha freqüentado o instituto”, diz Gervásio Neves, diretor do IHGRS. “O que acontece é que ele enfrentava a má vontade do monsenhor Mariano da Rocha, que também era membro do IHGRS e sempre ficava em seu pé, como uma sombra, controlando seus passos”. S21

O repórter menciona a existência de objetos e documentos de Landell de Moura na Cúria Metropolitana de Porto Alegre. Quando entrou em contato com a instituição para obter este dado, foi-lhe dada oportunidade de realizar pesquisas no local, mas ele não julgou necessário. No texto, indica estes documentos como sendo aqueles que os familiares e pesquisadores reclamam como os a que nunca tiveram acesso.

Há objetos e documentos de Landell na Cúria Metropolitana, em Porto Alegre – documentos que seus familiares e todos os pesquisadores reclamam nunca terem acesso permitido –, além de mais de 4.500 páginas manuscritas nos arquivos do IHGRS. S23

Entre os documentos que a Igreja poderia ter ocultado, estariam imagens da aura humana. De acordo com Hamilton Almeida (2006, p. 139), em 1907, Landell de Moura teria descoberto o efeito Kirlian, que assim ficaria conhecido décadas mais tarde, e conseguido, até mesmo, fotografá-lo. Ignácio Landell de Moura, sobrinho do sacerdote, teria dito que, quando da morte do tio, achou entre seus pertences uma porção de chapas fotográficas. Teria mandado ampliar e visto *coisas misteriosas*. “Inocente, levou todo aquele material a um padre, que imediatamente o recolheu e nunca mais o devolveu, alegando que aquilo poderia *comprometer a Igreja*. Décadas após o falecimento do seu tio, Ignácio ainda fez buscas na Igreja, mas nunca mais se soube do paradeiro das tais fotos”, relata Almeida (2006, p. 143). O jornalista ouve uma sobrinha-neta do padre-cientista, que confirma a existência das imagens. Depois do depoimento do familiar, a voz que aparece é do próprio jornalista, questionando se seria a Igreja a responsável pelo desaparecimento das fotos. Embora a experiência do sobrinho Ignácio não esteja presente na matéria, é clara a interferência do texto de Almeida, principal intertexto desta reportagem, na inferência do jornalista. Ele lança um questionamento que ganha caráter original, mas tem amparo em informações e

indagações já levantadas, segundo ele, *pelos pesquisadores*. Confira a seqüência discursiva:

“Ele tinha fotos da aura das pessoas, mas não se sabe onde essas fotos foram parar”, atesta sua sobrinha-neta Maria do Carmo Landell de Moura Porto. **Teria a Igreja as ocultado assim que o padre morreu?**

É nisso que acreditam os pesquisadores. S26

O depoimento de Almeida, coletado através de entrevista por telefone, referenda a informação. O pesquisador diz ter procurado a Igreja, através de diferentes pessoas, mas ninguém teria se disposto a se manifestar:

“A Igreja praticamente não fala sobre Landell. Tentei contato com diversas pessoas, mas ninguém quer dizer nada”, relata Hamilton. **S26**

A sobrinha-neta, Maria do Carmo, também salienta a existência de documentos e objetos, aos quais não teve mais acesso:

“O certo é que, além destas fotos, havia muitos outros objetos e inventos dele na Igreja do Rosário quando ele morreu. E a família não ficou com nada disso”, protesta Maria do Carmo, que é filha de Guilherme Landell, sobrinho do padre e, entre outras coisas, responsável por cuidar de seus restos mortais principalmente depois de uma tentativa de roubo de seu caixão (*p. 181*) – “na certa por parte de algum espírita ou de alguém que tenha ligações com o espiritismo; a quem mais o corpo dele poderia interessar?”, pergunta Maria do Carmo. **S26**

A relação, ao mesmo tempo, de respeito e conflito que Landell de Moura empreendeu com a Igreja, ao longo de sua vida, é o núcleo desta formação discursiva. Embora diferentes locutores tenham suas vozes manifestadas no texto, não há conflito entre suas opiniões. Os recortes textuais compõem um tecido coeso, do qual se depreendem as seguintes constatações:

- a combinação de duas ocupações tão distintas como padre e inventor, em um período em que a distância entre Igreja e ciência era ainda mais alargada do que hoje, rendeu a Landell de Moura uma biografia repleta de contradições;
- em virtude disso, sua relação com a Igreja é bastante tensa;

- ela teria tentado sufocar suas pesquisas, seja negando auxílio a sua execução, seja ocultando documentos importantes que poderiam servir como ponto de partida para investigações futuras;
- embora não concordasse com seus inventos, a Igreja respeitava o padre, por sua inteligência, por ser um homem à frente do seu tempo.

3.2.1.2.2 O inventor

As invenções de Landell de Moura, embora não reconhecidas, são o mote da matéria. Sua coragem, ousadia e persistência são ressaltadas, já que seus empreendimentos se deram em um período em que a ciência era pouco valorizada e ele próprio, muitas vezes, não era levado a sério. Grande parte das informações a respeito do assunto, publicadas na matéria, são oriundas da biografia assinada por Hamilton Almeida. As páginas estão indicadas entre parênteses, em itálico, nas seqüências discursivas:

Roberto Landell de Moura se dedicou a algo absolutamente inovador àquele tempo: a transmissão de ruídos, sobretudo da voz humana – e, posteriormente, de imagens – via ondas eletromagnéticas. Mais que isso, foi precursor no estudo de tecnologias como o rádio e a televisão (p. 82). S5

Aos 16 (p. 27), inventou um composto para extrair a cárie dos dentes, necropsiou um gato e construiu um telefone – apenas um ano após o aparelho ter sido inventado por Graham Bell. S6

Porém, é a partir deste momento, em que Landell deixa de ser um jovem curioso e **transforma suas experiências nos inventos mais importantes produzidos no Brasil até então**, que começam a aparecer mistérios e contradições em sua trajetória. **S7**

A fala do padre, uma reprodução do texto originalmente publicado no livro de Almeida, tem espaço na matéria:

A primeira dessas contradições é justamente a transmissão da voz humana por meio de ondas de rádio, ou seja, sem o auxílio de fios condutores. [...] **“Todo movimento vibratório que pode ser transmitido através de um fio condutor poderá ser transmitido através de um feixe luminoso; e, por esse mesmo fato, poderá ser transmitido sem o concurso deste agente”**, escreveu em seus diários, para concluir, adiante: **“Dai-me um movimento vibratório**

tão extenso quanto a distância que nos separa de outras terras que rolam sobre as nossas cabeças ou sob os nossos pés e eu farei chegar a minha voz até lá” (p. 35). S8

Embora não haja provas concretas de que Landell de Moura foi, realmente, o inventor do rádio, a matéria apresenta uma série de argumentações que acabam por constituir esta afirmação:

Entre 1893 e 1894, Landell teria feito a primeira transmissão radiofônica da voz humana, numa distância de cerca de 8 quilômetros entre dois dos pontos mais altos da cidade de São Paulo: o morro de Sant’Anna e a Av. Paulista. “Teria” porque, conforme o jornalista Hamilton Almeida (p. 37), que pesquisa a vida do sacerdote há 30 anos e que acaba de lançar *Padre Landell de Moura – Um herói sem glória* (Ed. Record), não há provas concretas de que esta transmissão realmente tenha acontecido. “Há indícios”, aponta Hamilton, “como cartas publicadas em jornal de pessoas que teriam testemunhado o fato, além das afirmações de Ernani Fornari, que, com base em depoimentos, diz textualmente que esta transmissão ocorreu”. S10

Isso significa que, para considerar o padre Landell o verdadeiro inventor do rádio, seria preciso, antes, provar que seu radiotransmissor de fato operou entre 1893 e 1894? Aí é que está: pesquisadores como Hamilton, Fornari, José Marques, Ronaldo Mourão e César Augusto acreditam que, mesmo as transmissões testemunhadas e devidamente documentadas em 1900 são indiscutivelmente as primeiras a operar com a voz humana. Para eles, são essas transmissões, na verdade, o marco inicial do rádio. “Marconi usou a tecnologia do Código Morse, o que permitiu que ele transmitisse inicialmente apenas ruídos à distância. **A voz humana, Marconi só conseguiu transmitir muitos anos depois de Landell**”, explica Luiz da Silva Netto, professor que há anos se tornou um dos principais divulgadores do trabalho do padre-cientista gaúcho. “Nem Popov, que muitos livros russos afirmam ter realizado uma transmissão de ruídos via Código Morse em 1895, portanto, antes de Marconi, conseguiu transmitir a voz humana sem o auxílio de fios. **Landell foi indiscutivelmente o inventor do rádio**”, afirma. S20

Alguns destes manuscritos chegaram a ser analisados recentemente por técnicos da Telebrás, em – ironia do destino – Campinas. Suas conclusões permitiram a Hamilton Almeida escrever, em *Padre Landell de Moura – Um herói sem glória*, que o cientista gaúcho “não apenas inventou o rádio, mas também o teletipo, ou ‘máquina de escrever à distância’, além de ter sido o primeiro cientistas a projetar o controle remoto e a desenhar um mecanismo de transmissão e recepção de imagens, ou seja, a televisão”. **O aparelho que enviava e recebia imagens foi projetado por Landell em agosto de 1904 e se chamava “telephotorama”. Só que, sem patrocínio e tendo de se esconder, o padre não pôde colocá-la em prática – e seu nome, ainda mais que no caso do rádio, acabou esquecido também entre os precursores de inventos como a televisão.** S24

Na S10, Almeida afirma que “há indícios” de que Landell de Moura tenha realizado, realmente, a primeira transmissão de rádio, recorrendo, inclusive ao livro de Ernani Fornari, **O incrível Padre Landell de Moura** (S10). Mais adiante (S20), o jornalista lança mão das posições de Almeida, Fornari, José Marques de Melo, Ronaldo Mourão e César Augusto dos Santos, os quais acreditam que as transmissões testemunhadas e documentadas em 1900 são, “indiscutivelmente”, as primeiras a operar com a voz humana. Há uma contradição evidente entre o depoimento de Almeida na S10, quando salienta a existência de *indícios* para a confirmação de Landell de Moura como autor da primeira transmissão de rádio, e na S20, quando entra no grupo dos que crêem *indiscutivelmente* na mesma. É importante ressaltar que, na S10, ele se refere a transmissões que teriam acontecido entre 1893 e 1894, não documentadas, e, na S20, comenta as transmissões datadas de 1900, estas, sim, registradas. Porém, nas duas passagens, embora tratando de datas distintas, o texto remete às “primeiras transmissões”, o que gera uma certa confusão. Em seu livro, Almeida ressalta (2006, p. 311): “Não afirmo com absoluta certeza que o Padre Landell foi pioneiro na telegrafia sem fio, antes de Marconi. Pode ser que tenha sido. Há indícios que apontam que ele se antecipou a Marconi. Estou convencido, entretanto, de que ele foi pioneiro na invenção do rádio”. A confirmação da tese, através do texto, se dá, no entanto, na voz de Luiz da Silva Netto, que afirma ser o padre-cientista, “indiscutivelmente”, o inventor do rádio. Esta posição é corroborada pelo autor da matéria, que a coloca em destaque em relação ao restante do texto. O termo “indiscutivelmente”, como se vê, aparece por duas vezes seguidas no mesmo parágrafo, reforçando a mesma afirmação, através de fontes diferentes. Um exemplo claro de múltiplos locutores resumidos em um único enunciador.

Depoimentos de pessoas que conviveram com Landell de Moura, retirados da obra de Almeida, ajudam a compor o perfil do inventor, com elementos recheados de exotismo:

Outros contemporâneos do padre-cientista afirmam que, ***em determinadas missas, ele rezava acompanhado por “uma caixa preta falante”, através da qual, de vez em quando, podia-se ouvir uma voz conversar com Landell em italiano.*** “A caixinha devia ter uns 20 centímetros de largura por 10 de altura, e ele quase sempre a mantinha em seu bolso”, relata o mesmo ex-coroinha (p. 127). **Não**

deixava ninguém se aproximar dela. “Certa vez, eu e outro coroinha conseguimos entrar em seu quarto. Apertamos alguns botões da caixinha quando, de repente, ela começou a falar em italiano. Então Landell chegou bravo: **‘O que vocês estão fazendo aí? Vocês estão falando com Marconi!’**. Outra vez, numa missa – já demonstrando sua vertente rebelde e esquerdista? –, o inventor afirmou: **“Ontem, à meia-noite, na Itália, estourou uma revolução de empregados que querem aumento de salário”**. Tecnicamente, era impossível ter a notícia com tal rapidez. **“Mas, dois dias depois”,** relata Hamilton, **“a revolução dos assalariados chegou aos jornais”** (p. 128). **S30**

A reportagem encerra com questionamentos acerca dos inventos de Landell de Moura, deixando claro o pouco que se sabe sobre ele e o muito que há a ser descoberto:

Teria um padre gaúcho estabelecido comunicação com a Itália via ondas eletromagnéticas na primeira década do século 20? E o que mais ele teria escondido? O que mais Roberto Landell de Moura inventou, e poderia ter inventado, além do rádio? São perguntas que só evidenciam que, por mais que livros novos como *Padre Landell de Moura – Um herói sem glória* cheguem ao mercado, ainda se sabe muito pouco sobre um dos maiores inventores brasileiros do século 20 (p. 311). **S32**

Neste trecho, também, fica evidente que a matéria está impregnada pela obra de Almeida. Abaixo, um dos parágrafos finais do livro, que dialoga com o desfecho da reportagem (S32).

Uma biografia de Roberto Landell de Moura nunca parece completa. Há períodos de sua vida em que a documentação é razoável. Em outros, a maioria, é escassa. O que padre Landell fez em 1892? Ou em 1897? Às vezes, só se sabe onde ele estava. Nada mais. Essas lacunas não impedem que se vislumbre a sua genialidade, ímpar. Uma prova definitiva das suas primeiras experiências ainda é, no entanto, algo pendente. Teria sido em 1893? Ou em 1894? (2006, p. 311)

3.2.1.2.3 Herói sem glória

A expressão que dá título ao livro de Hamilton Almeida é, também, um dos intertítulos da matéria de capa de Aplauso. Combinado a outro, *Um mito a ser recuperado*, demonstra que a busca do reconhecimento tardio para um dos

maiores cientistas brasileiros conhecidos marca a tessitura do texto. Em um dos destaques da reportagem, o jornalista comenta:

Enquanto as pesquisas não chegavam a público, tudo bem. Quando chegaram... S9

O problema, então, não era apenas divulgar seu trabalho, mas, mais ainda, conquistar o apoio da sociedade, do governo, da Igreja. Saber que um sacerdote era capaz de avançar na ciência, fazer descobertas fora do âmbito religioso, escandalizou algumas pessoas. As seqüências 13 e 14 reforçam a incompreensão a que foi submetido Landell de Moura e o pouco caso com que foi tratado à época.

Mas nada disso fez Landell desistir. Mais ou menos pela mesma época, lá foi ele ao Rio de Janeiro pedir à Igreja subvenção para levar suas pesquisas adiante. Não conseguiu, como já se podia prever – embora, conforme registros colhidos por Hamilton, tenha sido bem recebido, inclusive com a reverência de muitos. “Esta negativa da Igreja não me surpreende. Não é tarefa dela apoiar pesquisas científicas, ainda mais naquele tempo. **O que realmente é incompreensível é como o governo, empresas e outras instituições se negaram a dar qualquer suporte ao padre Landell**”, comenta César Augusto dos Santos, autor do livro **Quem Inventou o Rádio?** (Clio Editora), oriundo de sua dissertação de mestrado sobre o sacerdote (pela Universidade de Passo Fundo). **S13**

Seria o governo federal, sobretudo na primeira gestão do presidente Rodrigues Alves (1902-1906), o maior responsável não exatamente pela desistência completa de Landell, mas por obrigá-lo a levar adiante suas pesquisas apenas com recursos próprios – e muitas vezes às escondidas se não quisesse ser taxado formalmente de louco. S14

A reportagem mostra que o não-reconhecimento dos inventos de Landell de Moura prejudicou o próprio país, como se vê, abaixo. As informações iniciais da seqüência são da obra de Almeida, complementada por fala de Ronaldo Mourão e Almeida (S17). O jornalista e pesquisador José Marques de Melo salienta que, ainda hoje, poucos conhecem a contribuição de Landell de Moura. Na área da comunicação, muitos estudiosos continuam publicando livros sobre rádio sem sequer mencioná-lo (S18). O jornalista ilustra com a citação de obra sobre invenções da história, que, como muitas outras, ignora a existência do padre.

Ironicamente (p. 112), no mesmo ano, o Brasil pagou a empresas estrangeiras para instalar a tecnologia de telefonia sem fio – semelhante à desenvolvida por Landell – em navios da Marinha. “Foi uma atitude que demonstra como temos mais facilidade em reconhecer a genialidade de estrangeiros, como vivemos num regime de colonialismo intelectual”, comenta Mourão. “O Brasil tinha um gênio que poderia ter-nos concedido a patente do rádio – para não falar do que ele desenvolveria mais tarde, pesquisas igualmente inovadoras sobre a transmissão de imagens via ondas eletromagnéticas, entre outras coisas. Mas não, não o reconhecemos. Perdemos o bonde da história. E, pior, não o reconhecemos até hoje”, acrescenta Hamilton Almeida. S17

Pior que a falta de reconhecimento à sua época, é a falta de reconhecimento posterior. “Até se entende que, naquele tempo, ele tenha sido incompreendido. O que é um absurdo é que até hoje nossa história não o reconheça devidamente. Cientistas e pesquisadores continuam lançando livros que simplesmente não mencionam Landell como um precursor nem mesmo quando se trata da história do rádio”, protesta o professor da USP José Marques de Mello, presidente da Rede Alfredo de Carvalho, cujo objetivo é recuperar heróis brasileiros esquecidos. “E é fundamental que se recupere a trajetória de pesquisadores como Landell. Nossa história é estereotipada, marcada por mitos. Quem não vira mito, como foi o caso dele, acaba esquecido”. S18

Um exemplo de que, mesmo para muitos especialistas, Landell permanece um desconhecido está no recém lançado livro *As 100 Maiores Invenções da História*, do americano Tom Philbin (Ed. Difel). Quando fala do rádio, Philbin cita o escocês Maxwell, o alemão Hertz, o inglês Lodge e o russo Popov, todos como precursores do italiano Guglielmo Marconi, “que usou as idéias desses outros e as reuniu em seu primeiro ‘radiotelégrafo’”, cujas transmissões iniciais datam de 1896 – quatro anos antes das transmissões públicas reconhecidas de Landell, mas dois ou três anos após aquelas que teriam sido suas primeiras transmissões. S19

Em outros dois momentos da matéria, o jornalista sublinha o esquecimento a respeito das pesquisas de Landell de Moura. Na S24, inclusive, o tema aparece como destaque.

As teses sobre os passos que Landell deu a partir da primeira década do século 20 até a sua morte, em 1928, só não são mais diversas e reveladoras justamente porque, **mesmo na comunidade científica e na própria história das comunicações, o padre continua sendo menos lembrado do que deveria.** S22

O aparelho que enviava e recebia imagens foi projetada por Landell em agosto de 1904 e se chamava “telephotorama”. Só que, sem patrocínio e tendo de se esconder, o padre não pôde colocá-la em prática – e seu nome, ainda mais que no caso do rádio, acabou esquecido também entre os precursores de inventos como a televisão. S24

E é com essa idéia que o autor encerra a reportagem, trazendo uma síntese das diferentes vozes que se manifestaram ao longo do texto, de forma orquestrada.

Teria um padre gaúcho estabelecido comunicação com a Itália via ondas eletromagnéticas na primeira década do século 20? E o que mais ele teria escondido? O que mais Roberto Landell de Moura inventou, e poderia ter inventado, além do rádio? **São perguntas que só evidenciam que**, por mais que livros novos como **Padre Landell de Moura – Um herói sem glória** cheguem ao mercado, **ainda se sabe muito pouco sobre um dos maiores inventores brasileiros do século 20** (p. 311). S33

É unânime entre os entrevistados que Roberto Landell de Moura não teve o reconhecimento que deveria, seja em sua época, seja nos dias atuais. Obviamente, estamos diante de um fato – que poderia se mostrar controverso, caso fossem entrevistados, por exemplo, autores de livros contemporâneos sobre rádio que não mencionem o cientista. Em recente encontro de pesquisadores em comunicação, percebemos o desconhecimento a respeito de suas contribuições pelos próprios brasileiros. Em aula sobre Teoria do Jornalismo, no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUCRS, o professor português Jorge Pedro Sousa perguntou à turma quem havia sido o inventor do rádio. Os alunos responderam, em coro: “Marconi”. Apenas um fez referência a Landell de Moura. Ou seja, há muitas informações desencontradas a respeito do assunto, em um mosaico de dados que compõe o conhecimento geral acerca dele, caracterizado pela multiplicidade de olhares e percepções. A matéria traz essa idéia, de certa forma, ao evidenciar especialistas que reconhecem os inventos de Landell de Moura e trabalham para divulgá-lo, mas relatam seu esquecimento por parte da sociedade e de muitos acadêmicos. No entanto, na construção discursiva, esses diálogos apontam a mesma direção.

3.2.1.2.4 Perseguido

Além da falta de reconhecimento, o texto ressalta as perseguições as quais Landell teria sofrido. A S12 traz depoimento de Hamilton Almeida cruzado com relato de Ernani Fornari, retirado do livro do primeiro.

Outro indício foi a própria repercussão do experimento em Campinas, para onde Landell voltou após realizar a suposta transmissão na capital paulista. **Conforme Hamilton Almeida, a imprensa da cidade registra pelo menos um tumulto envolvendo o padre-cientista numa casa de comércio. Mais que isso, dois dias após a sua volta, tendo repercutido a notícia de que “Landell conseguiu conversar mais de uma vez com pessoas colocadas a quilômetros de distância”, alguns fiéis invadiram seu improvisado laboratório e destruíram todos os seus aparelhos, ferramentas e utensílios, entre eles o precioso radiotransmissor que, se realmente foi utilizado entre 1893 e 1894, fez a primeira transmissão radiofônica do planeta. Fornari, que relata detalhadamente o ocorrido em seu livro, chama esses fiéis de “desvairados, bando de energúmenos” (p. 38). S12.**

O presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Gervásio Neves, também aparece como fonte em relação ao tema, já que, embora tenha sido fundador e membro efetivo da instituição, o nome de Landell de Moura não aparece em seus documentos – o motivo seria uma rixa pessoal com outro religioso, também membro do IHRGS.

Diante da incompreensão, Landell decidiu tomar precauções. Landell e também a própria Igreja. O padre que antes tinha muito da sua rotina documentada em anotações pessoais e nos livros das paróquias nas quais atuou passou a ocultar – e ter ocultados por parte da Igreja – alguns de seus passos. Um exemplo foram suas visitas ao Instituto Histórico e Geográfico do RS, do qual foi fundador e membro efetivo. “Nos arquivos do IHGRS e nas atas das reuniões da instituição não há registros de sua presença, mas é impossível que ele não tenha freqüentado o instituto”, diz Gervásio Neves, diretor do IHGRS. “O que acontece é que ele enfrentava a má vontade do monsenhor Mariano da Rocha, que também era membro do IHGRS e sempre ficava em seu pé, como uma sombra, controlando seus passos”. S21

Não há informações conflitantes ou pontos de vista antagônicos a esta formação discursiva. As fontes lançam perspectivas muito similares, através de fatos diferentes. Há, sim, origens e olhares diversos, mas localizados no mesmo pólo.

3.2.1.2.5 Louco

Outra faceta de Landell de Moura evidenciada pela reportagem é a pecha de louco. Por enveredar-se por temas como o exorcismo, como se verá adiante,

estudar a aura humana e especialmente, comunicar-se com uma “caixa preta” – o rádio, o padre foi, muitas vezes, tachado de louco. Alguns acreditavam que ele teria parte com o diabo.

A S15 traz depoimento de Ronaldo Mourão, colhido em entrevista por telefone e complementado com prefácio da obra de Almeida, assinado por ele. Na S28, aparece um depoimento de um ex-coroinha, também publicado no livro. Embora venham da mesma fonte, poderiam representar mais de um enunciador, se situados em *lugares* diferentes, trazendo posições antagônicas. No entanto, os dois relatos reforçam a mesma idéia, demonstram que, em diversos momentos da vida e por várias pessoas, Landell de Moura foi encarado como louco.

Seria o governo federal, sobretudo na primeira gestão do presidente Rodrigues Alves (1902-1906), o maior responsável não exatamente pela desistência completa de Landell, mas por obrigá-lo a levar adiante suas pesquisas apenas com recursos próprios – e muitas vezes às escondidas **se não quisesse ser taxado formalmente de louco.**

Informalmente, ele foi [taxado de louco]. E pela própria cúpula do governo. Em 1905, cansado de pleitear ajuda e já tendo feito pelo menos uma demonstração pública da eficácia de seu radiotransmissor – em 1900, sob o testemunho de diversas autoridades e o registro dos principais veículos de imprensa brasileiros –, Landell estava de volta de uma passagem pelos EUA. Viajara com recursos próprios, para obter, do governo daquele país, patentes de alguns de seus inventos – o radiotransmissor entre eles. **Conseguira, a muito custo, ser recebido por Rodrigues Alves.** No encontro, solicitara dois navios para demonstrar o alcance de seus já patenteados inventos. Quem conta é o astrônomo carioca Ronaldo Mourão (*prefácio da obra de Almeida*), autor do referencial *Dicionário Enciclopédico de Astronomia* e pesquisador empenhado em alçar o padre-cientista gaúcho ao patamar dos grandes inventores: “O presidente ficou interessado em atender ao pedido de Landell. Determinou que um de seus oficiais de gabinete se ocupasse do assunto e procurasse saber a que distância desejava o padre que estivessem os dois navios. Ao solicitar a informação, o oficial recebeu a seguinte resposta de Landell: ‘A distância máxima possível. A que quiserem ou puderem. Meus aparelhos podem estabelecer comunicação com quaisquer pontos do planeta, o mais afastado que estejam uns dos outros. Isto atualmente, porque no futuro servirão até mesmo para comunicações interplanetárias’. **O oficial olhou-o de alto a baixo, dizendo que iria transmitir a informação ao presidente. Chegando no Palácio, confidenciou: ‘Excelência, o tal padre é totalmente maluco. Imagine que me chegou até a me falar de conversar com habitantes de outros planetas’.** No dia seguinte, uma carta muito amável foi enviada pela secretária da Presidência da República informando que, naquele momento, era impossível atender ao pedido”. **S15**

O folclore em torno de Landell é realmente grande: por todas as paróquias em que atuou adquiriu a fama de “esquisito” e “bruxo”. Pessoas que conviveram com o padre e que foram

entrevistadas por Fornari e Hamilton referem-se a ele como **dono de hábitos incomuns**. “**Contava-se que ele era um louco e, mais que isso, que tinha parte com o diabo. Acreditava-se que era espírita**.” Padre Landell tocava as beatas da Igreja. Mandava-as cuidar de seus maridos, ao invés de ficarem só na Igreja. Também agia com senso de humor: chamava um coronel da cidade de frango d’água”, relata um de seus ex-coroinhas, no tempo em que Landell esteve em Mogi das Cruzes (SP) (p. 126). **S28**

Ou seja, além de não ter suas pesquisas reconhecidas e ser perseguido por causa delas, sua inteligência e suas contribuições científicas teriam sido encaradas como uma doença mental. Constrói-se, assim, um personagem *outsider* – ele é inovador, está à frente de seus contemporâneos em muitos aspectos, mas, por isso mesmo, é posto à margem. O reconhecimento tardio, que, em parte, é conferido a figuras assim, ainda não é totalmente uma realidade para Landell de Moura. Embora alguns pesquisadores já tenham lançado livros, publicado artigos e disseminado informações a respeito de suas descobertas na Internet, o pioneirismo de seus inventos está longe da unanimidade.

3.2.1.2.6 Espiritismo

Sob o intertítulo *Flerte com o espiritismo*, o jornalista arrola algumas experiências do padre-cientista que poderiam, de certa forma, ligá-lo a esta religião. São atividades como o exorcismo – prática comum ao catolicismo, e a descoberta da aura humana. Embora não haja uma relação direta entre estas ações e o espiritismo, o termo aparece claramente no depoimento de um ex-coroinha do padre, retirado da obra da Almeida (S29). O jornalista atribui o desenvolvimento de pesquisas nesta área às desilusões às quais Landell de Moura fora submetido – as mesmas que o teriam levado a apoiar movimentos políticos contestatórios, como veremos a seguir. As informações utilizadas nesta seqüência (25) são oriundas do livro de Almeida (exorcismo e efeito Kirlian) e das entrevistas com Gervásio Neves (participação política) e com a sobrinha-neta Maria do Carmo Landell de Moura, cuja referência está explícita. A familiar acredita, também, que seriam espíritas os responsáveis pela tentativa de roubo do caixão do tio avô (S27).

E tem mais. **As decepções a que fora submetido – por parte do governo e da Igreja – teriam levado Landell a apoiar movimentos políticos de contestação, como a Coluna Prestes (leia quadro na página ao lado), além de desenvolver pesquisas num campo particularmente delicado para os católicos: o espiritismo. Atribui-se a ele a atividade de exorcista, confirmada por amplas anotações pessoais, e também a descoberta do chamado Efeito Kirlian, espécie de aura de energia que envolve cada corpo humano e que, conforme as conclusões de Landell, pode ser fotografada. “Ele tinha fotos da aura das pessoas, mas não se sabe onde essas fotos foram parar”, atesta sua sobrinha-neta Maria do Carmo Landell de Moura Porto. Teria a Igreja as ocultado assim que o padre morreu?** S25

“O certo é que, além destas fotos, havia muitos outros objetos e inventos dele na Igreja do Rosário quando ele morreu. E a família não ficou com nada disso”, protesta **Maria do Carmo, que é filha de Guilherme Landell, sobrinho do padre e, entre outras coisas, responsável por cuidar de seus restos mortais principalmente depois de uma tentativa de roubo de seu caixão (p. 181) – “na certa por parte de algum espírito ou de alguém que tenha ligações com o espiritismo; a quem mais o corpo dele poderia interessar?”**, pergunta Maria do Carmo. S27

“Contava-se que ele era um louco e, mais que isso, que tinha parte com o diabo. **Acreditava-se que era espírito.** Padre Landell tocava as beatas da Igreja. Mandava-as cuidar de seus maridos, ao invés de ficarem só na Igreja. Também agia com senso de humor: chamava um coronel da cidade de frango d’água”, relata um de seus ex-coroinhas, no tempo em que Landell esteve em Mogi das Cruzes (SP) (p. 126). S29

A afirmação de que Landell teria ligação com o espiritismo tem caráter especulatório. Isso fica claro no intertítulo, que utiliza a palavra *flerte*, evidenciando uma relação superficial, e na escolha do tempo verbal – o futuro do pretérito: As decepções que *teriam* levado Landell de Moura a investir nesta área; quem mais, além dos espíritas, *poderia* se interessar por seu corpo depois de morto. Além disso, quando menciona o exorcismo, o jornalista utiliza a seguinte frase: “Atribui-se a ele a atividade de exorcista”. Embora complete a frase salientando que a informação é confirmada por muitas anotações pessoais, ele mantém a afirmação na terceira pessoa do singular, conferindo impessoalidade ao discurso. Na obra de Almeida, um capítulo é dedicado ao exorcismo e outro ao efeito Kirlian, com dados que constituem o intertexto latente desta formação discursiva. A entrevista que aparece como sendo a de um ex-coroinha do padre é uma prova concreta disso. O depoimento não foi dado ao jornalista, mas a Almeida, embora não haja uma referência clara na matéria. Os entrevistados foram Carmine Porcelli, que, segundo o autor (2006, p. 126), integrou o coro da

igreja, quando garoto, e Benedicto Olegário Berti, ex-coroinha de Landell. Na matéria, no entanto, suas falas aparecem como sendo de uma mesma pessoa.

Explicitamente, nesta FD, temos duas vozes: a sobrinha-neta e o ex-coroinha. Desconstruindo o texto, podemos observar a interferência de outros atores: Hamilton Almeida, através de sua obra; Gervásio Neves, por meio de sua fala sobre as incursões políticas de Landell de Moura; Carmine Porcelli, integrante do coro da igreja; e Benedicto Olegário Berti, ex-coroinha; estes últimos com depoimentos reproduzidos do livro de Almeida. Este coro traz uma única afirmação, mesmo que esta não seja enfática, apenas especulativa: Padre Landell de Moura teria, em algum momento de sua vida, investido em experiências ligadas ao espiritismo. Através de relatos diversos, fortalece-se a hipótese levantada na matéria.

3.2.1.2.7 Participação política

O engajamento político do padre é, de acordo com o jornalista, a novidade da reportagem – o restante das informações esteve disponível aos repórteres que trataram do lançamento do livro de Almeida em outras publicações. Os dados a respeito do assunto, ele os obteve em entrevista com o presidente do IHGRGS, Gervásio Neves, na própria instituição. Em pesquisa sobre a Coluna Prestes, Neves teria encontrado uma foto dos revolucionários do movimento, em Foz do Iguaçu, na qual estaria, também, Landell de Moura. Sobre ela, escreveu um artigo ao qual o jornalista teve acesso e de onde tirou a maioria das informações publicadas em *box* sobre o tema.

Esta faceta do padre-cientista ainda não havia aparecido através das demais fontes consultadas. Por este motivo, ganha uma página inteira da matéria, sob o título *Revolucionário também na política?*, além de algumas menções ao longo da reportagem, como as duas SDs abaixo:

E tem mais. **As decepções a que fora submetido – por parte do governo e da Igreja – teriam levado Landell a apoiar movimentos políticos de contestação, como a Coluna Prestes** (*leia quadro na*

página ao lado), além de desenvolver pesquisas num campo particularmente delicado para os católicos: o espiritismo. **S24**

Outra vez, numa missa – **já demonstrando sua vertente rebelde e esquerdista?** –, o inventor afirmou: “Ontem, à meia-noite, na Itália, estourou uma revolução de empregados que querem aumento de salário”. Tecnicamente, era impossível ter a notícia com tal rapidez. “Mas, dois dias depois”, relata Hamilton, “a revolução dos assalariados chegou aos jornais” (p. 128). **S31**

Nos dois casos, o locutor é o próprio jornalista. É ele quem afirma os motivos que teriam levado Landell a apoiar movimentos políticos de contestação e questiona se a fala do padre sobre uma revolução de empregados na Itália, durante uma missa, seria uma demonstração de sua *vertente rebelde e esquerdista*. De certa forma, ele prepara o leitor, no decorrer do texto, para o *box* a respeito do assunto. Ele instiga o leitor a buscar mais informações sobre esta característica do personagem, praticamente desconhecida e revelada pela revista. No *box*, escreve:

Em pesquisa sobre a Coluna Prestes e a revolução de 1924, ele [Gervásio Neves] se deparou com uma **misteriosa fotografia dos revolucionários da coluna (abaixo) que ocupavam a cidade de Foz do Iguaçu (PR). Embora o estado de conservação da foto seja precário, é possível identificar a presença de Landell entre o general Bernardo Padilha, o coronel Mendes Teixeira e o capitão Djalma Dutra. A primeira edição do livro *Marchas e Combates – a Columna Invicta e a Revolução de Outubro*, do ex-secretário da Coluna Prestes Lourenço Moreira Lima (Livreria do Globo, Pelotas, 1931), que publica a fotografia, confirma textualmente que se trata do mesmo padre-cientista que fora repreendido pela Igreja católica e não recebeu apoio do governo. *Teriam sido estas reações tanto da Igreja quanto do poder público motivadoras da rebeldia – também política – de Landell?***

Indícios levam a crer que sim. A segunda edição do mesmo livro (Brasiliense, São Paulo, 1945) exclui esta e também outras imagens – que poderiam ser “comprometedoras” para alguns personagens presentes, sobretudo personagens públicos identificados com instituições como a Igreja. “Além disso”, pergunta o professor Gervásio, “se ele não estava em Foz do Iguaçu, estaria onde?

Em seus documentos, cuja grande maioria não são datados, nada foi encontrado sobre a revolução de 1924. Entretanto, segundo as biografias até agora elaboradas, Landell desaparece nesse período, identificado como de um vazio sobre o cientista. S34

Às informações apresentadas por Neves, o jornalista cruza outras publicadas no livro de Almeida, sobre as ações de Landell de Moura no período em questão. Segundo ele, trata-se de espaço de tempo praticamente vazio nas

biografias sobre o padre-cientista. Além disso, Almeida registra que, no dia 25 de março de 1924, o vigário geral teria pedido explicações sobre as últimas práticas de Landell na Igreja do Rosário.

Hamilton Almeida registra que, em 25 de março de 1924, o vigário geral, Monsenhor Mariano, pediu explicações sobre as últimas práticas de Landell na Igreja do Rosário. **“O vigário ordenou-lhe que se abstivesse de fazer apreciações no púlpito ou na igreja sobre ‘aquela devoção’ e observou que não convinha que fizesse apreciações sobre política em suas práticas em igreja”. As ligações do padre com a política – ou com “aquela devoção” à qual se refere o vigário – tornam-se ainda mais misteriosas após uma conferência nos arquivos da Igreja do Rosário.** O livro que registra o dia-a-dia da paróquia revela que, em 1º de setembro de 1923, Landell obteve três meses de licença para tratar da saúde em Poços de Caldas (MG) (p. 158). Depois disso, a única informação disponível é de uma nova licença, obtida em 19 de março de 1926, desta vez para ir a Caxambu (MG). **“As tropas rebeldes, sob o comando de Juarez Távora, ocuparam Foz do Iguaçu em 26 de setembro de 1924 e saíram de lá a partir de 28 de março de 1925. A foto não pode ser de outro período. E é exatamente este o período do vazio, do lapso de memória na biografia de Landell de Moura”,** explica Gervásio. **Vale registrar que, em quase a totalidade do tempo que passou na Igreja do Rosário, Landell teve seu dia-a-dia documentado detalhadamente neste livro. S35**

Na obra de Almeida (2006, p. 158), no entanto, há algumas informações sobre o que teria acontecido na vida de Landell em 1924. Seu sobrinho Ignácio Carvalho Landell teria encontrado-o, não se sabe em qual mês, em São Paulo, para onde teria viajado levando originais de dois livros a serem publicados, “pois as gráficas do Sul estavam muito caras”. Há, também, o relato do coroinha Euclides Moura, que não menciona a temática política, mas afirma ter trabalhado com o padre entre 1923 e 1925. Em sua fala, Moura não cita nenhum período de desaparecimento do religioso. Além disso, Almeida (2006, p. 159) afirma que, neste ano, jornalistas de Porto Alegre, procuraram-no para uma entrevista em seu gabinete, no fundo da Igreja do Rosário. Ele relutou, mas acabou concordando em falar. A entrevista foi publicada no dia 13 de novembro de 1924, como a matéria de Aplauso registra mais adiante, dando atenção ao conteúdo, mas sem relacionar a data de publicação ao local onde Landell de Moura estaria no período. Trata-se de uma pista de que, provavelmente, em novembro de 1924, Landell de Moura estaria em Porto Alegre, contrariando a hipótese de Neves. Mas esta possibilidade não aparece na matéria.

Outro fato esclarecedor foi a publicação de uma entrevista com o padre no jornal *Última Hora*, de Porto Alegre, em 13 de novembro de 1924. A conversa registra uma das poucas reclamações enfáticas de Landell direcionadas à Igreja. Discreto e sempre polido, e também muito devoto, o cientista raramente confrontou seus superiores na hierarquia religiosa – mesmo que tivesse os maiores motivos do mundo. Entretanto, nesta entrevista, segundo Hamilton Almeida, “expressava claramente seu descontentamento” ao dizer que, “por motivos inteiramente alheios à minha vontade, não pude voltar (*a Nova York, após registrar as patentes, para continuar suas pesquisas*). Tive de permanecer no Brasil, forçado também a abandonar os meus estudos experimentais e meios indispensáveis à prática dos mesmos”. ***Ao que tudo indica, os últimos meses de 1924 e os primeiros de 1925 foram tão turbulentos que fizeram aflorar ressentimentos guardados desde o início do século por Landell de Moura. S36***

Como não tem provas concretas da participação do padre na Coluna Prestes, o jornalista utiliza, em alguns momentos, o futuro do pretérito (S34 e S36) e lança mão de termos como *indícios* (S35) e expressões como *ao que tudo indica* (S36). Embora não confirme a hipótese de Neves, a reportagem enumera fatos que contribuem para sua afirmação. O destaque que a temática recebe – um *box* de uma página, somado a algumas menções ao longo da matéria – demonstra a relevância conferida a ela.

Sobre o assunto, em si, temos um único enunciador. Embora apareçam, em momentos diferentes, as falas do jornalista, de Neves e de Almeida, elas servem para corroborar a hipótese do segundo. As informações publicadas complementam-se umas às outras, mesmo que, em nenhum momento, Almeida sugira o envolvimento político efetivo de Landell. Em seu livro, inclusive, registra dados que, cruzados aos de Neves, dificultam a afirmação de que o padre teria se envolvido no referido movimento. No entanto, como não aparecem na matéria, estas informações levam Almeida a desconstituir um segundo enunciador. Os trechos do livro selecionados para a reportagem não representam um contraponto, mas auxiliam na confirmação da hipótese de Neves, mesmo que ela não se dê por completo.

No conjunto da reportagem, porém, podemos considerar esta FD como constituída por um enunciador que se difere dos demais. Enquanto, nas FDs anteriores, eram tratadas facetas já conhecidas de Landell de Moura – algumas publicadas na obra recente de Almeida, outras impressas em livros anteriores do

mesmo autor e de outros, como Ernani Fornari – quando se trata de sua participação política, temos um enunciador que fala desde outro *lugar*. Ele tem uma informação, aparentemente, privilegiada – fora o artigo de Neves, que teve pequena circulação, não se conhece outro estudo que tenha feito a mesma relação. Aplauso é o primeiro veículo de comunicação a veiculá-la. Embora não haja um conflito explícito entre os enunciadores, eles estão inseridos em perspectivas diferentes. De um lado, desenha-se o perfil do gênio incompreendido a sua época, em busca, ainda, de reconhecimento. De outro, a descoberta de uma face inesperada, que não contradiz o quadro anterior, mas também não é necessária para complementá-lo. Há diálogo, expresso, de modo polifônico, mesmo que amparado nas controvérsias acima analisadas.

3.2.1.3 Leituras

Para o estudo das leituras neste ciclo, foram entrevistados, em um primeiro momento, cinco leitores. As entrevistas, em profundidade, trataram da edição em si e abordaram globalmente a relação do indivíduo com a publicação. Uma das primeiras constatações, que viria a se repetir nos números posteriores, é que, em geral, tendo como base a amostra analisada, os leitores demoram mais de uma semana para iniciar a leitura de Aplauso, depois que ela chega em seus endereços. Por este motivo, algumas percepções a respeito da edição 76 foram colhidas durante as entrevistas acerca do número seguinte, pois era a anterior que estava viva na memória dos leitores. Houve, ainda, o caso de um leitor que foi até a redação para comentar a matéria de capa sobre Landell de Moura. Estes depoimentos também serão contemplados nesta análise, fechando em oito o número de indivíduos ouvidos a respeito desta edição. Os leitores serão indicados por intertítulos, identificados por suas iniciais.

3.2.1.3.1 J.T.F.C.

Morador de Santa Rosa, o médico J.T.F.C., 56, assina Aplauso há cerca de cinco anos. “Resolvi assinar assim que descobri a revista”, conta. A decisão foi baseada na qualidade da publicação. “Desconhecia revista com semelhante qualidade. Achava que não ia vingar, mas deu certo. Temia pela dificuldade de ela encontrar público e patrocinadores”, ressalta. Ele conheceu Aplauso na escola de música de um amigo, em Porto Alegre. Começou a ler e pediu emprestado ao amigo, que não lhe deixou levá-la. “Então, resolvi assinar”, lembra.

Para J.T.F.C., Aplauso analisa os temas de forma aprofundada, mas com apelo popular. “A mudança no formato também foi positiva. Deixou a leitura mais agradável”, elogia. Dentre os assuntos abordados, seu interesse recai, principalmente, sobre literatura e artes plásticas. “A revista traz boas reportagens. Na Bienal, sempre está presente. Fala de novos e grandes artistas. Não tem medo da polêmica”, ressalta ele, que diz ler, sempre que pode, toda a publicação. “Tenho interesse por todos os textos. Os novos escritores, as entrevistas. Ela traz uma série de vozes, pessoas que, às vezes, tu desconheces. Desperta a curiosidade, leva-nos a buscar mais informações sobre o tema, a ler determinado livro, por exemplo”, destaca. Também chamam sua atenção os textos sobre personalidades gaúchas. Na edição 76, por exemplo, foi publicada uma matéria sobre Getúlio Vargas, com perguntas de pesquisadores e historiadores para Bóris Fausto, autor de um livro sobre o presidente.

A leitura do periódico não é, para ele, um ato solitário. Costuma compartilhar com outras pessoas assuntos que o interessam: “Tenho um amigo, uma pessoa muito humilde, mas que gosta muito de ler. Ele se emocionou com a matéria sobre o Teixeira, chegou a xerocá-la. Foram abordadas situações, ali, que se desconhecia completamente”.

Considera satisfatório o tratamento dado às questões culturais pela publicação. “A gente não conhece as situações, se existe influência de algum patrocinador. Mas me parece que existe isenção, liberdade para buscar a verdade”, salienta. Um dos pontos altos da revista é, em sua opinião, a atenção

dada ao novo, ao que está ocorrendo em Porto Alegre e no estado. “Tem muita gente fazendo curta-metragem, por exemplo. Eu não conheceria essas pessoas se não fosse Aplauso. O mesmo se dá com o *rock*. Meus filhos gostam. Eu digo para eles lerem as matérias que saem sobre isso”, relata.

Na edição 76, uma das matérias que despertou seu interesse foi sobre o escritor Luiz Sérgio Metz, o Jacaré, seu amigo em Santa Maria: “Eu nem sabia que ele tinha morrido. De uma hora para a outra, não ouvi mais falar dele. Já tinha lido seus livros. Quando mostrei a revista ao meu filho, falei que conhecia o Jacaré e ele achou que era brincadeira”. A matéria de artes plásticas, sobre o pintor, gravador e desenhista Glenio Bianchetti, também chamou sua atenção. “Gosto muito de arte. Acho que a revista aprofunda bastante. Não sabia que ele era dessa turma, do Grupo de Bagé. Acabamos aprimorando nosso conhecimento com a leitura de Aplauso”, diz. Do número todo, J.T.F.C. só não leu a matéria sobre o chorinho e passou os olhos pelo texto sobre Mario Quintana.

“A primeira matéria que li foi sobre o Jacaré. Depois, parti para Landell de Moura. Tinha muita curiosidade a respeito de sua história. É como Padre Reus, temos apenas uma vaga idéia do que ele fez. Com a reportagem, pode-se entender melhor porque foi tão significativo”, avalia. Para ele, foi válido o destaque conferido à matéria. “Deu-se um espaço maior ao aspecto histórico. Foi bem colocado. É claro, não sei se não ficaram de lado outras coisas. Mas eu não sabia bem ao certo o que Landell de Moura tinha feito, não sabia de sua vida como um todo. Aplauso pega um assunto e aprofunda. É de muito bom gosto”, analisa.

Entre os temas que gostaria que Aplauso abordasse, ele sublinha a história do Rio Grande do Sul e as artes visuais. “Matérias sobre artistas jovens, curtas-metragens e *rock* de garagem também são bem-vindas. É preciso ouvir os iniciantes. Isso entusiasma as pessoas. Mas acho que a revista já tem essa preocupação”, acredita. O leitor sugere um investimento de Aplauso em crítica de televisão, e na abordagem do folclore e do artesanato sulino.

Também é interessante trabalhar com a cultura oral. No Rio Grande do Sul, alguns lugares ainda não têm luz. São assuntos

importantes a serem abordados. Poderia haver mais ousadia para procurar outros nichos. Como o litorâneo humilde usa o peixe? O que existe em Santo Antônio da Patrulha? A tradição do pé de moleque... Os jogos infantis, como eram? Procurar as raízes... Como as pessoas vivem da pesca até hoje? Como eles fazem? Como trabalham? Conheço um cara que criou 12 filhos pescando. Quais as dificuldades dessas pessoas? Será que ainda existe isso? Esse aspecto seria interessante. Daria ousadia, chamaria a atenção.

Como é a convivência do ribeirinho com os argentinos? O reduto negro de Pelotas, o que eles fazem? As reservas indígenas, como vivem? Por que bebem tanto? São coisas interessantes. Como as pessoas estão sendo alfabetizadas? Como vêem TV?

Ele aconselha, no entanto, que a revista não seja muito dura em sua auto-crítica, para não correr o risco de ficar elitista: “É uma publicação independente, deve continuar no caminho que está”. Cultura, para J.T.F.C., “é o que fica de nosso dia-a-dia, o conhecimento trazido de geração em geração, que vai se transformando. É o coroamento da condição humana”. Como exemplo, ele cita o gaúcho. “Os valores vinculados ao modo de ser do gaúcho é a cultura que nos dá”, explica. Aplauso, segundo ele, dá conta do que é possível dentro da ampla gama de temas na área cultural: “Ela absorve algumas coisas, faz o que dá, dentro de suas restrições. Há muitas mudanças em curso no mundo, há muita coisa acontecendo. Não há como abarcar tudo”.

Das mãos do médico, a revista passa também por familiares e amigos. “Sempre empresto. Ela não perde o valor com o tempo. O problema é que depois não querem mais devolver”, diz. Ao final do ano, suas edições são encadernadas, para facilitar a consulta. “Sempre tem pessoas que gostam de cultura. Mas, mesmo assim, tive receio que a revista não sobrevivesse”, conta. Pai de um arquiteto J.T.F.C., surpreendeu-se ao ver o filho sublinhando uma matéria a respeito de sua área e iniciando um debate sobre o assunto: “Nem sempre ele se interessa pela revista”.

Em seu dia-a-dia, a influência mais perceptível de Aplauso se dá no consumo de bens culturais. “Agora, vou atrás do livro da cavalgada com o Jacaré. Também já li sobre uma peça e fui assisti-la quando estive em Porto Alegre. Aqui, temos pouco teatro. É importante para saber o que acontece”, afirma. Ele lamenta que poucas pessoas em sua cidade se interessem por cultura, o que acaba

diminuindo sua possibilidade de interlocução. “Se tu vais conversar com colegas de profissão, as pessoas não querem falar sobre cultura, mas sobre o cotidiano, sobre futebol, a gostosa da TV, não se fala muito de cultura. O único espaço que temos para falar sobre isso é a Associação de Escritores da cidade”, reclama. Para ele, a televisão direciona a preocupação das pessoas. “É a guerra em São Paulo, o desemprego, a sobrevivência. Só falam de novela, ninguém sabe quem é o Sérgio Jacaré. Mas, sabendo das coisas, às vezes tu balizas uma discussão”, analisa o leitor, que gosta de conversar com quem conhece um pouco do assunto: “Aqui, o pessoal gosta muito de bandinha alemã, tem muita gente que vive disso. Inclusive, daria uma boa matéria para Aplauso”.

Além da revista, o médico é assinante de Veja e Correio do Povo. Eventualmente, lê a Bravo pela Internet. Às vezes, lia o caderno cultural de O Estado de S. Paulo, que um amigo assinava. As matérias de Aplauso que mais lhe marcaram foram sobre a Bienal do Mercosul, Teixeira, Missões e arquitetura de Porto Alegre – as duas primeiras foram capa da revista.

Embora participe da Associação dos Escritores de Santa Rosa, J.T.F.C. não escreve. Fez uma experiência quando o escritor Charles Kiefer esteve na cidade, mas sua paixão é a leitura. “Me escondo para ler. Leio uns cinco, seis livros por mês. Além disso, encaderno os livros velhos da biblioteca pública, encaminho para o restauro – e, é claro, acabo lendo também”, conta.

3.2.1.3.2 F.C.F.M.

Morador de Panambi, F.C.F.M, 45, é funcionário público municipal, trabalha na área de captação de recursos, e assina Aplauso há três anos. Não lembra exatamente como conheceu a revista, mas acredita ter sido em alguma banca, em Porto Alegre. “Assim que conheci, passei a assinar. Leio muito sobre cultura e Aplauso é uma das poucas publicações sobre o assunto no estado. Os jornais diários não dão a dimensão que ela traz. Além disso, a revista auxilia no meu trabalho. Estamos organizando, por exemplo, na cidade, o projeto

CineCidadania, que objetiva levar o cinema àqueles que não têm acesso”, explica.

Dentre os conteúdos tratados pela publicação, seu interesse maior é pelas entrevistas, mesmo que não conheça o entrevistado ou não aprecie muito o assunto. “Também gosto de ler sobre os lançamentos da área da literatura e da música. Gosto da revista como um todo. O colunista de música Juarez Fonseca, por exemplo, é uma referência desde os tempos em que trabalhava em Zero Hora”, salienta. Por residir no interior do estado, F.C.F.M ressalta o fato de a revista também se ocupar, eventualmente, de assuntos de fora de Porto Alegre. Mas gostaria que isso fosse mais freqüente.

Gosto de cultura e história, que é um tema que aparece bastante. Gostei muito da matéria sobre o Teixeira, pois vivi aquilo. Eu era menino na época do Teixeira e isso foi muito emblemático. Mostrei a revista para pessoas do meu serviço. Acho que a cobertura poderia ser ampliada para o interior, para a gente se inspirar, ver o que outras cidades estão fazendo na área de cultura.

Ele ainda não havia lido toda a edição 76 no momento da entrevista, apenas a matéria de capa. “O texto sobre Landell de Moura me chamou a atenção. O tema já tinha sido tratado por outros veículos. É um assunto importante. Mostra que ele foi precursor na área da comunicação. Mereceu o espaço que ganhou”, destaca, lembrando que também tem acompanhado a série sobre Mario Quintana.

Para ele, a revista deveria ampliar o espaço para novos escritores. “É um espaço importante para conhecermos o trabalho de quem está começando. Outro dia, fiquei surpreso com matéria sobre um escritor gaúcho que recebeu uma premiação e eu nem o conhecia”, diz. Outra sugestão de F.C.F.M é que a revista se abra para temas de abrangência nacional, através, por exemplo, da publicação de textos de autores de outros lugares: “Aplauso está madura para isso. E seus leitores também se interessam por esses temas”. Além disso, o leitor gostaria de ver, nas páginas da revista, dossiês, “a exemplo do que faz a Cult”. Um tema que considera válido para este formato é o tradicionalismo. “Quem é o gaúcho, hoje? Meus filhos, por exemplo, são gaúchos, mas não têm nada a ver com essa realidade. Trazer a abordagem do antropólogo, do sociólogo, sobre o assunto.

Mostrar como o gaúcho é visto pelos outros, pelo negro, por exemplo. Mostrar a visão de um idoso”, opina. O funcionário público reivindica, no entanto, maior abertura para os leitores sugerirem temas. Ele julga a seção de cartas insuficiente. “Não gosto de cartas que apenas elogiam a revista. O *site* seria um bom instrumento para isso”, afirma.

F.C.F.M diz que cultura é tudo em sua vida. “Sempre fui um leitor voraz. Sempre tive cultura em casa, meus filhos gostam. Temos um bom ambiente cultural. Na condição de funcionário público, acho que a cultura é investimento social”, explica. O projeto CineCidadania, que desenvolve junto à prefeitura municipal de Panambi, tem o objetivo de democratizar o acesso aos produtos culturais. “A cultura acontece em qualquer lugar. Quem tem acesso a ela tem tudo. Temos que levá-la para a comunidade. Temos que disseminar, transformar cada cidadão em um agente cultural. Aqui, no interior, por exemplo, temos pouquíssimas opções”, defende. Aplauso, segundo ele, não consegue abranger um conceito mais amplo de cultura.

Ela é um pouco elitista. Eles focam muito no Theatro São Pedro, no Museu Iberê... Quem frequenta esses lugares? No interior, por exemplo, lotamos um ônibus para ir a Porto Alegre, conhecer o Theatro São Pedro, mas as crianças querem é ir ao zoológico. Cultura é rua, é movimento, é bairro. Talvez eles dêem esse enfoque porque a maioria de seus leitores frequenta esses espaços de elite.

Ao ler a revista, F.C.F.M. busca *dicas*, opiniões a respeito de livros: “É bacana a seção *Escreva*, onde os escritores adiantam um pouco do que estão fazendo. Em literatura, por exemplo, não gostei da resenha que a revista publicou sobre o livro de memórias de Kerouac. Achei um insulto dizer que ele deve ser lido a partir da página 145. Mas soube por ali que havia sido lançado e comprei”. Ele costuma anotar os lançamentos, tanto literários quanto musicais, e comprá-los quando viaja a Porto Alegre. “Na última edição, saiu uma nota sobre a cantora Simone Capeto, que gravou músicas do Nei Lisboa. Eu gosto muito do Nei Lisboa, então enviei um *e-mail* para ela [o endereço havia sido publicado na revista], para saber como posso comprar o CD e ela respondeu”, conta. Outro contato que fez através de Aplauso foi com o projeto RodaCineRGE. “Soube pela

revista, falei com os responsáveis, e, agora, vamos trazer o projeto para Panambi”, relata.

Depois de lida, a publicação nunca fica com ele. Seu destino é a biblioteca ou algum amigo. Além de Aplauso, ele acompanha o *Caderno Cultura*, de Zero Hora e o jornal Gazeta Mercantil.

3.2.1.3.3 Z.R.G.

Z.R.G., 87, residente em Porto Alegre, é professora universitária aposentada. Trabalhou 25 anos no Instituto de Artes da Ufrgs e fez carreira de pianista. “Sou aposentada em tudo, menos da vida. Porque se a gente está aqui, tem que viver. Hoje toco muito pouco. Só trabalho no computador, gosto muito do computador. Depois que me aposentei, passei a me dedicar a traduções. Vai sair agora, pela editora da Ufrgs, a correspondência completa de Chopin, em três volumes”, conta. Assina Aplauso há três anos, embora não se considere uma leitora de revistas.

Não tenho o hábito de ler revista, não compro revista. Quando apareceu a Aplauso, recebi uma edição, a princípio, para conhecer, e senti que era diferente. Por isso, comecei a assinar. O que me chama a atenção na Aplauso é que, além de escolher os assuntos que interessam a nossa vida cultural, ela escolhe articulistas que são pessoas absolutamente integradas àquilo que comentam. Isso dá um peso maior para a revista. Não são amadores que falam sobre as coisas. São profissionais dos assuntos que eles desenvolvem. Além disso, ela é muito informativa. Tem, por exemplo, a programação da *Opus*. Para quem vive no meio cultural de Porto Alegre, ela é imprescindível.

No geral, não gosto de revistas. No meu prédio, tem uma banca, mas eu não frequento. Elas me tiram o tempo de ler livros, de que eu gosto muito. Eu assino, há muitos anos, uma revista francesa, que, para mim, é muito importante, Le Monde de La Musique – recebo uma por mês, mas ela me ocupa por uma semana. Tem toda a vida cultural da Europa, que me interessa muito. Não sou leitora de revistas. Só leio Aplauso porque assino.

Dentre os assuntos tratados pela publicação, sua atenção se volta para a música. “Mas tem coisas muito interessantes sobre teatro. Sobre fotografia, que é um grande amigo meu que escreve, o Felizardo. Eu leio mais sobre música, mas

tomo conhecimento do resto”, diz. Segundo a leitora, a revista procura mostrar, através das matérias, os debates, as divergências.

Estou me lembrando agora, da arquitetura. Ela trouxe um artigo muito interessante, há bastante tempo, sobre o lançamento do Teatro da Ospa. Foi muito debatido. A revista trouxe uma contribuição muito importante, com o ponto de vista de alguns arquitetos, que agora, com o correr do tempo, viu-se que estavam com a razão. Ela procura ver sempre onde está o núcleo principal de certas questões, no campo dos assuntos culturais. Tem outros exemplos, não vou lembrar de todos agora. Ela procurar focar o núcleo central das divergências, ou das discussões do momento. Ela também trouxe uma matéria bem interessante sobre o Multipalco. É uma revista que se atualiza muito. Fala sobre os movimentos, os debates culturais que estão acontecendo na cidade.

Z.R.G. considera muito boa a última edição. “O estudo sobre Landell de Moura está interessantíssimo. Nós demoramos a saber quem ele era. Nos últimos anos é que tomei conhecimento do tamanho desse homem. A revista contribuiu muito para isso. A matéria está muito boa. Está excelente”, avalia, salientando que é muito importante para o meio cultural que se façam aprofundamentos como o apresentado por esta reportagem. “Aplauso faz isso com outros temas também. A revista vem prestando muita contribuição. Ela traz muitas matérias importantes. Na edição 76, esta foi a que me marcou. Ela centralizou a revista. Não lembro das outras. Mas é esquecimento meu. Ela resgatou uma figura importante, que foi tratada com respeito”, afirma.

A leitora gostaria que a revista trouxesse mais matérias sobre música. “Ela não é muito focada nisso. O que não me faz gostar menos da revista. Ela é uma exceção no nosso meio. Por isso, é a única que leio, embora possa estar sendo injusta com outras”, salienta.

A cultura, para ela, é o sumo de todas as inquietações e manifestações humanas. “O homem é um ser cheio de problemas, doenças, necessidades... Mas há qualquer coisa que paira um pouco acima de tudo isso, que são as preocupações de outra ordem, que fogem ao cotidiano, mas são, talvez, a síntese de tudo isso. Síntese de todas as inquietações e manifestações humanas”, define. Como uma revista de jornalismo cultural, Aplauso, segundo ela, propõe-se a abranger este conceito, embora conseguir atingi-lo seja uma tarefa difícil. “A

questão cultural é extremamente ampla. Mas acho que a revista mostra para os leitores que se propõe a isso. Abarcar tudo é muito difícil. É a pura essência das coisas. Mas alcançar isso é uma atitude altamente elogiável”, ressalta. Para ela, as pessoas que se interessam pelo meio cultural têm a obrigação de apoiar uma revista assim.

Penso que é a maneira que temos de contribuir um pouco... Uso o dinheiro que posso para apoiar as coisas culturais. Faço questão de assinar Aplauso. Assino, também, todas as temporadas dos concertos de Porto Alegre, da Ospa, do Sesi, do Theatro São Pedro. Claro que eu poderia ir lá e comprar na hora. Mas assinar e pagar o ano inteiro é uma maneira de contribuir com essas iniciativas. E nós precisamos delas. Os meus filhos se criaram com essa idéia. Muitas vezes, eles não têm tempo de ir aos concertos, mas assinam também. Não faz mal. É baratíssima a música em Porto Alegre. Na Europa ou nos Estados Unidos, é caríssimo assistir a uma ópera. Mas, se for mais caro, as pessoas não vão. O jeito que eu tenho é assinar tudo isso. Essas iniciativas, que não têm o apoio que tinham que ter. Sou assinante da Orquestra do São Pedro, por exemplo. Quando chego lá e vejo a lista, são 10 ou 12 assinantes. É ridículo para uma cidade de um milhão e meio de habitantes. Mas isso é o Brasil. Tu vais a Nova York, estou fazendo uma comparação brutal, mas tem muitos assinantes, eles mantêm as iniciativas. É uma coisa cultural. É a educação, que vem lá debaixo, dizendo quais valores devemos preservar, que vão se manter, pois os outros acabam com o tempo. Quando falamos em Chopin, o que aconteceu no tempo dele, politicamente, já passou. Entretanto, a obra dele está aí. O que fica é a vida cultural, o resto se vai.

Z.R.G. não sabe avaliar até que ponto a revista a influencia. “Como tudo o que é informativo, ela exerce uma influência. Mas não me guio diretamente por ela, porque já tenho lá minhas idéias em relação à vida cultural, especialmente musical. Artes plásticas, sempre acompanhei bastante”, diz, lamentando que, por causa de problemas decorrentes da idade, não tem freqüentado exposições. “Também gosto muito de ir ao Museu, mas para mim está difícil caminhar no centro. Aos concertos, vou de táxi, já entro direto no teatro, não tem problema. Mas às exposições, eu já não posso ir como costumava. Estou ficando cada vez mais limitada”, afirma.

Uma das principais qualidades da revista, segundo ela, é o conhecimento dos jornalistas e colunistas acerca daquilo que escrevem. “São pessoas integradas ao tema sobre o qual estão escrevendo. Isso dá peso ao que elas dizem. Tu podes discordar, mas elas têm autoridade, são sérias”, acredita. Para

ela, é visível o crescimento da publicação, que considerava mais modesta no início. “A última edição foi excelente”, avalia.

3.2.1.3.4 F.F.S.

F.F.S., 24, é baiano e reside em Porto Alegre há 5 anos. Carteiro e estudante de filosofia, ele assina Aplauso há dois anos. Conheceu a publicação em uma banca, a capa da edição era Adriana Calcanhoto, e resolveu comprar. “Achei muito interessante o conteúdo, as imagens, o modo como é exposta a informação, como é escrita, a estética literária. O estilo literário que ela tem, achei muito prazeroso de ler. Tu começa a ler e lê todas as reportagens. Além disso, os assuntos abordados vão ao encontro do que eu gosto: cultura, arte”, explica. A diversidade de pontos de vista a respeito de temáticas de seu interesse levou-o a assinar a revista, após comprar algumas edições avulsas. “Já tinha lido a matéria sobre Adriana Calcanhoto e comprado uma edição com reportagem sobre Lya Luft e Martha Medeiros, quando vi um quiosque de Aplauso na Feira do Livro de Porto Alegre. Fui lá e fiz minha assinatura”, lembra.

Dentre os assuntos tratados pela publicação, interessam-lhe mais textos que abordem, de alguma forma, filosofia e antropologia.

Uma das edições que mais me chamou a atenção, por exemplo, foi aquela que tratou da questão do gaúcho. Por falar de temas regionais, sem usar linguagem regionalista e nem dar um enfoque regionalista. Ela tem uma linguagem universal, é cosmopolita. Qualquer um pode ler e compreender bem. Isso, sem defender nenhum ideal, nenhuma postura, nenhuma posição. Essa isenção da revista também é interessante. Algumas pessoas se contrapõem, na revista, mas de uma forma elegante. As reportagens são bem construídas.

É na medida, sem exageros. Consegue passar para nós a informação sem exagerar. Na questão do gaúcho, o que mais me chamou a atenção foi a exposição de uma tradição arraigada, com a exposição de um ponto de vista e sua desconstrução. Ao mesmo tempo vem um tradicionalista e expõe a posição dele, de que aquilo realmente é do povo, está arraigado. Ela tenta mostrar diversos pontos de vista para que o leitor construa a visão mais próxima da realidade possível.

F.F.S. costuma ir ao teatro e ao cinema e aprecia acompanhar os textos sobre estes temas na revista. “Tudo o que é cultural eu gosto. É prazeroso e desenvolve intelectualmente. Você começa a fazer associações entre teoria e prática”, justifica. Como, na ocasião da entrevista, estava em final de semestre na faculdade, diz não ter conseguido ler a edição 76, que já estava há alguns dias em sua casa.

Entre os assuntos que gostaria de ver a revista tratar com mais frequência, destaca comportamento. “Eventualmente, ela trata disso, como fez em uma reportagem sobre *rock*. Achei interessante aquela reportagem sobre as tribos do *rock* gaúcho. Mas poderia ser mais explorado. Do ponto de vista de linguagem mesmo, de atitude, do que se está construindo agora, na atualidade, entre os jovens”, diz. A cultura, para ele, passa muito por isso. “É uma construção de todos. Não falo de uma cultura clássica, que também existe. Aplauso explora muito a cultura clássica. A parte comportamental, o próprio teatro marginal, às vezes não é divulgado. Falta isso na revista”, reclama. No caso da reportagem sobre o *rock*, ele achou válida a abordagem de bandas que, à época, não tinham expressão no mercado: “Depois, elas acabam conquistando seu espaço. Isso que é interessante. Antecipar o que está acontecendo ali, entre os jovens”.

Logo que começou a assinar Aplauso, incomodava-se com os erros de português. “Eram coisas mínimas, se comparado com a qualidade das informações, alguns termos mal-empregados. Até pensei em mandar um *e-mail*, mas depois achei que era tão pequeno e acabei não mandando”, conta. Seu receio era de que, algumas pessoas, com visão mais crítica, poderiam julgar a revista por uma coisa que seria resolvida com facilidade. “Isso me incomodou, pois é uma revista com tanta qualidade, não poderia falhar em uma coisa assim. Pode criar uma barreira para quem está lendo pela primeira vez”, reclama.

A cultura, para ele, é uma construção. “É o desenvolvimento, os costumes. Tudo que é cultivado em uma certa comunidade, a condição social”, define. F.F.S. acredita que Aplauso tenta dar conta dessa visão mais ampla, mas acaba por abordar mais a cultura clássica. “Mas há exceções. Teve a série sobre arte contemporânea, que falou desse tipo de arte, que não é clássica. Ela abre, tu

podes ler sobre diversos setores culturais ali, tendências culturais. Essas várias tribos tu encontras ali. A música clássica, o *rock*, a arte contemporânea, a arte clássica”, afirma, destacando, também, a crítica literária, que trata tanto de autores consagrados quanto daqueles que estão surgindo. A revista, segundo ele, influencia muito em seu cotidiano:

Principalmente, por esclarecer certas coisas que parecem dogmas, e que se desconhece por não ter quem mostre. Parece ser uma coisa fixa, um conceito sólido, e a revista consegue retratar de forma simples. Por exemplo, a questão do carnaval, com um antropólogo falando sobre o carnaval. Uma imagem que existia para mim é que ninguém aqui no RS gostava de carnaval. Como eu não participo também, essa era a minha visão. Mas o antropólogo vai e mostra que não, que a realidade é diferente. O carnaval é marginalizado, a sociedade exclui, mas existe. É negado. Com certeza, hoje tenho outra visão a respeito disso. Por outras fontes, eu não poderia visualizar isso. Acho que ela amplia meus horizontes culturais. Para eu entender isso tudo que é o Rio Grande do Sul. Sou da Bahia, e tinha outra imagem do estado. Isso, para mim, está sendo uma construção, estou construindo aos pedaços. A revista traz isso. Só vi Aplauso fazer isso. Todas as outras publicações que já peguei até hoje, que falam sobre o Rio Grande do Sul, criam uma imagem, colocam-na ali conceituada e fechada. Você só tem que recebê-la pronta. Aplauso compõe um retrato. Isso é cultura, para mim.

Ele afirma já ter comprado livros e assistido a peças de teatro por indicação da publicação. “Aconteceu, também, de eu não ler influenciado pela opinião da revista, ou de deixar para ler depois por ter lido a opinião de alguém que leu e que eu confio. Eu confio na opinião da revista. Pela qualidade que ela me passa. Pela boa impressão que ela me passa”, explica. F.F.S. costuma, com frequência, discutir com amigos assuntos tratados por Aplauso. “Também já presenteei uma amiga com uma assinatura. Minha sobrinha de 16 anos também lê”, conta. De acordo com ele, a revista consegue alcançar o equilíbrio nas temáticas que aborda.

As coisas expostas ali são de um nível de qualidade bom. Poderia se explorar mais o comportamento atual. Mas não é um julgamento que tire seus méritos. Nunca li uma reportagem da revista e pensei: “Não concordo, isso é opinião pessoal”. É fácil você perceber. Eles conseguem expor opiniões contrárias sem cair em contradição. Acho que eu não conseguiria fazer isso da forma como eles fazem.

As reportagens sobre gauchismo, carnaval, *rock*, Adriana Calcanhoto e patrimônio histórico foram as que mais lhe agradaram. “Também gostei da série

sobre arte contemporânea, porque vou às exposições com frequência. É difícil definir este tipo de arte, mas a revista dá uma idéia para você construir seu entendimento a respeito”, ressalta. Ele destaca, ainda, a entrevista com Gilles Lipovetsky e as críticas de livros. “O estado é carente em crítica literária e Aplauso dá um bom espaço para isso. A vantagem é que ela trata da cultura do Rio Grande do Sul. E, fora o Caderno de Cultura de Zero Hora, não conheço outra revista que trate do assunto”, diz. Além deste suplemento, ele costuma ler as revistas Veja e IstoÉ.

3.2.1.3.5 V.S.

V.S., 43, mora em Porto Alegre, é professora universitária e artista plástica. Assina Aplauso desde 1999. Conheceu a publicação como fonte. A editora da época entrevistou-a para uma matéria. “Eu não sabia da existência da revista. Passei a conhecê-la a partir de então. Como era uma revista cultural, nossa, daqui, comecei a assinar. A jornalista fez uma entrevista comigo, e, é lógico, isso acaba dando um valor muito maior”, lembra.

As temáticas que mais lhe interessam são as artes plásticas, por sua vinculação profissional com a área, e fotografia. “São práticas que se cruzam, eventualmente. Pessoalmente, gostaria que houvesse mais espaço para artes visuais. Sei que a revista é diversificada, precisa contemplar todas as áreas. De modo geral, a mídia contempla mais a música. O espaço para artes plásticas é pequeno e eventual”, diz, salientando que não é em todas as edições que a publicação traz algum texto sobre o assunto. “Mas percebo uma tentativa, um esforço para contemplar as várias áreas. Depende mais do externo do que interno da revista. Depende do que acontece na cidade. Nem sempre acontecem coisas interessantes em todas as áreas”, pontua. A leitora reivindica também, mais textos críticos sobre artes visuais. Segundo ela, Neiva Bohns e Alexandre Santos escrevem coisas interessantes a respeito do assunto. Sua principal crítica é relacionada à coluna de fotografia.

Poderia ser mais diversificada. É sempre a mesma pessoa. Fica nítida a discrepância quando o Alexandre Santos escreve e quando o Felizardo escreve. São visões bem diferentes. Talvez o Alexandre seja mais atual, mais contemporâneo. É o que eu percebo. Talvez uma alternância, para abordar coisas mais locais mesmo, como ela é uma revista local. Não que não seja importante essa questão mais histórica que o Felizardo aborda, de fotógrafos internacionais, da história da fotografia. É importante. Mas, por ser daqui, poderia fomentar mais isso. É uma maneira de levar o que é nosso pra fora. Nossa tendência é trazer ou enaltecer quem vem de fora para valorizar as coisas nossas.

Para ela, cultura é conhecimento, em todos os sentidos, todos os níveis, todas as áreas, em um leque o mais amplo possível. “Aplauso busca trabalhar neste conceito, tenta diversificar bastante. Não tenho tido tempo para ler muito. Mas existe uma tentativa, a gente percebe isso. Seria interessante diversificar as opiniões, trazer mais textos críticos, temos muita carência disso”, diz.

A edição 76 está em cima de uma das mesas de seu escritório, mas ela ainda não teve tempo de abrir. “Aplauso não é sistemática, não respeita uma periodicidade, então, não conto com ela, e acabo, também, sendo pouco influenciada por seu conteúdo. A Bravo é diferente. Sei que, no final do mês, vou receber a revista, ela vai trazer indicações de cinema, teatro, artes plásticas, e aquilo está dentro do prazo”, compara. Ela acredita que, se houvesse uma data fixa para a circulação da revista, talvez o leitor pudesse esperá-la para se informar através dela sobre o que está acontecendo ou vai acontecer. “Mas esse crédito ela não tem. Então, a gente procura o jornal, outras fontes. Ela é mais, assim, ‘vamos ver o que é que tem’. Lógico que se tem alguma coisa interessante vai influenciar. Mas não é aquela coisa de esperar para ter uma opinião, pois a gente não sabe o que vai acontecer”, reclama.

Das matérias que marcaram, ela destaca as coberturas sobre as Bienais do Mercosul, textos de Alexandre Santos e Paula Ramos. “É claro que o que julgo importante é o que tem a ver com a minha história. Há algum tempo, foi publicada uma reportagem sobre a vida sexual dos imigrantes italianos que chamou muito a minha atenção. Me marcou por tudo, por eu ser da serra, meus pais moram lá, e por ser sobre sexo, evidente, que atrai”, explica.

Além de Aplauso, V.S. assina Bravo, Zero Hora, Porto Arte, do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da UFRGS, e Lápis, da Feevale.

3.2.1.3.6 A.A. e S.G.J.

Nas entrevistas com leitores a respeito da edição 77, posterior ao número em análise, dois depoentes referiram-se à matéria de capa sobre o padre-cientista Landell de Moura. São eles: A.A., 29 anos, arquiteto, residente em Porto Alegre; e S.G.J., 40 anos, auxiliar técnico em radiologia e estudante de Turismo, de Bento Gonçalves.

A.A. diz ter gostado muito da matéria: “A figura é interessante, os inventos, a época dele. Foi uma matéria que chamou a atenção. Já conhecia um pouco de Landell de Moura por informações às quais tive acesso em visitas ao Museu Hipólito José da Costa”. S.G.J. salienta que a reportagem trouxe muitas informações novas a respeito do padre. “O tema foi aprofundado, um trabalho de pesquisa mesmo, pelo menos foi o que me pareceu. Eu já conhecia o assunto. Na minha cabeça, o feito dele pode ser comparado ao de Santos Dumont, que também teve criações usadas para fins não nobres”, avalia, estabelecendo uma comparação, ainda, com Juscelino Kubitschek: “São personagens que ficaram no isolamento”.

3.2.1.3.7 I.D.R.

Já iniciamos a observação da produção da edição 77, quando um leitor vai até a redação da revista para conversar com o jornalista responsável pela matéria sobre Landell de Moura. Trata-se de um estudioso da trajetória do padre, autor, inclusive, de livro sobre o assunto. Ele parabeniza o jornalista pela matéria e conta algumas histórias pitorescas, colhidas durante suas pesquisas. Diz que, na cidade natal de Landell, não há homenagens a ele, e explica que a rua Landell de Moura, no Bairro Tristeza, em Porto Alegre, é uma homenagem a Ricardo

Landell de Moura e não ao padre, como muitos acreditam. Conta, também, que já houve uma Praça Landell de Moura, que hoje se chama Papa João Paulo I. Mas a informação mais relevante trazida pelo leitor é que, na verdade, não houve participação de Roberto Landell de Moura na Coluna Prestes, como a matéria sugere. “O Landell de Moura que estava em Foz do Iguaçu, na ocasião, era seu irmão, Guilherme, que era ‘da pá virada’. Ele foi refugiado no Paraguai e, mesmo sendo padre, até mulher tinha”, explica. O jornalista relata como obteve a informação e o leitor diz que não é necessário fazer a correção: “Eu só gostaria que você soubesse que não está certo”. I.D.R. deixa seus contatos para a redação e vai embora.

Assim que ele sai, perguntamos ao jornalista o que pretende fazer com as novas informações. Ele responde: “Nada, a própria fonte não quer que se fale disso, pediu para continuarmos usando a informação do Gervásio Neves”.

3.2.1.4 Análise do ciclo – Edição 76

O circuito comunicacional que se desenha tendo como centro a edição número 76 de Aplauso é muito mais complexo do que se pode depreender na análise de seus principais momentos. No entanto, acompanhá-los, observá-los e analisá-los permite compreender um pouco da dinâmica da revista e de sua problemática essencial. Somando a este esforço a análise das duas edições subseqüentes, pode-se obter uma avaliação mais fiel da prática do jornalismo cultural pela publicação.

A discussão inicial a respeito da matéria de capa da revista contemplou dois temas: a volta do gênero musical chorinho, sugestão do colunista de música da revista; e a trajetória de Landell de Moura, padre-cientista que teve nova biografia recém lançada, sugestão nascida de pauta enviada pela assessoria de imprensa da editora. A equipe optou pelo segundo, um assunto *para trás*, na avaliação do diretor de redação, pois trata de temática histórica. Embora haja um cuidado da equipe para que Aplauso não abuse do passado em suas edições,

nas entrevistas com os leitores foi possível constatar que reportagens nesta linha têm grande aceitação. O leitor J.T.F.C. salientou a importância de a revista divulgar, em suas páginas, a história de personalidades gaúchas.

Como não conhecia muito do assunto, o editor foi surpreendido pelo *release, bem vendedor*, em suas palavras. Ao aprofundar-se na pesquisa, percebeu que o livro, embora completo, não trazia muitas novidades. Entrevistando diferentes pesquisadores e familiares do inventor, notou que as informações obtidas eram as mesmas que outros veículos ou obras já tinham tratado. A investigação jornalística não havia trazido nada de excepcional até a visita do jornalista ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande Sul, quando, em entrevista com o presidente da entidade, ficou sabendo de um possível envolvimento de Landell de Moura na Coluna Prestes, em 1924. Estaria aí a contribuição de Aplauso. Enquanto os demais veículos que deram destaque ao lançamento do livro trataram das mesmas questões, a revista traria algo inédito.

A reportagem divide-se, então, em duas partes. A primeira discorre sobre aquilo que seria obrigatório tratar em uma matéria a respeito do assunto, e um pouco mais. Aprofunda algumas discussões, através da obra de Hamilton Almeida, principal referência e intertexto para a matéria, e de entrevistas com fontes inseridas em contextos bastante distintos, pesquisadores de sua obra, astrônomos, comunicólogos, familiares. Todos auxiliam na construção de uma imagem que já é conhecida: o gênio incompreendido. Através da soma de características como *genial, perseguido, paradoxal e louco*, traça-se o perfil do *herói sem glória*, expressão utilizada no título do livro de Almeida e em um dos intertítulos da reportagem. A segunda trata de uma faceta até então desconhecida de Landell de Moura: seu envolvimento com a política. A partir da afirmação e da pesquisa de Gervásio Neves, o jornalista discorre sobre esta possibilidade, elencando fatos e dados que contribuem para confirmá-la. Aqui, o texto ganha uma nova roupagem. O repórter, o presidente do IHGRGS e o próprio Almeida, através de informações retiradas de seu livro, compõem um enunciador que se coloca em um ponto de vista diferente do anterior. Este enunciador analisa o objeto desde outro *lugar*, por outro *ângulo*, tentando encontrar, nele, algo que as

demais vozes, por olharem através de uma perspectiva diversa, não podem ou conseguem enxergar.

Os leitores, no geral, reconhecem, na matéria de capa, um “estudo” (Z.R.G.), “um trabalho de pesquisa” (S.G.J.), que “contribuiu para o conhecimento sobre Landell de Moura” (Z.R.G.) e “permitiu que se pudesse entender melhor porque ele foi tão significativo” (J.T.F.C.). Eles acreditam que o assunto “mereceu o destaque que ganhou” (F.C.F.M.). Um deles (A.A.) conhecia o tema através de pesquisas no Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa; outro (F.C.F.M) havia acompanhado notícias sobre o sacerdote publicadas em outros veículos. A leitora Z.R.G. afirmou ter tomado conhecimento a respeito dos feitos do padre apenas nos últimos anos: “Nós demoramos a saber quem ele era”. O aprofundamento que viu nesta matéria, ela também percebe em outros assuntos abordados pela revista. O assinante S.G.J. salientou que a reportagem trouxe “informações novas”, em um diálogo com a preocupação do jornalista em contribuir com algo sobre o padre-cientista que ainda não tivesse sido dito, como sua possível participação na Coluna Prestes. Este leitor comparou Landell de Moura a Santos Dumont, “teve inventos usados para fins não nobres”; e Juscelino Kubitschek, “são personagens que ficaram no isolamento”. J.T.F.C. considerou o assunto bem colocado, com destaque para o aspecto histórico, mas ressalva que, por não ter um conhecimento prévio, não sabe se outros aspectos importantes não ficaram de lado. Antes de ler a reportagem, ele “não sabia bem ao certo o que Landell de Moura tinha feito, não sabia de sua vida como um todo”, mas tinha muita “curiosidade” em conhecer sua história. “É como Padre Reus, temos uma vaga idéia do que fez”, diz. Ele também usa a palavra “aprofundamento”, característica que estende aos demais temas tratados pela revista, classificando-o como um trabalho de “muito bom gosto”.

Temos, no grupo acima, uma característica semelhante: em sua maioria, são leitores com pouco conhecimento sobre os feitos de Landell de Moura, que sabem de sua importância, mas não poderiam descrevê-la antes da leitura da reportagem. A matéria aparece, então, como uma relevante fonte de informações, uma pesquisa aprofundada e de credibilidade. Credibilidade, esta, que fica evidente em muitos depoimentos. J.T.F.C. acredita que o veículo é isento e,

aparentemente, é livre para buscar a verdade. Z.R.G. ressalta a especialização dos jornalistas e colunistas acerca daquilo que escrevem: “São pessoas integradas ao tema sobre o qual estão escrevendo. Isso dá peso ao que elas dizem. Tu podes discordar, mas elas têm autoridade, são sérias”. F.F.S., embora afirme não ter lido esta edição, diz confiar na opinião da revista: “Pela qualidade que ela me passa, pela boa impressão que ela me passa”.

Situação diferente temos com o leitor I.D.R., pesquisador da história do padre-cientista, autor de um livro sobre sua trajetória. Amplo conhecedor do assunto, ele considerou a matéria de Aplauso muito boa e, inclusive, parabenizou seu autor pela qualidade do texto. No entanto, foi exatamente o que discordou da reportagem que o levou a ir pessoalmente à redação da revista, com o objetivo de esclarecer um ponto específico: a possível participação do inventor na Coluna Prestes. Segundo ele, isto, de fato, nunca aconteceu. Quem aparece na foto do movimento de 1924 é seu irmão, Guilherme Landell de Moura, este, sim, “da pá virada”, em suas palavras. Na conversa com o jornalista, ele explica que seu objetivo é apenas esclarecer ao jornalista este equívoco, para que ele saiba que não está correto, mas não exige uma errata ou algo do gênero. O editor, autor da reportagem, diz de onde tirou a informação, e a que tipo de material teve acesso. I.D.R. pede que ele mantenha a versão de Gervásio Neves e ressalta, mais uma vez, que gostaria apenas de informá-lo. Diante deste posicionamento do leitor e especialista, o jornalista não dá andamento ao assunto e a possível polêmica que poderia ser gerada a partir daí acaba não tomando corpo.

Dois dos assinantes entrevistados afirmam não ter lido a edição, ambos por falta de tempo. Um deles (F.F.S.) estava em final de semestre na faculdade. Outro (V.S.), além de estar com muitas tarefas, afirma não ter uma relação muito forte com a publicação. “Aplauso não é sistemática, não respeita uma periodicidade, então, não conto com ela”, revela. De fato, embora saia praticamente todos os meses, a revista não tem um dia certo para chegar às bancas ou à casa dos assinantes. Este problema foi evidenciado, também, pelo subeditor Ilha em entrevista para esta tese. Segundo ele, por problemas industriais e, mesmo, por a própria redação e colaboradores não respeitarem

prazos, a publicação peca neste aspecto e deixa de estabelecer um vínculo mais próximo com seu leitor, como fica claro na afirmação de V.S.

Aplauso é reconhecida, por estes assinantes, ao mesmo tempo, como uma publicação “independente” (J.T.F.C.) e “um pouco elitista” (F.C.F.M.). O leitor F.F.S. diz que a revista aborda muito a cultura clássica: “A parte comportamental, o próprio teatro marginal, às vezes não é divulgado”, diz, ressaltando, no entanto, que há exceções. “Tu podes ler sobre diversos setores culturais ali, tendências culturais. Essas várias tribos tu encontras ali”, completa. V.S. vê uma preocupação de equipe editorial em dar espaço para diferentes áreas da cultura, mas sente falta de um maior espaço para as artes visuais, o que é constatado internamente, também, pela redação. Após a saída da jornalista Paula Ramos, que contemplava este campo com uma cobertura considerável, o novo editor sentiu que os integrantes desta área, como V.S., artista plástica, passaram a gostar menos de Aplauso. A assinante Z.R.G., que é pianista, gostaria de ver, na revista, mais matérias e textos críticos sobre música.

Os leitores entrevistados para este ciclo têm conceitos diversificados de cultura. Para J.T.F.C. e V.S., cultura é conhecimento. “É o que fica do dia-a-dia, o conhecimento transmitido de geração em geração, que vai se transformando”, diz o primeiro. V.S. afirma que é o conhecimento em todos os sentidos, todos os níveis, todas as áreas, “em um leque o mais amplo possível”. F.C.F.M., embora não use o mesmo termo, trata a cultura como algo que pode ser adquirido sobre o mundo, em maior ou menor escala, dependendo do interesse do indivíduo: “É tudo em minha vida. Sempre fui um leitor voraz, sempre tive cultura em casa, meus filhos gostam”. De acordo com ele, trata-se de um investimento social, cada cidadão deveria ser transformado em um agente cultural. Estes três leitores apresentam um conceito que salienta os bens culturais e a cultura como sinal de inteligência – é o consumo destes bens que produz o conhecimento. Já a assinante Z.R.G. define cultura como o sumo de todas as inquietações e manifestações humanas, algo que paira acima dos problemas do homem. Embora, neste caso, apareça uma definição um pouco mais abrangente, por colocar a cultura como algo que está acima das demais instâncias da vida humana, ainda temos uma visão que corresponde a um conceito restrito do tema.

O leitor F.F.S. é quem traz um ponto de vista que melhor dialoga (173) com o entendimento da própria equipe da publicação sobre o assunto: “Cultura é uma construção de todos. É o desenvolvimento, são os costumes, tudo o que é cultivado em uma certa comunidade”.

Como afirmou o editor da revista, a matéria de capa desta edição (76) reflete o modo como Aplauso compreende a cultura e o jornalismo que trata dela: “A matéria na qual estamos trabalhando, atualmente (edição 76), por exemplo, sobre o Landell de Moura. Ele é um cientista. Se tu tiveres uma visão muito ortodoxa do que é cultura, de cultura como produção cultural, esta não é uma pauta para a revista”. A temática, no entanto, teve grande aceitação por parte do grupo de leitores entrevistados. O texto acessível é uma das características do periódico, ressaltada pelos leitores: “qualquer um pode ler e compreender bem” (F.F.S) e “ela analisa os temas de forma profunda, mas com apelo popular” (J.T.F.C.).

A reportagem de capa, como já referido, tem caráter polifônico, como podemos depreender da análise. Embora não chegue a levantar uma polêmica, mesmo que uma das informações divulgadas tenha potencial para isso, o texto é dialógico. Esta característica é percebida pelos leitores na revista como um todo. “Ela não tem medo da polêmica, traz uma série de vozes, de pessoas que, às vezes, tu desconheces”, afirma J.T.F.C.. A leitora Z.R.G. diz que a revista procura mostrar, através das matérias, os debates e as divergências do momento. A diversidade de pontos de vista a respeito das temáticas culturais foi, inclusive, um dos motivos que levou F.F.S. a assinar a publicação. “Ela não defende um ideal, uma postura, uma posição. As pessoas se contrapõem, mas de uma forma elegante. Ela tenta mostrar diversos pontos de vista para que o leitor construa a visão mais próxima da realidade possível”, sublinha ele, que é baiano, e conhece muitas características do Rio Grande do Sul através da revista. Por esse motivo, uma das matérias que lhe marcou, desde que fez a assinatura, foi sobre o gauchismo, em um texto que tratou do regionalismo, mas, em sua opinião, sem usar linguagem regionalista ou dar um enfoque tendencioso.

Dois dos leitores entrevistados demonstram uma preocupação quase paternal com a revista. J.T.F.C. achava que ela “não ia vingar”. Temia pela dificuldade de encontrar público e patrocinadores. “Sempre tem pessoas que gostam de cultura. Mas, mesmo assim, tive receio que a revista não sobrevivesse”, conta ele, que sugere, também, que a equipe não seja muito radical em sua autocrítica, sob pena de ficar elitista. Z.R.G. diz que assinar Aplauso é uma maneira de contribuir com o cenário cultural local. Para ela, as pessoas que se interessam por cultura têm a obrigação de apoiar uma revista como essa.

Depois de lida pelo assinante, normalmente Aplauso vai para outras mãos: de familiares, amigos, colegas de trabalho, usuários de bibliotecas, etc. J.T.F.C. tem o costume de encadernar as edições ao final de cada ano, para facilitar a consulta. Além disso, empresta seus exemplares, sempre que possível. A revista, segundo ele, desperta sua curiosidade a respeito de assuntos culturais e faz com que busque maior conhecimento sobre eles. O leitor F.C.F.M. usa o periódico em seu trabalho. Ele é funcionário público da prefeitura municipal de Panambi e procura, na revista, idéias para implementar na cidade, como fez com o projeto Cine RGE, que, em breve, deve ser promovido lá. F.F.S. vê tanta qualidade em Aplauso que chegou a presentear uma amiga com uma assinatura. Além disso, sempre que pode, discute com amigos os temas tratados em suas páginas.

No entanto, esta sinergia entre a publicação e seus leitores não é unânime. Por não ter uma periodicidade fixa, como já relatado, ela pouco se insere no cotidiano da leitora V.S., por exemplo. O leitor F.C.F.M., embora reconheça muitas virtudes na publicação, considera-a elitista, muito focada em lugares pouco freqüentados pela comunidade, em geral. “Talvez porque a maioria de seus leitores freqüente esses espaços de elite”, diz, colocando-se fora deste grupo. Como, muitas vezes, acaba focando no leitor especializado, mesmo que haja uma grande preocupação em alterar esta postura, a revista se distancia de um público mais amplo. Além disso, F.C.F.M. sente falta de uma atenção maior para o que acontece nas cidades do interior do estado. A equipe é consciente da predominância de Porto Alegre em sua cobertura, como evidenciaram Esber e

Ilha, em suas entrevistas. Até mesmo pautas que comportariam ouvir fontes do interior, muitas vezes, acabam centralizadas na capital. Uma tentativa de transpor este obstáculo é a divulgação anual do *ranking* do interior, publicado pela primeira vez em 2005, para destacar as cidades sul-rio-grandenses que mais têm investido em cultura. A próxima pesquisa será divulgada na edição 79, que não entra em nosso *corpus* de análise.

3.2.2 Edição 77

É a segunda edição submetida à Análise Global de Periódicos Jornalísticos. Em sua capa, traz a polêmica em torno da formação acadêmica para escritores. A matéria tem como gancho a graduação na área, recém-lançada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), em São Leopoldo (RS), e o mestrado em escrita criativa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), na capital do estado. A reportagem traz diferentes pontos de vista sobre a questão. Além de suscitar a tomada de posição dos leitores entrevistados sobre o assunto, a matéria motivou uma discussão na Internet, através de *blogs*.

3.2.2.1 Produção

O processo de trabalho para a edição 77 inicia com uma reunião da redação (editor e subeditor) com os colunistas da revista. O objetivo do encontro é avaliar os últimos números de Aplauso e colher sugestões para os próximos. Como os colunistas atuam como uma espécie de consultores, é hora, também, de cada um falar um pouco de temas importantes e atuais de suas áreas, de uma maneira bastante informal.

O entrevistado do mês provavelmente será o diretor de teatro Luciano Alabarse. O subeditor comenta a idéia com o colunista da área, que a aprova. “É

válido, especialmente para tratar do Porto Alegre Em Cena³³. O Luciano é a única pessoa na cidade capaz de fazer algo assim. Ele vira o mundo e consegue”, diz.

O editor traz algumas idéias de pautas a serem discutidas com os colunistas e questiona se eles sentiram alguma mudança no visual da revista. “Aplauso cresceu muito nos últimos meses, deixou de ser tão laudatória”, elogia o colunista de teatro.

O colunista de cinema ressalta a qualidade da discussão sobre a arquitetura de Porto Alegre e sugere, inclusive, que seja criada uma coluna de arquitetura na revista. “Esta é a forma de arte mais presente no cotidiano das pessoas”, afirma. Os demais colunistas concordam e manifestam-se positivamente sobre a idéia.

O subeditor intervém, lançando a opção não de uma coluna, “já que a revista tem um número razoável de colunas”, mas de uma seção sobre arquitetura. O colunista de cinema concorda e ressalta a importância do assunto: “As pessoas comentam, mas o tema não está posto na mídia. Além disso, seria inovador no país. Fora as revistas de arquitetura, não há espaço para o tema”.

Os inúmeros prédios em recuperação na cidade, através do projeto Monumenta, são lembrados pelo colunista de música. Ele sublinha, também, o abandono das praças de Porto Alegre. “As praças da cidade estão entregues aos bandidos. As pessoas foram corridas das praças. Só são usadas a Redenção, o Parcão e o Parque Marinha”, reclama. Além disso, ele questiona se Porto Alegre tem espaço para tantos centros culturais – a cidade tem vários e muitos outros estão sendo inaugurados.

O colunista de cinema critica o fim da coluna *Traço*, no que tem o apoio do colunista de música. “O que está no lugar [*Bis*] é insatisfatório. E lembro de muitas coisas legais publicadas na *Traço*”, diz. “A última página é a filha renegada da revista. Não se encontrou ainda alguma coisa para fixar ali. O que faltou, para uma boa coluna de caricatura, foi a prospecção de novas caras. Está cheio de

³³ Festival de artes cênicas que acontece em Porto Alegre, no mês de setembro de cada ano.

gente nesse área, basta entrar em contato com a Grafar³⁴ para constatar isso”, explica o colunista de música. Para o responsável pela coluna de fotografia, a revista deveria ter material de gaveta para abastecer este espaço: “Assim não correria o risco de ter de publicar algo ruim por falta de opção”. O editor pergunta se os colunistas não gostam da *Bis*, mas ninguém responde.

O colunista de música diz que gostou muito da edição 75, mas considerou a entrevista com Hermínio Bello de Carvalho, produtor musical e compositor, “muito rápida, pouco aproveitada”. Na entrevista da edição, com o antropólogo Ruben Oliven, ele achou que a foto não ficou boa. Mas enfatiza que o projeto gráfico melhorou muito.

O colunista de cinema relatou certa conversa com um jornalista, ex-colaborador de Aplauso, atualmente trabalhando na TVE-RS. Ele comentou que as revistas que chegam na TV são disputadas a tapa pelos estagiários, menos Aplauso. Disse que a revista é tida como *careta* pelos estudantes. “Será que é mesmo”, questiona o colunista? “Talvez pelas matérias de cunho histórico, pelas séries sobre a história do Rio Grande do Sul?”, tenta responder. O colunista de música diz que os estudantes é que são caretas. “Aplauso é tradicional, em sua disposição gráfica, inclusive, é super quadrada. Senti muito isso quando a revista publicou uma matéria sobre a história do *underground*. Os leitores jovens não gostaram de se ver divididos em tribos e se manifestaram a respeito através de *blogs* na Internet”, afirma o editor, salientando a imagem conservadora que a revista tem diante do público. O colunista de música discorda, lembrando que, na edição 75, por exemplo, “tinha Josué Guimarães e Daniel Galera” – escritores de gerações diferentes – o primeiro iniciou sua produção na década de 1970 e o último está entre os novos nomes da literatura no Rio Grande do Sul.

O colunista de cinema diz que a primeira coisa que lembrou, quando ouviu o comentário do amigo, foram as séries históricas, como a recente sobre os combates farroupilhas. O editor contrapôs, dizendo que são as séries patrocinadas que sustentam a revista. Para o colunista de música, há preconceito por parte desses jovens: “A revista tem muitas coisas interessantes para

³⁴ Grafistas Associados do Rio Grande do Sul.

estudantes de comunicação. Ela não é *pop*". O colunista de fotografia questiona o gosto deste público. "Eles não pegam Aplauso, mas pegam a Superinteressante", critica.

O colunista de música acredita que a única diferença entre a Aplauso e a Bravo, por exemplo, é que a Bravo é feita em São Paulo. "O que falta, para nós, é um pouco mais de reflexão sobre comportamento. Poderíamos publicar, a cada edição, uma seção dedicada a algum lugar da cidade ou do estado. Poderíamos iniciar pelo *Ocidente*³⁵, por exemplo. Tem muita coisa de comportamento nisso", sugere.

O colunista de cinema sugere uma reportagem, na próxima edição, sobre o Festival de Cinema de Gramado. Diz que a matéria sobre o assunto, publicada em Zero Hora, não informou que os bens do presidente Enio Zorzanello estão confiscados:

O jornal não pode falar nessa questão por causa da relação com ele. Uma pessoa da redação comentou comigo. Além disso, o Goida saiu do Festival, descontente com o que estava acontecendo. Tem toda uma história de corrupção que não aparece nos jornais daqui. Sei que o Jornal do Brasil está fazendo uma matéria sobre isso. É interessante abordar, também, as mudanças do Festival.

"A imprensa gaúcha é assim, os caras não falam as coisas", contesta o colunista de música. O editor informa que já estava na pauta uma matéria sobre o evento para a próxima edição da revista.

O mesmo colunista lembra que as leis de incentivo à cultura estão sofrendo *marcação cerrada* – o objetivo é verificar exatamente para onde está indo a verba que deveria ser destinada à cultura. Segundo ele, a Lei Rouanet passou, recentemente, por uma destas *marcações*, e se descobriu que a verba destinada ao Itaú Cultural estava sendo usada para pagar funcionários. "Além disso, algumas prefeituras do interior estão investindo em suas próprias leis de incentivo. Santa Maria e Caxias já têm", afirma. O colunista de cinema comenta que, em alguns casos, o espectador paga duas vezes: "Uma para o ingresso,

³⁵ Tradicional casa noturna de Porto Alegre.

caro, e outra através da lei, que já foi paga através de impostos”. O editor adverte que, para Aplauso, é difícil falar sobre esse tema. A revista conta com o apoio da Lei de Incentivo à Cultura – RS e da Lei Rouanet.

Para a próxima edição (77), a equipe pensou em abordar o Festival de Cinema de Gramado e o curso de formação de escritores, recém-lançado pela Unisinos. Além disso, está na pauta uma matéria sobre dança de rua, sugerida pelo colaborador Airton Tomazzoni, e a entrevista com Luciano Alabarse.

O colunista de teatro elogia o último livro de Daniel Galera, que foi resenhado na edição 75. “Ele tem uma escrita triste”, completa o colunista de cinema, que sugere uma matéria sobre os escritores do Rio Grande do Sul que estão se relacionando com o centro do país e conquistando outras mídias, o cinema, por exemplo, como é o caso de Galera. “Alguns de nossos escritores estão sendo adaptados para o cinema por diretores importantes”, diz³⁶, ressaltando o trabalho do diretor Beto Brant. “É interessante observar o movimento dele. Ele vem para cá e convida os artistas locais para trabalhar, ninguém conhecido do grande público. Ele faz isso sempre por onde vai. Nossas produções locais, ao contrário, subutilizam os atores locais”. O editor gosta da idéia, fala em uma matéria sobre a nova geração que consegue se desvincular das coisas locais em sua produção artística, como Daniel Galera, Marcelo Carneiro da Cunha, Carlos Gerbase e Jorge Furtado. “É a discussão da identidade, só que por outro lado”, analisa o colunista de música. O subeditor alerta que não se trata de um tema novo: “Ao longo da história, temos outros exemplos”. O colunista de música contribui com a discussão, destacando nomes de artistas de trânsito nacional, sem “ranço” regional, como Adriana Calcanhoto e Nei Lisboa. Trata-se, conforme o colunista de cinema, de uma questão de identidade. “Muitos vêem o mundo como se o centro fosse o Rio Grande do Sul. Me incomoda muito a insistência nessa tecla. Não é por acaso que aqueles que

³⁶ A matéria acabou não entrando na pauta da revista e, algumas semanas depois, foi capa do Segundo Caderno, de Zero Hora, com o título *Esse livro dá um filme*.

se desligam disso fazem sucesso fora daqui”, acredita³⁷. A identidade, segundo o colunista de música, é uma questão histórica. “Acho um *porre* essa discussão. Parece que precisamos sempre identificar quem é gaúcho, e isso influencia o comportamento do país em relação a nós. A Veja é um exemplo disso. Li, outro dia, determinada matéria sobre diversos políticos, e nenhum deles tinha seu estado identificado, exceto o gaúcho”, conta. “No contexto global, nem se usa mais o conceito de identidade, mas de identidades. Vive-se cada vez mais um mundo sem fronteiras, mas nós continuamos falando do gaúcho”, reforça o colunista de cinema. O editor explica que, por ter sua pauta baseada na produção cultural do estado, é difícil, para Aplauso, desvincular-se deste tema. “Veja a ginástica que fizemos para colocar o Freud na revista. É preciso sempre ligar o tema ao Rio Grande do Sul, de alguma maneira”, exemplificou o subeditor.

O editor aborda a pauta da próxima edição. Explica que gostaria de abordar as artes plásticas, pois o que mais ouve dos leitores é a ausência do tema na revista. A volta da seção *Galeria*, segundo ele, foi com esta intenção, de contemplar melhor a área. Pensou em falar sobre a morte de Henrique Fuhro. “Mas tem aquela coisa. Nunca deu nada dele. Morreu e *pimba*”, diz o colunista de música. “É melhor dar depois de morto do que não dar nunca”, defende o colunista de cinema. O editor questiona se o artista vale uma capa. “Com certeza”, afirma o colunista de fotografia, que critica a predominância de pessoas ligadas à literatura nas entrevistas. O editor concorda, diz que a literatura tem ganhado destaque nas últimas edições.

O colunista de música propõe uma entrevista com o pesquisador Günter Weimer, sobre arquitetura. O colunista de fotografia sugere Vera Chaves Barcellos, com o gancho da Fundação Vera Chaves Barcellos, criada em 2003.

³⁷ A discussão da identidade regional não é nova na revista. Além de dedicar muitas páginas ao assunto, o tema é recorrente nas reuniões de pauta. Afirmamos isso, baseados em nossa experiência como colaboradores da publicação, cruzada agora com a vivência de pesquisadores junto ao veículo. Nas reuniões em que participamos, em 2002 e 2003, essa temática também aparecia. Uma das questões, na época, era a necessidade de se identificar o artista noticiado como gaúcho, o escritor *gaúcho*, a cantora *gaúcha*. Na época, um dos colunistas criticava este modo de tratamento, especialmente para aqueles artistas que já não tinham mais nada a ver com a produção regional, como, no caso em pauta, na ocasião, Adriana Calcanhoto.

O colunista de cinema informa que a imigração japonesa está fazendo 50 anos no Rio Grande do Sul e mereceria uma matéria. “É uma imigração pequena, mas, surpreendentemente, eles têm um consulado em Porto Alegre. Somos um estado super fechado, mas temos uma imigração pesada de outros grupos. E temos a Tisuka Yamasaki, que é porto-alegrense”, diz. A sugestão deve entrar na pauta da próxima edição.

No mesmo dia da reunião com os colunistas, à tarde, acontece a reunião de pauta da edição 77, agora apenas com a equipe interna: diretor de redação, secretário de redação, editor e subeditor. A reunião com os colunistas influenciou muito a pauta desta edição. A matéria com maiores chances de ganhar a capa é sobre o Festival de Cinema de Gramado, com base nas informações trazidas pelo colunista da área. O editor explica para o grupo a idéia da matéria: falar sobre a crise no evento. O diretor questiona a novidade da pauta. Afinal, segundo ele, o Festival está sempre ameaçado – todo ano se fala no assunto. O editor explica as irregularidades e informa que uma comissão de fora do estado está tocando o evento. O diretor concorda: “É uma boa capa, mas exige cuidado e equilíbrio na apuração”. Em relação às mudanças no Festival, o subeditor explica que é como se Gramado tivesse dado um recuo, já que os filmes não precisam mais ser inéditos para participar da mostra competitiva. “É um reconhecimento de seu enfraquecimento. Temos vários fatos aí: o enfraquecimento, a morte do Cozzati [Luiz César], o afastamento do Goida [Hiron Goidanich]. Temos que perguntar: ‘Para onde vai Gramado?’. Não podemos ser aquela revista que só destrói Gramado”, diz o diretor de redação. “Mas já fizemos uma matéria nessa linha – ‘para onde vai Gramado’”, responde o editor. O diretor reivindica que Aplauso seja um grito de alerta para os problemas do Festival. O editor explica que tem sido esta, exatamente, a postura da revista.

O subeditor lembra que o Jornal do Brasil está fazendo uma matéria sobre as irregularidades do Festival e a possibilidade de ele não sair. “Certo, mas nós não podemos ficar só nisso. Se um jornal entra nessa, ficamos na poeira, pois

somos mensais, não temos como fazer uma suíte³⁸ imediata. E acho difícil que isso não estoure na imprensa brasileira. Temos que fazer algo mais perene”, diz o diretor. O editor teme que a matéria fique muito semelhante à já publicada em 2002.

Falar com o Goida é fundamental para ver até onde a matéria pode render. Meu receio é ficar só nessa questão. Em 2002, a matéria era conceitual. Agora, temos Cozzati, Goida e, pela primeira vez, a participação de filmes não-inéditos. Temos duas leituras para essa última questão: Por um lado, vai chover filme bom em Gramado. Por outro, qual filme vai ser lançado lá? Será que as empresas vão aportar recursos diante dessa situação? Temos que trocar uma impressão com o Goida. E esse negócio de prestação de contas? Bem, essa matéria tem que ser feita. E é *capável*. Temos que ir à apuração para ver. Luciano Alabarse e Walmor Chagas também são competitivos (à capa). A favor de Luciano, ele é polêmico, vai para o pau. A favor de Walmor, ele pode morrer (DIRETOR).

O editor sugere que, embora seja uma *cara* conhecida e com maior apelo para venda, a equipe abra mão, neste momento, de Walmor Chagas. “Tocamos as outras três (Vera Chaves Barcellos, Luciano Alabarse e Festival de Gramado) e vemos o que rende a capa”, opina. “Também podíamos abrir mão da Vera”, diz o diretor. O subeditor intervém, dizendo que, neste caso, ficaria muito teatro. “Então, vamos de Vera, Gramado e Alabarse. A Unisinos também é uma boa matéria, mas é a pauta óbvia”, define o diretor. O editor explica que a matéria sobre o curso de formação de escritores será no formato debate, que só Aplauso tem.

No dia seguinte à reunião, a pauta está organizada. A matéria sobre o Festival de Gramado será a capa. Quem a escreverá será o subeditor. Conversamos com ele para saber o encaminhamento da matéria. A organização do evento está em reunião para tratar de problemas, como captação de recursos e distribuição de tarefas, e ele está aguardando o retorno da assessora de imprensa para agendar entrevistas e obter informações. À tarde, ligou para a Procuradoria da República, em Caxias, para saber da prestação de contas do

³⁸ Matéria que dá seqüência ao fato abordado em uma notícia, trazendo seus desdobramentos.

Festival. Há uma série de irregularidades. Está, inclusive, na Polícia Federal. Uma ação civil pública contra alguns integrantes está correndo desde março. Mas ele não acredita no cancelamento desta edição do evento por causa disso. “O que poderia adiar é a captação de recursos”, diz. Outra informação levantada, mas ainda não confirmada, é de que eles não teriam conseguido a LIC.

Como combinado com o subeditor, que está trabalhando na matéria de capa, acompanhamos a entrevista com a assessora de comunicação do evento, que acontece no escritório da jornalista. Obviamente, ela não é fonte, mas pode trazer informações importantes. Como esta matéria acaba não se consolidando como capa, não nos estenderemos em sua análise. É importante ressaltar, no entanto, que neste encontro foram discutidas as mudanças no Festival de Cinema de Gramado e as denúncias contra sua direção. Após a entrevista, o jornalista comenta conosco: “Sobre as irregularidades, não posso me basear no depoimento dela. Mas, para fazer uma matéria investigativa sobre o assunto, preciso ir a Caxias – onde está correndo o processo, e a Gramado – onde estão os sujeitos. Não é o tipo de matéria que se possa fazer por telefone”. Ele explica que é muito pouco provável que a revista custeie sua ida a Caxias e Gramado. O orçamento é pequeno demais para isso.

Na redação, o editor faz uma reunião informal com a diretora de arte, sobre as mudanças no *design* da revista. Ela vai representar a publicação em um evento, onde abordará esse assunto. Eles conversam, também, sobre a última edição (76), que há pouco chegou da gráfica. Na entrevista da edição, utilizou-se um recurso novo, sublinhar algumas frases, como se fosse à caneta. “Vamos ver o limite do leitor de Aplauso. Prefiro que cause polêmica. Vamos aguardar o retorno, as cartas. Espero que repercuta”, diz a diretora. O subeditor dá sua opinião: “Selecionar os trechos me parece um pouco arbitrário”. O repórter, que já voltou de férias, completa: “Pode ser. Mas é interessante, chama a atenção para

os trechos e talvez leve o leitor a ler a matéria toda. E para o leitor preguiçoso é perfeito, ele só lê o que está sublinhado [risos]”.

A diretora reclama que o problema é que a equipe não sabe o que o leitor da Aplauso pensa. “Não temos retorno. Nunca sei bem quem é o público de Aplauso. Quem aparece na seção Correio é envolvido com cultura. Acho que é um público muito envolvido com cultura”, afirma. O editor explica que, realmente, não é um público muito amplo.

Ainda na redação, o editor e o subeditor conversam sobre a matéria de capa. “Os processos são fundamentais para a matéria?”, questiona o primeiro. “A matéria tem que falar disso. Para a assessora está tudo bem. O presidente vai dizer a mesma coisa. Mas, se a matéria vai ter um perfil investigativo, temos que buscar esses documentos. Se não, será uma matéria sobre Gramado, mas com outro enfoque”, explica, alertando que não sabe qual será o perfil final da matéria. A missão do Festival, agora, é, segundo ele, sobreviver, econômica e artisticamente. “Está mudando para não mudar. Tem que ter o tapete vermelho, mas menos evidente, menos burro. Outro foco da matéria é a investigação. Mas aí tem que ter outra postura. Não dá para fazer matéria desse tipo por telefone. O processo está em Caxias, o suspeito em Gramado. É irresponsável”, alerta. Eles decidem conversar com o diretor de redação.

Em cerca de 15 minutos, estão na sala do diretor. Ele quer saber detalhes do processo, em que instância está. O subeditor explica tudo o que sabe. “Essa matéria não se sustenta apenas com as mudanças, com a investigação em um *box*?”, quer saber o diretor. O subeditor diz que sim, mas aí não pode ser capa. Uma das alternativas é a matéria com Vera Chaves Barcellos, que, de acordo com o editor, não é uma capa vendável. O problema, para o diretor, é que não há como ir a Caxias do Sul fazer a investigação: “Não temos tempo para isso. Não adianta ir para Caxias e ficar apenas um dia, tem que investigar mais. Não temos condições de levantar informações suficientes para tocar essa investigação”, lamenta. O editor lembra que outras opções de capa seriam Luciano Alabarse,

responsável pelas maiores produções do teatro gaúcho e pelo *Porto Alegre em Cena*, e o ator Walmor Chagas. “O Alabarse me agrada mais que o Walmor, que é celebridade/história. Alabarse está em atividade, é movimento. Vamos fazer a capa com o Alabarse e a entrevista com o Walmor. Na capa, é importante ouvir pessoas que não gostam do Alabarse”, afirma o diretor.

A reunião com o diretor termina com a revista completamente transformada. A capa será Luciano Alabarse (perfil), a entrevista será com Walmor Chagas. O Festival ganhará uma matéria, provavelmente de quatro páginas.

O editor apresentou outra sugestão para a capa deste mês: o centenário de Pedro Raymundo (inventor do gauchismo folclórico). O subeditor acha pouco provável que vire capa: “É possível que vire matéria, mas não capa”

A equipe resolve se reunir com o diretor de redação para discutir novamente a matéria de capa. Em meio à discussão, o repórter – que está responsável pela seção *Debate* – relata que está com dificuldades para encontrar opiniões contrárias à graduação para escritores. O diretor quer saber mais sobre o assunto e a matéria vai ganhando relevância entre a equipe. “Estou sentindo, agora, o que senti naquela matéria *Sexo & Polenta*. Esta aí a nossa capa”, comemora. A linha da matéria será: a que o aluno fica habilitado? Para que serve o diploma de escritor? Posso dizer que sou escritor só porque tenho o diploma, sem nunca ter publicado nada? O curso da Unisinos custa, no total, cerca de R\$ 27.000,00. Quanto tempo um escritor precisa para ter o retorno deste investimento?

Em relação às demais opções, o subeditor avaliou a pauta sobre Pedro Raymundo e julgou que ficaria muito gauchismo – o diretor concordou com ele. O repórter questionou se Alabarse realmente renderia uma capa. “Estamos fazendo muitos perfis e muitas matérias de história”, analisa o diretor. Com a alteração da matéria de capa, muda toda a pauta da revista.

Terminada a reunião, o editor, o subeditor e o repórter discutem a matéria de capa e dividem as pautas. O subeditor alerta que a matéria de capa pode criar indisposição, conflito, especialmente pelo viés crítico que provavelmente vai apresentar: “A idéia do diretor de redação é de uma matéria crítica. Temos que ter cuidado para não criar conflitos. O Carpinejar, por exemplo, é nosso colaborador”. O editor responde que, se for uma matéria equilibrada, não haverá problemas. “Teríamos conflito se fizéssemos algo irresponsável, mas, certamente, não será assim”, diz.

A matéria sobre o Festival de Gramado, a primeira opção de capa, será menor. “Decidimos não levar muito a sério”, conta o subeditor.

A primeira entrevista para a matéria sobre graduação para escritores é com o poeta Fabrício Carpinejar, coordenador do curso da Unisinos. O encontro acontece na casa de sua família, em Porto Alegre. O repórter inicia a conversa perguntando alguns dados práticos sobre o curso. São dois anos e meio, com programas personalizados – os módulos se moldam à carência e personalidade do estudante, que tem a orientação de um professor tutor do início ao fim do curso. Além disso, ele terá um padrinho intelectual no mercado, que poderá escolher. Para a primeira turma, o curso será diurno. Mas, no vestibular de verão, a universidade deverá oferecer também noturno, para contemplar quem trabalha.

A mensalidade do curso é de R\$ 900,00. “É um valor alto, mas não dá para esquecer que é uma universidade particular e que tem uma pedagogia diferenciada”, explica Carpinejar. Entre os professores, estão Affonso Romano de Sant’Anna, Mario Corso, Flávio Tavares, Zuenir Ventura, Vanessa de Assis, Tailor Diniz, João Gilberto Noll e Walter Galvani. No segundo semestre, devem entrar Cíntia Moscovich e Luiz Ruffato. Fernanda Verissimo e a agente literária Ana Maria Santeiro também estão entre os docentes.

O repórter questiona como surgiu a demanda de um curso como este. Carpinejar responde que é um sonho dos escritores. “Há uma procura intensa por

oficinas. Além disso, o Rio Grande do Sul nunca teve tantos bons autores”, afirma, lembrando que é a primeira vez que duas gerações coexistem no estado – os nascidos nas décadas de 30 e 40 e os da década de 60 e 70. De um lado, ele destaca Assis Brasil, Tabajara Ruas, Moacyr Scliar, João Gilberto Noll, Lya Luft. Dos novos, Paulo Scott, Cíntia Moscovich, Michel Laub, Amílcar Bettega, Daniel Galera.

Não podemos fazer aqui a megalomania do diploma. Não estamos dando preferência ao diploma, mas à experiência que o aluno pode ter no curso, com diferentes pontos de vista. Acaba se criando uma confusão nisso. A gente não quer oferecer o diploma de escritor, mas a experiência de escritor, de agente literário.

Não há um curso no país que atenda os agentes literários. Os autores precisam desse elo (agentes) na cadeia produtiva. Alguém que possa realmente valorizar sua atuação profissional junto com a editora e com os eventos. Possibilite maior rapidez de versões e traduções no exterior.

No meu tempo, se eu quisesse ser cineasta, não tinha curso para isso. Teria que escolher uma profissão básica para exercer minha vocação em outro turno. E, hoje, vocação é profissão. Tu podes escolher um curso que tu realmente queres. Quando tu poderias chegar para os pais e dizer: ‘Eu quero ser escritor e vou me inscrever no vestibular para isso’? Mesmo assim, vai ser mais fácil para o jovem dizer isso aos pais, não vai ter a mesma desconfiança? Vai ter desconfiança, mas vai ser mais fácil (CARPINEJAR).

O coordenador explica, também, que o curso objetiva acabar um pouco com o individualismo na literatura. Segundo ele, as pessoas acham que escrever é parte de uma solidão monárquica. “E não é. Dependendo do teu grupo de amigos, de leitores, tu podes te tornar muito melhor, muito mais exigente. Não podemos esquecer que o Drummond não se fez sozinho. Ele tinha uma rede de amigos. Ele mostrava seus livros para Fernando Sabino, Rubem Braga, Otto Lara”, conta. Quer dizer, a universidade está formalizando essas universidades informais que já existiam entre os escritores. “Mas chegou a vez de os escritores assumirem a universidade, também. Havia um descompasso entre a literatura contemporânea e a universidade. A gente vai sanar esse descompasso”, diz.

O repórter questiona uma possível comparação com o jornalismo, cujo diploma não era obrigatório à época da criação dos primeiros cursos superiores, mas depois alcançou este patamar. Carpinejar explica:

Essa é uma das confusões danosas. As pessoas estão confundindo uma universidade de escritores com a obrigatoriedade do diploma. É um questionamento pertinente, só que não tem nada a ver uma coisa com a outra. É meio teoria da conspiração. Os escritores não acreditam que vai existir uma iniciativa para melhorar sua vida, sempre para piorar.

Uma universidade não é uma ameaça. Pelo contrário, é uma soma. Não dá pra exigir diploma de escritor, não é o que está em questão. O grande valor do curso é conseguir se relacionar e conseguir trabalhar tua linguagem 2,5 anos sem pausa.

O curso oferecerá contato com os diferentes gêneros literários: conto, poesia, novela, ensaio, crônica. Seus congêneres existentes no Brasil, de acordo com ele, estão ligados às faculdades de Letras. A PUC-Rio tem uma graduação assim, além do mestrado em escrita criativa da PUCRS, também vinculado à pós-graduação em Letras. “Os cursos de escrita criativa são muito comuns nas universidades americanas. Lá, os escritores se sustentam da literatura. E a gente ainda tem uma cisão entre o mercado e o autor. Parece que quanto mais autoral tu fores, menos público terás. Principalmente na poesia”, diz. Quem quer viver de literatura no Brasil não pode levar em conta só os direitos autorais, mas, também, o entorno literário, ensina Carpinejar – oficinas, palestras, trabalhos com revistas, imprensa e críticas também ajudam a compor o sustento dos escritores. “Hoje, tu não tens que ter um emprego aceitável pra fazer teus delírios noturnos. Os delírios podem ser vespertinos. Quando tu fazes um curso para escritores e agentes literários, tu tens uma responsabilidade e um compromisso com a própria sustentabilidade dos alunos, depois”, afirma.

O custo total da graduação é de cerca de R\$ 27.000,00. O repórter pergunta em quanto tempo o aluno terá o retorno do investimento. “Qual o valor de uma experiência como escritor? A gente vai regrar isso em números? Eu investi 27 mil e vou recuperar em 2, 3 anos? Não são parâmetros. O que se vai ter é uma experiência de linguagem, que não teria em outro lugar”, explica. A entrevista aborda, ainda, outros aspectos do curso:

Aplauso: E como fica a questão do trabalho depois de formado?

Carpinejar: Há um entorno literário para viver da área. Vamos ensinar os alunos a viverem destes entornos.

Aplauso: E o valor investido no curso, quando o aluno terá esse retorno?

Carpinejar: Não é este o parâmetro. Não se mede em valores. Ele terá experiência literária. Um aluno pode descobrir no curso, por exemplo, que é um romancista, mas demorar três anos para escrever seu primeiro romance. Será um tempo de vacas magras. Mas vamos dar técnicas para que ele possa se descobrir. É necessário ter iniciativa e criatividade. O *Miss Cultura* e o próprio *Sarau Elétrico*³⁹ são exemplos disso. O escritor não pode deixar para o mercado a responsabilidade de decidir.

Aplauso: E a questão da dupla formação [o curso é voltado a escritores e agentes literários]?

Carpinejar: É para aproximar escritores e agentes literários. O escritor tem que entender como se dá o negócio. Tem que sair da idéia do isolamento para escrever. Um agente pode trabalhar como editor, o leque da produção cultural é imenso. Pode organizar uma feira de livros, salões, seminários, etc. Os alunos terão um banho de realidade do mercado.

Aplauso: Tu achas que o escritor *quebra muito a cara* sem esses conhecimentos?

Carpinejar: Com certeza, quebra a cara por ser ingênuo.

Aplauso: Temos uma realidade, aqui, que é a migração dos escritores para o centro do país...

Carpinejar: Sim, e os formados podem ajudar as editoras daqui. Os resultados serão benéficos para as editoras gaúchas. Mas tu estás traçando um quadro triste, queres que eu chore?

Aplauso: Não, minha função é perguntar e ouvir tua opinião.

Carpinejar: É preciso haver profissionalização. Vamos estudar *best sellers*, livros didáticos, tirar um pouco essa aura intelectual. Além disso, outros profissionais podem procurar o curso. Fizemos uma parceria com a Academia Brasileira de Letras e, a cada semestre, dois imortais virão para dar aulas. No primeiro, serão dois gaúchos, para homenagear o estado. Isso mostra uma abertura da academia.

Aplauso: A PUCRS está com um curso, em nível de mestrado, sobre escrita criativa. É uma coincidência ou demonstra uma tendência?

Carpinejar: É uma coincidência. Assis Brasil [Luiz Antônio de] é um desbravador. Estamos fazendo uma Revolução Farroupilha discreta.

A formação combinada de escritor e agente literário, possibilita, segundo Carpinejar, que um aprenda com o outro.

Se tu és um agente, tu vais ter mais capacidade de dialogar com o universo do escritor. E se tu és um escritor e tu aprendes todo o trabalho de um agente, tu vais ter mais capacidade de defender tua obra. Quantos escritores assinaram contrato em branco? Muitos pensam que é um favor a editora publicar seu livro, mas não é um favor. É um negócio. É uma troca. Uma editora não faz favor, se não ela não se sustenta.

³⁹ Eventos culturais que reúnem escritores, em Porto Alegre, para a leitura e a discussão de textos literários.

O aluno vai ter a capacidade de bolar projetos, apresentar para a iniciativa privada e fazer uma mediação. O aluno vai ter um banho de realidade do mercado no curso. Se ele quer só escrever, me desculpa. É bom que ele aprenda antes de publicar um livro. Eu teria mudado muitas das minhas atitudes se eu soubesse como funciona uma editora.

Ainda não sabemos qual será o impacto da saída dos alunos no mercado. É tudo suposição. Eu imagino que os resultados serão benéficos, inclusive para editoras gaúchas. Atualmente, elas têm que formar os profissionais. O curso vai abreviar isso. As editoras vão começar a procurar estes profissionais dentro do curso. É fácil criar uma editora nova. O difícil é mantê-la. Quantas editoras surgiram no Rio Grande do Sul? Várias. Precisa ter um capital de giro muito forte.

No curso, a gente vai estudar o *best seller*, os livros didáticos, que são outras formas de sustento. O aluno vai entender como funciona o *best seller*. Ou como funciona a função do *ghost writer*. Vamos tirar um pouco a aura intelectual do escritor (CARPINEJAR).

O repórter pergunta ao coordenador do curso qual será o papel das oficinas literárias neste novo contexto. O entrevistado diz que essa questão é uma maldade do jornalista: “Há público para os dois. Um pode, inclusive, desenvolver o outro”. O repórter insiste: “Mas o papel das oficinas vai mudar?”. “Vai afetar. Vai se tornar mais exigente”, responde.

No novo curso, a avaliação do aluno será pública, através de um *blog* no qual ele publicará seus trabalhos. “A vulnerabilidade do aluno é sua força. Quanto maior o contato com o público, melhor. No *blog*, não é só o aluno que é avaliado, o professor também. E isso é um desafio. Para o aluno, na maioria das vezes, o texto é algo precioso. É difícil aceitar a crítica. Ele pensa que o texto é seu próprio corpo. É preciso mostrar que o texto não é ele, é um outro”, analisa o coordenador. A avaliação dos novatos será feita, segundo ele, pela fidelidade a si mesmos. “Não posso avaliar um aluno em relação aos outros candidatos”, diz.

O repórter indaga como os escritores estão reagindo à criação do curso. Carpinejar conta que se criou uma polêmica: “Estou mexendo em um vespeiro. Há escritores entusiasmados, eufóricos. Há os alarmados, apocalípticos. Quem é contra, é extremista, vai para o lado pessoal. Muitos se sentem ameaçados pelo curso. Quem ficou entusiasmado quer ajudar, dar sugestão”. Para ele, no estado, a recepção está sendo boa. A polêmica aconteceu no Rio de Janeiro, “mas pelo fato de o curso não ser carioca”, acredita. “Aqui, os escritores têm consciência de sua atividade”, explica, salientando que está disposto a dialogar com todo mundo,

“até pra aperfeiçoar a proposta”. Segundo ele, muitos estão confundindo com a obrigatoriedade do diploma: “Mas, nunca! Qualquer um pode escrever, isso é uma liberdade de direito, é democracia!”.

A segunda entrevista para esta matéria é com o escritor Luiz Antônio de Assis Brasil, coordenador do Mestrado em Escrita Criativa da PUCRS. Na mesma linha da graduação da Unisinos, o curso tem como objetivo contribuir para a formação de escritores. O encontro acontece na própria universidade. O repórter inicia a entrevista falando sobre o ensino profissional para a área. O entrevistado dá um panorama da prática no mundo:

Nos EUA, começou na década de 50. Na França e na Itália também é comum. No Brasil, ainda se discute isso. Nos EUA, as pessoas fazem mestrado nestas áreas. São poucas as universidades que não têm cursos assim. O objetivo é formar escritores e pessoas que possam formar escritores. É, também, formar quadros para as universidades. A tendência, no mundo, é que os escritores saiam das universidades ou estejam ligados a elas. É um fenômeno que está se ampliando. No passado, eram funcionários públicos, depois jornalistas, agora os escritores são acadêmicos.

Quem questiona essa iniciativa não sabe o que está acontecendo no mundo da cultura. É pura ignorância do que acontece no resto do mundo. Aqui, escrita criativa é um dos eixos do mestrado em Teoria Literária. Mas estamos agindo com muita cautela. Neste ano, entraram só quatro. Os alunos apresentam como dissertação uma obra literária, antecedida de um capítulo teórico (ASSIS BRASIL).

Um dado interessante é que a metade dos inscritos para a seleção do mestrado em Teoria Literária optou pela área de Escrita Criativa. O perfil do público, conforme o coordenador, é jovem, com muita leitura e profissões demarcadas. No grupo atual, há jornalistas, um musicoterapeuta, um administrador e uma professora. Todos querem ser escritores. “O curso foi algo natural em decorrência dos 20 anos da oficina⁴⁰. Encaro a estranheza de muitos com naturalidade, tendo em vista a baixa escolaridade das pessoas. A maior resistência é dos próprios escritores. Querem preservar uma hipotética aura para sua profissão”, define.

⁴⁰ A oficina literária de Assis Brasil é uma das mais valorizadas no estado e a mais antiga em atividade no Brasil.

Em relação às oficinas de criação literária, das quais é precursor e uma das principais referências no país, ele acredita que os cursos de graduação ou pós-graduação não representam uma interferência direta. “Nas oficinas, admitimos pessoas talentosas que estão finalizando o ensino médio. Pessoas que não são sequer universitários, ou pessoas que já têm outras profissões. E muitos preferem este formato porque ele é menos burocratizado, não exige cursar algumas disciplinas que a pessoa eventualmente não quer”, explica, salientando que há um espaço enorme e crescente para esta atividade.

O repórter questiona o escritor a respeito de mudanças recentes no cenário da literatura no estado, com a migração de muitos escritores para editoras do centro do país. Assis Brasil, que publica por uma editora gaúcha, nega a existência de uma crise na área, no Rio Grande do Sul. “O que acontece é que as editoras do Rio de Janeiro e de São Paulo têm tido uma atitude agressiva em seu mercado externo. O fato de publicar aqui ou no centro do país não tem relevância no atual contexto”, diz.

Segundo ele, o aluno terá, nesses cursos, todo conhecimento literário que hoje é indispensável para o escritor. “Passou o tempo do ignorante iluminado. Hoje, o escritor deve ser capaz de refletir sobre sua própria obra, sobre a obra alheia e o sobre o fenômeno literário em si”, explica. Outra contribuição do curso da PUCRS é que ele também qualifica o aluno para ser um docente universitário, o que é compatível com a carreira de escritor.

O repórter questiona se o curso de mestrado vai formar potencialmente melhores escritores. Assis Brasil diz que ainda não se pode confirmar isso. É uma hipótese. “Mas, que ele vai estar mais instrumentalizado, pra usar um termo da moda, é inegável. Numa sociedade em que a presença do autor é tão fundamental quanto a presença da obra, esse autor tem que ser uma pessoa preparada. Ele tem que poder refletir sobre literatura e sobre sua obra”, ressalta. A formação, conforme seu ponto de vista, dará ao escritor mais instrumentos para enfrentar a vida literária e para pleitear uma vida acadêmica – que, para ele, “é a melhor para o escritor no presente momento”. A geração de escritores à qual

Assis Brasil pertence está, pelo menos a metade, conforme salienta, ligada à universidade.

A tendência é diminuir gradualmente o número de profissionais de outras áreas que são também escritores. Devido a essa profissionalização crescente, será estranho no futuro a pessoa ser escritor profissional e ao mesmo tempo de uma área que não tenha nada a ver, como engenharia química, por exemplo. Pode até haver, sem problema nenhum, mas a tendência é que sejam acadêmicos ou que trabalhem em áreas afins, como jornalismo e publicidade (ASSIS BRASIL).

O jornalista questiona em quanto tempo o aluno consegue recuperar o dinheiro investido no curso. Assis Brasil explica que é complicado responder a isso, pois não há garantia nenhuma. “Vai depender de uma série de circunstâncias. Do talento, da sorte e dos apoios que tiver, especialmente da mídia”, explica.

Para o entrevistado, a criação dos dois cursos no Rio Grande do Sul deu-se por uma razão de ordem sociológica. “Aqui, temos a maior classe média do país. Isso é um dado relevante, porque os escritores saem da classe média. Eles não saem entre os milionários e nem entre os miseráveis”, afirma. Além disso, diz-se, tradicionalmente, que o estado tem um sistema literário, “ao estilo do que Antônio Cândido conceituou como sistema literário: editoras, distribuidoras, livrarias, escritores, leitores e escola”. Para Assis Brasil, as oficinas literárias também contribuíram para o surgimento destas iniciativas.

Na redação, a revista já passou por mais alterações. A matéria sobre o centenário da imigração japonesa, que entrou na pauta por sugestão do colunista de cinema, caiu. A equipe tentou um contato por *e-mail* com a diretora de cinema Tizuka Yamasaki, mas ela não deu resposta. Em seu lugar, entrará uma matéria sobre artes plásticas. O editor irá a São Paulo, a convite da organização da mostra “Arte Brasileira – Coleção Gilberto Chateaubriand”.

A entrevista da edição não será mais com Walmor Chagas: ele não estará em Porto Alegre, como era o previsto. Será com a curadora da Bienal de São

Paulo, “que promete ser bem inovadora”, de acordo com o editor. Quem a fará será Fernanda Albuquerque, ex-repórter da revista, que está morando na cidade. Há a possibilidade de uma entrevista com os dois mentores do Torreão⁴¹, mas talvez fique para a próxima edição.

Para a matéria de capa, o repórter entrevistou, por telefone, o jornalista e escritor José Castello, de Curitiba – uma sugestão do subeditor, o escritor Daniel Pelizzari, a editora da Record, Luciana Villas-Boas, e a aluna do mestrado em Escrita Criativa da PUCRS, Monique Revillion. Tivemos acesso às anotações do jornalista a respeito de algumas destas entrevistas, que seguem abaixo:

José Castello:

A literatura, mais do que as outras artes, trabalha com a palavra pura e com o pensamento puro. Na pintura, por exemplo, você pode ensinar certas técnicas mecânicas. Como lidar com as cores... a literatura está num campo mais abstrato. O escritor não precisa de nada, seja um pincel, um violino. O campo dela é o da palavra e do pensamento. Assim como a música é a mais abstrata, a literatura é a mais subjetiva. Para você se tornar escritor, você tem que ter atributos que, a meu ver, não se ensinam. Por exemplo, você tem que ter imaginação. Isso não se ensina. Ou você desenvolve atributos pessoais ou você...

[...]

O que é fundamental você aprende sozinho. A grande escola é você se tornar antes ou ao mesmo tempo um leitor. Você tem que ler, e apaixonadamente. Isso é uma coisa individual. É uma coisa que você faz sozinho, no seu quarto.

Eu acho que, num certo sentido, a criação de cursos de escritores é mais uma ilusão que se cria em torno dessa expansão maluca, que surgiu na universidade brasileira desde a privatização levada à frente pelo governo Fernando Henrique. O Brasil se encheu de faculdades. Hoje há curso de tudo, as coisas mais absurdas. E as pessoas se iludem, achando que por terem um diploma, elas se tornarão aquele profissional prometido pelo currículo. O que você mais vê são advogados trabalhando como motoristas de táxi, jornalistas trabalhando como burocratas. Grande parte dos mercados não dão conta dessa superprodução enlouquecida de diplomas. Esse modelo, colocado pelo governo Fernando Henrique é um modelo ensandecido, que só serve aos que exploram o ensino como negócio. E as pessoas estão se iludindo com isso.

[...]

⁴¹ Espaço cultural de Porto Alegre.

Escrita criativa é uma coisa. Mas eu jamais ousaria... mesmo que o sujeito passasse dez anos comigo, eu lhe daria um diploma de escritor que ele poderia se apresentar como escritor. Sou a favor de cursos de escrita criativa. Sou um cara que está batalhando isso aqui em Curitiba. As pessoas que apareceram como alunos eram músicos, atores. Escrita criativa pode interessar a qualquer um. É uma coisa a ser incentivada e é uma coisa que eu faço. Mas o que vai tornar ele um escritor são os livros que ele vai escrever. Independentemente de ter feito curso comigo, na Unisinos ou nos Estados Unidos.

Daniel Pellizzari:

– *Como você vê a idéia de um curso de graduação e outro mestrado para formar escritores (e agentes literários)? É necessário diploma para ser escritor?*

– Necessário, nem de longe. Os mestrados em escrita criativa são tradicionais nos EUA, que têm uma tradição cultural respeitável. Por outro lado, não sei, juntando com essa graduação. O ambiente acadêmico aqui e lá é bem diferente.

[...]

Graduação: eu vejo como essa mania brasileira do bacharelismo. Acho que se pode aprender bastante coisa. Técnica pode ser ensinada (fiz oficina do Assis há dez anos e foi bastante importante). Mas tenho certa implicância com essa cultura do diploma. Prefiro cursos livres. Desatrele esse peso de profissão.

Ser escritor não é profissão. Claro que não. Conhecendo o Brasil, se esses cursos continuarem, em breve vai surgir um engraçadinho pedindo reserva de mercado para bacharéis... Sempre acontece aqui...

É impossível formar escritores. 40 por ano... 100 escritores novos é piada. Mas forma leitores também. Forma professores para o próprio curso. Se retroalimenta. Tirando a parte dos agentes, que é bem vinda. Se for incluir toda a parte editorial... Eu vivo só de tradução.

[...]

– E sobre a idéia de publicar os primeiros trabalhos em um blog, tornando público o trabalho do escritor iniciante?

– É engraçado precisar de um curso pra fazer isso. É uma coisa tão lógica e simples de fazer. Claro que no curso tem uma coisa boa, que é o professor. Quando eu comecei não tinha ninguém, mas em 98, 99, tinha menos escolha. Agora é massacrante. Está cada vez mais complicado conseguir leitores. Todo mundo faz isso. Por mais que os leitores tenham boa vontade, não é mais tão simples. Virou uma coisa massificada. Na verdade, pouca gente vai ler. Mas isso de jogar o texto pro público e não jogar coisa pra gaveta... Na verdade, a Internet é a gaveta contemporânea. Mas é legal tu teres uma resposta.

Não acho errada a idéia do curso em si. Claro que isso não torna alguém escritor (vale para músicos e artes plásticas). A minha preocupação é uma coisa específica do Brasil, de criar diploma, regulamentação pra tudo... Pra mim é uma coisa nociva. Pode burocratizar um pouco... Eu sempre tenho um pé atrás com relação a diploma. Parece uma coisa absurda, mas, se nos anos 50, alguém dissesse que precisaria de diploma para jornalista, seria a mesma coisa.

Entre as referências do jornalista, estão, também, o *site* da Unisinos e a matéria sobre o tema publicada no caderno *Prosa & Verso*, do jornal O Globo, “que serviu para ver a repercussão”. A matéria, publicada na capa do suplemento, suscitou uma discussão no *site* do jornal e uma enquete *online* com a pergunta: *Um curso superior é capaz de formar novos escritores?*. Neste espaço, apareceram muitas críticas ao curso, com a idéia geral de que o ensino acadêmico não é o suficiente para formar um escritor.

O repórter fez mais algumas entrevistas por telefone para a matéria de capa: Eduardo Lanius, crítico literário do Jornal do Comércio; Lúcia Riff, agente literária; Paulo Henrique Sbritto, coordenador do curso da PUC-RJ; Luiz Fernando Araújo, editor da Artes & Ofícios – “para dar uma visão sobre o mercado gaúcho”; e Anderson Muller, aluno aprovado no curso da Unisinos. Pretende, ainda entrevistar Charles Kiefer e Cíntia Moscovich. Talvez mais um aluno da PUCRS e outro da Unisinos. A apuração deve encerrar em poucos dias. Tivemos acesso a suas anotações da entrevista com Eduardo Lanius:

Eduardo Lanius

– *Como você vê a idéia de um curso de graduação e outro mestrado para formar escritores (e agentes literários)?*

– O curso junta duas coisas. O de escritores, para mim, até porque não sabemos no que vai dar, no primeiro momento, me parece um ofício. Tem outros elementos, mas é um ofício. E, de outro lado, tem esse de agentes literários, que é uma coisa nova. Esse tipo de profissional praticamente não existe no Brasil. O mercado está profissional agora. Aqui está engatinhando. É uma característica do nosso mercado, mais profissionalizado, o do centro do país. Porque se tu pegar as editoras gaúchas, elas não pagam direito, se pagam. Por isso os escritores migraram. Não te paga e não te distribui.

Minha posição sempre foi contrária às oficinas. Eu hoje sou mais tolerante. Através delas, saíram escritores muito bons. O Michel Laub, Cíntia, a Monique.

Mas o grosso é gente que publica livro, mas faz uma literatura média. Boa parte deles paga para publicar. Da quantidade, acaba aparecendo a qualidade. As oficinas juntam gente com interesses afins. Gente que tem interesse em comentar literatura. Podem surgir dicas, macetes, leituras mais proveitosas. Agora, tem outros que só fazem uma literatura burocrática.

Quanto a agente literário, é um negócio mais sério. Mas o curso dura 2,5 anos. Vamos imaginar que seja um curso meio a meio. O

cara sai diplomado como agente literário. Mas não sei se o mercado está pronto para um profissional... curso feito meio nas coxas. Talvez em 4 anos.

[...]

Como o curso ainda não aconteceu, a gente não sabe o que vai dar. Minha curiosidade é ver daqui a 3 anos, com a turma formada... Podem publicar... agora, se vão vender é outro papo. Mas não adianta apenas publicar. Tem que encontrar leitores.

– *Mais escritores capacitados?*

O curso pode ajudar esse futuro escritor. Ter a chance de discutir com colegas de interesses comuns. Vendo por aí, acho que tudo ajuda um pouco. Mas não sei se vai ter um efeito prático claro. Esses três exemplos são exceções. São gente boa que as oficinas podem ter ajudado. Mas eles seriam bons autores que dariam certo independente das oficinas. Talvez autoconfiança.

Acompanhamos o repórter em entrevista com o escritor Charles Kiefer, do corpo docente do mestrado em Escrita Criativa da PUCRS, em sua casa. O jornalista inicia falando sobre a formação profissional de escritores e os novos cursos que estão no mercado. Kiefer afirma que, em sociedades mais desenvolvidas, a relevância destes cursos nem é mais discutida. “É uma questão de atraso econômico. Mas era inevitável que isso acontecesse”, avalia.

Abaixo, reproduzimos parte da entrevista:

Repórter: Cursos de “escrita criativa” são muito populares nos Estados Unidos, mas não no Brasil. Por quê?

Charles Kiefer: É uma questão de atraso econômico. Na medida em que o Brasil esta se industrializando, entrando na mundialização, isso era inevitável. Assim como as multinacionais entraram no ramo do livro, as universidades, os cursos... é uma explicação econômica.

Eu mesmo fiz, em 86, nos Estados Unidos, o International Writing Program, na University of Iowa. O Assis Brasil fez em 85 ou 84 em Portugal, em Açores. É o tipo de coisa que existe, nos Estados Unidos, há mais de 100 anos.

Os processos culturais estão a reboque dos processos econômicos. Numa sociedade agrária, patriarcal, conservadora, católica, etc, como é o Brasil, é óbvio que isso acontece bem mais tarde. Não por acaso, esse cursos estão aparecendo no Rio Grande do Sul. São Paulo, que é industrializado, já tinha cursos na área do livro, mas nenhum oficial. Além disso, as oficinas literárias já existem há mais de 20 anos aqui. Elas prepararam o público que agora vai passar a frequentar as cadeiras acadêmicas.

[...]

R: Em um curso assim, como avaliar o aluno?

CK: Quem conhece teoria da literatura sabe que é possível avaliar. Um curso desse talvez não ensine alguém a ser escritor, mas quem já sabe escrever sairá melhor. Não temos a pretensão de gerar escritores.

R: Isso pode aproximar a academia da nova literatura contemporânea?

CK: Por princípio, a academia é conservadora. Temos um sistema literário com várias esferas. Aplauso, por exemplo, faz parte deste sistema.

R: O que pode acontecer de benéfico e maléfico na relação dos novos autores com a academia?

CK: Será benéfico o escritor saber mais coisas, e se a academia lhe der condições de aprender mais, melhor. O conhecimento nunca atrapalha. O aspecto negativo é se a gente homogeneizar. É preciso haver o escritor outsider, pela sua própria existência, mas também pela existência da academia. É a sua produção que provoca quem está na academia. As duas esferas são importantes. Não podemos trazer todos os escritores para a academia. Seria muito chato. No curso, por exemplo, temos muito cuidado para não impor sobre o aluno as nossas concepções estéticas. É necessário respeitar a visão estética do aluno.

É uma visão romântica imaginar que a criatividade fica diminuída diante do conhecimento. Assim como tem gente... Tem muito escritor problemático que devia ir para um psicanalista. Ai o cara não vai, porque imagina que, se for no psicanalista, ele vai mexer nos mecanismos interiores, e o relógio vai estragar e ele não vai mais conseguir trabalhar. Mas, na verdade, é o contrário. Quanto mais ele abrir o relógio, lá no psicanalista, trabalhar suas pulsões, etc., melhor escritor ele vai ser, porque ele vai saber canalizar melhor as coisas. Ele tem medo de perder a loucura porque acha que vai parar de escrever. Mas ele não escreve por ser louco. Apesar de louco, ele escreve. A diferença é essa.

R: Os escritores sairão mais auto-conscientes?

CK: Esse é o ganho. Imagina você fazendo uma matéria para Aplauso sobre um curso de graduação de música. Você não faria, porque é pressuposto que nas outras áreas haja isso. Mas na literatura não pode haver? A literatura vai ser sempre o patinho feio da ciência?

R: Viver da literatura era impensável há algumas décadas...

CK: Não são todos que conseguem isso. Eu estou há 28 anos nesse mercado, trabalhando todos os dias, fazendo palestra, viajando... Mas eu não poderia viver de direito autoral, que é um dos fatores desse conjunto. Não é um fenômeno brasileiro, é mundial.

R: Como fica o papel das oficinas literárias nesse cenário? Elas ficam direcionadas a um público diferente, talvez mais amador?

CK: Não, são perfis diferentes, de curso e de público. No mestrado da PUCRS, por exemplo, só pode entrar quem é formado em humanas. Na oficina, tenho muitos alunos da área de exatas. E, às vezes são os melhores alunos. É assim desde que eu comecei as oficinas, há 19 anos. Além disso, na oficina, não queremos formalizar o conhecimento.

[...]

R: O mercado está preparado para absorver esses talentos? O que tu prevê pra tanta gente que vai sair formada?

CK: Não tem mercado. Mas vou devolver a pergunta: E quem faz direito? É a mesma coisa. O que vai acontecer é que esse curso não será o central na vida do sujeito. Ele terá outra profissão paralela, provavelmente. Eu conheço taxista advogado, médico e, em breve, teremos taxista escritor. O que será muito bom. O cara vai aprender muita coisa da vida (risos).

R: Esse é o futuro de alguns?

CK: É o futuro de 96%. Esses não vão ser os cursos centrais na vida de ninguém. O cara vai ter um comerciazinho com o pai, vai vender salame, bolacha, e vai ter um curso superior de escritor. Qual é o problema? Eu acho que nesses cursos de escritor vai ter muito jornalista, viu? Muito jornalista desempregado vai arrumar mais um lugar de desemprego (risos.)

R: As editoras gaúchas enfraqueceram. Onde elas erraram?

CK: Não erraram. Não dá para fazer nada.

R: E um cenário desalentador para quem se forma aqui.

CK: Hoje posso discutir isso, as questões do mercado, da sobrevivência como escritor, no curso superior. Quando eu comecei a cobrar para dar palestras, me chamaram de mercenário. O Paulo Hecker Filho me chamou de mercenário. É a indústria cultural, sei disso. Mas, se não for assim, ninguém paga suas contas.

R: E tu acreditas na exigência do diploma para escritor? Isso vai acontecer?

CK: Pode ser. Imagina que a editora Jarro vai exigir que pra publicar tem que ter diploma de escritor. Mas, do lado, vai ter a editora Caneco que vai publicar livro de qualquer um. Vai continuar a mesma coisa. Mesmo que venha a institucionalização (do diploma), o escritor vai encontrar como burlar a lei. E eu acho que vem (a institucionalização), como aconteceu com o jornalismo. Em relação ao jornalismo, quem apostou contra errou. Vem. Não agora, mas vem. Editoras do centro do país vão dizer: Ah, tu te formou na Unisinos? Então é bom. Te formou em Cacimbinhas? Então é ruim. Vai ter isso daí.

R: É uma provocação?

CK: Não. Eu estou rindo, mas estou falando sério (risos.) Mas, não é pra amanhã, é para daqui a 50, 40 anos.

Pode ser que os cursos da PUCRS e da Unisinos não dêem certo e as instituições tenham que recuar. Mas eu acho que não, não vai acontecer isso. Eu entendo as pessoas que estão assustadas. Mas, com o andar da carruagem, as melancias e abóboras se ajeitam. É só andar.

R: Esse investimento vai fazer com que a literatura do Rio Grande do Sul seja melhor dentro de 10 anos?

CK: Eu tenho absoluta certeza que sim.

Antes de sairmos da casa de Charles Kiefer, o escritor pergunta ao repórter se a revista vai se posicionar na reportagem. O jornalista responde que

não: “Será uma reportagem plural, vamos ouvir diferentes opiniões”. Embora a edição já esteja em fase avançada de produção, ainda não é certo que esta seja a matéria de capa. Há a possibilidade, mesmo que pequena, de o perfil de Luciano Alabarse ganhar este espaço. A equipe vai esperar os textos ficarem prontos para ver qual *rende* mais. Isso ocorre porque a matéria sobre a formação de escritores talvez não traga nada de novo. “Há um fato novo, mas a discussão é velha”, diz o jornalista encarregado da pauta, salientando que não houve surpresas ao longo da apuração, algum caminho diferente ou abordagem nova. Está acontecendo tudo dentro do esperado.

Diante desta possibilidade, passamos a observar com maior assiduidade a construção da matéria sobre Luciano Alabarse, sob responsabilidade do subeditor da revista. Acompanhamos entrevistas e um ensaio da peça **Hamlet**, dirigida por ele. No entanto, mais uma vez, não nos deteremos na análise, porque ela não se tornou reportagem de capa.

Na cobertura da exposição “Arte Brasileira – Coleção Gilberto Chateaubriand”, em São Paulo, o editor ouviu comentários positivos de cariocas e paulistas a respeito da revista. O curador da exposição, no entanto, criticou uma matéria de Aplauso sobre a exposição da mesma coleção, realizada em Porto Alegre, no Santander Cultural. Segundo ele, o autor do texto não havia entendido a mostra.

O editor e o repórter discutem a linguagem visual da matéria de capa e optam por usar ilustração. O trabalho será solicitado a Adão Iturrugarai.

Houve algumas alterações no cronograma da revista. Caiu o texto sobre a escritora Maira Parulla, que estava programado para esta edição, porque a crítica

Cris Gutkoski, responsável pelo texto, não estava gostando do livro que seria resenhado. Caiu, também, a entrevista com a curadora da Bienal de São Paulo, pois ela estava sem tempo, e não conseguiria receber a equipe com calma. Em seu lugar, entrou a entrevista com Álvaro Siza, arquiteto português, responsável pelo projeto do Museu Iberê Camargo. Os temas tratados são, em especial, o próprio projeto e a arquitetura contemporânea. Esta entrevista acaba respondendo, mesmo que em parte, aos anseios de alguns colonistas, que reivindicavam uma seção para arquitetura. O editor reforça, no entanto, que não vê a necessidade de uma seção fixa para o tema. “Arquitetura não faz falta na revista”, diz.

Houve uma melhor definição da linha da coluna *Bis*. “As duas primeiras foram o samba do crioulo doido, então resolvemos focar. A temática será a cultura regional. Nesta edição, serão publicadas frases de personalidades locais”, explica o editor.

Para a matéria sobre formação de escritores, foram ouvidos alunos dos cursos da PUCRS e da Unisinos. Mas o repórter ainda não decidiu se vai usar estes depoimentos: “Tenho que olhar de novo as anotações. Ver se não vai ficar deslocado. Acho legal a idéia de entrevistar pessoas não especializadas, mas, às vezes, isso não cabe na matéria”.

Na seção *Correio*, entraram todas as cartas que sobraram da edição passada, mais dois *e-mails* que chegaram neste mês (de Ivo Bender e Bóris Fausto, referentes às matérias em que eles aparecem como fonte).

Na redação da revista, lemos a página da matéria sobre o Festival de Gramado, já revisada pelo diretor de redação. Na página, o editor escreve um

recado ao diretor, pedindo que leia o texto com bastante atenção, já que se trata de um tema delicado, inclusive com investigação policial.

A reportagem de capa ainda não está definida.

A Lei de Incentivo à Cultura do estado completou 10 anos em 2006. É ela uma das principais responsáveis pela existência e sobrevivência de Aplauso. O editor e o subeditor conversam sobre a possibilidade de fazer uma matéria sobre a Lei. O último acredita que o tema rende uma reportagem boa: “E se a sugestão for nossa, teremos maior autonomia”, diz.

A revista já está em fechamento e, mesmo assim, a capa ainda não foi definida. A resolução só sairá quando as duas matérias estiverem diagramadas. O texto sobre o Festival de Cinema de Gramado perdeu duas páginas. “Isso porque não rendeu tanto, ficou muito na discussão antiga de que Gramado precisa mudar. O texto conseguiu dar o recado em duas páginas”, explica o editor. A seção *Galeria*, em compensação, ganha mais uma página. O texto será de Blanca Brites.

Por falta de tempo, provavelmente não haverá reunião de capa. Se o tema for a formação de escritores, será utilizada uma ilustração de Adão Iturusgarai. A decisão será pela representatividade da reportagem: se rende uma boa chamada, etc. As demais matérias já estão sendo editadas.

O perfil de Alabarse está praticamente pronto. O subeditor apenas checa números e informações, além de levantar algumas informações sobre espetáculos antigos do diretor teatral.

Chegamos na redação um pouco antes da reunião de capa. A proposta apresentada não foi aprovada pelo diretor-geral. Trata-se de um *cartum* (veja abaixo). O subeditor sugere diminuir os balões, mas destaca que a redação gostou muito da idéia da capa.

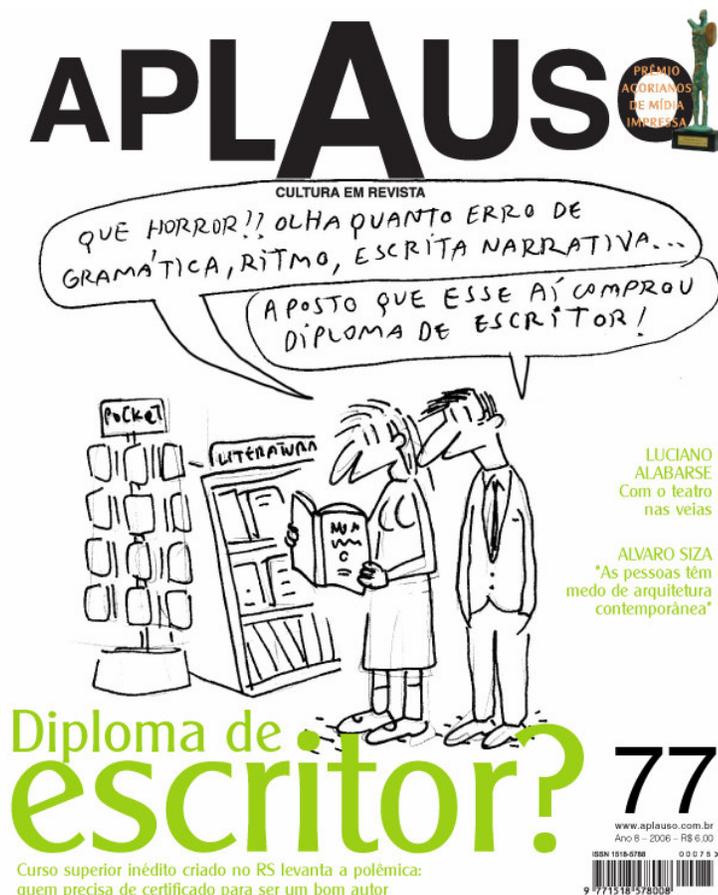


Figura 2: Idéia da capa da edição 77 da revista Aplauso

O diretor de redação explica que o diretor geral não gostou do conceito e da estética. “Ele acha que estamos nos afastando do padrão de Aplauso que tínhamos”, explica. Para que não ocorram problemas conceituais como esse, ele solicita que a editora de arte esteja presente nas reuniões de capa, com a matéria lida. “Além disso, precisamos instituir a capa com antecedência”, pede o editor.

A matéria de capa é a que exige maior elaboração. Na Aplauso, estamos tentando fazer matérias de capa diversificadas. Discutimos muito sobre isso. Mas, a arte deve receber a matéria para poder criar. Eles precisam participar da reunião de capa. Até porque vemos que a editora de arte está desconfortável com a capa apresentada. Temos que ver outra capa: o cerne desta matéria é uma pergunta – diploma de escritor? (DIRETOR DE REDAÇÃO).

O editor está desapontado com o fato de a primeira sugestão de capa não ter sido aprovada. “De todas as idéias, acho esta a melhor”, lamenta. O diretor de redação diz que sente muito, mas é preciso buscar uma alternativa. O repórter sugere partir para uma linha completamente diferente do que está se trabalhando. O diretor pede que a equipe dê uma olhada nas capas da Bravo. “Vamos assinar a Bravo. Vamos conhecer a linha deles. A nossa linha de capas está nebulosa para mim”, reclama. O editor explica que a Bravo é uma revista de mercado, “repete a mesma fórmula”. Para ele, o que incomodou o diretor geral foi a aposta em algo que ninguém faz. “Ele não quer que as pessoas achem a Aplauso estranha”, acredita.

Após a reunião, conversamos com o editor sobre o ocorrido. Ele diz que é comum o diretor geral não gostar das idéias gráficas para a capa. “Por mim, seria a idéia inicial. Mas o diretor achou muito ousado, muito diferente. Ele acha que, graficamente, a revista está fugindo do projeto gráfico, está inovando muito, se afastando do tradicional”, explica. Em virtude desse problema, o fechamento da revista acabou atrasando.

Na redação, a equipe discute a diagramação da matéria da capa e da capa. O editor comenta que Adão Iturrugarai está “sem idéias”. A equipe solicitará mais algumas ilustrações, para usar também no decorrer da reportagem. Para isso, é necessário dar um prazo maior para o ilustrador e adiar mais ainda o fechamento da edição. A editora de arte não vê problemas nisso, pois o comercial ainda está aguardando um anúncio. Ficou de ver com o diretor executivo se é possível essa solução.

Adão Iturrusgarai envia mais uma proposta para a capa – um candidato a escritor, segurando uma máquina de escrever, vê-se diante dois caminhos: um, tortuoso, do autodidatismo; outro, facilitado, do diploma. O diretor de redação não gostou, mas, segundo o editor, aprovou. Falta aprovação do diretor geral. A equipe fará reunião com ele para decidir isso. As ilustrações da matéria já serão finalizadas.

Da reunião de capa, participam o diretor geral, o editor, o repórter responsável pela matéria, o diretor de redação e a editora de arte.

Diretor Geral: O único caminho foi a ilustração? E com máquina de escrever?

Diretor de Redação: Não gostei da máquina. Mas, por o ofício ser uma arte milenar, a máquina simboliza. Dá um pouco de arte.

DG: Continuo não gostando. É fraca, sem apelo. É uma idéia de quem não tem idéia. Não é bonita, não tem estética atraente, não tem boa idéia, é feia.

DR: Mas a idéia da bifurcação está expressa aqui. O editorial começa com essa idéia. Outro caminho é alguém distribuindo diplomas, uma linha de montagem.

DG: Nós estamos colocando questões ou temos uma posição?

DR: Não, a matéria apresenta as duas posições.

DG: No mundo, onde há esses cursos? Na Europa, na França?

Repórter: Nos Estados Unidos, tem muito.

DG: Acho muito estapafúrdia essa idéia de curso para escritor.

DR: Tu precisas ler a matéria. Nem todos que estão aqui leram a matéria. Aí fica difícil.

DG: É difícil fazer essa capa.

DR: É simples, a execução é que não está boa.

DG: Na Aplauso, quando a idéia não é forte, deve ser, pelo menos, bonita. A linguagem do *cartum*, para a Aplauso, não me agrada. É uma coisa pequena, ela reduz muito. A idéia dos caminhos é muito cartesiana.

DR: Pode estar feio e fraco, mas há um casamento entre chamada e ilustração. É o que temos.

DG: Vamos ter que aprovar por prazo, é isso?

DR: Vamos pensar. Suspender a seção até segunda-feira.

Editora de arte: Já estamos atrasados. De qualquer maneira, o leitor só receberá em agosto.

DG: Isso é muito ruim. Sugiro produção fotográfica, de um ambiente, de alguém escrevendo. Prefiro uma capa bonita do que um *cartum*.

O diretor geral sai da reunião.

Editor: Tem uma questão. Quando falamos que seria ilustração, fechei com o Adão. Temos que pagar ele.

DR: Não estou trabalhando com a idéia de foto. Vamos trabalhar em cima da mesma idéia.

EA: Não acredito em uma capa com foto neste caso.

Editor: Nem eu.

DR: Estamos pagando o preço de não termos enviado a matéria para ele ler. Ele não sabe o que é a matéria. Fica preso a alguns padrões. Ele veria que não tem foto para isso. Só vou falar com ele depois de ele ter lido a matéria.

Editor: Não estou nem mais dando minha opinião, mas pensando na aprovação.

DR: Terça-feira é o limite para entrarmos em gráfica.

Editor: Mas temos que pensar no leitor [em relação ao atraso].

DR: Mas ainda não temos execução. Vou ouvir o diretor executivo.

Depois desta, nova reunião é convocada, com o diretor geral. A solução encontrada foi solicitar a capa para outro ilustrador – o escolhido foi Rodrigo Rosa. Ele já encaminhou uma idéia, mas o editor não gostou, achou muito simples – chapéu de formando com formato de livros. A versão final corresponde ao *briefing* passado a ele pela equipe de redação – uma linha de montagem, onde cada pessoa entra como é e sai com a cara de um escritor famoso (veja a seguir).

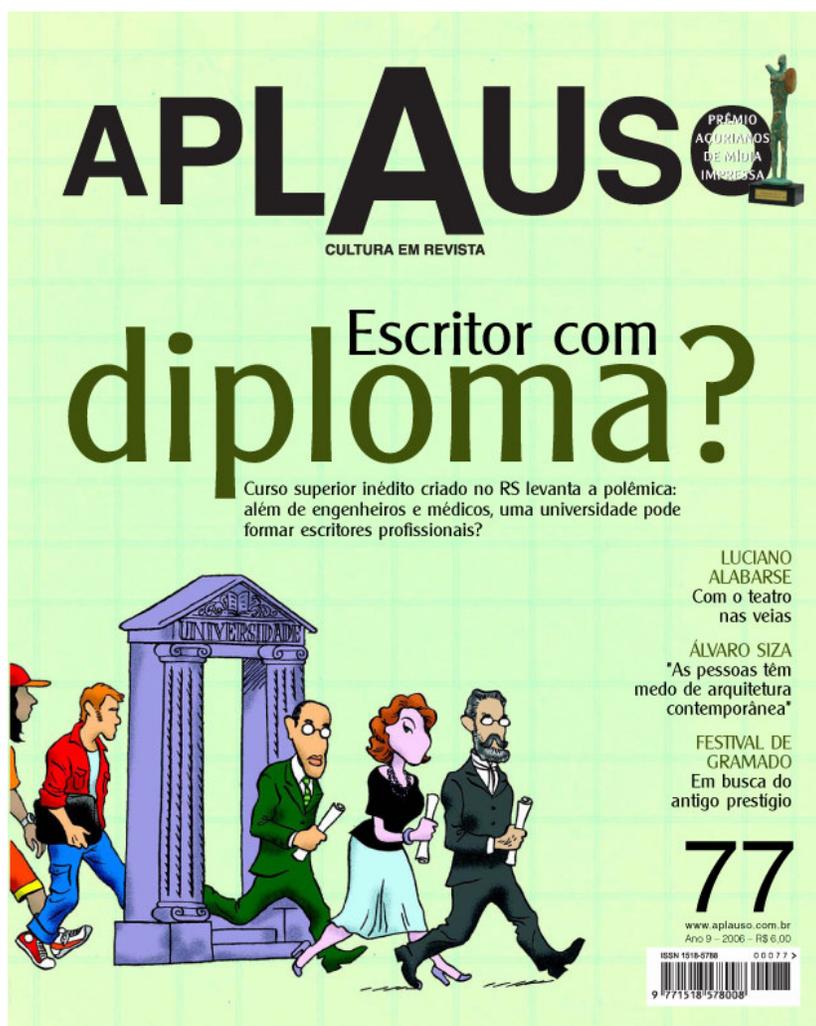


Figura 3: Versão final da capa da edição 77 da revista Aplauso

3.2.2.2 Texto

Embora a capa da edição tenha dado uma série de problemas, que ocasionaram, inclusive, o atraso da revista, a reportagem foi feita sem maiores percalços. Como a idéia inicial era fazer um debate sobre o tema, o repórter teve pouco mais de duas semanas para trabalhar o texto no novo formato. Fez algumas entrevistas pessoalmente – com os principais envolvidos, e outras por telefone.

Mesmo sabendo do curso – na edição 75, fora publicado um anúncio divulgando-o – a equipe só teve seu interesse despertado através de matéria publicada no suplemento cultural do jornal O Globo, seguida de debate *online* promovido no *site* do periódico. O tema gerou uma nota na coluna *Bis*, da edição 76, e, como suscitava certa polêmica no ambiente literário, em nível nacional, entraria como debate no número 77. Apenas na terceira reunião de pauta é que foi definido como possível capa. A decisão final sairia apenas no término da edição, quando foram fechados os dois textos que concorriam pelo espaço.

A matéria deixa claro, no título, a posição que pretende adotar – o centro. Ela questiona, interpreta, mas não tem como objetivo mostrar sua opinião – embora seja possível depreendê-la na desconstrução do texto. O título questiona: *Diploma de escritor?* É nesta linha, de perguntar e explicar, que se baseia a reportagem. O subtítulo delinea o tom de debate: “Criação de curso superior na Unisinos (e de mestrado na PUCRS) para formar escritores levanta polêmica e divide o meio literário. Quem tem medo do diploma?”. Os destaques selecionados para a matéria contemplam dois pólos distintos da questão. De um lado, um dos coordenadores do curso de formação de escritores da Unisinos, Fabrício Carpinejar; de outro, o crítico e escritor José Castello:

Ao final do curso, o aluno terá gasto em torno de R\$ 27 mil. Em quanto tempo será capaz de recuperar esse investimento? **“O que o aluno vai ter no curso é uma experiência de linguagem fantástica que ele não teria em outro lugar. Vamos medir isso em números?”**, questiona Carpinejar.

“Não sou contra a existência de cursos nesse modelo. O ensino de escrita criativa é uma coisa a ser incentivada, pela qual eu batalho há anos. Mas jamais ousaria dar um diploma para que uma pessoa se apresente como escritor”, diz o jornalista e escritor José Castello.

Diversos subtemas entram nessa discussão. Para a análise das vozes presentes na reportagem, consideraremos as formações discursivas a seguir, divididas em intertítulos.

3.2.2.2.1 Favoráveis ao curso

A reportagem traz uma extensa lista de argumentos que justificam o surgimento de graduações e pós-graduações nesta área, no Brasil. Assinam este ponto de vista as fontes diretamente relacionadas aos referidos cursos: Fabrício Carpinejar, um dos coordenadores da formação de escritores e agentes literários da Unisinos; Luiz Antonio de Assis Brasil, coordenador do mestrado em escrita criativa da PUCRS; Cíntia Moscovich, professora do curso da Unisinos; Charles Kiefer, professor do mestrado da PUCRS; Paulo Henrique Britto, um dos coordenadores da habilitação em produção textual do bacharelado em Letras da PUC do Rio de Janeiro; Anderson Cavalheiro Muller, aluno aprovado no vestibular para a graduação da Unisinos. O próprio jornalista, em diferentes momentos de sua fala, filia-se a este ponto de vista.

Ao iniciar a matéria, ele questiona: “O caminho para se tornar um escritor é tortuoso e cheio de mistérios. Seria bem mais fácil se existisse simplesmente um vestibular para isso, certo?”. E responde:

Certíssimo. A julgar por duas iniciativas no Rio Grande do Sul, inéditas no país, **essa realidade nunca esteve tão próxima dos aspirantes a Machado de Assis.** Neste segundo semestre, a Unisinos, em São Leopoldo, recebe a primeira turma do curso superior de Formação de Escritores e Agentes Literários. Além disso, desde o início do ano a PUC-RS disponibiliza um novo eixo no mestrado em Teoria Literária com ênfase em escrita criativa: além de cursar as disciplinas curriculares de teoria, os alunos (este ano são quatro) também têm aulas de escrita narrativa com Luiz Antonio de Assis Brasil e poesia com Charles Kiefer. No trabalho final, em vez de produzir uma dissertação convencional, apresentam uma obra literária antecedida por um ensaio teórico. **S1**

A seqüência apresenta o tema e mostra a formação acadêmica como uma facilitação do caminho para aqueles que desejam se profissionalizar como escritores – os aspirantes a Machado de Assis. Em seguida, o repórter lança um questionamento:

Será que a criação quase simultânea dos dois cursos faz parte de uma frente de batalha em prol da formação profissional de escritores no Estado?

“Não é nenhum movimento articulado. Digamos que é uma Revolução Farroupilha discreta”, brinca o poeta e escritor Fabrício

Carpinejar, um dos coordenadores do curso da Unisinos, com a professora Márcia Lopes Duarte. **Não é uma graduação como qualquer outra**, a começar pela duração: apenas dois anos e meio. Cada aluno é acompanhado permanentemente por um professor orientador e também conta com uma espécie de padrinho intelectual, que pode ser, por exemplo, um escritor de sua preferência. **S2**

No Brasil, são poucos os escritores que podem viver de literatura. A maioria deles tem outras ocupações que lhe sustenta financeiramente. São advogados, médicos, jornalistas, publicitários, professores universitários, entre muitas outras funções, que se dedicam também, à literatura – ocupação à qual muitos deles gostariam de voltar-se com exclusividade. Partindo desta realidade, Carpinejar apresenta a profissionalização, sinalizada pela criação de cursos em nível de graduação, como a possibilidade de viabilizar este projeto:

“Hoje, vocação é profissão”, afirma Carpinejar. “Quando é que tu poderias chegar para os teus pais e dizer: ‘Quero ser escritor e vou fazer vestibular para isso’? No meu tempo, teria que escolher uma profissão básica para poder exercer a vocação em outro turno”. S3

Embora a PUC-Rio tenha sido pioneira nesta área, com uma habilitação em produção textual vinculada à faculdade de letras, a Unisinos é a primeira universidade do Brasil a criar um curso de graduação específico para escritores, desvinculado de outras unidades institucionais. Somada ao mestrado em escrita criativa da PUCRS, a iniciativa coloca o Rio Grande do Sul em posição de destaque no cenário literário nacional, no que diz respeito à formação acadêmica. Carpinejar e Assis Brasil vêm, no estado, um ambiente propício para este trabalho, mas têm explicações diferentes para justificar o fato:

Segundo ele [Carpinejar], **a demanda por um curso do tipo se deve a dois fatores: a intensa procura por oficinas literárias e o fato de o Rio Grande do Sul nunca ter tido “tantos bons autores” ao mesmo tempo.** Ele nota que há duas gerações de nomes reconhecidos convivendo. A de escritores como Assis Brasil, Moacyr Scliar, João Gilberto Noll e Lya Luft, e a de Cíntia Moscovich, Amílcar Bettega, Paulo Scott e Daniel Galera, entre outros. **S4**

Para Assis Brasil, coordenador do eixo em escrita criativa do mestrado da PUC-RS, **há uma explicação sociológica para o surgimento dos cursos: “Temos no Rio Grande do Sul a maior classe média do país. Isso é um dado relevante, pois é daí que saem os escritores. Eles não saem dos milionários e nem dos miseráveis”.** Sobre a importância das oficinas literárias, fala com

conhecimento de causa: Assis Brasil ministra, na PUC, a mais antiga do país em atividade ininterrupta, há 21 anos. **S5**

O jornalista confirma a demanda pelo ensino universitário para escritores através do número de interessados no mestrado em escrita criativa da PUCRS. A afirmação foi obtida através da entrevista com Assis Brasil, mas, na matéria, está posta na voz do próprio do repórter:

Não é por acaso que, dos mais de 100 candidatos que participaram da seleção para o mestrado em Teoria Literária da PUC, com ingresso no início deste ano, 49 tinham por preferência o eixo em escrita criativa. Mas havia vaga para apenas quatro – três dos quais receberam bolsas que cobrem os custos de mensalidade. **S6**

O investimento na graduação, para escritores e agentes literários, é alto. Ao final do curso, o aluno terá desembolsado cerca de R\$ 27 mil. Questionado sobre como o estudante formado terá o retorno disso, Carpinejar responde:

“O que o aluno vai ter no curso é uma experiência de linguagem fantástica que ele não teria em outro lugar. Vamos medir isso em números?”, questiona Carpinejar. **Ele acrescenta que será necessário despertar nos alunos “iniciativa e criatividade” para que possam viver de literatura. Isso não significa viver apenas de direitos autorais – coisa que não acontece nem em escala internacional, à exceção de um ou outro Paulo Coelho. Viver de literatura significa viver também do que rodeia o ofício do escritor: oficinas, palestras, artigos, e assim por diante. S8**

No curso, além de exercitar o ofício, o aluno aprenderá alternativas para viver dele, aproximando-se da realização do sonho de muitos escritores – sustentar-se da literatura. No entanto, este viver da literatura, como aparece na voz do jornalista, embora também seja uma afirmação de Carpinejar, significa viver dela e de seu entorno – oficinas literárias; palestras sobre livros, autores, processo criativos; artigos para jornais, revistas e *sites*; entre outros.

Além do valor a ser pago, outra polêmica em torno do tema é a possibilidade de, futuramente, haver exigência do diploma para o exercício da profissão de escritor, a exemplo do que aconteceu com o jornalismo.

Na opinião da escritora Cíntia Moscovich, **não há motivo para temer uma possível obrigatoriedade do diploma. A comparação com o caso do jornalismo, segundo ela (jornalista por formação), também não procede. “Isso é não ter mais o que argumentar. Não**

acho que os escritores se sintam ameaçados com a criação dos cursos, mas é uma ameaça à idéia que alguns deles compartilham da literatura como uma arte puramente espontânea”. S13

Cíntia entra numa temática que será discutida, também, através de outras fontes: a sistematização do conhecimento acerca da criação literária. Segundo os entrevistados inscritos nesta perspectiva, há uma crença, no senso comum, de que o escritor seria um “escolhido” ou teria uma aptidão “natural”, que prescindiria da necessidade de aprendizado, aprimoramento ou técnica – idéia explicitada na S21. Para eles, os escritores que se opõem à formação acadêmica gostariam de manter essa percepção, essa aura de mistério que envolveria sua atividade. Assis Brasil (S18), por exemplo, soma este desejo ao que avalia como ignorância destes profissionais acerca do que acontece no resto do mundo – diversas universidades européias e norte-americanas têm cursos regulares de escrita criativa. Kiefer (S19) define como “romantismo tardio” a idéia do autor como pura inspiração. O próprio jornalista situa no passado o “escritor romântico”. O escritor contemporâneo, demandado pelos “novos tempos”, de acordo com ele, é “consciente” (S19). A afirmação dialoga com a idéia de Assis Brasil (S18), de que “hoje o escritor deve ser capaz de refletir sobre sua própria obra, a obra alheia e o fenômeno literário em si”.

Para os empenhados na organização dos novos cursos, há diversos fatores que explicam – mas não justificam – o ceticismo de parte do meio literário a respeito das iniciativas. “A estranheza das pessoas é por pura ignorância do que acontece no resto do mundo”, afirma Assis Brasil, do mestrado da PUC-RS. Ele menciona importantes centros de ensino de escrita criativa, não apenas no meio acadêmico norte-americano e britânico, mas também na Europa, como a Universidade de Leipzig (Alemanha) e a instituição Fuentetaja, de Madri (Espanha). “A maior resistência é dos próprios escritores. Querem preservar uma aura hipotética da pessoa iluminada, do tipo: ‘Basta a minha imaginação e o meu talento, não preciso de mais nada’. É uma idéia falsa”, argumenta. “O aluno vai ter todo um conhecimento que hoje é indispensável. Hoje o escritor deve ser capaz de refletir sobre sua própria obra, a obra alheia e o fenômeno literário em si”. S18

Professor de Poesia também da PUC-RS, o escritor Charles Kiefer identifica um “romantismo tardio” na idéia do autor como pura inspiração – caso semelhante ao mito de que para ser um grande autor é preciso ser “louco”. “Tem muito escritor problemático que deveria ir para um psicanalista, mas não vai porque imagina que isso vai mexer nos mecanismos interiores e que, por isso, não conseguiria mais trabalhar. Mas na verdade é o contrário”, diz Kiefer.

Isso explicaria a distância entre o escritor romântico do passado e o escritor consciente que os novos tempos demandariam. S19

“É curioso uma pessoa ser a favor de um curso de graduação para escritores e manifestar ceticismo com relação à idéia de alguém ter um diploma de escritor”, diz o poeta e tradutor Paulo Henriques Britto, um dos coordenadores (com a professora Pina Coco) da habilitação em produção textual do bacharelado em Letras da PUC do Rio de Janeiro – que pode ser considerada a primeira iniciativa, no país, no sentido de formar escritores com diploma superior. Criado oficialmente em março de 2004, o curso tem duração mínima de três anos. “Quando digo que ensino alunos a escrever, fazer cortes e montar texto, trabalhar ritmo de um poema, algumas pessoas ficam horrorizadas”, comenta. Britto identifica no senso comum uma idéia de que, ao contrário de compor ou esculpir, por exemplo, escrever seria um processo “natural”: “Para as pessoas que não têm nenhum conhecimento do ofício, escrever prescinde de qualquer técnica mais complexa do que a utilização de uma caneta ou de um teclado”. S21

A reportagem traça, então, o perfil do escritor contemporâneo, como já referido. Ele é consciente de seu trabalho, capaz de refletir sobre ele e sobre sua área. A formação acadêmica aparece como o caminho para se chegar, com maior facilidade, a estas características – a trajetória pressupõe, no entanto, que o indivíduo seja vocacionado. A afirmação é do próprio jornalista, que menciona, também, a polêmica em torno do diploma de escritor – que seria uma consequência, e não uma finalidade. Como usa o futuro do pretérito, ele não corrobora a idéia, apenas a explicita:

Essa idéia vem ao encontro do principal objetivo dos novos cursos das universidades gaúchas: não o de tornar qualquer pessoa um grande escritor, mas o de fornecer técnicas e ferramentas que possam ser úteis para aqueles que já têm vocação para o ofício. O “diploma de escritor” seria apenas uma consequência, e não uma finalidade. S20

A formação acadêmica para escritores se constrói com facetas diversas nas falas de Carpinejar e Assis Brasil. Segundo eles, os cursos oferecem “uma experiência de linguagem fantástica” (S8), despertam “iniciativa e criatividade” para os alunos viverem de literatura (S8), e proporcionam “todo o conhecimento que hoje é indispensável” (S18). Além disso, tornam possível ao escritor ter, na literatura, seu único ou principal ofício: “Hoje, vocação é profissão” (S3). Na seqüência abaixo, nas falas do jornalista e de Carpinejar, mais algumas qualificações do curso:

Além de providenciar a dupla certificação de escritor e agente literário, o curso da Unisinos também quer proporcionar uma intersecção que forneça ao escritor um conhecimento bem fundamentado sobre o mercado. Carpinejar adianta: “O aluno vai ter um banho de realidade sobre o mercado editorial. Quantos escritores já não assinaram contrato em branco?”. Ele acrescenta que os profissionais sairão do curso com potencial para interferir no cenário cultural da cidade. S22

Reiterando a idéia de que realmente é possível para um escritor viver de literatura, a reportagem traz o depoimento do aluno aprovado para o vestibular da Unisinos, Anderson Cavalheiro Müller (S23). Sua fala dialoga com a opinião de Carpinejar (S3):

“Acredito que esse possa ser o único curso na formação de uma pessoa e, mesmo assim, garantir segurança financeira”, diz Anderson Cavalheiro Müller, 35, advogado por profissão, selecionado para a primeira turma da Unisinos. Vale a pena largar uma profissão para se dedicar à vida literária? S23

Além das vantagens expostas até aqui, no último parágrafo da matéria, Assis Brasil refere-se à possibilidade de atuação dos escritores formados em universidades, fato que, segundo ele, delinea uma tendência contemporânea na profissão. O jornalista pontua que, nestes casos, o diploma é “indispensável” (S30). De acordo com o coordenador do mestrado da PUCRS, a profissionalização torna a área mais homogênea em termos de origem de seus integrantes. Se, hoje, muitos escritores vêm das ciências exatas, por exemplo, no futuro, eles devem ser, em sua maioria, acadêmicos ou integrantes de campos afins.

Assis Brasil afirma que os alunos serão qualificados também para trabalhar como professores, caso em que o diploma é mesmo indispensável. Mas não apenas isso. “O perfil do escritor está mudando, a tendência é que ele esteja de certo modo ligado às universidades. É um fenômeno que está se ampliando em todo o mundo e começa a acontecer no Brasil”, nota. “Devido a essa profissionalização, no futuro será estranho que um escritor venha de uma área como engenharia. Pode até acontecer, mas a tendência é que seja acadêmico ou que trabalhe em áreas afins, como jornalismo e publicidade”. S30

O jornalista encerra a reportagem com o depoimento de Carpinejar sobre a polêmica em torno do curso, que classifica o receio de alguns escritores a respeito da formação acadêmica como uma competição de mercado.

Carpinejar confessa que, no momento em que teve a idéia do curso da Unisinos, não imaginou que tivesse mexido em um **“vespeiro tão grande”**. **“As pessoas trabalham a literatura como competição, como se o sucesso de um tirasse o de outro. Mas devemos trabalhar com outro ponto de vista. Se um autor faz sucesso, ele está fortalecendo o teu gênero, e tu vais ter mais facilidade de chegar lá”**, conclui. S31

Sete locutores – seis entrevistados e o próprio jornalista – constituem um só enunciador nesta formação discursiva. De forma orquestrada, eles trazem informações e percepções favoráveis à formação acadêmica para escritores, ao mesmo tempo em que, em alguns momentos, utilizam termos depreciativos para classificar os que têm posição contrária. Assis Brasil (S18) diz, por exemplo, que se trata de “pura ignorância do que acontece no resto do mundo”. Cíntia (S13) acredita que o receio quanto à obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão é “não ter mais o que argumentar”.

Como mencionado, as fontes que expressam essa posição têm ligações diretas com os cursos em questão: são seus coordenadores, professores e alunos. Quer dizer, embora estejam esposando, provavelmente, sua opinião pessoal, têm uma vinculação institucional ou profissional com o assunto. O aluno aprovado no vestibular, é claro, tem uma relação muito mais frágil com a universidade, mas, se optou pelo curso e pretende investir nele, provavelmente é porque compartilha de seus objetivos. O próprio jornalista, em diferentes momentos do texto, insere-se nesta perspectiva.

3.2.2.2.2 Questionadores

A reportagem, em alguns momentos, questiona aspectos da formação acadêmica para escritores, sem, necessariamente, contestá-los. São indagações que abrem espaço para a discussão, mas situam-se nesta zona de intersecção

entre a defesa e a crítica dos cursos de graduação e pós-graduação nesta área. Além disso, lança afirmações que demonstram suas fragilidades, sem explicitar um julgamento preciso. O locutor que mais aparece nesta formação discursiva é o próprio jornalista. Entre os entrevistados, estão Daniel Pelizzari, escritor; Monique Revillion, aluna do mestrado da PUCRS; e Charles Kiefer, professor do mestrado da PUCRS.

O primeiro tema a receber esse tratamento é o investimento financeiro que o aluno precisará fazer para obter o diploma de escritor. O intertítulo deixa claro o tom que segue:

Quanto vale o diploma?

No caso do curso superior da Unisinos, a coisa é um pouco mais complexa. Serão admitidos de 20 a 30 alunos por semestre no turno diurno (a partir do vestibular de verão haverá também possibilidade de nova turma à noite). **Cada um vai desembolsar a quantia de R\$ 900 por mês. Ao final do curso, terá gasto algo em torno de R\$ 27 mil. Em quanto tempo será capaz de recuperar esse investimento? S7**

Na voz do jornalista, a questão, no caso do curso da Unisinos, é mais “complexa”. “Em quanto tempo será capaz [o aluno] de recuperar esse investimento?”, pergunta. Como vimos na FD anterior, a seqüência é seguida de resposta de Carpinejar – o coordenador explica que o estudante terá “uma experiência de linguagem fantástica”, e questiona: “Vamos colocar isso em números?”. Contudo, a preocupação do jornalista é pertinente. Afinal, sabe-se que a grande maioria dos escritores não consegue sequer sustentar-se de seu trabalho, quanto mais obter retorno financeiro para um investimento neste nível. A mestranda Monique Revillion sonha em viver da literatura, mas sabe que é um projeto difícil de se realizar (S27). O repórter lança, então, a pergunta que, segundo ele, “não quer calar”: “O que vai acontecer com os profissionais que, daqui a dois ou três anos, sairão da Unisinos e da PUCRS para entrar no mercado de trabalho?” (S29).

Ouçamos Monique Revillion, 45, formada em Jornalismo, pós-graduada na área da Administração, que já publicou uma coletânea de contos – *Teresa, que Esperava as Uvas* (Geração Editorial) – e é aluna do mestrado da PUC-RS: **“Viver de literatura é meu grande sonho, mas o Brasil é uma realidade particular, sei que é difícil”**. S28

Chega-se, então, à pergunta que não quer calar: o que vai acontecer com os profissionais que, daqui a dois ou três anos, sairão da Unisinos e da PUC-RS para entrar no mercado de trabalho? Alguns já tinham, antes mesmo de ingressar nestes cursos, outra formação, podendo se sustentar com outra profissão, por exemplo, enquanto escrevem seus livros. Mas muitos se dedicarão exclusivamente à literatura e a atividades relacionadas. **E agora? S26**

Kiefer (S30), em tom de brincadeira, afirma que, em breve, serão vários escritores-taxistas. Mesmo sendo professor do mestrado em escrita criativa da PUCRS, ele traça um quadro nada promissor para os formandos. Embora imprima uma abordagem positiva a sua fala, a informação que ele traz permite o questionamento da aplicação prática de um curso nesta área.

Charles Kiefer mantém a convicção e o bom humor: **“Conheço taxista advogado, taxista médico e, em breve, termos taxista escritor. E vai ser muito bom, o cara vai aprender muita coisa da vida”**. Será esse mesmo o futuro de alguns dos futuros diplomados? **“Esse é o futuro de 95%, 96% deles”**, garante Kiefer. **S27**

O escritor Daniel Pelizzari (S12) demonstra insegurança em relação ao diploma de escritor – teme que, em algum tempo, ele se torne obrigatório para o exercício da profissão. É dele, também (S8), uma observação reticente em relação à publicação dos textos dos alunos da graduação em um *blog*:

“Pode ser interessante ter uma resposta do público em vez de deixar o material na gaveta, mas na verdade a internet é a gaveta contemporânea. Por mais que os leitores tenham boa vontade, não é tão simples assim. Virou uma coisa massificada, todo mundo faz isso”, diz o escritor Daniel Pellizzari. **S8**

Pelizzari ressalva: **“Pode-se aprender bastante coisa, mas tenho um pé atrás. Daqui a pouco, vai surgir um engraçadinho pedindo reserva de mercado para escritores diplomados. Parece uma coisa absurda, mas se nos anos 50 alguém dissesse que um dia precisaria de diploma para ser jornalista, ninguém acreditaria”**. **S12**

O jornalista salienta, no entanto, que outras áreas das artes, como música, artes visuais e cênicas, têm cursos em nível de graduação e pós-graduação consolidados no Brasil, sem que haja questionamento a respeito – até porque muitos talentos saem destes espaços. A comparação foi lançada por Kiefer, em entrevista, mas, aqui, aparece na fala do autor da matéria. Mesmo que,

em princípio, tenha um caráter favorável ao tema, a indagação serve como ponto de partida para argumentos que observam os dois lados da questão.

Não se pode desconsiderar, também, o fato de que, em outras áreas das artes, como música, artes visuais e artes cênicas, o ensino acadêmico em nível de graduação e pós-graduação está mais do que consolidado no país. Poucos se arriscariam a discutir sua pertinência, principalmente porque grandes talentos despontam das universidades. Por que o mesmo não poderia acontecer na área da criação literária? S17

O repórter deixa claro que o assunto é polêmico. Em diferentes momentos do texto, ele apresenta esta definição. Nas seqüências abaixo, destacam-se a expressão “mas isso não é ponto pacífico” (S9) e o termo “controvérsia” (S14). A controvérsia gerada pelo tema seria, inclusive, positiva, para desmistificar o processo de produção literária.

É neste espírito de criatividade que cada aluno terá, ao ingressar no curso, um blog (site na internet que funciona como uma espécie de diário) no qual colocará sua produção e será avaliado. **Não deixa de ser uma maneira de conquistar leitores desde cedo, mas isso não é ponto pacífico. S9**

As controvérsias podem ajudar a desmistificar o processo da criação literária. Há uma antiga – e ainda atual – curiosidade dos leitores sobre como as obras são escritas. Muitas vezes, as dúvidas surgem justamente porque muitos deles gostariam de se tornar escritores. **S14**

Quatro locutores – três entrevistados e o autor da matéria – integram um único enunciador nesta formação discursiva. De formas distintas, eles colocam em cheque algumas das características da formação acadêmica para escritores, através dos cursos oferecidos no Rio Grande do Sul. Seu formato, seu custo, o futuro que espera seus alunos – são aspectos questionados ao longo da reportagem, permitindo ao leitor uma perspectiva mais crítica e suscitando a construção de sua própria opinião a respeito do assunto.

3.2.2.2.3 Contrários ao curso

As críticas em relação à formação acadêmica para escritores estão em menor número do que os pareceres favoráveis, mas são igualmente contundentes. A impossibilidade de ensinar o ofício, a ineficiência do diploma e as dificuldades de inserção no mercado de trabalho são alguns dos pontos abordados nesta FD. Inscrevem-se nela os seguintes locutores: José Castello, jornalista, crítico literário e escritor; Ernani Ssó, escritor; e Eduardo Lanius, crítico literário. Nenhum deles tem ligação com os cursos desta área disponíveis no país. É interessante observar que esta é a única formação discursiva na qual o autor da matéria não aparece como locutor.

José Castello (S11) dirige sua crítica à obtenção do diploma (“jamais ousaria dar um diploma para que uma pessoa se apresente como escritor”) e à universidade. Desde seu ponto de vista, a literatura, por trabalhar com a “palavra pura e o pensamento puro”, exige “atributos que não podem ser ensinados”, como a “imaginação” (S16). Sua afirmação se dá em comparação aos demais cursos superiores na área de artes, como música e artes plásticas, por exemplo.

E não apenas isso. A própria idéia da criação dos cursos tem despertado polêmica. **“Não sou contra a existência de cursos nesse modelo. O ensino de escrita criativa é uma coisa a ser incentivada, pela qual eu batalho há anos. Mas jamais ousaria dar um diploma para que uma pessoa se apresente como escritor”**, diz o jornalista e escritor José Castello. Ele justifica: **“Essa é mais uma ilusão criada em torno da expansão maluca na universidade brasileira desde a privatização levada a cabo pelo governo Fernando Henrique. Hoje há cursos das coisas mais absurdas, e as pessoas acham que, por ter um diploma, podem se tornar aquele profissional prometido pelo currículo”**. S11

“A literatura, mais do que as outras artes, trabalha com a palavra pura e com o pensamento puro. O escritor não precisa de um pincel, nem de um violino. Você tem que ter atributos que não se ensina. Tem de ter imaginação, por exemplo”, defende Castello. S16

O escritor Ernani Ssó expressa a mesma opinião de Castello a respeito da dificuldade de ensinar “o que é fundamental para escrever”:

“Na verdade eu acho que se deveria desestimular as pessoas a escrever. Há gente demais. Apenas aqueles que resistirem estoicamente deveriam ser publicados”, provoca o escritor

Ernani Ssó. “É difícil ensinar o que é fundamental para escrever. As boas coisas que você tem que aprender levam anos”. S12

A saturação do mercado também é referida pelo crítico literário Eduardo Lanius (S28), que não acredita na existência de espaço para “tanta gente”.

Para o crítico literário do Jornal do Comércio (RS), Eduardo Lanius, **apostar unicamente em um curso de escritor pode ser um investimento sem garantias de retorno. “Acho que não vai ter mercado para tanta gente. Com exceção de poucos, vai ter muita picaretagem”, afirma. “A grande parte das pessoas que publicam faz uma literatura média. Muitos até pagam para publicar”. S28**

Nesta FD, três locutores integram um só enunciador, que constitui a perspectiva crítica da reportagem. Temos um escritor (Ssó), um crítico literário (Lanius) e um crítico e escritor (Castello). Suas vozes estabelecem o contraponto à idéia predominante no texto, favorável à formação acadêmica para escritores, a qual é compartilhada, com algumas ressalvas, também pelo jornalista.

3.2.2.3 Leituras

No estudo das leituras da Aplauso 77, foram entrevistados cinco leitores. Nesta edição, contamos com um elemento diferente: a discussão a respeito da matéria de capa tomou as páginas da Internet, através de debates em *blogs* de leitores da revista. Essa repercussão fez com que ampliássemos nosso *corpus*, como já referido, contemplando, nos estudos de recepção, as manifestações a respeito das reportagens em análise, publicadas na *web*. Os leitores serão indicados por intertítulos, identificados por suas iniciais.

3.2.2.3.1 J.C.T.G.

J.C.T.G., 71, é desembargador aposentado, autor de livros jurídicos e professor universitário. Reside em Porto Alegre e assina Aplauso há cerca de cinco anos. Em sua cidade natal, Bagé, no interior do estado, tem uma editora, a

Praça da Matriz, voltada para obras com temas sobre a região. “Sempre fui muito atraído pelas revistas mais literárias. Sempre que tem uma revista que trate especificamente de literatura, eu gosto de adquirir”, explica. A leitura de Aplauso deve-se a essa abordagem da literatura, mas, em especial, a um pouco de sentimento nativista. “Além de o conteúdo ser muito bom, bem feito, ela é voltada, principalmente, para temas sul-rio-grandenses. Dedica um olhar ao Rio Grande do Sul, sua cultura, escultura, letras, poesia, enfim, uma revista bastante abrangente”, salienta.

Antes de virar assinante, J.C.T.G. comprou alguns números avulsos. “Mas receber, mensalmente, é melhor. Até porque coleciono e, quando atinge um determinado número de revistas, mando para uma professora de Letras lá de Bagé, minha cidade natal. Também já doei para uma universidade de comunicação. Procuro acumular um número bom e depois divulgar, disseminar”, conta.

Em sua opinião, a revista intercala textos eruditos e populares. “Ela fica mais para o erudito, sem cair no jargão do eruditês, mas que dá para qualquer pessoa ler e se empolgar, até, com os textos”, analisa. Para ele, Aplauso faz um importante resgate dos valores gaúchos. “Nas entrevistas, já captou muitas idéias interessantes de autores gaúchos e de gente de fora daqui. Essa é a minha sedução com essa revista. Essas duas vertentes. Em primeiro lugar, uma revista de boa cultura. Em segundo lugar, também voltada para o Rio Grande do Sul”, ressalta.

Seu interesse maior recai sobre as matérias e textos opinativos na área de literatura. “É muito apropriada a forma como eles fazem. Não é apaixonada, é muito fria, eles fazem um bom exame”, avalia. O leitor destaca a seção *Debate* como uma boa oportunidade para reunir um grupo de especialistas em torno de um tema atual. “Como houve, em certa ocasião, a respeito da arquitetura de Porto Alegre, eles fizeram umas colocações muito pertinentes”, diz. Chamam sua atenção, também, os textos sobre a história do Rio Grande do Sul. “Houve uma época em que ela fez uma série sobre a Revolução Farroupilha. Foi muito educativo aquele levantamento”, afirma.

Na edição 77, ele destaca a matéria de capa. Porém, embora aborde a formação de escritores em nível de graduação e pós-graduação, J.C.T.G. refere-se ao texto como “aquele que trata do valor das oficinas”, que o teria tocado muito, pois já fez parte de uma. Ao entrar no tema, no entanto, ele cita a discussão nuclear da matéria:

E tem essa discussão da viabilidade de uma faculdade especificamente para produtores de cultura, artistas. Mas não tenho ainda uma posição muito bem formada a respeito do assunto. Até considero como uma certa abertura. Acho que esse tema, essa experiência da Unisinos, é muito interessante. Mas também compartilho da posição de que o escritor não se constrói. Ele já nasce com seu estilo, com aquele pendor, só vai aprimorando o estilo, através da leitura constante, até achar, quem sabe, um rumo certo. Mas achei bem interessante esse levantamento que fizeram, essa discussão. Ainda não tinha lido sobre esse tema em outros lugares. Tenho a impressão que sobre oficinas, especificamente, já houve alguma edição que tivesse tratado. Mas sobre curso superior, não. Absolutamente, não.

Segundo ele, por ser polêmico, o assunto merecia o destaque da capa. “É preciso despertar as pessoas para o tema. Não há outra forma de atrair para a discussão sem ser dessa forma, com uma boa chamada de capa, como eles fizeram”, acredita. O exemplar já não está mais em suas mãos, foi emprestado para a filha.

J.C.T.G. gostaria de ver, nas páginas da revista, um estudo detalhado sobre a obra dos principais escritores do estado. “Ela faz isso de vez em quando. Mas poderia ser mais abrangente, mais marginal, periférica, não ficar tanto nos monstros sagrados da literatura gaúcha”, sugere. Como exemplo, ele cita a matéria de capa sobre histórias do *underground*, que abordou a trajetória dos grupos de *rock* locais. “É interessante e atual”, diz.

Aplauso, de acordo com ele, é uma revista que se destaca. “No Rio Grande do Sul, ela está só. No Brasil, há outras, como Entrelivros. Mas têm outros estilos. É uma publicação que honra os gaúchos”, afirma. Seu alerta, no entanto, é para que o periódico não valorize demais o erudito:

Pintura e escultura, por exemplo, às vezes são coisas que, para o senso comum, para o povo que ainda não está educado... São ramos das artes que, às vezes, usam um tipo de linguagem, um tipo de vocabulário, um tipo de signos próprios, que a gente titubeia, não

entende muito. Já literatura, não. Literatura permite uma visão mais apropriada. O ideal seria tornar essa linguagem mais dúctil, mais maleável para o povo em geral.

Para ele, a cultura é um conjunto, uma apropriação do conhecimento, voltada para o belo, para o bonito. “E Aplauso consegue fazer esta ponte, transitar pelas diferentes manifestações”, avalia. “É uma leitura que interroga. Me sinto muito interrogado pela revista. Não foram poucas as vezes em que fui atrás de um livro por ter lido a crítica”, conta.

Além de Aplauso, ele lê os jornais Zero Hora e Correio do Povo. “O caderno *Cultura*, de Zero Hora, acho muito erudito. Para determinado público, ele é muito profundo. O Correio do Povo não tem artigos, como era no *Caderno de Sábado*”, compara. J.C.T.G. costuma comprar a revista Entrelivros, além de assinar Veja, da qual tem edições encadernadas. “Já assinei a Bravo, mas não tinha tempo para ler”, diz.

3.2.2.3.2 D.S.R.

D.S.R., 36, gráfico, reside em Igrejinha e assina Aplauso há cerca de seis anos. Conheceu a publicação na época em que ocupava o cargo de Conselheiro Tutelar. “Vi uma edição no local de trabalho e a capa chamou minha atenção. Era uma matéria sobre oficinas literárias. Como gosto de escrever, me interessei. Já tive pretensões poéticas, literárias, mas estão meio apagadas. Gostei do formato, do assunto, não conhecia nada parecido no estado”, lembra.

A literatura é, então, a área de sua preferência. “Acompanho as *dicas* de livros e gosto muito da seção *O que estou escrevendo*, na qual um escritor fala sobre sua produção atual”, afirma. O problema, para ele, está no universo de fontes entrevistadas: “Parece que há um clubinho. São sempre os mesmos. Talvez eles sejam os melhores, mas poderia ser mais abrangente. Poderia haver um enfoque maior nas opções alternativas. Aplauso fala de quem já está na mídia, dá destaque para as grandes editoras”, critica, ressaltando a necessidade

de arejar opiniões. “Mas a qualidade dos textos é muito boa, além da linguagem gráfica”, avalia.

Na edição 77, ele destaca a matéria de capa, “que estava muito interessante”. “As demais, não lembro, mas devo ter lido toda. A edição estava bacana, completa”, pontua. A formação acadêmica de escritores é um tema que já fazia parte de suas discussões no momento em que saiu a reportagem. “Estou fazendo uma oficina literária com o Pedro Gonzaga. Lá, falamos sobre isso. Particularmente, não acho legal. Se pegarmos a literatura dos Estados Unidos, por exemplo, ela é toda igual. As pessoas já escrevem pensando no filme”, opina.

Para ele, cultura é diversidade. “E Aplauso abrange apenas em parte este conceito. Temos mais coisas que são cultura para mostrar e não são mostradas. Não interessa apenas o que Gerbase [Carlos Gerbase, cineasta] está fazendo”, reclama. “Ela não chega a me influenciar. Leio para saber a opinião”, diz. Entre os textos de que mais gostou, destaca uma matéria sobre o projeto Rodacine, a capa sobre oficinas literárias, as entrevistas, e os perfis de Fausto Wolf e Renato Canini.

D.S.R. acompanha os suplementos culturais dos jornais Zero Hora, Jornal do Comércio, O Estado de S. Paulo e NH.

3.2.2.3.3 A.A.

A.A., 29, é arquiteto e reside em Porto Alegre. Assina Aplauso há cerca de cinco anos. Antes de ser assinante, costumava comprar a revista todos os meses – ele tem, praticamente, a coleção completa da publicação. “Não lembro se conheci a revista em bancas ou na faculdade, pois ainda era estudante na época. Ela traz uma discussão relevante acerca da cultura local, do que podemos usufruir. Além disso, gosto do formato. É breve. Possível de ler numa tacada”, afirma.

A primeira seção a ser lida normalmente é a entrevista. “Gosto, também, das colunas de fotografia, do Felizardo; e de música, do Juarez Fonseca. Acompanhei a série de arte contemporânea, a discussão sobre arquitetura. Gosto de artes visuais, cinema, fotografia, música e literatura. Teatro e dança, menos”, conta. O interessante da revista, segundo ele, é a postura aberta ao debate, à discussão, à crítica.

Na edição 77, a única matéria que ele não leu foi a capa, pois “estava sem tempo”:

Fui lendo pelas beiradas. Gostei do texto da Neiva Bohns, sobre o trabalho do Felizardo. Me identifiquei. Gosto muito desse tipo de fotografia. A matéria sobre os *Replicantes* também foi uma boa idéia. Me chamou a atenção, pois é uma banda que eu escutava. A entrevista com Álvaro Siza, sobre o museu, está muito boa. Ele é um velho modernista, que mantém valores como beleza e função. Essa série do Mario Quintana está bem legal. Gosto destas séries que desenvolvem um tema. A banalização do Festival de Gramado. Tu podes ver, nas matérias que eu citei, fica claro que a revista aborda aspectos diferentes da cultura.

Embora não tenha lido a matéria de capa, olhando o geral das matérias, me parece uma questão pertinente. Será que o escritor precisa de diploma? Questionar isso combina com a própria proposta da revista, de levantar indagações sobre a cultura.

Desde seu ponto de vista, Aplauso poderia investir mais em matérias sobre arquitetura e urbanismo. “Arquitetura é uma das artes mais públicas, mas sobre a qual menos se fala. Já foi muito mais seriamente explorada do que é hoje”, pontua. A.A. viajou durante um mês pela Europa, em um intercâmbio, e observou que, lá, o assunto é tratado com maior seriedade: “Aqui, temos muita carência. Os governos não tratam dessa questão. Uma obra de arte no espaço público não é efêmera. O Brasil já teve arquitetura de vanguarda, mas está paralisado”. Ele sugere a criação de uma coluna sobre o assunto. “Ou pelo menos, que ele fosse tratado com mais frequência”.

Cultura, acredita, “é todo um conjunto de coisas que fazem parte da vida, necessárias para o desenvolvimento como pessoa. Não se trata do ganho material imediato. É o modo de expressar, não só a arte, mas o modo de ser. Desde a culinária às artes plásticas”. Por falar das diversas instâncias que o homem busca para se enriquecer, Aplauso abrange este conceito, na opinião de

A.A. “A revista traz a diversidade. O papel da cultura é mexer com as pessoas. É te fazer participar da coisa, te colocar na fogueira. O contraponto e a crítica são extremamente necessários”, salienta. Costuma discutir com amigos e colegas os textos que lê na publicação. “Tudo que lemos influencia. Vamos formando certas opiniões. Temos nossos mediadores e vamos pautando-nos por eles. No consumo, alguns filmes... Agora, por exemplo, quero ir à exposição do Felizardo”, relata. Entre as matérias que o marcaram como leitor, destaca as reportagens sobre Sigmund Freud, o silêncio dos intelectuais e o *rock* gaúcho, os perfis de Vitor Ramil e Erico Verissimo, e a série sobre Mario Quintana. “Não gostei muito da matéria de capa sobre o futebol – *Gol de letra*. Não ficou bem”, afirma.

Um dos pontos altos da revista, de acordo com ele, é o novo formato. “Deu uma renovada. Além disso, tem a agenda da Opus, que é informativa”, diz ele, que costuma usar os roteiros dos jornais para informar-se sobre os eventos culturais da cidade. “Vou pouco ao teatro. Gosto mais de música, do *rock* gaúcho, das bandas daqui”, diz. Além de Aplauso, ele lê as revistas Histórias Viva e Arquitetura e Urbanismo e o jornal Correio do Povo, além de *sites* da Internet.

3.2.2.3.4 S.G.J.

S.G.J., 40, é auxiliar técnico em radiologia e estudante de Turismo. Morador de Bento Gonçalves, assina Aplauso há cerca de cinco anos. “Não conhecia uma publicação assim, nossa, voltada para as coisas daqui. Também sou leitor da Bravo, mas é algo mais distante, embora tenha coisas que não acontecem aqui e também me interessam”, diz. Com a revista, ele acredita ter ampliado seu conhecimento sobre a história do Rio Grande do Sul. “Logo que conheci, em uma banca, virei assinante. Aqui em Bento, não é fácil de achar. Nos primeiros anos, achei que ela não duraria muito, pois chegava sempre com atraso”, relata.

As matérias que mais lhe interessam são, na maioria das vezes, das áreas de teatro, cinema e música – “tenho muitos amigos músicos”, conta. “Mas, gosto de cultura em geral. Literatura e escultura também me atraem”, afirma.

Sobre o tratamento que a revista dá às questões culturais, ele acredita que a publicação expressa “opiniões sinceras”. “Cada um tem um ponto de vista a respeito do que vê. Mas são informações que esclarecem o leitor. Consigo imaginar as coisas através dos olhos de quem escreveu a matéria. Às vezes, discordo das opiniões, quando conheço o assunto. Um filme, por exemplo. Mas é esclarecedor”, diz, salientando que os assuntos são abordados de uma forma clara: “Pode-se concordar ou discordar do que foi dito”.

S.G.J. afirma ter feito apenas uma leitura superficial da edição 77. “Mas a escolha da capa foi muito boa. Acho que o escritor não precisa passar, necessariamente, por uma formação. Não deve ser obrigado a fazer o curso, mas há conhecimentos básicos para ser escritor que podem ser adquiridos ali. A reportagem levanta o questionamento, o embate de quem é a favor ou contra”, destaca. “Além do mais, há escritores que não têm dinheiro para pagar o curso, mas fazem um bom trabalho”, opina.

Ele gostaria de ver, nas páginas da revista, uma pesquisa sobre o que as cidades do interior do estado estão fazendo na área cultural, que possa servir de exemplo para as demais:

Aqui, em Bento, por exemplo, não está acontecendo nada. Caxias leva esse assunto mais a sério. Aqui, as pessoas não têm o hábito de consumir cultura. Seria bom para instigar as pessoas a darem mais valor a isso. Destacar o que é feito em cada canto do Rio Grande do Sul.

Aqui na cidade, teve um Festival de Teatro na Universidade. O público foi inexistente. Os italianos são muito *xaropes*. Mas, fazendo um projeto nas escolas, pode mudar. Se há um *show* de Bruno e Marrone, vão 15 mil pessoas. Se forem bons músicos, ninguém vai. É coisa de colono. O que é de fora é melhor. Mas a cidade tem potencial, são muitas empresas e indústrias.

Uma das edições que mais lhe marcaram foi a que trouxe, na capa, o poeta Mario Quintana. “Cheguei a emprestar para uma professora de português de uma escola estadual daqui. Ela fez em aula o exercício de os alunos trocarem cartas entre si⁴². Foi seu primeiro contato com Aplauso”, conta.

⁴² Na matéria, aparecem alguns textos de poetas sobre Mario Quintana.

Cultura, para S.G.J., são todas as manifestações da comunidade: “Culinária, dança, música, teatro, pintura, escultura. Cada povo tem sua cultura. Fiz uma disciplina de antropologia que falava sobre isso. Na nossa região, que é italiana, são muito fortes a música e a dança. Nas Missões, no norte, é outro tipo de manifestação. E é legal conhecer um pouco de cada. É tudo o que pode enriquecer o conhecimento. É a manifestação espontânea de cada povo”. Por ser eclética, ele acredita que Aplauso abrange este conceito de cultura. “Ela não dá ênfase maior para uma determinada coisa, em detrimento de outras. Fora a capa, as áreas têm espaços iguais”, afirma. Segundo o leitor, as temáticas da revista abrem seu campo de visão a respeito da cultura e propiciam que ele construa sua própria opinião: “Posso concordar ou discordar, mas sempre tenho contato com assuntos interessantes”.

Além de Aplauso, S.G.J. lê as revistas Bravo e Cartaz. “A Bravo andou meio chata, então, não estou mais comprando na banca”, diz. Dos jornais, destaca o caderno Cultura, de Zero Hora. “Às vezes, ele trata do mesmo tema que Aplauso, mas de outra forma”, compara.

3.2.2.3.5 E.L.P.

E.L.P., 67, mora em Porto Alegre, é formada em filosofia e trabalhou na área de processamento de dados de uma multinacional. Morou no exterior durante muitos anos, quando fez cursos na área de museologia. Lecionou, em escolas, disciplinas como História, Português e Inglês. Foi presidente e vice-presidente da Associação dos Amigos do Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS), onde também atuou como funcionária e voluntária. “Hoje, vou lá por diletantismo, estou fazendo um curso de arte e literatura americana”, conta. Ela não recorda desde quando assina Aplauso, mas diz que faz muitos anos: “Acredito que desde o início”. Segundo ela, quando a revista surgiu, o estado estava muito carente de um jornalismo cultural com este enfoque.

As áreas que mais acompanha, como leitora, são artes visuais e literatura:

Sempre leio, de cara, as matérias sobre artes visuais e literatura. Gosto muito de literatura. Depois, vou pinçando, aqui e ali. Tem a parte de história, tem a parte de dentro, aquelas coisinhas pequenas, que livro recomenda, o que foi lançado, a coluna sobre fotografia. De maneira geral, leio a revista toda. Mas leio um assunto hoje, passo dias, volto lá para reler.

Na minha mesa de cabeceira, tenho 3, 4 livros. Nunca leio um livro só, de uma vez só. O mesmo vale para as revistas. Leio muito e passo adiante. No início, estava guardando. Depois, decidi que iria circular com a revista. Então, passo adiante, dou para outras pessoas lerem. Levo para o restaurante onde almoço. O dono é simpático e envolvido com cultura.

Para ela, o tratamento que a revista dispensa às questões culturais é bastante adequado. “Normalmente, ela apresenta dois ou três pontos de vista sobre uma questão, esse diálogo é importante. De maneira geral, ela é satisfatória. Gosto da qualidade, da fotografia, da apresentação gráfica”, diz. Nos primeiros anos, não acreditava que a Aplauso tivesse fôlego para continuar. “É difícil um veículo de jornalismo cultural em um país chamado Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Não esquecendo nunca que não somos nem São Paulo, nem Rio de Janeiro. O lugar é menor, os meios são mais exíguos”, analisa.

Na edição 77, a matéria que mais lhe interessou foi sobre o diploma de escritor:

Está interessantíssima. Eu concordo com o que as pessoas dizem aqui. Não é o curso que vai te transformar em escritor. Mas, se tu olhares, digamos, tu queres ser um executante de música, tu tens de ter horas e horas de prática, de ensino. Por que só em torno da literatura deve haver essa aura? Essa idéia de que desce o espírito santo, o cara tem um ataque de inspiração e sai escrevendo, assim... Poupe-me! Não é bem assim. A gente, que escreve duas, três linhas, sabe que a coisa é sofrida.

A mesma coisa é com o balé, com as artes plásticas. Não tem essa história de dizer: “Fazer esses borrões eu também faço”. A coisa não é bem assim. Claro, picaretagem existe em todos os lugares. Em todas as esferas, em todas as áreas, em todos os países. É o gênero humano. Mas acho bem interessante. Acho necessário que as pessoas que vão investir no curso estejam bem conscientes que não é isso que vai transformá-las. É uma ferramenta. Quanto mais ferramentas eu tiver, mais possibilidade eu tenho de melhorar. Mesmo porque, todas as coisas evoluem.

De acordo com ela, uma questão importante, que poderia ter sido abordada na matéria, é a decadência da educação, que deixou de lado os conteúdos clássicos: “Não posso esperar que uma pessoa jovem, que não teve toda uma rede de apoio clássica, em literatura, na escola, vá conseguir isso rapidamente. Até nesse aspecto é interessante. Se mais não for, pelo menos vai se tornar um leitor crítico excelente”. Ela menciona o problema do analfabeto funcional e diz que, atualmente, as escolas estão formando, também, analfabetos literários.

É tudo pela internet, é tudo superficial. Acho a internet uma coisa fantástica, as viagens virtuais que tu podes fazer. No atual estado de confusão em que está o mundo, de terror, vai chegar um ponto em que até viajar será mais complicado, aliás, já está sendo. Aí você senta, na frente do computador, e dá um passeiozinho, por virtual que seja, mas dá um pequeno passeio. Claro que não vai substituir tu veres o quadro cara a cara. Mas, é a velha história. Às vezes, o ótimo é inimigo do bom. Nem sempre dá para todos fazerem tudo no máximo. A internet é fantástica para isso. Mas, em termos de literatura, eu acho que não conseguiria ler uma obra na tela do computador. Eu consigo ler um artigo. Preciso do livro na minha mão, o cheiro do livro, a cara do livro. E outra coisa. Não há algo mais gostoso que sentar em uma poltroninha gostosa, com um solzinho, e ler um livro. Uma poesia. Não consigo me imaginar lendo uma poesia numa tela de computador.

A leitora elogiou o modo como a matéria foi feita, selecionando bem os entrevistados: “Esse Carpinejar, eu acho fantástico. O Kiefer e o Assis Brasil, também. Não sei quem é José Castello, esse não conheço. Mas acho que pegaram bem. O Pelizzari, achei interessante”. Ela diz divertir-se com as críticas a Paulo Coelho.

Sempre aparece alguém para ripá-lo, e é necessário. Não consigo entender que fenômeno é esse. Sempre tive, é um ranço cultural meu, admito, uma certa implicância com *best seller*. Alguns livros que peguei para ler, não os dele, mas outros, li 4 ou 5 páginas e pensei: disso vão fazer um filme, depois eu vejo o filme. Os dele, nem isso. Não dá. Eu até admito que é ranço cultural, mas não consigo, não adianta.

A formação de escritores, em seu ponto de vista, é uma temática inusitada, bem colocada como capa da revista, por ser um assunto que merece atenção. “E ainda tem a questão do agente literário. É mais um campo profissional que se abre. Quando a gente passa um tempo no exterior, vê que há uma série de profissões que passam despercebidas. O agente literário é uma

delas. É claro que a gente sabe que eles existem. Mas me dei conta: no Brasil, a gente nunca houve falar sobre isso”, ressalta. De acordo com ela, há todo um campo profissional que fica restrito a quem está intimamente ligado às editoras.

E as pessoas precisam discutir isso. Lembro que, há muitíssimos anos, fizemos dois ou três livros didáticos, eu e duas colegas. Foi encomendado. Fizemos o trabalho, mas nunca tivemos controle de quanto foi vendido. Estávamos de cuca fresca, íamos fazer um livro, que coisa interessante. Sabe como é professora, né? O nosso objetivo não era ganhar dinheiro, nem nada. Nós estávamos fazendo o livro, que era o que nos interessava. Lógico, se desse dinheiro, melhor. Eram livros didáticos e devem ter vendido um horror, pois eram distribuídos para todas as escolas do Rio Grande do Sul. Um dos nossos livros era especificamente sobre o estado, eram estudos sociais do Rio Grande do Sul. Outros, também, de OSPB, nos famigerados tempos da OSPB. Mas nem ficamos sabendo o que houve com eles.

Além da matéria de capa, E.L.P. começou a ler a entrevista com o arquiteto Álvaro Siza. “Estou achando fantástica essa construção do Museu Iberê”, diz. Também chamou sua atenção o perfil sobre Luciano Alabarse: “Deve estar muito interessante. Os textos sobre fotografia do Felizardo eu sempre leio. Nem tinha visto, minha amiga Blanca Brites tem uma matéria aqui, sobre o desenho. Outra coisa que me chama a atenção é arte contemporânea”.

Alguns temas que ela gostaria de ver nas páginas da revista são antropologia, filosofia e estética. “Mas ela tem sido bastante abrangente. Tem conseguido bons patrocínios, uma rede de apoio que permite mantê-la neste nível. Imagino que não seja muito fácil fazer isso. Até porque, a equipe deve ser pequena. Eles fazem um trabalho muito bom”, elogia.

Para esta leitora, há dois conceitos correntes de cultura: “Antropologicamente falando, é o conjunto de atitudes que nos cercam. Por exemplo, faz parte do brasileiro ser indisciplinado. No sentido acadêmico, seria uma atividade intelectual ou artística. É o conceito classicamente utilizado”. Ela acredita que o sentido antropológico seja o menos conhecido. “No geral, trata-se de atividade ou situação onde se envolvem artistas, intelectuais, professores”, define. E é neste conceito que E.L.P. acredita que Aplauso se encaixa. “Ela parece trabalhar com esta idéia de atividade intelectual. No sentido antropológico, acho que não”, diz.

Em seu cotidiano, sente pouco a influência da revista, “apenas no consumo, na compra de algum livro”. Por não ter data certa para chegar à casa dos assinantes, a publicação acaba não interferindo muito em seu roteiro cultural.

Ela nem sempre chega em tempo. Mas eu compreendo perfeitamente. E, como sou uma pessoa muito ocupada, não faz muita diferença. Essas coisas, eu vou digerindo devagar. Vou devagarinho na revista. É para uma certa fruição. Não tem aquela coisa de ler rápido. Não é como a Veja ou a Time, que você precisa ler naquela semana. Eu vou lendo, marco algum livro que me interessa, vou atrás. É uma coisa miudinha, pequeninha, gostosa.

Em relação à reportagem sobre o diploma de escritor, por exemplo, ela pretende conversar com Charles Kiefer, pois é sua aluna em uma oficina literária. “Ele disse uma coisa muito divertida, e acho que ele tem toda razão: apenas 10% do pessoal que vai fazer o curso vai sair escritor. E acho que ele tem razão. Ser escritor não é assim, no mais. Em primeiro lugar, é uma inquietação interior”, acredita. Este é um assunto que, provavelmente, levará para discussão com outras pessoas. “Tenho uma amiga que é professora, com quem converso muito, discutimos as coisas que a revista traz”, conta.

Entre as matérias que marcaram, destaca a capa sobre Mario Quintana. “Normalmente, pego a revista e vou grifando. Durante um tempo, guardei. Depois, comecei a dar para as pessoas. Mesmo porque estou *aposentadíssima*. Na época em que estava no museu, tinha assuntos que poderia levar para lá”, diverte-se. Além de Aplauso, ela lê os jornais Folha de S. Paulo e Zero Hora, e as revistas Veja e Time. “O caderno *Cultura* da Zero Hora é razoavelmente interessante. No Correio do Povo, leio só o Elio Gaspari. No mais, leio livros mesmo”, afirma.

3.2.2.3.6 Repercussão na web

A reportagem de capa de Aplauso, sobre a formação acadêmica para escritores, suscitou uma profícua discussão na internet, iniciada através do *blog* de um leitor da revista. Sob o título *Mario Quintana On Ice*, o jornalista Bruno

Galera⁴³ publicou um *post* no qual emite sua opinião sobre o assunto e dialoga abertamente com trechos da reportagem de Aplauso (grifos do autor):

Venho acompanhando com certa curiosidade a discussão em torno da criação de cursos superiores para formar escritores. O que tem dado mais pano para manga é o da Unisinos, coordenado pelo poeta Fabrício Carpinejar.

Alguns artigos foram suficientes para me encher do mais profundo horror. Quase todos os argumentos são recheados de romantismo comunista de dar dó ou conservadorismo precoce não menos lamentável.

Com a última edição da Aplauso chegando às minhas mãos justamente com o assunto na capa, resolvi tentar uma última incursão. Se fosse mais um material lamentável, eu iria largar de mão. Para minha sorte, a matéria saiu acima da média, ouvindo todos os lados e buscando o cerne da questão: qual o problema de existir um curso para formar escritores?

Começo pelos defeitos, que estão em menor número no texto do Fábio Prikladnicki. Mais exatamente, a pior parte está logo no parágrafo de abertura, com piadinhas absolutamente dispensáveis e algum preconceito que não combina com o que está nas outras páginas (grifos e *caps lock* meus):

O caminho para se tornar um escritor é **tortuoso e cheio de mistérios**. Seria **bem mais fácil se existisse simplesmente um vestibular para isso, certo? CERTÍSSIMO**. A julgar por duas iniciativas no Rio Grande do Sul, essa realidade nunca esteve tão próxima dos **aspirantes a Machado de Assis** [...]

É provável que eu não tenha pegado alguma ironia, mas isso me passou uma opinião totalmente dispensável e que faz pouco caso sobre o assunto que a própria matéria aborda melhor mais adiante.

Para ele, o primeiro e “bem-vindo” acerto da matéria está em estabelecer uma comparação com os demais cursos em nível superior que formam artistas: “Até agora só tinha deparado com coisas como ‘será possível formar escritores como se forma um engenheiro ou médico’? Esse argumento é fraco, porque só considera formações com áreas de atuação bem definidas como comparativo. Além disso, sob essa óptica, dá para questionar facilmente a existência de 90% da área de humanas”. Além de trechos da matéria, o *post* traz a ementa do curso oferecido pela Unisinos:

A apresentação da Unisinos dá mais algum embasamento para a discussão:

⁴³ O texto foi publicado no *blog* de Galera. Disponível em: <<http://www.bigmuff.org>>. Acesso em: 2 de setembro de 2006.

*Com dois anos e meio de duração, o objetivo do curso é formar escritores e agentes literários **empreendedores e inovadores**, com domínio das técnicas de linguagem e mídia, além de uma sólida formação intelectual para interpretar o mundo, a tradição e a sociedade. O escritor formado na Unisinos terá capacidade para criar, formular livros e mediar entre diferentes públicos, planejar negócios e desenvolver produtos nas diversas áreas do mercado editorial e do cenário cultural.*

Fora o estilo marqueteiro já bastante disseminado, a ementa não diz nada demais. Serão oferecidas técnicas para o aluno ser escritor.

Segundo ele, no entanto, alguns enxergam nisso um plano malévolo da universidade em querer corromper a pureza do ofício. “E mais: acham que um curso de dois anos e meio está vendendo que quem sair diplomado vai automaticamente lançar um *best-seller* e, quiçá, entrar para a Academia Brasileira de Letras. Só posso creditar isso a obscurantismo, pedantismo e paranóia desvairada em níveis jamais expressados pelos cadernos culturais país afora”, posiciona-se.

Para exemplificar este ponto de vista, ele publica trechos da entrevista de José Castello concedida a [Aplauso](#), seguidos de sua avaliação:

Essa é mais uma ilusão criada em torno da expansão maluca na universidade brasileira desde a privatização levada a cabo pelo governo Fernando Henrique.

Jesus Cristo, só faltou ele atribuir culpa ao FMI. Mas lembrou de algumas técnicas da Santa Inquisição e também conseguiu atribuir um caráter supra-divino à literatura:

A literatura, mais do que as outras artes, trabalha com a palavra pura e o pensamento puro. O escritor não precisa de um pincel, nem de um violino [sim, bando de desqualificados, esses pintores e músicos]. Você tem de ter atributos que não se ensina. Tem de ter imaginação, por exemplo.

Até onde eu saiba, qualquer ofício a que se dedica precisa não só duma porcaria de diploma, mas de talento e conhecimentos que não se ganha na universidade. Todo mundo necessita de técnica e teoria, sejam eles obtidos em aula ou qualquer outro lugar. Como Hemingway, que abusava da prática jornalística na sua ficção, e era um editor obsessivo com seu próprio material. Ninguém vai ser como ele apenas por freqüentar uma faculdade, mas alguém pode ser tão tolo ao ponto de dizer que essa condição vedaria a chance de surgir um escritor de verdade?

Poderia elencar diversos outros fatores: universidades como centros de treinamento, ao invés de locais para pesquisa e construção de conhecimento. É uma realidade que está cada vez mais solidificada (culpa do imperialismo e do George Soros, claro), seja de forma escancarada ou não, e parece não chocar mais ninguém. Ao contrário, pouca gente estranha, e ainda por cima é cada vez maior o incentivo

para que toda a sociedade (qualificada ou não) integre quadros que sabidamente não são destinados a quem não quer (ou não precisa) estudar.

Mas isso tudo existe, inclusive as faculdades de comunicação. E ninguém questiona que elas formem comunicadores, o que é muito mais assustador.

O texto de Galera gerou 16 comentários de seus leitores e suscitou discussões em outros *blogs*. Entre as opiniões manifestadas em sua página, destaca-se o depoimento do escritor Daniel Pelizzari, que foi entrevistado para a reportagem: “Nessa matéria da Aplauso tem umas declarações minhas totalmente fora de contexto. Não fiquei muito feliz com isso”. Na análise do discurso da reportagem, as opiniões de Pelizzari não o situam em uma perspectiva favorável ou contrária aos cursos de formação de escritores, mas que os questiona. Na primeira versão da matéria, constava a seguinte informação acerca de seu depoimento, que acabou sendo cortada na edição: “Pelizzari afirma não se colocar ‘contra’ cursos de formação de escritores, mas faz ressalvas. Ele considera interessante a idéia de cursos com foco em escrita criativa semelhante aos das universidades norte-americanas, mas critica uma certa ‘cultura do diploma’ que identifica no Brasil”. O trecho, no entanto, não altera o ponto de vista em que sua fala está inscrita, apenas desenha melhor seu contexto.

Os leitores de Galera trazem exemplos de outros países a respeito do assunto, assumem uma posição em torno do mesmo – independente qual seja seu ponto de vista, criticam a ementa do curso, especulam sobre as atividades de José Castello, entre outras incursões. No geral, concordam com o pensamento do autor, salvo algumas exceções.

A partir da leitura de Galera, o também jornalista Marcelo Träsel⁴⁴ publica o *post* intitulado *Abrace o filisteísmo de meio-turno*. Neste caso, também há diálogo direto com o conteúdo da revista, através da menção à fala de José Castello:

O texto do Bruno Galera sobre a falsa polêmica a respeito dos cursos universitários para escritores lembra como a mitificação dos artistas e outros trabalhadores intelectuais é algo engraçado. No caso,

⁴⁴ Texto publicado no *blog*: <<http://www.insanus.org.br/martelada>>. Acesso em: 2 de setembro de 2006.

há quem pense que os cursos são, na hipótese mais benévola, inúteis. José Castello, por exemplo, delira:

A literatura, mais do que as outras artes, trabalha com a palavra pura e o pensamento puro. O escritor não precisa de um pincel, nem de um violino. Você tem de ter atributos que não se ensina. Tem de ter imaginação, por exemplo.

Ah, é? Deveriam erigir monumentos para esses semideuses que trabalham com a palavra. O trecho evidencia a anal-retentividade de parte da "classe artística". Esse negócio de pensamento puro – e aliás, outras purezas – caiu em desuso já no século XIX. Benjamin decretou o fim da aura da obra de arte há mais de 50 anos. Ainda assim, há quem acredite que o artista não deve se deixar contaminar pelo dinheiro, essa coisa suja.

É algo engraçado. Se um sujeito trabalha no setor de compensação de cheques em um banco qualquer, mas à noite participa de algum projeto artístico ou desfruta da arte, todos acham muito bom. Ninguém questiona sua pureza de intenções. "Oh, puxa, um mero bancário se interessando por arte." Por outro lado, se um ator com diversos serviços prestados à dramaturgia resolve trabalhar oito horas por dia na Globo, se um bom músico decide tocar em uma banda de axé, se um artista plástico decide fazer ilustrações para comerciais, logo os chamam de vendidos. Logo os acusam de conspirar sua arte.

Uma novidade: dinheiro é trimmassa. Com ele se pode fazer muitas coisas, inclusive patrocinar uma dedicação a projetos artísticos que não rendem dinheiro. Artista não tem de sofrer.

O *post* de Träsel acerca do tema gerou 24 comentários em seu *blog*. Mais uma vez, aparecem diferentes opiniões a respeito do assunto, com predominância das posições favoráveis ao curso ou que desqualificam a crítica ao mesmo. Seu texto motivou uma publicação no *blog Depósito de Neuras*⁴⁵, que também trabalha com informações da reportagem, mesmo sem citá-la.

Todo mundo pensando.

Está rolando uma discussão massa no blogue do Marcelo Träsel, por conta deste texto aqui.

Os argumentos são interessantíssimos: o ponto de partida é uma colocação feita pelo Bruno Galera sobre o curso superior para formação de escritores, com duração de dois anos, oferecido pela Unisinos. Pelo que entendi, a política do curso parece absurda, mas não soa tão quixotesca quando você descobre que "o objetivo do curso é formar escritores e agentes literários empreendedores e inovadores, com domínio das técnicas de linguagem e mídia, além de uma sólida formação intelectual para interpretar o mundo, a tradição e a sociedade". Ou seja, vou descobrindo que não estão meramente tentando arrancar dinheiro dos incautos, mas talvez ampliar um horizonte quanto ao surgimento de agentes literários idôneos e preparados para enfrentar um país que, segundo pesquisas recentes, lê cada vez menos.

⁴⁵ Texto publicado em: <<http://www.depositodeneuras.zip.net>>. Acesso em: 2 de setembro de 2006.

O Bruno Galera é irmão do talentoso escritor Daniel Galera, cujo livro "Dentes Guardados" eu baixei e até indiquei o caminho das pedras para quem procura literatura de qualidade gratuita na internet. Parece que a inteligência é genética, porque o texto do cara, a meu ver, é esclarecedor e proporciona um questionamento ao qual nunca me atentei: será que alguém já parou para pensar se uma faculdade de comunicação realmente forma comunicadores? Porra, se existem oficinas para aqueles que tentam encontrar um denominador comum entre a técnica literária e a imaginação, eu não vejo problema na criação de um curso superior para escritores, mesmo que a próxima turma de formandos enverede pelo caminho do agenciamento.

Não vejo aí um golpe baixo para se arrancar dinheiro de imbecis desinformados, mesmo porque também concordo com o fato de que a colação de grau e o diploma não são fatores que meçam a qualidade do profissional que cai no mercado de trabalho. Não adianta você ter uma formação universitária, enquadrar o diploma, alugar uma sala no WTC da Nações Unidas, ter uma secretária com um corpo de Brigitte Bardot nos idos sessentistas se você não tiver o menor talento para se manter vivo na selva do ganha-pão. Eu conheço muita gente que fez faculdade de publicidade por causa dum testezinho vocacional e que não consegue formar uma frase capaz de lhe fazer pensar nela, mesmo depois da conversa estar encerrada.

Eu fiz faculdade de direito, mas não sei se seria um bom advogado, mesmo porque eu nunca me entreguei a este ofício. Porém, quem disse que eu não o seria se me dedicasse? Então, quem disse que, de um curso superior que traz a errada impressão de ser mais um caça-níquel, numa época em que brotam faculdades nas esquinas, como brotam rosas no jardim daqui de casa, não pode formar um grande escritor, dando-lhe uma sólida formação em um ambiente que priorize a construção do conhecimento?

Um diploma não fala por si só. Ainda mais para quem pretende ser um escritor, ofício que depreende criatividade, imaginação, dedicação e até um certo regramento. Mas não acho certo que o José Castello critique a postura da universidade em oferecer um curso desses quando, segundo comentários, cobra cerca de setenta reais por mês para quem pretende freqüentar sua oficina de criação literária. Aí pode? Só porque não é faculdade? Eu não vejo a menor diferença entre uma oficina e um curso superior para escritores. Estou com o Bruno Galera e não abro.

O estudante de jornalismo Gustavo Faraon⁴⁶, também a partir da leitura de Galera, publica um texto em que faz referência à matéria de Aplauso, intitulado *Escritores na banca*:

Ao que parece, a Revista Aplauso resolveu finalmente dar uma olhada mais de perto nessa novidade local que é a formação acadêmicos [sic] para escritores. Em outros lugares, como Estados Unidos e Inglaterra, discutir o tema seria simplesmente impensável, tão enraizado esse tipo de curso está. Fato é que, desde que a Unisinos resolveu lançar seu curso de formação de escritores e agentes literários,

⁴⁶ Texto publicado no *blog*: <<http://www.idoso.blogspot.com>>. Acesso em: 2 de setembro de 2006.

parece que todo mundo se viu obrigado a opinar radicalmente contra ou a favor.

Esse *post* do Galera traz algumas reflexões interessantes a respeito da matéria, e o que me chamou atenção imediatamente foi a comparação (pra mim, nova) com outro curso da área de humanas: se faculdade de escritor não pode, por que faculdade de artista plástico pode?

É claro que a técnica e a teoria passadas em sala de aula não garantirão que um bom escritor sequer surgirá dali, mas achar que esse tipo de instrução poderia suprimir ou substituir o talento é puro obscurantismo.

No mais, tudo isso me fará voltar a uma banca de revistas depois de muitos anos. Minha última lembrança de compra em banca remete a algum momento próximo ao ano 2000, na lojinha do Salgado Filho, provavelmente um exemplar da Coquete! nível médio ou da Guitar Player em português, sempre lançada com meses de defasagem.

Faraon, assim como Galera, embora ainda não tenha lido a matéria, destaca a relação entre os cursos de formação de escritores com as demais graduações no campo das artes, como faculdades de música, artes plásticas e artes cênicas. A comparação, que surgiu na entrevista com o escritor e professor do mestrado em escrita criativa da PUCRS, Charles Kiefer, e, na reportagem, aparece na voz do jornalista, foi interpretada pelos leitores como uma das melhores contribuições da matéria à discussão. Galera já havia ressaltado o pluralismo da reportagem, que ouviu “todos os lados” e buscou o “cerne da questão”, em um texto “acima da média”.

Segundo Faraon, a reportagem de capa de Aplauso levá-lo-ia às bancas de revista, as quais não freqüentava há bastante tempo. No único comentário ao seu texto, Galera sugere que ele pegue um exemplar gratuito no Studio Clio – Instituto de Arte e Humanismo, empresa parceira da revista, e que disponibiliza suas edições: “Entra fazendo um solo de cuíca, pega uma na mesa e sai de *moonwalker*. Apenas pregando a descentralização da cultura”, diz, em tom de brincadeira.

3.2.2.4 Análise do ciclo

A produção de Aplauso 77 foi marcada por uma série de discussões, internas, no processo de trabalho da equipe de redação; e externas, motivadas especialmente pela matéria de capa, que instigou seus leitores a se posicionarem a respeito da formação acadêmica para escritores.

Como não se trata de um processo estanque, a edição começou a ser construída em números anteriores, através de trocas de idéias, leitura de outros veículos de comunicação e avaliação de materiais de divulgação enviados por assessorias de imprensa da área cultural. O ponto de partida oficial se deu com uma reunião entre a redação e os colunistas, ocasião em que alguns assuntos já estavam definidos, como a reportagem sobre formação de escritores e o perfil de Luciano Alabarse, que, inicialmente, seria a entrevista da edição, em formato *ping-pong*. Tinha-se, também, a idéia de abordar o Festival de Cinema de Gramado, que aconteceria nos próximos dias. O encontro influenciou bastante a pauta da revista, especialmente em relação à primeira hipótese de matéria de capa – devido especialmente às contribuições do colunista de cinema, que trouxe diversas informações sobre as mudanças no Festival de Gramado e as irregularidades das quais seus dirigentes são acusados. Este seria, em princípio, o tema da principal reportagem da edição.

Outras temáticas relevantes foram discutidas com os colunistas, como a receptividade de leitores jovens que, segundo comentários de um ex-colaborador, considerariam a revista *careta*; a necessidade de contemplar, com maior frequência, ou em um espaço fixo, a arquitetura; e a identidade regional, assunto recorrente da publicação. Neste último tópico, foi sugerida, inclusive, uma matéria a respeito da nova geração de artistas locais, desvinculada de valores regionalistas em sua produção, mas que tem alcançado reconhecimento fora do Rio Grande do Sul. Embora não se trate de um fenômeno novo, como ressalva o subeditor, o assunto envolve a equipe. O colunista de música destaca alguns artistas “de trânsito nacional, sem ranço regional”. Para o colunista de cinema, muitas pessoas vêem o mundo tendo como centro o Rio Grande do Sul. “Vive-se

cada vez mais um mundo sem fronteiras, mas nós continuamos falando do gaúcho”, destaca. O editor explica que, por ter seu foco no estado, é difícil, para Aplauso, desvincular-se deste tema.

Um dos colunistas sugere uma reportagem sobre as leis de incentivo à cultura – um texto analítico sobre sua situação e aplicação. Na reunião, o editor explica que este é um assunto delicado para Aplauso, pois ela é sustentada pela LIC-RS. No entanto, alguns dias depois, o tema volta a ser discutido, e o subeditor sugere que a revista realmente faça uma matéria sobre as leis. Segundo ele, seria importante que a sugestão partisse da própria redação, para que a equipe tenha maior liberdade na reportagem. Ainda no encontro com os colunistas, o editor salienta que gostaria de dar maior destaque às artes plásticas, pois tem ouvido reclamações dos leitores pela escassez de cobertura para esta área nas páginas do periódico.

Quando os jornalistas partem para a reunião de pauta propriamente dita, muita coisa já está definida. Para a matéria de capa, concorriam assuntos como Festival de Cinema de Gramado, Walmor Chagas, Vera Chaves Barcellos e Luciano Alabarse. Como referido, o primeiro era o que, neste momento, apresentava maiores chances de conquistar o espaço. A pauta sobre formação de escritores, que acabou sendo a reportagem de capa, estava programada para entrar na seção *Debate*. Nesta primeira discussão, ela era vista como a “pauta óbvia”.

A matéria sobre o principal evento cinematográfico do sul do país, no entanto, mostrou-se frágil, já no início da apuração. Embora a revista tenha tido acesso às fontes envolvidas, e participado da coletiva de imprensa de lançamento desta edição do festival – mais uma oportunidade de colher informações, não haveria condições de aprofundar a investigação, que implicaria em viagens a Caxias do Sul e Gramado. Além de pesarem no orçamento da publicação, estes deslocamentos, para trazerem resultados satisfatórios, exigiriam, na visão do diretor de redação, um tempo para que o repórter pudesse fazer uma apuração responsável, de que a revista não dispunha. Diante destas dificuldades, a pauta acabou perdendo força, ocupando apenas duas páginas da edição.

Para definir a matéria de capa, foram necessárias várias reuniões entre a equipe da redação. A cada encontro, uma resolução diferente. A opção pela formação acadêmica para escritores se deu em um dos encontros, quando o repórter responsável pelo debate sobre o assunto relatou que estava com dificuldade para encontrar opiniões contrárias. O diretor de redação empolgou-se com a possibilidade de trabalhar o tema em uma reportagem maior, que poderia ouvir os lados envolvidos e analisar a problemática. Mesmo assim, não foi tomada uma decisão definitiva – havia, ainda, a possibilidade de uma capa com Luciano Alabarse. A definição deu-se, somente, na última semana antes da publicação, o que ocasionou o atraso da circulação da revista.

A reportagem sobre formação de escritores é polifônica. No texto, opiniões situadas em diferentes perspectivas aparecem em diálogo. Há, sim, um ponto de vista que prevalece, e ele é favorável à formação acadêmica de escritores. Além dele, no entanto, são apresentados aos leitores posicionamentos questionadores e contrários à prática, em uma pluralidade reconhecida pelos receptores, como foi possível constatar no estudo das leituras. Em uma desconstrução da reportagem, percebe-se o jornalista inscrito, ora em uma linha que defende os cursos na área, ora em uma linha questionadora. No entanto, em nenhum momento do texto, ele incorpora o enunciador contrário ao tema, deixando implícita, também, sua própria opinião a respeito do assunto.

Os leitores ressaltam a polifonia do texto, caracterizando-o como uma “discussão” (J.C.T.G.), uma reportagem que “levanta o questionamento, o embate de quem é a favor ou contra” (S.G.J.), uma matéria acima da média, que ouviu “todos os lados” e buscou o “cerne da questão” (Bruno Galera). Além disso, posicionam-se diante do assunto, levando em consideração, é claro, seu repertório e suas experiências pessoais. Embora afirme não ter uma opinião muito bem formada sobre o tema, J.C.T.G. diz compartilhar da posição de que o escritor não se constrói. Sua fala dialoga com duas posições opostas, expressas na reportagem: “Ele [o escritor] já nasce com seu estilo, com aquele pendor, só vai aprimorando o estilo”, e “Mas considero uma experiência válida para o aprimoramento técnico da pessoa que já tem uma certa tendência”. O leitor D.S.R., que já havia discutido o tema antes de ler a reportagem, afirma não achar

legal esta iniciativa. “Se pegarmos a literatura dos Estados Unidos, por exemplo, ela é toda igual”, afirma. S.G.J. pensa que os escritores não devem ser obrigados a graduarem-se na área, mas a faculdade pode trazer conhecimentos básicos necessários. Já E.L.P. diz concordar com o que aborda a matéria: “Não é o curso que vai te transformar em escritor. [...] É uma ferramenta. Quanto mais ferramentas eu tiver, mais possibilidade eu tenho de melhorar”. Ela relacionou o assunto ao ensino básico e fundamental, no país, que peca pelo exíguo incentivo à leitura. Se não conseguirem êxito como escritores, os alunos que freqüentarem os cursos pelo menos se transformarão em excelentes leitores críticos, acredita. É interessante observar que, dos cinco leitores entrevistados, três participam ou já participaram de oficinas literárias: J.C.T.G., D.S.R. e E.L.P.. Apenas um deles menciona ter lido todo o restante da revista, exceto a matéria de capa. Temos, então, opiniões diversificadas a respeito do assunto, mas unânimes em relação à matéria. Mesmo aqueles que se mostraram contrários ao posicionamento predominante no texto, o qual depreendemos através da análise discursiva, consideraram a reportagem boa e interessante. S.G.J. salienta, referindo-se à revista como um todo, que as temáticas abordadas ampliam seu campo de visão a respeito da cultura e propiciam que ele construa sua própria opinião a respeito delas: “Posso concordar ou discordar, mas sempre tenho contato com assuntos interessantes”. A multiplicidade de opiniões também é ressaltada por E.L.P., que considera o diálogo de pontos de vista apresentados pela publicação muito importante. Segundo S.G.J., a revista expressa opiniões sinceras. “São informações que esclarecem o leitor. Consigo imaginar as coisas através dos olhos de quem escreveu a matéria”, avalia.

Na web, a discussão se dá de diversas formas. Algumas manifestações, como a de Bruno Galera, referem-se diretamente à matéria de Aplauso. Neste caso, inclusive, ele cita e analisa trechos do texto. O debate toma corpo nos comentários de seus leitores e nos demais *posts* publicados a partir deste. Trazendo novas informações, estabelecendo comparações e enriquecendo o debate, com dados que não constam na matéria, os *blogueiros* que se propõem a abordar do assunto contribuem para que o debate rompa os limites da revista e de seus leitores tradicionais, para ser discutido, também, por pessoas que não

costumam adquiri-la, mas também vão *consumir* seu conteúdo através dessas trocas de idéias virtuais.

Uma das temáticas discutida na reunião com os colunistas que deu início aos trabalhos da edição 77 reaparece nas falas dos leitores, por um viés diferente daquele impresso pelos especialistas. A discussão sobre a identidade cultural do gaúcho ou a prevalência de temas regionais, criticada naquele encontro, é ressaltada por alguns leitores de uma forma positiva. J.C.T.G. afirma, inclusive, ter decidido assinar Aplauso por um pouco de sentimento nativista. “Ela é voltada para temas sul-rio-grandenses. Faz um importante resgate dos valores gaúchos”, destaca. S.G.J. salienta que a publicação é “nossa, voltada para as coisas daqui”. Com a revista, ele acredita ter ampliado seu conhecimento sobre a história do Rio Grande do Sul.

A necessidade de ampliar a cobertura para o interior do estado, já que a revista se propõe a tratar da cultura no Rio Grande do Sul, é salientada por S.G.J.. Esta reivindicação, que apareceu, também, no ciclo anterior, foi salientada nas entrevistas com a equipe de Aplauso, especialmente na voz do diretor de redação. No geral, os leitores que sugerem esta abordagem argumentam que matérias sobre o quê outras cidades de menor porte estão fazendo na área cultural podem trazer idéias a serem implementadas em seus municípios.

Outra temática discutida no ambiente da redação e que é explicitada como escassa no periódico é a arquitetura. Na reunião com os colunistas, esta foi uma das questões levantadas, surgindo, inclusive, a proposição de se criar um espaço fixo para o assunto. O leitor A.A., que é arquiteto, sugere que a revista invista mais em reportagens nesta área.

No geral, os leitores entrevistados para este ciclo têm uma visão de cultura com raiz antropológica ou sociológica: “são as manifestações da comunidade (S.G.J.); “é o modo de expressar, não só a arte, mas o modo de ser” (A.A.); “diversidade” (D.S.R.). A leitora E.L.P. distingue dois conceitos: um antropológico e outro, que classifica como acadêmico. O primeiro seria o conjunto de atitudes que nos cercam. O segundo remeteria a atividades intelectuais ou

artísticas – este seria o mais corrente e aquele no qual Aplauso parece, para ela, se apoiar. É esta visão de cultura vinculada aos bens de consumo da indústria cultural a manifestada por J.C.T.G., que a classifica como uma apropriação do conhecimento “voltada para o belo, para o bonito”.

Alguns destes leitores fazem a revista circular depois de lida. J.C.T.G., após guardar um determinado número de edições, costuma doá-las para uma professora de Letras da cidade de Bagé, sua terra natal, para que possa utilizá-la em suas aulas. E.L.P. presenteia o funcionário do restaurante que frequenta com as edições, por ser uma pessoa interessada em cultura. Sua influência em seus cotidianos se dá, especialmente, no consumo. No entanto, como costuma atrasar, acaba, muitas vezes, não interferindo no roteiro cultural de seus leitores, como destaca E.L.P, que diz compreender as dificuldades enfrentadas pela publicação. Esta leitora demonstrou, também, a preocupação que teve com a sobrevivência de Aplauso, nos primeiros anos. “Não acreditava que a revista tivesse fôlego para continuar”, afirma, fazendo coro com alguns leitores do ciclo anterior.

Levar as temáticas para a discussão com amigos e colegas também é um hábito de alguns dos entrevistados, como A.A. e E.L.P.. Para outros, como D.S.R., a influência da publicação em sua vida não é perceptível: “Leio para saber a opinião”.

Entre as fragilidades da revista, é ressaltada a repetição de fontes. O leitor D.S.R. reclama: “Parece que há um clubinho. São sempre os mesmos. Talvez eles sejam os melhores, mas poderia ser mais abrangente. Poderia haver um enfoque maior nas opções alternativas. Aplauso fala de quem já está na mídia, dá destaque para as grandes editoras”. Além de precisar arejar as opiniões publicadas, o assinante diz que Aplauso não abrange a diversidade cultural como poderia. “Temos mais coisas para mostrar e não são mostradas”, analisa.

A linguagem da publicação, outra questão recorrente nas discussões da equipe, e uma das razões que levou à saída de uma de suas primeiras editoras, é avaliada por J.C.T.G. como uma mescla entre o erudito e o popular. “Ela fica mais para o erudito, sem cair no jargão do eruditês”, afirma, salientando que a revista

deve ter cuidado para não valorizar demais determinadas expressões artísticas, as quais, segundo ele, são de difícil compreensão para o grande público. Além disso, ele sugere que, em literatura, por exemplo, seja dado espaço para autores situados à margem, na periferia, ao invés de focar apenas “nos monstros sagrados da literatura gaúcha”.

Embora haja um saldo positivo entre jornalistas e leitores, um dos problemas destacados internamente é o desconhecimento acerca do público da revista, como fica claro na fala da diretora de arte: “Não temos retorno. Nunca sei bem quem é o público de Aplauso. Quem aparece na seção *Correio* é envolvido com cultura. Acho que é um público muito envolvido com cultura”, diz. Esta insegurança a respeito do consumidor da publicação permeia muitas das discussões da equipe. Ela está presente na reunião com os colunistas, quando um deles sugere que os jovens podem considerar o periódico careta, por exemplo; na seleção dos temas a serem abordados; e no tratamento que as pautas receberão.

3.2.3 Edição 78

É a terceira edição investigada à luz da AGPJ. Como reportagem de capa, aborda as religiões de matriz africana no Rio Grande do Sul, estado que aparece no censo do IBGE 2000 como um dos maiores praticantes de umbanda do país, em termos percentuais. A matéria representa uma abertura temática e uma aplicação do jornalismo cultural em uma perspectiva abrangente, que se distancia da tradicional divulgação de produtos culturais, para analisar problemáticas da sociedade. Trata-se, além disso, de um texto que contempla uma característica importante da identidade cultural do estado, normalmente ignorada. Embora polifônica, a reportagem não propõe um grande debate de idéias, focando seus esforços na introdução do tema a seus leitores, que supostamente não o conhecem, assim como o autor do texto, em um exercício de alteridade. A leitura da matéria deu-se de maneiras diversas, como era esperado. A heterogeneidade do público fez-se evidente neste momento do ciclo: tivemos

leitores que se interessaram pelo assunto por desconhecê-lo, que não tiveram sua atenção despertada pelo tema ou que, mesmo tendo informações a respeito da questão, não se sentiram motivados a ler a matéria, entre outros.

3.2.3.1 Produção

As discussões a respeito da edição 78 começaram, como de costume, ao longo do número anterior. Materiais recebidos foram armazenados para serem discutidos no início desta edição. O grupo teatral Tholl, de Pelotas (RS), por exemplo, ganhou amplo destaque na mídia e realizou diversas apresentações pelo estado. Ao ler uma matéria de capa do *Segundo Caderno*, de Zero Hora, sobre o assunto, o editor lamentou por a revista não ter publicado nada a respeito ainda. O subeditor explicou que a equipe não recebeu nenhum material de divulgação. Na edição 78, será publicada uma matéria ou um artigo sobre o grupo.

Neste período, também, o subeditor recebeu o livro **Antropologia e Consumo**, de Débora Leitão, Diana Lima e Rosana Pinheiro Machado (2006). Entusiasmado com o tema, que possibilitaria tratar de assuntos de interesse da revista, como moda e gastronomia, por exemplo, mas difíceis de serem abordados por falta de um gancho factual, ele sugere uma capa sobre isso. Como se trata de um compilado de artigos científicos, de autoria de pesquisadores ligados a universidades brasileiras e argentinas, ele faz a seguinte ressalva: “Precisamos cuidar, apenas, para não ficar muito acadêmico”.

Na reunião de pauta, quatro assuntos foram sugeridos para capa:

- Censo das religiões: a prefeitura está trabalhando em um censo das religiões de matriz africana em Porto Alegre. O repórter que sugere a matéria questiona: “Esperamos para fazer aquela matéria ‘RS, o mais

negro dos estados brasileiros’, ou desconsideramos isso e investimos na matéria agora, só com aquele dado do IBGE que aponta o RS como o estado com mais terreiros de umbanda do Brasil?”. Aplauso recebeu a informação do censo através de um *release* da Secretaria de Cultura da capital do estado.

- Pedro Raymundo – Há cem anos, nascia em Santa Catarina o precursor de Teixeira e Gildo de Freitas, o verdadeiro inventor do gauchismo. Seu maior sucesso, “Adeus, Mariana”, ganhou o Brasil, apresentou o folclore gaúcho ao país e influenciou até mesmo Luiz Gonzaga. Sugestão de chamada: “O catarinense que foi o inventor do gauchismo”.
- A cultura do consumo – Livro recém-lançado por pesquisadores, apresenta novo método de estudo posto em prática por antropólogos: a análise do comportamento das pessoas a partir do que elas consomem (moda, comércio, etc). A idéia é explicar o método, o resultado que os antropólogos estão obtendo, etc.
- Orla cultural – A área do Estaleiro Só foi comprada por um *pool* de empresas privadas que querem instalar no local um projeto gigantesco, que envolve áreas comerciais e residenciais. O Teatro da Ospa deve mesmo ser construído às margens do Guaíba. E as discussões sobre o aproveitamento do Cais do Porto seguem nas pautas das secretarias estadual e municipal da cultura. “Não é hora de fazermos uma grande matéria de capa englobando tudo isso e discutindo o aproveitamento da orla do Guaíba?”, pergunta o editor.

A partir destas sugestões, inicia-se a discussão. O diretor de redação considera o tema *antropologia e consumo* com maior potencial para uma matéria especial do que para a capa. A melhor opção, para ele, são as religiões de matriz africana. “É um tema popular, mas pode receber uma leitura sofisticada. Temos que tomar o seguinte cuidado: é uma matéria sobre religião, não sobre o negro. Muita gente vai se surpreender com essa informação de que o Rio Grande

do Sul é o estado com mais praticantes declarados de religiões de matriz africana”, diz.

O subeditor questiona se o censo já está pronto, ressalta que é preciso este dado, pois Aplauso não pode, por ela própria, fazer esta afirmação. O resultado, segundo o editor, está previsto para setembro [a revista deve fechar no dia 24 de agosto]. “Se tiver como fazer, é essa a capa. Se não, sou Pedro Raymundo. Mas essa me empolga menos. Já temos feito matérias de cunho histórico. Mesmo assim, é um tema popular. Antropologia e consumo também pode ser capa, mas vamos ver o que rende a matéria”, define o diretor de redação.

O subeditor quer saber se o tema será umbanda ou religiões, de um modo geral. O diretor sugere que, se render umbanda, feche-se nela e se publique uma retranca sobre as outras. “Mas será que a umbanda rende uma matéria de 6 páginas?”, questiona o repórter. O diretor de redação não tem dúvida de que há muito para dizer sobre o assunto. Ele relata sua experiência, na infância, em terreiros de umbanda, aonde ia levado pela mãe. “O sonho dela era que eu recebesse um santo, mas nunca aconteceu”, conta, lembrando que a matéria é diferente de tudo o que Aplauso já fez.

A matéria de capa, em princípio, as religiões de matriz africana no Rio Grande do Sul, ficou sob responsabilidade do repórter. Ele inicia a apuração e busca dados sobre o assunto, já que não terá acesso ao resultado do censo. Possíveis fontes serão as federações religiosas. Além disso, ele pretende iniciar as entrevistas com a Coordenação de Manifestações Populares da Secretaria de Cultura de Porto Alegre, que está organizando o censo. “Essa seria uma matéria para fazermos com o censo pronto. Pois podem aparecer informações importantes ou mesmo que contradigam o que publicamos”, afirma. Por enquanto, as pessoas com quem ele falou não estavam habilitadas a fornecer informações. Ele aproveita para fazer pesquisas na Internet sobre o assunto. Sua principal ferramenta é o *site* de buscas Google.

Depois de levantar os dados e consolidar a pauta, ele conversará com o editor para definir os rumos da matéria. Para que não ocorra o problema da última edição – atraso devido à indefinição da capa, neste mês ela será definida e produzida com antecedência.

O repórter não conseguiu levantar informações consistentes, que consolidassem as religiões de matriz africana como capa da edição. Em princípio, a pauta *caiu*, mas a definição será dada em reunião. Uma possível capa seria sobre o aproveitamento da orla cultural de Porto Alegre, sugestão que apareceu na primeira reunião, mas que não chegou a ser discutida.

O subeditor sugere que a equipe pense em temas que não aparecem na capa há algum tempo, como cinema e moda.

Agenda-se uma segunda reunião de pauta para definir a edição 78. As pautas, que já estavam em discussão informal no ambiente da redação, são levadas ao diretor. Para ele, a orla cultural não pode ser a capa. “É muito Porto Alegre. É um assunto chato. Pode ser especial, mas não capa. Capa tem que ser um assunto abrangente, universal. Esse é tema para debate ou especial. Eu mantenho as religiões de matriz africana”, defende. O editor receia perder algum dado importante, tendo em vista que a redação fechará a matéria antes da publicação do censo da prefeitura. O diretor alerta que, mesmo prevista para setembro, a pesquisa provavelmente não estará pronta nesta data. “E como é um censo só de Porto Alegre, não vamos perder muita coisa”, afirma. O editor lembra que, no último censo do IBGE, o Rio Grande do Sul apresentou números representativos em relação à umbanda. Como a pauta deve abranger todo o estado, o diretor sugere usar este número. “Esta é uma matéria para pegar Pelotas, ou dar um pulo em Santa Cruz do Sul. Tenho a impressão de que Pelotas é uma das cidades mais negras do estado e do país. Temos que pegar uma boa fonte no IBGE. Podemos usar um quadrinho do Radicci tomando passe”,

diz. De acordo com ele, o texto deve ser leve na linguagem, mas profundo nas revelações. A idéia é abordar o Rio Grande do Sul batuqueiro. “Sabemos bem como é a pauta, mas não a matéria. Pode ser algo mais específico, temos a *Tché Music* e, também, a *Tché Umbanda*. Mas isso só a apuração vai dizer. O assunto rende uma bela matéria. Temos que trazer algo sobre a influência africana no estado”, completa.

O editor lembra que, na cidade de Osório, há um quilombo, inclusive, já visitado pela equipe da revista na ocasião de uma reportagem sobre os negros no Rio Grande do Sul. O repórter salienta, no entanto, que é necessário ter cuidado para não restringir a matéria aos negros: “Não são apenas eles que praticam umbanda”.

O diretor compara esta pauta com a capa da edição anterior, sobre a formação de escritores. “É um tema muito bom. Se fosse o Pedro Raymundo, também não haveria problema algum para mim – o *catarina que inventou o gaúcho*. É uma questão de ver. Mas acho que umbanda rende mais, é um tema, e não uma figura. Isso é matéria para marcar época”, empolga-se. Além disso, conta pontos para a matéria a possibilidade de boas fotos, dificuldade enfrentada na edição 77 e que, aqui, não deve se repetir. “Pode ter uma imagem bacana de terreiro, de pai de santo. Tem plasticidade. Não será cartum. Será foto. Terá imagem, e boa”, afirma o diretor.

Entre os possíveis entrevistados para a matéria estão, além da Secretaria Municipal de Cultura, através da Coordenação de Manifestações Populares, os antropólogos Ruben Oliven, Ari Pedro Oro e o músico e compositor Giba-Giba. Além disso, o repórter está em contato com o IBGE, para tentar obter mais dados, e lê artigo de Oro (obtido em um portal de artigos científicos), sobre as religiões afro-brasileiras no Rio Grande do Sul. “Teremos duas linhas de fontes especializadas: quem vivencia e é referência para os demais; e os acadêmicos. Pretendo chegar a mais fontes através deles”, explica ele, que está achando o assunto muito interessante. “Vai dar material para um belo texto. Fala-se muito pouco de religião. Pouca gente sabe que tanta gente pratica seriamente a religião. O conhecimento provável do leitor de Aplauso sobre isso é como o meu: quase

zero. Vou descobrir muita coisa. O que se tem são estereótipos sobre essas religiões no Rio Grande do Sul”, avalia.

O jornalista já levantou os números de praticantes de umbanda e candomblé no Rio Grande do Sul, junto ao IBGE. Por estes números, na umbanda, o estado está em segundo lugar, atrás apenas do Rio de Janeiro. No percentual, de acordo com a população, alcança a primeira colocação. Confira, abaixo:

	Rio Grande do Sul	Rio de Janeiro
Umbanda	112.133 (1,10%)	127.519 (0,89%)
Candomblé	9.047 (0,09%)	55.400 (0,38%)

Figura 4: Quadro demonstrativo dos números de praticantes de umbanda e candomblé no Rio Grande do Sul

No entanto, o repórter acredita que a Coordenação de Manifestações Populares da Prefeitura de Porto Alegre tenha dados nos quais o Rio Grande do Sul apareça em primeiro lugar. “O que temos não são os dados mais completos que se possa ter. Mas, mesmo estando em segundo lugar, já justifica a matéria, pois as pessoas não têm idéia disso”, analisa.

Acompanhamos o jornalista na entrevista com Dilce de Oxum, assessora para assuntos de religião de matriz africana da Prefeitura de Porto Alegre. Ela sugere alguns entrevistados, como Mãe Ieda de Ogum (“a mãe dela é da resistência negra de POA”), Miro de Ossanhã (“o pai fez história na religião em POA”), Maria de Oxalá (“filha da Mãe Apolinária, que é, inclusive, nome de rua na cidade”), Pai Borel (“maior cantor, tamboreiro, da religião, sabe muito da história”), Mirian de Oxalá (“já escreveu quatro ou cinco livros sobre umbanda no RS”), entre

outros. O repórter explica que gostaria de conhecer a maior diversidade possível de praticantes de religiões de matriz africana.

Ela fornece algumas informações que ajudam a delinear a matéria. Vinculada ao batuque, religião marcadamente gaúcha, ela fala sobre suas características. Embora seja a primeira entrevista que o repórter faz para a matéria, ele já tem algum conhecimento sobre o tema, obtido através da leitura de artigos de especialistas.

“Eu sou batuqueira, cultuo os orixás. Somos politeístas. Temos Xangô, Oxalá, Ogum, entre outros. A umbanda é mais aberta. Além dos orixás, tem Pomba-Gira, Exu macho e fêmea”, explica. O jornalista pede a indicação de livros sobre o assunto. Dilce sugere **O batuque no Rio Grande do Sul** (2006), de Norton Corrêa: “É um indicativo, não é exatamente a realidade. Muita coisa ele não viu”. O repórter questiona sobre as semelhanças entre umbanda e candomblé:

Repórter: O candomblé não tem nada a ver?

Dilce: O candomblé é na Bahia. Para praticá-lo, deve-se ficar na Bahia por cinco ou seis anos.

R: Aqui não tem?

D: Não sei de ninguém. Não tiro duas pessoas que saibam fazer isso.

R: Qual a relação entre candomblé e umbanda?

D: Nenhuma. Eles não aceitam a umbanda. Os orixás e as cores são diferentes. A regionalização é evidente que houve. Ogum aqui come costelinha. O negro do Rio Grande do Sul era muito pobre.

Ela explica que a religião é bastante procurada por acadêmicos, especialmente antropólogos, que normalmente são bem acolhidos. Sobre o número de terreiros de umbanda, ela adota a cifra do IBGE, contrariando as expectativas do jornalista de que poderia ter dados mais representativos. O que sabe é que a Fundação Moab Caldas fez uma pesquisa não-oficial, com resultados bastante expressivos. O contato sobre isso seria com Pai Áureo de Ogum, mas Dilce alerta: “Não te entusiasma com o que ele vai dizer. Aqui, ele cruzou com o candomblé”.

Embora o número de terreiros no estado seja grande, as religiões de matriz africana têm pouca visibilidade. Seja através da mídia, seja pelos próprios praticantes, que muitas vezes não se identificam como tal. O repórter pergunta a Dilce o porquê disso.

Envolve o contexto histórico. Só podíamos fazer religião na calada da noite. Tudo o que acontecia de ruim era culpa do batuqueiro. Houve época em que não podíamos tocar tambor. Como o homem negro passava por tanta brutalidade física, a mulher assumiu a religiosidade. Isso nos obrigou a ficar no fundo do quintal. Isso nos fechou. Na época da repressão, fazer um *toque* era motivo de baixar policiais dentro de casa. No governo Getúlio, invadiam nossas casas. Na ditadura, tínhamos que ficar junto com prostitutas. A mesma autorização que os bordéis precisavam, nós tínhamos que ter para funcionar. Aí surgiram as federações (DILCE).

Hoje, segundo ela, o estado conta com mais de setenta federações, cerca de dez em Porto Alegre. “Mas, se quiseres entrevistá-los, tens que falar com todos. Ou ouves todos, ou não ouves nenhum. É uma religião tribal. Cada um é um reinado”, explica. A força dessas instituições, no entanto, é pequena, de acordo com Dilce, devido à maior liberdade para a prática religiosa, atualmente.

A relação que se estabelece entre pais, mães e filhos de santo⁴⁷ é religiosa, independe de laços de sangue. “As casas de religião cumprem o que o governo não cumpre. Não é só a questão espiritual. Quanto mais o governo falha, mais fortes nós ficamos”, salienta. Os babalorixás⁴⁸ podem casar, além de ter liberdade de opção sexual. “Eles conhecem os problemas das pessoas, 95% das casas estão na periferia. Eles cumprem papel de médicos, de psicólogos e auxiliam a parte espiritual, através da dança. Somos alegres, pois depositamos os problemas na dança e no canto”, explica.

O jornalista indaga a fonte, também, sobre detalhes da prática religiosa:

Repórter: Os cultos acontecem todas as semanas?

Dilce: Depende da casa.

R: Acontece de o filho de sangue não praticar a religião?

⁴⁷ Pais e mães de santos são os iniciados que completaram sua formação e chefiam seus próprios terreiros. As pessoas que freqüentam suas casas, quando iniciadas por elas, são consideradas suas filhas, em uma relação que nada tem a ver com sua família biológica.

⁴⁸ Pai de santo. Feminino: lalorixá.

D: Sim, claro. Para ser pai de santo, é como se se formasse em um sacerdócio. É preciso se preparar. Não é qualquer um que pode ler búzios, por exemplo.

R: Pode fazer consulta a qualquer momento?

D: Sim, é *full time*.

R: As consultas são cobradas?

D: Não, para os filhos da casa não.

R: Vi uma casa que cobra R\$ 100,00 a consulta.

D: Há quem faça comércio da religiosidade. Não há regras.

R: Há respeito por quem cobra?

D: Não sei. A minha mãe de santo, o máximo que ela recebe é R\$ 177,00.

R: E vive de quê?

D: Pelo trabalho, se recebem coisas importantes. Frutas, galinha, contas... Sempre se procurou presentear. Hoje, se dá o dinheiro correspondente a isso, o *axé*.

R: Muitos brancos ou pessoas não relacionadas à religião, freqüentam as casas?

D: 99,9%, 95% dos babalorixás são brancos, mas com mão negra na cabeça. Há um branqueamento na religião. A coisa mais comum é pessoas de outras religiões. Médicos, altos executivos.

R: Como é essa coisa de *receber o santo*?

D: Ninguém pode receber um Deus. Nossa religiosidade se perde no tempo e no espaço, temos 5.000 anos. Há vinculação entre deuses romanos e os nossos. Há momentos que, levados por uma reza cantada, num movimento contínuo e circular, chegam a um transe. Nesses momentos, tu tens mais sensibilidade, mudam as feições, os gestos. É um feixe vibratório onde tu vivencias uma experiência com aquele santo do qual tu levas o nome na cabeça. Cada um tem suas particularidades. O público, no momento, pode receber de ti um conforto. É como o padre quando levanta a hóstia.

Uma das questões mais polêmicas que envolvem as religiões de matriz africana é o sacrifício de animais. No Rio Grande do Sul, em 2003, o deputado estadual Manoel Maria dos Santos (PTB), pastor da Igreja do Evangelho Quadrangular, conseguiu aprovar, na Assembléia Legislativa do Estado, uma lei proibindo a agressão física a animais destinados ao consumo, sua sujeição a qualquer tipo de experiência que cause sofrimento, e a morte que não seja rápida e indolor. Em artigo científico, Oro analisa o episódio:

Temendo que o sacrifício de animais realizado nos rituais afro-gaúchos (Batuque, Candomblé e Linha Cruzada/Quimbanda) pudesse ser inibido por esse dispositivo legal, vários agentes religiosos e entidades associadas às religiões afro se mobilizaram, juntamente com o deputado estadual Edson Portilho, do Partido dos Trabalhadores (PT),

que apresentou um Projeto de Lei (PL N. 282/2003) para estabelecer uma exceção ao artigo 2 do Código de Proteção aos Animais, permitindo o sacrifício de animais em cultos de religiões de matriz africana.

[...]

O projeto apresentado pelo deputado Edson Portilho foi aprovado em 29/6/2003 por 32 votos favoráveis e 2 contrários, um deles sendo do deputado Manoel Maria. Em julho de 2003, e não sem pressão movida pelas entidades do movimento negro e afroreligioso gaúcho, o governador Germano Rigotto sancionou, com ressalvas, o projeto N. 282/2003.

Em 27/10/2003, o Procurador-Geral de Justiça, Roberto Bandeira Pereira, a pedido de entidades de defesa dos animais, protocolou, no Tribunal de Justiça do Estado, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) requerendo a “retirada do ordenamento jurídico” do parágrafo único do art. 2. da Lei Estadual N. 11.915/2003, ou seja, a lei N. 282/2003, de autoria do deputado Edson Portilho. A alegação era de que esse dispositivo é inconstitucional, porque trata de matéria penal, de competência legislativa privativa da União. Além disso, argumenta que o Estado não pode desrespeitar as normas gerais editadas pela União, relativamente à proteção da fauna.

Por fim, sustenta que o dispositivo ofende o princípio de isonomia, ao excepcionar apenas os cultos de matriz africana.

Essa nova ação judicial mobilizou, mais uma vez, a comunidade afro-religiosa do Rio Grande do Sul que, em 18/04/2005, viu vencida a tese da constitucionalidade da lei.

Dos 25 desembargadores que integram o Órgão Especial do Tribunal de Justiça, 14 votaram pela constitucionalidade da lei estadual de autoria do deputado Edson Portilho, 10 julgaram procedente a ação do Ministério Público e 1 votou pela procedência parcial da ADIn (ORO, 2005).

Dilce explicou que o termo usado na religião, para esse ato, é *sacralização*. Trata-se da retirada de alguns órgãos de animais para completar um rito. “É vital para nós. O que sobra é usado para todos comerem. Não é contrário à natureza. Afinal, os primeiros ecologistas foram os negros. Nas grandes festas, tu recebes numa bandeja a oferenda que representa cada orixá. Significa que estamos dividindo o axé da casa”, ressalta.

Para a matéria de capa, o repórter lê os artigos “As religiões negras no Brasil” e “O Brasil com axé”, do sociólogo Reginaldo Prandi. Ele comenta que os textos de Ari Pedro Oro deram vários subsídios: “Apresentaram um panorama das religiões de matriz africana no Rio Grande do Sul. Trouxeram vários tópicos para

confirmar com as fontes. Além disso, por ser antropologia, são textos bastante acessíveis, relacionados à prática, aos rituais”. A entrevista com o antropólogo, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), deve acontecer nos próximos dias, e ele está preparando as perguntas. A Internet também é uma aliada importante para as pesquisas. No Google, ele pesquisa termos como *vodu* e *casa de batuque*.

Outras fontes a serem entrevistadas são Mário Maestri, historiador, Jorge Verardi, presidente da Federação da Religião Afrobrasileira (Afrobrás), além de dois religiosos sugeridos por Dilce. Ele comenta que há uma dissertação de mestrado sobre casas de batuque no Rio Grande do Sul e lê, também, edição do livro **Nós, os gaúchos** (GONZAGA; FISCHER, 1998; BISSON, 1998), com um capítulo de autoria de Oro sobre o batuque.

Na UFRGS, acompanhamos o jornalista em entrevista com o antropólogo Ari Pedro Oro. O repórter explica que está em fase inicial da matéria e com dificuldade para conseguir fontes. Oro afirma que o Rio Grande do Sul é o primeiro estado do Brasil em praticantes declarados de religiões afro-brasileiras, com 1,3% da população. Quanto aos terreiros, segundo ele, não há números, mas oscilam entre 30.000 e 80.000. Uma característica regional é a pulverização dos terreiros. “Não são terreiros antigos e grandes. São terreiros pequenos. Com cerca de 20 a 60 filhos de santo. As maiores casas têm 200 filhos. Na Bahia, há terreiros com milhares de filhos de santo”, compara.

O repórter salienta o fato de o número de praticantes declarados na Bahia ser pouco expressivo, já que se trata de um espaço reconhecido por esta prática religiosa. O pesquisador explica que, nas regiões onde essas religiões têm mais tempo de existência, é maior o preconceito. Conseqüentemente, as pessoas não declaram sua crença, em função do estigma. É uma diferença importante entre a Bahia e o Rio Grande do Sul. “Não quer dizer que no Rio Grande do Sul não haja preconceito. Há, mas a carga é menor. Aqui, as pessoas têm maior facilidade em dizer que são dessas religiões”, avalia.

O jornalista questiona sobre a relação com o candomblé, algo que ainda não está claro para ele. “Ouvi falar que no RS não tem candomblé”, diz. Oro menciona que o candomblé é o modo de ser religioso africano, que começou na Bahia, depois foi para São Paulo e Rio Grande do Sul. “Mas o Rio Grande do Sul tem uma matriz africana original. O batuque gaúcho é de linha africana, mas tem autonomia em função da tradição, que não é a mesma da Bahia. O batuque e o candomblé são muito próximos. Há mais semelhanças do que diferenças”, explica. A diferença, segundo ele, está no ritmo do canto, na cor das entidades, e na simbologia, quando se apresentam nos terreiros.

O repórter pergunta sobre as características das religiões de matriz africana no estado:

Repórter: Como se distinguem, no RS, batuque, umbanda e linha cruzada?

Oro: Temos terreiros que praticam exclusivamente a Nação (5%), mas são pouquíssimos. É a origem. A umbanda surge na década de 20. Chega ao RS nos anos 30. A linha cruzada surgiu na década de 60. 70% dos terreiros do estado é linha cruzada.

R: A umbanda representa uma abertura?

O: Foi a possibilidade de atingir a classe média, pois deixou de lado o sacrifício de animais. Trouxe oferendas com mel, frutas, sem sangue.

R: Na linha cruzada, isso volta?

O: Sim, é importante.

R: A linha cruzada tem alguma especificidade no RS?

O: É um dos estados do Brasil onde há maior culto de Exus e Pombas-Gira. São entidades à disposição das pessoas para solucionar problemas. É entendido que elas agem facilmente e com velocidade. Mas é à base de troca. Tenho que dar oferendas e festas. Oferta-se para obter o que se quer em troca.

R: Exu e Pomba-Gira são relacionados a coisas maléficas. É um equívoco?

O: Sim. Não tem nada a ver. Lidar com Exus e Pombas-Giras não é para fazer o mal, somente. A noção de bem e mal é relativa. As entidades podem ser acionadas para o bem e para o mal. A ética é situacionista. Não é uma perspectiva maniqueísta, mas holística.

R: Na ótica cristã, está muito claro o que seja o bem e o que seja o mal.

O: Nas religiões afro-brasileiras, não se obriga ninguém a mudar de vida. Bandidos podem pedir auxílio no seu trabalho, por exemplo.

R: Casa e terreiro é a mesma coisa?

O: Sim, o terreiro é sempre vinculado a sua casa.

R: O que se encontra no terreiro? Qual é a estrutura?

O: É uma comunidade religiosa, familiar e extrafamiliar. Nunca se restringe à família biológica. Em geral, há filhos de santo. Roger Bastide dizia que era uma aldeia africana em miniatura. O pai ou mãe de santo é o zelador. Acima dele, só os orixás. Há hierarquia interna, o sacrificador, o ogã [padrinho], os filhos de santo. Todo terreiro vive para dentro e para fora.

Sobre o pagamento pelos trabalhos religiosos, o pesquisador afirma não haver preço estabelecido. “Mas cada um cobra seu axé. É uma das religiões mais caras que existe. Se as pentecostais têm o dízimo, as afros são ainda mais caras. Têm as vestimentas, as oferendas. Quando alguém se prepara na religião, tem que ofertar animais para as entidades”, explica. O jornalista pergunta se aí não há um paradoxo, já que essas religiões contam com muitos adeptos de uma sociedade mais pobre. Oro diz que os praticantes se ajudam muito entre si. “Há, também, quem faça empréstimo no banco. Aí entram os brancos, com o capital financeiro. Os negros entram com a sabedoria. Hoje não é mais uma religião de desfavorecidos. Os pobres estão indo para as pentecostais”, ressalta.

O jornalista comenta a afirmação do sociólogo Reginaldo Prandi, de que a umbanda seria a religião brasileira. Oro concorda, “pois a umbanda é sincrética”. A cultura brasileira, segundo ele, é sincrética, e a umbanda cristaliza essa brasilidade. “Ela nasceu no Brasil. É composta por elementos religiosos da cultura brasileira. Enquanto estrutura, é uma grande síntese religiosa”, salienta.

O silenciamento destas religiões e o desconhecimento acerca das mesmas também são abordados pelo repórter:

Repórter: No RS, a história não é um pouco silenciada? É uma parte da identidade gaúcha não conhecida.

Oro: Há uma certa invisibilidade. Como há com o negro e com o índio. Falar destas religiões é falar de negros. Quando falo sobre isso em congressos, as pessoas não acreditam que há isso no Rio Grande do Sul. Mas o fato de termos terreiros multiétnicos favorece a desinvisibilização. Faz com que o estigma não seja tão forte.

Há um movimento de dessincretização, de reafirmação, no Brasil e no estado. Alguns querem que seja religião só de negros. Já ouvi dizer que batuque sério é de negros.

R: Como o senhor avalia a presença de brancos, em uma linha histórica?

O: Sempre esteve presente e continua. Por que os brancos estão nesta religião? Porque, na concepção deles, há proximidade religiosa, sobretudo na umbanda. O encontro do elemento devocional com a relação emocional. É uma religião à disposição. Se a pessoa encontra a solução que procura, continua. 60% das pessoas se aproximam por motivos terapêuticos. Quando encontram a cura, permanecem.

R: Uma pessoa que se junta à religião vira filho de santo ou pode ser só freqüentador?

O: Tanto um quanto outro. Mas há um apelo para a pessoa fazer *carreira*. Pelos pais, mães e pelas entidades. Para poder receber a entidade.

R: Muitas pessoas que ficam praticam duas religiões?

O: A regra seria manter-se fiel às duas religiões. Porque as afro não são de conversão, não exigem exclusividade, não há porque negar a religião anterior. Mas, de uma certa forma, há uma escolha.

R: E aquela idéia do empresário rico que procura o auxílio dos búzios?

O: Esse recurso existe. Principalmente, em épocas políticas. Quando se precisa dar um passo importante na vida. É um *locus* simbólico à disposição das pessoas.

O jornalista questiona o pesquisador a respeito da incorporação, do momento em que *baixa o santo*. Oro diz que é algo muito regrado. Inicia com as saudações ao orixá – em geral, sete para cada um. As entidades *baixam* segundo uma ordem estabelecida. Cada praticante recebe a sua, que deve ser domesticada. “A primeira vez que a entidade aparece, ela é selvagem. É um transe inconsciente. No Exu e Pomba-Gira, tem momentos de consciência. Na umbanda, é um transe leve, próximo do espiritismo”, relata.

Um terreiro, em geral, é um empreendimento familiar, de acordo com o antropólogo. Mas a noção de família extrapola os laços de sangue. O filho simbólico é quase como o filho biológico. As casas de religião podem ter como chefe uma pessoa solteira, um casal ou mesmo um pai ou mãe de santo homossexual. “Não há tabu neste aspecto. Há permissividade. O indivíduo pode ser o que é, sem a necessidade de mudar. É um dos poucos lugares onde os homossexuais podem ter prestígio”, aponta. As relações entre as casas são precárias, a competição é bastante acentuada. “Disputa-se prestígio, *status* e filhos – eles circulam muito”, relata.

Oro indicará, por telefone, algumas fontes. Entre os acadêmicos, ele destaca Norton Corrêa, Adalberto Pernambuco – já falecido, e Reginaldo Prandi.

Pai Luiz Antônio Oju-Obá de Xangô é o primeiro líder religioso a ser entrevistado para a matéria. Sua casa, bastante humilde, fica no bairro Partenon, em Porto Alegre. Chegamos um pouco antes do jornalista e o religioso já está à espera, no portão. Assim que o repórter chega, somos encaminhados para o fundo da casa, para uma espécie de galpão, onde acontecem os rituais. O tapete é vermelho, já com algumas manchas. Um balde segura a água que cai de uma goteira no teto. Os santos estão distribuídos em espaços específicos.

O jornalista comenta a existência de uma ampla gama de religiões afro-brasileiras. Pai Luiz Antônio explica que o candomblé tem mais força na Bahia, mas, na sua opinião, candomblé e batuque são a mesma coisa: “É a dança de salão. A nação africana é dividida. Para cá, é mais jeje, ijexá e cabinda⁴⁹. Já fui no candomblé, o ritual é um pouco diferente, mas é a mesma religião”. A casa é de *linha cruzada*, e ele afirma não misturar religiões nos rituais.

A incorporação acontece durante a dança. “Na roda, se invoca o orixá para ele chegar na pessoa, mas o santo ocupa só a cabeça”, explica. Outra questão polêmica na religião é a consciência do transe. Costuma-se dizer que quem recebe santo não sabe que isso acontece. O entrevistado se manifesta sobre o assunto, mas em *off*.

Quando o jornalista entra na problemática do preconceito, o entrevistado logo se refere à questão da homossexualidade.

Na minha religião, a homossexualidade prolifera em demasia. Há preconceito também por ser religião de negros, por ter barulho. Em outras religiões eu teria que deixar de ser homossexual. Mas eu tenho direito de ser o que eu quiser. Já discuti isso, inclusive, com um pastor na TV. Mas isso acontece também porque os homossexuais, muitas vezes, são muito *viados* na hora da religião.

⁴⁹ Grupos tribais africanos aos quais o filiado atribui sua origem étnica. Cada lado corresponde, teoricamente, a formas rituais diversas (CORRÊA, 2006, p. 50).

O interessante de nossa religião é que ela aceita tudo. Bandido, travesti, pessoas de várias religiões podem vir aqui.

O preconceito tem a questão histórica também. O batuque tinha que ser à noite, por causa da polícia. Por isso, diziam que o santo não gostava do dia. Mas isso não é verdade (LUIZ ANTÔNIO).

O jornalista pede que o pai de santo relate como foi sua iniciação. Filho de pais italianos; ela, católica; ele, protestante; Luiz Antônio foi batizado em frente a Santo Antônio, pois estava muito mal de saúde. Quando no hospital, a mãe teria visto um homem, ao pé de sua cama. Sua vizinha era umbandista e convidou-a para acender uma vela. Depois, ela entrou para a religião. Aos nove anos, ele recebeu a primeira entidade, era um Cosme e Damião. “Virei uma cambota. Não tinha controle sobre o que estava fazendo. Ela chamou a entidade dela e ele foi embora. Eu queria até ser padre”, conta. Quando fez 13 anos, recebeu o primeiro preto velho. Mas até hoje, quando alguém morre, ele chama um padre.

O repórter pergunta se Luiz Antônio teria outra casa de religião para sugerir como fonte. Ele indica Mãe Ieda: “Só não sei se ela permite”. O entrevistado pede para ler a matéria antes da publicação, mas o jornalista explica como funciona o processo e diz que isso não é possível.

Após a entrevista com Pai Luiz Antônio, o repórter volta à redação para participar da reunião de capa da edição. O diretor de redação acredita na plasticidade da matéria, que deve render boas opções de foto para a capa. No sábado, o repórter deve acompanhar um ritual em uma casa de religião, na companhia de dois profissionais da editoria de arte que, em princípio, responsabilizar-se-ão pelas fotos. O diretor de redação sugere, como chamada de capa: *Sarava Tchê* ou *Rincão da Umbanda*. “Devem aparecer oferendas, pais de santo. A idéia é de ver o gaúcho no terreiro”, diz. O diretor geral adverte: “Mas chega de colocar bombachas! É Freud de bombachas...”.

Sobre a edição anterior, o diretor sublinha que o jornal Zero Hora trabalhou o tema de capa – formação de escritores, antes de Aplauso e salienta que a equipe deve estar atenta a isso. “Por sermos revista, em tese, teríamos que

trabalhar com maior antecedência”, concorda o diretor geral. A matéria sobre as religiões de matriz africana, de acordo com o diretor de redação, é polêmica, “vai surpreender muita gente”.

No sábado, à noite, acompanhamos o jornalista ao terreiro do Pai Cleon de Oxalá, dono de uma das casas de religião mais antigas da cidade, com 47 anos de existência. Chegamos um pouco antes do repórter. Poucas pessoas aguardavam o início do culto. Uma mulher, em uma cadeira de rodas, chegava acompanhada de seus familiares.

A sala de culto assemelha-se a um salão de baile, muito humilde. As cadeiras ficam junto à parede, em um grande círculo. Nas paredes, símbolos cristãos. Ao fundo da sala, há o quarto de santo⁵⁰, onde só podem entrar os iniciados. Lá estão as oferendas que serão servidas no culto. O piso é acarpetado e o teto mostra sinais de infiltração.

O jornalista logo chega. Aguarda bastante até ser atendido por Pai Cleon⁵¹. Quem começa as perguntas é o religioso: “Tem custo esta matéria?”. O repórter diz que não e explica a temática que pretende trabalhar. Pai Cleon conta que está na religião há 54 anos. Sua casa foi inaugurada em 1959. É a Sociedade Beneficente 7 Flechas e Oxalá. Segundo ele, o estado tem cerca de 65 mil casas. “É mais do que na Bahia. O fundamento da religião afro está no Rio Grande do Sul. Aqui foi conservado. Na Bahia, é turismo, é folclore”, acredita. O jornalista lembra que, apesar disso, a imagem que se tem do gaúcho não contempla esta face. Não se fala muito da influência afro na história oficial. “Isso se deve ao preconceito, que hoje está diminuindo. No início, para se proteger da polícia, a religião usava imagens da Igreja Católica, gerando o sincretismo. O Menino Jesus de Praga, por exemplo, é o protetor desta casa. Somos conservadores”, relata.

⁵⁰ Peça mais importante de um terreiro, onde são guardados objetos sagrados.

⁵¹ Antes de entrarmos na sala onde será a entrevista, ele pergunta se estou menstruada. Se estivesse, não poderia entrar.

A festividade que vamos acompanhar logo mais é uma homenagem aos orixás masculinos, pois no dia seguinte seria o Dia dos Pais. Trata-se de um ritual de batuque, no qual são servidas frutas, doces, canja de galinha e canjica. “Dos animais, tira-se o sangue e se come a carne”, explica. Mas estamos em agosto, mês em que, segundo ele, não há *matança*.

O jornalista pergunta se cada santo tem seu tipo de alimento. O religioso diz que sim, e explica que o sacrifício é em seu benefício: “O sangue é energia. Ele alimenta o orixá”.

Quanto ao número de filhos, ele já perdeu as contas – são pessoas da capital, do interior do estado ou de fora do país, em países como Espanha, Estados Unidos, França e Canadá. Atuantes, imagina que sejam cerca de 300, de diferentes camadas sociais. Para entrar na religião, segundo ele, é preciso ter mediunidade: “O búzio é que diz se o indivíduo tem o dom. É ele que revela também o santo da pessoa. Para se transformar em pai ou mãe de santo, são necessários uns oito anos de formação”.

Entre as casas, existe bastante rivalidade. “Principalmente o ciúme”, reclama, ensinando que, para se destacar, é necessário mostrar o resultado do trabalho e ter muito axé (força). Em seu terreiro, os atendimentos são agendados apenas por indicação. O jornalista pergunta se as pessoas costumam ver a religião como o último recurso. “Sim, mas é preciso ter cuidado, tem muito malandro na religião”, responde.

Pai Cleon é lacônico em suas respostas. Parece ter receio de se expor além do necessário, talvez temendo que sua fala seja deturpada. O jornalista, mesmo assim, tenta desenvolver outros aspectos do tema:

Repórter: O senhor falou sobre o cristianismo. Como é a visão do bem e do mal?

Pai Cleon: A religião é do bem. É na natureza que se trata o espírito. Não nos cemitérios.

R: Há uma visão negativa em relação ao despacho, à macumba.

PC: Macumba é uma dança.

R: A Nação daqui tem algo peculiar?

PC: Somos muito parecidos com o candomblé. Eu sou Cabinda. Essas nações são dentro do Nagô. São estados da África. Cabinda é o atual Congo. Há diferenças nos rituais, nas danças. Cantamos para nossos orixás. Hoje, por exemplo, é uma homenagem.

R: Há pouco tempo, houve uma polêmica em torno do sacrifício de animais.

PC: Os evangélicos nos atacam muito.

R: Há um antagonismo com os evangélicos?

PC: Eu ignoro essa gente.

R: Muitos que freqüentam aqui têm outra religião?

PC: Mais a católica. Quem vem aqui diz que é espírita, o que influencia no próprio resultado do censo.

R: Há uma porcentagem que só pratica religiões afro?

PC: A maioria.

R: Na iniciação, há coisas secretas?

PC: Sim, tem que ser [sic] pronto para acompanhar. Há coisas que só se pode fazer depois de oito anos de religião. O sacrifício, preparar o orixá. O sacrifício é dois dias antes de uma festa.

R: Quem pode assistir à matança?

PC: Só pessoas *prontas* na religião.

R: Quem vem consultar?

PC: Todas as camadas. Essa porta é aberta para quem tem dinheiro e para quem não tem. Cobro R\$ 30,00 a consulta. Esta é a única religião que dá comida ao povo.

R: Muitos pobres vêm aqui e podem comer?

PC: Sim.

R: Não há o estigma do animal do despacho?

PC: Para quem está aqui, não. A diferença é que aqui sacrificamos no terreiro.

Terminada a entrevista, o repórter volta ao salão. Os profissionais da editoria de arte já estão prontos para fotografar, acompanhados de uma repórter da revista Amanhã. Alguns filhos de santo já aguardam Pai Cleon. Ao vê-lo, formam uma fila para o cumprimento, que inclui deitar-se no chão, em uma saudação conhecida como *bater cabeça*. Os irmãos de santo também se cumprimentam entre si. O religioso inicia a homenagem desejando saúde, paz e tranquilidade aos presentes. Ele toca um sino e faz uma oração, enquanto os filhos acompanham em silêncio ou murmurando.

Antes de passar para o ritual propriamente dito, Pai Cleon repreende os filhos – muitos deles compareceram ao culto sem levar nada ao orixá:

Quantos filhos de santo estão aqui e quantas velas foram acesas para o orixá? Todos que trabalham aqui são pagos, não é barato sustentar essa casa. Quem não cumprir com suas obrigações, nem vem. Ninguém passou na vida o que eu passei, mas sempre coloquei o orixá em primeiro lugar. Não adianta vir só quando a coisa está mal.

Todos que estão aqui, podem. O anjo da guarda de vocês é o espírito. Tem que tratar o orixá bem. Pensar primeiro nele, depois no materialismo. Esta é uma casa de religião para fazer religião, com respeito. Não fiquem contra a vontade. Sei tudo o que se passa na vida de vocês. O anjo da guarda de vocês se comunica comigo. Quem não está bem, não segue como deve ser a religião. Nossa religião inicia na cozinha, é a única religião que dá comida aos pobres. Não tenho instrução material, mas a espiritual vai muito longe (PAI CLEON).

Inicia o culto. Os tamboreiros começam a tocar e os orixás a chegar. Os primeiros são Iansã e Ogum. Os filhos de santo em transe dançam, com os olhos semicerrados, o rosto transfigurado, tensos, mas, ao mesmo tempo, muito leves. As pessoas incorporadas são vestidas com mantas brancas. Os orixás, através dos religiosos em transe, se cumprimentam. Aos poucos, mais orixás vão chegando. Um deles, mais velho, *baixa* em uma mulher, que fica sem poder caminhar e é levada para um canto do salão, onde é coberta por um manto branco. As crianças também participam do culto, dançam e cantam. As menores ficam no colo das mães.

Em determinado momento do culto, cerca de 15 pessoas estão em transe. Elas dançam no meio de uma roda. Quando os tamboreiros param de tocar, elas emitem sons, como risadas abafadas, em uma respiração ofegante. A certa altura, as entidades ficam à disposição dos presentes para os passes. Durante o passe, o orixá conversa com algumas pessoas.

Ao nosso lado, senta uma filha de santo incorporada. Uma irmã senta junto dela e pergunta: “Quer ir?”. Ela faz com a cabeça que sim. A irmã de santo tapa seu rosto com um pano branco e a abraça. Espera um tempo, bate palmas e o orixá vai embora.

As pessoas em transe distribuem comidas para os presentes. Primeiro, ganhamos uma sacola plástica. Depois, cada santo distribui um tipo de comida. São frutas, doces, merengues, pipocas, bergamotas, maçãs, que, pouco a pouco, vão enchendo as embalagens. O jornalista também come.

Depois, todos são convidados a subir para o segundo piso da casa, onde é servida a janta – canja de galinha, canjica, *mousses* industrializados e refrigerante. O culto termina quase 01h30 – foram praticamente 3 horas de rituais, nas quais o jornalista anotou suas observações e conversou algumas vezes com o pai de santo. Embora estivessem bastante acessíveis, ele não entrevistou nenhum filho de santo ou freqüentador da casa.

Durante a semana, acompanhamos o jornalista em uma entrevista com Mãe Norinha de Oxalá, presidente da Congregação em Defesa das Religiões Afro Brasileiras (CEDRAB), em sua ampla casa no bairro Cavallhada, na capital. As moradias ao redor são bastante humildes. A religiosa é uma das poucas na cidade que se dedica apenas ao batuque. Mais ainda, apenas à nação oió, provinda da Nigéria. No encontro, estão também o Pai Camilo de Ogum e a filha de santo Maria Cristina Ferreira dos Santos.

Repórter: No RS, é mais oió, jeje?

Mãe Norinha: Oió, jeje, ijexá-jeje e cabinda.

R: Vocês têm noção de quantos participam da religião?

MN: Em Porto Alegre e Grande Porto Alegre são em torno de 23 mil casas. Não há um censo definido.

R: No censo brasileiro, o RS se destacou. A senhora saberia dizer por que no estado se admite que é desta religião?

MN – O gaúcho é autêntico. Estamos em uma batalha contra a intolerância religiosa.

Mãe Norinha relatou, também, algumas perseguições que a religião tem sofrido, segundo ela, especialmente pelos evangélicos. Ela menciona a lei que proibia o sacrifício de animais. “Os pastores influenciaram a polícia a fechar casas. A cidade mais perseguida foi Rio Grande, que é o berço de nossa religião. Houve muita dificuldade de articulação política. Eles não queriam brigar com outras religiões”, conta.

O sacrifício, segundo ela, é uma sacralização, como já havia dito Dilce. “Oferecemos ao orixá. A carne vai para os frequentadores da casa e o que sobra vai para pessoas carentes”, esclarece. Mãe Norinha afirma ter nascido na religião.

MN: Me criei na Baronesa do Gravataí. Nosso orixá não é o da Igreja. É o santo na frente e o orixá atrás.

R: Não se podia praticar a religião?

MN: A perseguição era dos padres e da polícia. Nasci em 1935. Fomos sendo empurrados. Tínhamos que largar o despacho na praia, escondidos. Um irmão assoviava quando alguém se aproximava.

R: A Igreja tem uma visão bem clara sobre o bem e o mal.

MN: Exu na religião afro é o da frente, que vai trabalhar. Os padres nos perseguiram. Quando entrou o Urbano Allgayer, ele parou de nos perseguir. No colégio, nos chamavam de batuqueiros, eu chorava muito. Os padres não aceitavam que usássemos suas imagens. Criei-me na Baronesa, minha mãe foi a maior mãe de santo dali. Minha mãe acolhia a todos.

R: Como é a relação mãe carnal e mãe de santo?

MN: É muito bonito. Minha mãe carnal era minha irmã de santo. Como sou hoje com minha filha.

R: Existe a idéia de preservar a nação?

MN: Sim, cultuo e preservo oió. Fazemos acarajé ralado na pedra, sem fermento, até hoje. Tenho certeza que alguns seguirão essas tradições. Antigamente, para se iniciar na religião, era preciso trazer no sangue. Dizem que sou do tempo da pedra lascada. Mas não quero que nossa religião morra.

R: Tem estigma porque as pessoas não sabem o que é.

MN: Nasci na religião. Se levava para a praia um presente para o orixá, nada que agredisse a natureza. Penso que não se deve largar nada em via pública. É mato ou praia. E devem ser coisas orgânicas. Depois da conscientização, 80% dos despachos de rua acabaram. Uma praça onde as crianças brincam não é lugar para fazer trabalho. O orixá é guardião da natureza.

Sobre a incorporação, Mãe Norinha explica que as pessoas que realmente recebem santo não sabem que isso acontece, não podem saber nem mesmo o que o orixá fez nos momentos em que possuiu seu corpo. “São muito poucos os que recebem orixás, mesmo. Na umbanda, as pessoas se vangloriam”, diz.

A formação de um pai ou mãe de santo, como já havia afirmado Pai Cleon, leva oito anos. Depois, são mais oito “para ganhar o axé de faca⁵², de

⁵² Capacitação para participar do sacrifício.

búzios⁵³. Mas tem que ter o dom”, ressalta Mãe Norinha. O oió, considerado algo mais puro, ela diz estar no seu sangue: “Preservo o que meus orixás gostam. lansã quer o sacrifício da gente para tirar o sacrifício da nossa vida”. Os filhos, ela não sabe quantos são. “Não presta contá-los”, acredita.

O jornalista comenta a idéia que se faz normalmente do gaúcho, que exclui esse tipo de manifestação religiosa. A mãe de santo reclama que o racismo é muito grande. “De dia, eles são doutores; de noite, vêm na casa de religião. Um vereador, que consultou comigo durante muitos anos, votou contra a nossa religião em um momento em que precisávamos dele”, lamenta.

Pai Camilo de Ogum sublinha a perseguição religiosa por parte de membros da Igreja Universal. “Eles fazem despachos nos cruzeiros para colocar a culpa em nós”, indigna-se. Mãe Norinha compara a situação de hoje com a vivida nas décadas de 1930 a 1950, quando sentia a perseguição muito forte: “Mesmo naquele período, não passávamos o que passamos hoje com a Universal. Num domingo, eles vieram aqui e queriam entrar, vieram em um ônibus. Larguei o cachorro em cima deles, deu conta de tudo. Já recebi telefonemas me ameaçando”. Em algumas casas de religião de matriz africana, segundo ela, os evangélicos entram entoando cânticos, jogando sal e quebrando tudo.

O jornalista questiona se a rivalidade interna entre as casas não se daria em virtude da ausência de uma federação única. A filha de santo Maria Cristina Ferreira dos Santos diz que, por serem muitas nações, é difícil ter uma única entidade. Mãe Norinha acredita que essa diversidade é uma característica do Rio Grande do Sul. “Além disso, aqui é diferente o toque do tambor, tocamos com a mão. Fora do estado, é mais com varinha; tem o agogô, que nós não temos. Nosso toque é diferente de todos. Nossos negros vieram de diferentes países da África”, relata. Segundo ela, os primeiros negros a virem para o estado eram bantos e faziam vodu. Os iorubas teriam vindo depois, embora tenham se tornado a maioria.

⁵³ Capacitação para ler os búzios.

O repórter pergunta quais os impasses que a religião enfrenta hoje. Mãe Norinha destaca a intolerância: “O mundo só vai ter paz quando as religiões se entenderem”. Ela conta que, em casa, se um filho biológico opta por não seguir a religião, é respeitado. “Tenho um sobrinho que virou jeová quando casou e, depois, voltou para o batuque”, relata ela, que quer ver o batuque crescer, mas com regras. Para isso, estimula a criação de associações em todas as cidades que visita.

Ao sairmos da casa, Mãe Norinha nos entrega um boletim informativo do deputado Edson Portillo (PT), sobre a lei que proibia o sacrifício de animais.

Um dos últimos acadêmicos entrevistados para a matéria de capa é o historiador Mário Maestri. O encontro acontece em seu apartamento, no centro de Porto Alegre. O jornalista decide entrevistá-lo para obter um panorama da realidade e da história do negro do Rio Grande do Sul, área em que o professor é especialista.

Conforme Maestri, o que há, no estado, é a ocultação da realidade, como se o Rio Grande do Sul fosse produto do trabalho livre, logo, europeu e branco. “Ao contrário, aqui sempre foi um dos lugares mais escravistas do Brasil. Estivemos sempre no pelotão de frente. O escravo faz parte da formação do RS”, revela. Devido à escassez de dados a respeito dessas raízes, é difícil mapear a origem destes escravos. O pesquisador fez um levantamento com o material disponível: “Os cativos daqui vinham, sobretudo, do Rio de Janeiro. Nos primeiros tempos, eram do Complexo Angolano – litoral da atual Angola. No início do século XIX, começamos a concentrar fluxo significativo de moçambicanos. Aparecem, também, cativos do Golfo da Guiné”. Quando chegavam no país, os escravos perdiam o nome africano e ganhavam um nome católico, ao qual era agregado seu lugar de origem – daí a possibilidade, mesmo que precária, de se traçar um perfil mais geral, que se modifica ao longo do tempo.

A presença negra no Rio Grande do Sul é verificada, pelo menos, desde 1737, com a inauguração do forte de Jesus-Maria-José, em Rio Grande. Segundo ele, uma das funções da Colônia do Sacramento foi contrabandear cativos para esta cidade. Mas a história do estado passou por uma limpeza étnica, que varreu estas influências. Ao contrário da Bahia, que assumiu seu passado negro, conforme analisa. “Mas a presença negra é muito forte. Porto Alegre é uma cidade negra. Basta sair na rua e ver. Mas isto não está nos livros ou nos jornais”, afirma.

Repórter: Há motivo ideológico para esse apagamento? O gaúcho montou uma identidade?

Mário Maestri: A identidade do gaúcho é construída na figura do fazendeiro. A grande percepção da identidade se constrói a partir da Revolução Farroupilha, em cima das classes dominantes.

A percepção do RS é territorial. É confundida com a campanha. Por outro lado, propõe-se uma gênese singular para o RS, a partir da fazenda pastoril. Ainda se tem essa idéia da fazenda pastoril. Aqui, o trabalho não seria um sofrimento, mas uma diversão. Haveria abundância, mesmo sem trabalho.

O peão não seria um subalterno, mas um companheiro do fazendeiro. Diverso do restante do país. Teria se apoiado na colaboração. Nessa visão apologética, mitificada, não aparece o escravo. Passou-se a borracha sobre isso. Durante o século XIX, vigia aqui a escravidão, que levou ao racismo contra o africano, afro-descendente, mestiço.

O *branqueamento* do Rio Grande do Sul acontece, segundo ele, do ponto de vista historiográfico. O estado se transformou em uma província branca com enorme população negra. “Na literatura oficial, não há um personagem negro”, constata. O repórter comenta que esta interferência na construção da história moldou a visão que o próprio Brasil tem dos gaúchos.

Sobre os cultos praticados pelas comunidades negras, Maestri diz que o especialista é Norton Corrêa. “Quem começa essa investigação é o Dante Laytano, que fez os primeiros trabalhos sobre as casas de culto. Começou a estudar isso em 1937. Não temos, até hoje, estudos diacrônicos sobre a formação dos cultos, das práticas religiosas, da dinâmica desse processo”, afirma, salientando que há dificuldades, inclusive, metodológicas, para a pesquisa dessa questão.

Além da discriminação do negro, havia, também, a discriminação da etnia a qual ele pertencia. “Os angolanos eram mais discriminados que os iorubas, por exemplo. Quem estava mais próximo dos europeus era considerado mais civilizado”, diz. No Rio Grande do Sul, os primeiros escravos eram angolanos, depois vieram os moçambicanos, os iorubas e os alças – o Brasil teve contato, de acordo com o historiador, com cerca de duzentas nações africanas.

Nos anos 40, segundo ele, havia uma genealogia das casas de culto. “E a bibliografia sobre o tema acabou influenciando na religião”, diz. No entanto, atualmente, por não haver hierarquia ou uma instituição centralizadora, os terreiros não conseguem se organizar. “Hoje, abre uma casa quem quer”, comenta.

O preconceito em relação a essas religiões está relacionado ao racismo. “No Brasil, os principais alvos de preconceito são os negros e os homossexuais. Na religião, predomina a crença da classe dominante”, analisa. O historiador analisa, em *off*, os conflitos entre africanistas e evangélicos. O repórter explica que alguns entrevistados reclamaram de invasões em suas casas. Maestri acredita que, por muitos dos evangélicos também pertencerem a uma população humilde, eventualmente a retórica do pastor pode ter conseqüências como estas.

A respeito do sincretismo religioso, ele afirma não ser um processo mecânico ou racional, uma estratégia para atingir uma finalidade específica. Ele tem significado pela própria penetração do catolicismo, que acabou influenciando nas religiões de matriz africana. A hipótese do pesquisador para o resultado do censo do IBGE, que coloca o Rio Grande do Sul atrás, apenas, do Rio de Janeiro em número de praticantes de umbanda, e mostra a Bahia com um percentual pouco representativo, é de que, neste último estado, o controle ideológico é maior. “Na Bahia, a Igreja é muito mais forte. Aqui, uma das características é o laicismo. Nossa sociedade é laica. O espaço da Igreja é muito pequeno. O estado positivista foi muito forte, exatamente por causa disso. O gaúcho imagético não é espiritualizado. Haveria, por isso, uma explicitação mais fácil de outros credos”, especula.

Para a matéria de capa, o jornalista entrevistou, por telefone, os acadêmicos Reginaldo Prandi, que falou sobre as religiões afro no Brasil e sobre o sacrifício de animais; e Norton Corrêa, que abordou a religião sob o ponto de vista sociológico. “Corrêa afirmou que esconder o orixá atrás do santo é uma explicação ingênua para o sincretismo religioso. Disse que essas religiões buscaram no cristianismo elementos dos que tinham o poder na época”, relata o repórter.

O jornalista pesquisou, também, em livros sobre o tema, disponíveis na biblioteca da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). As obras selecionadas por ele foram: **As religiões afro-brasileiras no RS** e **As religiões afro-brasileiras nos países do Prata**, de Ari Pedro Oro; **O batuque no RS**, de Norton Corrêa; e **O escravo no Rio Grande do Sul**, de Mário Maestri. Ele pretende, também, ligar para o antropólogo Ari Oro para obter dados sobre a expansão destas religiões para o Mercosul, e entrevistar o presidente da Afrobrás, Jorge Verardi. Uma nova entrevista com Dilce de Oxum, a respeito do censo das religiões na cidade, deve ser agendada.

Como a polêmica em torno da relação entre africanistas e evangélicos é grande, perguntamos ao jornalista se ele pretende entrevistar algum representante destas religiões. Ele diz que, provavelmente, não: “Acho que não é o caso de abrir para esse debate. Não há espaço para isso na matéria”. A reportagem deve ocupar cinco páginas da revista.

No final de semana, acompanharemos um culto de quimbanda⁵⁴. “Acho que este é mais *pegado*”, diz o repórter, que levará um fotógrafo profissional consigo. As imagens obtidas no terreiro do Pai Cleon pela equipe da editoria de arte não ficaram muito boas.

⁵⁴ Religião de matriz africana que cultua exus e pombas-gira.

Na sexta-feira, à noite, encontramos o repórter e o fotógrafo no terreiro de Mãe Ieda de Ogum, no Bairro Cidade Baixa, na capital. O espaço é muito diferente do culto anterior a que assistimos, na casa de Pai Cleon. É todo decorado em preto e vermelho. Cortinas nestas cores cobrem o *altar*. Sobre as mesas, toalhas vermelhas. Além das comidas – para o *santo*, há bebidas alcoólicas – cerveja, champanhe. Quando chegamos, Mãe Ieda ainda não havia aparecido, estava se arrumando para o ritual. Alguns filhos da casa iam chegando, todos vestidos com roupas de religião. As mulheres usam vestidos coloridos, com grandes saias de armação e tecidos brilhosos. As roupas se referem ao santo de cada pessoa.

A noite é fria. Uma das filhas de santo aparece com um vestido de alças e uma senhora pergunta se ela está com frio: “Na hora da religião, a gente não sente frio”, responde.

Logo que Mãe Ieda chega, o repórter inicia a entrevista, em pé mesmo, no meio do salão. Ele explica a matéria, que deve ressaltar a presença das religiões de matriz africana no Rio Grande do Sul. A religiosa diz que a festa que vamos observar é para Exu e Pomba-Gira. As oferendas são cachaça, charuto, velas, cravos e rosas. Serão servidos cabritos, porcos e aves – galinha, peru e pombo. Para o ritual, doze animais foram sacrificados.

Mãe Ieda afirma ter entre 1500 e 1800 filhos, muitos fora do país. Sua casa existe há 45 anos. “No início, a religião era pureza, caridade, fé e confiança. Havia segurança. Hoje, cresceu muito e tem que saber onde se vai. Há muitas cartomantes, curandeiras”, lamenta ela, que chegou a promover excursões religiosas, mas parou por causa dos assaltos.

E não é apenas a insegurança que altera a realidade dos cultos. A vida moderna também afeta a rotina dos praticantes da religião. “Os filhos não vêm sempre, o tempo está muito corrido, é trabalho, casamento, estudos...”, afirma. Para ela, a religião evoluiu muito nos últimos anos, ganhou maior visibilidade. “Já fui até no Palácio Piratini”, conta.

Ao contrário do que a maioria dos religiosos afirma – que a iniciação é fundamental para a formação do pai ou mãe de santo, Mãe Ieda nunca se desenvolveu: “Desde os sete anos, acompanhava minha mãe no kardecismo. Ela é médium, passista, benzedeira. Certa vez, estava na beira do Guaíba e desmaiei. Quando a vovó me benzeu, meu caboclo chegou, falando em guarani. É um dom, de família”. De acordo com ela, qualquer um que tenha um grau de mediunidade pode se iniciar. As entidades, quando chegam pelas primeiras vezes, como havia explicado Oro, são selvagens, precisam ser domesticadas. Mãe Ieda diz que, no início, o caboclo a fazia tomar cachaça no chão. “Hoje, ele aceita crianças, pessoas mais velhas. Evoluiu e está cumprindo a sua missão”, analisa.

Depois da entrevista, ela dá início aos trabalhos. Começa com um discurso de boas vindas e pede uma salva de palmas para as *autoridades* presentes: pais e mães de santo, equipe de Aplauso. Solicita que cada um de seus filhos de santo presentes dê um breve depoimento sobre a casa, sobre a sua história na religião.

As entidades começam a chegar. A animação é muito maior do que no ritual anterior. As músicas são cantadas em português, em uma festa semelhante ao carnaval. Algumas entidades dão risadas altas, bebem cerveja e fumam charuto. “Estas paredes têm axé. Nossa fumaça, o cheiro do trago”, diz Mãe Ieda, neste momento já possuída por Exu. “Exu é Exu, gente e gente”, afirma em outro momento. Chama a atenção que as pessoas incorporadas conversam entre si, de olhos abertos, normalmente. Oro havia comentado que nos rituais de Exu e Pomba-Gira há momentos de consciência. Mas, na visão, do jornalista, a festa parece muito *fake*.

A certa altura da cerimônia, Mãe Ieda anuncia a chegada de alguns políticos, amigos da casa. São candidatos a deputado, que buscam o apoio dos praticantes da religião para se elegerem. Enquanto eles falam, um dos tamboreiros comenta com o colega: “Nesta época, eles comem até na lata”. Uma das candidatas está visivelmente surpreendida com o local, mas tenta mostrar-se

à vontade. Repete diversas vezes que está se sentindo muito bem ali, mas não sabe como se referir aos presentes.

Após essa intervenção, um freqüentador do terreiro leva-nos para conhecer uma peça dos fundos da casa. É uma sala iluminada com luzes vermelhas, que guarda dois bonecos pintados desta cor, com guampinhas na cabeça e penas de aves grudadas no corpo. Em sua frente, bacias de pipoca e pombos mortos. O fotógrafo empolga-se e faz várias fotos. O terreiro tem outros espaços que rendem boas imagens, como um altar, em frente à casa, com pretos velhos e cachaça.

Quando saímos do culto, o fotógrafo comenta que há muito tempo não ia a uma festa tão animada. O jornalista, por sua vez, não achou o ritual convincente. O transe, para ele, não pareceu real.

A edição 78 passou por algumas alterações. A matéria sobre o consumo deve ficar para a próxima edição. Em seu lugar, entra a reportagem sobre o projeto cultural “Brasil Contemporâneo”, da Copesul, que será apresentado em coletiva de imprensa que contará com a presença do editor e do diretor geral de Aplauso. Questionamos o editor sobre a relevância da pauta, face à forte relação comercial da empresa com a revista. “A matéria valeria de qualquer maneira, mesmo que a Copesul não fosse parceira, pois o projeto é muito bom”, diz.

Para a reportagem de capa, o jornalista levantou o número de CTG's no Rio Grande do Sul – seu objetivo é comparar com o número de terreiros. São 1.500 para, pelo menos, 30 mil casas de religião.

Acompanhamos a última entrevista para a matéria de capa, desta vez com Pai Pedro de Oxum. Sua casa é diferente de todas as outras que conhecemos até aqui. Assemelha-se muito a uma empresa, a uma clínica médica

das mais modernas. Quando chegamos, somos recebidos por uma secretária, mas outras funcionárias também circulam por ali. Somos encaminhados para uma sala de espera. Nas paredes, quadros de Pai Pedro com artistas, entre eles Caetano Veloso e Cláudia Rodrigues. Uma delas mostra uma participação do religioso no programa “Domingão do Faustão”. Na recepção, água e café estão à disposição dos clientes, que podem aguardar o atendimento assistindo à televisão ou lendo revistas. A secretária pede ao jornalista seu cartão de visitas, pois quer incluir seu nome no cadastro da casa, que conta com 30 mil pessoas.

Pai Pedro nos recebe, sem as roupas típicas de religião – usa *jeans* e uma blusa de linha. Leva-nos até sua sala, que parece, realmente, um consultório médico. No centro da mesa, está o jogo de búzios. Ao lado, um computador com tela de LCD.

O jornalista explica o objetivo da matéria e o religioso cita o censo da IBGE:

Embora tenhamos um número representativo de praticantes, em relação à população, nunca aparecemos. Aqui, sempre são ressaltadas as culturas italiana e alemã. Os negros foram esquecidos. Parece ser um estado negro, mas só quem está aqui sabe. A presença negra é maciça. É um estado que desmerece muito o negro, culturalmente. Os negros têm dificuldade de inserção no mercado. Tenho filhos advogados, jornalistas, tecnólogos. Vejo que eles têm dificuldade de se inserir (PAI PEDRO).

Sua casa, Ilê Oxum Docô, é, segundo ele, um ícone no Brasil. E, embora hoje se diferencie bastante das demais na apresentação, iniciou como uma *maloquina*. O pai de santo mostra fotos que confirmam o início mais humilde. Atualmente, ele tem uma família de cerca de 400 pessoas, entre filhos, netos e bisnetos de santo, além dos simpatizantes. Para conquistá-los, Pai Pedro tem um programa na TV Guaíba, “Pausa para a Reflexão”. Ele é também fonte freqüente em veículos de comunicação regionais, especialmente para falar de *simpatias*, que é o seu forte.

Além disso, é o único do estado que disponibiliza seus serviços, inclusive uma prévia do jogo de búzios, pela Internet. “Sou pai de santo cibernético. Acho uma ferramenta necessária. Tenho página há 10 anos – a casa tem 22. Deu muito

certo. Procuramos divulgar aquilo que sabemos. A Internet foi muito importante na luta contra a lei do Manoel Maria, que proibia o sacrifício de animais”, lembra. O *site* recebe cerca de quatro mil visitas diárias e, de acordo com ele, o segundo país em acessos são os Estados Unidos.

O motivo de abrir mão dos elementos afro na decoração da casa é que, segundo ele, muitas pessoas que procuram a religião não conhecem o africanismo e se assustam com os adornos. “Por isso, montei uma estrutura semelhante a um consultório, com toda a segurança, onde tudo é monitorado. Dizem que sou o Midas da religião, mas não é isso, eu trabalho bastante. Minha mulher é mãe de santo. Ela faz faculdade e cuida do administrativo”, conta. A casa recebe entre 40 e 50 pessoas por dia.

No Rio Grande do Sul, segundo ele, há algumas oferendas típicas, como o churrasco para Ogum: “O orixá e as oferendas se adaptam aos costumes de cada região. No batuque, por exemplo, era muito comum usar bombacha, mas branca. Hoje, não se vê tanto”. O jornalista pergunta o porquê da bombacha, já que, embora tradicional, a peça não faz parte do cotidiano das pessoas. “Era o traje religioso. Mas tu tens que ver que a bombacha é européia. Negros do norte usavam. É o traje de gala do peão”, responde.

O repórter questiona sobre a dificuldade para conseguir animais para o sacrifício. Pai Pedro diz que o valor é inflacionado, no mínimo, em 300%. “Como o que é consumido deve ser ofertado ao orixá, não podemos comprar no mercado. Aí temos uma relação forte com o islamismo. Tudo que é consumido deve ser abatido na casa de religião”, conta. Os animais, em sua maioria, vêm de Santa Catarina, Paraná ou interior do Rio Grande do Sul, e precisam estar em ótimo estado. Esse mercado, no entanto, formou-se nas últimas décadas. Antes, os animais eram criados no fundo dos quintais das casas. “Não é uma religião barata. Mas há o aspecto comunitário: cada um ajuda com o que pode”, pondera.

A profissionalização na área é crescente. Alguns pais e mães de santo chegam a cobrar mensalidade dos frequentadores da casa. “Jogador de búzios e contas é profissão no Brasil. É necessário para sustentar a religião”, defende. Na

casa de Pai Pedro, uma consulta custa R\$ 100,00. Um trabalho sai por, no mínimo, R\$ 300,00. “Mas fazemos, pelo menos, 15 trabalhos gratuitos por dia. Aqui vem todo tipo de gente, do verdureiro ao empresário”, ressalta.

Muitos de seus clientes não admitem que freqüentam a casa, embora, segundo ele, o pai de santo seja, hoje, o grande analista da comunidade. “Quando se joga búzios, fala-se da vida. Em 30 minutos, chega-se ao que demoraria três meses em outro lugar. Mas não substitui o médico, de maneira alguma – é uma pena que muitos pais de santo não tenham essa consciência”, acredita. Para ele, o trabalho da religião não é milagre, mas conhecimento.

O repórter questiona o entrevistado sobre os ritos da iniciação, que parecem ser cheios de segredos e tabus. O religioso prefere não falar muito sobre o assunto, para evitar julgamentos. Quando o jornalista menciona os banhos de sangue, ele opta por não dar seqüência ao tema. “O banho é com o sangue dos animais sacrificados. Mas não colocamos nada de comida fora”, explica. O repórter pergunta sobre as partes dos animais deixadas nas encruzilhadas. Pai Pedro lamenta: “Infelizmente, ainda há muito despacho no Rio Grande do Sul. Vivemos um período em que o africanismo precisa se adaptar. É inadmissível usar as vias públicas. Isso dá margem a julgamentos. Mas é uma questão de tempo”, espera.

De origem portuguesa e espanhola, ele freqüentava a Igreja Católica antes de conhecer o africanismo. “Até hoje, gosto de ir à Igreja, Mas, um dia, precisei da religião, fui e me apaixonei pela inocência dos orixás, pela inocência das pessoas de religião. Meus pais eram freqüentadores, mas não eram de religião”, conta.

O jornalista pergunta sobre o transe: inconsciente, no batuque; semiconsciente, na umbanda; e praticamente consciente, na Pomba-Gira.

Pai Pedro: O transe é o maior tabu da religião. Na nação é inconsciente e eu gostaria que continuasse assim. Os orixás fazem coisas que eu não concordo, por exemplo. Hoje, não deixamos fazer coisas que possam prejudicar a matéria. O Exu tomava sete garrafas de cachaça e eu nem com gosto ficava na boca. Mas há aqueles que ficam bêbados. Certa vez, um comeu um copo.

Repórter: Há explicação científica para o transe?

PP: Não, mas há entidades que falam em outro idioma, quando o indivíduo que as recebe mal fala o português. Mas, o pai de santo precisa orientar os orixás, as entidades, precisa ter índole positiva.

A raça humana precisa de fé. Os cientistas mostram que a fé ajuda na cura. O povo precisa de religião. Ela ensina a respeitar o próximo. No Paraná e em São Paulo, há faculdade para a prática da religião (PAI PEDRO).

Para poder dar um espaço maior ao projeto da Copesul – o tema foi destaque em todos os suplementos culturais da capital, a revista atrasará para entrar em gráfica. A matéria sobre o assunto terá quatro páginas. Além da matéria sobre antropologia e consumo, caíram, também, duas páginas da coluna *Spot*, dedicada à publicação de notas sobre acontecimentos relevantes do período.

O jornalista responsável pela matéria de capa conversa com a editoria de arte sobre a diagramação. Sua idéia era publicar três *boxes* explicativos – o que é um orixá, o que é um terreiro e o que é um pai de santo. “As duas primeiras páginas devem ser algo bonito. Os *boxes* entram nas três páginas seguintes, um em cada lado”, orientou. Seu objetivo era explicar o que significam estes termos para o leitor de Aplauso que, em sua opinião, também não os conhecem. Os *boxes*, no entanto, acabam ficando de fora na edição.

O diagramador está trabalhando, também, no *layout* da capa. A chamada, por enquanto, é “Axé gaudério”. O repórter sugere que *axé* ocupe um espaço maior do que *gaudério*. “Isso, porque o leitor da Aplauso já está acostumado a temas gaúchos”, justifica.

Na coletiva de imprensa da Copesul, o presidente mencionou a Revista do Globo, falou sobre a necessidade de resgatar sua história, o que gerou a idéia

de uma série patrocinada sobre o tema em Aplauso. O projeto está em formatação e deve sair nas próximas edições.

As opções de capa, elaboradas pela editoria de arte, são apresentadas ao diretor de redação, que deve responder com seu parecer por *e-mail*. Elas passarão, também, pelo diretor geral.

Aproveitamos para conversar com o diretor de redação sobre a edição, que está praticamente fechada. Ele critica o texto da seção *Galeria*: “Está muito chato. Ele grita para o leitor: ‘Eu não sou para você!’”.

Ele está trabalhando no editorial e solicita que nós enviemos um breve currículo e algumas impressões sobre as visitas aos terreiros, para usar neste espaço. Todos os profissionais da revista que participaram dos cultos para a matéria também devem fazer seu relato.

Ele não está satisfeito com as propostas de diagramação da capa para a edição: “São bonitas, mas não me empolgam. A meu ver, é uma estetização dos cultos, do tipo, *vamos produzir uma bonita capa de revista*. Senti a interferência do *designer* quando deveria aparecer a interferência do repórter. Bonita, mas asséptica. É muito mais caótico, desorganizado, nervoso, pulsante”. O que ele gostaria de ver é movimento, pessoas em transe, com os músculos da face retorcidos, combinados a algum elemento *gaudério*. “O terreiro é um lugar de tensão, de sacrifícios. Embora seja uma festa, as relações são tensas. Para a elite que não conhece, está tudo certo. Vai chocar menos. Mas não é bem assim, não é tão bonitinho”, acredita.

Ele liga para o diretor geral e eles falam sobre o assunto em viva voz, possibilitando que acompanhem a conversa.

Diretor Geral: Muito ricas as imagens. Do ponto de vista estético, a primeira, das roupas, é mais limpa. Enfraquece. Mas uma contamina a outra. É ruim ver as três na tela [como estão sem impressora, os *layouts* foram encaminhados por *e-mail*].

Diretor de Redação: Minha opinião: Capa bonita, mas não boa. Qualquer uma das três, bonita, mas não boa. Acho que estetizamos uma coisa suja, feia, perigosa, repelente. Pegamos os elementos, colocamos tudo bonitinho, organizadinho. Um terreiro é um lugar de transe, tensão. Queria movimento e ação. Alguém recebendo santo, com o rosto retorcido, algo mais forte.

DG: A imagem não pode ter um extremo nem outro. Aquela que tem o preto velho com as garrafas tem maior dramaticidade. Antes de falar comigo, vá atrás daquilo em que tu acreditas. Tu conheces, já freqüentaste. Então, isso é umbanda para boi dormir.

O diretor de redação convoca uma reunião de capa com a equipe. Ele expõe sua opinião: “Temos três capas bonitas. O diretor geral gostou. Confirma-se a previsão de fatura de elementos. A minha é que não é tão positiva. Não achei boas, só bonitas. Me pareceu que pegamos os terreiros... Eu tinha a expectativa de movimento, ação. O que há é uma composição legal de elementos”. A editora de arte explica que há restrições às imagens, não é possível publicar fotos nas quais as pessoas estejam em transe. O editor diz que até há imagens que mostram movimento, mas elas remetem à samba ou fandango, para aqueles que não conhecem estas religiões – a imensa maioria dos leitores, imagina. Diante destas questões, ele opta pela capa que mostra um preto velho rodeado de garrafas de cachaça: “Tem o elemento da tensão”. Mas critica a chamada. Para ele, *axé* remete à Bahia, a um ritmo musical. O repórter explica o que significa o *axé* na umbanda. O diretor sugere “Sarava Tchê”. “Se fugíssemos do *tché*, do *gaudério*, seria melhor”, pondera o editor. O subeditor concorda: “Temos abusado disso”.

A jornalista *free-lancer* contratada para fazer a matéria sobre o projeto cultural da Copesul enviou o texto que, na avaliação do editor, não ficou bom. “A matéria só dava o serviço. Para dar o serviço, não precisávamos dar a matéria. Então, refiz. Pedi para ela encaminhar as entrevistas. Mesmo assim, ficou com pouca reflexão. Mas não temos mais tempo”, relata.

O diretor geral deixou a decisão entre as três opções de capa para o diretor de redação. Ele contesta apenas o *tché* da chamada, que acabou ficando “Saravá, tché”. O diretor de redação defende que o termo se relaciona com a matéria: “Além disso, tem impacto, é curto. No Bom Fim ou no interior, as pessoas entendem”. Com o apoio do restante da redação, ele opta pela capa que traz um preto velho rodeado de garrafas de cachaça. “Reflete melhor a bagunça que é. A outra é *cult*, para alemão levar”, justifica.

3.2.3.2 Texto

A reportagem de capa sobre as religiões de matriz africana no Rio Grande do Sul exigiu do repórter um grande esforço de pesquisa. Com formação judaica, embora não pratique a religião, ele desconhecia completamente o assunto. A matéria provocou sua imersão em uma realidade muito distinta da sua, marcada por uma cosmovisão própria. Acompanhando todo seu trabalho, desde as primeiras informações coletadas até a participação em festas e rituais, percebemos seu envolvimento com o tema, sua apreensão de conceitos e linguagem. A leitura de artigos científicos e livros sobre as religiões africanistas no estado, as entrevistas com acadêmicos e com religiosos, e a observação, *in loco*, da dinâmica dos cultos constituíram o principal arsenal metodológico do jornalista para desbravar o tema.

A pauta chegou à revista através de um *release* da Secretaria Municipal de Cultura de Porto Alegre, que informava sobre o censo das religiões de matriz africana na cidade, que seria finalizado até o mês de setembro. Mesmo tendo seu interesse despertado pelo assunto, a equipe ficou reticente em publicar a matéria na edição 78, tendo em vista que a mesma circularia antes do final da pesquisa do governo⁵⁵. A interferência do diretor de redação, que, na infância, freqüentou terreiros de umbanda, levado pela mãe, foi decisiva. Enquanto editor, subeditor e repórter levavam às reuniões de pauta pequenos problemas que poderiam abalar a matéria, o diretor manteve-a como capa, seguro de que se tratava de um

⁵⁵ Em fevereiro de 2007, ainda não está pronta.

assunto relevante, rico em conteúdo e imagens, e desconhecido da sociedade gaúcha, especialmente do hipotético leitor de Aplauso.

Tanto no título da reportagem (*O axé do gaúcho*) como na chamada de capa (*Saravá, Tchê*), a revista deixa explícita a preocupação em ligar as religiões de matriz africana à identidade tradicional do gaúcho – trata-se de uma aproximação pelo contraste. Embora essa aproximação dos imaginários gaudério e africano seja inusitada nas páginas de um veículo de comunicação local, o apelo à *gauchidade* é um recurso bastante desgastado pela publicação. Na capa, junto à chamada, o assunto é introduzido: “Ignoradas pela história oficial, as religiões afro-brasileiras batem recordes no Rio Grande do Sul e consolidam o estado como o maior pólo umbandista do país”. A afirmação expressa uma realidade paradoxal: o Rio Grande do Sul é o maior pólo umbandista do país, mas o fato não é registrado pela história oficial. Temos, então, uma questão polêmica, que envolve o imaginário religioso e a identidade regional. A frase também pode ser questionada, pois, como vimos na tabela referente ao censo IBGE 2000, o Rio Grande do Sul tem o maior percentual de praticantes declarados de umbanda (1,1%, dos 112.133 entrevistados), mas, no total, é superado pelo Rio de Janeiro, com 127.518 umbandistas declarados (0,89%).

A matéria propõe-se a traçar um panorama das religiões africanistas no estado, mas sem aprofundar-se nos diversos conflitos que as cercam. Seu mote é a revelação de uma faceta desconhecida do gaúcho, como se depreende do título, já mencionado, e do subtítulo: “O Rio Grande do Sul é a região do país que mais pratica a umbanda, mas ainda soa estranho associar o estado às religiões afro-brasileiras. Conheça uma parte ignorada, mas fundamental, da história e da cultura gaúcha”. O verbo *conhecer*, no imperativo, deixa claro que o repórter pressupõe a ignorância de seu leitor a respeito do tema, como já havia afirmado em conversa informal⁵⁶.

Os dois destaques da reportagem descolam do texto outras características que compõem este quadro híbrido, com elementos da identidade gaúcha tradicional e do africanismo:

⁵⁶ Ver página 280.

Iluminai os terreiros

Estima-se que haja pelo menos 30 mil casas de santo no Rio Grande do Sul. Para efeito de comparação, o número de CTGs ligados ao Movimento Tradicionalista Gaúcho é de 1.500.

Culto gaudério

Primeira manifestação afro-brasileira no estado, o batuque chegou a incorporar a bombacha como vestimenta tradicional. Até hoje, a oferenda do orixá Ogum é o churrasco.

O texto explicita o cruzamento cultural entre tradições aparentemente díspares. Se, por um lado, a caracterização da problemática demonstra um certo excesso, evidenciada pela utilização de termos do vocabulário tradicionalista gaúcho, a reportagem demonstra um olhar sensível para uma realidade marginalizada social, histórica e culturalmente.

A matéria é composta por diversos sub-temas. Para a análise das vozes presentes na reportagem, consideraremos as formações discursivas a seguir, divididas em intertítulos.

3.2.3.2.1 Invisibilidade

A invisibilidade das religiões afro-brasileiras no Rio Grande do Sul, seja pelo descaso da mídia, seja pela escassez de registros históricos (S4), contraposta ao número representativo de praticantes no estado, é o gancho da matéria. Em artigo científico consultado pelo jornalista, Oro (2002, p. 351) diz que, entre as lacunas históricas sobre as religiões de matriz africana também figuram dados estatísticos sobre os terreiros existentes no Rio Grande do Sul. Segundo ele, o censo religioso da capital foi abandonado em 1952, “mas pode-se perceber um crescimento quase anual do número de terreiros em Porto Alegre”. A expectativa de uma nova pesquisa, ainda em 2006, auxiliaria a preencher este vazio e contribuiria para uma visão atualizada da história (S3).

Na S1, além do exposto acima, emerge a problemática do preconceito: “o gaúcho, para todos os efeitos, é branco e descende apenas de europeus”. Mesmo

que tenham contribuído para a construção do Rio Grande do Sul, os negros foram apagados de seu imaginário cultural, não integram sua identidade reconhecida; estão, à margem, na história e na vida. Não são poucos os fatos que demonstram o preconceito e a violência de que foram vítimas, ao longo dos tempos, desde a escravidão. Corrêa (2006, p. 43), em obra consultada pelo jornalista, diz que, entre 1816 e 1829, os negros representavam 30% dos habitantes do estado, tratados à base da violência: “O que ocorre é que a violência é parte inerente do sistema escravocrata, na mesma medida em que o racismo, hoje, atua para caracterizar o negro como um *outro* e conservá-lo no seu *lugar*”. O autor critica os historiadores vinculados ao Movimento Tradicionalista Gaúcho, como Walter Spalding e Moysés Vellinho, que defendem a tese de que, no Rio Grande do Sul, haveria democracia racial. Com a afirmação grifada, o jornalista explicita seu alinhamento com pesquisadores como Oro, Corrêa e Maestri, através da expressão “para todos os efeitos”, caracterizando como fantasiosa a construção da tradicional identidade cultural do gaúcho. Tendo em vista que as características comumente atribuídas ao gaúcho constituem o imaginário da sociedade, o jornalista afirma que os números a respeito das religiões africanistas podem surpreender (S1). Nesta seqüência, novamente, aparece a liderança do Rio Grande do Sul em praticantes de umbanda:

Assim como a trajetória dos negros, a presença da umbanda e das religiões afro-brasileiras no Rio Grande do Sul praticamente não aparece na história oficial – o gaúcho, para todos os efeitos, é branco e descende apenas de europeus. Por isso, os números podem surpreender: este é o estado brasileiro com a maior população declaradamente praticante de umbanda (1,1% dos gaúchos), ganhando do Rio de Janeiro (0,89% dos cariocas) e deixando para trás regiões tradicionalmente relacionadas à herança africana, como a Bahia, segundo o Censo IBGE 2000 (S1).

“Podemos dizer que **os números são muito maiores do que se imagina**, tanto de terreiros quanto de praticantes”, afirma Ari Pedro Oro, antropólogo e professor da Ufrgs. Os dados não são precisos porque não há um órgão que centralize ou regulamente o funcionamento das *casas de religião*, como são chamadas pelos próprios freqüentadores. Agora, uma iniciativa da Secretaria Municipal de Cultura (SMC) da Prefeitura de Porto Alegre, o Censo das Religiões, pretende dar início a um importante mapeamento dos terreiros da capital e de suas principais características. Os resultados devem ser divulgados até outubro (S3).

O historiador Mário Maestri observa que **muitos pesquisadores gaúchos simplesmente ignoraram a presença dos negros no RS**. Ele lembra que essa presença é verificada pelo menos

desde 1737, com a inauguração do Forte de Jesus-Maria-José, em Rio Grande. **“A Bahia incorporou o passado negro à sua memória, mas aqui isso não ocorreu”**, compara (S4).

A formação discursiva, inscrita em uma perspectiva acadêmica, dá voz a estudiosos da área, um antropólogo (Oro) e um historiador (Maestri). Não há, ao longo do texto, contraponto à tese de que houve um *branqueamento* proposital na história oficial do Rio Grande do Sul, o que ocasionou a construção da imagem de um gaúcho mítico, distante da realidade. Maestri, na entrevista que concedeu ao repórter de Aplauso, afirmou que “Porto Alegre é uma cidade negra. Basta sair na rua e ver. Mas isto não está nos livros ou nos jornais”. O próprio jornalista deixa claro (S1) comungar com este ponto vista, tanto que não abre espaço para uma opinião contrária.

3.2.3.2.2 Religião afro-rio-grandense

Em sua essência, a matéria traz o inusitado de o Rio Grande do Sul, estado reconhecido pela colonização européia, eminentemente branca, destacar-se nacionalmente como um dos principais praticantes de religiões de matriz africana. Há uma questão, no entanto, abordada por Oro, na entrevista, mas que não aparece na matéria: em estados como a Bahia, onde a religião é mais antiga e há grandes terreiros, os indivíduos têm dificuldade em assumir a religião africana, pois o preconceito é maior. Quer dizer, embora os números apontem o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro, a Bahia pode confirmar o que aparenta ser: o lugar onde mais se praticam essas religiões.

Para demonstrar a forte presença dos terreiros no estado, o jornalista estabelece uma comparação entre o número destes e o de CTGs: “[...] enquanto a quantidade de Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) gira em torno de 1.500 no RS, o número de templos de cultos afro-brasileiros é de cerca de 30 mil nas estimativas mais moderadas” (S2). Trata-se de uma abordagem eficaz, pois mostra que, pelo menos em número de casas, os terreiros sobrepõem-se aos CTGs, embora não se trate de uma comparação de forças equivalentes – o

gauchismo não é uma religião. Se colocadas em paralelo com as igrejas católicas ou evangélicas, por exemplo, ter-se-ia um desenho diferente, relacionado às *práticas religiosas*, como um todo, no estado, mas se perderia a força do contraste da diversidade de *práticas culturais*.

Como salientam Oro (2002) e Corrêa (2006), o batuque é uma manifestação marcadamente regional, com grande influência das características locais do estado. No título de seu livro sobre o tema, Corrêa define a religião como afro-rio-grandense. As características comuns entre o gaúcho e o batuqueiro são explicitadas pelo jornalista:

Batuque, umbanda e linha cruzada são os três tipos de cultos praticados hoje, no Rio Grande do Sul. O batuque (ou *nação*) foi o primeiro a aparecer, no século 19, inicialmente nas regiões de Rio Grande e Pelotas (que no início do século contava com 60% de sua população composta por negros), mais ou menos na mesma época em que o candomblé se estabeleceu no Nordeste do país. Batuque e candomblé, por sinal, podem ser consideradas religiões *irmãs*, cada uma **regionalizando** a seu modo elementos africanos. **A indumentária tradicional dos praticantes do batuque, durante algumas décadas, chegou a incluir a bombacha – branca, como manda o figurino. E a oferenda para o orixá Ogum não é outra senão churrasco. Com farofa (S5).**

A utilização da bombacha como indumentária típica da religião foi referida por Pai Pedro, em entrevista ao repórter. A informação consta, também, no livro de Corrêa (2006), assim como o churrasco como oferenda para Ogum, que aparece, ainda, na fala de Dilce de Oxum.

Nesta formação discursiva, é importante observar que o locutor é sempre o jornalista, constituindo, também, um único enunciatador. É sua voz que traça as relações entre os símbolos do gauchismo e do africanismo. Não há, na matéria, contraponto a esta idéia. Depreende-se do texto que, além de serem mais presentes no estado do que os próprios CTGs, verdadeiros templos da tradição local, os terreiros ainda se apropriam de elementos gaudérios e se adequam aos seus hábitos. Ou seja, demonstram de maneira muito clara os cruzamentos culturais entre duas manifestações tidas como distintas.

3.2.3.2.3 Perseguições

O preconceito racial e o medo do poder de manipulação de forças sobrenaturais, por parte dos escravos e de seus descendentes, como referiu Oro (2002, p. 350), são alguns elementos motivadores das perseguições sofridas pelos africanistas na história do Rio Grande do Sul e do Brasil. “Obviamente que a perseguição era sempre precedida de um conjunto de estigmas lançados sobre essas religiões, visando justificar aquele procedimento”, diz o pesquisador (2002, p. 350).

De acordo com ele, a partir da segunda metade do século XIX, o maior contingente de escravos negros, em Porto Alegre, encontrava-se nas cercanias da cidade, no Areal da Baronesa, na cidade baixa, imediações da atual Rua Lima e Silva, e nas chamadas Colônia Africana e Bacia, atuais bairros Bom Fim, Mont Serrat e Rio Branco. Essas áreas eram associadas à criminalidade e a vícios, e seus habitantes eram tidos como membros de classes perigosas. “Por isto mesmo, essas áreas foram deixadas a um relativo isolamento por parte das autoridades públicas e, ao longo das décadas do século passado, foram dissolvidas mediante um processo de *higienização urbana*”, explica (2002, p. 350).

Na matéria, as perseguições aparecem na voz de Mãe Norinha (S9), religiosa experiente, dedicada ao batuque de nação Oió. Ela conta experiências de sua infância, cruzadas aos conflitos que enfrenta hoje com a igreja evangélica, os quais entram no texto em fala do jornalista, em outra formação discursiva (Proteção):

Mãe Norinha também é testemunha da história de **perseguição aos africanistas**. Nascida em 1935, em uma família iniciada na religião, criou-se no Areal da Baronesa (hoje Cidade Baixa), uma das primeiras regiões da capital gaúcha com população negra. “Na escola nos chamavam de *batuqueiros*. **Eu chorava sempre**”, lembra. “Ali quem mandava eram os padres. Eles visitavam nossa casa, e a gente tinha que abrir” (S9).

O sincretismo é apontado pela religiosa como uma das formas de se proteger dos inimigos.

Ela conta que **uma das maneiras de se proteger, inclusive da polícia, era esconder as imagens dos orixás atrás de santos cristãos**. Essa espécie de disfarce é a explicação de muitos pais-de-santo (babalorixás) para a associação entre as religiões de matriz africana e o cristianismo, gerando uma correspondência entre os santos – Iemanjá é associada a Nossa Senhora dos Navegantes, Oxalá a Jesus Cristo etc. (S10)

Embora praticamente todos os religiosos ouvidos tenham falado de conflitos entre igrejas, e do preconceito, suas reclamações foram sintetizadas em Mãe Norinha. Nas entrevistas, eles aproveitaram para denunciar perseguições por parte de evangélicos, mas a temática foi abordada na reportagem por outro viés, como veremos adiante.

Nesta formação discursiva, os problemas enfrentados pelos africanistas situam-se no passado: os desentendimentos com a igreja católica, na primeira metade do século XX, e a instituição do sincretismo religioso, que remonta aos tempos da escravidão.

3.2.3.2.4 Proteção

O sincretismo religioso aparece, também, analisado sob outra perspectiva, que não a situada no seio da religião, mas oriunda da academia. Para Côrrea (S11) e Maestri, em seu depoimento ao jornalista, os africanistas não queriam apenas proteger-se de inimigos, escondendo suas divindades atrás de santos cristãos.

Para o antropólogo Norton Figueiredo Corrêa, da Universidade Federal do Maranhão, pesquisador do batuque no Rio Grande do Sul, **a história do sincretismo é mais complexa**. Ele frisa que, **nas religiões afro-brasileiras, uma pessoa é considerada mais poderosa quando sua entidade é poderosa**. “Os negros pensavam que os brancos tinham poder na sociedade porque seus santos eram fortes, e assim queriam se apoderar desta força mística”, explica (S11).

Trata-se de um ponto de vista inscrito fora da realidade cotidiana da religião, mas por um pesquisador que dedicou muitos anos de sua vida a este estudo. Corrêa é autor de uma das mais importantes obras sobre o batuque no

Rio Grande do Sul (2006). Em seu livro, ele explica, inclusive, não usar o termo sincretismo, mas associação, para tratar da assimilação das imagens e características de santos e rituais católicos pelo batuque. “Ao que tudo indica, não parece ser algo profundo, que tenha produzido modificações consideráveis na estrutura mais profunda do culto”, afirma.

O pesquisador também traz uma interpretação diferenciada para a perseguição que as religiões de matriz africana sofrem por parte dos evangélicos.

Nos últimos anos, com o fortalecimento das igrejas evangélicas, **as religiões afro ganharam novos desafetos. Mas a explicação tem pouco de religiosa e muito de política. “As duas disputam o mesmo nicho, trabalham com as camadas pobres, só que os evangélicos são mais organizados, têm lideranças”, observa Corrêa. Os alvos preferenciais dos que pretendem estigmatizar o culto dos orixás e assemelhados, no entanto, continuam os mesmos: o sacrifício ritual de animais e o transe para receber entidades (S15).**

Os desentendimentos entre africanistas e evangélicos resultaram em uma disputa política (ver páginas 283-284) no estado, em torno do sacrifício de animais. Conforme relatou Mãe Norinha, os terreiros são freqüentemente invadidos por evangélicos, que relacionam as religiões de matriz africana a seitas demoníacas. Na entrevista, o jornalista chegou a questionar a religiosa sobre alguma liderança evangélica com a qual teria conflito direto, possivelmente para entrar como fonte na matéria, mas acabou desistindo desta abordagem. No texto, o assunto é tratado exclusivamente do ponto de vista da academia, no qual o próprio jornalista inscreve-se, ao afirmar: “Mas a explicação tem pouco de religiosa e muito de política”.

Temos, então, um enunciador que analisa as problemáticas africanistas *desde fora*, inserindo-as em um contexto amplo, no qual os membros das religiões aparecem defendendo seus direitos, ao mesmo tempo em que lutam para ampliar seu espaço: seja seu poder, através de assimilação de elementos católicos; seja sua abrangência, através dos embates com outras religiões. Em relação ao sincretismo, ou associação, temos dois enunciadores distintos, representados pelos locutores Mãe Norinha (Perseguição) e Norton Corrêa

(Proteção). São duas leituras a respeito de um processo. E, embora não se contradigam, estão situadas em diferentes lugares de enunciação.

Para os conflitos religiosos, no entanto, temos uma única voz, representada por Norton Corrêa e pelo próprio jornalista. Mesmo que, na apuração da matéria, o repórter tenha coletado diferentes opiniões sobre o assunto, levou para a reportagem somente a perspectiva do especialista, com a qual comungou textualmente.

3.2.3.2.5 Abertura

Por não serem religiões de conversão, o batuque, a umbanda e a linha cruzada – manifestações predominantes no Rio Grande do Sul – aceitam adeptos ligados a outras crenças, sem que estes precisem abandoná-las (S12). O mesmo ocorre com sujeitos marginalizados, que não encontram abrigo em outras religiões se não mudarem seu comportamento, como homossexuais, prostitutas e bandidos (S13).

Com a abertura política e o aumento da liberdade para sua prática religiosa, que até a metade do século XX era feita às escondidas, a própria assimilação de imagens católicas mudou para os africanistas.

Hoje, muitas casas de santo mantêm imagens cristãs não atrás, mas ao lado das afro-brasileiras, convivendo harmoniosamente. Isso diz respeito a uma particularidade dos africanistas, como nota Pai Luiz Antônio Oju-Obá de Xangô: elas não são religiões “de conversão”, e por isso não exigem exclusividade (S12).

“A nossa religião abraça o mundo, ninguém precisa deixar de ser o que era antes”, afirma. Isso também se aplica à orientação sexual (é comum encontrar babalorixás homossexuais) e a indivíduos marginalizados pela sociedade, como prostitutas e “bandidos” (S13).

A tolerância religiosa e comportamental aparece na voz do jornalista e do pai de santo Luiz Antônio Oju-Obá de Xangô, ele próprio homossexual. Na entrevista, ele menciona que, em outra religião, teria que mudar sua vida. Nos cultos que acompanhamos com a reportagem, foi possível constatar o respeito

aos homossexuais presentes. Alguns pais de santo nesta condição, inclusive, freqüentam as festividades vestidos de mulheres, sem que haja qualquer tipo de represália.

Não há, nestas religiões, um limite entre o bem e o mal. Em entrevista, o antropólogo Ari Oro explica, por exemplo, que um criminoso pode ir ao terreiro pedir ao orixá auxílio para atividades fora da lei, ou consideradas imorais pela sociedade. Na reportagem, o assunto é tratado pelo jornalista e por Corrêa:

Nesse sentido, **a visão de mundo das religiões afro-brasileiras é oposta à da tradição judaico-cristã, que separa o “bem” e o “mal”**. Para os africanistas, trata-se de dois lados da mesma moeda. “Assim como no budismo e no hinduísmo, o mal e o bem não são conceitos separados”, diz Norton Corrêa. **“As coisas que um cristão não pode pedir para Jesus ele pede para Exu”** (S14).

Nesta formação discursiva, temos locutores que se relacionam com o tema de forma distinta, mas tratam-no sob semelhante perspectiva. Pai Luiz Antônio Oju-Obá de Xangô, além de ser um líder religioso, vivencia na pele o tratamento dado às minorias pelos africanistas. O repórter, como já referido, tem formação judaica, embora não pratique a religião. Sua cosmovisão, no entanto, está ligada a esta cultura, que transcende às questões ligadas à espiritualidade. Norton Corrêa, como ele mesmo relata (2006, p. 16), vem de uma família de classe média, católica e racista, mas interessou-se ainda jovem pela cultura popular. Quer dizer, dois dos locutores que compõem este enunciador não compartilham da cosmovisão africanista, seja ela batuqueira, umbandista ou de linha-cruzada. O jornalista, por sinal, teve, através da reportagem, seu primeiro contato com o assunto. Corrêa, por seu ofício de antropólogo e estudioso da área, conhece a fundo esta realidade e, mesmo em seu trabalho científico, revela os estreitos laços pessoais que se formaram a partir de sua pesquisa (2006).

3.2.3.2.6 Sacrifício

O sacrifício de animais é uma das práticas mais polêmicas das religiões de matriz africana. As *matanças*, termo que os próprios religiosos utilizam, só

pode ser assistida por pessoas preparadas, ou seja, que tenham sido iniciadas na religião. A iniciação, sobre a qual os pais e mães de santo falam muito pouco, com receio de recrudescer ainda mais o estigma que cerca sua crença, compreende uma série de rituais e obrigações, esmiuçados, no entanto, no livro de Corrêa. Mesmo tendo recorrido à obra, o jornalista optou por não se aprofundar no assunto.

Pai Cleon de Oxalá, que tem uma das casas mais antigas da capital, há 47 anos em atividade, explica que **os rituais de sacrifício só podem ser assistidos pelas pessoas preparadas, ou seja, os filhos-de-santo que passam pelo processo de iniciação da religião, que leva de sete a oito anos e compreende uma série de trabalhos e obrigações, incluindo períodos de reclusão e rituais com sangue de animais sacrificados. “A energia está no sangue, ele alimenta o orixá”, diz Cleon. Este é um dos aspectos da religião dos quais os praticantes não falam e nem mostram muito (S16).**

Além de defenderem a necessidade do sangue de animais para a alimentação do orixá (S16), os religiosos explicam que as partes não utilizadas na oferenda são servidas nos cultos ou distribuídas à comunidade, com caráter assistencialista.

Depois do sacrifício, algumas partes dos animais são oferecidas aos orixás e outras são servidas nas festas ou distribuídas para a comunidade em geral. **“É a única religião que dá comida para o povo”, diz Cleon (S17).**

As críticas ao sacrifício vêm de todos os lados: católicos, evangélicos, membros de movimentos ecológicos. Na reportagem, o contraponto é mencionado, mas a argumentação presente é a que defende a prática:

Para Reginaldo Prandi, **há uma certa hipocrisia por parte dos que condenam a prática do sacrifício: “Essas pessoas devem achar que os bichos que elas comem dão em árvore. O sacrifício é apenas o abate de animais segundo certas regras, para serem comidos. A mesma coisa acontece no xintoísmo japonês” (S18).**

Reginaldo Prandi é antropólogo, estudioso das religiões de matriz africana e autor de diversos trabalhos sobre o assunto. Nesta formação discursiva, junto de Pai Cleon de Oxalá, constitui uma voz que enxerga o sacrifício através da visão dos africanistas, mesmo estando, ele próprio, fora deste contexto.

3.2.3.2.7 Economia

A economia de um templo está diretamente ligada às qualidades pessoais de seu chefe, de sua habilidade como administrador, como pontua Corrêa (2006, p. 83-84). A grande maioria dos líderes religiosos vive do culto. “Mesmo vivendo da religião, a acusação, bastante comum por parte dos setores da sociedade branca, de locupletarem-se com a *exploração da credulidade pública*, na grande maioria das vezes é infundada”, diz o pesquisador (2006, p. 84). Isso porque, embora tenham um nível econômico melhor do que a média de seus filiados, levam um vida simples. “Este fato se deve, em boa parte, à estrutura do próprio culto, em que a ética da distribuição (de raiz africana, ao que parece) sobrepõe-se à da acumulação, capitalista”, afirma (2006, p. 84).

A receita de um terreiro normalmente é composta pelos pagamentos que o pai ou a mãe de santo recebe pelo jogo de búzios; pela realização de trabalhos para a clientela; pelos rituais, especialmente os de iniciação na religião; por serviços especiais, como a organização de cerimônias fúnebres de outros chefes; por mensalidades cobradas dos filhos de santo; multas aplicadas ao afiliados por faltas mais sérias; viagens dos chefes por outras cidades ou países próximos, nos quais têm clientes e filhos de santo; e donativos (CORRÊA, 2006, p. 84-85).

Na reportagem de Aplauso, são abordados os seguintes aspectos da economia dos cultos: o valor do preço das consultas (*axé*), a fama dos chefes e a expansão do trabalho dos terreiros gaúchos para outros países. Além disso, o jornalista relata a história de Pai Pedro de Oxum Docô, religioso cujo templo destaca-se dos demais, por sua infra-estrutura e apresentação, tendo, inclusive, página na Internet.

A procura das religiões de matriz africana por pessoas não iniciadas ou sem nenhum contato prévio com elas, se dá, na maioria das vezes, pela necessidade de resolver algum problema aparentemente sem solução. Como salientaram alguns religiosos nas entrevistas para a matéria, elas são freqüentemente encaradas como último recurso, depois que já se tentou de tudo.

As festas religiosas, por sua vez, são abertas a não iniciados. Muitos dos freqüentadores são pessoas que costumam apenas se consultar com os pais-de-santo no jogo de búzios. **Os motivos da procura são variados, mas a maioria vê no terreiro um último recurso para curar doenças que sucessivos procedimentos médicos não resolveram. O preço das consultas (o “axé”) varia – pode custar R\$ 30 ou R\$ 100. Cada babalorixá estabelece seu preço, mas valores mais altos não significam maior prestígio. A fama de um pai-de-santo é medida pelos resultados dos trabalhos que ele prescreve.** Como tudo acontece por indicação, a fama se espalha rápido (S19).

A afirmação a respeito do reconhecimento dos pais-de-santo remete ao depoimento de Pai Cleon de Oxalá, incorporada, no texto, pelo jornalista, assim como acontece com a justificativa para a busca dos terreiros africanistas, colhida junto a diferentes religiosos.

O terreiro de Pai Pedro de Oxum Docô é tratado como um “caso particular” (S20). Por assemelhar-se, em muitos aspectos, a uma clínica médica particular, é familiar aos olhos de pessoas que não tenham contato com elementos das religiões oriundas da África, que poderiam *assustá-las*, como referiu o pai-de-santo em entrevista:

Caso particular é o do Pai Pedro de Oxum Docô, que mantém há 22 anos um **terreiro diferenciado**, junto com sua mulher, a mãe-de-santo Viviane de Iansã. O local **já foi uma casa modesta, com acabamento precário, como a maioria**, mas nos últimos cinco anos **passou por um surpreendente processo de profissionalização**. Hoje **sua infra-estrutura não deixa nada a dever a qualquer pequeno complexo de consultórios médicos de primeira linha**. Pode ser considerado um **terreiro de luxo**: o sistema é totalmente informatizado (com 30 mil clientes cadastrados), a casa é monitorada por discretas câmeras de vídeo, as funcionárias são bem treinadas, e a sala de espera tem poltronas, máquina de café e tevê. A reforma radical teve um objetivo claro: encorajar um público que possa ter receio de freqüentar uma casa de religião, apresentando um **ambiente familiar a qualquer pessoa de classe média/alta**. “A religião mudou muito”, observa. “Hoje meu *ilê* (casa) é um ícone no Brasil. Todo mundo tinha medo da figura do pai-de-santo. Queremos desmistificar a religião.” Em sua sala, Pedro tem à frente o jogo de búzios, como manda a tradição, e ao lado um computador com monitor de tela fina e acesso à internet. A casa tem um *site* (www.oxum.com.br) que recebe de 4 mil a 8 mil visitas diárias, segundo ele. “As pessoas me chamam de **pai-de-santo cibernético**”, brinca (S20).

A expansão dos terreiros gaúchos, em especial para os países do Mercosul, é evidenciada na matéria (S26). Nas entrevistas, os chefes de religião

relatam a presença de filhos, mesmo em continentes mais distantes, como América do Norte e Europa. A forte influência dos religiosos locais, em países como Argentina e Uruguai, apontados na reportagem, é tema de artigo científico do antropólogo Ari Oro (2002).

A maioria dos babalorixás e ialorixás gaúchos têm filhos-de-santo em diversas partes do mundo. Países vizinhos como Argentina e Uruguai tornaram-se importantes centros de práticas religiosas afro-brasileiras. Assim como os CTGs espalham franquias, promovendo uma idéia particular do que é ser gaúcho, os terreiros locais criam filhos, netos e bisnetos-de-santo em casas de religião para além das fronteiras, mostrando uma parte fundamental da história sul-rio-grandense desconhecida mesmo por quem é daqui. Se santo de casa não faz milagre, orixá de casa faz. (S26)

A respeito da economia das casas de religião, manifestam-se dois locutores: o jornalista e o chefe Pai Pedro de Oxum Docô. Entre as referências que o repórter utiliza para suas afirmações, estão os religiosos que entrevistou, em especial Pai Cleon de Oxalá, e o pesquisador Ari Oro. A formação discursiva traça um panorama da realidade econômica dos terreiros, no qual eles aparecem como um microcosmo, caracterizado pela coexistência de diferentes situações sócio-econômicas e contextos de vida. Sua engrenagem de sustentação é retratada como a de uma empresa, com elementos como investimento, infraestrutura, reconhecimento, eficiência e conquista de novos mercados.

A expansão é interpretada, na reportagem, também como uma maneira de divulgar a influência africanista na cultura sul-rio-grandense, a exemplo do que fazem os CTGs com a identidade do gaúcho tradicional, através dos centros que funcionam em diferentes partes do mundo. Mais uma vez, estas instituições aparecem em paralelo com as religiões de matriz africana, evidenciando a leitura que a publicação faz das mesmas: uma manifestação cultural. Essa comparação é eficaz, na medida em que circulam na sociedade e, em consequência, junto aos leitores da revista, diversos conceitos de cultura, e alguns deles não abrangem temáticas como a religião, ficando restritos aos bens de consumo da indústria cultural. Ao colocar os terreiros em pé de igualdade com os CTGs, o jornalista tenta, de certa forma, mostrar ao leitor que se trata, sim, de um assunto pertinente

à discussão cultural, relacionado à identidade cultural do povo sul-rio-grandense, e, logo, objeto de discussão em Aplauso.

3.2.3.2.8 Cultos

Os dois cultos acompanhados pelo jornalista de Aplauso aparecem, explicitamente, em duas seqüências discursivas. Em ambos os casos, o texto é descritivo. Os termos específicos da religião são acompanhados de explicação, evidenciando a expectativa por um leitor que os desconheça:

APLAUSO acompanhou um culto do tipo batuque e outro de quimbanda (considerada um lado mais pesado da umbanda, por chamar divindades poderosas, como os Exus e Pombagiras). Em uma festa de batuque, as vestimentas são predominantemente brancas. Os hinos (pontos) para as divindades são cantados em dialeto africano, acompanhados pela percussão contagiante dos tambores. Cada toque chama um determinado orixá (cada iniciado recebe sempre o mesmo, o *santo de cabeça*, identificado pelo babalorixá no jogo de búzios). Há intervalos entre os cantos nos quais os orixás, nos corpos dos filhos-de-santo em transe, ficam à disposição das pessoas para fazer passes ou descarregos (tirar as *energias negativas*). De modo geral, o transe no batuque é inconsciente, enquanto na umbanda há momentos de consciência, mas não há regra para isso. Em todo caso, a entidade deve ser “domesticada” nas suas primeiras incorporações, até que se tenha certo controle sobre ela (S22).

A referência ao transe, quando o repórter afirma “não haver regra”, no entanto, contraria as informações obtidas junto a Oro a respeito do assunto, em entrevista. O antropólogo explicou que, no batuque, o transe é inconsciente; em exu e pomba-gira, tem momentos de consciência; e, na umbanda, é um transe leve, próximo ao espiritismo. A definição do pesquisador aproxima-se muito do que vimos em ambas as festividades.

A descrição dos eventos apresenta, também, um caráter impressionista:

Os rituais são espetáculos belíssimos. A quimbanda é uma **festa repleta de cores** na qual os pontos são cantados em português. Os filhos-de-santo comparecem com a vestimenta das entidades que os possuem, como ciganas, malandros etc. (S23)

O relato dos cultos, que fica exclusivamente na voz do jornalista e contempla situações observadas por ele, tem, entre seus objetivos, o intuito de levar ao leitor da revista, que hipoteticamente desconhece as religiões africanistas, um pouco de sua realidade. O repórter descreve os acontecimentos como quem os introduz a alguém que realmente não os conhece. Em seu texto, salienta aspectos que surpreenderam, também, a ele próprio. Assim como o leitor imaginado, ele também fez sua primeira incursão no assunto através da reportagem.

3.2.3.3 Leituras

Para a análise das leituras, neste ciclo, foram entrevistados seis leitores. Além deles, integra o *corpus* de pesquisa uma manifestação a respeito da matéria de capa da edição 78, publicada na Internet, através de um *blog*, a exemplo do que havia acontecido no número 77. Os leitores serão indicados por intertítulos, identificados por suas iniciais.

3.2.3.3.1 G.M.R.A.

G.M.R.A., 49, reside em Porto Alegre e é funcionário público, analista de controle externo do Tribunal de Contas. É formado em Direito e Agronomia. Assina Aplauso há dois anos e meio, desde que conheceu a publicação, na Feira do Livro de Porto Alegre. “Achei interessante e resolvi assinar”, conta. Seu interesse recai, especialmente, por textos sobre literatura.

Em sua opinião, o conteúdo da revista é excelente. “Mas, aparentemente, ela tem um público restrito. Talvez houvesse formas de democratizar o acesso às informações que estão ali, tratando de assuntos mais próximos da população”, sugere. Para ele, hoje, Aplauso dirige-se apenas à parcela da população que tem melhores condições de consumir cultura. “Se o objetivo da revista é dialogar somente com estas pessoas, ela cumpre bem seu papel. Mas penso que ela

poderia levar isso a uma parcela maior da população, através da cobertura de manifestações culturais de cunho mais popular”, explica. “Para mim, para as minhas exigências de leitor, a publicação está muito boa. Só fico pensando se não haveriam mais pessoas que gostariam de ler uma revista como Aplauso”, ressalta.

Ultimamente, G.M.R.A. diz ter sido um leitor relapso. “Tenho lido superficialmente, tenho pouco tempo e dificuldades para administrá-lo”, conta. Por isso, sua preferência na revista têm sido as indicações de livros. “Vou direto na parte que fala de lançamentos. Também gosto muito de música, mas Aplauso não tem trazido muitas indicações”, afirma.

A edição 78 foi lida assim, superficialmente. A capa não lhe chamou a atenção. “Embora eu reconheça que religião tem um forte apelo cultural, uma face cultural muito marcante, não me atrai. Talvez seja uma posição egoísta, porque sou católico praticante. Mas, não quer dizer que se fosse uma reportagem sobre catolicismo, eu leria. Não leria, mesmo, nada sobre religião”, afirma, salientando que não se trata de preconceito. “Simplesmente, não me atrai. Mas é um assunto rico, que deve interessar a muitas pessoas. É um tema bonito, uma manifestação cultural muito grande nestas religiões, principalmente nestas de matriz africana. Tem um lado de sincretismo religioso que desperta muito a atenção das pessoas”, completa.

Para ele, a revista deveria aumentar seu universo de leitores, pesquisar e identificar extratos sociais que tivessem interesse pela publicação. “Acredito que haja pessoas com menos recursos financeiros que gostariam de tomar conhecimento das notícias sobre cultura. Cultura é algo de que todo mundo gosta, todo mundo precisa, todo mundo admira. Mas não é todo mundo, infelizmente, que pode comprar cultura, consumir cultura, aprender”, diz. Em seu ponto de vista, a música é a manifestação cultural mais próxima da sociedade, mais presente na periferia. “Acredito que haja grupos musicais, tendências, espetáculos, acontecendo na periferia, que poderiam muito bem estar fazendo parte do rol de notícias da revista, porque no fundo é cultura também”, ressalta.

Cultura, para este leitor, é tudo aquilo que diz respeito à construção do povo, as suas raízes e a sua produção intelectual. “Do povo de um modo geral, não só das elites, embora não goste deste termo. Mas, acho que a história do povo é permeada de cultura, nas mais diversas formas. Não sou *expert* no assunto, falo com base na minha vivência”, diz. A revista, segundo ele, atende às suas expectativas neste campo.

G.M.R.A. é mineiro, mas mora no Rio Grande do Sul desde 1983 e se considera gaúcho:

Eu identifico muita semelhança entre o mineiro e o gaúcho. As diferenças são no linguajar e no trajar, no traje tradicionalista, nas expressões, na influência castelhana. São basicamente estas diferenças. Mas as semelhanças são muito maiores: o apego à terra, a vida em família, a hospitalidade, o culto à tradição. Minas Gerais e Rio Grande do Sul são muito parecidos neste sentido, embora tenham tido uma construção de povo muito diferente.

Apropriei-me da cultura daqui, mas não de forma completa. Acho que está bom assim, não pretendo ir muito fundo, não. Acho muito bonito, por exemplo, a indumentária gaúcha, mas não tenho, nunca vou ter, nunca vou usar. Gosto de chimarrão, mas não tomo sempre. Não faço em casa. Mas tem outra manifestação cultural à qual já aderi completamente: sou tricolor. É preciso fazer essa opção. Isso é típico do gaúcho, que é muito passional, ou é 8 ou 80. Essa é uma grande diferença entre o mineiro e o gaúcho. O gaúcho se posiciona e, quase sempre, o posicionamento que lhe é imposto só permite duas opções, sim ou não. É colorado ou gremista, chimango ou maragato. Normalmente, é assim. O mineiro não é assim. Inclusive, no resto do Brasil, dizem que o mineiro vive em cima do muro. Eu prefiro amenizar um pouco. A minha explicação é que o mineiro é muito diplomático. Isso se traduz para os outros estados como uma posição eternamente em cima do muro. Mas ele demora para confiar. O gaúcho também é assim. Depois que confia, se abre por completo.

Para ele, assinar Aplauso é uma maneira de se aproximar ainda mais da cultura gaúcha. “Não sei se é a mais eficiente, mas que é uma forma importante, com certeza é. Precisamos de uma revista assim, de um veículo como este no nosso estado. Acho importantíssimo. É muito bom que alguém esteja fazendo isso”, diz. Grande parte das edições da revista fica guardada em seu escritório. Em casa, ele divide a leitura com a esposa. “Mas ela só folheia ou lê assuntos específicos. Meus filhos, que são jovens, nunca flagrei lendo. A juventude tem uma abordagem diferente da cultura”, acredita.

Um dos livros que mais lhe marcaram, **O cantor de tango**, de Tomás Eloy Martínez, ele conheceu através de Aplauso. “Gostei muito deste livro e passei a acompanhar as obras do autor”, conta. Recentemente, foi ao teatro assistir a uma peça da qual a publicação havia tratado: **Antígona**. “Achei a peça muito bonita. Fui, porque tinha curiosidade, não me considero uma pessoa muito culta”, pondera. Embora a revista influencie diretamente em seu consumo de bens culturais, ele acredita que ela não chegue a embasar suas opiniões. “Isso porque sou um leitor rápido, não me dou o tempo de leitura necessário para construir uma posição sobre algo, a partir do texto”.

Além de Aplauso, ele assina o jornal Zero Hora e costuma comprar a revista Carta Capital, e, eventualmente, *arrisca* uma Veja. “Zero Hora não é o jornal de que mais gosto, mas assino. Leio todos os dias a parte de cultura, mas mais como consumidor, para ver o que está acontecendo, ler sobre televisão – que também é uma forma de cultura, embora de massa e muito criticada. Eu gosto muito de televisão, de noticiário e de futebol”, conta.

3.2.3.3.2 A.M.S.

A.M.S., 46, reside em Lajeado e é empresário da área farmacêutica. Assina Aplauso há cerca de quatro anos, quando conheceu a revista na casa de um amigo, em Porto Alegre. “Liguei para obter mais informações e logo fiz a assinatura”, lembra. “Havia uma grande carência de uma publicação assim no Rio Grande do Sul, com foco na cultura, na arte, no teatro e no cinema”, diz o leitor, que se interessa, especialmente, por literatura. “Aplauso é diversificada, trabalha muito teatro, que é marginalizado pela mídia daqui. Traz um bom foco para os temas e estimula a rapaziada nova e desconhecida que está trabalhando com cultura no estado”, afirma.

Na edição 78, chamou sua atenção a reportagem de capa, sobre as religiões de matriz africana. Segundo ele, é um assunto sobre o qual não se fala, especialmente nas cidades do interior. “O que me surpreendeu foi o número de

praticantes no Rio Grande do Sul. Não tinha idéia disso. Ligava estas religiões com a Bahia. Além disso, o resultado da matéria demonstra um trabalho de pesquisa, de primeira qualidade, profundo e primoroso na maneira como foi conduzido. Tudo era novo para mim, principalmente por ser no nosso estado, embora soubesse que existem casas também em Lajeado”, afirma.

Em sua opinião, a revista abrange, através de suas seções, praticamente todas as áreas da cultura. “Ela fala de cinema, de teatro, de literatura. Carece um pouco na parte de música. Não tem uma rotina de falar sobre o assunto. Até mesmo a Ospa, por exemplo, aparece pouco”, analisa. “Mas sou um leitor muito satisfeito com a revista, só tenho elogios a fazer”, frisa.

Para A.M.S., o papel da cultura é instigar, “trazer conhecimento e incentivar as pessoas a se descobrirem, inovarem, buscarem coisas novas e se reinventarem. Algo que só se consegue através da arte”. Ele acredita que Aplauso, como um veículo de jornalismo cultural, cumpre perfeitamente esta função. “Eu, por exemplo, já assisti a vários espetáculos em Porto Alegre a partir de comentários da revista. Fui conferir de perto aquilo que era objeto de apreciação em suas páginas”, conta, com a ressalva de que gostaria que Aplauso investisse mais em críticos literários.

Entre as matérias que chamaram sua atenção neste período em que acompanha a revista, destaca-se a série sobre a Revolução Farroupilha: “Ela trouxe detalhes que muitos não sabiam. Foi interessante pelo aspecto cultural e histórico”. O leitor é assinante de diversas publicações, como Veja, Exame, Época, Zero Hora e Folha de S. Paulo.

3.2.3.3.3 G.A.H.

G.A.H., 43, mora em Porto Alegre, é jornalista e professor universitário. Assina Aplauso há cerca de dois anos. “Em palestras, via as pessoas falando da revista. Participei de um Ciclo de Artes Plásticas e Literatura e vi alguém falando sobre ela. Uma pessoa da equipe estava na platéia e se manifestou. Já tinha lido

alguns exemplares e me interessei”, conta, lembrando que alguns de seus alunos já colaboraram com a publicação. Ele próprio já trabalhou com jornalismo cultural, no jornal NH, em Novo Hamburgo. “Interesso-me por cultura. Já fiz teatro e dou aula de História da Arte no Curso de Comunicação Social”, diz.

Entre as temáticas abordadas pela revista, interessam-lhe mais os textos sobre artes plásticas. “Em segundo lugar, teatro. Depois, literatura e cinema”, afirma. Em sua opinião, a revista está em crescimento, visível pela mudança de planejamento gráfico, que considerou positiva. “Uma coisa interessante seria dar maior espaço para o público falar. Na verdade, vejo este como um problema das revistas culturais em geral. A Bravo também é assim. Falta aproximação com o público. Aplauso é muito ensaística, não promove este diálogo com o leitor”, analisa. Ele sente falta, também, de um roteiro de cinema e de exposições.

A edição 78 trouxe um dos textos mais interessantes que já leu em Aplauso: a reportagem sobre as religiões de matriz africana no Rio Grande do Sul. “É um assunto muito importante, uma revista cultural deve tratar disso. Aborda a identidade cultural do gaúcho, por um lado pouco conhecido, e se aproxima da realidade do povo”, afirma, salientando que as publicações culturais vivem o conflito entre o erudito e o popular, mas, normalmente, centram sua atenção no primeiro. “Nesta reportagem, a revista apostou em algo mais popular e mostrou uma faceta da cultura bastante relevante. A matéria problematizou a cultura como algo mais geral. Foi ao encontro de algo que não fica circunscrito às artes eruditas. Inseriu-se em uma problemática mais ampla, fortalecendo, também, seu caráter social”, avalia. Para ele, muitos aspectos da considerada *alta cultura* são compartilhados por um grupo restrito – não unem as pessoas, de fato, não funcionam para integrar, mas, para separar. “Mesmo assim, são consideradas manifestações mais legítimas. Quem se propõe a trabalhar com cultura tem que estar atento a estas dimensões: as artes e as coisas que não são reconhecidas como tal, mas são compartilhadas por um número maior de pessoas”, acredita. Além da reportagem de capa, ele leu a matéria sobre Pedro Raymundo, por interessar-se pela temática do gauchismo.

Em sua leitura, percebe um esforço da publicação em acompanhar tudo o que acontece. “Mas as críticas poderiam aparecer com maior frequência, em todas as áreas, levando em conta o que está em cartaz. Os críticos, hoje, abordam assuntos pautados por seus próprios interesses, nem sempre pensam naquilo que é do interesse do leitor, que o leitor quer saber”, avalia, salientando que gostaria de ver, nas páginas da revista, um acompanhamento sistemático da indústria cultural em Porto Alegre.

No geral, G.A.H. é um leitor satisfeito: “Aplauso é uma publicação interessante, algo para colecionar. Tem aprofundamento, textos de especialistas, que podem ser úteis mesmo muito tempo depois de publicados. Seu planejamento gráfico é admirável. Poderia era ter mais ilustrações, pois fica mais interessante”. A respeito da edição 78, ele ressalta a beleza gráfica da matéria “A cara do Brasil Contemporâneo”, sobre o projeto cultural da Copesul. Sua principal crítica refere-se à repetição de fontes:

Às vezes, parece coisa de um clube. São sempre os mesmos. Mas essa é uma característica do meio cultural, em geral. Seria interessante uma maior inserção no cotidiano, uma integração maior com o público. Entrevistar o público, abrir para isso, provocar polêmica, diversificar as fontes. Sempre aparecem aqueles que *detém o saber*. Talvez muitos leitores busquem isso mesmo, a opinião dos especialistas. Mas seria interessante ver o ponto de vista dos consumidores.

Cultura, desde seu ponto de vista, é o modo de viver de um povo, que se manifesta de diversas formas. “A artística é vista como a mais propriamente cultural, porque se coloca como tal. Mas o modo de uma coletividade existir se manifesta através da cultura. Os produtos artísticos são momentos de reflexão de uma cultura, mas estão integrados no modo de existir da sociedade”, define. Para ele, alguns textos de Aplauso apontam para este conceito, como matérias sobre a cultura gaúcha e a própria capa sobre as religiões de matriz africana.

São textos que procuram problematizar a identidade cultural. A própria crítica poderia se desenvolver nesse sentido, dos vínculos entre os produtos culturais e o meio no qual são produzidos e consumidos. Por isso seria interessante ver os leitores na revista. Sentiríamos a revista como mais nossa. Ela chega como um produto refinado, de alta qualidade, mas com pouca afinidade conosco.

Aplauso é uma fonte de informação qualificada, é uma maneira de entender melhor o que acontece na cidade.

Além de Aplauso, ele lê a revista Bravo e o jornal Zero Hora, que usa mais como um roteiro cultural. “Acho importante valorizar Aplauso. Assino também porque sinto a obrigação de apoiar esse trabalho, essa iniciativa, garantir esse espaço no mercado. Todo mundo que tem condições, do meio cultural, deveria assinar. É um esforço de muita qualidade”, diz. De acordo com este leitor, a revista reflete o meio cultural e artístico local, que é problemático. “Ela acaba sendo também problemática, mas é algo bastante importante”, pontua.

3.2.3.3.4 E.L.K.

E.L.K., 36, reside em Santa Cruz do Sul e é professora de Educação Artística em uma escola pública. Passou a assinar a revista há dois anos, quando soube que a publicação faria uma ampla cobertura da Bienal do Mercosul. “É um instrumento de trabalho. Nossa escola é estadual, lá não se tem muito acesso a livros”, explica. Ela conheceu o periódico em um grupo de estudos de professores de artes da cidade. Nestes encontros, alguns de seus colegas levavam Aplauso. “Mas, antes de assinar, lia raramente, e apenas os artigos referentes às artes plásticas”, conta.

E é artes plásticas a área da revista que a leitora mais acompanha. “Gosto da abordagem que é dada, embora seja pequeno o espaço reservado para isso. Na época da Bienal, a revista estava muito boa. Das últimas, não tenho gostado muito. Trazem pouca coisa sobre arte. Sobre os outros assuntos, não posso opinar”, afirma. Na edição 78, ela leu a entrevista (“Por uma arte mais política”), a seção *Galeria* e iniciou a leitura da matéria de capa sobre as religiões de matriz africana. “Mas não cheguei a concluir. Não gostei. Não chamou minha atenção. Não é um tema que me interesse. A revista trouxe reportagens completas, interessantes. Mas, para ser sincera, vou direto nas artes plásticas”, diz.

Em sua opinião, Aplauso deveria trazer mais textos sobre arte contemporânea, matérias com artistas gaúchos, brasileiros e estrangeiros. “Essas

informações circulam na Internet, mas se vê pouco em veículos impressos”, reclama. Entre os pontos fortes da revista, ela destaque o papel de qualidade e a beleza das imagens: “Além disso, eles nunca deixam de mandar. Ela chega certinho”.

Para ela, cultura é “algo muito necessário, essencial para todos, um meio para se estar atualizado”. Por abordar diversos setores da cultura, E.L.K. acredita que Aplauso abrange este conceito.

É uma revista completa. Eu, por exemplo, levo para a aula, mostro para meus alunos, debato com eles. Na época da Bienal, usei direto, tinha os encartes, as imagens da obra dos artistas, informações sobre eles. Distribuí a revista, eles foram olhando, cada um escolheu um artista para si. Depois, fomos visitar a Bienal. Foi interessante, porque eles já tinham esse contato anterior com as obras. Fizeram a pesquisa e depois foram lá, comprovaram, viram a obra ao vivo, o que é muito diferente de ver no papel. Pode analisar a cor, a textura, a dimensão.

Além de Aplauso, ela acompanha as revistas Bienart, Isto É, Veja; os jornais Gazeta do Povo e Zero Hora; e faz leituras pela Internet. “Sempre em busca de matérias sobre arte”, diz.

3.2.3.3.5 C.Z.A.

C.Z.A., 37, reside em Caxias do Sul e é professora universitária. Assina Aplauso há três anos. “Conheci a revista remexendo em bancas. Lembro de ouvir comentários sobre reportagens, o que reforçou minha intenção de fazer a assinatura. Seu foco, a cultura no Rio Grande do Sul, foi o que realmente me interessou”, conta. Antes de assinar, costumava intercalar a compra de Aplauso com a de outras revistas de cultura, como Bravo.

Para ela, a iniciativa de uma publicação cultural no Rio Grande do Sul deve ser freqüentemente elogiada. “Mas, em alguns momentos, gostaria que alguns temas fossem mais explorados. Por exemplo, na edição 78, a matéria sobre arte popular no museu. Esse é um tema rico e carregado de preconceitos, merecia uma discussão mais ampla, o que não aconteceu”, avalia.

Neste número, um dos textos que mais lhe interessou foi a entrevista “Por uma arte política”, com Lisette Lagnado, curadora da 27ª Bienal de São Paulo. “Recebi a revista antes de ir ao evento e estava interessada em saber um pouco sobre a curadoria”, conta a professora, que não costuma ler todas as matérias – ou por falta de interesse, ou por falta de tempo.

A reportagem sobre o gauchismo (perfil “Pedro Raymundo”), por exemplo, não li, pois não é um assunto pelo qual me interesse. Mas me chamou atenção a matéria sobre o festival de Gramado. O texto cria uma expectativa sobre as próximas edições do evento.

Sou uma admiradora do trabalho do *Tholl* e gostei de ler um pouco mais sobre o projeto. Além disso, ler sobre acontecimentos de Caxias do Sul sempre agrada: foi o caso da notícia sobre gravuras inéditas na cidade.

Ela não chegou a ler a matéria de capa. “Já sabia que as religiões afro-brasileiras tinham espaço significativo no estado. Uma colega do mestrado fez um trabalho que envolvia as religiões e, para nossa surpresa, Caxias tinha um número bem significativo de terreiros de umbanda, o que é surpreendente pelas características da cidade. Apesar disso, não li a matéria com atenção, não era minha prioridade naquele momento”, explica.

Entre os temas que gostaria de ver com maior frequência, nas páginas da publicação, estão artes visuais e uma cobertura mais ampla do que acontece no interior do estado. “É uma perspectiva pessoal, é claro. Pois artes visuais é minha área e resido no interior. Mas, faz muita falta a abordagem do que acontece em cidades que não estão em evidência na mídia. Há coisas importantes acontecendo nestes municípios, mas estes assuntos não são tratados”, diz. Além disso, ela sugere um investimento da revista na área de educação. “O entendimento da arte se dá a partir da escola. Embora saia um pouco do espectro de Aplauso, faz parte de sua essência”, acredita. A leitora ressalta a qualidade gráfica do periódico, que, em sua opinião, tem melhorado muito.

A cultura, de seu ponto de vista, engloba os aspectos que identificam um grupo, como a religião, a música e o artesanato. “Não faz sentido, por exemplo, afirmar que determinado povo não tem cultura. Todos têm sua cultura”, explica. Para ela, no entanto, Aplauso nem sempre consegue tratar do tema em uma

abordagem ampla. “Por exemplo, a arte popular entra na revista quando há uma exposição no Santander. Se não, não aparece. Parece que eles precisam do aval de uma instituição tradicional, quando deveriam trazer o que não está tão evidente. Seria um jornalismo mais de pesquisa”, afirma.

Embora traga estas ressalvas em relação à abrangência do conteúdo, C.Z.A. vê a revista como uma referência e a utiliza, inclusive, em suas aulas na universidade. “A série sobre arte contemporânea, por exemplo, levei para minhas aulas. Isso chama para a responsabilidade da publicação, pois acabamos indicando o que está ali. Na área de artes, os livros são muito caros”, diz.

Além de Aplauso, ela lê a revista Veja e costumava acompanhar a Bravo, pela qual acabou se desinteressando. “Em alguns momentos, os textos eram ruins de ler e os temas também estavam distantes da proposta inicial”, comenta. Jornais, ela praticamente não consome. “A maior parte de minhas leituras faço pela Internet”, conta.

3.2.3.3.6 I.P.A.

I.P.A., 28, reside em Porto Alegre e é artista plástica. Assina Aplauso há aproximadamente quatro anos. “Antes de assinar a revista, eu comprava os exemplares avulsos nas bancas, quando a matéria de capa me interessava. Como eu acabava comprando quase todos os meses, passei a assinar, pelo conteúdo e por encontrar seriedade nas matérias publicadas”, explica.

Embora ligada a uma área específica da cultura, costuma interessar-se por todas as seções da revista. “Gosto de tudo: artes plásticas, teatro, cinema, livros, fotografia, música”, enumera. Ela diz perceber, na publicação, um enorme comprometimento com a produção cultural do estado e, também, com eventos nacionais ou internacionais importantes para a formação cultural, em todas as manifestações artísticas. “É uma revista que faz parte do meu cotidiano. Busco nela críticas e dicas de cinema, livros, música, teatro e exposições”, ressalta.

Na edição 78, destacou a crítica de Luiz Horácio para o livro de contos **A Solidão do Diabo**, de Paulo Bentancur, que a levou a ler a obra, e a reportagem de capa. “Achei muito rica essa matéria, ela nos faz olhar pro passado e nos faz pensar na importância dos negros para a formação da nossa cultura. A abordagem está perfeita, mostra de forma clara as religiões afro-brasileiras e suas particularidades no Sul”, avalia, salientando, que, de seu ponto de vista, este texto é o diferencial na edição 78. “É uma matéria muito rica, que me despertou curiosidade, me fez buscar mais informações sobre o assunto”, pontua. Uma das coisas que diz lhe agradar em Aplauso é que a maioria das matérias é de qualidade e a incentiva a pesquisar o tema tratado: “Isso não significa que o conteúdo deixe a desejar, ao contrário. Não é pela superficialidade que a busca por mais informações acontece e, sim, pela qualidade do material produzido”.

I.P.A. gostaria de ler, na revista, reportagens sobre arte-educação. “Ela já trouxe matérias sobre isso, mas eu sinto falta de saber como a formação cultural vem acontecendo nas novas gerações, como as escolas trabalham as artes na sala de aula”, explica. A leitora afirma que o periódico está cada vez melhor, tanto no conteúdo, quanto no visual.

Cultura, para ela, é a identidade de um povo, sua arte, seus costumes. “Os costumes vão mudando com o passar do tempo, alguns aspectos são incorporados e outros se perdem, mas sempre se mantém uma identidade”, define. Como uma publicação de jornalismo cultural, a leitora acredita que Aplauso está atenta a este conceito. “Seus textos trazem reflexões sobre os movimentos culturais e aspectos históricos com profundidade e seriedade”, analisa.

Entre as matérias que marcaram sua trajetória como leitora da publicação, ela sublinha a avaliação cultural que a revista faz das cidades gaúchas, elegendo as capitais da cultura – *ranking* do interior. “Penso que o mapeamento feito por Aplauso é importante para mostrar o que está acontecendo no estado, para motivar a produção cultural de cada cidade”.

Além de Aplauso, ela assina a revista Bravo e, freqüentemente, lê o suplemento *Ilustrada*, do jornal Folha de S. Paulo.

3.2.3.3.7 Repercussão na *web*

A repercussão na *web*, neste caso, foi mínima. Apenas o estudante de História, Rodrigo Weimer, publicou em seu *blog* o *post* “Nós, os maiores da América Latina II”, no qual critica a abordagem de Aplauso para as religiões de matriz africana no Rio Grande do Sul, por destacar o estado como o “maior pólo umbandista do estado”. Abaixo, a opinião do leitor:

Vou me poupar de fazer comentários. Se fosse dizer o que penso escreveria demais. Amo meu povo, mas às vezes ele me envergonha tanto... Que isso não caia nas mãos de algum baiano, muito menos do candoblé! Depois ficamos zangados se o Casseta e Planeta tira sarro.

Capa da revista Aplauso desse mês: “*Saravá, tchê! Ignoradas pela história oficial, as religiões afro-brasileiras batem recordes no Rio Grande do Sul e consolidam o Estado como o maior pólo umbandista do país [SIC!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!]*”

Com certeza, o maior de todos os delírios de grandeza gaudéria que eu já vi na minha vida tinha que pintar na Semana Farroupilha.

A indignação do leitor refere-se a uma questão amplamente discutida pela equipe de Aplauso: a excessiva inclinação das matérias para uma abordagem que contemple a *gauchidade*. Embora temáticas nesta linha normalmente agradem os leitores, como pudemos observar nos estudos de recepção deste trabalho, a aparente necessidade de vestir com uma roupagem gaudéria assuntos que prescindem deste elemento também são analisadas criticamente pelos leitores, como fica claro na fala de Weimer. A chamada de capa, inclusive, foi questionada antes de sua publicação, exatamente por este caráter, mas acabou sendo mantida.

Em comentário referente ao *post*, o próprio autor afirma:

Desnecessário dizer que eu não nego a importância das religiões afro-brasileiras no Rio Grande do Sul – MUUUUUUUUUUUUUITO pelo contrário.

Mas daí a outorgar-se a condição de "maior pólo umbandista", apenas pelos louváveis crescimento e visibilidade, é ridículo.

3.2.3.4 Análise do ciclo

A última edição analisada para este trabalho é marcada por uma característica que a diferencia das demais: traz, em sua capa, um tema que evidencia a perspectiva de caráter híbrido da cultura assumida pela revista. Através da investigação do ciclo que envolveu a Aplauso 78, ficam claros os cruzamentos presentes nas religiões de matriz africanas, em sua expressão sul-rio-grandense. Em primeiro lugar, trata-se de uma questão de identidade. A influência e a presença africana são características importantes na história do Rio Grande do Sul, embora apagadas dos escritos oficiais e do imaginário social. Há, aqui, o primeiro encontro cultural: da trajetória do gaúcho, tido como tradicional, com influência marcadamente européia, com a vivência africanista. A regionalização do batuque, por exemplo, expressa por religiosos e acadêmicos e presente na matéria, demonstra as apropriações e sínteses que fazem desta uma manifestação híbrida. Nas observações *in loco*, nos terreiros, foi possível observar a transposição de fronteiras em outras instâncias. O cruzamento entre o popular e o midiático, evidente na experiência do pai de santo cibernético que, além de um programa na televisão, mantém uma página na Internet; assim como a participação, nos cultos, de candidatos em período eleitoral, com o objetivo claro de angariar votos, sendo recebidos harmoniosamente pelas *entidades*; tudo isso permite compreender estes rituais como um espaço de intensas trocas simbólicas e produção de sentidos. A filosofia acolhedora destas religiões, que se abrem para os indivíduos, sem exigir qualquer alteração em seu comportamento, faz com que os rituais sejam um espaço de encontro entre pessoas com as mais diferentes origens e trajetórias de vida: ricos, pobres, empresários, empregados, homossexuais, prostitutas, bandidos e praticantes de religiões cristãs, dentre

muitos outros. O próprio sincretismo das religiões africanistas, ou associação, como prefere Corrêa (2006), delinea um traçado fronteiro para as mesmas.

Embora esteja impregnada por uma série de polêmicas, envolvendo políticos e outras religiões, a temática foi abordada desde um ponto de vista *de dentro*, complementado pela visão de acadêmicos especialistas no assunto e pelas percepções do próprio jornalista, que teve contato com essas manifestações pela primeira vez. A reportagem é polifônica, na medida em que traz, para alguns assuntos, como o sincretismo, vozes contrárias, inseridas em perspectivas diversas e com entendimentos diferentes a respeito do conceito. Enquanto os religiosos vêem nesta prática uma forma de se proteger, colocando os santos católicos à frente dos orixás nos terreiros, os cientistas analisam este processo, também, como uma tentativa de alcançar o poder que estes santos conferiam aos seus fiéis. Não há, no texto, um intenso cruzamento de vozes. Mais do que contrapor, a reportagem se dedica a descrever, a apresentar o assunto para um leitor que não o conheceria, propondo um exercício de alteridade, o mesmo que vivenciou o repórter ao escrevê-la.

É importante ressaltar que, apesar de estar prevista como uma das mais fortes candidatas à capa da edição 78, desde a primeira reunião da equipe, a pauta foi questionada várias vezes, especialmente por ter como *gancho*, em princípio, um levantamento que só seria publicado depois da circulação da revista. O principal defensor do tema foi o diretor de redação que, em nenhum momento, alçou outro assunto para o espaço, em detrimento deste. Entre os integrantes da equipe, ele era o único que já havia freqüentado terreiros de umbanda, levado pela mãe, quando criança. Por esta vivência, acreditava na riqueza na reportagem, na contribuição que ela poderia trazer para um assunto pouco discutido e com uma abordagem diferente do que Aplauso costuma fazer. “É matéria para marcar época”, afirmou.

Uma das orientações do diretor, para a reportagem, mas que acabou não sendo realizada, era a inserção de cidades do interior do estado, já que elas também abrigam casas de religião africanistas e o objetivo da matéria era tratar destas manifestações no Rio Grande do Sul, não apenas em Porto Alegre. No

resultado final, foram contemplados apenas religiosos da capital, trazendo um retrato fragmentado e indo de encontro à solicitação de muitos leitores, que gostariam de ver, na revista, a cultura de outros municípios. Obviamente, há uma questão geográfica e econômica que dificulta a cobertura mais abrangente, especialmente em uma matéria como esta, em que todas as entrevistas com religiosos foram feitas pessoalmente. Lançar mão das novas tecnologias de comunicação, ou mesmo do telefone, poderia ser uma solução nestes casos.

Outra característica preponderante, no texto, é o cruzamento entre os elementos africanistas e os gaudérios. A preocupação em estabelecer este vínculo aparece nos diálogos da equipe e no próprio texto, através da chamada (“Saravá Tchê”); do título (“O axé do gaúcho”); da menção à utilização de símbolos gaúchos nos rituais afro-brasileiros, como a bombacha e o churrasco – oferenda para o orixá Ogum; e da comparação entre o número de terreiros existentes no estado com o número de CTGs. Apesar de, nos diálogos entre os jornalistas, aparecer a preocupação com o uso excessivo destes elementos, eles são mantidos na edição. Durante o fechamento, o editor havia pontuado que, para a chamada, seria melhor fugir do *tchê*, do *gaudério* (a primeira sugestão foi “Axé gaudério”). O subeditor salientou que a publicação tem abusado desta caracterização. O leitor Rodrigo Weimer, em seu *blog*, considerou a abordagem, especialmente a avaliação do Rio Grande do Sul como o maior pólo umbandista do país, como “o maior de todos os delírios de grandeza gaudéria” que já viu em sua vida. A informação, como se sabe, está baseada em dados do IBGE.

Dos seis leitores entrevistados, três interessaram-se pela reportagem de capa, foram instigados por ela a conhecer um mundo sobre o qual tinham pouca ou nenhuma informação, confirmando a hipótese do jornalista. A.M.S. destacou que se trata de um assunto sobre o qual praticamente não se fala, especialmente nas cidades do interior (ele vive em Lajeado). Diz ter-se surpreendido com o número de praticantes de religiões africanistas no Rio Grande do Sul, pois não tinha idéia desta realidade. Ligava estas manifestações apenas com a Bahia. “Tudo era novo para mim”, afirma. O leitor G.A.H. classificou a matéria como um dos textos mais interessantes que já leu em Aplauso, por abordar a identidade cultural do gaúcho, através de um viés pouco conhecido e que se aproxima da

realidade do povo. “Nesta reportagem, a revista apostou em algo mais popular e mostrou uma faceta da cultura bastante relevante. A matéria problematizou a cultura como algo mais geral. Foi ao encontro de algo que não fica circunscrito às artes eruditas. Inseriu a revista em uma problemática mais ampla, fortalecendo, também, seu caráter social”, avaliou. A assinante I.P.A. achou a matéria muito rica, pois provoca um olhar ao passado e à contribuição dos negros para a formação da cultura gaúcha. “A abordagem está perfeita, mostra de forma clara as religiões afro-brasileiras e suas particularidades no Sul”, analisou.

O mesmo número de leitores não teve sua atenção despertada pela matéria de capa. G.M.R.A. diz não se interessar pelo tema religião, como leitor, apesar de ser católico praticante. Embora reconheça que o assunto tem um forte apelo cultural, não se sente atraído por ele. E.L.K. iniciou a leitura da reportagem, mas não a concluiu, também por não ser um tema de seu interesse. Ela assume ler, apenas, os textos que tratam de artes plásticas, sua área de atuação. A assinante C.Z.A. também não leu a matéria, por o assunto não estar entre suas prioridades no momento. “Já sabia que as religiões afro-brasileiras tinham espaço significativo no estado. Uma colega do mestrado fez um trabalho que envolvia as religiões e, para nossa surpresa, Caxias [local onde mora] tinha um número bem significativo de terreiros de umbanda, o que é surpreendente pelas características da cidade. Apesar disso, não li a matéria com atenção”, explica.

A cultura aparece como um conceito de diferentes definições, para os leitores ouvidos na análise deste ciclo. “É o que diz respeito à construção do povo, às suas raízes e à sua produção intelectual” (G.M.R.A.). “Tem o papel de instigar, trazer conhecimento e incentivar as pessoas a se descobrirem, inovarem [...]. Algo que só se consegue através da arte” (A.M.S.). “É o modo de viver de um povo, que se manifesta de diversas formas” (G.A.H.). “Algo muito necessário, essencial para todos, um meio para se estar atualizado” (E.L.K.). “Aspectos que identificam um grupo, como a religião, a música e o artesanato” (C.Z.A.). “Identidade de um povo, sua arte, seus costumes” (I.P.A.). Temos, então, duas visões preponderantes a respeito do tema: uma aproxima a cultura do conhecimento, obtido através do consumo de bens da indústria cultural; outra que aborda a cultura como característica social, da comunidade. Estas duas visões

estão presentes, também, na própria revista, que ora se dedica à abordagem de produtos culturais, ora analisa processos em curso nesta área. Para o leitor G.A.H, alguns textos de Aplauso apontam para um conceito mais amplo de cultura, como as matérias sobre cultura gaúcha e a própria capa sobre as religiões de matriz africana: “São textos que procuram problematizar a identidade cultural”.

Neste grupo de assinantes, destaca-se o uso da revista como referência para sua atuação profissional. Duas professoras de artes (E.L.K. e C.Z.A.) relatam indicar o conteúdo da publicação em sala de aula e realizar atividades a partir dela. Nestes casos, Aplauso acaba por substituir livros desta área, como deixam claro as leitoras. C.Z.A. salienta a responsabilidade que o periódico precisa ter diante desse fato. Outros leitores (G.M.R.A., A.M.S. e I.P.A.) indicam o consumo de produtos culturais como uma das principais influências da revista em seu cotidiano. I.P.A. sublinha, também, a capacidade que Aplauso tem de despertar sua curiosidade a respeito dos assuntos que trata, levando-a a buscar mais informações e aprofundar seus conhecimentos sobre eles. Seus textos, para G.A.H. podem ser úteis mesmo muito tempo depois de publicados. O leitor G.M.R.A. divide a leitura com a esposa, que se interessa apenas por alguns assuntos específicos. Seus filhos, que são jovens, não costumam ler a publicação, segundo ele, por terem uma visão diferente da cultura. Esta sua fala remete à discussão empreendida na reunião com os colunistas para a edição 77, quando um colaborador lançou a questão de como o veículo era visto pelos jovens. A hipótese lançada naquele encontro, de que os leitores mais novos o consideravam *careta*, dialoga com o depoimento de G.M.R.A.

Entre as sugestões dos leitores, estão: maior abertura de espaço para o público se manifestar (G.A.H.); maior investimento em crítica, em todas as áreas (G.A.H.), de acordo com os interesses dos leitores; arejamento de fontes (G.A.H.); maior espaço para as artes plásticas (E.L.K. e C.Z.A.); cobertura mais ampla do que acontece no interior do estado (C.Z.A.); abordagem de temas ligados à educação para a arte (C.Z.A. e I.P.A.) e a manifestações culturais que estejam à margem das grandes instituições (C.Z.A.). Algumas destas repetem idéias que já haviam aparecido nos ciclos anteriores, como a atenção para produções

alternativas; a ampliação para o espaço de fala dos leitores, que poderia incluir até mesmo as reportagens; e a cobertura do que acontece no interior do estado, já que a revista se propõe a tratar da cultura no Rio Grande do Sul como um todo. A leitora I.P.A. destaca, inclusive, como uma das reportagens mais relevantes publicadas pela revista, a que traz o *ranking* da cultura nas cidades gaúchas, que pode motivar a produção cultural de municípios de menor porte. O termo que G.A.H. utiliza para criticar a repetição de fontes, *clube*, também já havia aparecido na entrevista com D.S.R., para o ciclo da edição 77. Embora acredite que muitos leitores busquem, nos textos, a opinião dos especialistas, G.A.H., sugere que seja ouvido o ponto de vista dos consumidores, como uma maneira de diversificar as vozes.

Como aconteceu no primeiro ciclo, temos, neste, um leitor oriundo de outro estado do Brasil (Minas Gerais), que vê, em Aplauso, uma maneira de se aproximar ainda mais da cultura gaúcha. Embora esteja satisfeito com a revista, G.M.R.A. acredita que ela tem um público muito restrito e deveria democratizar o acesso às informações de que trata, ampliando a gama de assuntos abordados, com temáticas mais próximas da população. Para ele, hoje, Aplauso dirige-se apenas à parcela da população que tem condições de “consumir cultura”.

Assim como aconteceu nos ciclos anteriores, também aqui aparece a preocupação dos leitores com a continuidade da revista. O leitor G.A.H., um dos que mais trouxe críticas à publicação, diz sentir a obrigação de apoiar este trabalho e garantir o espaço para Aplauso no mercado. De acordo com ele, a revista é problemática por refletir o meio cultural e artístico local, que também tem esta característica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar, investigar, analisar. Envolver-se com a ciência é comprometer-se. Comprometer-se com o campo que se estuda, com os indivíduos que o integram, com a evolução do pensamento e com o futuro. Na pesquisa em jornalismo, embora se trate de um espaço em consolidação, trabalhamos com um amplo repertório, nacional e internacional, que tem contribuído para a compreensão do complexo processo em que se insere nossa atividade: a comunicação. Estudar o jornalismo é, então, considerar as diferentes forças que incidem sobre ele: os jornalistas, os dirigentes das empresas de comunicação, as fontes, os leitores, o mercado, as autoridades políticas e econômicas, etc. É destas tensões que resulta o *texto* jornalístico e se desenham os processos que o envolvem, como a *produção* e as *leituras*. Partindo deste entendimento, propusemos, neste trabalho, a Análise Global de Periódicos Jornalísticos, uma estratégia metodológica para o estudo do jornalismo impresso, que tem como objetivo contemplar o circuito comunicativo que envolve este fazer.

Para chegar a esta proposta, traçamos, inicialmente, um panorama da pesquisa em jornalismo, com suas teorias e métodos, explicitando a contribuição brasileira para o campo. Através do diálogo com diversos autores, e da participação em eventos que discutiram as problemáticas contemporâneas da área, constatamos a necessidade de refletir metodologicamente sobre nosso objeto – o jornalismo, para refinar nossas pesquisas e aumentar, cada vez mais, seu grau de cientificidade.

A aplicação da AGPJ, através do estudo da revista cultural Aplauso, que serviu como objeto dentro do objeto, mostrou ser possível a execução de uma estratégia metodológica para o estudo de periódicos jornalísticos impressos que contemple os principais momentos do processo comunicativo. Trata-se, sim, de um trabalho que exige fôlego e tempo do cientista, mas que, em nosso ponto de vista, traz resultados satisfatórios, pois permite compreender a dinâmica do veículo, a interferência de agentes internos e externos no processo jornalístico e o diálogo que se dá entre produção, textos, leituras e culturas vividas / relações sociais. Como pudemos constatar no estudo de caso, há um intenso diálogo, por exemplo, entre equipe de redação e leitores, que não está explícito no texto impresso, mas que se pode constatar através de entrevistas com estes dois grupos. Preocupações comuns, mesmo que analisadas desde pontos de vista diferentes, evidenciam a existência desta relação que se insere no texto, mas está, também, fora dele.

Acreditamos que, neste olhar global, reside a principal contribuição desta estratégia. A preocupação com o todo resulta em um trabalho que permite compreender o processo jornalístico, não apenas o jornalista, a notícia ou seu leitor. Não se trata de uma abordagem melhor, mas diferente. Que não substitui, em hipótese alguma, as investigações que se especializam em um dos momentos do processo, mas se soma a elas para jogar mais luz nessa profissão. Isso porque, mesmo investidos no papel de pesquisadores, nunca deixamos de ser jornalistas, e pesquisar nosso ofício é, também, um exercício de autoconhecimento.

Assim como os demais métodos e técnicas, a AGPJ indica características do próprio pesquisador. Quem optar por ela deve estar, então, preocupado em apreender elementos deste circuito, que é vivo, multifacetado, e rico em possibilidades. Deve, também, estar ciente de suas fragilidades. Como estamos analisando três momentos do circuito comunicativo, temos, somadas, as dificuldades encontradas pelos pesquisadores que se dedicam a cada uma delas, mais os obstáculos que se impõem por abraçarmos o todo. Salientaremos, aqui, as principais fragilidades que sentimos ao longo da aplicação do método.

Em relação à produção, por exemplo. Embora, em nosso estudo de caso, tenhamos sido muito bem recebidos pela equipe da redação analisada, vivenciamos algumas dificuldades características desta etapa do processo. Em determinada edição, tínhamos duas reportagens concorrendo à capa, cada uma delas sob responsabilidade de um jornalista diferente. Ou seja, eles trabalhavam simultaneamente. Uma equipe de pesquisadores não encontraria dificuldades para acompanhar as duas matérias e depois se deter naquela que realmente ocuparia este espaço. Mas um único pesquisador, quando precisar optar, deve usar, também, sua intuição, para dar mais atenção àquela notícia que tem maior potencial de ter tal destaque. Em nosso caso, deu certo. Mas trata-se de um obstáculo que deve ser considerado, pois pode comprometer o resultado do trabalho, quando este for de autoria individual.

Ainda na análise da produção, contou a nosso favor o costume dos jornalistas de Aplauso de, na medida do possível, conversar pessoalmente com os entrevistados. A oportunidade de acompanharmos estes encontros enriqueceu o trabalho e contribuiu com matéria-prima para a análise. A boa vontade dos jornalistas, disponibilizando-nos, também, suas anotações, foi outro ponto positivo. Quando não contar com uma destas alternativas, o pesquisador pode, ainda, acompanhar as entrevistas por telefone, se possível, em viva-voz, ou através de gravação, ou ter acesso aos *e-mails* trocados entre jornalistas e fontes, quando a conversa for pela Internet. É claro que, nestes casos, também, é necessário que o profissional investigado esteja disposto a colaborar com a pesquisa.

Na análise do discurso jornalístico, pudemos perceber como os estudos que a antecederam (da produção e as entrevistas com os leitores) serviram como instrumental para compreendermos sua construção e funcionamento. Enxergar, no texto, o modo como o jornalista trabalhou com todo o material levantado na apuração, de que forma ele traduziu fatos que também vivenciamos, e como conduziu discussões polêmicas, possibilitou uma compreensão facilitada dos intertextos que compuseram as reportagens analisadas e seriam depreendidos com maior dificuldade por um analista que não tivesse a oportunidade de fazer este cruzamento. No texto, dá-se um dos principais encontros entre o jornalista e

o leitor. Sua construção explicita muito de um e de outro. Nas páginas da revista, depreendem-se características do repórter e facetas do leitor imaginado. Analisar os diálogos que se dão, além do texto, mostrou-se uma maneira eficaz de melhor compreendê-lo em seu contexto de produção e de leitura.

Para o estudo das leituras, optamos, em um primeiro momento, pela entrevista em profundidade, com assinantes selecionados aleatoriamente. O recorte se mostrou eficaz. No entanto, acontecimentos externos a ele fizeram-nos ampliar nosso *corpus* deste momento da análise. No primeiro ciclo, por exemplo, acompanhamos a visita de um leitor à redação da revista, que foi até lá conversar com o editor sobre a matéria de capa daquela edição, levando informações novas que contradiziam alguns dados publicados na reportagem. Nos dois ciclos posteriores, as matérias de capa de Aplauso suscitaram manifestações na Internet; em um deles, inclusive, levantando uma polêmica orquestrada em vários *blogs* de leitores. A relevância destes fatos e as inferências que eles suscitavam levaram-nos a contemplá-los em nossa pesquisa, possibilitando um traçado mais completo das possibilidades de leitura da publicação.

Neste momento da análise, no geral, contamos, também, com a colaboração dos leitores, que se mostraram interessados em participar da pesquisa e dispostos a ajudar no que fosse necessário. Tentamos, na medida do possível, fazer as entrevistas pessoalmente. Só usamos telefone ou *e-mail* quando o leitor solicitava este formato, ou quando residia no interior do estado. Temos, aqui, claramente, um obstáculo econômico. Talvez um pesquisador, ou um grupo de estudantes, com maiores condições financeiras, pudesse realizar todas as entrevistas pessoalmente. Outra opção seria restringir o *corpus* à área que o investigador consegue abranger fisicamente. Em nosso caso, no entanto, não acreditamos que o fato de alguns contatos não terem sido feitos ao vivo tenha prejudicado substancialmente o trabalho.

Quando nos propusemos a analisar globalmente um periódico jornalístico, corremos riscos, assim como quem se dedica a estudar apenas um momento do circuito comunicativo. Se estes precisam estar atentos à interferência do todo, mesmo que mirem em um objeto mais restrito, sob pena de descaracterizá-lo, nós

devemos estar alertas para não pecar pela superficialidade. Temos um longo caminho a percorrer. Escolhemos assim. Então, precisamos fazê-lo sem pressa. Como já referimos, a AGPJ exige tempo, produto raro na contemporaneidade, mas esperamos que, mesmo assim, não afugente os pesquisadores da área. Acreditamos que seja possível olhar o todo sem negligenciar suas partes, e esperamos ter conseguido mostrar isso com nosso estudo de caso.

Além de contribuir para uma visão abrangente do jornalismo, a AGPJ permite que tragamos, para nossas pesquisas, uma característica cara ao próprio jornalismo: a polifonia. Ouvindo jornalistas, fontes, diretores, ex-colaboradores e leitores, é mais provável que se alcance uma pesquisa que apresente diferentes vozes e perspectivas. Assim como na análise do discurso, o número de locutores não garante a multiplicidade de vozes, mas a fala de agentes envolvidos em diferentes momentos do processo tem mais alternativas de trazer, também, pontos de vista diversificados sobre o mesmo, como pudemos constatar no estudo de caso da revista Aplauso.

Neste caso, especificamente, foi possível observar o modo como a revista Aplauso pratica o jornalismo cultural, as principais discussões que a norteiam, as tensões e as interferências das instâncias políticas e econômicas em seu cotidiano, como seus leitores a consomem e como os jornalistas respondem a este retorno. Fica claro, no trabalho, que a revista produz e reproduz os conflitos culturais que acontecem fora dela. Em diferentes momentos de sua trajetória, debate-se sobre o que é cultura, qual o objeto do jornalismo cultural, qual a linguagem a ser adotada nesta área, qual deve ser a abrangência de suas pautas, a quem deve se dirigir. Voltada à produção cultural do Rio Grande do Sul, traz constantemente a discussão da *gauchidade*, mesmo quando a pauta aparentemente não comporta essa abordagem.

Nas edições analisadas, temos três capas de temáticas bastante distintas. A primeira (76) traz o perfil do padre-cientista Landell de Moura, em uma reportagem histórica; a segunda (77) aborda a polêmica sobre o diploma de escritor, tendo como *gancho* a criação de dois cursos em nível de graduação e pós-graduação nesta área, no estado; a terceira (78) apresenta as religiões de

matriz africana no Rio Grande do Sul. O ciclo correspondente a cada edição foi investigado em separado, para que houvesse maior clareza no trabalho, mas eles apresentam diversas características comuns. Enxergá-los como um todo permitiu compreender melhor a realidade da revista, de seus jornalistas e de seus leitores.

A observação do conjunto dos ciclos mostrou a existência de uma relação de saldo positivo entre jornalistas e leitores, cujo encontro se dá, especialmente, nos textos da publicação. No entanto, por analisarmos o circuito, foi possível detectarmos, também, as fraturas e os paradoxos que o constituem. Na primeira edição analisada, por exemplo, presenciamos a visita de um leitor à redação, que foi pessoalmente ao local questionar a reportagem de capa. Embora tenha feito elogios à matéria, ele, por ser pesquisador do tema, inclusive com livro publicado sobre o assunto, contestou uma das informações trazidas pelo texto, com argumentos e explicações que contradisseram um *box* de página inteira, que seria, justamente, a novidade da matéria – tratava-se de informação ainda não publicada em outro veículo de comunicação, resultado de pesquisa do presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. A redação optou, no entanto, por desconsiderar este dado, levando em conta a posição deste leitor, que não solicitou errata ou esclarecimento. Ao fazer isso, negou a seus leitores a oportunidade de conhecerem outra faceta do tema que, por ser tratado na própria reportagem como hipótese, permitia esse tipo de abordagem sem grandes constrangimentos. Entrevistar este leitor, que era uma fonte especializada, em uma nova matéria sobre o assunto ou, mesmo, em um *box* explicativo, seria aprofundar um tema que a própria revista abordou pela primeira vez, seja para contextualizá-lo melhor, como para desfazer um equívoco, algo que uma investigação jornalística, provavelmente, permitiria fazer.

No estudo das leituras deste ciclo, os receptores mostraram-se bastante satisfeitos com a reportagem de capa, com a escolha do tema, sua abordagem e profundidade. Colocá-la em perspectiva, trazendo dados que a contradissem sobre um fato que a própria revista tratou como hipotético, seria dar seqüência a uma discussão que ela iniciou e possibilitar a seus leitores uma visão mais completa sobre o assunto.

Há, ainda, um desencontro entre a prática do periódico e a demanda de seus leitores, no que diz respeito à divulgação da cultura do interior do estado. Bastante centrada na capital, Porto Alegre, a revista reserva um espaço muito pequeno para as demais cidades do Rio Grande do Sul. Durante as entrevistas com os jornalistas, ficou claro que os mesmos têm consciência desta deficiência. Enquanto analisávamos os três ciclos em questão, a equipe trabalhava, também, em uma pesquisa denominada *ranking do interior*, que tem como objetivo elencar os municípios que se destacam na área cultural no estado. A matéria seria publicada em edições posteriores. No entanto, em matérias mais abrangentes, que comportariam um olhar deste tipo, como é o caso das religiões de matriz africana no Rio Grande do Sul, o interior acaba não sendo contemplado. Por questões econômicas, certamente, como ficou claro, quando se optou por dar menos destaque à polêmica em torno da administração do Festival de Cinema de Gramado, mas, também, por um vício da redação – ao que tudo indica, em fase de superação.

A centralização em Porto Alegre dialoga com outra reivindicação dos leitores: o arejamento de fontes. Alguns de seus assinantes chegam a caracterizar a revista como um *clube*, tanto se sentem incomodados pela repetição de locutores nos textos de Aplauso. Em entrevista, o subeditor destacou a dificuldade de encontrar especialistas para serem ouvidos em determinadas matérias, devido ao restrito mercado local. Abrir para o interior seria, além de contemplar as manifestações do estado, como a revista afirma se propor, ampliar o leque de fontes possíveis e, conseqüentemente, de visões sobre a cultura.

O descompasso entre jornalistas e leitores está presente, também, na classificação da revista, de acordo com as características *elitista* ou *popular*. Embora haja uma preocupação da redação em fazer uma publicação abrangente, com linguagem acessível, muitos de seus leitores consideram Aplauso *elitista*, voltada para um público restrito. Outros destacam sua aposta em temas *populares* e a fluência de seu texto, em uma contradição que reflete a realidade da publicação. Mesmo havendo um esforço para torná-la interessante para um público mais amplo, baseado em um conceito de cultura que engloba manifestações hibridizadas, o periódico investe, também, em textos mais

especializados, sobre temáticas específicas da área. Em suas páginas, fica claro o cruzamento entre vivências culturais diversas, com origens e significados diferentes, constituindo-se, ela própria, num objeto híbrido e, como tal, sujeito a diferentes leituras. Os diversos conceitos de cultura apresentados por seus leitores ajudam a compor este mosaico – as definições, que ora se inclinam para um olhar vinculado à antropologia ou à sociologia, ora se voltam aos produtos da indústria cultural, dialogam com esta característica da revista, ainda que os membros de sua equipe comunguem de visões semelhantes acerca da cultura.

Uma preocupação bastante evidente entre a equipe de Aplauso é o abuso que a publicação faz de elementos vinculados à identidade cultural do gaúcho, à discussão da *gauchidade* e à utilização de termos do imaginário *gaudério*. Embora realmente apareçam em demasia no periódico, estes elementos são, no geral, apreciados pelos receptores, que vêem, no olhar sobre estas problemáticas, um de seus diferenciais. A crítica a este recurso aparece poucas vezes entre os leitores, como no caso do estudante de história, que condena esta postura da revista, na capa sobre as religiões de matriz africana no Rio Grande do Sul, com a chamada “Saravá, tchê!”.

Ainda que não esteja explícita nos textos da revista, a preocupação com algumas áreas da cultura, que recebem menor atenção, coincide entre jornalistas e leitores. Artes plásticas e arquitetura aparecem como setores marginalizados pela publicação, tanto na fala dos produtores quanto na dos receptores. Quer dizer, é uma questão latente, aguardando resolução prática. Outro problema salientado pelos jornalistas e, também, por alguns leitores, é o atraso na circulação da revista, que não tem data certa para chegar à residência dos assinantes ou às bancas. Como detectado na análise da produção, isso ocorre, muitas vezes, por conflitos internos, como aconteceu na edição 77, quando o impasse em torno da capa fez com que o *fechamento* fosse adiado mais de uma vez⁵⁷. Problemas industriais e desrespeito ao cronograma de *baixamento* também foram apontados pela equipe como obstáculos para o cumprimento de prazos.

⁵⁷ Em virtude deste problema, foi adotada uma série de medidas preventivas, para que a capa seja decidida com maior antecedência.

Analisar a realidade de Aplauso, em seus principais momentos, possibilitou enxergarmos, com maior precisão, a realidade do periódico, suas contradições, deficiências e virtudes. Estudar o circuito que lhe dá vida permitiu visualizarmos as discussões que permeiam a construção do texto, sua leitura e as relações que se estabelecem entre os sujeitos do processo. Inserida em um contexto cultural híbrido, a publicação o reflete, tanto em suas páginas, quanto em seu *fazer* ou no consumo de seus leitores. Resultado, também, dos conflitos que caracterizam este contexto, a revista corporifica a discussão que se dá no campo cultural, mesmo estando sujeita, ainda, a forças econômicas e políticas, como pode se depreender, especialmente, das entrevistas com integrantes de sua equipe, fato que os preocupa, permanentemente, e que, por isso mesmo, interfere na produção da publicação.

Baseados no apresentado até aqui, caracterizamos a AGPJ como uma proposta metodológica que permite compreender o jornalismo em seu processo. Ela permite revelar uma série de características deste fazer, como foi possível depreender da análise apresentada. Entre estas características, destacam-se:

- *Coerência ou não entre a imagem que o jornalista tem do leitor e o leitor real*: A análise das rotinas produtivas e do consumo da publicação revela a relação existente entre seu leitor imaginado e seu leitor real. A aplicação do método mostra, por exemplo, que Aplauso não conhece seu público. Embora haja preocupações comuns entre estes dois grupos de sujeitos na revista, são relevantes as discrepâncias entre o que a equipe imagina que seu leitor espera e suas reais expectativas. Um exemplo claro disso é o desejo manifestado por alguns leitores de encontrar, nas páginas da publicação, o olhar do consumidor a respeito dos acontecimentos. Em entrevista, o sub-editor salientou que o público busca, em Aplauso, a visão do especialista. O jornalista trabalha, no geral, com uma imagem do leitor que lhe é conveniente e que, de certo modo, conduz o seu modo de fazer jornalismo. A decisão das fontes a serem ouvidas, neste caso, aparece como sendo do leitor, quando, na verdade, ela é apenas do jornalista.

- *Escolhas do jornalista*: A AGPJ permite trazer à tona os silenciamentos, a polifonia ou a monofonia dos textos jornalísticos, os critérios para a seleção de

fontes e pautas e os pontos de vista ideológicos. Entre os textos analisados, caracterizados pela polifonia, apenas um propõe uma discussão polêmica, com um real embate de forças entre os diferentes lados da questão. Trata-se da reportagem sobre a formação acadêmica para escritores. Embora os jornalistas ouçam um grande número de fontes, elas enunciam, no geral, desde um único ponto de vista. E quando surge a possibilidade de questionar uma informação já publicada, como no caso da matéria sobre Landell Moura, o jornalista opta por não investir na polêmica. Sabe-se que este posicionamento não é exclusividade de Aplauso, mas comum ao jornalismo como um todo.

- *Relação entre jornalistas e leitores*: O encontro oficial se dá no texto, mas as relações de jornalistas e leitores acontecem em diversas outras esferas, como é explicitado pela AGPJ. Preocupações comuns, visões conflitantes e interesses de ambas as partes podem ser investigados em conjunto, através do método. Estudar a repercussão dos textos jornalísticos junto aos leitores permite fazer emergir, ainda, o retorno das próprias fontes em relação ao tratamento que foi dado ao seu depoimento, como aconteceu no estudo da repercussão na *web* da matéria sobre formação acadêmica de escritores, quando um dos entrevistados mostrou-se descontente com o modo como sua fala apareceu na reportagem.

Criada a partir de preocupações do campo de pesquisa em jornalismo, a estratégia adapta técnicas oriundas da investigação social e dos próprios estudos em jornalismo, com o objetivo de possibilitar um estudo abrangente, mas amparado em um método que deve ser problematizado frente ao objeto. Assim como no estudo de caso de Aplauso, adequamos a proposta inicial que apresentamos no início do trabalho, contemplando, por exemplo, a análise de *blogs* de leitores, os pesquisadores que vierem a adotar a AGPJ devem aplicá-la de acordo com as necessidades de sua investigação, respeitando, é claro, os limites da proposta e de seu trabalho.

Para facilitar seu uso, elaboramos um guia de uso do método, com informações importantes para os pesquisadores que desejarem aplicá-lo:

- *Quando usar a AGPJ?* A AGPJ deve ser empregada quando o pesquisador estiver interessado em uma análise global do processo jornalístico e, não apenas de um de seus momentos. Seu objeto de estudo deve estar localizado no presente, ou seja, deve ser uma publicação em atividade na ocasião do estudo. Isso porque a análise do processo jornalístico deve contemplar os circuitos produtivos: estudos das rotinas, análise dos textos produzidos durante este período e investigação das leituras destes mesmos textos.

- *Quando não usar a AGPJ?* A estratégia proposta não responde às necessidades de uma pesquisa histórica, por exemplo. Seja para estudar um veículo que não está mais em circulação ou para analisar matérias já publicadas, das quais não se poderá acompanhar o processo produtivo, é aconselhável que o pesquisador procure outro método. Não funciona, por exemplo, analisar reportagens publicadas na década de 1970 ou, mesmo, há um mês antes do início do trabalho. É preciso respeitar a dinâmica temporal de cada circuito. A AGPJ também não deve ser empregada quando o pesquisador enfrentar muitas restrições no acesso ao veículo e na observação das rotinas de sua equipe. O livre acesso ao fazer jornalístico do objeto em questão é fundamental para a aplicação deste método.

- *Para que tipo de veículo ela é adequada?* A AGPJ é adequada para praticamente todos os veículos da mídia impressa, desde que interessados em ser objeto deste tipo de investigação.

- *A que recorte temporal ela deve obedecer?* A aplicação da proposta deve responder, primeiramente, à periodicidade do veículo. Como o objetivo é verificar as rotinas, ou seja, analisar aquilo que se repete no cotidiano profissional, é necessário traçar um recorte mínimo, que deve ser estabelecido pelo próprio pesquisador, tendo em vista as características de seu objeto de pesquisa. Apenas como norte, em uma revista mensal, como é o caso de Aplauso, consideramos satisfatório analisar três números da publicação. Em um periódico semanal, pode-se optar pelo estudo de um mês inteiro, ou seja, de quatro edições. Quando se tratar de um jornal diário, uma semana pode ser o suficiente.

- *Do que não se deve abrir mão para executá-la?* Não se deve abrir mão do livre acesso às informações, no estudo da produção e das leituras. Se não houver liberdade para observar os acontecimentos, o pesquisador corre o sério risco de fazer uma análise equivocada ou incompleta.

Para consolidar-se como uma estratégia metodológica, a AGPJ precisa ser utilizada para o estudo de outros objetos, por diferentes pesquisadores. Essas experiências devem aprimorá-la e, esperamos, transformá-la em um instrumento que contribua para a pesquisa em jornalismo no Brasil e, quem sabe, no mundo. É a este objetivo que nos dedicaremos agora.

REFERÊNCIAS

ADGHIRNI, Zélia Leal. Jornalismo Online: Em busca do tempo real. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 15., Salvador, 2002. **Anais**. Salvador, 2002.

ALBERTOS, José Luis Martínez. **Curso general de redacción periodística**. Madrid: Paraninfo, 2001.

ALMEIDA, Hamilton. **Padre Landell de Moura: Um herói sem glória**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

ALMEIDA, Maria da Conceição de; KNOBB, Margarida; e ALMEIDA, Ângela Maria (orgs.). **Polifônicas idéias: Por uma ciência aberta**. Porto Alegre: Sulina, 2003.

AMARAL, Luiz. **Técnica de jornal e periódico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1969.

AMARAL, Márcia. *A fala popular e a realização do jornalismo*. IV Encontro de Núcleos de Pesquisa da Intercom. 2003.

APLAUSO. Porto Alegre, 1998-2006.

ARNT, Hérís. **A influência da literatura no jornalismo: O folhetim e a crônica**. Rio de Janeiro: e-papers, 2001.

BAHIA, Juarez. **Jornal: História e técnica**. São Paulo: Ática, 1990. v.2.

BAKHITIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1995.

BALDESSAR, Maria José. **A mudança anunciada: O cotidiano dos jornalistas com o cotidiano na redação**. Florianópolis: Insular, 2003.

BALZAC, Honoré de. **Ilusões perdidas**. Porto Alegre: Globo, 1955.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BASTOS, Fernando; PORTO, Sérgio Dayrell. Análise hermenêutica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006. p. 316-329.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BENETTI, Márcia. **Análise de Discurso**: Estudo de vozes e sentidos. 2006. No prelo.

_____. Data and reflections on three journalism research environments. **Brazilian Journalism Research**, v. 1, n. 1, 1º sem. 2005.

BENETTI, Márcia. **Jornalismo e perspectivas de enunciação**: Uma abordagem metodológica. 2006. No prelo.

BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz. **A era glacial do jornalismo**: Teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Sulina, 2006.

BORDINI, Maria da Glória; SCHÜLHER, Luís Fernando (Orgs.). **Cultura e identidade regional**. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

BREED, W. Controle social na redação. Uma análise funcional. In: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: Questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1993.

BURKE, Peter. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

_____; BRIGGS, Asa. **Uma história social da mídia** – De Gutenberg à Internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CANCLINI, Néstor García. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2003.

_____. **¿Como se ocupan los médios de la información cultural?** 2000. Publicado na revista eletrônica etecétera. Disponível em: <<http://www.etcetera.com.mx>>. Acesso em: 12 de julho de 2004.

_____. **Consumidores e cidadãos** – Conflitos multiculturais da globalização. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

_____. **Cultura y Comunicación**: Entre lo global y lo local. Buenos Aires: EPC, 1997.

_____. **Culturas híbridas**. São Paulo: Edusp, 1997.

_____. **Diferentes, desiguales y desconectados**. Barcelona: Gedisa, 2004.

CANDIDO, Antonio. **Formação da literatura brasileira**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

CAPARELLI, Sérgio. **Comunicação de massa sem massa**. Porto Alegre: Summus, 1986.

CARDOSO, Everton Terres. **Aplauso à cultura no jornalismo gaúcho**. Monografia de Conclusão de Curso. Caxias do Sul: UCS, 2005.

CESAR, Guilhermino. **História da literatura do Rio Grande do Sul: 1737-1902**. Porto Alegre: Globo, 1971.

CORRÊA, Norton F. **O batuque do Rio Grande do Sul: Antropologia de uma religião afro-rio-grandense**. São Luís: Cultura & Arte, 2006.

COSTA, Cristiane. **Pena de aluguel: Escritores jornalistas no Brasil 1904-2004**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

COSTA, Maria Eugênia Belczak. *Grupo focal*. In DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006. p. 180-192.

CUNHA, Isabel Ferin. **Repensar a investigação empírica sobre os media e o jornalismo**. 2004. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt>>. Acesso em 05 de junho de 2006:

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: Mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DIDEROT, Denis. **Encyclopédie: extraits, ou, Dictionnaire raisonné des arts, des sciences et des métiers**. Paris: Larousse, 1974.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006. p. 62-84.

____; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

ECO, Umberto. **Lector in fabula**. São Paulo: Perspectiva, 1986.

____. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

ERBOLATO, Mário L. **Técnicas de codificação em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2003.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Cartografias dos estudos culturais – Uma versão latino-americana**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

____. Delineamentos para uma cartografia brasileira dos Estudos Culturais. **ECO-PÓS**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 19-30, ago.-dez. 2004.

FAIRCLOGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UnB, 2001.

FARO, José Salvador. Nem tudo que reluz é ouro: Contribuição para uma reflexão teórica sobre o jornalismo cultural. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 4., Porto Alegre, 2006. **Anais**. Porto Alegre, 2006.

FERREIRA, Athos Damasceno. **Imprensa literária de Porto Alegre no século XIX**. Porto Alegre: EDUFRGS, 1975.

FONSECA, Juarez. Dos gaudérios aos punks. In: GONZAGA, Sergius; FISCHER, Luís Augusto (Orgs.). **Nós, os gaúchos**. Porto Alegre: EDUFRGS, 1998.

FORGIARINI, Marta Helena Heming. **A cultura gaúcha pela ótica da revista Aplauso**. Monografia de conclusão de curso. Porto Alegre: PUCRS, 2003.

FREITAS, Décio. O desfalecido orgulho gaúcho. In: GONZAGA, Sergius; FISCHER, Luís Augusto (Orgs.). **Nós, os gaúchos**. Porto Alegre: EDUFRGS, 1998.

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas técnicas para o trabalho científico: Elaboração e formatação**. Explicitação das Normas da ABNT. 14. ed. Porto Alegre: s.n., 2006.

GADINI, Sérgio Luiz. Dilemas da pesquisa brasileira no jornalismo contemporâneo. **Pauta Geral – Revista de Jornalismo**, ano 12, n. 7, 2005.

GARCIA, Maria Cecília. **Reflexões sobre a crítica teatral nos jornais** – Décio de Almeida Prado e o problema da apreciação da obra artística no jornalismo cultural. São Paulo: Mackenzie, 2004.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide** – Para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre, Tchê, 1987. Edição *online*. Disponível em: <<http://www.adelmo.com.br>>. Acesso em: 10 de julho de 2006.

GENS, Rosa (Org). **O momento literário** – João do Rio. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1994.

GOLDSTEIN, Gisela Taschner. Pesquisa sobre jornalismo impresso. In MELO, José Marques de (Org.). **Pesquisa em comunicação no Brasil: Tendências e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 1983.

GOLIN, Tau. Reflexos entre o gaúcho real ou inventado. In: GONZAGA, Sergius; FISCHER, Luís Augusto (Orgs.). **Nós, os gaúchos**. Porto Alegre: EDUFRGS, 1998.

GOMES, Itânia Maria Mota Gomes. **Efeito e recepção** – A interpretação do processo receptivo em duas tradições de investigação sobre os media. Rio de Janeiro: e-papers, 2004.

GONZAGA, Sergius; FISCHER, Luís Augusto (Orgs.). **Nós, os gaúchos**. Porto Alegre: EDUFRGS, 1998.

___; ___; BISSON, Carlos Augusto (Orgs.). **Nós, os gaúchos, 2**. Porto Alegre: EDUFRGS, 1998.

GRIMSON, Alejandro. **Interculturalidad y comunicación**. Buenos Aires: Norma, 2000.

GUERRA, Josenildo Luiz. Fontes de Informação na cobertura dos temas ligadas à infância e adolescência. In: CONGRESSO BRASILEIRO DAS CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27., Porto Alegre, 2004. **Anais**. Porto Alegre, 2004.

HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HOHLFELDT, Antonio. **Deus escreve direito por linhas tortas: O romance folhetim dos jornais de Porto Alegre entre 1850 e 1900**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

___. Jornal O Dia, projeto renovador com discurso conservador. In: CONGRESSO DA INTERCOM, 26., Belo Horizonte, 2003. **Anais**. Belo Horizonte, 2003.

___. **Jornalismo e literatura: Relações antigas e ambíguas**. Porto Alegre, Sindicato dos Jornalistas de Porto Alegre. 1976.

___. Os estudos sobre a hipótese de agendamento. **Revista Famecos**, Porto Alegre: PUCRS, n. 7, 1997.

___. Relações entre jornalismo e literatura na década de 70. In: KOHUT, Karl (Org.). **Palavra e poder: Os intelectuais na sociedade brasileira**. Frankfurt: Vervuert, 1991.

___; BUCKUP, Carolina. **Última Hora: Populismo nacionalista nas páginas de um jornal**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

___; FRANÇA, Vera; MARTINO, Luiz. **Teorias da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2001.

___; GOBBI, Maria Cristina (Orgs.). **Teoria da Comunicação: Antologia de Pesquisadores Brasileiros**. Porto Alegre: Sulina, 2004.

JACKS, Nilda. **Querência: Cultura regional como mediação simbólica**. Porto Alegre: EDUFRGS, 1999.

JOHNSON, Richard. **O que é, afinal, estudos culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: Nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo: Scritta, 1992.

LAGE, Nilson. **A reportagem: Teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

____. **Ideologia e técnica da notícia**. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2001.

____. **Linguagem jornalística**. São Paulo: Ática, 1999.

____. **Teoria e técnica do texto jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LEITÃO, Débora; LIMA, Diana; PINHEIRO MACHADO, Rosana (Orgs.). **Antropologia e Consumo** – Diálogos entre Brasil e Argentina. Porto Alegre: AGE, 2006.

LEMOS, André; BERGER, Christa; BARBOSA, Marialva. **Narrativas midiáticas contemporâneas**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de (Org.). **Epistemologia da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003.

____. **Pesquisa em comunicação**: Formulação de um modelo metodológico. São Paulo: Loyola, 1990.

MACHADO DA SILVA, Juremir. **A miséria do cotidiano** – Energias utópicas em um espaço urbano moderno e pós-moderno. Porto Alegre: Artes & Ofícios, 1991.

____. **A miséria do jornalismo brasileiro** – As (in)certezas da mídia. Petrópolis: Vozes, 2000.

MACHADO, Elias. Conferência. In: JOURNALISM BRAZIL CONFERENCE, 1., Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Pesquisa em Jornalismo, 2006. In: **Anais**. Porto Alegre, 2006.

____. From journalism studies to journalism theory. **Brazilian Journalism Research**, v. 1, n. 1, p. 11-22, 1º sem. 2005.

____. **O ciberespaço como fonte para os jornalistas**. Salvador: Calandra, 2003.

MAINGUENAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2002.

MANHÃES, Eduardo. **Análise do discurso**. In DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006. p. 305-315.

MARCONDES FILHO, Ciro. **A saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker, 2000.

____. **O capital da notícia**: Jornalismo como produção social de segunda natureza. São Paulo: Ática, 1989.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. América Latina e os anos recentes: O estudo da recepção em comunicação social. In: SOUZA, Mauro Wilton (Org.). **Sujeito**, o lado oculto do receptor. São Paulo: Brasiliense, 1995.

____. **Dos meios às mediações** – Comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

____. **Ofício de cartógrafo**. São Paulo: Loyola, 2002.

____. Un periodismo para el debate cultural. In: VVAA (Orgs.). **Periodismo y cultura**. Santafé de Bogotá: Tercer Mundo, 1992. p. 27-32.

MATTELART, Armand. **Diversité culturelle et mondialisation**. Paris: La Decouverte, 2005.

MEDINA, Cremilda de Araújo. **A arte de tecer o presente** – Narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.

____. **Entrevista** – O diálogo possível. São Paulo: Ática, 2000.

____. **Notícia**: um produto à venda – Jornalismo na sociedade urbana e industrial. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

____. **Profissão jornalista**: Responsabilidade social. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1982,

MEDITSCH, Eduardo. **Crescer para os lados ou crescer para cima**: O dilema histórico do campo acadêmico do jornalismo. s.d. Publicação online. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt>>. Acesso em: 12 de setembro de 2006.

____. O jornalismo é uma forma de conhecimento? In: HOHLFELDT, Antonio; GOBBI, Maria Cristina (Orgs.). **Teoria da Comunicação**: Antologia de Pesquisadores Brasileiros. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 363-378.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MELO, José Marques de (Org.). **Pesquisa em comunicação no Brasil**: Tendências e perspectivas. São Paulo: Cortez/Intercom, 1983.

____. **A esfinge midiática**. São Paulo: Paulus, 2004.

____. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

____. **Comunicação social**: Teoria e pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1971.

____. **Estudos de jornalismo comparado**. São Paulo: Pioneira, 1972.

____. **Gêneros jornalísticos na Folha de S. Paulo**. São Paulo: F.T.D., 1992.

____. **Jornalismo opinativo** Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

____. Pesquisa jornalística: A moderna tradição brasileira. In: JOURNALISM BRAZIL CONFERENCE, 1., Porto Alegre, 03 a 05 de novembro de 2006. **Anais**. Porto Alegre, 2006.

____. **Teoria do jornalismo**: Identidades brasileiras. São Paulo: Paulus, 2006.

MEYER, Augusto. **Cancioneiro gaúcho**. Porto Alegre: Globo, 1952.

____. **Gaúcho**: História de uma palavra. Porto Alegre: IEL, 1957.

____. **Prosa dos pagos**. Porto Alegre: Martins, 1943.

MIÈGE, Bernard. **O pensamento comunicacional**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MOLOTCH, H.; LESTER, M. As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. In: TRAUQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: Questões, teorias e estórias. Lisboa: Vega, 1993.

MONTORO, Jose Acosta. **Periodismo y literatura**. Madrid: Guadarrama, 1973.

MORAL, Javier Fernández del (Org.). **Periodismo especializado**. Barcelona: Ariel, 2004.

MOREIRA, Alice Campos. **Província de São Pedro – História**. Disponível em: <<http://www.ipct.pucrs.br/letras/saopedro>>. Acesso em: 1º de março de 2006.

MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de Barros. **Palavra, imagem e poder**: O surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOUILLAUD, Maurice. **O jornal**: Da forma ao sentido. Brasília: UnB, 2002.

OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo**. Petrópolis: Vozes, 1992.

____. O renascimento do gauchismo. In: GONZAGA, Sergius; FISCHER, Luís Augusto (Orgs.). **Nós, os gaúchos**. Porto Alegre: EDUFRGS, 1998.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: As formas do discurso. Campinas: Pontes, 1996.

____. **Análise de discurso**. Campinas: Pontes, 2001.

____. **Discurso e leitura**. Campinas: Unicamp, 1988.

ORO, Ari Pedro. Nós, os macumbeiros. In: GONZAGA, Sergius; FISCHER, Luís Augusto; BISSÓN, Carlos Augusto (Orgs.). **Nós, os gaúchos**, 2. Porto Alegre: EDUFRGS, 1998.

____. **O sacrifício de animais nas religiões afro-brasileiras**: Análise de uma polêmica recente no Rio Grande do Sul. 2005. Artigo publicado no portal do

Instituto de Estudos da Religião. Disponível em: <<http://www.iser.org.br>>. Acesso em: 10 de outubro de 2006. 2006.

_____. Religiões afro-brasileiras do Rio Grande do Sul: Passado e presente. **Estudos Afro-Asiáticos**, ano 24, n. 2, 2002.

PARK, Robert. A notícia como conhecimento. In: STEIBERG, C. (Org.). **Meios de comunicação de massa**. São Paulo: Cultrix, 1970.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: Estrutura ou acontecimento. Campinas: Pontes, 1990.

_____. **Semântica e discurso**: Uma análise crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Unicamp, 1988.

PENA, Felipe. **Teoria do jornalismo**. São Paulo: Contexto, 2006.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Observação participante e pesquisa-ação. In DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006. p. 125-145.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. De frustração histórica do Rio Grande. In: GONZAGA, Sergius; FISCHER, Luís Augusto (Orgs.). **Nós, os gaúchos**. Porto Alegre: EDUFRGS, 1998.

_____. **Memória Porto Alegre** – Espaços e vivências. Porto Alegre: EDUFRGS, 1999.

_____. **O espetáculo da rua**. Porto Alegre: EDUFRGS, 1996.

_____. Revolução Federalista: Memória revisitada. In: POSSAMAI, Zita (Org.). **Caderno Porto & Vírgula** – Revolução de 1893, Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1993.

_____; CHIAPPINI, Ligia; MARTINS, Maria Helena (Orgs.). **Pampa e cultura**: De Fierro a Netto. Porto Alegre: EDUFRGS, 2004.

PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. **Estudos em Jornalismo**, Florianópolis: UFSC e Insular, v. 1, n. 2, 2004.

PINHO, J. B. **Jornalismo na Internet**: Planejamento e produção da informação online. São Paulo: Summus, 2003.

PIZA, Daniel. **Jornalismo cultural**. São Paulo: Contexto, 2003.

PONTE, Cristina. **Para entender as notícias** – Linhas de análise do discurso jornalístico. Florianópolis: Insular, 2005.

POSSAMAI, Zita (Org.). Revolução de 1893. **Caderno Porto & Vírgula**, Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1993.

PRANDI, Reginaldo. As religiões negras do Brasil: Para uma sociologia dos cultos afro-brasileiros. **Revista USP**, dez. 1995 / fev. 1996.

RIVERA, Jorge B. **El periodismo cultural**. Buenos Aires: Paidós, 1995.

RODRIGUES DOS SANTOS, José. **Comunicação**. Lisboa: Prefácio, 2001.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo?**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

RÜDIGER, Francisco. **Ciência social: Crítica e pesquisa em comunicação**. São Leopoldo: Unisinos, 2002.

RUELLAN, Denis. Conferência. In: JOURNALISM BRAZIL CONFERENCE, 1., Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Pesquisa em Jornalismo, 2006. **Anais**. Porto Alegre, 2006.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e pesquisa: Projetos para mestrado e doutorado**. São Paulo: Hacker, 2001.

SCLIAR, Moacyr. **Porto de histórias**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **O adiantado da hora: A influência americana sobre o jornalismo brasileiro**. São Paulo: Summus, 1991.

SODRÉ, Muniz. Ciência e método em comunicação. In: LOPES, Maria Immacolata Vassalo de (Org.). **Epistemologia da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUSA, Jorge Pedro. **As notícias e seus efeitos**. As teorias do jornalismo e dos efeitos sociais dos media. 1999. Biblioteca *Online* de Ciências da Comunicação. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt>>. Acesso em: 20 de junho de 2006.

_____. **Construindo uma teoria multifactorial da notícia como teoria do jornalismo**. 2004. Biblioteca *Online* de Ciências da Comunicação. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt>>. Acesso em: 20 de junho de 2006.

_____. **Elementos de jornalismo impresso**. 2001. Biblioteca *Online* de Ciências da Comunicação. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt>>. Acesso em: 20 de junho de 2006.

_____. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2006.

_____. **Reflexões sobre um horizonte possível para o jornalismo impresso generalista de qualidade**. 2006. Biblioteca *Online* de Ciências da Comunicação. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt>>. Acesso em: 20 de junho de 2006.

_____. **Teorias da notícia e do jornalismo**. Chapecó: Argos, 2002.

____. Tobias Peucer: progenitor da Teoria do Jornalismo. **Estudos em Jornalismo**, Florianópolis: UFSC e Insular, v. 1, n. 2, 2004.

SOVIK, Liv. Prefácio. In: HALL, Stuart (Org.). **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

STEINBERG, Charles (Org.). **Meios de comunicação de massa**. São Paulo: Cultrix, 1972.

TAMBOSI, Orlando. Tobias Peucer e as origens do jornalismo. **Estudos em Jornalismo**, Florianópolis: UFSC e Insular, v. 1, n. 2, 2004.

THOMPSON, Alistair. Desconstruindo a memória: Questões sobre as relações da História Oral e da recordação. In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE HISTÓRIA ORAL, outubro de 1995. Mimeo.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: Uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2005.

____. **Ideologia e cultura moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 2002.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: Questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1993.

____. **O poder do jornalismo – Análise e textos da teoria do agendamento**. Coimbra: Minerva, 2000.

____. **Teorias do Jornalismo – A tribo jornalística: Uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005.

____. **Teorias do Jornalismo – Por que as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2004.

TRAVANCAS, Isabel. Fazendo etnografia no mundo da comunicação. In DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2006. p. 98-109.

____. **O livro no jornal – Os suplementos literários dos jornais franceses e brasileiros nos anos 90**. Cotia: Ateliê, 2001.

____. **O mundo dos jornalistas**. São Paulo: Summus, 1992.

URIBE, Guillermo González. Cultura y periodismo. In: VVAA (Orgs.). **Periodismo y cultura**. Santafé de Bogotá: Tercer Mundo, 1992.

VÁZQUEZ, María Esther; SOTO, Moira; QUIROGA, Osvaldo; COSTA, Flavia. **Cómo se hace una entrevista (en el periodismo cultural)**. Buenos Aires: Libros del Rojas, 2003.

VIZEU, Alfredo. A construção social da realidade e os operadores jornalísticos. **Revista Famecos**, Porto Alegre: PUCRS, n. 25, 2004.

VVAA (Orgs.). **Periodismo y cultura**. Santafé de Bogotá: Tercer Mundo, 1992.

WAINBERG, Jacques A.; PEREIRA, Manuel Luís Petrik. Estado da arte da pesquisa em jornalismo no Brasil: 1983-1997. **Revista Famecos**, Porto Alegre: PUCRS, n. 11, 1999.

WARNIER, Jean-Pierre. **A mundialização da cultura**. Bauru: EDUSC, 2000.

WEILL, Georges. **El periódico**. México: Uteha, 1962.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 2001.

ZILBERMAN, Regina; SILVEIRA, Carmen Consuelo; BAUMGARTEN, Carlos Alexandre (Orgs.). **O Partenon Literário: Poesia e prosa**. Porto Alegre: Instituto Cultural Português, 1980.

<<http://www.bigmuff.org>>. Acesso em: 2 de setembro de 2006.

<<http://www.depositodeneuras.zip.net>>. Acesso em: 2 de setembro de 2006.

<<http://www.idoso.blogspot.com>>. Acesso em: 2 de setembro de 2006.

<<http://www.insanus.org.br/martelada>>. Acesso em: 2 de setembro de 2006.

<<http://www.ipct.pucrs.br/letras/saopedro/INTRO/HISTORIA.HTM>>. Acesso em: 1º de março de 2006.

ANEXOS

ANEXO A

Questionário – Leituras

PAUTA ENTREVISTA LEITORES⁵⁸

Nome completo:

Idade:

Profissão:

Desde quando assina Aplauso?

O que o levou a assinar a revista?

Era leitor assíduo antes de ser assinante?

Como conheceu a publicação?

Dentre as temáticas apresentadas, quais lhe interessam mais?

Como você analisa o tratamento que a revista dá às questões culturais?

Na última edição, quais foram as matérias que você leu? Poderia falar um pouco sobre elas?

A matéria de capa da edição foi _____. Dentre os demais temas tratados, você concorda com o destaque que recebeu essa matéria?

Que temas da área cultural você acredita que Aplauso deveria abordar ou aprofundar?

Você está satisfeito com a revista?

Quais são suas críticas à publicação?

E elogios?

O que é cultura para você?

Aplauso abrange este conceito, como uma revista de jornalismo cultural?

Como você se relaciona com a revista? É uma publicação importante no seu cotidiano? Influencia em suas escolhas, na construção de suas opiniões?

Você poderia citar algumas matérias publicadas pela revista que tenham lhe marcado?

Você costuma ler outras publicações? Quais?

⁵⁸ As questões apresentadas nortearam as entrevistas com os leitores. No entanto, as conversas não se restringiram a este roteiro.

ANEXO B

Reportagens

Reportagem 1

Edição 76

A PLAUso



CULTURA EM REVISTA



comunicação interestelar
ondas irradiadas
ondas de rádio transmitem a voz humana
comunicação interestelar
comunicação a distância sem o auxílio de fios

MÚSICA
Sangue novo no
chorinho gaúcho

ENTREVISTA
Paulo Scott
monstro à solta

TEATRO
Ivo Bender e o
triunfo do sarcasmo

LITERATURA
Uma lenda chamada
Sérgio Jacaré

Diabo no CORPO

A incrível história do padre-cientista Landell de Moura, inventor do rádio e de tecnologias precursoras da TV, que foi reprimido pela Igreja e taxado de louco

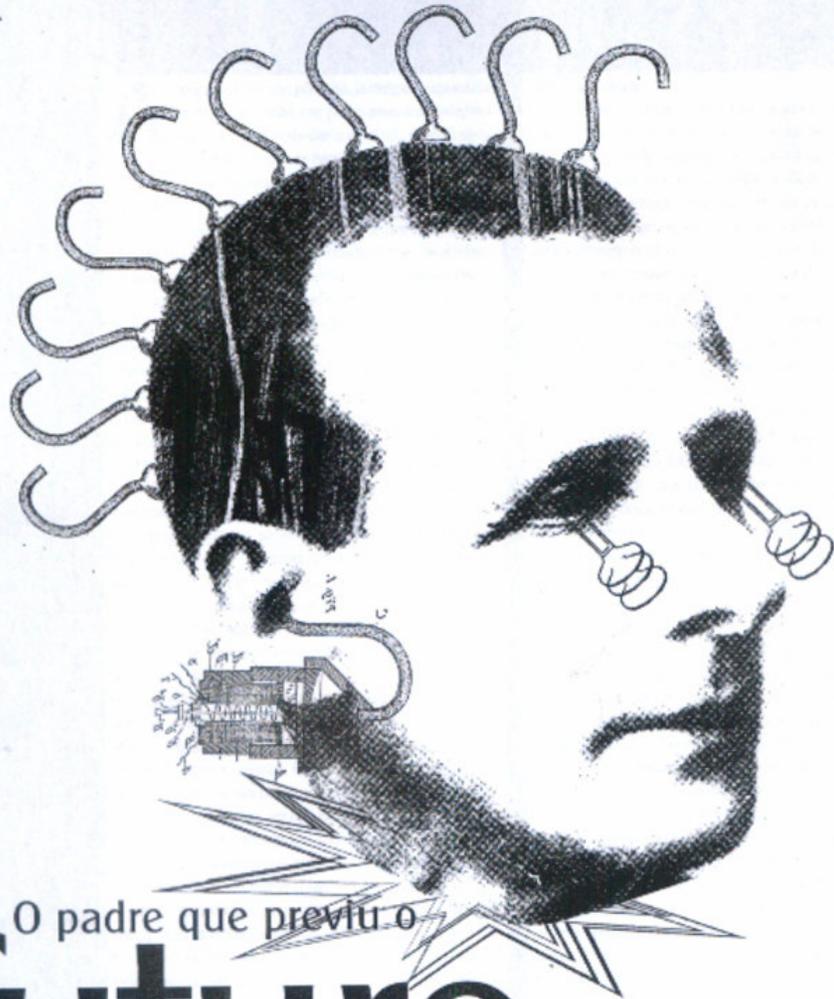
P. Roberto Landell de Moura

76

www.aplauso.com.br
Ano 9 - 2006 - R\$ 6,00



ESPECIAL



O padre que previu o

futuro

Lançamento de nova biografia sobre Landell de Moura busca esclarecer alguns dos muitos mistérios envolvendo o padre-inventor e, também, creditar os devidos louros ao visionário que foi incompreendido em seu tempo

por DANIEL FEIX

A figura do inventor, por si só, já desperta curiosidade. Imagine então um padre-inventor, desenvolvendo suas experiências a partir do final do século 19, época de implantação da República no Brasil e, consequentemente, de mudanças drásticas na relação entre igreja e Estado. É uma época em que a ciência avançava, ocupando um espaço que até então era da religião, e por meio de um embate em que parecia não haver meio-termo: de um lado, o inimigo era o mal, o sacrilégio; de outro, o obscurantismo, o retrógrado. Além de acreditar na existência deste meio-termo, Roberto Landell de Moura se dedicou a algo absolutamente inovador àquela época: a transmissão de ruídos, sobretudo da voz humana – e, posteriormente, de imagens – via ondas eletromagnéticas. Mais que isso, foi precursor no estudo de tecnologias como o rádio e a televisão. Não havia outro caminho que não a incompreensão. *↳ p. 82*

Porto-alegrense de 1861, filho de um capitão do exército e de uma dona de casa, quarto entre 14 irmãos, Landell se interessou tanto por religião quanto por ciência desde cedo. Pelas suas anotações, sabe-se que, aos 11 anos, intrigava-se profundamente – a ponto de realizar experimentos na tentativa de entender alguns fenômenos – com as manchas da lua e a força física dos insetos ao mesmo tempo em que buscava compreender o abatimento moral dos pobres. Querria dissecar as formigas para desvendar sua estrutura e sua capacidade de carregar objetos mais pesados que seu próprio corpo, mas sentia pena do animalzinho – e culpava-se por isso. Aos 14 anos, lia Telêmaco, escrevia poesias e desenvolvia gosto pelo que chamou de “conceitos filosóficos, mecânica celeste, ciências físicas e químicas” – sem nunca deixar de acreditar em Deus. Aos 16, inventou um composto para extrair a cárie dos dentes, necropsiou um gato e construiu um telefone – apenas um ano após o aparelho ter sido inventado por Graham Bell. Incentivado pelos pais, desde a infância vislumbrava seguir a carreira eclesial.

A contradição só existia mesmo era na cabeça dos outros. Depois de estudar em Roma, onde se formou sacerdote e, paralelamente, tomou contato com o fervilhante cenário científico europeu, Landell voltou ao Brasil e deu início a uma trajetória itinerante, com passagens por paróquias paulistas e gaúchas. Em Campinas, já nos anos 1890, chamou a atenção de todos. E não só por substituir Maximiano Camargo, cônego muito querido naquele Estado, que havia se aposentado. É que, enquanto não estava rezando missas ou tomando conta da igreja do Carmo, desenvolvia pesquisas que o levaram a formular teses revolucionárias – e surpreendentes, principalmente para aqueles que associavam a ciência a princípios malignos e diabólicos.

Porém, é a partir deste momento, em que Landell deixa de ser um jovem curioso e transforma suas experiências nos inventos mais importantes produzidos no Brasil até então, que começam a aparecer mistérios e contradições em sua trajetória.

Herói sem glória

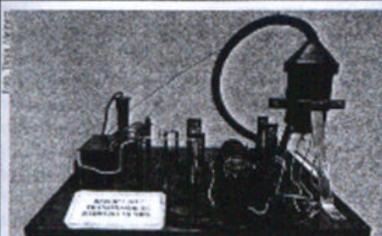
A primeira dessas contradições é justamente a transmissão da voz humana por meio de ondas de rádio, ou seja, sem o auxílio de fios condutores. A questão já intrigava Landell desde antes, mas foi só na última década do século 19 que o padre-dentista conseguiu formular as bases teóricas e construir uma gerinçoga capaz de enviar e receber a voz via ondas eletromagnéticas. “Todo movimento vibratório que pode ser transmitido através de um condutor poderá ser transmitido através de um feixe luminoso; e, por esse mesmo fato, poderá ser transmitido sem o concurso deste agente”, escreveu em seus diários, para concluir, adiante: “Dai-me um movimento vibratório tão extenso quanto a distância que nos separa de outras terras que rolam sobre as nossas cabeças ou sob os nossos pés e eu farei chegar a minha voz até lá”. Enquanto as pesquisas não chegavam a público, tudo bem. Quando chegaram...

Entre 1893 e 1894, Landell teria feito a primeira transmissão radiofônica da voz humana, numa distância de cerca de 8 quilômetros entre dois dos pontos mais altos da cidade de São Paulo: o morro de Sant’Anna e a Av. Paulista. “Teria” porque, conforme o jornalista Hamilton Almeida, que pesquisa a vida do sacerdote há 30 anos e que acaba de lançar *Padre Landell de Moura – um Herói sem Glória* (Ed. Record), não há provas concretas de que essa transmissão realmente tenha acontecido. “Há indícios”, aponta Hamilton, “como cartas publicadas em jornal de pessoas que teriam testemunhado o fato, além das afirmações de Ernani Fornari, que, com base em depoimentos, diz textualmente que essa transmissão ocorreu”. Fornari, também jornalista, foi o mais dedicado pesquisador a recuperar a história de Landell antes de Hamilton. Foi ele quem primeiro recolheu os documentos pessoais do inventor e é dele o livro *O Inicível Padre Landell de Moura* (Ed. Globo, 1960, esgotado), até hoje considerada a sua mais completa biografia. *M*

Outro indício foi a própria repercussão do experimento em Campinas, para onde Landell voltou após realizar a suposta transmissão na capital paulista. Conforme Hamilton Almeida, a imprensa da cidade registra pelo menos um tumulto envolvendo o padre-dentista numa casa de comércio. Mais que isso, dois dias após a sua volta, tendo repercutido a notícia de que “Landell conseguira conversar mais de uma vez com pessoas colocadas a quilômetros de distância”, alguns fiéis invadiram seu improvisado laboratório e destruíram todos os seus aparelhos, ferramentas e utensílios, entre eles o precioso radiotransmissor que, se realmente foi utilizado entre 1893 e 1894, fez a primeira transmissão radiofônica do planeta. Fornari, que relata detalhadamente o ocorrido em seu livro, chama esses fiéis de “desvairados, bando de energúmenos”.

Mas nada disso fez Landell desistir. Mais ou menos pela mesma época, lá foi ele ao Rio de Janeiro pedir à igreja

ESPECIAL



GERINGONÇA

Réplica do revolucionário radiotransmissor de Landell, que é apenas um de seus inventos patenteados nos EUA. O aparelho está exposto na sede da Feplan, em Porto Alegre

subvenção para levar suas pesquisas adiante. Não conseguiu, como já se podia prever – embora, conforme registros colhidos por Hamilton, tenha sido bem recebido, inclusive com a reverência de muitos. “Esta negação da Igreja não me surpreende. Não é tarefa dela apoiar pesquisas científicas, ainda mais naquele tempo. O que realmente é incompreensível é como o governo, empresas e outras instituições se negaram a dar qualquer suporte ao padre Landell”, comenta César Augusto dos Santos, autor do livro *Quem Inventou o Rádio?* (Cléo Editora), oriundo de sua dissertação de mestrado sobre o sacerdote (pela Universidade de Passo Fundo). Seria o governo federal, sobretudo na primeira gestão do presidente Rodrigues Alves (1902-1906), o maior responsável não exatamente pela desistência completa de Landell, mas por obrigá-lo a levar adiante suas pesquisas apenas com recursos próprios – e muitas vezes às escondidas se não quisesse ser tachado formalmente de louco.

Informalmente, ele foi. E pela própria cúpula do governo. Em 1905, cansado de pleitear ajuda e já tendo feito pelo menos uma demonstração pública da eficácia de seu radiotransmissor – em 1900, sob o testemunho de diversas autoridades e o registro dos principais veículos de imprensa brasileiros –, Landell estava de volta de uma passagem pelos EUA. Viajara com recursos próprios, para obter, do governo daquele país, patentes de alguns de seus inventos – o radiotransmissor entre eles. Conseguiria, a muito custo, ser recebido por Rodrigues Alves. No encontro, solicitara dois navios para demonstrar o alcance de seus já patenteados inventos. Quem conta é o astrônomo carioca Ronaldo Mourão, autor do referencial *Dicionário Enciclopédico de Astronomia* e pesquisador empenhado em alçar Landell ao patamar dos grandes inventores: “O presidente determinou que um de seus oficiais de gabinete se ocupasse do assunto e procurasse saber a que distância desejava o padre que estivessem os dois navios. Ao solicitar a informação, o oficial recebeu a seguinte resposta de Landell: ‘A

distância máxima possível. Meus aparelhos podem estabelecer comunicação com quaisquer pontos do planeta. Isso atualmente, porque no futuro servirão até mesmo para comunicações interplanetárias’. O oficial olhou-o de alto a baixo, dizendo que iria transmitir a informação ao presidente. Chegando no palácio, confidenciou: ‘Excelência, o tal padre é totalmente maluco. Imagine que chegou até a me falar de conversar com habitantes de outros planetas’. No dia seguinte, uma carta foi enviada pela secretária da presidência, informando que, naquele momento, era impossível atender ao pedido”.

Ironicamente, no mesmo ano, o Brasil pagou a empresas estrangeiras para instalar a tecnologia de telefonia sem fio – semelhante à desenvolvida por Landell – em navios da Marinha. “Foi uma atitude que demonstra como temos mais facilidade em reconhecer a genialidade de estrangeiros, como vivemos num regime de colonialismo intelectual”, comenta Mourão. “O Brasil tinha um gênio que poderia ter nos concedido a patente do rádio – para não falar do que ele desenvolveria mais tarde, pesquisas igualmente inovadoras sobre a transmissão de imagens, entre outras coisas. Mas não, não o reconhecemos. Perdemos o bonde da história. E, por, não o reconhecemos até hoje”, lamenta Hamilton Almeida.

Um mito a ser recuperado

Por do que a falta de reconhecimento à sua época é a falta de reconhecimento posterior. “Até se entende que, naquele tempo, ele tenha sido incompreendido. O que é um absurdo é que até hoje nossa história não o reconheça devidamente. Cientistas e pesquisadores continuam lançando livros que simplesmente não mencionam Landell como um precursor nem mesmo quando se trata da história do rádio”, protesta o professor da USP José Marques de Mello, presidente da Rede Alfredo de Carvalho, cujo objetivo é recuperar heróis brasileiros esquecidos. “É fundamental que se recupere a trajetória de pesquisadores como Landell. Nossa história é estereotipada, marcada por mitos. Quem não vira mito, como foi o caso dele, acaba esquecido”.

Um exemplo de que, mesmo para muitos especialistas, Landell permanece um desconhecido está no recém-lançado livro *As 100 Maiores Invenções da História*, do americano Tom Philbin (Ed. Difel). Quando fala do rádio, Philbin cita o escocês Maxwell, o alemão Hertz, o inglês Lodge e o russo Popov, todos como precursores do italiano Guglielmo Marconi. “que usou as idéias desses outros e as reuniu em seu primeiro ‘radiotelegrafo’, cujas transmissões iniciais datam de 1896 – quatro anos antes das transmissões públicas reconhecidas de Landell, mas dois ou três anos após aquelas que teriam sido suas primeiras transmissões”.

Isso significa que, para considerar o padre Landell o verdadeiro inventor do rádio, seria preciso, antes, provar que

seu radiotransmissor de fato operou entre 1893 e 1894? Ali é que está: pesquisadores como Hamilton, Fomari, José Marques, Ronaldo Mourão e César Augusto acreditam que, mesmo as transmissões testemunhadas e devidamente documentadas em 1900 são indiscutivelmente as primeiras a operar com a voz humana. Para eles, são essas transmissões, na verdade, o marco inicial do rádio. "Marconi usou a tecnologia do Código Morse, o que permitiu que ele transmitisse inicialmente apenas ruídos a distância. A voz humana, Marconi só conseguiu transmitir muitos anos depois de Landell", explica Luiz da Silva Netto, professor que há anos se tomou um dos principais divulgadores do trabalho do inventor gaúcho. "Nem Popov, que muitos livros russos afirmam ter realizado uma transmissão de ruídos via Código Morse, em 1895, portanto, antes de Marconi, conseguiu transmitir a voz humana sem o auxílio de fios. Landell foi indiscutivelmente o inventor do rádio", afirma.

Flerte com o espiritismo

Diante da incompreensão, Landell decidiu tomar precauções. Landell é também a própria Igreja. O padre que antes tinha muito da sua rotina documentada em anotações pessoais e nos livros das paróquias nas quais atuou passou a ocultar – e ter ocultados por parte da Igreja – alguns de seus passos. Um exemplo foram suas visitas ao Instituto Histórico e Geográfico do RS, do qual foi fundador e membro efetivo. "Nos arquivos do IHGRS e nas atas das reuniões da instituição não há registros de sua presença, mas é impossível que ele não tenha frequentado o Instituto", diz Gervásio Neves, diretor do IHGRS. "O que acontece é que ele enfrentava a má vontade do monsenhor Mariano da Rocha, que também era membro do instituto e sempre ficava em seu pé, como uma sombra, controlando seus passos."

A tese dos pesquisadores é de que a Igreja queria censurá-lo. Mas não podia perdê-lo. Tudo porque, ao mesmo tempo em que era uma espécie de gênio da ciência, Landell era um exemplar devoto de Deus. E não abria mão de continuar sua atividade religiosa – nem mesmo quando a Igreja o impediu de voltar aos EUA, onde teria muito mais condições para prosseguir com suas pesquisas e, como era sua intenção, dar um fim prático e comercial ao seu radiotransmissor, o que acabou sendo feito por Marconi e tomando-se definitivo para garantir ao italiano todos os louros entre os cientistas precursores do rádio. "É difícil entender Landell por completo. O que se pode ter certeza era de que se tratava de um homem moderno influenciado pela sociedade arcaica em que vivia", resume Hamilton Almeida. Landell padre tinha uma compreensão muito adiantada de sua religião, e, com sua calma, tranquilidade, boa educação e uma líbia muito apurada, sabia passar isso aos fiéis – diferentemente do Landell cientista, que, por não conseguir convencer seus contempo-



PIONEIRISMO
Primeiras transmissões de voz humana por meio de ondas de rádio foram feitas entre a sacata Av. Paalista de 1900 (abaixo) e a Igreja de Santa Cruz, nos alicerces de Santa Anna (ao lado), numa distância de 8 quilômetros.



râneos brasileiros da sua genialidade, teve de se camuflar para continuar seu trabalho no campo da ciência.

As teses sobre os passos que Landell deu a partir da primeira década do século 20 até a sua morte, em 1928, só não são mais reveladoras justamente porque, mesmo na comunidade científica e na própria história das comunicações, o padre continua sendo menos lembrado do que deveria. Há objetos e documentos de Landell na Cúria Metropolitana, em Porto Alegre – documentos aos quais seus familiares e os pesquisadores redamam nunca terem acesso permitido –, além de mais de 4.500 páginas manuscritas nos arquivos do IHGRS. "Boa parte destas páginas permanece

ESPECIAL

OUTRAS DESCOBERTAS
Além do rádio, Landell também é considerado um pioneiro entre os cientistas que conseguiram fotografar o Efeito Kirlian (aura humana), e entre aqueles que projetaram a televisão, conforme o desenho abaixo, de seu "telephotograma".



ce uma incógnita. Não se entende o que está escrito, muito menos o que está desenhado. Há esquemas de aparelhos que certamente significam novos inventos de Landell", revela Gerônimo, que reclama da falta de dinheiro e de patrocinadores para investir na transcrição e na descoberta do significado dos manuscritos. Entre os documentos, destaque para textos assinados com pseudônimo e também para um livro contendo reflexões e descobertas.

Alguns desses manuscritos chegaram a ser analisados recentemente por técnicos da Telebrás em - ironia do destino - Campinas. Suas conclusões permitiram a Hamilton Almeida escrever, em *Padre Landell de Moura - um Herói sem Glória*, que ele "não só inventou o rádio, mas também o teletipo, ou 'máquina de escrever a distância', além de ter sido o primeiro cientista a projetar o controle remoto e a desenhar um mecanismo de transmissão e recepção de imagens, ou seja, a televisão". O aparelho que enviava e recebia imagens foi projetado por Landell em agosto de 1904 e se chamava "telephotograma". Só que, sem patrocínio e tendo de se esconder, o padre não pôde colocá-lo em prática - e seu nome, ainda mais do que no caso do rádio, acabou esquecido também entre os precursores de inventos como a televisão.

E tem mais. As delusões a que fora submetido - por governo e Igreja - teriam levado Landell a apoiar movimentos políticos de contestação, como a Coluna Prestes (leia no página ao lado), além de desenvolver pesquisas num campo particularmente delicado para os católicos: o espiritismo. Atribui-se a ele a atividade de exorcista, confirmada por amplas anotações pessoais, e também a descoberta do chamado Efeito Kirlian, espécie de aura de energia que envolve cada corpo humano e que, conforme as conclusões de Landell,

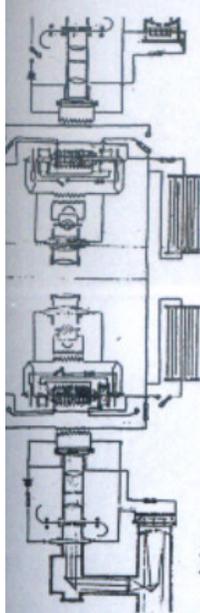
pode ser fotografada. "Ele tinha fotos da aura das pessoas, mas não se sabe onde essas fotos foram parar", atesta sua sobrinha-neta Maria do Carmo Landell de Moura Porto. Teria a Igreja as ocultado assim que o padre morreu?

É nisso que acreditam os pesquisadores. "A Igreja praticamente não fala sobre Landell. Tentei contato com diversas pessoas, mas ninguém quer dizer nada", relata César Augusto dos Santos. "O certo é que, além destas fotos, havia muitos outros objetos e inventos dele na Igreja do Rosário quando ele morreu. E a família não ficou com nada disso", protesta Maria do Carmo, que é filha de Guilherme Landell, sobrinho do padre e, entre outras coisas, responsável por cuidar de seus restos mortais principalmente depois de uma tentativa de roubo de seu caixão - "na certa por parte de alguém que tenha ligações com o espiritismo, a quem mais o corpo dele poderia interessar?", pergunta Maria do Carmo.

O folclore em torno de Landell é realmente grande: por todas as paróquias em que atuou o inventor adquiriu fama de "esquisito" e "buxão". Pessoas que conviveram com o padre e que foram entrevistadas por Fomari e Hamilton referem-se a ele como dono de hábitos incomuns. "Contava-se que ele era um louco e, mais que isso, que tinha parte com o diabo. Acreditava-se que era espírita. Padre Landell tocava as beatas da Igreja. Mandava-as cuidar de seus maridos, ao invés de ficarem só na Igreja", relata um de seus ex-coroinhas, no tempo em que Landell esteve em Mogi das Cruzes (SP).

Outros contemporâneos do padre-cientista afirmam que, em determinadas missas, ele rezava acompanhado por "uma caixa preta falante", através da qual, de vez em quando, podia-se ouvir uma voz conversar com Landell em italiano. "A caixinha devia ter uns 20 centímetros de largura por 10 de altura, e ele quase sempre a mantinha em seu bolso", relata o mesmo ex-coroinha. Não deixava ninguém se aproximar dela. "Certa vez, eu e outro coroinha conseguimos entrar em seu quarto. Apertamos alguns botões da caixinha quando, de repente, ela começou a falar em italiano. Então Landell chegou bravo: 'O que vocês estão fazendo aí? Vocês estão falando com Marconi!' Outra vez, numa missa, o inventor afirmou: 'Ontem, à meia-noite, na Itália, estourou uma revolução de empregados que querem aumento de salário'. Tecnicamente, parecia impossível ter a notícia com tal rapidez. 'Mas, dois dias depois', relata Hamilton, "a revolução dos assalariados chegou aos jornais".

Teria um padre gaúcho estabelecido comunicação com a Itália via ondas de rádio na primeira década do século 20? E o que mais ele teria escondido? O que mais Roberto Landell de Moura inventou, e poderia ter inventado, além do rádio? São perguntas que só evidenciam que, por mais que livros novos como *Padre Landell de Moura - um Herói sem Glória* cheguem ao mercado, ainda se sabe pouco sobre um dos maiores inventores brasileiros do século 20. ■



REVOLUCIONÁRIO TAMBÉM NA POLÍTICA?

Quanto mais se pesquisa sobre o padre Landell de Moura, mais surpresas aparecem.

A mais recente investigação sequer tem a ver com o recém-lançado livro de Hamilton Almeida. Vem de Gervásio Rodrigo Neves, o diretor do Instituto Histórico e Geográfico do RS. Em pesquisa sobre a Coluna Prestes e a revolução de 1924, ele se deparou com uma misteriosa fotografia dos revolucionários da coluna (abaixo) que ocupavam a cidade de Foz do Iguaçu (PR). Embora o estado de conservação da foto seja precário, é possível identificar a presença de Landell entre o general Bernardo Padilha, o coronel Mendes Teixeira e o capitão Djalma Dutra. A primeira edição do livro *Marchas e Combates – a Coluna Invicta e a Revolução de Outubro*, do ex-secretário da Coluna Prestes Lourenço Moreira Lima (Livreria do Globo, Pelotas, 1931), que publica a fotografia, confirma textualmente que se trata do mesmo padre-cientista que fora repreendido pela Igreja Católica e não recebeu apoio do governo. Teriam sido estas reações tanto da Igreja quanto do poder público motivadoras da rebeldia – também – política de Landell?

Indícios levam a crer que sim. A segunda edição do mesmo livro (Brasiliense, SP, 1945) exclui esta e também outras imagens – que poderiam ser “comprometedoras” para alguns personagens presentes, sobretudo personagens públicos identificados com instituições como a Igreja. “Além disso”, pergunta Gervásio, “se ele não estava em Foz

do Iguaçu, estaria onde? Em seus documentos, cuja grande maioria não são datados, nada foi encontrado sobre a revolução de 1924. Entretanto, segundo as biografias até agora elaboradas, Landell desaparece nesse período, identificado como de um vazio sobre o cientista”.

Hamilton Almeida registra que, em 25 de março de 1924, o vigário-geral, Monsenhor Mariano, pediu explicações sobre as últimas práticas de Landell na Igreja do Rosário. “O vigário ordenou-lhe que se abstinisse de fazer apreciações no púlpito ou na Igreja sobre ‘aquela devoção’ e observou que não convinha que fizesse apreciações sobre política em suas práticas em Igreja.” **As ligações do padre com a política – ou com “aquela devoção” à qual se refere o vigário – tomam-se ainda mais misteriosas após uma conferência nos arquivos da Igreja do Rosário.** O livro que registra o dia-a-dia da paróquia revela que, em 1º de setembro de 1923, Landell obteve três meses de licença para tratar da saúde em Poços de Caldas (MG). Depois disso, a única informação disponível é de uma nova licença, obtida em 19 de março de 1926, desta vez para ir a Carcambu (MG). “As tropas rebeldes, sob o comando de Juarez Távora, ocuparam Foz do Iguaçu em 26 de setembro de 1924 e saíram de lá a partir de 28 de março de 1925. A foto não pode ser de outro período. E é exatamente este o período do vazio, do lapso de memória na biografia de Landell de Moura”, explica Gervásio. Vale registrar que, em quase a totalidade do tempo que passou na Igreja do Rosário, Landell teve seu dia-a-dia documentado detalhadamente nesse livro.

Outro fato esclarecedor foi a publicação de uma entrevista com o padre no jornal Última Hora, de Porto Alegre, em 13 de novembro de 1924. A conversa registra uma das poucas reclamações enfáticas de Landell direcionadas à Igreja. Discreto e sempre polido, e também muito devoto, o cientista raramente confrontou seus superiores na hierarquia religiosa – mesmo que tivesse os maiores motivos do mundo. Entretanto, nesta entrevista, segundo Hamilton Almeida, “expressava claramente seu descontentamento” ao dizer que, “por motivos inteiramente alheios à minha vontade, não pude voltar à Nova York, após registrar os patentes, para continuar suas pesquisas. Tive de permanecer no Brasil, forçado também a abandonar os meus estudos experimentais e meios indispensáveis à prática dos mesmos”. **Ao que tudo indica, os últimos meses de 1924 e os primeiros de 1925 foram tão turbulentos que fizeram aflorar ressentimentos guardados desde o início do século por Landell de Moura.**

REBELDIA CONTIDA
Landell descoberto entre os revolucionários da Coluna Prestes. Seria esta apenas uma das surpresas das milhares de documentos pessoais do padre que ainda não foram transcritos ou traduzidos?



Março dividido na Foz do Iguaçu, em 1924, vendo-se o general Bernardo Padilha, coronel Mendes Teixeira, capitão Djalma Dutra e monsenhor Landell de Moura.

Foto: Arquivo Histórico do IUPERJ

Reportagem 2

Edição 77

A PLAUSO

CULTURA EM REVISTA



Escritor com diploma?

Curso superior inédito criado no RS levanta a polêmica: além de engenheiros e médicos, uma universidade pode formar escritores profissionais?



LUCIANO
ALABARSE
Com o teatro
nas veias

ÁLVARO SIZA
"As pessoas têm
medo de arquitetura
contemporânea"

FESTIVAL DE
GRAMADO
Em busca do
antigo prestígio

77

www.aplauso.com.br
Ano 9 - 2006 - R\$ 6,00

ISSN 1618-5768 00077 >



9 771518 578008

LITERATURA

Diploma de Escritor?

QUE HORROR!! OLHA QUANTO ERRO DE GRAMÁTICA, RITMO, ESCRITA NARRATIVA

APOSTO QUE ESSE AÍ COMPROU O DIPLOMA DE ESCRITOR!



Diploma de escritor?

Criação de curso superior na Unisinos (e de mestrado na PUC-RS) para formar escritores levanta polêmica e divide o meio literário. Quem tem medo do diploma?

por FÁBIO PRIKLADNICKI
ilustrações ADÃO MURRUSGARAN

O caminho para se tornar um escritor é tortuoso e cheio de mistérios. Seria bem mais fácil se existisse simplesmente um vestibular para isso, certo? Certíssimo. A julgar por duas iniciativas no Rio Grande do Sul, inéditas no país, essa realidade nunca esteve tão próxima dos aspirantes a Machado de Assis. Neste segundo semestre, a Unisinos, em São Leopoldo, recebe a primeira turma do curso superior de Formação de Escritores e Agentes Literários. Além disso, desde o início do ano a PUC-RS disponibiliza um novo eixo no mestrado em Teoria Literária com ênfase em escrita criativa: além de cursar as disciplinas curriculares de teoria, os alunos (este ano são quatro) também têm aulas de narrativa com Luiz Antonio de Assis Brasil e poesia com Charles Kiefer. No trabalho final, em vez de produzir uma dissertação convencional, apresentam uma obra literária antecedida por um ensaio teórico.

Será que a criação quase simultânea dos dois cursos faz parte de uma frente de batalha em prol da formação profissional de escritores no Estado?

"Não é nenhum movimento articulado. Digamos que é uma Revolução Farroupilha discreta", brinca o poeta e escritor Fabrício Carpinejar, um dos coordenadores do curso da Unisinos, com a professora Márcia Lopes Duarte. Não é uma graduação como qualquer outra, a começar pela duração: apenas dois anos e meio. Cada aluno é acompanhado per-

manentemente por um professor orientador e também conta com uma espécie de padrinho intelectual, que pode ser, por exemplo, um escritor de sua preferência. O curso não tem "disciplinas", mas "atividades" distribuídas em cinco módulos: Práticas de Linguagem e Mídia, Escrita Criativa, Agenciamento, Leitura da Tradição e Leitura do Mundo. Ao final, o aluno recebe diploma com a dupla titulação de escritor e agente literário. O corpo docente é diversificado e pode mudar a cada semestre. Já estão escalados nomes como Flávio Tavares, Afonso Romano de Sant'Anna, Mário Corso e Fernanda Veríssimo. Para o próximo semestre estão confirmados Onda Moscovich, Luiz Ruffato, entre outros. Para completar, estão sendo estabelecidas parcerias com a Academia Brasileira de Letras (dois membros ministrarão aulas a cada semestre), Câmara Rio-Grandense do Livro (intercâmbio de palestrantes), Instituto Estadual do Livro (publicação de até cinco livros por turma) e editora Record (doação de bibliotecas que a universidade poderá, por exemplo, oferecer a prefeituras do interior gaúcho em troca de bolsas de estudo para os alunos).

"Hoje, vocação é profissão", afirma Carpinejar. "Quando é que tu poderias chegar para os teus pais e dizer: 'Quero ser escritor e vou fazer vestibular para isso?' No meu tempo, teria de escolher uma profissão básica para poder exercer a vocação em outro turno." Segundo ele, a demanda por um

a favor

Ao final do curso, o aluno terá gasto em torno de R\$ 27 mil. Em quanto tempo será capaz de recuperar esse investimento? "O que o aluno vai ter no curso é uma experiência de linguagem fantástica que ele não teria em outro lugar. Vamos medir isso em números?", questiona Carpinejar

curso do tipo se deve a dois fatores: a intensa procura por oficinas literárias e o fato de o Rio Grande do Sul nunca ter tido "tantos bons autores" ao mesmo tempo. Ele nota que há duas gerações de nomes reconhecidos convivendo: a de escritores como Assis Brasil, Moacyr Scliar, João Gilberto Noll e Iya Luft, e a de Cintia Moscovich, Amílcar Bertoga, Paulo Scott e Daniel Galera, entre outros.

Para Assis Brasil, coordenador do eixo em escrita criativa do mestrado da PUC-RS, há uma explicação sociológica para o surgimento dos cursos: "Temos no Rio Grande do Sul a maior classe média do país. Isso é um dado relevante, pois é daí que saem os escritores. Eles não saem dos milionários e nem dos miseráveis". Sobre a importância das oficinas literárias, fala com conhecimento de causa: Assis Brasil ministra, na PUC, a mais antiga do país em atividade ininterrupta, há 21 anos. Não é por acaso que, dos mais de 100 candidatos que participaram da seleção para o mestrado em Teoria Literária da PUC, com ingresso no início deste ano, 49 tinham por preferência o eixo em escrita criativa. Mas havia vaga para apenas quatro – três dos quais receberam bolsas que cobrem os custos de mensalidade.

Quanto vale o diploma?

No caso do curso superior da Unisinos, a coisa é um pouco mais complexa. Serão admitidos de 20 a 30 alunos por semestre no turno diurno (a partir do vestibular de verão haverá também possibilidade de nova turma à noite). Cada um vai desembolsar a quantia de R\$ 900 por mês. Ao final do curso, terá gasto em torno de R\$ 27 mil. Em quanto tempo será capaz de recuperar esse investimento?

"O que o aluno vai ter no curso é uma experiência de linguagem fantástica que ele não teria em outro lugar. Vamos medir isso em números?", questiona Carpinejar. Ele acrescenta que será necessário despertar nos alunos "iniciativa e criatividade" para que possam viver de literatura. Isso não significa viver apenas de direitos autorais – coisa que não acontece nem em escala internacional, à exceção de um ou outro Paulo Coelho. Viver de literatura significa viver também do que rodeia o ofício do escritor: oficinas, palestras, artigos e assim por diante.

É neste espírito de criatividade que cada aluno terá, ao ingressar no curso, um blog (site na internet que funciona como uma espécie de diário) no qual colocará sua produção e será avaliado. Não deixa de ser uma maneira de conquistar leitores desde cedo, mas isso não é ponto pacífico. "Pode ser interessante ter uma resposta do público em vez de deixar o material na gaveta, mas a internet é a gaveta contemporânea. Por mais que os leitores tenham boa vontade, não é tão simples assim. Virou uma coisa massificada, todo mundo faz isso", diz o escritor Daniel Pellizzari.

A própria ideia da criação dos cursos tem despertado polémica. "Não sou contra a existência de cursos nesse modelo. O ensino de escrita criativa é uma coisa a ser incentivada, pela qual eu batalho há anos. Mas jamais ousaria dar um diploma para que uma pessoa se apresente como escritor", diz o jornalista e escritor José Castello. Ele justifica: "Essa é mais uma ilusão criada em torno da expansão maluca na universidade brasileira desde a privatização levada a cabo pelo governo Fernando Henrique. Hoje, há cursos das coisas mais absurdas, e as pessoas acham que, por ter um diploma, podem se tornar aquele profissional prometido pelo currículo". Pellizzari ressalva: "Pode-se aprender bastante coisa, mas tenho um pé atrás. Daqui a pouco, vai surgir um engraxadinho pedindo reserva de mercado para escritores diplomados. Parece uma coisa absurda, mas se nos anos 50 alguém dissesse que um dia precisaria de diploma para ser jornalista, ninguém acreditaria". Na opinião da escritora Cintia Moscovich, não há motivo para temer a futura obrigatoriedade do diploma. A comparação com o caso do jornalista, segundo ela (jornalista por formação), também não procede: "Isso é não ter mais o que argumentar. Não acho que os escritores se sintam ameaçados com a criação dos cursos, mas é uma ameaça à ideia que alguns deles compartilham da literatura como uma arte puramente espontânea".

Escritor romântico vs. escritor consciente

As controvérsias podem ajudar a desmistificar o processo da criação literária. Há uma antiga – e ainda atual – curiosidade dos leitores sobre como as obras são escritas.

blog

polêmica

(Bolsas e oficinas)

Muitas vezes, as dúvidas surgem justamente porque vários deles gostariam de se tornar escritores. "Na verdade, eu acho que se deveria desestimular as pessoas a escrever. Há gente demais. Apenas aqueles que resistirem estoicamente deveriam ser publicados", provoca o escritor Emani Sô. "É difícil ensinar o que é fundamental para escrever. As boas coisas que você tem de aprender levam anos."

*Deixar
o curso de
literatura*

Não se pode desconsiderar, também, o fato de que, em outras áreas das artes, como música, artes visuais e artes cênicas, o ensino acadêmico em nível de graduação e pós-graduação está mais do que consolidado no país. Poucos se arriscariam a discutir sua pertinência, principalmente porque grandes talentos despontam das universidades. Por que o mesmo não poderia acontecer na área da criação literária? "A literatura, mais do que as outras artes, trabalha com a palavra pura e com o pensamento puro. O escritor não precisa de um pincel, nem de um violino. Você tem de ter atributos que não se ensina. Tem de ter imaginação, por exemplo", defende Castello.

afirmar

Para os empenhados na organização dos novos cursos, há diversos fatores que explicam - mas não justificam - o ceticismo de parte do meio literário a respeito das iniciativas. "A estranheza das pessoas é por pura ignorância do que acontece no resto do mundo", afirma Assis Brasil, do mestrado da PUC-RS. Ele menciona importantes centros de ensino de escrita criativa, não apenas no meio acadêmico norte-americano e britânico, mas também na Europa, como a Universidade de Leipzig (Alemanha) e a instituição Fuentetaja, de Madri (Espanha). "A maior resistência é dos próprios escrito-

res. Querem preservar uma aura hipotética da pessoa iluminada, do tipo: 'Basta a minha imaginação e o meu talento, não preciso de mais nada'. É uma idéia falsa", argumenta. "O aluno vai ter todo um conhecimento que é indispensável. Hoje, o escritor deve ser capaz de refletir sobre sua própria obra, a obra alheia e o fenômeno literário em si."

Professor de Poesia também da PUC-RS, o escritor Charles Kiefer identifica um "romantismo tardio" na idéia do autor como pura inspiração - caso semelhante ao mito de que para ser um grande autor é preciso ser "louco". "Tem muito escritor problemático que deveria ir para um psicanalista, mas não vai porque imagina que isso vai mexer nos mecanismos interiores e que, por isso, não conseguiria mais trabalhar. Mas na verdade é o contrário", diz Kiefer. Isso explicaria a distância entre o escritor romântico do passado e o escritor consciente que os novos tempos demandariam.

Objetivo

Essa idéia vem ao encontro do principal objetivo dos novos cursos das universidades gaúchas: não o de tornar qualquer pessoa um grande escritor, mas o de fornecer técnicas e ferramentas úteis para aqueles que já têm vocação para o ofício. O "diploma de escritor" seria uma consequência, e não uma finalidade.

afirmar

"É curioso uma pessoa ser a favor de um curso de graduação para escritores e manifestar ceticismo com relação à idéia de alguém ter um diploma de escritor", diz o poeta e tradutor Paulo Henriques Brito, um dos coordenadores (com a professora Pina Cocol) da habilitação em Produção Textual do bacharelado em Letras da PUC do Rio de Janeiro - que pode ser considerada a primeira iniciativa, no país, no sentido ▶



de formar escritores com diploma superior. Citado oficialmente em março de 2004, o curso tem duração mínima de três anos. "Quando digo que ensino alunos a escrever, fazer cortes e montar texto, trabalhar ritmo de um poema, algumas pessoas ficam horrorizadas", comenta. Brito identifica no senso comum uma idéia de que, ao contrário de compor ou esculpir, escrever seria um processo "natural". "Para as pessoas que não têm nenhum conhecimento do ofício, escrever prescinde de qualquer técnica mais complexa do que a utilização de uma caneta ou de um teclado".

Banho de realidade

Há alguns fatores que diferenciam o curso da Unisinos do curso da PUC-Rio (o da PUC-RS é, naturalmente, diferente dos dois por se tratar de uma pós-graduação). Em primeiro lugar, não vale como bacharelado. Em segundo, não está vinculado a uma faculdade de Letras, pretendendo proporcionar, assim, uma educação mais flexível às particularidades e necessidades de cada aluno. Além disso, não se trata apenas de um curso de formação de escritores, mas também de agentes literários (apesar de o módulo de ensino intitulado "agenciamento" ser apenas um dos cinco que compreendem o curso).

O agente literário é uma figura relativamente nova no mercado editorial brasileiro, mas em países como os Estados Unidos e em muitos da Europa nada acontece sem ele. Em poucas palavras, o agente trabalha para o escritor, fazendo a mediação com as editoras, elaborando contratos, negociando valores, autorizando adaptações para o cinema, e assim por diante. Cada agência tem a conta de diversos autores e recebe uma porcentagem sobre os contratos (em média 10%). Fora o curso da Unisinos, não há facilidade para agentes literários no Brasil. Em geral, são pessoas com ampla experiência e grande conhecimento dos bastidores do mercado editorial. Muitos recomendam fortemente que se trabalhe em editoras antes de se tornar agente.

Para os escritores, principalmente os que têm dificuldade em lidar com assuntos financeiros, ter um agente de confiança é sinônimo de tranquilidade. Mas as editoras tam-

bém podem obter vantagens, como aponta a editora da Record, Luciana Villas-Boas: "Muitas vezes, como acontece nos Estados Unidos, o agente faz uma primeira triagem no material que é oferecido às editoras. Quando um livro vem do agente, sabemos que já foi previamente avaliado. O editor vê com bons olhos a figura do agente, desde que ele não queira se tornar mais importante. Tem de estar em pé de igualdade".

A agente literária Ana Maria Santeiro (de Ruth Rocha, entre outros), que falará aos alunos da Unisinos durante a Feira do Livro de Porto Alegre deste ano, observa que o ofício é "mais uma atividade do que uma profissão". No Brasil, segundo ela, o mercado está "completamente aberto": "Tem espaço pra muita gente ainda. Os que existem não dão conta da demanda". Luda Ruff, que tem contas como as de Iya Luft e Ana Maria Machado, prevê dificuldades para quem pretende começar do zero: "É uma profissão meio ingrata, porque exige uma série de talentos conjugados. Tem de gostar de negociar, conhecer os bastidores do mercado, as regras, manhas, enfim".

Além de providenciar a dupla certificação de escritor e agente literário, o curso da Unisinos também quer proporcionar uma interseção que forneça ao escritor um conhecimento bem fundamentado sobre o mercado. Carpinejar adianta: "O aluno vai ter um banho de realidade sobre o mercado editorial. Quantos escritores já não assinaram contrato em branco?". Ele acrescenta que os profissionais sairão do curso com potencial para interferir no cenário cultural da cidade.

A questão é o quanto isso será difícil em um momento no qual os grandes autores estão cada vez mais concentrados nos catálogos de editoras do centro do país. "As grandes editoras tomaram conta, é muito difícil apostar em um autor novo", lamenta Luiz Fernando Araújo, da editora Artes & Ofícios. Há espaço, Araújo sustenta, para quem deseja trabalhar em editoras, inclusive no Rio Grande do Sul, mas, quanto ao resto, mantém cautela: "Um curso não é suficiente para mudar o mercado, isso é utopia. O que coordena tudo é a demanda, precisamos desenvolver a área de incentivo à leitura".

"Não sou contra a existência de cursos nesse modelo. O ensino de escrita criativa é uma coisa a ser incentivada, pela qual eu batalho há anos. Mas jamais ousaria dar um diploma para que uma pessoa se apresente como escritor", diz o jornalista e escritor José Castello



O exemplo dos taxistas

Chega-se, então, à pergunta que não quer calar: o que vai acontecer com os profissionais que, daqui a dois ou três anos, sairão da Unisinos e da PUC-RS para entrar no mercado de trabalho? Alguns já tinham, antes mesmo de ingressar nestes cursos, outra formação, podendo se sustentar com outra profissão, por exemplo, enquanto escrevem seus livros. Mas muitos se dedicarão exclusivamente à literatura e a atividades relacionadas. E então?

"Acredito que esse possa ser o único curso na formação de uma pessoa e, mesmo assim, garantir segurança financeira", diz Anderson Cavalheiro Müller, 35, advogado por profissão, selecionado para a primeira turma da Unisinos. Vale a pena largar uma profissão para se dedicar à vida literária? Ouçamos Monique Revillon, 45, formada em jornalismo, pós-graduada na área de Administração, que já publicou uma coletânea de contos – Teresa, Que Esperava as Uvas (Geração Editorial) – e é aluna do mestrado da PUC-RS: "Viver de literatura é meu grande sonho, mas o Brasil é uma realidade particular, sei que é difícil". Para o crítico literário do Jornal do Comércio (RS), Eduardo Lanius, apostar unicamente em um curso de escritor pode ser um investimento sem garantias de retorno. "Acho que não vai ter mercado para tanta gente. Com exceção de poucos, vai ter muita picaretagem", afirma.

"A grande parte das pessoas que publicam faz uma literatura média. Muitos até pagam para publicar." Charles Kiefer mantém a convicção e o bom humor. "Conheço taxista advogado, taxista médico e, em breve, teremos taxista escritor. E vai ser muito bom, o cara vai aprender muita coisa da vida". Será esse mesmo o futuro de alguns dos futuros diplomados? "Esse é o futuro de 95%, 96% deles", garante Kiefer.

Assis Brasil afirma que os alunos serão qualificados também para trabalhar como professores, caso em que o diploma é mesmo indispensável. Mas não apenas isso. "O perfil do escritor está mudando, a tendência é que esteja de certo modo ligado às universidades. É um fenômeno que está se ampliando em todo o mundo e começa a acontecer no Brasil", nota. "Devido a essa profissionalização, no futuro será estranho que um escritor venha de uma área como engenharia. Pode até acontecer, mas a tendência é que seja acadêmico ou que trabalhe em áreas afins, como jornalismo e publicidade." Carpinheira confessa que, no momento em que teve a ideia do curso da Unisinos, não imaginou que tivesse meado em um "vespeiro tão grande". "As pessoas trabalham a literatura como competição, como se o sucesso de um trasse o de outro. Mas devemos trabalhar com outro ponto de vista. Se um autor faz sucesso, ele está fortalecendo o seu gênero, e tu vais ter mais facilidade de chegar lá", conclui. ■

Reportagem 3

Edição 78

APLAUS

PRÊMIO
ACQUIANOS
DE MÍDIA
INTERESSA

CULTURA EM REVISTA

SARAVA, TCHÊ

Ignoradas pela história oficial, as religiões afro-brasileiras batem recordes no Rio Grande do Sul e consolidam o Estado como o maior pólo umbandista do país

78

www.aplauso.com.br
Ano 9 - 2020 - R\$ 6,00



MÚSICA
O calarinense
que inventou
o gauchismo

CINEMA
Wood & Stock,
erros e acertos
de Gramado

CÊNICAS
As atrações do
Em Cena e o
encanto do Tholl

VISUAIS
Como fazer uma
Bienal política, por
Lisette Lagnado

ESPECIAL

O axé

O Rio Grande do Sul é a região do país que mais pratica a umbanda, mas ainda soa estranho associar o Estado às religiões afro-brasileiras. Conheça uma parte ignorada, mas fundamental, da história e da cultura gaúcha

por FABIO FRIK ADNICKI
fotos CRISTIANO SANT'ANNA

Assim como a trajetória dos negros, a presença da umbanda e das religiões afro-brasileiras no Rio Grande do Sul praticamente não aparece na história oficial – o gaúcho, para todos os efeitos, é branco e descende apenas de europeus. Por isso, os números podem surpreender: este é o Estado brasileiro com a maior população declaradamente praticante de umbanda (1,1% dos gaúchos), ganhando do Rio de Janeiro (0,89%) dos cariocas, e deixando para trás regiões tradicionalmente relacionadas a herança africana, como a Bahia, segundo o Censo IBGE 2000.

Além disso, enquanto a quantidade de Centros de Tradições Gaúchas (CTGs) gira em torno de 1.500 no RS, o número de templos de cultos afro-brasileiros é de cerca de 30 mil – nas estimativas mais moderadas. “Podemos dizer que os números são muito maiores do que se imagina,

tanto de templos quanto de praticantes”, afirma Ari Pedro Oro, antropólogo e professor da UFRGS. Os dados não são precisos porque não há um órgão que centralize ou regule o funcionamento das “casas de religião”, como são chamadas pelos próprios frequentadores. Agora, uma iniciativa da Secretaria da Cultura de Porto Alegre, o Censo das Religiões, pretende dar início a um importante mapeamento dos templos da capital e de suas principais características. Os resultados devem ser divulgados até outubro.

O historiador Mário Maestr, observa que muitos pesquisadores simplesmente ignoraram a presença dos negros no RS. Ele lembra que essa presença é verificada pelo menos desde 1737, com a inauguração do Forte de Jesus-Maria-José, em Rio Grande. “A Bahia incorporou o passado negro à sua memória, mas aqui isso não ocorreu”, compara

do gaúcho

Batuque, umbanda e linha cruzada são os três tipos de cultos praticados hoje, no Rio Grande do Sul. O batuque (ou "nação") só o pôde a aparecer, no século 19, inicialmente em algumas regiões de Rio Grande e Pelotas (que no início do século contava com 60% de sua população composta por negros, mais ou menos na mesma época em que o candomblé se estabeleceu no Nordeste do país. Batuque e candomblé, por sinal, podem ser consideradas religiões "irmãs", cada uma regionalizando a seu modo elementos africanos. A inventária tradicional dos praticantes do batuque, durante algumas décadas, chegou a incluir a bombacha – branca, como manda o figurino. E a oferenda para o orixá Ogum não é outra senão churrasco. Com farofa.

No entanto, as manifestações religiosas afro-brasileiras têm importantes pontos em comum, segundo o sociólogo Rogério Pignato Prandi (USP): crença em diversos deuses, prática do sacrifício de animais, incorporação de entidades, oráculo (como o jogo de búzios e dança). "Alguns povos da África recriaram sua religião no Brasil, adaptando o culto do que imaginavam ser os antepassados mais antigos vivendo no país, os índios ou caboclos, como são chamados na Bahia, assim como o culto das ancestrais dos escravos, os "pretos-velhos", diz.

No batuque gaúcho, no entanto, as únicas entidades são os orixás: Oxalá, Iará, Ogum, Iansã, Xangô, Iemanjá, entre outros. O culto a caboclos (pretos-velhos e cosmes [crianças]) aparece apenas com a umbanda, que se estabeleceu no Estado, a partir do final da década de 1920, vindo do Rio de

Janeiro. Com a transformação de uma sociedade predominantemente agrária para outra urbana, a umbanda se apresentou como alternativa mais aceitável perante a comunidade geral, em especial por ter substituído o sacrifício de animais por oferendas como mel, doces e frutas. Tornou-se a religião brasileira por excelência, devido à mistura de elementos do espiritismo, catolicismo e das tradições indígena e africana. Mas não só isso. "A umbanda foi a possibilidade de se chegar às classes médias, pois o sacrifício era o grande elemento estigmatizador da religião", analisa Ari Ozo.

A orientação conhecida como linha cruzada engloba não apenas o culto aos orixás, caboclos e pretos-velhos, mas acrescenta os Exus e Pombagiras, entidades associadas equivocadamente ao diabo pelo senso comum. A grande maioria dos terreiros gaúchos são de linha cruzada, mas os cultos não se misturam. Há um altar para os orixás, outro para umbanda e outro para Exus. Nos dias de um determinado culto, os demais altares são fechados.

Santo forte

Encontrar uma casa de religião que se dede exclusivamente ao ritual do tipo batuque ou nação é tarefa das mais difíceis, embora representem a origem das religiões afro-brasileiras no RS, estima-se que hoje existam somente apenas 5% do total das casas. Uma delas é a da Mãe Norinha de Oxalá. Como se não bastasse, ela é filiada à nação oxá, uma minoria dentro da maioria. Oxá, cabinda e jexá-jexá são algu- ▶

ESPECIAL

mas das filótes africanas encontradas no RS, a maioria é europeia, cada uma originária de uma determinada região da África, mas todas respeitadas sob a guarda-chuva do batuque. Dizem que sou do tempo da pedra lascada", brinca. Mas é a que não quer o que nosso região morra.

Nôe Norina também é testemunha da história de perseguição aos africanistas. Nasceu em 1935, em uma família iniciada na religião criou-se no Arará da Barronesa (que, hoje, de Baixa, uma das primeiras regiões da capital gaúcha com população negra. "Nas escolas chamavam de batuqueiros. Eu chorava sempre", lembra. "Ali quem mandava eram os padres. Eles visitavam nossa casa e a gente tinha de abrir. Ela conta que uma das maneiras de se proteger, inclusive da polícia, era esconder as imagens dos orixás atrás de santos cristãos. Essa espécie de disfarce é a explicação de muitos pais-de-santo (abatibonistas) para a associação entre as religiões de matriz africana e o cristianismo, gerando uma correspondência entre os santos – Iemanjá é associada a Nossa Senhora dos Navegantes, Oxalá a Jesus Cristo etc.

Para o antropólogo Norton Figueiredo Corrêa, da Universidade Federal do Maranhão, pesquisador do batuque no Rio Grande do Sul, a história do sincretismo é mais complexa. Ele frisa que, nas religiões afro-brasileiras, uma pessoa é considerada mais poderosa quando sua entidade é poderosa. "Os negros pensavam que os brancos tinham poder na sociedade porque seus santos eram fortes, e assim queriam

se aproximar desta força mística", explica.

Hoje, muitas casas de santo mantêm imagens cristãs não apenas atrás do lado das entidades, mas também barbaçadamente, sob o respeito a uma particularidade dos africanistas, como nota Pai Zé Antônio (Nôe) de Xangô, das não são religiões "de conversão", e por isso não exigem exclusividade. "A nossa religião abraça o mundo, ninguém precisa deixar de ser o que é e antes", afirma. Isso também se aplica à orientação sexual, se certam encontrar particularidades homossexuais e a indivíduos marginalizados pela sociedade, como prostitutas e "travestidos". Nesse sentido, a visão de mundo das religiões afro-brasileiras é oposta à do tradicional judaico-cristão, que separa o "bem" e o "mal". Para os africanistas, trata-se de duas faces da mesma moeda. "Assim como no budismo e no hinduísmo, o bem e o mal não são conceitos separados", diz Norton Corrêa. "As coisas que um cristão não pode pedir para Jesus ele pede para Ixóu."

Nos últimos anos com o fortalecimento dos grupos evangélicos, as religiões afro ganharam novos desafios. Mas a explicação tem pouco de religiosa e muito de política. "As duas disputam o mesmo nicho, trabalham com os mesmos pobres, se que os evangélicos são mais organizados, têm lideranças", observa Corrêa. Os afros preferenciais dos que pretendem espiritualizar o culto dos orixás e assemelhados no entanto, continuam os mesmos: o sacrifício ritual de animais e o rito para receber entidades.

ILUMINAÇÃO DOS TERREIROS
Estima-se que haja pelo menos 30 mil casas de santo no Rio Grande do Sul. Para efeito de comparação, o número de CTGs ligados ao Movimento Tradicionalista Gaúcho é de 1.300.



APLAUSO

Terreiro de luxo

Pai Ceon de Oaxá, que tem uma das casas mais antigas da capital, há 47 anos em atividade, explica que os rituais de sacrifício só podem ser assistidos pelas pessoas "preparadas", ou seja, os filhos-de-santo que passam pelo processo de iniciação da religião, que leva de sete a oito anos e compreende uma série de trabalhos e obrigações, incluindo períodos de reclusão e rituais com sangue de animais sacrificados. "A energia está no sangue, ele alimenta o orixá", diz Ceon. Este é um dos aspectos da religião dos quais os praticantes não falam e nem mostram muito.

Depois do sacrifício, algumas partes dos animais são oferecidas aos orixás e outras são servidas nas festas ou distribuídas para a comunidade em geral. "É a única religião que dá comida ao povo", diz Ceon. Para Reginaldo Frandi, há uma certa "hipocrisia" por parte dos que condenam a prática do sacrifício: "Essas pessoas devem achar que os bichos que elas comem dão em amore. O sacrifício é apenas o abate de animais segundo certas regras, para serem comidos. A mesma coisa acontece no xintoísmo japonês".

As festas religiosas, por sua vez, são abertas a não iniciados. Muitos dos frequentadores são pessoas que costumam apenas se consultar com os pais-de-santo no jogo de búzios. Os motivos da procura são variados, mas a maioria vê no terreiro um último recurso para curar doenças que sucessivos procedimentos médicos não resolveram. O preço das

consultas (o "taxê") varia – pode custar R\$ 30 ou R\$ 100. Cada babalorixá estabelece seu preço, mas valores mais altos não significam maior prestígio. A fama de um pai-de-santo é medida pelos "resultados" dos trabalhos que ele prescreve. Como tudo acontece por indicação, a fama se espalha rápido.

Caso particular é o do Pai Pedro de Orum Docé, que mantém há 22 anos um terreiro diferenciado, junto com sua mulher, a mãe-de-santo Viviane de Iansã. O local já foi uma casa modesta, com acabamento precário, como a maioria, mas nos últimos cinco anos passou por um surpreendente processo de profissionalização. Hoje, sua infra-estrutura não deixa nada a dever a qualquer pequeno complexo de consultórios médicos de primeira linha. Pode ser considerado um terreiro "de luxo": o sistema é totalmente informatizado (com 30 mil clientes cadastrados); a casa é monitorada por discretas câmeras de vídeo; as funcionárias são bem treinadas, e a sala de espera tem poltronas, máquina de café e tevê. A reforma radical teve um objetivo claro: encorajar um público que possa ter receio de frequentar uma casa de religião, apresentando um ambiente familiar a qualquer pessoa de classe média/alta. "A religião mudou muito", observa. "Hoje, meu ilê (cossó) é um ícone no Brasil. Todo mundo tinha medo da figura do pai-de-santo. Queremos desmistificar a religião." Em sua sala, Pedro tem à frente o jogo de búzios, como manda a tradição, e ao ▶

CUDO GAUDERIO
Primeira manifestação afro-brasileira no Estado, o balaque chegou a incorporar a bombacha como vestimenta tradicional. Até hoje, a oferenda do orixá Ogum é o churrasco



ESPECIAL

lado um computador com monitor de tela fina e acesso à Internet. A casa tem um site (www.oxum.com.br) que recebe de 4 mil a 8 mil visitas diárias, segundo ele. "As pessoas me chamam de pai-de-santo cibernético", brinca.

Batuque além-mar

A imagem que muitos têm das religiões afro-brasileiras como sendo exclusivamente de negros há muito já caiu por terra. Pedro, por exemplo, é de ascendência luso-espanhola. Luiz Antônio, de ascendência italiana. Especula-se que haja, no RS, tantos pais e filhos-de-santo brancos quantos negros. Talvez mais. O fenômeno pode ser observado também em qualquer festa. APLAUSO acompanhou um culto do tipo batuque e outro de quimbanda (considerada um lado mais pesado da umbanda, por chamar divindades poderosas, como Exus e Pombagiras). Em uma festa de batuque, as vestimentas são predominantemente brancas. Os hinos (pontos) para as divindades são cantados em dialeto africano, acompanhados pela percussão contagiante dos tambores. Cada toque chama um determinado orixá (cada iniciado recebe sempre o mesmo, o "santo de cabeça", identificado pelo babalorixá no jogo de búzios). Há intervalos entre os cantos nos quais os orixás, nos corpos dos filhos-de-santo em transe, ficam à disposição das pessoas para fazer passes ou descarregos (tirar as "energias negativas"). De modo geral, o transe é inconsciente, enquanto na umbanda há momentos de consciência, mas não há regra para isso. Em todo caso, a entidade deve ser "domesticada" nas suas primeiras incorporações, até que se tenha certo controle sobre ela.

Os rituais são espetáculos belíssimos. A quimbanda é uma festa repleta de cores na qual os pontos são cantados em português. Os filhos-de-santo comparecem com a vestimenta das entidades que os possuem, como ciganas, malandros etc. Uma das especificidades do RS é ser um dos Estados que mais cultuam Exus e Pombagiras, entidades que supostamente agiram com mais rapidez e eficácia que outras. Uma das mais antigas especialistas no assunto é Mãe Jeda de Ogum, há 45 anos em atividade. Ela contabiliza já ter formado cerca de 1.500 filhos-de-santo: "A gente não aprende por livro. Nem todos têm o dom da mediunidade como eu tive".

A maioria dos babalorixás e alorixás gaúchos têm filhos-de-santo em diversas partes do mundo. Países vizinhos como Argentina e Uruguai tornaram-se importantes centros de práticas religiosas afro-brasileiras. Assim como os CTGs espelham suas franquias, promovendo uma ideia particular do que é ser gaúcho, os terreiros locais criam filhos e netos-de-santo em casas de religião para além das fronteiras, mostrando uma parte fundamental da história sul-riograndense desconhecida mesmo por quem é daqui. Se santo de casa não faz milagre, orixá de casa faz. ■



EFÊITO DOS TEMPOS

Hoje existe até terço com site na internet e infra-estrutura de trazer invés a qualquer consultório médico de primeira linha. O preço das consultas também não fica muito atrás